e-DJF2R
Diário Eletrônico
DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

CADERNO JUDICIAL TRF - Data de Disponibilização: quarta-feira, 22 de março de 2017
Data de Publicação: quinta-feira, 23 de março de 2017

Assessoria de Recursos

BOLETIM: 2017000127

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0026106-05.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.026106-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/12/2016 16:32
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ANTONIO VICENTE DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 01ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0026106-05.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0011166-12.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.011166-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 07/12/2016 17:38
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
AGRAVADO: ALBERTO IVAN DE FREITAS BRIGGS
ADVOGADO: MARCIO ALEXANDRE WILSON MAIA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0105675-55.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

BOLETIM: 2017000128

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0030576-84.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.030576-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 18/01/2017 15:06
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: HYPERMARCAS S/A
ADVOGADO: HELIO FABBRI JR.
ADVOGADO: LELIO DENICOLI SCHMIDT
ADVOGADO: BARBARA ANGELA MOISES LEITAO
ADVOGADO: DANIELE CORREA CORNELIO
PARTE RÉ: MEGAFRAL IND. E COM. LTDA
ADVOGADO: VICTOR ANTONIO FIGUEIRA DIAS
Originário: 0030576-84.2012.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0004447-42.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.004447-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 10/02/2017 12:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: NORMA PEREIRA
ADVOGADO: JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0004447-42.2012.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0501161-91.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.501161-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 27/01/2017 15:00
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
APELADO: P&EK PARTICIPACOES S/A
ADVOGADO: MIGUEL COSTA VAN HOMBEECK
REMETENTE: Juízo da 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro - 03VF/RJ

Originário: 0501161-91.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

SUBSECRETARIA DA 1a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 175958

V - APELACAO CRIMINAL 2008.51.01.817965-1

Nº CNJ	**: 0817965-08.2008.4.02.5101**
RELATOR	**: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO IVAN ATHIÉ**
APELANTE	**: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL**
APELADO	**: JOSE EDUARDO COSTA VIEIRA PINTO**
ADVOGADO	**: EDSON DE SIQUEIRA RIBEIRO FILHO E OUTROS**
APELADO	**: JOAQUIM COSTA PEREIRA PINTO**
ADVOGADO	**: EDSON DE SIQUEIRA RIBEIRO FILHO E OUTROS**
APELADO	**: JORGE ALBERTO COSTA VIEIRA PINTO**
ADVOGADO	**: EDSON DE SIQUEIRA RIBEIRO FILHO E OUTROS**
APELADO	**: FERNANDO PEREIRA FONSECA**
ADVOGADO	**: EDSON DE SIQUEIRA RIBEIRO FILHO E OUTROS**
APELANTE	**: JOSE EDUARDO COSTA VIEIRA PINTO**
ADVOGADO	**: EDSON DE SIQUEIRA RIBEIRO FILHO E OUTROS**
APELADO	**: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL**
ORIGEM	**: QUINTA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200851018179651)**

EMENTA
PENAL. APELAÇÕES. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. DOLEIROS. ARTIGOS 16 E 22 DA LEI 7492/86. COMPROVAÇÃO DE REMESSA ILEGAL DE DIVISAS PARA O EXTERIOR E OPERAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Á MARGEM DO CÂMBIO OFICIAL. COMPROVAÇÃO DE AUTORIA DELITIVA SOMENTE DE UM DOS ACUSADOS. RECURSOS DESPROVIDOS. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO RETROATIVA. EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DECRETADA DE OFÍCIO.
1. Apelante que promoveu remessas ilegal de milhares de dólares para o exterior, fazendo operar verdadeira instituição financeira à margem do câmbio oficial, valendo-se de contas bancárias (Conde e Felker) abertas em nome de empresas *offshore* por ele constituídas. Materialidade e autoria delitiva comprovadas.
2. A autorização para que os outros três acusados pudessem movimentar a conta, ou mesmo comunicações do banco estrangeiro feitas genericamente, com expressões no plural, não são provas seguras para afirmar que estavam envolvidos nas práticas criminosas contra o Sistema Financeiro Nacional. Para condenação, é necessário haver provas de que atuaram como doleiros para viabilizar a remessa ilegal de divisas por meio de operações dólar-cabo.

3.Recursos da acusação e defesa desprovidos.
4.Decretada, de ofício a extinção de punibilidade do apelante quanto à prática do artigo 16 da Lei nº 7492/86, face a ocorrência da prescrição retroativa.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS e, de ofício, DECRETAR EXTINTA A PUNIBILIDADE de José Eduardo Costa Vieira Pinto quanto à prática do artigo 16 da Lei nº 7492/86, nos termos do Voto do Relator.
Rio de Janeiro, 08 / 03 / 2017 (data do julgamento).
ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal – Relator

BOLETIM: 175961

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 566720 2012.51.04.000037-0

Nº CNJ	**: 0000037-29.2012.4.02.5104**
RELATOR	**: DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO**
APTE (EMBGTE)	**: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**
PROCURADOR	**: JOAO BATISTA MARTINS PRATA BRAGA**
APELADO	**: MIGUEL DOMINGUES DA SILVA**
ADVOGADO	**: LUIZ FERNANDO MARQUES**
REMETENTE	**: JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA-RJ**
ORIGEM	**: TERCEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (201251040000370)**

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO. CONTRADIÇÃO.
- Os Embargos de Declaração somente são cabíveis quando interpostos para suprir eventual omissão, contradição ou obscuridade existente no julgado (art. 1022 do NCPC).
- Confirmado o vício, impõe-se saná-lo, esclarecendo que é devida a parte Autora a revisão do valor dos proventos de sua aposentadoria de acordo com as Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03.
- Embargos parcialmente providos.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, na forma do voto do Relator, dar parcial provimento aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).
PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal – Relator

BOLETIM: 175976

IV - APELACAO CIVEL 2008.51.01.816183-0

Nº CNJ	**: 0816183-63.2008.4.02.5101**
RELATOR	**: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO IVAN ATHIÉ**
APELANTE	**: SUPERMERCADO SERRANO LTDA**
ADVOGADOS	**: MARCELO FEITOSA NOGUEIRA DA GAMA E OUTROS**
APELADO	**: SUPERMERCADO SERRANO LTDA**
ADVOGADOS	**: MARCIO MUNEYOSHI MORI E OUTROS**
ORIGEM	**: TRIGÉSIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200851018161830)**

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – PROPRIEDADE INDUSTRIAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL - NULIDADE DE REGISTRO DE MARCA - COLIDÊNCIA ENTRE SINAL MARCÁRIO E NOME EMPRESARIAL – PEDIDO DE ABSTENÇAÕ DE USO FORMULADO EM RECONVENÇÃO – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL – PRESCRIÇÃO - RECURSO DESPROVIDO.

I – Comprovado nos autos que ambas as empresas vêm utilizando a expressão "SUPERMERCADO SERRANO" como nome empresarial e título de estabelecimento comercial há mais de 6 (seis) meses antes da data do depósito da marca anulanda mais antiga, razão pela qual devem ser mantidos os registros das marcas de titularidade da empresa ré, ora apelada, que foi quem primeiro depositou o pedido junto ao INPI;

II - O autor reconvindo deixou passar *in albis* o extenso prazo de tramitação dos processos administrativos que culminaram na concessão dos registros marcários questionados ao réu reconvinte, de forma que não há como se aplicar ao caso, agora, o direito de precedência de que trata o art. 129, § 1º, da LPI;

III - Há manifesta conexidade entre a reconvenção e a ação principal (art. 315 do CPC/73 – art. 343 do CPC/15), já que a expressão "SERRANO", em disputa, é utilizada tanto como marca, quanto nome empresarial por ambos os litigantes, não havendo, assim, que se falar em incompetência da Justiça Federal para o julgamento da reconvenção;

IV - Tratando-se de obrigação de não fazer, a continuidade do uso indevido de marca registrada impede a fluência do prazo prescricional. E, mesmo se assim não fosse, o referido prazo deve ser contado da data da concessão do registro pelo INPI, momento a partir do qual a ação de abstenção de uso poderia ser proposta, e não a partir do registro do nome da empresa na Junta Comercial, como alegado pelo apelante. Precedentes;

V - Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de janeiro, 16 de fevereiro de 2017 (data do julgamento)

ANTONIO IVAN ATHIÉ

Desembargador Federal – Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 2005.51.01.527581-0

Nº CNJ	**: 0527581-85.2005.4.02.5101**
RELATOR	**: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO IVAN ATHIÉ**
EMBARGANTE	**: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**
PROCURADORA	**: ENEIDA MARIA DOS SANTOS**
EMBARGADO	**: ANTONIO DA SILVA FAGUNDES FILHO**
ADVOGADA	**: ANDREIA MARTINS DE SOUZA**
ORIGEM	**: TRIGÉSIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551015275810)**

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLAÇÃO ANULADO PELO STJ. OMISSÃO. CONCESSÃO DE APOSENTADADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. COMPENSAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS COM OS VALORES JÁ RECEBIDOS.

1. O acórdão anulado pelo Superior Tribunal de Justiça, de fato, incorreu em omissão, uma vez que ao condenar o INSS na implantação de aposentadoria por tempo de contribuição, com data de início na data do requerimento administrativo (21/03/2001), deixou de se manifestar sobre o fato de a ele ter sido concedida aposentadoria em 04/03/2010, com data de início em 26/01/2010;

2. A fim de sanar a omissão apontada, faz o autor jus a retroação da data de início do benefício para a data do requerimento administrativo (21/03/2001), conforme consignado no acórdão de fl. 446, cujo pagamento das diferenças também deverão contar desta data, compensando-se com os valores já pagos a contar de 04/03/2010.

3. Embargos de declaração parcialmente providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

ANTONIO IVAN ATHIÉ

Desembargador Federal – Relator

BOLETIM: 2017000288

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

1a.TURMA ESPECIALIZADA

ADITAMENTO DE PAUTA DE JULGAMENTOS
Dia 29 de MARÇO de 2017

Determino a inclusão dos processos com tramitação no SISTEMA APOLO abaixo relacionados no Aditamento a Pauta de Julgamentos Ordinária do dia 29 de MARÇO de 2017, QUARTA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

011 - Processo: 0510589-63.2016.4.02.5101 AgExPe (Processo Eletrônico)
08.02.01 - Direito Processual Penal - Direito Processual - Direito Processual Penal - Direito Processual
RELATOR: DES.FED. ANTONIO IVAN ATHIÉ
AGVTE: FERNANDO PAIXAO CHAVES
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGVDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República
Observação da DIDRA: PROCESSO 0501682-36.2015.4.02.5101 INCLUÍDO MANUALMENTE NA AUTUAÇÃO

012 - Processo: 0011102-65.2016.4.02.0000 MS (Processo Eletrônico)
05.20.16 - Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores (Lei 9.613/98) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
RELATOR: DES.FED. ABEL GOMES
IMPETRANTE: DELTA CONSTRUCOES S/A
IMPETRANTE: DELTA ENGENHARIA E MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA.
IMPETRANTE: DELTA INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
IMPETRANTE: DTP PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
IMPETRANTE: LOCARBENS - LOCADORA DE BENS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
IMPETRANTE: TÉCNICA CONSTRUÇÕES S.A.
ADVOGADO: FLAVIO GALDINO
IMPETRADO: JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
LITIS.PAS.: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República

013 - Processo: 0000229-69.2017.4.02.0000 MS (Processo Eletrônico)
05.20.16 - Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores (Lei 9.613/98) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Penal
RELATOR: DES.FED. ABEL GOMES
IMPETRANTE: DELTA CONSTRUCOES S/A
IMPETRANTE: DELTA ENGENHARIA E MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA.
IMPETRANTE: DELTA INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
IMPETRANTE: DTP PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
IMPETRANTE: LOCARBENS - LOCADORA DE BENS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
ADVOGADO: FLAVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO

IMPETRADO: JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
INCID: 2017.6000.018118-2 - AGRAVO INTERNO
Resultados de Julgamentos Anteriores
15/03/2017 13:00 Retirado de Pauta

014 - Processo: 0000118-51.2016.4.02.5002 AgExPe (Processo Eletrônico)
05.10.14 - Apropriação indébita previdenciária (art. 168-A e Lei 8.212/91) - Crimes contra o Patrimônio - Penal
RELATOR: DES.FED. ABEL GOMES
AGVTE: ANDRE LUIS CRUZ NOGUEIRA
ADVOGADO: ANTONIO FERNANDO DE LIMA MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO: ANDRÉ EMERICK PADILHA BUSSINGER
ADVOGADO: Tatiana Costa Jardim
AGVDO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCDOR: Procurador Regional da República

RIO DE JANEIRO, 20 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO

PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000289

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

5 - 0001053-38.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001053-3 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.0052.000223-2
Distribuição-Sorteio Automático - 02/06/2016 08:52
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: WILMAR PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO: JADER NOGUEIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.
- Embargos de declaração opostos sob a alegação de omissão, em face do acórdão que negou provimento à Apelação da parte autora, mantendo a
sentença que não concedeu o benefício previdenciário de auxílio-doença, com conversão em aposentadoria por invalidez, devido a não comprovação da
alegada incapacidade.
- In casu, é claro o voto no sentido de que o Autor não faz jus ao Benefício Previdenciário, visto que a perícia oficial do Juízo, afirma que o Autor sofre de
visão monocular, mas que não estava incapaz para o exercício de atividade laborativa.
- Há de se concluir que a real intenção do Embargante é a de produzir efeitos modificativos na orientação do julgado, o que se afigura incabível em sede de
embargos de declaração.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da 1a Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por
unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso de Embargos de Declaração, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro,16 de fevereiro de 2017.
DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0001678-72.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001678-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/08/2016 11:39
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA DULCE DEFANTI DA SILVA
ADVOGADO: HELIO LEITE DA SILVA
E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO. AUXÍLIO DOENÇA. PATOLOGIA PARCIAL E PERMANENTE. FIXAÇÃO DA DIB A PARTIR DA JUNTADA DO LAUDO MÉDICO PERICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

- Ação proposta objetivando a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez.

- Preceitua o art. 42, da Lei nº 8.213/91, que a aposentadoria por invalidez será devida, cumprida a carência exigida, ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa situação.

- O laudo pericial afirma que a incapacidade laborativa é permanente, concluindo-se, dessa forma, que, se faz devida a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez.

- O INSS requer que a data de início do pagamento do benefício seja fixado a partir da data da juntada do laudo pericial, sob o argumento de que foi a partir desse momento é que foi constatada a incapacidade da autora. Nesse ponto, assiste razão à autarquia, tendo em vista que não há no laudo do perito judicial qualquer informação a respeito de quando teria se iniciado a incapacidade do autor, devendo, dessa forma, ser considerada a data da juntada do laudo médico judicial que constatou a incapacidade.

- O grau de dificuldade da demanda é determinante para uma condenação proporcional ao empenho exigido do patrono da parte contrária, consoante o princípio da razoabilidade e da equidade que devem nortear a solução dos litígios. O valor fixado não se mostra razoável, pois apesar de não existir complexidade jurídica na questão discutida, houve a necessidade de debates advocatícios em torno da dilação probatória, razão pela qual fixo os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, pois constitui parâmetro mínimo fixado pelo Art. 85 do NCPC.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento parcial à Apelação do INSS e dar provimento à Apelação da parte autora, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0001871-87.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001871-4 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 16/09/2016 06:48

Gabinete 02

Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO

APELANTE: EZEQUIAS ALVES DA SILVA

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE MARTINS COSTA

ADVOGADO: FABIANO ODILON DE BESSA LURETT

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO DA PARTE SEGURADA. CONVERSÃO DE AUXÍLIO ACIDENTÁRIO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL.

- Apelação da parte autora em face da sentença que julgou improcedente o pedido inicial, extinguindo o processo com julgamento de mérito

- Não vislumbro a necessidade da reforma da r. sentença nem tampouco declaração de nulidade da mesma, uma vez que deve prevalecer o laudo feito pelo perito do juízo, por ter sido elaborado por profissional sem nenhuma vinculação com as partes.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à Apelação, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2016.

ANTÔNIO HENRIQUE CORRÊA
Juiz Federal Convocado - Relator

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0001871-87.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001871-4 (PROCESSO FÍSICO)(Questão de Ordem)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/09/2016 06:48
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: EZEQUIAS ALVES DA SILVA
ADVOGADO: PAULO HENRIQUE MARTINS COSTA
ADVOGADO: FABIANO ODILON DE BESSA LURETT
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
QUESTÃO DE ORDEM

Trata-se de Questão de Ordem que submeto à Turma, a fim de que seja corrigida a certidão de julgamento.

Versa a hipótese sobre Recurso de Apelação Cível interposto por EZEQUIAS ALVES DA SILVA.

Muito embora tenha havido julgamento no sentido de NEGAR PROVIMENTO à apelação do autor, consoante se extrai do v. acórdão (fl. 137) proferido por esta Primeira Turma Especializada, constata-se que, por equívoco, na certidão de julgamento do Colegiado (fls. 136), constou que se teria NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO E DADO PARCIAL PROVIMENTO À REMESSA NECESSÁRIA.

Diante do exposto, chamo o feito à ordem para retificar a certidão de julgamento, a fim de que conste que foi NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO do autor.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.
DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0020999-30.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.020999-0 (PROCESSO FÍSICO)(Questão de Ordem)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/08/2015 08:30
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: RENATO GOMES FERRAZ
ADVOGADO: PAULO VITOR OLIVEIRA GREGORIO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA / RJ
QUESTÃO DE ORDEM

Trata-se de Questão de Ordem com vistas à retificação da certidão de julgamento (fl. 160), lavrada na sessão de 15/12/16, da Primeira Turma Especializada (processo nº 276 da pauta ordinária).

Da referida certidão consta que: ¿A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso e negou provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Exmo. Sr. Relator".

Contudo, a referida certidão restou equivocada, na medida em que no voto, de fls. 158/159, assim como na ementa e no acórdão de fl. 161, consta que foi dado provimento à apelação e negado provimento à remessa necessária.

Ante o exposto, suscito a presente Questão de Ordem a fim de que passe a constar da certidão de julgamento que: ¿A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso e negou provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Exmo. Sr. Relator¿.

Rio de Janeiro, 16 / 02 / 2017.

ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal ¿ Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0020999-30.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.020999-0 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 17/08/2015 08:30
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: RENATO GOMES FERRAZ
ADVOGADO: PAULO VITOR OLIVEIRA GREGORIO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA / RJ
EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL - RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA - CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - INCAPACIDADE LABORATIVA TOTAL E DEFINITIVA COMPROVADA NOS AUTOS - REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDA - RECURSO DO AUTOR PROVIDO.
I - Comprovada nos autos a incapacidade total e definitiva para as atividades laborativas, faz jus o autor ao restabelecimento de auxílio-doença, a partir da cessação, e sua conversão em aposentadoria por invalidez, desde a data da elaboração do laudo pericial;
II - Remessa necessária desprovida e recurso do autor provido

.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento à apelação e negar provimento à remessa necessária, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 15 / 12 / 2016 (data do julgamento).

ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal ¿ Relator

mdm

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0000828-18.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.000828-9 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.005174-8
Distribuição-Sorteio Automático - 03/05/2016 08:48
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ANTÔNIO SALVADOR AQUINO DA SILVA
ADVOGADO: ADILSON TORRES DE OLIVEIRA JUNIOR

REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO DAS FLORES / RJ
E M E N T A
PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AUXÍLIO DOENÇA. CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA. ISENÇÃO.
- Embargos de Declaração interposto pela Autarquia Previdenciária pleiteando a exclusão da condenação ao pagamento de custas e taxa judiciária face a isenção legal.
- No que se refere à sua condenação ao pagamento de custas, insta ressaltar que a Lei Estadual nº. 3.350/99 determina a isenção do pagamento das custas para Autarquias Federais, em seu art. 17, inciso IX.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso de Embargos de Declaração, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0001878-79.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001878-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/09/2016 09:25
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ROGÉRIO TEIXEIRA E SILVA
ADVOGADO: JOSE MARIA RAMALHO SILVEIRA
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE APIACÁ / ES
E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO. REMESSA NECESSÁRIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE.. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. DIB A PARTIR DA CESSAÇÃO.
- Ação proposta objetivando o restabelecimento do auxílio-doença.
- Preceitua o art. 42, da Lei nº 8.213/91, que a aposentadoria por invalidez será devida, cumprida a carência exigida, ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa situação.
- O laudo pericial afirma que a incapacidade laborativa é total e permanente, fazendo-se devida a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez.

- Comprovada nos autos a incapacidade para o exercício das atividades habituais, faz jus o autor à concessão de benefício auxílio-doença, desde a indevida cessação do benefício.

- A Lei n.º 4.847/93, que rege o pagamento de custas da Justiça Estadual do Estado do Espírito Santo, não isenta as autarquias federais do pagamento de custas.

- Os juros e a correção monetária das parcelas devidas devem obedecer ao determinado pela Lei nº 11.960/09.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento parcial à Apelação do INSS e à Remessa, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

10 - 0002188-85.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.002188-9 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 07/10/2016 09:16

Gabinete 02

Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: ROSANGELA ANSELMO DA SILVA

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL

REMETENTE: JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE RIO DAS FLORES - RJ

E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. REMESSA NECESSÁRIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE. TAXA JUDICIÁRIA. CORREÇÃO MONETÁRIA.

- Ação proposta objetivando o restabelecimento do auxílio-doença e/ou conversão do benefício em aposentadoria por invalidez;

- Preceitua o art. 42, da Lei nº 8.213/91, que a aposentadoria por invalidez será devida, cumprida a carência exigida, ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa situação.

- O laudo pericial atestou que a incapacidade laborativa é total e permanente, fazendo-se devida a concessão do benefício previdenciário de auxílio doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez.

- O INSS é isento do pagamento de custas e emolumentos, nas ações em que for interessado na condição de autor, réu, assistente ou opoente, inclusive nas ações de natureza trabalhista, acidentária e de benefícios.

- Quanto aos juros e a correção monetária das parcelas devidas, estes devem obedecer ao determinado pela Lei nº 11.960/09, a qual continua em vigor, como salientado pelo Exmo. Ministro Luiz Fux, quando do julgamento da Questão de Ordem nas Ações de Inconstitucionalidade nºs 4357 e 4425.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à Apelação do INSS e parcial provimento à Remessa, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0021764-98.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.021764-0 (PROCESSO FÍSICO)(Questão de Ordem)

Distribuição-Sorteio Automático - 07/12/2015 08:06

Gabinete 01

Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ

PARTE AUTORA: MARIA DALVA DA SILVA

ADVOGADO: JOSE CARLOS VIDIPO

PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

REMETENTE: JUIZO DA 2ªVARA DA COMARCA DE SANTO ANTONIO DE PÁDUA/RJ

QUESTÃO DE ORDEM

Trata-se de Questão de Ordem com vistas à retificação da certidão de julgamento (fl. 211), lavrada na sessão de 15/12/16 da Primeira Turma Especializada (processo nº 286 da pauta ordinária).

Da referida certidão consta que: ¿A Turma, por unanimidade, negou provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Exmo. Sr. Relator".

Contudo, a referida certidão restou equivocada, na medida em que no voto, de fls. 209/210, assim como na ementa e no acórdão de fl. 212, consta que foi dado parcial provimento à remessa necessária.

Ante o exposto, suscito a presente Questão de Ordem a fim de que passe a constar da certidão de julgamento que: ¿A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Exmo. Sr. Relator¿.

Rio de Janeiro, 16 / 02 / 2017.

ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal ¿ Relator

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0021764-98.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.021764-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/12/2015 08:06
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
PARTE AUTORA: MARIA DALVA DA SILVA
ADVOGADO: JOSE CARLOS VIDIPO
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUIZO DA 2ªVARA DA COMARCA DE SANTO ANTONIO DE PÁDUA/RJ
EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - REMESSA NECESSÁRIA - CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - INCAPACIDADE LABORATIVA TOTAL E DEFINITIVA COMPROVADA NOS AUTOS - EXECUÇÃO INVERTIDA - IMPOSSIBILIDADE - REMESSA NECESSÁRIA PARCIALMENTE PROVIDA.
I - O conjunto probatório dos autos comprova que a segurada apresenta incapacidade total e permanente para o desempenho de atividades laborativas, correta a sentença ao determinar benefício aposentadoria por invalidez;
II - É de se reformar em parte a sentença para determinar que, aplicando-se o art. 524, § 2º do CPC/2015, a elaboração da memória de cálculo seja realizada pelo contador judicial do Juízo de origem;
III - Remessa necessária parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento à remessa necessária, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 15 / 12 / 2016 (data do julgamento).

ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal ¿ Relator

mdm

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0021787-44.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.021787-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/12/2015 06:56
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
PARTE AUTORA: ANDRÉIA TERRA DE SOUZA MOREIRA
ADVOGADO: HAROLDO XAVIER DOS SANTOS
ADVOGADO: CLAUDECIR MARTINS SIMOES DOS SANTOS
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA / RJ
EMENTA

PREVIDENCIÁRIO - REMESSA NECESSÁRIA - CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - INCAPACIDADE LABORATIVA TOTAL E DEFINITIVA COMPROVADA NOS AUTOS - EXECUÇÃO INVERTIDA - IMPOSSIBILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - NOVO CPC - REMESSA NECESSÁRIA PARCIALMENTE PROVIDA.
I - Uma vez que o conjunto probatório dos autos comprova que o segurado apresenta incapacidade total e permanente para o desempenho de atividades laborativas, correto o Juízo de primeiro grau ao condeder benefício aposentadoria por invalidez;
II - É de se reformar em parte a sentença para determinar que, aplicando-se o art. 524, § 2º do CPC/2015, a elaboração da memória de cálculo seja realizada pelo contador judicial do Juízo de origem;
III - Justifica-se a definição do percentual dos honorários sucumbenciais somente quando da liquidação do julgado, de acordo com o art. 85, parágrafo 4º, inciso II, do Novo Código de Processo Civil, excluídas as parcelas vincendas, nos termos da Súmula nº 111 do STJ;
IV - Remessa necessária parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento à remessa necessária, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 15 / 12 / 2016 (data do julgamento).

ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal ¿ Relator
mdm

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0021787-44.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.021787-1 (PROCESSO FÍSICO)(Questão de Ordem)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/12/2015 06:56
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
PARTE AUTORA: ANDRÉIA TERRA DE SOUZA MOREIRA
ADVOGADO: HAROLDO XAVIER DOS SANTOS
ADVOGADO: CLAUDECIR MARTINS SIMOES DOS SANTOS
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA / RJ
QUESTÃO DE ORDEM

Trata-se de Questão de Ordem com vistas à retificação da certidão de julgamento (fl. 102), lavrada na sessão de 15/12/16 da Primeira Turma Especializada (processo nº 284 da pauta ordinária).

Da referida certidão consta que: ¿A Turma, por unanimidade, negou provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Exmo. Sr. Relator".

Contudo, a referida certidão restou equivocada, na medida em que no voto, de fls. 100/101, assim como na ementa e no acórdão de fl. 103, consta que foi dado parcial provimento à remessa necessária.

Ante o exposto, suscito a presente Questão de Ordem a fim de que passe a constar da certidão de julgamento que: ¿A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Exmo. Sr. Relator¿.

Rio de Janeiro, 16 / 02 / 2017.

ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal ¿ Relator

BOLETIM: 2017000290

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001491-64.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001491-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/07/2016 06:55
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: GESSY GOMES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO INDEVIDAMENTE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. IMPOSSIBILIDADE.

- INSS objetiva a restituição de valores em decorrência de benefício previdenciário concedido de forma irregular;

- É inadequada a via eleita pelo INSS, porquanto é de entendimento jurisprudencial pacífico que os valores pagos de forma indevida, a título de benefício previdenciário, seja por erro, seja por má-fé, não se enquadram no conceito de crédito tributário ou não tributário, não sendo admitida a inscrição em dívida ativa;

- O artigo 2º da Lei 6.830/80 incluiu os créditos de natureza tributária ou não tributária, como passíveis de constituição e inscrição em dívida ativa da Fazenda Pública. Entretanto, a amplitude do conceito não tem o condão de abranger a inscrição de todo e qualquer crédito;

- A satisfação do crédito deve ser precedida do ajuizamento de ação ordinária, com vistas à obtenção do reconhecimento do direito da Fazenda Pública, no processo de conhecimento, assegurados ao devedor o contraditório e a ampla defesa;

- Não se inclui no conceito de dívida ativa não tributária, hábil a ensejar a execução fiscal, o valor supostamente devido à Fazenda Pública em decorrência de fraude na concessão de benefício previdenciário (AgRg no AREsp 225034/BA Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS - 2ª Turma do TJ - DJ 19/02/2013).

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à Apelação Cível, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

BOLETIM: 2017000291

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
1 - 0807305-47.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.807305-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 14/03/2017 12:17
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: ANTONIO MACEDO FARIAS
ADVOGADO: ANLEY SLEIMAN DA COSTA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0807305-47.2011.4.02.5101 - 03ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE
:
ANTONIO MACEDO FARIAS

ADVOGADO
:
ANLEY SLEIMAN DA COSTA
APELADO
:
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO
:
Procurador Regional da República
ORIGEM
:
03ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro (08073054720114025101)
Despacho
Intime-se o apelante Antônio Macedo Farias, nos termos do art. 600, §4º do CPP, para apresentação de suas razões de apelação no prazo legal, tendo em vista a manifestação da Defesa às fls. 346.
Após, ao Ministério Público Federal para contrarrazões e oferecimento de seu necessário e sempre valioso parecer
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal
(T210452)

BOLETIM: 2017000292

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
1 - 0010623-12.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.010623-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2017 14:23
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: AVACY DE OLIVEIRA CAMPOS
ADVOGADO: LUIZ MÔNICO COMÉRIO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0010623-12.2013.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Criminal
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE : AVACY DE OLIVEIRA CAMPOS
ADVOGADO : LUIZ MÔNICO COMÉRIO
APELADO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
D E S P A C H O
Intime-se o apelante AVACY DE OLIVEIRA CAMPOS, nos termos do art. 600, § 4º do CPP, para apresentação de suas razões de apelação no prazo legal, tendo em vista a manifestação da Defesa à fl. 172.
Após, ao Ministério Público Federal para contrarrazões e oferecimento de seu necessário e sempre valioso parecer.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal

SUBSECRETARIA DA 2a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 175970

IV - APELACAO CIVEL 2012.51.01.010081-7
Nº CNJ : 0010081-19.2012.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL SIMONE SCHREIBER
APELANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : FERNANDA MOREIRA DOS SANTOS REYNALDO

APELADO : BRAZ PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO : GUACIRA DE FRANCA ALBUQUERQUE E OUTROS
ORIGEM : NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201251010100817)

D E S P A C H O
Considerando a manifestação do INSS às fls.32/50, onde aponta erro nos cálculos de fls. 15/27 quanto ao reajuste ocorrido na competência 04/87, retornem os autos à Seção de Cálculo Judiciário – SECAJU.
Após vistas às partes e voltem-me os autos conclusos.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
SIMONE SCHREIBER
RELATORA

BOLETIM: 2017000331

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
1 - 0532615-07.2006.4.02.5101 Número antigo: 2006.51.01.532615-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 12:03
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: PAULO ROBERTO ALMEIDA FIGUEIREDO
ADVOGADO: AFONSO HENRIQUE DESTRI
APELANTE: ABEL DE ALMEIDA
ADVOGADO: CARLOS COSTA DA SILVEIRA
APELANTE: FABIANNACARNEIRO CARNAVAL ESPIRITO SANTO
ADVOGADO: CESAR TEIXEIRA DIAS
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0532615-07.2006.4.02.5101 - 05ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
CNJ Nº : 0532615-07.2006.4.02.5101 (2006.51.01.532615-9)
RELATOR(A): SIMONE SCHREIBER
APELANTE: PAULO ROBERTO ALMEIDA FIGUEIREDO E OUTROS
ADVOGADO(S): AFONSO HENRIQUE DESTRI, CARLOS COSTA DA SILVEIRA, CESAR TEIXEIRA DIAS
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO(S): Procurador Regional da República
ORIGEM : 05ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro (05326150720064025101)
DESPACHO
Intime-se a defesa dos apelantes PAULO ROBERTO ALMEIDA FIGUEIREDO, ABEL DE ALMEIDA E FABIANNA CARNEIRO CARNAVAL ESPÍRITO SANTO para apresentação de razões de apelação, na forma do art. 600, §4º, do CPP, tendo em vista o requerido às fls. 1766, 1767 e 1772.
Após, intime-se o Ministério Público Federal para contrarrazões e, posteriormente, manifestação como custos iuris.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
SIMONE SCHREIBER
Desembargadora Federal
T256343

BOLETIM: 2017000332

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0064127-16.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.064127-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/09/2016 12:19
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: MAURO DA SILVA
ADVOGADO: MARION SILVEIRA

APELADO: OS MESMOS
Originário: 0064127-16.2016.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
CNJ Nº : 0064127-16.2016.4.02.5101 (2016.51.01.064127-5)
RELATOR(A): SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E OUTRO
ADVOGADO(S): PROCURADOR FEDERAL, MARION SILVEIRA
APELADO: OS MESMOS
ADVOGADO(S):
ORIGEM : 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00641271620164025101)
DESPACHO
Diante da possibilidade de atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração de fls.194/201, dê-se vista ao embargado.
Após, voltem conclusos.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017
SIMONE SCHREIBER
Desembargadora Federal
T211860

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001031-67.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001031-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 13/02/2017 14:13
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
AGRAVANTE: LUIZ CARLOS BARREIROS
ADVOGADO: ANDRE LUIS PICLUM DAER
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0141570-34.2016.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO
AGRAVANTE
:
LUIZ CARLOS BARREIROS
ADVOGADO
:
ANDRE LUIS PICLUM DAER
AGRAVADO
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
:
03ª Vara Federal de Volta Redonda (01415703420164025104)
Decisão
Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por LUIZ CARLOS BARREIROS, objetivando reformar o despacho de 18/11/2016 (fls. 360/364), in verbis:
O cumprimento provisório de sentença é tratado pelo CPC em seus artigos 520 a 522 e é aplicável tanto quanto às obrigações de pagar quanto, no que couber, às obrigações de fazer, de não fazer ou de dar coisa, conforme prevê o §5º do art. 521 do CPC_.
A parte autora propôs a presente ação para fins execução provisória da obrigação de fazer reconhecida no processo originário nº 0000041-76.2006.4.02.5104, bem como para a apuração de diferenças para futura execução da obrigação de pagar.
O título judicial reconhecido, e mantido até este momento, em que resta pendente o julgamento de recurso especial, é o declarado na sentença do processo originário nº 0000041-76.2006.4.02.5104, que consta por cópias às fls. 105/115, cujo dispositivo é seguinte:
"Assim, reconheço a prescrição das parcelas atrasadas devidas à parte autora, que antecedem ao quinquídio anterior ao ajuizamento da ação.

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão autoral, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social a revisar a Renda Mensal Inicial do benefício previdenciário de Aposentadoria nº 44.106.951-7, conforme fundamentação supra, que passará a ter RMI no valor de 4.100.146,76, na data de sua DIB (15/10/92).

Condeno o réu, também, ao pagamento das parcelas atrasadas devidas em virtude das diferenças originadas da revisão acima determinada, a partir de janeiro de 2001 (em virtude de as parcelas anteriores estarem atingidas pela prescrição quinquenal), valores atrasados estes que deverão ser devidamente atualizados monetariamente até a data de seu efetivo pagamento, bem como acrescidos de juros moratórios, a contar apenas desde a citação, devidos nos percentuais de 0,5% (meio por cento) ao mês, até dezembro de 2002, inclusive (artigo 1.062 do Código Civil de 1916) e de 1% (um por cento) ao mês a partir de janeiro de 2003, inclusive (artigo 406 do Código Civil de 2002).

JULGO IMPROCEDENTE a pretensão de revisão do valor de seu benefício em manutenção, no mês de janeiro de 1993, mediante a aplicação do percentual de 141,21280% que seria relativo ao INPC."

Assim, quanto à obrigação de fazer a parte autora requer "a intimação do réu quanto ao conteúdo da presente, para em obrigação de fazer, aplicar para a RMI do benefício do autor o valor de 4.100.146,76 na data de sua DIB (15/10/92), com pagamento imediato de sua Renda Mensal de Benefício atualizada".

É o relatório. Decido.

Inicialmente, defiro a gratuidade de justiça requerida pela parte autora.

Considerando que a parte autora possui mais de 60 (sessenta) anos, defiro o benefício de prioridade na tramitação do processo, nos termos do art. 71 da Lei nº 10.741/2003 e do art. 1.048, I, do CPC, devendo a Secretaria proceder à respectiva identificação própria, no sistema informatizado desta Seção Judiciária, que evidencie o regime de tramitação prioritária.

A pendência de julgamento de recurso especial, que não possui efeito suspensivo automático, não obsta o cumprimento provisório da obrigação de fazer contra a Fazenda Pública.

O mesmo não ocorre com a obrigação de pagar contra a Fazenda Pública, sendo vedada a execução provisória de tal título enquanto não transitada em julgado a decisão final da fase de conhecimento, pois, a partir do advento da EC nº 30/2000, que deu nova redação ao §1º do art. 100 da CF/1988_, o STF firmou entendimento no sentido de que, não mais se mostra possível a instauração de execução provisória contra a Fazenda Pública, pois a norma constitucional em questão passou a exigir, agora de forma expressa, o trânsito em julgado da sentença judicial condenatória proferida contra a entidade de direito público.

Neste sentido:

Trata-se de recurso extraordinário interposto de decisão que entendeu cabível a execução provisória contra a Fazenda Pública. 2. No recurso extraordinário, alega-se violação do disposto nos arts. 5º; II, LIV, 37 e 100, §§ 1º e 4o, da Constituição federal. 3. Desde a promulgação da Emenda Constitucional 30, de 13.09.2000, que deu nova redação ao § 1o do art. 100 da CF/1988, tornou-se obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos apenas de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais. Assim, conforme o vigente texto constitucional, não se admite execução provisória de débitos da Fazenda Pública. 4. No mesmo sentido, a AC 361 min. Eros Grau, DJ 15.09.2004), a Pet 2.390 (rel. min. Ellen Gracie, DJ 16.08.2001) e o RE 421.233-AgR min. Carlos Velloso, DJ 06.06.2004). 5. Do exposto, e com base no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso, para reconhecer a impossibilidade de expedição de precatório antes do trânsito em julgado das sentenças desfavoráveis à Fazenda Pública. Determino que a parte ora recorrida arcará com os ônus da sucumbência.

(STF - RE: 463936 PR, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Data de Julgamento: 26/09/2005, Data de Publicação: DJ 05/10/2005 PP-00097)

A princípio poderia se cogitar que como a proibição existente no §1º do art. 100 da CF/1988 é para atos de alienação/expropriação, a execução provisória poderia tramitar para adiantamento de algumas fases processuais (liquidação do julgado, citação da Fazenda Pública, indo até o julgamento de eventuais embargos à execução), aguardando-se em seguida o trânsito em julgado da decisão cognitiva para, tão somente, formalizar-se o precatório e os demais atos de expropriação.

No entanto, a interpretação neste sentido encontra óbice no art. 783 do CPC_, haja vista que a redação do §1º do art. 100 da CF/1988, dada pela EC 62/2009, passou a considerar como não exigíveis contra a Fazenda Pública os créditos decorrentes de decisões não transitadas em julgado.

Portanto, a parte autora não possui no presente momento um título executivo líquido, certo e exigível que lhe permita iniciar uma execução por quantia certa, ainda que provisória.

Neste sentido:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - PEDIDO DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE - VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL E DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA. I - Interposto Recurso Especial nos autos do processo de conhecimento e estando suspenso o feito, nos termos do art. 543-C do CPC, não há trânsito em julgado que autorize o início da execução. II - O REsp não tem efeito suspensivo, não impedindo o cumprimento da obrigação de fazer, mas tal circunstância não se confunde com o imediato pagamento das prestações em atraso sem observância aos requisitos legais. III -

A Lei nº 11.232/2006, ao instituir o art. 475-O do CPC que trata da execução provisória subordina-se à norma constitucional prevista nas EC 30/2000 e 62/2009. IV - Ausência de Título Executivo líquido, certo e exigível que autorize o início da execução pecuniária. Inteligência dos arts. 586, 618, 267, V e 267, § 3º do CPC. V - Ausência de interesse processual, nos termos do art. 295, III do CPC. Petição inicial indeferida. VI - Sentença mantida. Apelação a que se nega provimento.

(TRF-3 - AC: 10516 SP 0010516-52.2011.4.03.6183, Relator: JUIZ CONVOCADO LEONARDO SAFI, Data de Julgamento: 04/11/2013, NONA TURMA)

Diante de todo o exposto, recebo a petição inicial da presente ação tão somente quanto ao pedido de cumprimento provisório da obrigação de fazer, não havendo que se falar neste momento, sequer, de apuração das diferenças devidas.

Cite-se o INSS, através da Procuradoria Federal Especializada, para ciência da presente, bem como para que cumpra a obrigação de fazer fixada na sentença do processo nº 0000041-76.2006.4.02.5104, no sentido de revisar o benefício da parte autora, comprovando tal efetivação nos autos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de fixação de multa por descumprimento na forma dos arts. 536, §1º e 537, §4º, ambos do CPC_, sem prejuízo das cominações do §3º do art. 536 do CPC_.

Havendo interesse em impugnar o cumprimento provisório da sentença, a parte executada poderá fazê-lo conforme a previsão do §1º do art. 520 do CPC, combinada com o art. 535 do mesmo diploma legal.

Decorrido o prazo acima fixado, com ou sem manifestação, intime-se a parte exequente para que, sendo o caso, requeira o que mais julgar necessário, no prazo de 10 (dez) dias.

Às fls. 01/13, o agravante sustenta ser possível promover execução provisória da obrigação de pagar as diferenças devidas, sob o argumento de que não tendo o recurso especial sido interposto pelo agravado, não haverá se falar em reformatio in pejus. Sustenta que o entendimento firmado na decisão agravada aplica-se apenas quando o recurso especial tenha sido interposto pela Fazenda Pública na qualidade de ré.

É o relato do necessário.

Conheço do Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 299, parágrafo único, e 1.015, I, ambos do Novo Código de Processo Civil.

Não havendo pedido de tutela de urgência, intime-se o Agravado para apresentação de contrarrazões de Recurso, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC.

Após, ao MPF (art. 1.019, III, do NCPC).

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELLO GRANADO

Desembargador Federal

(sap)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

2 - 0001531-36.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001531-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 23/02/2017 15:32

Gabinete 06

Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO

AGRAVANTE: PAULO CESAR MAGALHÃES

DEFENSOR PUBLICO: Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro

AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO

AGRAVANTE

:

PAULO CESAR MAGALHÃES

ADVOGADO

:

Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro

AGRAVADO

:

INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ADVOGADO

:

PROCURADOR FEDERAL

ORIGEM

:

()

Decisão

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, interposto por PAULO CESAR MAGALHÃES, objetivando reformar decisão de 24/01/2017 (fls. 9), proferida pelo Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Casimiro de Abreu/RJ, que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, em ação em que se busca a concessão do benefício previdenciário de auxílio doença.

O agravante requer a reforma da decisão agravada argumentando, em síntese, estar incapacitado para o trabalho em virtude dos problemas de saúde que lhe acometem, conforme laudo médico apresentado, além de outros documentos, que demonstram, indiscutivelmente, a verossimilhança do direito alegado.

É o relato do necessário. Decido.

Preliminarmente, em sede de cognição sumária, conheço do Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 299, parágrafo único, e 1.015, I, ambos do Novo Código de Processo Civil.

Com relação ao pedido de antecipação da tutela recursal não é possível inferir dos documentos que instruem a inicial os requisitos autorizadores da tutela provisória de urgência (probabilidade do direito invocado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo – art. 300 do NCPC).

Sabe-se que são requisitos para o deferimento do auxílio-doença: a) a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social; b) o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no artigo 26, III, em interpretação conjunta com o artigo 39, I, da Lei 8.213-91; c) a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa.

Pois bem, primeiramente, cabe observar uma discrepância entre a alegação do agravante, de que é portador de colapso quase total de l1 (80%) com código CID: 532.0, hérnia discal 14-15 referindo dor crônica e incapacitante sem melhora, com CID:562.2, e também sequela de fratura de base do 1º metacarpo de mão evoluindo com rizartrose e artrodese, com o laudo médico de fls. 15, atestando que o paciente não está em condições de exercer atividades laborativas, por encontrar-se em acompanhamento e tratamento médico-psiquiátrico, com uso de antidepressivo e ansiolítico.

Mesmo que a referida discrepância venha ser posteriormente esclarecida, o documento de fls. 27 indica que o agravante perdeu a qualidade de segurado faz bastante tempo, tendo como último vínculo com a agravada se dado na qualidade de autônomo há quase vinte anos, no período de 01/01/1994 a 31/03/1996 (fls. 27).

Além disso, não comprovou que sua incapacidade remonta ao período considerado de graça, previsto nas hipóteses do art. 15 da Lei 8.213/91, que o segurado mesmo deixando de exercer uma atividade remunerada e/ou deixando de contribuir, mantém tal qualidade e conservam todos os seus direitos perante a Previdência Social.

Portanto, neste exame de cognição sumária, a decisão agravada, além de não incorrer em teratologia, descompasso com a CRFB/1988, manifesta ilegalidade ou abuso de poder, não confronta posicionamento pacificado pelos Membros desta Corte ou Tribunais Superiores sobre a matéria em questão.

Ante o exposto, não estando presentes todos os requisitos processuais exigidos para antecipar a tutela recursal, INDEFIRO o pedido.

Intime-se a Agravada, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC.

Após, ao MPF (art. 1.019, III, do NCPC).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELLO GRANADO
Desembargador Federal
(sap)

BOLETIM: 2017000333

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001255-15.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001255-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/07/2016 09:56
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: VALDIRENE ANTÔNIA GOMES PEREIRA
ADVOGADO: Liete Volponi Fortuna
ADVOGADO: LORENA BIET VENTURINI
ADVOGADO: NATHÁLIA PEDREIRA LIMA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR
:
SIMONE SCHREIBER
PARTE
:
VALDIRENE ANTÔNIA GOMES PEREIRA
ADVOGADO
:
Liete Volponi Fortuna, LORENA BIET VENTURINI, NATHÁLIA PEDREIRA LIMA
PARTE
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
:
()
Decisão

A apelante postou, em 25/01/2017, petição (fls. 216), na qual requereu a juntada de laudo médico recente, bem como a reforma da sentença com a concessão do benefício de auxílio doença.

Ocorre que, na data acima mencionada, a 2ª Turma Especializada já havia julgado o recurso interposto, tendo dado parcial provimento à apelação para reformar a sentença e determinar que o INSS restabeleça o benefício de auxílio doença da parte autora desde a data em que foi indevidamente cancelado.

Sendo assim, nada a decidir.

Retornem os autos à Subsecretaria para que seja dado prosseguimento ao processamento.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

SIMONE SCHREIBER
Desembargadora Federal
(T215843)

BOLETIM: 2017000334

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal

1 - 0012177-42.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012177-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 22/11/2016 12:47
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
PACIENTE: CARLOS VANDERLEI MEDEIROS DE HOLANDA
IMPETRANTE: FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES
IMPETRANTE: ANDERSON BEZERRA LOPES
IMPETRANTE: ANDRE LUIZ HESPANHOL TAVARES
IMPETRANTE: FELIPE CONSONNI FRAGA
IMPETRANTE: ADRIANO VALENTE
IMPETRANTE: NILSON PAIVA
IMPETRANTE: LETÍCIA SAMPAIO
ADVOGADO: FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES
ADVOGADO: ANDERSON BEZERRA LOPES
ADVOGADO: ANDRE LUIZ HESPANHOL TAVARES
ADVOGADO: FELIPE CONSONNI FRAGA
ADVOGADO: ADRIANO VALENTE TORRACA FERREIRA
ADVOGADO: NILSON PIRES VIDAL DE PAIVA
ADVOGADO: LETICIA DE MELLO SAMPAIO

IMPETRADO: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE ANGRA DOS REIS - RJ
Originário: 0001532-53.2013.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis
Habeas Corpus Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Nº CNJ
:
Nº: 0012177-42.2016.4.02.0000 (2016.00.00.012177-0)
RELATORA
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO
IMPETRANTE
:
FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES, ANDERSON BEZERRA LOPES, ANDRE LUIZ HESPANHOL TAVARES, FELIPE CONSONNI FRAGA, ADRIANO VALENTE TORRACA FERREIRA, NILSON PIRES VIDAL DE PAIVA, LETICIA DE MELLO SAMPAIO
PACIENTE
:
IMPETRADO
:
IMPETRADO: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE ANGRA DOS REIS - RJ
ORIGEM
:
01ª Vara Federal de Angra dos Reis (00015325320134025111)
DECISÃO
Defiro o adiamento do julgamento deste feito para a sessão do dia 28/03/2017, conforme requerido à fl. 476.
Publique-se. Intime-se.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELLO GRANADO
Desembargador Federal
(T211413)

BOLETIM: 2017000335

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0008199-51.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.008199-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/03/2015 14:12
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: MARCIA ALEXANDRE DA COSTA PAIVA
ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
ADVOGADO: ALEX SANDRO DA SILVEIRA GONCALVES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0008199-51.2014.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO
APELANTE(S)
:
MARCIA ALEXANDRE DA COSTA PAIVA,INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ADVOGADO(S)
:
MARCELO DAVIDOVICH, ALEX SANDRO DA SILVEIRA GONCALVES, PROCURADOR FEDERAL
APELADO(S)
:
OS MESMOS
ADVOGADO(S)
:

ORIGEM
:
09ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (00081995120144025101)
Despacho
À Embargada (art. 1.023 §2º do NCPC).
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELLO GRANADO
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000713-84.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000713-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 03/02/2017 10:53
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: MARIA HELENA VIEIRA DE SOUZA
ADVOGADO: LUIZ HENRIQUE SANTOS DA SILVA
Originário: 0813564-63.2008.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO
AGRAVANTE
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO
:
MARIA HELENA VIEIRA DE SOUZA
ADVOGADO
:
LUIZ HENRIQUE SANTOS DA SILVA
ORIGEM
:
31ª Vara Federal do Rio de Janeiro (08135646320084025101)
Decisão

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, objetivando reformar a decisão de 26/10/2016, proferida na fase de cumprimento de sentença que, sem extingui-la, resolveu impugnação apresentada. Confira-se (grifos apostos):

Fls. 340/358 - Trata-se de impugnação feita pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS em face de Maria Helena Vieira de Souza, com fulcro no artigo 535 do CPC.

Em síntese, alega a Autarquia excesso de execução, visto que a Exequente, ao apresentar a planilha de cálculos, (i) utilizou como termo final para o cômputo dos atrasados a data de 10.2015, quando o correto seria 01.2015; (ii) não aplicou o disposto no art. 1º-F, da Lei no 9.494/97, com a redação dada pela Lei no 11.960/09, para a correção monetária e os juros moratórios.

O INSS apresenta a planilha de fls. 354/358 para liquidar o débito e entende como devido o valor total de R$ 205.231,59, atualizado até 10.2015.

Fl. 363 - Intimada a se manifestar em contraditório, a Autora afirma concordar com os cálculos apresentados pelo INSS, visando a não prolongar o feito.

Examinados, decido

Do Termo Final dos Atrasados:

Da análise do documento juntado à fl. 309, infere-se que o benefício da autora foi implantado a partir da competência de 02.2015.

Desta forma, assiste razão ao INSS, no sentido de que somente são devidos atrasados até 01.2015.

Da Correção Monetária e Juros Moratórios:

O INSS defende que a correção monetária de débitos previdenciários deveria ser feita de acordo com a aplicação da Taxa Referencial, em observância à Lei 11.960/2009, que alterou a redação do art. 1º-F da Lei 9494/97.

Merece prosperar a tese da Autarquia. O referido artigo, em sua redação atual, continua válido e com eficácia íntegra, não cabendo ao Juízo deixar de aplicá-lo fora da hipótese apreciada pelo Eg. STF (precatórios).

Este vem sendo, inclusive, o posicionamento do Eg. TRF-2. Confira-se acórdão proferido, de relatoria do Desembargador André Fontes, no julgamento dos embargos de declaração interpostos em sede de Apelação no processo n. 2011.51.19.000671-3:

"[...] o acórdão proferido quanto à modulação dos efeitos do julgamento das ADIs 4357 e 4425 foi inconteste em manter a eficácia do artigo 5º da Lei 11.960-09 até 25.03.15, entendendo como válidos os precatórios expedidos até aquela data; nada dispondo, contudo, sobre a validade daquela disposição legal quanto aos valores referentes às condenações impostas à Fazenda Pública que ainda não tenham sido objeto de expedição de precatório.

III - Tal conclusão é reforçada diante do acórdão proferido posteriormente por nossa Corte Suprema nos autos do Recurso Extraordinário nº 870.947, a determinar que o julgamento desse recurso fosse submetido ao procedimento de repercussão geral em que será apreciada a validade do artigo 1º-F da Lei 9.494-97, com redação dada pelo artigo 5º da Lei nº 11.960-09, quando dispõe acerca de juros moratórios e correção monetária sobre as condenações impostas à Fazenda Pública na atividade de conhecimento, em momento anterior à expedição do respectivo precatório de pagamento.

IV - Conquanto o Manual de Orientação para Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal determine, em sua edição vigente, a atualização monetária por índices diversos dos aplicados às cadernetas de poupança (IPCA e IPCA-E), consoante alterações introduzidas pela Resolução nº 267-2013 do Conselho de Justiça Federal, tal orientação é inaplicável, tendo em vista que nas ADIs 4.357 e 4425 não foi declarada a inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 11.960-09 quanto às condenações impostas à Fazenda Pública no momento de cognição da causa, devendo prevalecer, assim, o disposto nessa disposição legal quanto à incidência nesses casos dos índices aplicáveis às cadernetas de poupança. [...]¿

Sendo assim, reputo correta a conta apresentada pelo INSS para fixar o valor da obrigação de pagar em R$ 205.231,59, atualizado até 10.2015.

À vista da sucumbência da Exequente, condeno-as nos honorários sucumbenciais, no percentual de 10% sobre a diferença entre o valor utilizado pela Exequente para iniciar a execução (R$ 355.401,63 em 10.2015) e o valor ora homologado (R$ 205.231,59 em 10.2015). Fica, no entanto, sobrestada a execução, em virtude da gratuidade de justiça deferida (fl. 201).

Intimem-se as partes.

Às fls. 1/12, o agravante pugna pela revogação da gratuidade de justiça deferida à parte agravada a fim de que lhe sejam pagos os honorários advocatícios arbitrados em impugnação ao cumprimento de sentença, sob o argumento de que "o crédito de honorários deve ser considerado exigível porque o quadro fático que fundamentou a concessão da gratuidade de justiça se modificou nesta fase do processo. De acordo com a própria decisão agravada, a parte autora receberá R$ 205.231,59 (atualizado para 10.2015), quantia que lhe confere meios para suportar o pagamento da verba honorária". Ao final, requer seja atribuído efeito suspensivo visando garantir a eficácia da decisão a ser proferida por este e. Tribunal.

É o relato do necessário.

Preliminarmente, em sede de cognição sumária, conheço do Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 299, parágrafo único, e 1.015, I, ambos do Novo Código de Processo Civil.

Com relação ao pedido de atribuição de efeito suspensivo, não é possível inferir dos documentos que instruem a inicial a probabilidade de provimento do recurso e o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação (art. 995, parágrafo único, do NCPC).

Isso porque, como cediço, sendo presumida a condição de pobreza, esta somente pode ser afastada mediante prova incontestável em sentido contrário.

O fato de a agravada estar executando título judicial o qual lhe declarou credor de valores a título de parcelas atrasadas de benefício previdenciário não tem o condão de afastar o benefício de gratuidade de justiça, tampouco demonstra mudança patrimonial, sobretudo quando a verba executada tem natureza alimentar.

A Lei 1.060/50 ao afirmar que a parte gozará da assistência judiciária quando não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua

família, levou em consideração, exclusivamente, os normais rendimentos, isto é, o que se aufere mensalmente a título de renda.

De modo que o recebimento de verbas atrasadas, como as decorrentes de provimento jurisdicional, principalmente as decorrentes do próprio processo, não podem servir de parâmetro para analisar alteração da situação econômica do hipossuficiente.

Nesse sentido já se pronunciou o eg. TRF1, in verbis (grifos apostos):

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Estando a parte sob o pálio da justiça gratuita, a execução ficará suspensa, enquanto perdurar a situação de pobreza, pelo prazo máximo de cinco anos, quando estará prescrita, com base no art. 12 da Lei nº 1.060/50.

2. O fato do embargado receber verbas indenizatórias atrasadas, por si só, não tem o condão de pressupor a perda da sua condição de beneficiária da gratuidade judiciária, bem como se houve ou não alteração de sua situação econômica. Assim, se torna impossível a compensação dos aludidos valores na mesma ação. Precedentes.

3. Apelação a que se nega provimento.

(TRF1 - 2ª Turma, AC 0010172-98.2011.4.01.9199/MG, Rel. Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, e-DJF1 26.05.2011, p. 261.)

Portanto, neste exame de cognição sumária, a decisão agravada, além de não incorrer em teratologia, descompasso com a CRFB/1988, manifesta ilegalidade ou abuso de poder, não confronta precedente segundo a sistemática do NCPC ou posicionamento pacificado pelos Membros desta Corte ou Tribunais Superiores sobre a matéria em questão.

Ante o exposto, não estando presentes todos os requisitos processuais para sobrestar a eficácia da decisão agravada, INDEFIRO o pedido.

Intime-se a Agravada, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC.

Após, ao MPF (art. 1.019, III, do NCPC).

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELLO GRANADO

Desembargador Federal

(sap)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0000953-73.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000953-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 09/02/2017 17:52

Gabinete 06

Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO

AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: DAVIDOVICH - ADVOGADOS ASSOCIADOS - EPP

ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH

PARTE AUTORA: LUIZ PAULO DE SOUZA BONFIM

ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH

Originário: 0021332-97.2013.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO

AGRAVANTE

:

INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E OUTRO

ADVOGADO

:

PROCURADOR FEDERAL, MARCELO DAVIDOVICH

AGRAVADO

:

DAVIDOVICH - ADVOGADOS ASSOCIADOS - EPP

ADVOGADO

:

MARCELO DAVIDOVICH

ORIGEM

:

25ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00213329720134025101)

Decisão

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, objetivando reformar decisão que indeferiu requerimento de que seja expedido precatório para pagamento de honorários advocatícios contratuais.

Às fls. 1/10, o agravante aduz que os honorários contratuais devem ser requisitados da mesma forma que o crédito do autor, através de precatório, independentemente do valor que tiverem, considerando que o valor da condenação supera o limite de 60 salários mínimo, sob pena de violação ao regime constitucional dos precatórios.

É o relato do necessário.

Decido.

Preliminarmente, em sede de cognição sumária, conheço do Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 299, parágrafo único, e 1.015, I, ambos do Novo Código de Processo Civil.

Com relação ao pedido de atribuição de efeito suspensivo, não é possível inferir dos documentos que instruem os autos originários a probabilidade de provimento do recurso e o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação (art. 995, parágrafo único, do NCPC).

Isso porque, a Resolução nº 405/2016, do Conselho da Justiça Federal, objetivando regulamentar, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, os procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, às compensações, ao saque e ao levantamento dos depósitos, prevê nos arts. 18 e 19 o seguinte:

Art. 18 - Ao advogado será atribuída a qualidade de beneficiário quando se tratar de honorários sucumbenciais e de honorários contratuais, ambos de natureza alimentar.

Parágrafo único - Os honorários sucumbenciais e contratuais não devem ser considerados como parcela integrante do valor devido a cada credor para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 19 - Caso o advogado pretenda destacar do montante da condenação o que lhe couber por força de honorários contratuais, na forma disciplinada pelo art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, deverá juntar aos autos o respectivo contrato antes da elaboração do requisitório, não sendo admitido o requerimento de destaque de honorários no âmbito do tribunal.

Nesse contexto, a questão não traz em si maior complexidade, pelo contrário o dispositivo estabelece, de forma expressa, que os honorários advocatícios sucumbenciais e contratuais não integram o valor principal, autorizando-se a expedição de requisição própria para seu pagamento.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte julgado do eg. TRF-4ª Região:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FRACIONAMENTO. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. 1. O art. 18 da Resolução nº 405/2016 do CJF estabelece, de forma expressa, que os honorários advocatícios sucumbenciais e contratuais não integram o valor principal, autorizando-se a expedição de requisição própria para seu pagamento. 2. Desse modo, não cabe condicionar a requisição da verba honorária à observância da mesma modalidade a que sujeito o crédito principal, sob pena de esvaziar de eficácia o art. 18 da Resolução nº 405/2016 do CJF. (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5019801-03.2016.4.04.0000/PR, RELATORA: Des. Federal MARGA INGE BARTH TESSLER, Data do Julgamento: 04.10.2016)

Portanto, neste exame de cognição sumária, a decisão agravada, além de não incorrer em teratologia, descompasso com a CRFB/1988, manifesta ilegalidade ou abuso de poder, não confronta posicionamento pacificado pelos Membros desta Corte ou Tribunais Superiores sobre a matéria em questão.

Ante o exposto, não estando presentes todos os requisitos processuais exigidos para sobrestar a eficácia da decisão agravada, INDEFIRO o pedido.

Intime-se o Agravado para apresentação de contrarrazões de Recurso, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC.

Após, ao MPF (art. 1.019, III, do NCPC).

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELLO GRANADO

Desembargador Federal

(sap)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0001493-24.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001493-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição para Órgão Julgador - 23/02/2017 12:37

Gabinete 06

Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO

AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: JAIR FERREIRA AGUILERA
AGRAVADO: MAGNAGO ADVOGADOS
ADVOGADO: FERNANDO PETERSON MAGNAGO
PARTE AUTORA: CLAUDIO DE PAULA SOUZA
ADVOGADO: SILVIA APRATTO TENORIO TRINTA
Originário: 0012536-54.2012.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO
AGRAVANTE
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E OUTRO
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL, SILVIA APRATTO TENORIO TRINTA
AGRAVADO
:
JAIR FERREIRA AGUILERA E OUTRO
ADVOGADO
:
FERNANDO PETERSON MAGNAGO
ORIGEM
:
13ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00125365420124025101)
Decisão

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, objetivando reformar decisão que determinou o destaque de honorários advocatícios contratuais no percentual de 30%, a serem pagos por meio de requisição de pequeno valor – RPV.

Às fls. 1/9, o agravante aduz que o requisitório deve ser realizado por meio de precatório, considerando que o valor total do crédito (R$ 65.678,98) supera o limite legal das obrigações definidas por lei como de pequeno valor. Sustenta que os honorários contratuais devem ser requisitados da mesma forma que o crédito do autor, independentemente do valor que tiverem.

É o relato do necessário.

Decido.

Preliminarmente, em sede de cognição sumária, conheço do Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 299, parágrafo único, e 1.015, I, ambos do Novo Código de Processo Civil.

Com relação ao pedido de atribuição de efeito suspensivo, não é possível inferir dos documentos que instruem os autos originários a probabilidade de provimento do recurso e o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação (art. 995, parágrafo único, do NCPC).

Isso porque, o valor total do crédito (R$ 66.678,98) mencionado pelo agravante em suas razões de recurso encontra-se equivocado, conforme se observa do processo principal, em que o próprio INSS (fls. 228/230), nos termos do artigo 526 do CPC, forneceu a planilha de cálculo no valor de R$ 14.826,11, com a qual a parte autora manifestou concordância (fls. 236).

Visto isso e considerando que o valor total do crédito (R$ 14.826,11) não supera o limite de 60 (sessenta) salários mínimos para a expedição de ofício requisitório de pequeno valor, por ora considero que a decisão agravada, além de não incorrer em teratologia, descompasso com a CRFB/1988, manifesta ilegalidade ou abuso de poder, não confronta posicionamento pacificado pelos Membros desta Corte ou Tribunais Superiores sobre a matéria em questão.

Ante o exposto, não estando presentes todos os requisitos processuais exigidos para sobrestar a eficácia da decisão agravada, INDEFIRO o pedido.

Intime-se o Agravado para apresentação de contrarrazões de Recurso, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC.

Após, ao MPF (art. 1.019, III, do NCPC).

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELLO GRANADO
Desembargador Federal
(sap)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001742-72.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001742-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 09/03/2017 13:21
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS
ADVOGADO: DIOGO DOS SANTOS TEIXEIRA
Originário: 0178132-51.2016.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO
AGRAVANTE
:
UNIAO FEDERAL
ADVOGADO
:
ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO
:
MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS
ADVOGADO
:
DIOGO DOS SANTOS TEIXEIRA
ORIGEM
:
05ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01781325120164025101)
Decisão

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pela UNIÃO FEDERAL objetivando reformar a decisão de 11/01/2017, proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal/SJRJ. Confira-se (grifos apostos):

MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS, qualificada na inicial, propôs a presente demanda em face da UNIÃO FEDERAL, postulando, inicialmente, o deferimento da tutela de urgência para determinar o restabelecimento do benefício de bolsa família, cadastrado sob o nº 121.51173.68.4, que estava sendo percebido regularmente pela autora.

Alegou, em síntese, que vinha percebendo bolsa família do governo federal, até o dia em que foi informada do cancelamento do benefício pelo fato de receber aposentadoria por tempo de contribuição no valor de R$ 3.274,74, o que seria incompatível com o recebimento do benefício. Aduz que nunca recebeu qualquer valor dos cofres dos INSS e que houve fraude envolvendo seu nome quanto à percepção da aposentadoria. No mérito, requereu, também, o pagamento dos valores vencidos desde a data do cancelamento do benefício, mais indenização por danos morais.

Com a inicial (fls. 1/6), vieram documentos (fls. 7/14).

Vieram os autos conclusos para decisão.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Defiro a gratuidade de justiça requerida pela parte autora, haja vista a presunção da firmação de pobreza estabelecida no art. 99, parágrafo 3º, do CPC.

A tutela de urgência - tal como a requerida pela autora - só poderá ser concedida quando houver fundamento relevante e possibilidade de ineficácia da decisão final de mérito.

De acordo com as informações prestadas, pode ter havido algum equívoco quanto à elaboração da folha de pagamento referente a aposentadoria por tempo de contribuição que tenha resultado no cancelamento do benefício da autora. Compulsando o documento de fl. 12, verifica-se que, apesar da identidade dos nomes e números de CPF, a data de nascimento da beneficiária ali arrolada é diversa da data de nascimento da autora. Também se concluiu que se refere a pensão por morte, vigente desde setembro de 1993. Afora isso, presume-se que, para a concessão de Bolsa Família, o órgão responsável deva realizar uma pesquisa no sistema para verificar se os requerentes atendem aos requisitos exigidos. Então, quando do requerimento formulado pela autora, deveria ter aparecido no sistema a percepção do benefício de aposentadoria, caso ela efetivamente o recebesse e, assim, não teria havido a possibilidade de deferimento do Bolsa Família. Assim, presente a plausibilidade da tese sobre o direito invocado.

Além do mais, a autora ajuizou ação de responsabilidade civil, processo nº 0178128-58.2016.4.02.5151, em face do INSS, perante o 14º Juizado Especial Federal (fls. 29/30), requerendo, liminarmente, a suspensão do benefício referente à aposentadoria por tempo de contribuição. Na decisão, a magistrada reconheceu, pela documentação juntada, haver divergência entre os dados constantes na CNIS (fls. 25/26) e os encontrados na consulta formulada no Sistema Dataprev (fls. 27/28). Porém, para evitar um possível prejuízo decorrente do deferimento da suspensão do benefício que pode ser devido a outra beneficiária, se caso o equívoco seja resultante de homonímia, foi indeferida a tutela de urgência e invertido o ônus da prova para que o INSS trouxesse aos autos toda a documentação acerca do caso em tela, o que reforça a probabilidade do direito discutido.

Por sua vez, o risco de dano irreparável também se evidencia, pois a autora está privada da percepção dos valores indispensáveis a sua sobrevivência.

DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA, para determinar que a parte ré promova o restabelecimento imediato do benefício referente ao Bolsa Família que estava sendo pago regularmente à parte autora.

Cite-se e intime-se a União Federal, com urgência, constando do mandado a necessidade de apresentação de toda a documentação relativa à questão debatida nestes autos.

P.I.

Às fls. 1/9, o Agravante aduz que o cancelamento do benefício bolsa família decorreu de informações oficiais constantes do banco de dados do INSS no sentido de que a demandante estaria percebendo uma aposentadoria no montante de R$ 3.274,74 e que, ainda que o cancelamento tenha decorrido de atos fraudulentos envolvendo equivocadamente o nome da agravada, a agravante respeitou os princípios da legalidade e da legitimidade do ato administrativo, pelo que restou descaracterizada a probabilidade do direito e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Por fim, requer a atribuição do efeito suspensivo e, ao final, seja dado provimento ao agravo, para revogar a decisão que deferiu a tutela provisória de urgência.

É o relato do necessário.

Decido.

Preliminarmente, em sede de cognição sumária, conheço do Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 299, parágrafo único, e 1.015, I, ambos do Novo Código de Processo Civil.

Com relação ao pedido de atribuição de efeito suspensivo, não é possível inferir dos documentos que instruem a inicial a probabilidade de provimento do recurso e o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação (art. 995, parágrafo único, do NCPC).

Isso porque, como bem ressaltou o MM. Juiz de 1º grau: "De acordo com as informações prestadas, pode ter havido algum equívoco quanto à elaboração da folha de pagamento referente a aposentadoria por tempo de contribuição que tenha resultado no cancelamento do benefício da autora. Compulsando o documento de fl. 12, verifica-se que, apesar da identidade dos nomes e números de CPF, a data de nascimento da beneficiária ali arrolada é diversa da data de nascimento da autora. Também se concluiu que se refere a pensão por morte, vigente desde setembro de 1993. Afora isso, presume-se que, para a concessão de Bolsa Família, o órgão responsável deva realizar uma pesquisa no sistema para verificar se os requerentes atendem aos requisitos exigidos. Então, quando do requerimento formulado pela autora, deveria ter aparecido no sistema a percepção do benefício de aposentadoria, caso ela efetivamente o recebesse e, assim, não teria havido a possibilidade de deferimento do Bolsa Família."

Portanto, neste momento processual, se há o risco de lesão grave e de difícil reparação – perigo da demora, este não deve ser imputado à decisão agravada, mas ao próprio INSS, órgão responsável por fiscalizar os registros e inserção de dados no sistema.

Posto isso, a decisão agravada, além de não incorrer em teratologia, descompasso com a CRFB/1988, manifesta ilegalidade ou abuso de poder, não confronta precedente segundo a sistemática do NCPC ou posicionamento pacificado pelos Membros desta Corte ou Tribunais Superiores sobre a matéria em questão.

Ante o exposto, não estando presentes todos os requisitos processuais para sobrestar a eficácia da decisão agravada, INDEFIRO o pedido.

Intime-se a Agravada, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC.

Após, ao MPF (art. 1.019, III, do NCPC).

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELLO GRANADO

Desembargador Federal

(sap)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0001883-91.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001883-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 18:23

Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: RENILTON RIGNES DE MELO
ADVOGADO: MARCELO CARVALHINHO VIEIRA
Originário: 0000155-57.2011.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO
AGRAVANTE
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO
:
RENILTON RIGNES DE MELO
ADVOGADO
:
MARCELO CARVALHINHO VIEIRA
ORIGEM
:
2ª Vara Federal Cível (00001555720114025001)
Decisão

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, objetivando reformar decisão que determinou a cisão do valor da condenação sofrida pela Fazenda Pública/INSS, de modo que os honorários contratuais sejam pagos por RPV.

Às fls. 1/9, o agravante aduz que os honorários contratuais devem ser requisitados da mesma forma que o crédito do autor, através de precatório, independentemente do valor que tiverem, considerando que o valor da condenação supera o limite de 60 salários mínimo, sob pena de violação ao regime constitucional dos precatórios.

É o relato do necessário.

Decido.

Preliminarmente, em sede de cognição sumária, conheço do Agravo de Instrumento, nos termos dos arts. 299, parágrafo único, e 1.015, I, ambos do Novo Código de Processo Civil.

Com relação ao pedido de atribuição de efeito suspensivo, não é possível inferir dos documentos que instruem os autos originários a probabilidade de provimento do recurso e o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação (art. 995, parágrafo único, do NCPC).

Isso porque, a Resolução nº 405/2016, do Conselho da Justiça Federal, objetivando regulamentar, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, os procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, às compensações, ao saque e ao levantamento dos depósitos, prevê nos arts. 18 e 19 o seguinte:

Art. 18 - Ao advogado será atribuída a qualidade de beneficiário quando se tratar de honorários sucumbenciais e de honorários contratuais, ambos de natureza alimentar.

Parágrafo único - Os honorários sucumbenciais e contratuais não devem ser considerados como parcela integrante do valor devido a cada credor para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 19 - Caso o advogado pretenda destacar do montante da condenação o que lhe couber por força de honorários contratuais, na forma disciplinada pelo art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, deverá juntar aos autos o respectivo contrato antes da elaboração do requisitório, não sendo admitido o requerimento de destaque de honorários no âmbito do tribunal.

Nesse contexto, a questão não traz em si maior complexidade, pelo contrário o dispositivo estabelece, de forma expressa, que os honorários advocatícios sucumbenciais e contratuais não integram o valor principal, autorizando-se a expedição de requisição própria para seu pagamento.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte julgado do eg. TRF-4ª Região:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FRACIONAMENTO. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. 1. O art. 18 da Resolução nº 405/2016 do CJF estabelece, de forma expressa, que os honorários advocatícios sucumbenciais e contratuais não integram o valor principal, autorizando-se a expedição de requisição própria para seu pagamento. 2. Desse modo, não cabe condicionar a requisição da

verba honorária à observância da mesma modalidade a que sujeito o crédito principal, sob pena de esvaziar de eficácia o art. 18 da Resolução nº 405/2016 do CJF. (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5019801-03.2016.4.04.0000/PR, RELATORA: Des. Federal MARGA INGE BARTH TESSLER, Data do Julgamento: 04.10.2016)

Portanto, neste exame de cognição sumária, a decisão agravada, além de não incorrer em teratologia, descompasso com a CRFB/1988, manifesta ilegalidade ou abuso de poder, não confronta posicionamento pacificado pelos Membros desta Corte ou Tribunais Superiores sobre a matéria em questão.

Ante o exposto, não estando presentes todos os requisitos processuais exigidos para sobrestar a eficácia da decisão agravada, INDEFIRO o pedido.

Intime-se o Agravado para apresentação de contrarrazões de Recurso, nos termos do art. 1.019, II, do NCPC.

Após, ao MPF (art. 1.019, III, do NCPC).

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELLO GRANADO

Desembargador Federal

(sap)

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal

7 - 0000289-42.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000289-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 23/01/2017 12:48

Gabinete 06

Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO

IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PACIENTE: FABIANO VIEIRA DE LIMA

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

IMPETRADO: JUIZ DA 2ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0529740-40.2001.4.02.5101 - 02ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Habeas Corpus Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Nº CNJ

:

Nº: 0000289-42.2017.4.02.0000 (2017.00.00.000289-9)

RELATORA

:

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELLO GRANADO

IMPETRANTE

:

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PACIENTE

:

FABIANO VIEIRA DE LIMA

IMPETRADO

:

IMPETRADO: JUIZ DA 2ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

ORIGEM

:

02ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro (05297404020014025101)

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO em favor de FABIANO VIEIRA DE LIMA, objetivando fazer cessar alegado constrangimento ilegal perpetrado pelo d. juízo da 2ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, consubstanciado no processamento de ação penal e decretação de sua prisão preventiva, cujas imputações, lastreadas nas figuras típicas dos arts. 352, 157, § 2º, I e II e 148, todos do Código Penal, encontram-se prescritas; inexistindo, noutro aspecto, justa causa para a persecução em juízo.

Contudo, às fls. 148/149, o juízo impetrado informou o seguinte (grifos apostos):

Ocorre que, no dia 26/2017, nos autos da ação penal em referência, proferi sentença (ff. 1162-1170) em que declarei extinta a punibilidade do paciente com relação aos crimes dos artigos 148 e 352 do Código Penal e o absolvi da acusação relativa ao crime do artigo 157, § 2º, I e II, do Código Penal, por ausência de prova nos autos de que ele houvesse concorrido para o crime de roubo descrito na denúncia. No mesmo ato, determinei a imediata soltura do paciente, que permanece preso, contudo, em razão da existência de ordem de prisão diversa da que fora expedida por este juízo (ff. 1173-1174).

Sendo assim, resta prejudicado este habeas corpus em razão da perda do seu objeto.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do habeas corpus, com fulcro no art. 659 do CPP c/c art. 44, § 1º, I, do Regimento Interno.

Após transitado em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intime-se.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELLO GRANADO

Desembargador Federal

(T211413)

BOLETIM: 2017000336

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0168433-07.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.168433-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 08/07/2015 09:15

Gabinete 06

Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO

APELANTE: ONISIO FRANCISCO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0168433-07.2014.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Processo nº 0168433-07.2014.4.02.5101 (2014.51.01.168433-9)

ATO ORDINATÓRIO

(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

assinado eletronicamente

(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)

TANIA RODRIGUES GONÇALVES

ASSISTENTE II

Matrícula (10501)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0083573-39.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.083573-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 17/11/2015 18:37

Gabinete 04

Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO

APELANTE: GERALDO DE MELLO SENRA

ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0083573-39.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Processo nº 0083573-39.2015.4.02.5101 (2015.51.01.083573-9)

ATO ORDINATÓRIO

(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

assinado eletronicamente

(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)

TANIA RODRIGUES GONÇALVES

ASSISTENTE II

Matrícula (10501)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0121593-02.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.121593-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/02/2016 18:51
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: FLORO CORREA DA SILVA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0121593-02.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0121593-02.2015.4.02.5101 (2015.51.01.121593-9)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
TANIA RODRIGUES GONÇALVES
ASSISTENTE II
Matrícula (10501)

BOLETIM: 2017000337

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0013114-46.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.013114-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/11/2015 18:46
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: MARIA DA GLORIA OLIVEIRA DE SOUZA
ADVOGADO: CRISTIANE COUTINHO SALGADO TEIXEIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: HELENA HABARA
ADVOGADO: OLGA DE ARAUJO CARNIMEO
Originário: 0013114-46.2014.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0013114-46.2014.4.02.5101 (2014.51.01.013114-8)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0130284-39.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.130284-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/12/2014 12:27
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO

APELANTE: VICENTE BAETA MACHADO
ADVOGADO: IDELI MENDES DA SILVA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0130284-39.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0130284-39.2014.4.02.5101 (2014.51.01.130284-4)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0148824-38.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.148824-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/03/2015 14:09
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: LUZIA DE CARVALHO CASTILHO
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
ADVOGADO: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0148824-38.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0148824-38.2014.4.02.5101 (2014.51.01.148824-1)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0020345-90.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.020345-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/04/2016 15:59
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: GLORIA DIAS DA SILVA JOSE
ADVOGADO: EVANDRO JOSE LAGO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0020345-90.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0020345-90.2015.4.02.5101 (2015.51.01.020345-0)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

assinado eletronicamente

(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ GILBERTO DA SILVA

SUPERVISOR

Matrícula (11714)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0040605-91.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.040605-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 10/05/2016 12:44

Gabinete 04

Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: MARIA DO CARMO DA CONCEICAO

ADVOGADO: VALERIA APPOLONIO BORGES

Originário: 0040605-91.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Processo nº 0040605-91.2015.4.02.5101 (2015.51.01.040605-1)

ATO ORDINATÓRIO

(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

assinado eletronicamente

(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ GILBERTO DA SILVA

SUPERVISOR

Matrícula (11714)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

5 - 0125294-77.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.125294-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 18/10/2016 17:36

Gabinete 04

Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: VALDECI RUFINO DOS SANTOS

ADVOGADO: VINICIUS BRAGA HAMACEK

Originário: 0125294-77.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

Processo nº 0125294-77.2015.4.02.5001 (2015.50.01.125294-6)

ATO ORDINATÓRIO

(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

assinado eletronicamente

(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ GILBERTO DA SILVA

SUPERVISOR

Matrícula (11714)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0132505-58.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.132505-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/02/2016 09:01
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: HUMBERTO LOUREIRO
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0132505-58.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0132505-58.2015.4.02.5101 (2015.51.01.132505-8)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0136074-67.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.136074-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 31/03/2016 16:36
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: FLORIANO SENA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0136074-67.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0136074-67.2015.4.02.5101 (2015.51.01.136074-5)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0151224-88.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.151224-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/07/2016 16:55
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: MIGUEL OTERO SANCHES
ADVOGADO: LEO ROBERT PADILHA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0151224-88.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Processo nº 0151224-88.2015.4.02.5101 (2015.51.01.151224-7)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0152054-54.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.152054-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/06/2016 14:34
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: ABELARDO DE CASTRO
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO DURANTE BUSSOLO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0152054-54.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0152054-54.2015.4.02.5101 (2015.51.01.152054-2)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0059804-07.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.059804-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/03/2014 17:07
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: ANYR GAVINHO MACIEL
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0059804-07.2012.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0059804-07.2012.4.02.5101 (2012.51.01.059804-2)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente

(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0007544-16.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.007544-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/07/2016 12:32
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: FELISBELA FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0007544-16.2013.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0007544-16.2013.4.02.5101 (2013.51.01.007544-0)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0019284-15.2013.4.02.5151 Número antigo: 2013.51.51.019284-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/07/2015 14:43
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ELISEO IGLESIAS BOUZAN
ADVOGADO: MARCIO BRAGA
REMETENTE: JUÍZO DA 25ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0019284-15.2013.4.02.5151 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0019284-15.2013.4.02.5151 (2013.51.51.019284-5)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0112784-91.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.112784-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/10/2014 13:20
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MANOEL FERREIRA DANTAS FILHO
ADVOGADO: JACQUELINE HELENA DA CRUZ
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0112784-91.2013.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0112784-91.2013.4.02.5101 (2013.51.01.112784-7)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0138714-14.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.138714-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/09/2014 15:26
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA EDVIRGES DE ARAÚJO ALMEIDA
REPRESENTANTE: ALINE ROBERTA DE ARAUJO ALMEIDA
ADVOGADO: LEANDRO FERREIRA DE MATOS MAGALHAES
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0138714-14.2013.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0138714-14.2013.4.02.5101 (2013.51.01.138714-6)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0000384-91.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.000384-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/10/2014 18:53
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: PAULO MARTINS DA CUNHA
ADVOGADO: GERALDO MARCELINO DE FREITAS JUNIOR

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0000384-91.2014.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
Processo nº 0000384-91.2014.4.02.5104 (2014.51.04.000384-7)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

22 - 0181975-92.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.181975-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/03/2016 17:31
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: HILTON RODRIGUES ALVES
ADVOGADO: EVANDRO JOSE LAGO
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0181975-92.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0181975-92.2014.4.02.5101 (2014.51.01.181975-0)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

23 - 0183454-20.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.183454-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/01/2016 12:20
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JORGE TEIXEIRA DA SILVA
ADVOGADO: MARCELO JORGE DE CARVALHO
ADVOGADO: MARIA CLENICE DE MATTOS CARVALHO
REMETENTE: Juízo da 04ª Vara Federal de Niterói - 04VF-NI/RJ
Originário: 0183454-20.2014.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
Processo nº 0183454-20.2014.4.02.5102 (2014.51.02.183454-1)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0077514-35.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.077514-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/04/2016 14:12
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: ACY CARVALHO
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: Juízo da 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro - 31VF/RJ
Originário: 0077514-35.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0077514-35.2015.4.02.5101 (2015.51.01.077514-7)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0112214-46.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.112214-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/05/2016 13:44
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: MARIA ANALIA FALCÃO DO ROSÁRIO
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
ADVOGADO: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0112214-46.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
Processo nº 0112214-46.2015.4.02.5001 (2015.50.01.112214-5)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0114055-76.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.114055-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/06/2016 14:17
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: DALVA LUCIA BASTOS RAMOS
ADVOGADO: EVANDRO JOSÉ LAGO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: Juízo da 6ª Vara Federal Cível - 6VFCI-VIT/ES
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0114055-76.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
Processo nº 0114055-76.2015.4.02.5001 (2015.50.01.114055-0)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0120534-85.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.120534-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/03/2016 13:30
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: ERINETI FERNANDES
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
ADVOGADO: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0120534-85.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
Processo nº 0120534-85.2015.4.02.5001 (2015.50.01.120534-8)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0121816-49.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.121816-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/11/2016 14:32
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SHIRLEY MAGDALENA DA SILVA
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
REMETENTE: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NITEROI - RJ
Originário: 0121816-49.2015.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
Nº : 0121816-49.2015.4.02.5102 (2015.51.02.121816-0)
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SHIRLEY MAGDALENA DA SILVA
RENATO PEREIRA GOMES
ORIGEM : 01ª Vara Federal de Niterói (01218164920154025102)
DESPACHO

Remetam-se os autos à SECAJU para que sejam efetuados os cálculos no que tange à adequação do benefício previdenciário autoral, mediante a aplicação dos novos tetos estabelecidos nas Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/2003.

Para apurar eventuais diferenças da adequação em tela, o salário-de-benefício deve ser calculado sem a incidência do teto limitador, evoluído mediante a aplicação dos índices legais, ajustando-se, ainda, a renda mensal ao limite do teto em cada mês, a fim que se possa aferir a existência de diferenças entre o valor pago pelo INSS e o valor devido, considerando-se os novos tetos estabelecidos pelas referidas Emendas, consoante decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 564.354/SE, considerando a prescrição das parcelas anteriores ao quinqûenio que antecedeu o ajuizamento da presente ação.

No tocante à aplicação de juros e correção monetária acrescidos sobre eventuais valores em atraso, até a data da entrada em vigor da Lei 11.960/2009, os juros moratórios, contados a partir da citação, devem ser fixados em 1% ao mês, ao passo que a correção monetária deve ser calculada de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal. Após a entrada em vigor da Lei 11.960/2009, passam a incidir o índice oficial de remuneração básica e os juros aplicados à caderneta de poupança, conforme dispõe o seu art. 5°.

Após, dê-se vista às partes pelo prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, que começará a contar a partir da publicação deste despacho.

Transcorridos os prazos acima, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2016
SIMONE SCHREIBER,
Desembargadora Federal.
T256379

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0105354-31.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.105354-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 26/09/2014 15:55
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: OSWALDO ANTONIO MELLO FILHO
ADVOGADO: ENEVALDO GUILHERME DA SILVA FILHO
ADVOGADO: ADALGIZA FABIA SOUZA PEREIRA DA SILVA
Originário: 0803895-20.2007.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0105354-31.2014.4.02.0000 (2014.00.00.105354-3)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

BOLETIM: 2017000338

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0019710-84.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.019710-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/02/2017 16:22
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: WILLIAN SILVEIRA BRAGA
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0019710-84.2016.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
Nº : 0019710-84.2016.4.02.5001 (2016.50.01.019710-5)
APELANTE: WILLIAN SILVEIRA BRAGA E OUTRO
RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI, PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
ORIGEM : 6ª Vara Federal Cível (00197108420164025001)
DESPACHO

Remetam-se os autos à SECAJU para que sejam efetuados os cálculos no que tange à adequação do benefício previdenciário autoral, mediante a aplicação dos novos tetos estabelecidos nas Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/2003.

Para apurar eventuais diferenças da adequação em tela, o salário-de-benefício deve ser calculado sem a incidência do teto limitador, evoluído mediante a aplicação dos índices legais, ajustando-se, ainda, a renda mensal ao limite do teto em cada mês, a fim que se possa aferir a existência de diferenças entre o valor pago pelo INSS e o valor devido, considerando-se os novos tetos estabelecidos pelas referidas Emendas, consoante decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 564.354/SE, considerando a prescrição das parcelas anteriores ao quinqûenio que antecedeu o ajuizamento da presente ação.

No tocante à aplicação de juros e correção monetária acrescidos sobre eventuais valores em atraso, até a data da entrada em vigor da Lei 11.960/2009, os juros moratórios, contados a partir da citação, devem ser fixados em 1% ao mês, ao passo que a correção monetária deve ser calculada de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal. Após a entrada em vigor da Lei 11.960/2009, passam a incidir o índice oficial de remuneração básica e os juros aplicados à caderneta de poupança, conforme dispõe o seu art. 5°.

Após, dê-se vista às partes pelo prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, que começará a contar a partir da publicação deste despacho.

Transcorridos os prazos acima, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2017
SIMONE SCHREIBER,
Desembargadora Federal.
T256379

SUBSECRETARIA DA 3a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM:

3a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos ORDINARIA FÍSICA do dia 4 de ABRIL de 2017, TERÇA-FEIRA, às 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

00001 2007.51.06.001332-5 AC RJ 498397
CNJ : 0001332-71.2007.4.02.5106
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : AGRO COMERCIAL GONDAREM LTDA
ADV : MARCELLA UCHOA MASSAD E OUTROS

00002 2010.51.02.000698-9 REOAC RJ 566421
CNJ : 0000698-82.2010.4.02.5102
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
PARTEA : CARLOS AUGUSTO ESPINDOLA DIAS
ADV : MARIA CRISTINA KELM DIAS E OUTRO
PARTER : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
PARTER : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADV : CRISTINA LEE E OUTROS
PARTER : BANCO DO BRASIL S/A
ADV : VINICIUS BARROS REZENDE E OUTROS
PARTER : BANCO ITAU S/A
ADV : SEM ADVOGADO
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE NITEROI-RJ

Juizes impedidos
LANA REGUEIRA
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU JUST.GRAT.

00003 2003.50.01.003470-2 AC ES 356420
CNJ : 0003470-74.2003.4.02.5001
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APDO : TRACOMAL - TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇOES MACHADO LTDA
ADV : VANESSA SANTA BARBARA RODRIGUES COUTINHO E OUTRO

00004 2010.51.01.016507-4 (MS) APELREEX RJ 541902
CNJ : 0016507-18.2010.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : EXPRESSO MANGARATIBA LTDA
ADV : LUIZ HENRIQUE BARBOSA BENTES E OUTRO
RMTE : JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE NOVA IGUACU-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00005 2011.50.01.008938-4 (MS) APELREEX ES 571219
CNJ : 0008938-38.2011.4.02.5001
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : WELLINGTON PEDRO DA SILVA PINTO
ADV : ROBERTA MURARI DE ALBUQUERQUE
RMTE : JUIZO DA 6A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES

Juizes impedidos
LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS

ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00006 1900.51.01.216501-4 AC RJ 624359

CNJ : 0216501-81.1900.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL ADV :
APDO : CASA CARVALHO COMESTIVEIS S/A
ADV : SEM ADVOGADO

00007 1999.51.01.081317-7 AC RJ 624667
CNJ : 0081317-85.1999.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : PANIFICACAO LYS LTDA
ADV : SEM ADVOGADO

00008 1997.51.01.161784-3 AC RJ 584159
CNJ : 0161784-22.1997.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ENGE-RIO ENGENHARIA E CONSULTORIA S/A
ADV : SEM ADVOGADO

00009 2007.51.02.000641-3 AC RJ 626632
CNJ : 0000641-69.2007.4.02.5102
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : CLINICA RADIOLOGICA J DUTRA BAYAO LTDA
ADV : SEM ADVOGADO

00010 2004.51.02.001068-3 AC RJ 629479
CNJ : 0001068-71.2004.4.02.5102
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO
ADV : ADALBERTO DIAS PINHEIRO E OUTROS

00011 2002.51.01.507398-7 AC RJ 628867
CNJ : 0507398-98.2002.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : MARMOSERV MARMORARIA E SERVIÇOS LTDA
ADV : SEM ADVOGADO

00012 1998.51.01.037644-7 REOAC RJ 628820
CNJ : 0037644-76.1998.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
PARTEA : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
PARTER : PANCRETO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADV : SEM ADVOGADO
RMTE : JUIZO DA 12A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00013 2007.51.01.507367-5 AC RJ 628979
CNJ : 0507367-05.2007.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : HYDROPOWER ESTUDOS DE INF ENGA LTDA
ADV : SEM ADVOGADO

00014 2004.51.01.522453-6 AC RJ 628984
CNJ : 0522453-21.2004.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : DISTRILUZ ENERGIA ELETRICA S.A.
ADV : SEM ADVOGADO

00015 2005.51.01.510906-5 AC RJ 624153
CNJ : 0510906-47.2005.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : GRUPO ATON RIO DE SERVICOS LTDA
ADV : SEM ADVOGADO

00016 1999.51.01.084812-0 AC RJ 627702
CNJ : 0084812-40.1999.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : BAZAAR MALHARIA E ESTAMPARIA LTDA
ADV : SEM ADVOGADO

00017 2002.51.01.518765-8 AC RJ 574180
CNJ : 0518765-22.2002.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ASSISTÊNCIA MÉDICA PEDIÁTRICA DE URGÊNCIA LTDA
ADV : LOLA VAINSTOK FRANCA

00018 2006.51.02.004471-9 AC RJ 465993
CNJ : 0004471-77.2006.4.02.5102
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADV : ENIO VALLE PAIXAO E OUTROS
APDO : MUNICIPIO DE NITEROI
PROC : JAMIL JACOB SILVEIRA

INCID. : 2016021641 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : MUNICIPIO DE NITEROI
ADV : PEDRO DE HOLLANDA DIONISIO
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.176.

00019 2000.51.01.519013-2 AC RJ 621165
CNJ : 0519013-56.2000.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : CELIO MAURO DA SILVA GOULART
ADV : SEM ADVOGADO

INCID. : 2016007079 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.72/73.

00020 2011.51.01.004573-5 (MS) AC RJ 537330
CNJ : 0004573-29.2011.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : VILLA IPANEMA - CENTRO DE SAUDE MENTAL S/C LTDA
ADV : HENRIQUE CORREDOR CUNHA BARBOSA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

INCID. : 2017000214 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : VILLA IPANEMA - CENTRO DE SAUDE MENTAL S/C LTDA
ADV : HENRIQUE CORREDOR CUNHA BARBOSA E OUTROS
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.178/179.

00021 2007.51.01.017498-2 AC RJ 570888
CNJ : 0017498-96.2007.4.02.5101
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADV : ANA PAULA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA E OUTROS

APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : LIARTE METALQUIMICA LTDA
ADV : SAMUEL GAUDARD

INCID. : 2016019539 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADV : ANTONIO VIEIRA SIAS
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.387/388.

00022 2007.50.01.000819-8 APELREEX ES 480608
CNJ : 0000819-30.2007.4.02.5001
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OGMO - ORGAO DE GESTAO DE MAO DE OBRA DO TRABALHO PORTUARIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DO ESTADO DO
ESPIRITO SANTO
ADV : LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO E OUTROS
RMTE : JUIZO DA 6A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES

INCID. : 2017000037 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : OGMO - ORGAO DE GESTAO DE MAO DE OBRA DO TRABALHO PORTUARIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DO ESTADO DO
ESPIRITO SANTO
ADV : LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO E OUTROS
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.334/335.
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00023 2008.51.01.021887-4 AC RJ 466082
CNJ : 0021887-90.2008.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : ATLANTICA CIA/ DE SEGUROS E OUTROS
ADV : LEO KRAKOWIAK E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00024 2013.02.01.009144-2 AG RJ 231160
CNJ : 0009144-49.2013.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : WILLIAN CONNEL STEERS
ADV : IVAN LUIZ SOBRAL CAMPOS E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

Juizes impedidos
CLAUDIA NEIVA

00025 2011.02.01.008243-2 AG RJ 201122
CNJ : 0008243-52.2011.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : SEQUIP PARTICIPACOES S/A
ADV : ALEXANDRE JOSE SELVA CARNEIRO MONTEIRO E OUTRO
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
INT : NORMAK S/A CONSULTORIA E PARTICIPACOES
INT : KEVIN LOUIS MUNDIE
ADV : LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA E OUTROS
INT : WILLIAN CONNEL STEERS
ADV : ROMULO OLIVEIRA DE SOUZA PINTO E OUTRO
INT : ALCINDO DE AZEVEDO BARBOSA
ADV : GUSTAVO VAZ PORTO BRECHBUHLER E OUTRO

Juizes impedidos
CLAUDIA NEIVA

00026 2013.02.01.009131-4 AG RJ 231158
CNJ : 0009131-50.2013.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : SEQUIP PARTICIPACOES S/A
ADV : IVAN LUIZ SOBRAL CAMPOS E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

Juizes impedidos
CLAUDIA NEIVA

00027 2014.02.01.005842-0 AG ES 242720
CNJ : 0005842-75.2014.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : VERYCOM COMERCIAL LTDA
ADV : FABIANA DE ALMEIDA CHAGAS E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00028 2010.02.01.013095-1 AG RJ 192307
CNJ : 0013095-56.2010.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : MARCELO BAPTISTA DE OLIVEIRA
ADV : RICARDO LACAZ MARTINS E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00029 2010.51.01.006898-6 (MS) APELREEX RJ 512318
CNJ : 0006898-11.2010.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : ADEDI-ASSOCIACAO DAS EMPRESAS DO DISTRITO INDL/ DE CAMPO GRANDE
ADV : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 24A VARA-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00030 2006.51.02.004149-4 AC RJ 431674
CNJ : 0004149-57.2006.4.02.5102
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : ORIENTE CONSTRUCAO CIVIL LTDA
ADV : ALEXANDRE ALFREDO CORDEIRO DE FRANCA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00031 2013.02.01.013459-3 AG RJ 234526
CNJ : 0013459-23.2013.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : HOSPITAL EVANGELICO REGIONAL LTDA
ADV : PEDRO SOLIA PAMPLONA E OUTROS

00032 2013.02.01.012150-1 AG RJ 233605
CNJ : 0012150-64.2013.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : METALURGICA MOLDENOX LTDA
ADV : RICARDO ZINN DE CARVALHO E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00033 2013.02.01.012162-8 AG RJ 233585
CNJ : 0012162-78.2013.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : METALURGICA MOLDENOX LTDA
ADV : DANIEL BRAZIL E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00034 2013.02.01.015867-6 AG RJ 236264
CNJ : 0015867-84.2013.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : FUNDICAO GOYTACAZ LTDA
AGRDO : FERNANDO BARROS DE FARIA
ADV : SEM ADVOGADO

00035 2010.51.01.015308-4 (MS) APELREEX RJ 540258
CNJ : 0015308-58.2010.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : HOSPITAL DE CLINICAS SANTA CRUZ LTDA E OUTROS
ADV : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU AGR.RET.

00036 2014.02.01.000812-9 AG RJ 239136
CNJ : 0000812-59.2014.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : CONCRETO RESITAMIX LTDA E OUTROS
ADV : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00037 2014.02.01.002432-9 AG RJ 240293
CNJ : 0002432-09.2014.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : HELIO MARCIAL DE FARIA PEREIRA
ADV : IAGO CARVALHO
AGRDO : UNIAO FEDERAL
AGRDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC : PROCURADORIA GERAL - RJ

00038 2014.02.01.001970-0 AG RJ 239852
CNJ : 0001970-52.2014.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : VIACAO SUL FLUMINENSE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADV : EDISON FREITAS DE SIQUEIRA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00039 2014.02.01.002332-5 AG ES 240191
CNJ : 0002332-54.2014.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : MIGUEL BROTTO DOREA
ADV : SERGIO CARLOS DE SOUZA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00040 2013.02.01.002018-6 AG RJ 225791
CNJ : 0002018-45.2013.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : INTERATLANTICO S/A
ADV : ANDRE GOMES DE OLIVEIRA E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

Juizes impedidos
CLAUDIA NEIVA

00041 2014.02.01.001116-5 AG RJ 239397
CNJ : 0001116-58.2014.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : COMPANHIA LOCADORA DE EQUIPAMENTOS PETROLIFEROS - CLEP
ADV : LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA

00042 2010.50.04.000312-8 (MS) APELREEX ES 531921
CNJ : 0000312-55.2010.4.02.5004
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : CENTRO DE ENSINO LINHARES DARWIN LTDA
ADV : ARETUSA POLLIANNA ARAUJO E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO DA 6A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00043 2014.02.01.003249-1 AG RJ 240838
CNJ : 0003249-73.2014.4.02.0000
RELATOR : DES.FED. MARCUS ABRAHAM
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
PROC : ELIO FERREIRA DE SOUZA JUNIOR
AGRDO : METALCAD COMERCIO E SERVICOS LTDA
ADV : ADRIANO BARCELOS DE AZEVEDO

00044 2007.51.01.509292-0 AC RJ 519433
CNJ : 0509292-36.2007.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : SOC/ ESPANHOLA DE BENEFICENCIA
ADV : SARA MARIA GOMES DA SILVA MAIA DE CARVALHO E OUTROS

00045 2005.51.10.002882-9 APELREEX RJ 486209
CNJ : 0002882-60.2005.4.02.5110
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : SUPRI-M DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ADV : CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00046 2009.51.01.014737-9 AC RJ 543527
CNJ : 0014737-24.2009.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL

APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ALINE DE ASSIS FREIRE
ADV : SUELI PORTO ALEGRE DE ALMEIDA
ANOTAÇÕES : JUST.GRAT.

00047 2012.02.01.000864-9 AG RJ 208501
CNJ : 0000864-26.2012.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : POSTO DA BARONESA LTDA E OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO

00048 2011.02.01.012429-3 AG RJ 204267
CNJ : 0012429-21.2011.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : JOEL PEREIRA DE LIMA
ADV : SEM ADVOGADO

00049 2011.02.01.013869-3 AG RJ 205229
CNJ : 0013869-52.2011.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : VIRGÍLIO FURTADO DE MENDONÇA
ADV : SEM ADVOGADO

00050 2012.02.01.004634-1 AG ES 211407
CNJ : 0004634-27.2012.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : J. B. PRESTACAO DE SERVICOS AGRICOLAS LTDA - ME E OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO

00051 2011.02.01.005946-0 AG RJ 199536
CNJ : 0005946-72.2011.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : MANOS BARROS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA E OUTRO
ADV : JOSE MARIA BARBOSA E OUTROS
AGRDO : LINCOLN APARECIDO DE BARROS
ADV : SEM ADVOGADO

00052 2010.02.01.006169-2 AG RJ 188378
CNJ : 0006169-59.2010.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL ADV :
AGRDO : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV : EDUARDO MANEIRA E OUTROS
ADV : DANIEL B.P. SERRA LIMA
ADV : DANIEL LANNES POUBEL
ADV : THALES MACIEL ROLIZ
ADV : DONOVAN MAZZA LESSA

00053 1998.51.01.055824-0 AC RJ 537490
CNJ : 0055824-43.1998.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL

APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : BAZAR BOGOSS IAN LTDA ME
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - CURADORA ESPECIAL
APDO : LUIZ DANIEL MORGADO
ADV : SEM ADVOGADO

00054 2014.02.01.002328-3 AG ES 240189
CNJ : 0002328-17.2014.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : EPLO TRADING S/A E OUTROS
ADV : EMILIO AUGUSTO TRINXET BRANDÃO JUNIOR E OUTROS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00055 2013.02.01.011496-0 AG RJ 233093
CNJ : 0011496-77.2013.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : NELSON PEREIRA DE SA E OUTROS
ADV : FERNANDO NOBREGA MARTINS E OUTRO
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

Juizes impedidos
CLAUDIA NEIVA

00056 2003.51.01.544873-2 AC RJ 591557
CNJ : 0544873-54.2003.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : LIVRARIA FRANCISCO ALVES EDITORA S/A
ADV : GLEYDSON BRUNO FERRAZ PATROCINIO E OUTROS

00057 2010.51.02.001969-8 (MS) APELREEX RJ 549990
CNJ : 0001969-29.2010.4.02.5102
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APTE : DINISA SUL DISTRIBUIDORA NITEROI DE VEICULOS LTDA E OUTROS
ADV : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE NITEROI-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00058 2011.51.02.001273-8 (MS) AC RJ 549538
CNJ : 0001273-56.2011.4.02.5102
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : RODOCON CONSTRUCOES RODOVIARIAS LTDA
ADV : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00059 2011.51.01.003572-9 AC RJ 619536
CNJ : 0003572-09.2011.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : NILSON GERALDO DINIZ RIBEIRO E OUTROS
ADV : FERNANDO DE PAULA FARIA E OUTRO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00060 2008.51.01.519595-5 AC RJ 532490
CNJ : 0519595-75.2008.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA

PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIVERSAL MUSIC PUBLISHING LTDA
ADV : JOAO MAURICIO OTTONI WANDERLEY DE ARAUJO PINHO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00061 2005.51.01.013365-0 AC RJ 596038
CNJ : 0013365-79.2005.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : INTERUNION CAPITALIZACAO S/A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
ADV : SIMONE VOLOCH MAJZELS E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ANOTAÇÕES : AGR.RET.

00062 2005.50.01.009410-0 AC ES 470603
CNJ : 0009410-49.2005.4.02.5001
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : COBRAPI ENGENHARIA LTDA
ADV : VANISE GOMES SANTOS
ADV : FABIANO ANTONACCI NEVES
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00063 2010.51.01.015323-0 AC RJ 548011
CNJ : 0015323-27.2010.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : COTEPA ENGENHARIA LIMITADA EPP/
ADV : GUSTAVO DO AMARAL MARTINS E OUTROS
ANOTAÇÕES : AGR.RET.

00064 2007.50.01.002528-7 AC ES 545046
CNJ : 0002528-03.2007.4.02.5001
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : CONJUNTO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA E OUTRO
ADV : DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
ANOTAÇÕES : JUST.GRAT.

00065 1996.51.01.045321-4 APELREEX RJ 627961
CNJ : 0045321-31.1996.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ANTONIO MARTINS RODRIGUES DE ALMEIDA
ADV : VICTOR RIBEIRO COUTO
RMTE : JUIZO DA 8A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00066 1999.51.10.757317-3 AC RJ 538448
CNJ : 0757317-50.1999.4.02.5110
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : BABY DREAMS COM/ ATACADISTA LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO

00067 1900.51.01.711848-8 AC RJ 621663
CNJ : 0711848-76.1900.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL

APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : J N VIEIRA DECORACOES
ADV : SEM ADVOGADO

00068 2008.51.01.501071-2 REOAC RJ 524569
CNJ : 0501071-30.2008.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
PARTEA : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
PARTER : EREVAN ENGENHARIA S/A E OUTROS
ADV : ANTONIO LUIZ BUENO BARBOSA E OUTROS
RMTE : JUIZO DA 5A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00069 1999.51.10.757167-0 AC RJ 538450
CNJ : 0757167-69.1999.4.02.5110
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : BABY DREAMS COM/ ATACADISTA LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO

00070 1995.51.01.047599-0 AC RJ 624235
CNJ : 0047599-39.1995.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : RG DISTRIBUIDORA DE PARAFUSOS LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO

00071 1995.51.01.037649-5 AC RJ 628404
CNJ : 0037649-06.1995.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : A DOMINADORA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO

00072 2013.02.01.002540-8 AG RJ 226206
CNJ : 0002540-72.2013.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : ALUTECH ALUMINIO TECNOLOGIA LTDA
ADV : LUIZ GUSTAVO A.S.BICHARA E OUTROS
ADV : SANDRO MACHADO DOS REIS
AGRDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

INCID. : 2016004277 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : ALUTECH ALUMÍNIO TECNOLOGIA LTDA
ADV : MATTHEUS REIS E MONTENEGRO
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.243.

00073 2007.51.01.017642-5 APELREEX RJ 467228
CNJ : 0017642-70.2007.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APTE : BALPRENSA COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO LTDA
ADV : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO E OUTROS
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 29A VARA-RJ

INCID. : 2014042960 - EMBARGOS DE DECLARACAO

EMBTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.452/453.
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00074 1975.51.01.210996-5 AC RJ 529280
CNJ : 0210996-81.1975.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ENGEBRAS ENGENHARIA ESPECIALIZADA BRASILEIRA S/A
ADV : JOSE CARLOS LEAL DE MIRANDA BARROS E OUTROS

00075 2012.51.01.006039-0 (MS) APELREEX RJ 599013
CNJ : 0006039-24.2012.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : RICARDO SOARES TENÓRIO
ADV : LUCIANA LOUREIRO TERRINHA E OUTROS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ

INCID. : 2016007564 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : RICARDO SOARES TENORIO
ADV : LUIZA F. SAMPAIO DE LACERDA
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.68.
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00076 2004.51.01.022810-2 AC RJ 511227
CNJ : 0022810-58.2004.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : ATRIUM DEL REY BAR E RESTAURANTE LTDA
ADV : ROBERTO DONATO BARBOZA PIRES DOS REIS E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

Juizes impedidos
CLAUDIA NEIVA

00077 2007.51.01.528252-5 APELREEX RJ 617435
CNJ : 0528252-40.2007.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : NELY DOS SANTOS WERNECK DE CASTRO
ADV : LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ

INCID. : 2016001406 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.538.
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00078 2014.02.01.008760-1 AC RJ 627455
CNJ : 0008760-28.2014.4.02.9999
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : VOLT ELETRICA LTDA ME E OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO

INCID. : 2015014521 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.81.

00079 2014.02.01.008782-0 AC RJ 627456
CNJ : 0008782-86.2014.4.02.9999
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : VOLT ELETRICA LTDA ME E OUTRO
ADV : SEM ADVOGADO

INCID. : 2015014520 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.100.

00080 2014.02.01.000858-0 AG RJ 239281
CNJ : 0000858-48.2014.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : ALUBRAS ALUMINIO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADV : SEM ADVOGADO

INCID. : 2015003231 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.149.

00081 2011.02.01.004968-4 AG RJ 198974
CNJ : 0004968-95.2011.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : RESTAURANTE E CERVEJARIA RECANTO CARIOCA LTDA E OUTROS
ADV : SERGIO SAHIONE FADEL E OUTROS

INCID. : 2016023893 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.313.

00082 2008.51.19.000712-3 AC RJ 560186
CNJ : 0000712-83.2008.4.02.5119
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : SOLIDA EMBALAGENS INDUSTRIAIS S/A
ADV : FABIANA FREIRE FERNANDES E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

INCID. : 2016019846 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.128.

00083 2004.51.01.020466-3 AC RJ 440300
CNJ : 0020466-07.2004.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : CONSORCIO LUMMUS ANDROMEDA
ADV : ANTONIO AFFONSO LEITE DE CASTRO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

INCID. : 2016000125 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : CONSORCIO LUMMUS ANDROMEDA
ADV : LEONARDO ALFRADIQUE MARTINS
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.922/924.

Juizes impedidos
CLAUDIA NEIVA

00084 2004.51.01.024800-9 AC RJ 486019
CNJ : 0024800-84.2004.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : CSN - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
ADV : SILVIA HELENA GOMES PIVA E OUTROS
ADV : MAURICIO BELLUCCI
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

INCID. : 2015020337 - EMBARGOS DE DECLARACAO

Juizes impedidos
SALETE MACCALÓZ

00085 2007.51.01.531575-0 APELREEX RJ 604831
CNJ : 0531575-53.2007.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUGUSTO MOTTA - SUAM
ADV : MARCELO APARECIDO BATISTA SEBA E OUTROS
RMTE : JUIZO DA 10A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ

INCID. : 2016005222 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUGUSTO MOTTA
ADV : CAROLINA MORAES NOGUEIRA
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.965.
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00086 2014.02.01.002054-3 AG RJ 239955
CNJ : 0002054-53.2014.4.02.0000
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
AGRTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRDO : ANTÔNIO CARLOS CHEBABE - ESPOLIO
ADV : THIAGO JOSE SA FREITAS E OUTROS

INCID. : 2015016099 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBDO : ACÓRDÃO DE FL.845.

00087 2003.51.01.005815-0 AC RJ 516463
CNJ : 0005815-04.2003.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ
ADV : MONICA FERRAZ NOGUEIRA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

INCID. : 2013018147 - EMBARGOS DE DECLARACAO
EMBTE : RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ
ADV : MONICA FERRAZ NOGUEIRA E OUTROS
EMBDO : R. DECISÃO DE FLS. 725/728

Juizes impedidos
CLAUDIA NEIVA

00088 2004.51.01.020880-2 AC RJ 486022
CNJ : 0020880-05.2004.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA

PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : CSN - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
ADV : MARCOS ANDRÉ VINHAS CATÃO E OUTROS
ADV : RONALDO REDENSCHI
ADV : JULIO SALLES COSTA JANOLIO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

Juizes impedidos
SALETE MACCALÓZ

00089 2004.51.01.024716-9 AC RJ 486020
CNJ : 0024716-83.2004.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : CSN - COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
ADV : SILVIA HELENA GOMES PIVA E OUTROS
ADV : MAURICIO BELLUCCI
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

Juizes impedidos
SALETE MACCALÓZ

00090 2001.51.01.525675-5 AC RJ 516105
CNJ : 0525675-02.2001.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : C R ALMEIDA SA ENGENHARIA E CONSTRUCOES
ADV : ANDRE LUIS SOUTO DE ARRUDA COELHO E OUTROS

00091 2009.51.13.000414-6 APELREEX RJ 571045
CNJ : 0000414-75.2009.4.02.5113
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : VIACAO PROGRESSO E TURISMO LTDA
ADV : WILSON TAVARES DE CARVALHO E OUTROS
RMTE : JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE TRES RIOS-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00092 2011.51.02.000503-5 APELREEX RJ 554598
CNJ : 0000503-63.2011.4.02.5102
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : CARLOS ANTONIO DE CASTRO NOVO
ADV : SANDRO PEREIRA DA SILVA E OUTRO
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE NITEROI-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00093 2013.02.01.018184-4 AC ES 616416
CNJ : 0018184-31.2013.4.02.9999
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : DJ-PRODUCOES EDICAO E PUBLICIDADE LTDA - ME
ADV : DORIO COSTA PIMENTEL

00094 2006.51.01.506020-2 AC RJ 629301
CNJ : 0506020-68.2006.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

APDO : BOMBONIERE ROSAS LTDA
ADV : SEM ADVOGADO

00095 1993.51.01.046649-9 AC RJ 629338
CNJ : 0046649-98.1993.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : BIG DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E COMESTIVEIS LTDA
ADV : RAUL PRATA SAINT-CLAIR PIMENTEL

00096 2001.51.03.001967-0 APELREEX RJ 616686
CNJ : 0001967-71.2001.4.02.5103
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : EROS LOPES RAPHAEL JUNIOR
ADV : SEM ADVOGADO
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00097 1999.50.02.030553-1 APELREEX ES 621629
CNJ : 0030553-04.1999.4.02.5002
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : GRAMAL GRANITOS E MARMORES LAGE LTDA E OUTRO
APDO : NELSON LAGE
ADV : SEM ADVOGADO
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

Juizes impedidos
CLAUDIA NEIVA
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00098 2005.51.07.000052-5 AC RJ 588534
CNJ : 0000052-33.2005.4.02.5107
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ADAO JOSE DA COSTA
ADV : SEM ADVOGADO

00099 1900.51.01.212823-6 AC RJ 610692
CNJ : 0212823-58.1900.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : RODRIGUES SANTOS IND/ COM/ DE ARTEFATOS DE MOVEIS DE ACO LTDA
ADV : SEM ADVOGADO

00100 2010.51.01.506560-4 APELREEX RJ 608505
CNJ : 0506560-77.2010.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : ELIANE DOS SANTOS LOPES
APTE : DIGNA DOMINGUEZ MARTINEZ
ADV : BRUNO SILVA MATTOS DE CASTRO E OUTRO
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO DA 4A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00101 2011.51.01.519896-7 AC RJ 602905
CNJ : 0519896-17.2011.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROC : GUSTAVO DA GAMA VITAL DE OLIVEIRA
APDO : CAIXA DE CONSTRUCOES DE CASAS P/ PESSOAL DO MIN. DA MARINHA
PROC : HENRIQUE REZENDE DE ALBUQUERQUE CESAR

00102 2012.51.68.002864-0 AC RJ 616821
CNJ : 0002864-15.2012.4.02.5168
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ESCALER MOVEIS LTDA E OUTROS
ADV : SEM ADVOGADO

00103 2013.51.18.000623-3 AC RJ 608217
CNJ : 0000623-87.2013.4.02.5118
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ROGERIO RAMOS MENDES
ADV : SEM ADVOGADO

00104 2010.51.01.504186-7 AC RJ 584713
CNJ : 0504186-88.2010.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : SYSTEMS LOG EXPRESS TRANSPORTADORA LTDA EPP
ADV : WALDIMAR DE PAULA FREITAS E OUTROS

00105 2011.51.05.001076-8 AC RJ 597946
CNJ : 0001076-92.2011.4.02.5105
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ISIDORO DE OLIVEIRA NEVES
ADV : BIANKA DE FREITAS AGUIAR

00106 2009.51.01.504779-0 AC RJ 600583
CNJ : 0504779-54.2009.4.02.5101
RELATORA : DES. FED. LANA REGUEIRA
PAUTA : J.F.CONV. THEOPHILO MIGUEL
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : INTERCONTINENTAL HOTELEIRA LTDA
ADV : IURI ENGEL FRANCESCUTTI E OUTRO

00107 2007.51.01.500368-5 AC RJ 551136
CNJ : 0500368-36.2007.4.02.5101
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL ADV :
APDO : ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA
ADV : JORGE FERNANDO KOURY LOPES E OUTROS
ADV : FELIPE MAIA HERRERA DE ALMEIDA
ADV : MARIANA ROSADO SATHLER

00108 2010.50.01.008204-0 APELREEX ES 532489
CNJ : 0008204-24.2010.4.02.5001
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO

APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : MUNICIPIO DE VITORIA - ES
PROC : ANTONIO JOAQUIM MAGNAGO
RMTE : JUIZO DA 6A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU REC.ADES.

00109 2007.51.06.001188-2 AC RJ 509730
CNJ : 0001188-97.2007.4.02.5106
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : AGRISTAR DO BRASIL LTDA
ADV : JOAO JOAQUIM MARTINELLI E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00110 2008.51.01.805962-1 AC RJ 550797
CNJ : 0805962-21.2008.4.02.5101
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : SUPER CLEAN SERVIÇOS LTDA
ADV : LUIZ CLAUDIO BOTELHO E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00111 2004.51.01.001793-0 APELREEX RJ 540649
CNJ : 0001793-63.2004.4.02.5101
RELATORA : J.F.CONV. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : CEBAL BRASIL LTDA
ADV : EDUARDO BARROS MIRANDA PERILLIER E OUTROS
APTE : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADV : JOSE ADEMAR ARRAIS ROSAL FILHO E OUTROS
APTE : UNIAO FEDERAL
APDO : OS MESMOS
RMTE : JUIZO FEDERAL DA 21A VARA-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU REC.ADES. AGR.RET.

00112 2010.51.51.015502-1 AC RJ 529821
CNJ : 0015502-05.2010.4.02.5151
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : RH INTERNACIONAL LTDA
ADV : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00113 2011.51.05.000081-7 AC RJ 554968
CNJ : 0000081-79.2011.4.02.5105
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO
PROC : ROBSON OLIVEIRA BREDER
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC : SEBASTIAO ERLY ALVES DE ABREU

00114 2012.51.01.000881-0 (MS) AC RJ 561697
CNJ : 0000881-85.2012.4.02.5101
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : SEMPRE EDITORA LTDA
ADV : DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00115 2009.51.04.003655-9 AC RJ 591571
CNJ : 0003655-84.2009.4.02.5104

RELATORA : J.F.CONV. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : NEUSA FERNANDES BARRETO - ESPOLIO
ADV : PEDRO RUBENS WEYNE MARQUES E OUTRO

00116 2010.51.04.002840-1 AC RJ 541981
CNJ : 0002840-53.2010.4.02.5104
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : WILLIAM RESENDE DE CASTRO JUNIOR
ADV : ALOIZIO PEREZ
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00117 2009.51.03.002605-3 AC RJ 547244
CNJ : 0002605-26.2009.4.02.5103
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : MOISES DE SOUZA BOECHAT
ADV : MARCOS DE SOUZA BOECHAT E OUTROS
APTE : XINGUARA AUTOMOVEIS LTDA ME E OUTRO
ADV : MARIO JORGE DOS SANTOS TAVARES
ADV : MARY PATRICIA LAGE FIGUEIREDO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00118 1994.51.01.044034-0 AC RJ 551880
CNJ : 0044034-04.1994.4.02.5101
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : CONSTRUTORA CAMPOS GUERRA LTDA
ADV : WALTER CARLOS CONCEICAO E OUTROS

Juizes impedidos
CLAUDIA NEIVA

00119 2011.50.01.002073-6 APELREEX ES 552629
CNJ : 0002073-96.2011.4.02.5001
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ENGE URBE LTDA
ADV : WERNER BRAUN RIZK E OUTROS
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DE VITORIA-ES
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00120 2005.51.01.500087-0 APELREEX RJ 523985
CNJ : 0500087-51.2005.4.02.5101
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : ESTA S.A. E OUTROS
ADV : LUIZ GUSTAVO A. S. BICHARA E OUTROS
RMTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00121 2010.51.01.010989-7 AC RJ 567743
CNJ : 0010989-47.2010.4.02.5101
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : DESTILARIA JULIATTI DE CARVALHO LTDA
ADV : MARCELO RULI E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

APDO : ELETROBRAS - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A
ADV : MARCELO DUARTE MARTINS E OUTROS

00122 2008.51.01.014958-0 AC RJ 534098
CNJ : 0014958-41.2008.4.02.5101
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : VALECRED FOMENTO MERCANTIL LTDA
ADV : MARCOS ALMEIDA JUNQUEIRA REIS E OUTRO
APDO : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADV : MARCELO DUARTE MARTINS E OUTROS
ASSTE : UNIAO FEDERAL

00123 2009.50.01.010150-0 AC ES 565152
CNJ : 0010150-65.2009.4.02.5001
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : FRAMODAS CONFECCOES LTDA
ADV : CAIO VINICIUS KUSTER CUNHA E OUTROS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

00124 2007.51.01.527851-0 REOAC RJ 562580
CNJ : 0527851-41.2007.4.02.5101
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
PARTEA : LAFARGE BRASIL S/A
ADV : SACHA CALMON NAVARRO COELHO E OUTROS
PARTER : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
RMTE : JUIZO DA 4A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DO RIO DE JANEIRO-RJ
ANOTAÇÕES : DUPLO GRAU

00125 2001.51.11.000285-6 AC RJ 509602
CNJ : 0000285-57.2001.4.02.5111
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APDO : GRAFICA COSTA VERDE DE ANGRA LTDA-ME
ADV : BENEDITO CRISPIM FILHO E OUTROS

00126 2009.51.07.000096-8 AC RJ 524564
CNJ : 0000096-13.2009.4.02.5107
RELATORA : DES.FED. CLAUDIA NEIVA
PAUTA : J.F. GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APTE : KORSA ADMINISTRACAO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
ADV : EDOARDO MONTENEGRO DA CUNHA E OUTROS
ADV : ANDRÉ GONÇALVES DOS SANTOS ADÃO
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

RIO DE JANEIRO, 21 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM

PRESIDENTE

BOLETIM: 175957

IV - APELACAO CIVEL 2007.51.01.008480-4

Nº CNJ	:	0008480-51.2007.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	TRAYAHU RODRIGUES MOREIRA FILHO E OUTROS
ADVOGADO	:	A. L. MEIRELLES QUINTELLA E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010084804)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO. RE 566.621. DEMANDA AJUIZADA APÓS A VIGÊNCIA DA LC 118/05. APLICAÇÃO DO PRAZO QUINQUENAL. DIREITO À REPETIÇÃO CONFIRMADO APENAS PARA O PERÍODO DE 01/01/1989 A 31/12/1995. PRETENSÃO ALCANÇADA PELA PRESCRIÇÃO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO EXERCIDO. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO PROVIDO. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA PREJUDICADA.
1 - Os autos retornaram da Vice-Presidência por ocasião do juízo de admissibilidade do Recurso Extraordinário, para viabilizar o exercício do juízo de retratação com relação ao precedente firmado no RE nº 566.621/RS, a respeito do prazo prescricional aplicável à hipótese dos autos e o termo inicial para a sua contagem. Da mesma forma, determinou-se a revisão do julgado para que se amolde ao que restou decidido no REsp 1012903/RJ, sob a sistemática dos recursos repetitivos.
2 - A apelação dos autores foi parcialmente provida para reconhecer o direito à repetição do indébito tributário no período de 01/01/1989 a 31/12/1995, em razão da isenção prevista na Lei nº 7.713/88, entendimento que não diverge do que restou decidido no REsp 1012903/RJ, reexame que fica prejudicado em razão do reconhecimento da prescrição integral da prescrição.
3 - O STF, no julgamento do RE 566.621/RS, submetido à sistemática da repercussão geral, estabeleceu que é de cinco anos o prazo para o pedido de repetição/compensação do indébito tributário, para as ações ajuizadas após a entrada em vigor da LC 118/05. No caso, a demanda foi ajuizada em 11/05/2007, após a vigência da LC 118/2005. Forçoso reconhecer que estariam prescritos os valores de imposto renda recolhidos anteriormente a 11/05/2002. Como o direito à repetição do indébito tributário foi reconhecido apenas para os valores recolhidos no período de 01/01/1989 a 31/12/1995, a pretensão dos autores foi integralmente alcançada pela prescrição.
4 - Exerço o juízo de retratação, para, na forma do que estabelece o art. 1.039 do NCPC, acompanhar o entendimento da Suprema Corte na decisão transitada em julgado proferida no recurso paradigma, o RE 566.621/SP, confirmando-se a aplicação do prazo prescricional quinquenal ao caso concreto, o que fulmina a pretensão de repetição de indébito de valores recolhidos no período de 01/01/1989 a 31/12/1995 com a prescrição.
5 - Agravo Interno da União Federal provido. Julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, II, do NCPC, reconhecendo a prescrição. Apelação dos autores prejudicada. Mantida a sucumbência fixada na sentença.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, exercer o juízo de retratação em relação à prescrição, matéria devolvida no recurso extraordinário apontado como paradigma, para julgar procedente o agravo interno da União Federal, julgar extinto o feito, com exame de mérito, na forma do art. 1.039 do NCPC e julgar prejudicada a apelação da parte Autora, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 175971

IV – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AC 2007.51.01.017513-5

Nº CNJ	:	0017513-65.2007.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
ADVOGADO	:	BIANCA KALLER ROTHSTEIN E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	DÉCIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200751010175135)
EMBARGANTE	:	PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
ADVOGADO	:	BIANCA KALLER ROTHSTEIN SUKMAN E OUTROS
EMBARGANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	V. ACÓRDÃO DE FLS. 1219/1223

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA. AUTUAÇÃO ANTERIOR À LEI Nº 9.711/98. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. AFERIÇÃO INDIRETA. IMPOSSIBILIDADE. DEPÓSITO RECURSAL. DIFERENTE DE PAGAMENTO. AUTUAÇÃO POSTERIOR À LEI Nº 9.711/98. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. VÍCIOS NO JULGADO. INEXISTÊNCIA.

1- Em sede de embargos de declaração, descabe a rediscussão das matérias apreciadas no julgado, posto que não se coaduna com a sua natureza integrativa. A possibilidade de se atribuir, em caráter excepcional, efeitos infringentes ao recurso de embargos de declaração, deve se limitar às hipóteses de equívoco manifesto no julgado recorrido e àquelas em que a supressão do vício apontado obrigue a alteração do julgado. Precedentes: STJ - EDcl no REsp 830.577/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ de 03.08.2010 e EDcl no AgRg no REsp 242.037/PR, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, Quarta Turma, DJ de 16.11.2009.

2- A jurisprudência firmou-se no sentido de que, em regra, descabe a atribuição de efeitos infringentes aos embargos declaratórios, em cujo contexto é vedada rediscussão da controvérsia. Precedentes: STJ: EDcl no AgRg no REsp 1482730/TO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 19/04/2016, DJe 25/04/2016; EDcl no REsp 1519777/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Terceira Seção, julgado em 27/04/2016, DJe 02/05/2016 e incontáveis outros precedentes.

3- Mesmo no tocante ao requisito do prequestionamento - indispensável à admissão dos recursos especial e extraordinário -, a Corte Superior de Justiça tem entendido ser suficiente o prequestionamento implícito, presente quando se discute a matéria litigiosa de maneira clara e objetiva, ainda que sem alusão expressa aos dispositivos legais questionados. Assim - vale frisar -, apresenta-se desnecessária expressa declaração no acórdão recorrido dos dispositivos legais enumerados pelas partes, bastando que a matéria tenha sido objeto de efetiva apreciação pelo órgão julgador. Precedentes: EDcl no AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Convocada TRF 3ª REGIÃO), Segunda Turma, julgado em 01/03/2016, DJe 10/03/2016; REsp 1493161/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, julgado em 01/12/2015, DJe 02/02/2016.

4- As funções dos embargos de declaração são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão. Precedente: STJ - EDcl no REsp 1325756 – Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES – Decisão de 01/08/2012 – Data da Publicação: 07/08/2012.

5- Inexistência de vício no acórdão, eis que o seu voto condutor, parte integrante do julgado, abordou, com clareza e sem qualquer omissão, contradição ou obscuridade, todas as questões postas em juízo, reconhecendo o direito da Autora à repetição/compensação dos valores pagos referentes às NFLD's nºs. 35.297.835-1; 35.297.619-5; 35.297.618-7 e 35.297.376-5, eis que a documentação acostada aos autos demonstra que a constituição do crédito tributário, devido ao não recolhimento de contribuições previdenciárias, deu-se ainda na vigência da redação anterior do artigo 31 da Lei nº 8.212/91(competências de 03/1997; 10/1997 a 12/1997; 03/1998; 04/1998; 11/1996 a 11/1997; 11/1997 a 11/1998; e 12/1998) e diretamente em face do tomador de serviço, na forma de aferição indireta, sem que se constatasse a real impossibilidade de verificação dos dados necessários aos lançamentos fiscais junto à empresa executora/cedente da mão-de-obra, o que, por si só, impossibilita a elisão da responsabilidade solidária com respaldo no art. 31, § 3º, da Lei nº 8.212/91.

6- Em preliminar, o voto deixou assente que o pedido de repetição de indébito independe de prévia impugnação administrativa pelo contribuinte, sendo o bastante para se pleitear a restituição ou declaração do direito à compensação que ele tenha efetuado o pagamento considerado indevido, afigurando-se, pois, dispensável o processo administrativo.

7- Também restou assentado no *decisum* que, diante da jurisprudência do STJ quanto à resolução do mérito da causa, rechaçando a tese da legalidade da aferição indireta, tornou-se despicienda qualquer discussão acerca da comprovação ou não pela Autora de que os valores lançados já teriam sido recolhidos pela empresa prestadora de serviço.

8- No concernente às hipóteses em que o lançamento do débito tributário devido ao não recolhimento de contribuições previdenciárias, cujas competências se deram a partir de fevereiro de 1999, o voto foi expresso em afirmar que a Primeira Seção do STJ, em julgamento de recurso repetitivo (art. 543-C do CPC), consolidou entendimento no sentido do cabimento/validade do regime de substituição tributária adotado pela Lei nº 9.711/98, que alterou a redação originária do art. 31 da Lei nº 8.212/91, para instituir a responsabilidade exclusiva do contratante pelas contribuições devidas em decorrência da contratação de serviço ou obra, com intuito de aperfeiçoar a técnica de arrecadação das receitas tributárias da Seguridade Social.
9- Ante a constatação de que a constituição do crédito tributário referente à NFLD nº 35.297.489-3 se deu devido ao não recolhimento de contribuições previdenciárias, relativas ao período de 03/1999 e 04/1999, até o dia dois do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, da importância de 11% (onze por cento) do valor bruto constantes de tais documentos, na forma como prevê a legislação de regência, foi reconhecida a legitimidade da exigência do tributo.
10- O voto condutor do acórdão também apreciou detidamente o tema relacionado à prescrição, asseverando que "*o Supremo Tribunal Federal, no regime do artigo 543-B do antigo Código de Processo Civil/73 (art. 1.035 - CPC/2015), decidiu pela não aplicação retroativa da LC 118/2005, por violar a segurança jurídica, bem como pela necessidade de observância da vacatio legis de 120 dias, prevista no artigo 4º da referida norma, aplicando-se o prazo prescricional reduzido (05 anos) para a repetição ou a compensação de indébitos aos processos ajuizados a partir de 09 de junho de 2005. (STF - RE nº 566.621/RS)*".
11- Foi afirmado no voto que não há que se falar na prescrição da pretensão da Autora quanto à restituição de indébito relativo às NFLD's nºs. 35.297.835-1; 35.297.619-5; 35.297.618-7; 35.297.376-5 e 35.297.489-3, considerando-se que o prazo para se pleitear restituição de tributo, na forma do artigo 168, I, do CTN, é contado da data da extinção do crédito tributário pelo pagamento integral, que, quanto àquelas, ocorreu, respectivamente, em 31/01/2003 (fl. 47), 25/09/2002 (fl. 83), 25/09/2002 (fl. 119), 30/10/2002 (fl. 152) e 25/09/2002 (fl. 181), enquanto que a presente ação foi ajuizada em 05/07/2007, antes, portanto, de transcorrido o prazo de cinco anos dos efetivos pagamentos dos tributos.
12- Descabe a alegação de inobservância da cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CRFB/1988 e Súmula Vinculante 10 do STF), pois, ao se reconhecer a inocorrência da prescrição da pretensão da Autora quanto à restituição de indébito relativo às NFLD's nºs. 35.297.835-1; 35.297.619-5; 35.297.618-7; 35.297.376-5 e 35.297.489-3, não houve afastamento da norma ou declaração de inconstitucionalidade de dispositivos legais, mas, tão somente, a interpretação da legislação ordinária aplicada à espécie, no caso, o artigo 168, I, do CTN, considerando-se que o prazo para se pleitear restituição de tributo é contado da data da extinção do crédito tributário pelo pagamento integral, que, quanto àquelas, ocorreu, respectivamente, em 31/01/2003, 25/09/2002, 25/09/2002, 30/10/2002 e 25/09/2002.
13- O prazo de dois anos previsto no artigo 169 do CTN, a que alude a Ré, em seus embargos, é aplicável às ações anulatórias de ato administrativo que denega a restituição, que não se confundem com as demandas em que se postula restituição do indébito, cuja prescrição é regida pelo art. 168 do CTN. Nesse sentido: STJ - AgRg nos EDcl no REsp 944.822/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 17/08/2009.
14- Embargos de Declaração da Autora e da Ré desprovidos.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, . (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 175973

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.026254-3

Nº CNJ	:	0026254-36.2003.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	MAERSK BRASIL (BRASMAR) LTDA
ADVOGADO	:	ANA CRISTINA CASANOVA CAVALLO E OUTROS
ADVOGADO	:	THIAGO CRUZ CAVALCANTI
ORIGEM	:	1A. VARA FEDERAL DE MACAE (200351010262543)

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO INCABÍVEL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
1 – Não existe vício a ser sanado, por se depreender que a matéria posta nos autos restou clara e explicitamente apreciada, donde concluir que a pretensão de rejulgamento da causa, na via estreita dos embargos declaratórios, mostra-se inadequada.
2 – Não há violação ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o órgão fracionário do Tribunal pronuncia-se de forma suficiente sobre a questão posta nos autos, em que restaram explicitados os motivos concretos da incidência das normas aplicáveis ao processo em análise.
3 – Vício inexistente. Inadmissível a pretensão de se reabrir a discussão de matéria já decidida, por meio dos embargos declaratórios. Impropriedade da via eleita.
4 – Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2006.51.11.000807-8

Nº CNJ	:	0000807-11.2006.4.02.5111
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A
ADVOGADO	:	MAURO BERENHOLC E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	PRIMEIRA VARA FEDERAL DE ANGRA DOS REIS (200651110008078)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIBERAÇÃO DE MERCADORIA. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. DADOS INCONSISTENTES ENTRE O CERTIFICADO DE ORIGEM E A DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO. FATURAS COMERCIAIS. APRESENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE ATO COATOR ILEGAL.
1 – No caso concreto, a Impetrante impetrou mandado de segurança com o objetivo de ver reconhecido o seu direito à conclusão imediata do despacho aduaneiro de importação e ao desembaraço das mercadorias relativas às Declarações de Importação nº 06/0999950-2 e 06/1000058-0, consistentes em Minério de Zinco Sulfetado, classificação NCM 2608.00.10.
2 – Os Certificados de Origem expedidos pela Camara de Comercio de Lima possuem informações discrepantes daquelas que constam nas Declarações de Importação, apresentadas pela Impetrante perante a Autoridade Alfandegária Brasileira.
3 – Na Declaração de Importação nº 06/1000058-0, referente às faturas comerciais nº 002-0002682, 001-05181, 002-0002680, 003-0000180, 041-0001915, TRBP018665, TRBP018666, 100191, 001-513 e 001-514 e Certificados de Origem nº 040903, 040902, 040944, 040943 e 040942 consta como importadora a Impetrante e como exportadora a empresa Votorantrade NV. Porém, as faturas comerciais nº 002-0002682, 001-05181, 002-0002680, 003-0000180, 041-0001915 estão expressamente mencionadas nos Certificados de Origem nº 041408 e 041409, os quais não constam na DI nº 06/1000058-0. Já nos documentos expedidos pela Camara de Comercio de Lima/Peru há a observação de que as mercadorias seriam faturadas em um terceiro país pela empresa Glencore International AG-Baahermattstrasse, situada em Baar, na Suíça. Também os Certificados de Origem nº 040903 e 040902, mencionado na DI nº 06/1000058-0, possuem incongruência em relação aos dados constantes na DI, posto que nos documentos expedidos no Peru consta a observação de que as faturas comerciais nº TRBP018665 e TRBP018666 ficariam a cargo da empresa Trafigura Beheer BV Amsterdam, situada em Lucerna, Suíça, enquanto na Declaração de Importação consta como exportadora a Votorantrade NV.
4 – Diante da inconsistência dos dados e informações que não guardavam correlação entre si, nos documentos de natureza diversa e que embasam a importação, não se configura como ato ilegal, tampouco abusivo, a exigência da Autoridade Aduaneira para que o Importador apresentasse as faturas comerciais emitidas pelas empresas que constam como responsáveis pelo faturamento das mercadorias nos Certificados de Origem, com o fim de que fosse verificado e confirmado com exatidão o trajeto das mercadorias importadas, antes de proceder ao regular desembaraço aduaneiro das mercadorias constantes nas DI nº 06/0999950-2 e 06/1000058-0.
5 – Recurso conhecido e improvido. Sentença confirmada.

ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2005.50.01.005678-0

Nº CNJ	:	0005678-60.2005.4.02.5001
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	BOZI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO	:	HONORIO ANTONIO DE ARAUJO
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200550010056780)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO INTERNO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. PREJUDICIALIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO. ART. 932, III, DO CPC/2015.
1 – A sentença julgou o pedido improcedente e, após interposta apelação, o Recorrente manifestou que não mais tinha interesse no seu julgamento. Seguiu-se Decisão Monocrática que declarou extinto o processo sem resolução do mérito, em face da qual a União interpõe agravo interno.
2 – É de ver-se que a sentença julgou o pedido improcedente, com a resolução do mérito, e a ausência de interesse recursal não tem o condão de alterar a sentença proferida no seu conteúdo de mérito para a extinção do processo sem resolução do mérito, que acabaria por beneficiar o Recorrente.
3 – Recurso conhecido e provido. Decisão monocrática alterarada quanto ao seu fundamento, para não conhecer do recurso interposto, com base no art. 932, III do CPC/2015, por manifestamente prejudicado.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.017525-7

Nº CNJ	:	0017525-21.2003.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	MAERSK BRASIL(BRASMAR)LTDA
ADVOGADO	:	MARCO ANTONIO VASQUEZ RODRIGUEZ E OUTRO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ
ORIGEM	:	SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010175257)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MERCADORIA IMPORTADA. REGIME ADUANEIRO DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA. REPETRO. PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO DE EMBARCAÇÃO. TRIBUTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA. DECRETO Nº 3.161/99 E IN Nº 04/2001, VIGENTES À ÉPOCA DOS FATOS.
1 – O REPETRO é o regime aduaneiro especial instituído para fomentar a atividade de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural no Brasil, em que se permite a importação de bens que devam permanecer no país durante determinado prazo, com a suspensão total do pagamento dos tributos incidentes, nos termos do Decreto nº 3161/99 e da IN RFB nº 04/2001. Essa era a regulamentação vigente a época dos fatos, já que posteriormente o Decreto nº 3.161/99 foi revogado pelo Decreto nº4.553/2002, art. 731, XXI, também revogado pelo atual Decreto nº 6.759/2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.
2 – O regime aduaneiro especial - REPETRO também se aplica às partes e peças de reposição destinadas a garantir a operacionalidade dos bens destinados à atividade de lavra de petróleo e gás natural, e que tenham sido admitidos no regime de admissão temporária, pelo mesmo prazo concedido aos bens a que se destinem, conforme era previsto no artigo 1º, §2º do Decreto nº 3.161/99 e também constante nos §§2º e

4º do art. 458 do Decreto nº 6.759/2009. Precedente do STJ: AgRg no AREsp 562465/BA, Segunda Turma, Relator Ministro Humberto Martins, DJe 14/10/2014.
3 – A causa não apresentou discussões jurídicas complexas a justificar a alteração do valor dos honorários arbitrados na sentença, que observou a ponderação dos valores envolvidos, cujo arbitramento é adequado para a solução do litígio.
4 – Remessa necessária e apelação conhecidas e improvidas.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso e à remessa necessária, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2002.50.01.000572-2

Nº CNJ	:	0000572-25.2002.4.02.5001
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	BARTER COMERCIO INTERNACIONAL S/A
ADVOGADO	:	JOAO PAULO ARAGÃO DE CASTRO SENRA E OUTROS
ADVOGADO	:	LEONEL MARTINS BISPO
ADVOGADO	:	IVAR LUIZ NUNES PIAZZETA
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200250010005722)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. IMPORTAÇÃO. ISENÇÃO. IPI. TRANSPORTE EM NAVIO DE BANDEIRA ESTRANGEIRA. ACORDO BILATERAL ENTRE BRASIL E EUA QUE NUNCA ENTROU EM VIGOR NO BRASIL. NECESSIDADE DE ENTREGA DE DOCUMENTO DE LIBERAÇÃO DE CARGA TRANSPORTADA EM NAVIO ESTRANGEIRO.
1 – A revisão aduaneira é um ato privativo da Autoridade Fiscal que depois do desembaraço aduaneiro pode, de ofício, ao constatar elementos que indiquem a irregularidade na importação, rever o despacho que determinou o desembaraço, desde que dentro do prazo decadencial para o lançamento. E esta revisão independe de prévia manifestação do importador.
2 – No caso em análise, a ampla defesa e o contraditório foram devidamente garantidos ao contribuinte, que foi intimado da lavratura do Auto de Infração e teve ciência de que teria prazo de trinta dias para apresentar defesa escrita com o objetivo de desconstituir o lançamento de ofício decorrente da revisão aduaneira.
3 – O momento oportuno de apresentação de todos os documentos que comprovem o direito do contribuinte às isenções dos impostos incidentes sobre a importação é quando da apresentação da Declaração de Importação, antes, portanto, do desembaraço aduaneiro.
4 – Foi verificado pela autoridade administrativa, com base nos diplomas normativos em vigor no momento da importação, que a importadora deveria ter apresentado o documento de liberação de carga transportada em navio estrangeiro, posto que o Acordo Bilateral firmado entre Brasil e Estados Unidos não seria aplicável, ante a sua não internalização.
5 – Inaplicável à hipótese a Resolução SUNAMAM nº 10.207/88, que permitia que produtos beneficiados com isenção do IPI fossem transportados por navio com bandeira de países que possuíam acordo com o Brasil. Assim, para ter direito à isenção do IPI o importador deveria acostar junto com a sua Declaração de Importação o documento de liberação de carga transportada em navio estrangeiro, o que não foi feito pelo Apelante sequer quando da apresentação de sua defesa escrita.
6 – Recurso conhecido e improvido. Sentença confirmada.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 175974

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2011.50.01.007037-5
Nº CNJ : 0007037-35.2011.4.02.5001
RELATOR : DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA NEIVA
APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : VIGSERV SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
ADVOGADO : LETICIA RANGEL SERRAO CHIEPPE
REMETENTE : JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ORIGEM : 1ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (201150010070375)

DESPACHO
Nos presentes autos, a parte autora requereu a consolidação dos seus débitos no parcelamento REFIS IV, de que tratava a Lei nº 11.941/2009, tendo a sentença proferida concedido a ordem de segurança nesse sentido (fls. 199/208), da qual recorreu a União (fls. 222/232).
Considerando que a Lei nº 12.996/14, conhecido como 'Lei do Refis da Crise', reabriu prazo para o parcelamento de que tratava o REFIS IV (art. 2º), e dado o tempo decorrido desde então, informem as partes, no prazo de 10 (dez) dias, quanto à eventual consolidação dos débitos existentes em nome da Impetrante em parcelamento em vigor, a fim de analisar a eventual perda de objeto do recurso interposto.
Após voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 175977

IV - APELACAO CIVEL 2008.50.01.000968-7
Nº CNJ : 0000968-89.2008.4.02.5001
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE : METODO ASSESSORIA IMOBILIARIA LTDA
ADVOGADO : LUCIANO RODRIGUES MACHADO E OUTROS
APELADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA/ES (200850010009687)

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO INCABÍVEL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
1 – Não existe vício a ser sanado, por se depreender que a matéria posta nos autos restou clara e explicitamente apreciada, donde concluir que a pretensão de rejulgamento da causa, na via estreita dos embargos declaratórios, mostra-se inadequada.
2 – Não há violação ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o órgão fracionário do Tribunal pronuncia-se de forma suficiente sobre a questão posta nos autos, em que restaram explicitados os motivos concretos da incidência das normas aplicáveis ao processo em análise.
3 – Vício inexistente. Inadmissível a pretensão de se reabrir a discussão de matéria já decidida, por meio dos embargos declaratórios. Impropriedade da via eleita.
4 – Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2006.51.01.501353-4
Nº CNJ : 0501353-39.2006.4.02.5101

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE : CATHARINA RIBEIRO VIEIRA DE ALENCAR
ADVOGADO : FLAVIA ALVAREZ DE SA
APELADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200651015013534)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. CANCELAMENTO DA CDA. CRÉDITO INEXIGÍVEL. FALTA DE INTERESSE DE AGIR SUPERVENIENTE. ART. 932, III DO CPC/2015.
1 – Na Execução Fiscal, em que são executados os débitos impugnados na ação anulatória, foi proferida sentença de extinção do processo sem resolução do mérito, em razão do cancelamento da incrição do crédito em Dívida Ativa.
2 – O cancelamento da CDA em momento posterior à interposição da apelação caracteriza a perda superveniente do objeto do recurso, eis que, extinto o crédito tributário, desnecessária se mostra a discussão a respeito da sua exigibilidade, de acordo com o art. 26 da Lei nº 6.830/80.
3 – Recurso não conhecido, com base no art. 932, III do CPC/2015.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2001.51.01.011154-4
Nº CNJ : 0011154-12.2001.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE : FUNDACAO EDUCACIONAL DOM ANDRE ARCOVERDE
ADVOGADO : VANY ROSSELINA GIORDANO E OUTROS
APELADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : SEM PROCURADOR
ORIGEM : DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200151010111544)

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO INCABÍVEL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
1 – Não existe vício a ser sanado, por se depreender que a matéria posta nos autos restou clara e explicitamente apreciada, donde concluir que a pretensão de rejulgamento da causa, na via estreita dos embargos declaratórios, mostra-se inadequada.
2 – Não há violação ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o órgão fracionário do Tribunal pronuncia-se de forma suficiente sobre a questão posta nos autos, em que restaram explicitados os motivos concretos da incidência das normas aplicáveis ao processo em análise.
3 – Vício inexistente. Inadmissível a pretensão de se reabrir a discussão de matéria já decidida, por meio dos embargos declaratórios. Impropriedade da via eleita.
4 – Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 1997.51.01.007979-5
Nº CNJ : 0007979-49.1997.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE : PWR MISSION INDUSTRIA MECANICA LTDA
ADVOGADO : LUIZ GUSTAVO A. S. BICHARA E OUTROS

APELADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : GUILHERME MANUEL DA SILVA
ORIGEM : DÉCIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9700079791)

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO INEXISTENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXCLUSÃO FUNDAMENTADA. REDISCUSSÃO INCABÍVEL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
1 – O fundamento do voto-condutor no acórdão embargado foi expresso na abordagem da verba honorária ao considerar que os princípios da causalidade e da sucumbência deveriam ser relativizados no caso concreto, eis que o ajuizamento da ação anulatória antes de proposta a execução fiscal era o meio processual adequado de que se valeu o Apelante à época e, por isso, não deveria ser-lhe imposto esse ônus.
2 – Não existe vício a ser sanado, por se depreender que a matéria posta nos autos restou clara e explicitamente apreciada, donde concluir que a pretensão de rejulgamento da causa, na via estreita dos embargos declaratórios, mostra-se inadequada.
3 – Não há violação ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o órgão fracionário do Tribunal pronuncia-se de forma suficiente sobre a questão posta nos autos, em que restaram explicitados os motivos concretos da incidência das normas aplicáveis ao processo em análise.
4 – Vício inexistente. Inadmissível a pretensão de se reabrir a discussão de matéria já decidida, por meio dos embargos declaratórios. Impropriedade da via eleita.
5 – Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2006.51.02.002338-8
Nº CNJ : 0002338-62.2006.4.02.5102
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : DSND CONSUB S/A
ADVOGADO : JOAO ALBERTO DE SA BARBOSA E OUTROS
ORIGEM : QUINTA VARA FEDERAL DE NITERÓI (200651020023388)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MULTA. EXECUÇÃO DE DÉBITO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA. TÍTULO EXECUTIVO INSUBSISTENTE. NULIDADE DA CDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.
1 – O crédito tributário inscrito na Dívida Ativa que embasou a Execução Fiscal originou-se do Auto de Infração nº 08458.000993/2001-42 que aplicou multa ao Apelado, com fundamento nos artigos 125, VII e 126 da Lei nº 6.815/80, com alteração dada pela Lei nº 6.964/81 e pela Portaria 236/92-MJ.
2 – O Executado ingressou com Ação Anulatória nº 2001.5102.003672-5 para discutir a autuação, na qual foi concedida antecipação de tutela em 20/07/2001 para suspender a exigibilidade do crédito tributário em razão do depósito judicial da multa administrativa, confirmada por sentença proferida em 03/02/2003, que julgou procedente o pedido e determinou o cancelamento do Auto de Infração nº 08458.000993/2001-42, que embasou a inscrição em Dívida Ativa.
3 – Comprovado que o crédito tributário estava com a exigibilidade suspensa por força de decisão judicial à época do ajuizamento da presente Execução Fiscal, cuja inscrição em Dívida Ativa foi inclusive posteriormente cancelada, torna-se insubsistente o título executivo, por ser nula a Certidão de Dívida Ativa nº 70.6.06.006470-07, com a consequente extinção da execução fiscal nela amparada.
4 – O arbitramento dos honorários arbitrados na sentença observou a ponderação dos valores envolvidos, e mostra-se adequado para a solução do litígio. Devem ser respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência do CPC/73, nos termos do art. 14, *in fine*, do CPC/2015, bem como a orientação constante do Enunciado Administrativo do STJ nº 07.
5 – Recurso conhecido e improvido. Sentença confirmada.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).

GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.022954-8

Nº CNJ	:	0022954-95.2005.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	SOCIEDADE BRASILEIRA DE ELETRICIDADE E DE INDUSTRIA LTDA
ADVOGADO	:	RAQUEL SOARES RODRIGUES E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	DÉCIMA QUINTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010229548)

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO INCABÍVEL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.
1 – Não existe vício a ser sanado, por se depreender que a matéria posta nos autos restou clara e explicitamente apreciada, donde concluir que a pretensão de rejulgamento da causa, na via estreita dos embargos declaratórios, mostra-se inadequada.
2 – Não há violação ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o órgão fracionário do Tribunal pronuncia-se de forma suficiente sobre a questão posta nos autos, em que restaram explicitados os motivos concretos da incidência das normas aplicáveis ao processo em análise.
3 – Vício inexistente. Inadmissível a pretensão de se reabrir a discussão de matéria já decidida, por meio dos embargos declaratórios. Impropriedade da via eleita.
4 – Embargos de Declaração conhecidos e improvidos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 175978

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.003211-6

Nº CNJ	:	0003211-36.2004.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO	:	MARCIANO JOSE FERREIRA DA SILVA E OUTRO
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ
ORIGEM	:	SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010032116)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MERCADORIA IMPORTADA. REGIME ADUANEIRO DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA. REPETRO. EQUIPAMENTOS. TRIBUTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA. ATIVIDADE –FIM. DECRETO Nº 3.161/99 E IN Nº 04/2001 VIGENTES À ÉPOCA DOS FATOS.
1 – O REPETRO é o regime aduaneiro especial tributário instituído para fomentar a atividade de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural no Brasil, em que se permite a importação de bens que devam permanecer no país durante determinado prazo, com a suspensão total do pagamento dos tributos incidentes, nos termos do Decreto nº 3.161/99 e da IN RFB nº 04/2001. Essa era a regulamentação vigente a época dos fatos, já que posteriormente o Decreto nº 3.161/99 foi revogado pelo Decreto nº4.553/2002, art. 731, XXI, também revogado pelo atual Decreto nº 6.759/2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.
2 – Restou comprovado que os bens importados pela parte Autora são utilizados estritamente para a realização dos testes dinâmicos na fase de pesquisa e prospecção de petróleo ou gás natural, e que se

enquadram no anexo único da IN nº 04/2001, conforme Declaração emitida pela Petrobrás e laudo pericial acostado aos autos.
3 – O regime aduaneiro especial - REPETRO também se aplica aos equipamentos destinados a garantir a operacionalidade dos bens destinados à atividade de lavra de petróleo e gás natural, e que tenham sido admitidos no regime de admissão temporária, pelo mesmo prazo concedido aos bens a que se destinem, conforme era previsto no artigo 1º, §2º do Decreto nº 3.161/99 e também previsto nos §§2º e 4º do art. 458 do Decreto nº 6.759/2009. Precedente do STJ: AgRg no AREsp 562465/BA, Segunda Turma, Relator Ministro Humberto Martins, DJe 14/10/2014.
4 – Remessa necessária e apelação conhecidas e improvidas. Sentença confirmada.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso e à remessa necessária, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2002.50.01.009921-2

Nº CNJ	: 0009921-52.2002.4.02.5001
RELATOR	: DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	: MUNDIAL DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
ADVOGADO	: EDUARDO XIBLE SALLES RAMOS
APELADO	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	: 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200250010099212)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DE IPI SOBRE IMPORTAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURAÇÃO. ARTS. 17 E 18 DO CPC/73.
1 – Trata-se de processo extinto sem resolução do mérito, por ilegitimidade ativa *ad causam* do Apelante, na forma do artigo 267, VI do CPC/73, em que houve a condenação ao pagamento de multa por litigância de má-fé.
2 – *In casu*, não restou comprovado o dolo no agir da Apelante a ponto de caracterizar a litigância de má-fé, que era dotada de natureza reparatória, de acordo com os arts. 17 e 18, §2º do CPC/73, por não ter-se servido do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim vedado por lei, razão pela qual afasta-se a multa imposta a esse título.
3 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada em parte.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.01.007480-1

Nº CNJ	: 0007480-89.2002.4.02.5101
RELATOR	: DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	: SINDICATO DOS SERVIDORES DO COLEGIO PEDRO II-SINDSCOPE
ADVOGADO	: ANA LUISA DE S C DE MELO
APELADO	: COLEGIO PEDRO II
PROCURADOR	: ERIKA RODRIGUES COELHO VAZ
APELADO	: UNIAO FEDERAL
ORIGEM	: SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010074801)

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO INEXISTENTE. OBSCURIDADE CARACTERIZADA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RETENÇÃO. SUBSTITUTO LEGAL. RESTITUIÇÃO. ENCARGO. INTEGRAÇÃO DEVIDA.

1 – Os Embargos Declaratórios são cabíveis quando se verificar na decisão impugnada a falta de manifestação do julgador sobre questão fundamental do processo, quando houver obscuridade ou colisão de afirmações, bem como em caso de erro material, nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil/2015.
2 – Inexistência de omissão. Evidenciada, contudo, a existência de obscuridade, por não ter ficado claro no julgado a qual das rés caberá a restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3 – A retenção das contribuições previdenciárias dos servidores pelo Colégio Pedro II não o transforma em sujeito passivo da relação tributária titularizada pela União, a cargo de quem fica o dever de restituir aos contribuintes os valores recolhidos indevidamente a título de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
4 – Embargos de Declaração conhecidos e parcialmente providos. Acórdão integrado, sem alteração de resultado.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

IV - APELACAO CIVEL 1995.51.01.024849-3

Nº CNJ	:	0024849-43.1995.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	FRIGORIFICO KAIOWA S/A - MASSA FALIDA
ADVOGADO	:	CLAYTON SALLES RENNO E OUTROS
APELADO	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:	DANIELA GUIMARAES FERNANDES E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	DÉCIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9500248492)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. ELETROBRAS. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. DECRETO-LEI Nº 1.512/76. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O PRINCIPAL, E DOS JUROS REMUNERATÓRIOS DELA DECORRENTES. CONVERSÃO ACIONÁRIA. PRESCRIÇÃO CONSUMADA.
1 – Os créditos do Empréstimo Compulsório instituído em favor das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS pelo Decreto-Lei nº 1.512/76, exigido a partir de 1º de janeiro de 1977 e cobrado até o exercício de 1993 (Lei nº 7.181/83), são representados por Unidade Padrão – UP e foram registrados escrituralmente com base nas informações remetidas pelas concessionárias distribuidoras de energia, com o prazo prescricional de cinco anos para cobrança de diferenças de correção monetária e juros remuneratórios sobre os valores recolhidos sob aquele título.
3 – *In casu*, o crédito foi convertido em ações preferenciais nas Assembleias Gerais Extraordinárias nº 71 e 72, realizadas em 20/04/1988 e 26/04/1990, respectivamente, a partir de quando se iniciou o prazo para cobrança das diferenças de correção monetária.
4 – É de cinco anos o prazo para o contribuinte cobrar diferenças de correção monetária e juros remuneratórios incidentes sobre o valor do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica. Precedente do STJ: RESP 1.003.955/RS, 1ª Seção; Relatora Ministra ELIANA CALMON, DJe 27/11/2009.
5 – Direito fulminado pela prescrição, já que a pretensão é de correção monetária incidente sobre o principal, e dos juros remuneratórios dela decorrentes. A lesão ao direito do consumidor no caso ocorreu no momento da restituição do empréstimo em valor menor, ou seja, na data em que a Assembleia-Geral Extraordinária homologou a conversão.
6 – Recurso conhecido e improvido. Sentença confirmada.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 2017000132

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0505266-87.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.505266-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/01/2014 12:38
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MONFAT COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0505266-87.2010.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
2 - Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0505266-87.2010.4.02.5101 (2010.51.01.505266-0) ()
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : MONFAT COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0047444-40.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.047444-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 29/12/2014 16:53
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: MAUSER DO BRASIL EMBALAGENS INDUSTRIAIS S.A
ADVOGADO: RENATO GUILHERME MACHADO NUNES
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0047444-40.2012.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
2 - Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0047444-40.2012.4.02.5101 (2012.51.01.047444-4) ()
APTE : MAUSER DO BRASIL EMBALAGENS INDUSTRIAIS S.A
ADVOGADO : RENATO GUILHERME MACHADO NUNES
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503

Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0072131-76.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.072131-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/03/2016 15:08
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: MARIA LELIA HORA SPINOLA BARBOSA
ADVOGADO: MAURICIO JOSE MOREIRA ALVES
ADVOGADO: DANILO XAVIER MOREIRA ALVES
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0072131-76.2015.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
2 - Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0072131-76.2015.4.02.5101 (2015.51.01.072131-0) ()
APTE : MARIA LELIA HORA SPINOLA BARBOSA
ADVOGADO : MAURICIO JOSE MOREIRA ALVES e outro
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0100633-59.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.100633-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/03/2015 15:38
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: TECNOPLAN MULTI-ENGENHARIA PAVIMENTACAO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA
REMETENTE: JUIZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0100633-59.2014.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
12 - Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0100633-59.2014.4.02.5101 (2014.51.01.100633-7) ()
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : TECNOPLAN MULTI-ENGENHARIA PAVIMENTACAO E SERVICOS LTDA
ADVOGADO : LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA
REMETENTE : JUIZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0110785-78.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.110785-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2015 17:26
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: QUARTIER VERT SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO: JULIANA MAYRA NERY DE CARVALHO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES
Originário: 0110785-78.2014.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
12 - Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0110785-78.2014.4.02.5001 (2014.50.01.110785-1) ()
APTE : QUARTIER VERT SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO : JULIANA MAYRA NERY DE CARVALHO
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0037572-36.2015.4.02.5120 Número antigo: 2015.51.20.037572-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/12/2015 12:49
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELANTE: PREDILETO DO PILAR COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA
APELANTE: PREDILETO DE XEREM COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA
APELANTE: MERCEARIA E BAR DO MOITA
ADVOGADO: RODOLPHO DA CUNHA ROMEIRO DE ARAUJO
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU
Originário: 0037572-36.2015.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
12 - Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0037572-36.2015.4.02.5120 (2015.51.20.037572-7) ()
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APTE : PREDILETO DO PILAR COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA
APTE : PREDILETO DE XEREM COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA
APTE : MERCEARIA E BAR DO MOITA
ADVOGADO : RODOLPHO DA CUNHA ROMEIRO DE ARAUJO
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU
ATO ORDINATÓRIO

Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0101484-75.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.101484-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 18/09/2014 19:58
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: ELAM DECORAÇÃO E TECIDOS LTDA E OUTRO
ADVOGADO: JOAO MARCOS NABUCO
Originário: 0000022-46.2011.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO(S)
:
ELAM DECORA¿¿O E TECIDOS LTDA E OUTRO
ADVOGADO(S)
:
JOAO MARCOS NABUCO
ORIGEM
:
02¿ VARA FEDERAL DE NOVA IGUA¿U (00000224620114025120)
DECIS¿O

N¿o visualizo que a decis¿o agravada seja apta a causar les¿o grave e de dif¿cil repara¿¿o a ensejar a atribui¿¿o de efeito suspensivo ativo requerido.

A aprecia¿¿o do presente recurso em momento futuro e apropriado em nada abalar¿ as pretens¿es da agravante, devendo-se, por ora, prestigiar o contradit¿rio.

Do exposto, indefiro, por ora, o pedido de efeito suspensivo ativo requerido.

Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1019, II, do CPC/15.

Posteriormente, voltem os autos conclusos.

P.I.

Rio de Janeiro, 08 de mar¿o de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0104317-66.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.104317-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 28/08/2014 16:35
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: JOSÉ MARIA AZEVEDO VILA NOVA
AGRAVANTE: SOLANGE FERREIRA DA SILVA MORAES
ADVOGADO: SERGIO PAULO VIEIRA VILLACA JUNIOR
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0512465-29.2011.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO MIGUEL
RECORRENTE(S)
:
JOSÉ MARIA AZEVEDO VILA NOVA,SOLANGE FERREIRA DA SILVA MORAES
ADVOGADO(S)
:
SERGIO PAULO VIEIRA VILLACA JUNIOR
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
01ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO (05124652920114025101)
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por JOSÉ MARIA AZEVEDO VILA NOVA E SOLANGE FERREIRA DA SILVA MORAES, onde os Agravantes objetivam a reforma da decisão interlocutória que rejeitou a exceção de pré-executividade oposta nos autos do processo originário (05124652920114025101), execução fiscal proposta pela UNIÃO FEDERAL para a cobrança de crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, com lastro em CDA, no valor originário de R$ 48.273,11.

Como razões recursais, os Agravantes aduzem os fundamentos de fato e de direito ora apontados. Narram que, analisando-se a Certidão de Dívida Ativa que aparelha a execução fiscal originária, constata-se que o documento que deu origem à constituição do crédito tributário foi o chamado "DCBG-DCG BATCH". Assim, o débito tributário teria sido reconhecido, declarado, em GFIP (Guia de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social) pelo próprio contribuinte, no caso o Hospital das Clínicas Paciência Ltda, tendo sido recolhido por GPS (Guia de Previdência Social) a menor. Como consectário lógico, os créditos tributários declarados e não adimplidos, em razão do recolhimento a menor, referentes às competências 01/2006 a 07/2006 estariam extintos pela prescrição, porquanto a execução fiscal foi proposta apenas em agosto/2011. Sustenta, enfim, que o juiz singular desconsiderou a jurisprudência pacificada pelo E. STJ, no sentido de que a entrega da GFIP pelo contribuinte é modo de constituição do crédito tributário, estando dispensada a Fazenda Pública de qualquer outra providência à formalização do crédito tributário, mediante lançamento. Teria o magistrado desconsiderado, portanto, que o termo inicial do prazo do lustro prescricional previsto no artigo 174 do CTN, para o Fisco exercer a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário declarado, mas não pago, é a data da entrega da declaração ou a data do vencimento, o que ocorrer posterior.

O agravo de instrumento foi instruído com as peças obrigatórias e facultativas.

A UNIÃO FEDERAL, ora agravada, ofereceu contrarrazões, rechaçando os argumentos expendidos pela agravante. Alega a recorrida que a prescrição trata-se de matéria que não pode ser suscitada em exceção de pré-executividade, em razão da necessidade de dilação probatória. No que diz respeito à extinção do crédito tributário pela prescrição, aponta a agravada que não seria plausível a tese suscitada pela agravante na espécie. Nesse ponto, destaca que o crédito inscrito sob o nº 36.101.323-0, em execução na ação de origem, foi constituído com a entrega de declaração pelo próprio sujeito passivo em 15.11.2007 (fl. 32); o crédito inscrito sob o nº 36.388.841-1, em execução na ação de origem, foi constituído com a entrega de declaração pelo próprio sujeito passivo em 14.12.2008 (fl. 40); e que o crédito, sob o nº 36.388.842-0, em execução na ação de origem, foi constituído com a entrega de declaração pelo próprio sujeito passivo em 14.12.2008 (fl. 24). Dessa feita, como a execução foi proposta em 19.11.2011, não teria operado a extinção do crédito tributário pela prescrição, levando-se em consideração a constituição definitiva do crédito tributário.

Os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Decido.

Estão presentes os requisitos de admissibilidade intrínsecos e extrínsecos, o que autoriza o juízo de mérito recursal.

Passo a apreciar o recurso, monocraticamente, conforme autoriza o comando normativo do art. 932, IV, alíneas "a" e "b", do CPC/2015.

1. Da alegação do descabimento da exceção de pré-executividade para apreciação de prescrição

A exceção de pré-executividade é servil à suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva, desde que não demandem dilação probatória (exceção secundum eventus probationis) (REsp 1.110.925/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 22.04.2009, DJe 04.05.2009). O espectro das matérias suscitáveis através da exceção tem sido ampliado por força da exegese jurisprudencial mais recente, admitindo-se a arguição de prescrição e de ilegitimidade passiva do executado, que prescindam de dilação probatória, entendimento que se encontra consolidado na sistemática de julgamento de recursos repetitivos, quando da apreciação do REsp 1136144 / RJ; Rel. Min. Luiz Fux; Primeira Seção; Dje de 01/02/2010.

Na espécie, pelos fatos em discussão, a alegada extinção do crédito tributário pela prescrição seria passível de aferição por exame de prova documental, sem a necessidade de dilação probatória, o que afasta a alegação de que a questão não possa ser apreciada em sede de exceção de pré-executividade.

2. Da alegação da extinção do crédito tributário pela prescrição

A entrega de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, de Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA, ou de outra declaração dessa natureza prevista em lei (dever instrumental adstrito aos tributos sujeitos a lançamento por homologação), é modo de constituição do crédito tributário, dispensando a Fazenda Pública de qualquer outra providência conducente à formalização do valor declarado (Precedente da Primeira Seção submetido ao rito do artigo 543-C, do CPC: REsp 962.379/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 22.10.2008, DJe 28.10.2008).

O entendimento pretoriano encontra-se consolidado no verbete n. 436 da Súmula de Jurisprudência do STJ, verbis: "A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco."

A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.120.295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, submetido ao rito dos recursos repetitivos, nos termos do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ, ratificou o entendimento segundo o qual a entrega de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, de Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA, ou de outra declaração dessa natureza prevista em lei (dever instrumental adstrito aos tributos sujeitos a lançamento por homologação) é modo de constituição do crédito tributário, restando consolidado, ainda, o entendimento no sentido de que o termo inicial do prazo prescricional para o fisco exercer a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário declarado, mas não pago, é a data da entrega da declaração ou a data do vencimento, o que for posterior, em conformidade com o princípio da actio nata.

No caso vertente, como se extrai da inicial do processo de execução (cópia que instrui o presente agravo de instrumento), os créditos tributários restaram constituídos por intermédio de declaração do contribuinte, e não do lançamento de ofício da Administração Tributária por intermédio de Auto de Infração, tendo a decisão monocrática que rejeitou a exceção de pré-executividade incorrido em erro, ao considerar a constituição do crédito pelo lançamento de ofício.

No entanto, em que pese na CDA constar que o crédito tributário restou constituído pela entrega de declaração, a parte Agravante não carreou documentação que comprovasse, ao menos de forma inequívoca, o momento exato da entrega da declaração (se em data anterior ou posterior a do vencimento, e em que dia), o que inviabiliza o reconhecimento da extinção do crédito tributário pela prescrição, para as competências de 01/2006 a 07/2006.

A única informação que consta da CDA (n. 361013230) aponta que o "lançamento" teria ocorrido em 15/11/2007, o que, a priori, refere-se à data da entrega da declaração, porquanto a ela diz respeito, não tendo a parte Agravante carreado qualquer prova robusta em sentido em contrário, sendo certo que entre a aludida data e o ajuizamento da execução fiscal (19/11/2011), não decorreu o lustro prescricional, à luz do art. 174, caput, do CTN.

Não demonstrado, de forma inequívoca, que teria decorrido o lustro prescricional entre a constituição definitiva do crédito tributário e o ajuizamento da execução fiscal, não há como acolher a alegada extinção do crédito tributário pela prescrição (art. 174, caput, c/c o art. 156, V, ambos do CTN).

3. Conclusão

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, com fulcro no art. 932, IV, alíneas "a" e "b", do CPC/2015.

Transitada em julgado a presente decisão, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

P.I.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

THEOPHILO MIGUEL

Juiz Federal convocado – Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0105377-74.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.105377-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/09/2014 15:28
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: LABORATORIO TOSTES - ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA - EPP
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0001388-14.2010.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
RELATOR
:
Juiz Federal Convocado THEOPPHILO MIGUEL
APELANTE
:
LABORATORIO TOSTES - ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA - EPP
ADVOGADO
:
RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS, MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
APELADO
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM
:
05¿ Vara Federal de Niter¿i (00013881420104025102)

DECIS¿O

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo LABORATORIO TOSTES - ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA - EPP, onde a Agravante requer a reforma da decis¿o interlocut¿ria que rejeitou a exce¿¿o de pr¿-executividade, nos autos da execu¿¿o fiscal (processo origin¿rio n. 00013881420104025102) proposta pela UNI¿O FEDERAL para cobran¿a de cr¿dito tributt¿rio inscrito em D¿vida Ativa, no valor origin¿rio de R$ 39.970,77.

Como raz¿es recursais, a Agravante aduz os fundamentos de fato e de direito ora apontados. Narra que a Uni¿o Federal prop¿s a execu¿¿o fiscal supracitada, contra a qual se insurgiu por interm¿dio de exce¿¿o de pr¿-executividade. A defesa da executada foi oferecida sob o fundamento de que as inscri¿¿es em D¿vida A tiva e, como consect¿rio l¿gico, a CDA que as consubstancia, seriam eivadas de nulidade, diante de v¿cios presentes na constitui¿¿o do cr¿dito, bem como desconhecimento das bases de c¿lculo utilizadas pela Agravada na apura¿¿o das supostas obriga¿¿es principais e acess¿rias, sustentando que a execu¿¿o deve ser instru¿da com processo administrativo que deu origem aos cr¿ditos tributt¿rios. Aduz, enfim, irregularidade no pr¿prio valor do d¿bito cobrado, sobretudo no que diz respeito ¿ incid¿ncia da taxa Selic e na multa aplicada. N¿o tendo sido acolhida a exce¿¿o de pr¿-executividade, a Agravante busca, pelo manejo do presente recurso, a reforma da decis¿o.

A decis¿o interlocut¿ria, ora impugnada, rejeitou a exce¿¿o de pr¿-executividade sob o fundamento de que restariam presentes todos os requisitos legais exigidos para a CDA, bem como que as demais quest¿es suscitadas pela excipiente ensejariam dila¿¿o probat¿ria, n¿o sendo a via escolhida como defesa adequada para tal finalidade.

A Uni¿o Federal, ora agravada, ofereceu contrarraz¿es, recha¿ando os argumentos da recorrente. Em sua manifesta¿¿o, ratifica os fundamentos expendidos na decis¿o hostilizada.

Os autos vieram-me conclusos.

¿ o relat¿rio.

Decido.

Passo a apreciar o recurso, monocraticamente, conforme autoriza o comando normativo do art. 932, IV, al¿nea ¿b¿, do CPC/2015.

Est¿o presentes os requisitos de admissibilidade intr¿nsecos e extr¿nsecos do agravo de instrumento, o que autoriza a realiza¿¿o do ju¿zo de m¿rito recursal.

Da alega¿¿o de nulidade das inscri¿¿es em D¿vida Ativa e da CDA, por n¿o preenchimento de requisitos de validade.

Os requisitos de validade da inscri¿¿o em D¿vida Ativa e da CDA, no que tange aos cr¿ditos de natureza tribut¿ria encontram-se delineados, de forma taxativa, no art. 202 do CTN, que assim disp¿e:

Art. 202. O termo de inscri¿¿o da d¿vida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicar¿ obrigatoriamente:

I ¿ o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que poss¿vel, o domic¿lio ou a resid¿ncia de um e de outros;

II ¿ a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III ¿ a origem e natureza do cr¿dito, mencionada especificamente a disposi¿¿o da lei em que seja fundado;

IV ¿ a data em que foi inscrita;

V ¿ sendo caso, o n¿mero do processo administrativo de que se originar o cr¿dito.

Par¿grafo ¿nico. A certid¿o conter¿, al¿m dos requisitos deste artigo, a indica¿¿o do livro e da folha da inscri¿¿o.

Tais requisitos de validade tamb¿m est¿o previstos no art. 2¿, ¿ 5¿ e 6¿, da Lei n. 6.830/80, para fins de regularidade no ajuizamento da a¿¿o de cobran¿a, no rito da execu¿¿o fiscal.

Como a CDA ¿ o t¿tulo executivo extrajudicial (cf. o art. 585, VII, do revogado CPC/1973, e atual art. 784, IX, do CPC/2015) que d¿ lastro ¿ propositura ¿ execu¿¿o fiscal, os requisitos previstos no art. 202 do CTN e no art. 2¿, ¿ 5¿, da Lei n. 6.830/80, na cobran¿a do cr¿dito tribut¿rio, devem ser obervados, de forma a garantir ao executado o exerc¿cio do direito constitucional ao contradit¿rio e ¿ ampla defesa no processo judicial, sob pena de nulidade n¿o somente da inscri¿¿o em D¿vida A tiva e da CDA como da pr¿pria execu¿¿o, ressalvando-se, certamente, situa¿¿es em que n¿o houver prej¿zo para o executado, em rever¿ncia ao princ¿pio da instrumentalidade das formas, consagrado na express¿o pas de nullit¿ sans grief.

Nesse aspecto, frise-se que jurisprud¿ncia esposa entendimento consolidado no sentido de que a nulidade da CDA n¿o deve ser declarada ¿ vista de meras irregularidades formais que n¿o t¿m potencial para causar prej¿zos ¿ defesa do executado, visto que ¿ o sistema processual brasileiro informado pelo princ¿pio da instrumentalidade das formas (pas des nullit¿s sans grief). Precedentes: REsp n¿ 660.623/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 16/05/2005; REsp n¿ 840.353/RS, Rel. Min¿ ELIANA CALMON, DJe 07/11/2008.

No caso vertente, o Agravante arguiu, genericamente, irregularidades nas inscri¿¿es e na CDA, sem apontar e demonstrar, categoricamente, o n¿o preenchimento dos requisitos preconizados no art. 202 do CTN e no art. 2¿, ¿ 5¿, da Lei n. 6.830/80 e, sobretudo, prej¿zo ao contradit¿rio e ¿ ampla defesa.

Alega¿¿es gen¿ricas s¿o insuficientes a infirmar a presun¿¿o relativa de liquidez e certeza das inscri¿¿es em D¿vida Ativa e da CDA, a teor do disposto no art. 3¿ e p.u., da Lei 6.830/80 e do art. 204 do CTN (no que tange aos cr¿ditos tribut¿rios), sendo essencial, para afastar a sua higidez, prova inequ¿voca daquele que alega irregularidade.

Da alega¿¿o da necessidade de a execu¿¿o fiscal ser instru¿da com processo administrativo

A peti¿¿o inicial da execu¿¿o fiscal apresenta seus requisitos essenciais pr¿prios e especiais que n¿o podem ser exacerbados a pretexto da aplica¿¿o do C¿digo de Processo Civil, o qual, por conviver com a lex specialis, somente se aplica subsidiariamente.

Os referidos requisitos encontram-se enumerados no art. 6¿, da Lei 6.830/80, in verbis:

Art. 6¿ A peti¿¿o inicial indicar¿ apenas:

I ¿ o juiz a quem ¿ dirigida;

II ¿ o pedido; e

III ¿ o requerimento para a cita¿¿o.

¿ 1¿ A peti¿¿o inicial ser¿ instru¿da com a Certid¿o da D¿vida Ativa, que dela far¿ parte integrante, como se estivesse transcrita.

¿ 2¿ A peti¿¿o inicial e a Certid¿o da D¿vida Ativa poder¿o constituir um ¿nico documento, preparado inclusive por processo eletr¿nico.

Consequentemente, ¿ desnecess¿ria a apresenta¿¿o do demonstrativo de c¿lculo, em execu¿¿o fiscal, uma vez que a Lei n.¿ 6.830/80 disp¿e, expressamente, sobre os requisitos essenciais para a instru¿¿o da peti¿¿o inicial e n¿o elenca o demonstrativo de d¿bito entre eles. Precedentes: AgRg no REsp 1049622/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 31/08/2009; REsp 1065622/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 23/04/2009; REsp 781.487/SC, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/09/2008, DJe 11/09/2008; REsp 762748 / SC, PRIMEIRA TURMA, Relator Min. LUIZ FUX, DJ 12.04.2007; REsp n.¿ 384.324/RS, SEGUNDA TURMA, Rel. Min JO¿O OT¿VIO DE NORONHA, DJU de 29/03/2006; REsp n.¿ 693.649/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJU de 21/11/2005).

A pr¿pria Certid¿o da D¿vida Ativa, que embasa a execu¿¿o, j¿ discrimina a composi¿¿o do d¿bito, porquanto todos os elementos que comp¿em a d¿vida est¿o arrolados no t¿tulo executivo - que goza de presun¿¿o de liquidez e certeza -, consoante se infere dos comandos normativos dos ¿¿ 5¿ e 6¿, do art. 2¿, da Lei n¿ 6830/80, litteris:

Art. 2¿ - Constitui D¿vida Ativa da Fazenda P¿blica aquela definida como tribut¿ria ou n¿o tribut¿ria na Lei n¿ 4.320, de 17 de mar¿o de 1964, com as altera¿¿es posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elabora¿¿o e controle dos or¿amentos e balan¿os da Uni¿o, dos Estados, dos Munic¿pios e do Distrito Federal.

(...)

¿ 5¿ - O Termo de Inscri¿¿o de D¿vida Ativa dever¿ conter:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domic¿lio ou resid¿ncia de um e de outros;

II - o valor origin¿rio da d¿vida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da d¿vida;

IV - a indica¿¿o, se for o caso, de estar a d¿vida sujeita ¿ atualiza¿¿o monet¿ria, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o c¿lculo;

V - a data e o n¿mero da inscri¿¿o, no Registro de D¿vida Ativa; e

VI - o n¿mero do processo administrativo ou do auto de infra¿¿o, se neles estiver apurado o valor da d¿vida.

¿ 6¿ - A Certid¿o de D¿vida Ativa conter¿ os mesmos elementos do Termo de Inscri¿¿o e ser¿ autenticada pela autoridade competente.

A aus¿ncia da necessidade de instru¿¿o de demonstrativo d¿bito com a inicial da execu¿¿o fiscal, justamente por conter a inscri¿¿o em d¿vida ativa, e a respectiva CDA, todos os elementos necess¿rios ¿ defesa do executado, ¿ entendimento consolidado no STJ, em sede de julgamento na sistem¿tica de recursos repetitivos, quando da aprecia¿¿o da REsp n. 1138202, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Se¿¿o; Dje de 01/02/2010.

Como consta o n¿mero do processo administrativo na inscri¿¿o da D¿vida Ativa, e na respectiva CDA, que embasa a execu¿¿o fiscal, n¿o se revela essencial requisitar aquele, salvo se demonstrada a inviabilidade do exerc¿cio do contradit¿rio e da ampla defesa, n¿o sendo esse o caso, porquanto os elementos que instru¿ram a inicial, na esp¿cie, possibilitam a defesa do contribuinte/responsável tribut¿rio tanto em rela¿¿o ao tributo cobrado em quest¿o e seus encargos, como tamb¿m os per¿odos de competi¿ncia de que tratam, a respectiva fundamenta¿¿o legal e o modo como foram quantificados.

Ademais, o art. 41 da Lei n. 6.830/80 permite ao contribuinte/responsável tribut¿rio requerer a extra¿¿o de c¿pias do processo administrativo na repartí¿¿o competente, n¿o tendo o Agravante sequer demonstrado que tal provid¿ncia tenha sido tomada.

A prop¿sito, a jurisprud¿ncia consolidou-se no sentido de que "as c¿pias do processo administrativo fiscal n¿o s¿o imprescind¿veis para a forma¿¿o da certid¿o de d¿vida ativa e, consequentemente, para o ajuizamento da execu¿¿o fiscal. Assim, o art. 41 da Lei n. 6.830/80 apenas possibilita, a requerimento da parte ou a requisi¿¿o do juiz, a juntada aos autos de documentos ou certid¿es correspondentes ao processo administrativo, caso necess¿rio para solu¿¿o da controv¿rsia. Contudo, o ¿nus de tal juntada ¿ da parte embargante, haja vista a presun¿¿o de certeza e liquidez de que goza a CDA, a qual somente pode ser ilidida por prova em contr¿rio a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite, nos termos do art. 204 do CTN." (REsp 1.239.257/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/3/2011, DJe31/3/2011).

Do descabimento da exce¿¿o de pr¿-executividade para quest¿es que ensejam dila¿¿o probat¿ria

A exce¿¿o de pr¿-executividade ¿ servil ¿ suscita¿¿o de quest¿es que devam ser conhecidas de of¿cio pelo juiz, como as atinentes ¿ liquidez do t¿tulo executivo, aos pressupostos processuais e ¿s condi¿¿es da a¿¿o executiva, desde que n¿o demandem dila¿¿o probat¿ria (exce¿¿o secundum eventus probationis) (REsp 1.110.925/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Se¿¿o, julgado em 22.04.2009, DJe 04.05.2009). O espectro das mat¿rias suscit¿veis atrav¿s da exce¿¿o tem sido ampliado por for¿a da exegese jurisprudencial mais recente, admitindo-se a argui¿¿o de prescri¿¿o e de ilegitimidade passiva do executado, que prescindam de dila¿¿o probat¿ria, entendimento que se encontra consolidado na sistem¿tica de julgamento de recursos repetitivos, quando da aprecia¿¿o do REsp 1136144 / RJ; Rel. Min. Luiz Fux; Primeira Se¿¿o; Dje de 01/02/2010.

Dessa feita, como a alega¿¿o de excesso de execu¿¿o por err¿nea base de c¿lculo do tributo e demais encargos cobrados de forma incorreta requer dila¿¿o probat¿ria, a via da exce¿¿o de pr¿-executividade revela-se via inadequada para tal discuss¿o.

Da alega¿¿o de descabimento da incid¿ncia da Taxa Selic na cobran¿a do cr¿dito tribut¿rio a t¿tulo de corre¿¿o monet¿ria e juros de mora

Consoante tese esposada em sede de julgamento de recursos repetitivos, "A Taxa SELIC ¿ leg¿tima como ¿ndice de corre¿¿o monet¿ria e de juros de mora, na atualiza¿¿o dos d¿bitos tribut¿rios pagos em atraso, ex vi do disposto no artigo 13 da Lei 9.065/95" (REsp 1.073.846/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Se¿¿o, DJe 18/12/2009, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/73), ficando tamb¿m recha¿ada a alega¿¿o do agravante em tal ponto.

Da alega¿¿o de que a multa ex officio prevista no art. 35, II, da Lei 8.212/91 seria desproporcional

A aplica¿¿o da multa morat¿ria tem o objetivo de sancionar o contribuinte que n¿o cumpre suas obriga¿¿es tribut¿rias, prestigiando a conduta daqueles que pagam em dia seus tributos aos cofres p¿blicos. Assim, para que a multa morat¿ria cumpra sua fun¿¿o de desencorajar a elis¿o fiscal, de um lado n¿o pode ser p¿fia, mas, de outro, n¿o pode ter um importe que lhe confira caracter¿stica confiscat¿ria, inviabilizando inclusive o recolhimento de futuros tributos.

A Corte Constitucional posiciona-se no sentido de que o valor da obriga¿¿o principal deve funcionar como limitador da norma sancionat¿ria, de modo que a abusividade revela-se nas multas arbitradas acima do montante de 100% no atraso de pagamento do tributo. Abaixo de tal patamar n¿o resta violado o princ¿pio que veda a utiliza¿¿o do tributo como efeito de confisco, o que tamb¿m abrange as multas decorrentes no atraso do pagamento do tributo, ¿ luz do art. 150, IV, da Constitui¿¿o Federal. A prop¿sito, no mesmo sentido: RE 777.574-AgR/PE, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJE de 22.5.2015; RE 765.393-AgR/SC, de minha lavra, Primeira Turma, DJE de 24.10.2014; e RE 582.461, Rel. Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJE de 18-08-2011.

A multa decorrente da mora do contribuinte apontada como desproporcional pelo agravante, com fundamento na ent¿o vigente reda¿¿o do art. 35, II, da Lei 8.212/91, n¿o supera o patamar de 100%, raz¿o pela qual n¿o pode ser considerada ileg¿tima, ¿ luz do entendimento firmado na Corte Constitucional.

Conclus¿o

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, nos termos do art. 932, IV, al¿nea ¿b¿, do CPC/2015.

Decorrido in albis o prazo recursal, d¿-se baixa na distribui¿¿o e arquivem-se os autos.

P.I.

Rio de Janeiro, 09 de mar¿o de 2017

THEOPHILO MIGUEL

Juiz Federal convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0108032-19.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.108032-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 02/12/2014 11:33

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: AUGUSTO ANTONIO LINCK SCHUCH

ADVOGADO: RENATA SOUZA SANTOS

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0528522-25.2011.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

RELATOR(A)

:

JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

RECORRENTE(S)

:

AUGUSTO ANTONIO LINCK SCHUCH

ADVOGADO(S)

:

RENATA SOUZA SANTOS

RECORRIDO(S)

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO(S)

:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ORIGEM

:

12ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO (05285222520114025101)

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por AUGUSTO ANTONIO LINCK SCHUCH contra decisão interlocutória que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade.

Nas razões recursais a agravante sustenta que a execução fiscal foi ajuizada com fulcro em registro da dívida ativa e os créditos lançados se referem à suposta incidência do imposto de renda sobre valor auferido nos autos da Reclamação Trabalhista. O recorrente sustenta que o valor do tributo que se executa já foi devidamente cobrado e retido pela Vara Trabalhista, conforme alvará, o que acarreta a extinção da

ação executiva em virtude da extinção do crédito pelo pagamento, sendo desnecessária a dilação probatória, já que a prova trazida aos autos se mostra clara e pré-constituída.

A agravada, em contrarrazões, requer a manutenção da decisão agravada ao fundamento de que, com efeito, a pretensão deduzida na exceção de pré-executividade demanda profunda análise de documentação, dilação probatória, incompatível com o célere meio de defesa da exceção de pré-executividade, eis que pretende o agravante ser desobrigado do pagamento das dívidas excutidas ao argumento de que houve a retenção e o repasse para o fisco do imposto de renda na fonte por ocasião do levantamento de numerário em ação reclamatória trabalhista do qual foi vencedor.

É o relatório.

DECIDO.

A decisão agravada deve ser mantida, pois os argumentos aduzidos pela agravante não se mostram suficientes para macular o título executivo que lastreia a execução fiscal, sendo certo que a tese da recorrente melhor se presta à análise em sede de Embargos à Execução, com observância da dialética processual que a matéria requer.

Ademais, conforme consignado na decisão agravada, a análise das alegações veiculadas pela recorrente demandam a juntada do processo administrativo que originou o crédito cobrado a fim de verificar se, de fato, o valor executado é devido a título de imposto de renda que recaiu sobre valores recebidos na reclamatória trabalhista, de tal forma que, neste caso deve-se utilizar dos embargos à execução.

Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA ATRIBUÍDA AO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ PARA, MONOCRATICAMENTE, NEGAR SEGUIMENTO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1º DA RESOLUÇÃO 17/2013, DO STJ. AFRONTA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NÃO CONFIGURADA. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73 NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS, CONCLUIU PELA NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA A COMPROVAÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS, NA SEARA DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Agravo Regimental interposto em 24/11/2014, contra decisão publicada em 11/11/2014. II. A decisão proferida pelo Presidente do STJ, conhecendo do presente Agravo, para negar seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1º da Resolução STJ 17/2013, não viola o princípio do juiz natural, mesmo porque, interposto Agravo Regimental, o feito será distribuído, nos termos da referida Resolução. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 536.193/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/11/2014). III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. Na forma da jurisprudência do STJ, firmada sob o rito do art. 543-C do CPC/73, "a exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória" (STJ, Resp 1.110.925/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/05/2009). V. Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, no sentido de que, no caso dos autos, não havia elementos probatórios suficientes para demonstrar, em Exceção de Pré-executividade, a ocorrência da prescrição intercorrente, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos à efetiva comprovação da prescrição intercorrente, pelo fato de a citação editalícia ter ocorrido 17 anos após o ajuizamento da Execução Fiscal, somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.368.606/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/06/2015; AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015. VI. Agravo Regimental improvido.(AGARESP 201300998595, ASSUSETE MAGALHÃES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:13/05/2016.)"

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decisão por meio da qual o douto Juízo a quo rejeitou a exceção de pré-executividade apresentada pelo agravante por entender que o caso demanda dilação probatória. 2. O agravante alega, em síntese, a ocorrência da prescrição, pois transcorridos mais de cinco anos desde a data da constituição dos créditos, em 2002, e a data do ajuizamento da ação, em 2012. 3. Pretende o agravante demonstrar a ocorrência da prescrição em sede de exceção de pré- executividade, tendo o magistrado a quo afirmado que a matéria demanda dilação probatória, uma vez que a exequente alega ocorrência de dolo e fraude, devendo ser analisada por meio de Embargos à Execução. 4. Com relação ao cabimento da exceção de pré-

executividade, a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC de 1973, se firmou no sentido de admitir a exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal nas situações em que não se faz necessária dilação probatória e em que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva. 5. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da Súmula n. 393 do STJ, cujo enunciado dispõe, verbis: "a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória." 6. No caso, a exequente, ora agravada, alega que foi induzida em erro, pois a agravante informou, quando da entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, que seus débitos estavam com a exigibilidade suspensa por decisão judicial. 7. Dessa forma, estou em que o caso está a demandar dilação probatória, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes à verificação do alegado. 8. Agravo de instrumento desprovido. (AG 00013171620154020000, FRANA ELIZABETH MENDES, TRF2 - 4ª TURMA ESPECIALIZADA.)"

Por tais razões, nos termos do artigo 932, IV, CPC/15, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento.

P.I. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos à Vara de Origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0006828-92.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.006828-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 24/06/2015 15:33

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: LABORATÓRIO TOSTES - ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PATOLÓGICA LTDA - EPP

ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0001388-14.2010.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói

RELATOR(A)

:

JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO MIGUEL

RECORRENTE(S)

:

LABORAT¿RIO TOSTES - ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PATOL¿GICA LTDA - EPP

ADVOGADO(S)

:

RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

RECORRIDO(S)

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO(S)

:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ORIGEM

:

05¿ VARA FEDERAL DE NITER¿I (00013881420104025102)

DECIS¿O

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo LABORAT¿RIO TOSTES ¿ AN¿LISES CL¿NICAS E ANATOMIA PATOL¿GICA LTDA, onde o Agravante requer a reforma da decis¿o interlocut¿ria nos autos da execu¿¿o fiscal (processo origin¿rio 00013881420104025102), ajuizada pela Uni¿o Federal, ora agravada, para cobran¿a de cr¿dito tribut¿rio inscrito em D¿vida Ativa no valor hist¿rico de R$ 39.970,77.

Insurge-se o Agravante contra a decis¿o que determinou a penhora on line de sua conta, sem que houvesse o esgotamento das dilig¿ncias por parte da Exequente para encontrar outros bens penhor¿veis.

A Uni¿o Federal manifestou-se em contrarraz¿es.

¿ o relat¿rio.

Decido.

N¿o mais se encontra no presente recurso o requisito intr¿nseco de admissibilidade atinente ao interesse em recorrer, porquanto o levantamento da penhora on line, ora postulada, restou obtida nos autos do agravo de instrumento n. 0003662-18.2016.4.02.0000 (2016.00.00.003662-5). Assim, n¿o mais

subsiste utilidade no provimento jurisdicional requerido no recurso em exame, que perdeu o objeto de forma superveniente.

Com efeito, conforme a li¿¿o do eminente processualista Jos¿ Carlos Barbosa Moreira, no que tange ao interesse recursal, "configura-se este requisito sempre que o recorrente possa esperar, em tese, do julgamento do recurso, situa¿¿o mais vantajosa, do ponto de vista pr¿tico, do que aquela em que o haja posto a decis¿o impugnada (utilidade do recurso) e, mais, que lhe seja preciso usar as vias recursais para alcan¿ar esse objetivo (necessidade do recurso)(...)"('O Novo Processo Civil Brasileiro', 18¿ ed., 1996, p¿g. 136).

Ante o exposto, diante da perda de objeto superveniente do presente agravo de instrumento, n¿o conhe¿o do recurso, vez que prejudicado, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015.

Transcorrido in albis o prazo recursal, d¿-se baixa na distribui¿¿o e arquivem-se os autos.

P.I.

Rio de Janeiro, 09 de mar¿o de 2017

THEOPHILO MIGUEL

Juiz Federal convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0003662-18.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003662-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 07/04/2016 15:50

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: LABORATORIO TOSTES - ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA - EPP

ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0001388-14.2010.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói

RELATOR(A)

:

JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO MIGUEL

RECORRENTE(S)

:

LABORATORIO TOSTES - ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA - EPP

ADVOGADO(S)

:

RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS, MARCOS SILVERIO DE CARVALHO

RECORRIDO(S)

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO(S)

:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ORIGEM

:

05¿ VARA FEDERAL DE NITER¿I (00013881420104025102)

DECIS¿O

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo LABORAT¿RIO TOSTES AN¿LISE CL¿NICA E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA - EPP, onde a agravante requer a reforma decis¿o da interlocut¿ria proferida nos autos da execu¿¿o fiscal ajuizada pela Fazenda (processo origin¿rio), onde restou indeferido o pedido de levantamento de valor bloqueado na conta do recorrente e ¿ disposi¿¿o do ju¿zo via Bacen-jud.

Como raz¿es recursais, o agravante aduz os fundamentos de fato e de direito ora apontados. Afirma o recorrente que o ju¿zo da execu¿¿o determinou o bloqueio das contas da ora agravante, mesmo com a informa¿¿o de que havia parcelado seus d¿bitos tribut¿rios. A agravante apresentou, ent¿o, peti¿¿o requerendo o levantamento dos valores bloqueados pela penhora BACENJUD, uma vez que a empresa aderiu ao parcelamento em momento anterior ¿ realiza¿¿o do bloqueio, o que consistiria afronta ao disposto no art. 151, VI, do CTN.

Em contrarraz¿es, a UNI¿O recha¿a os argumentos da agravante, pugnando pela negativa de provimento do recurso e confirma¿¿o da decis¿o hostilizada. Como tese argumentativa, sustenta a agravada que, ao contr¿rio do entendimento exposto pela agravante, ainda que a ades¿o ao parcelamento seja causa de suspens¿o da exigibilidade do cr¿dito exequendo, o parcelamento n¿o teria o cond¿o de desconstituir a garantia dada em ju¿zo com o cancelamento da penhora via sistema BACENJUD.

Os autos vieram-me conclusos.

¿ o relat¿rio.

Decido.

Passo a apreciar o recurso, monocraticamente, conforme autoriza o comando normativo do art. 932, V, al¿nea ¿b¿, do CPC/2015, encontrando-se, na esp¿cie, reverenciado o contradit¿rio.

Presentes os requisitos de admissibilidade intr¿nsecos e extr¿nsecos do agravo de instrumento, o que autoriza a realiza¿¿o do ju¿zo de m¿rito recursal.

A solu¿¿o da vexata quaestio cinge-se ¿ possibilidade de levantamento de constri¿¿o judicial realizada sobre verba bloqueada e ¿ disposi¿¿o do ju¿zo do processo de execu¿¿o fiscal, quando h¿ pr¿vio parcelamento do cr¿dito tribut¿rio, ou seja, quando o pedido de parcelamento ¿ pr¿vio ¿ garantia do ju¿zo.

O parcelamento cuida-se de uma das hip¿teses do rol taxativo da suspens¿o de exigibilidade do cr¿dito tribut¿rio, ¿ luz do art. 151, do CTN:

A prop¿sito, veja-se o que preceitua a norma:

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do cr¿dito tribut¿rio:

I - morat¿ria;

II - o dep¿sito do seu montante integral;

III - as reclama¿¿es e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tribut¿rio administrativo;

IV - a concess¿o de medida liminar em mandado de seguran¿a;

V ¿ a concess¿o de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras esp¿cies de a¿¿o judicial; (Inclu¿do pela Lcp n¿ 104, de 2001)

VI ¿ o parcelamento. (Inclu¿do pela Lcp n¿ 104, de 2001)

Par¿grafo ¿nico. O disposto neste artigo n¿o dispensa o cumprimento das obriga¿¿es assess¿rios dependentes da obriga¿¿o principal cujo cr¿dito seja suspenso, ou dela consequentes.

Alinha-se a jurisprud¿ncia do STJ, inclusive em sede de tese de recurso repetitivo (cf. REsp 957509 / RS; Rel. Min. Luiz Fux; Primeira Se¿¿o; Dje DJe 25/08/2010), no sentido de que o parcelamento fiscal, concedido na forma e condi¿¿o estabelecidas em lei espec¿fica (art. 155-A do CTN), ¿ causa suspensiva da exigibilidade do cr¿dito tribut¿rio, ¿ luz do disposto no artigo 151, VI, do CTN e que, consequentemente, a produ¿¿o de efeitos suspensivos da exigibilidade do cr¿dito tribut¿rio, advindos do parcelamento, condiciona-se ¿ homologa¿¿o expressa ou t¿cita do pedido formulado pelo contribuinte junto ao Fisco (Precedentes das Turmas de Direito P¿blico: REsp 911.360/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 18.03.2008, DJe 04.03.2009; REsp 608.149/PR, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 09.11.2004, DJ 29.11.2004; (REsp 430.585/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 03.08.2004, DJ 20.09.2004; e REsp 427.358/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 27.08.2002, DJ 16.09.2002).

Uma vez produzidos os efeitos suspensivos da exigibilidade do cr¿dito tribut¿rio, mediante homologa¿¿o expressa ou t¿cita, n¿o poder¿ o Fisco promover qualquer ato que diga respeito ¿ cobran¿a do cr¿dito tribut¿rio, vale dizer, inscri¿¿o em D¿vida Ativa e ajuizamento do processo de execu¿¿o fiscal, bem como n¿o poder¿ haver qualquer ato de constri¿¿o judicial sobre o patrim¿nio do contribuinte, para fins de garantia do pagamento do cr¿dito tribut¿rio.

Insta salientar, no que tange ao efeito suspensivo da exigibilidade do cr¿dito tribut¿rio, que, a teor do entendimento firmado no regime de recursos repetitivos do STJ, no REsp 957509 / RS, j¿ citado alhures, aquele incidir¿, automaticamente, no prazo de 90 dias, mediante homologa¿¿o t¿cita, caso n¿o haja apreciа¿¿o da Fazenda, em conson¿ncia com a sistem¿tica de parcelamento prevista na Lei 10.522/2002 (atual reda¿¿o do art. 12, ¿1¿, II, conferida pela Lei 11.941/2009).

Noutro giro, firmou o STJ o entendimento em regime repetitivo (cf. REsp¿1133710/GO; Rel. Min. Luiz Fux; 1¿ Se¿¿o; Dje 18/12/2009), de que a suspens¿o da exigibilidade do cr¿dito tribut¿rio superior a quinhentos mil reais para op¿¿o pelo Refis (Lei n. 9.964/2000) pressup¿e a homologa¿¿o expressa do¿comit¿ gestor¿e a constitui¿¿o de garantia por meio do arrolamento de bens. Conforme a Corte supra, nos casos de ades¿o ao REFIS, suspender-se-¿ a execu¿¿o fiscal somente ap¿s a expressa homologa¿¿o da op¿¿o pelo respectivo Comit¿ Gestor, a qual est¿ condicionada, no entanto, quando os d¿bitos excederem a R$500.000,00 (quinhentos mil reais), ao arrolamento de bens ou ¿ apresenta¿¿o de garantia. Assim, no caso de d¿bitos superiores a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) n¿o ocorre homologa¿¿o t¿cita, que a Lei 9.964/2000 permite apenas em rela¿¿o ¿s empresas optantes pelo SIMPLES e com d¿bitos inferiores a R$500.000,00. O entendimento ora exposto encontra-se editado no verbete n. 437 da S¿mula de Jurisprud¿ncia do STJ: ¿A suspens¿o da exigibilidade do cr¿dito tribut¿rio superior a quinhentos mil reais para op¿¿o pelo Refis pressup¿e a homologa¿¿o expressa do comit¿ gestor e a constitui¿¿o de garantia por meio do arrolamento de bens¿.

H¿ que se destacar, ainda, que, consoante o entendimento pretoriano, a suspens¿o da exigibilidade do cr¿dito tribut¿rio pelo parcelamento n¿o inviabiliza a preserva¿¿o da penhora pr¿-existente (o que se estende para as demais formas de garantia do ju¿zo). Nesse aspecto, posicionou-se o STJ, ao julgar a AI no REsp 1.266.318/RN, no sentido de que a exist¿ncia de parcelamento do cr¿dito tribut¿rio "n¿o determina o cancelamento da penhora ou o desbloqueio de bens, consequ¿ncia liberat¿ria reservada pela

lei apenas a d¿bitos cuja penhora de bens em execu¿¿o judicial ainda n¿o se tenha realizado quando do parcelamento" (Rel. Ministro Sidnei Beneti, Corte Especial, DJe 17/03/2014).

No caso vertente, verifica-se que o pedido de parcelamento foi requerido em 25/08/2014, com pagamento, na mesma data, da primeira parcela referente ao ¿REFIS da COPA¿, contemplado pela Lei n. 12.996/2014 (cf. fls. 273/275, do processo origin¿rio), tendo sido formalizado em 28/11/2014, data em que a op¿¿o foi validada, como reconhecido pela Fazenda a fls. 80 e comprovado no doc. de fls. 86, do presente agravo, e fls. 326/328 da execu¿¿o fiscal.

Contudo, o bloqueio judicial, via BACENJUD, da verba na conta do contribuinte, ocorreu posteriormente, em 06/2015, nos autos do processo origin¿rio (execu¿¿o fiscal n. 0001388-14.2010.4.02.5102), conforme consulta ao Sistema Informatizado da Justi¿a Federal, com o objetivo garantir o ju¿zo.

Dessa feita, ¿ luz do entendimento exposto nos recursos submetidos ¿ sistem¿tica de regime repetitivo, como explicitado acima, n¿o demonstrado pela Fazenda que o bloqueio judicial, via BACENJUD (06/2015), para garantia do ju¿zo, tenha sido efetivado antes da homologa¿¿o (11/2014) ou mesmo que o parcelamento, no momento da constri¿¿o, j¿ havia sido rescindido, o bloqueio n¿o se revela leg¿timo, vez que realizado quando o cr¿dito tribut¿rio j¿ se encontrava com a sua exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, VI, do CTN.

Ante o exposto, conforme autoriza o art. 932, V, al¿nea ¿b¿, do CPC/2015, dou provimento ao agravo de instrumento para reformar a decis¿o agravada e determinar ao ¿rg¿o a quo proceder ao imediato levantamento do bloqueio efetuado pelo BACENJUD, na conta do agravante, do respectivo valor posto ¿ disposi¿¿o do Ju¿zo, nos autos da execu¿¿o fiscal n. 0001388-14.2010.4.02.5102 (processo origin¿rio).

Decorrido in albis o prazo recursal, d¿-se baixa na distribui¿¿o e arquivem-se os autos.

Comunique-se o ¿rg¿o a quo, incontinenti, acerca da presente decis¿o.

P.I.

Rio de Janeiro, 09 de mar¿o de 2017

THEOPHILO MIGUEL

Juiz Federal convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

5 - 0008453-30.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.008453-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 19/08/2016 13:18

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA - FUSVE

ADVOGADO: ALBERTO DAUDT DE OLIVEIRA

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0154789-40.2014.4.02.5119 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí

RELATOR(A)

:

JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO MIGUEL

RECORRENTE(S)

:

FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA - FUSVE

ADVOGADO(S)

:

ALBERTO DAUDT DE OLIVEIRA

RECORRIDO(S)

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO(S)

:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ORIGEM

:

01ª VARA FEDERAL DE BARRA DO PIRAÍ (01547894020144025119)

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA – FUSVE, entidade beneficente, sem fins lucrativos, onde a Agravante requer a reforma da decisão interlocutória agravada para que seja determinada a suspensão da exigibilidade das contribuições para o

PIS, de modo que as mesmas não constituam óbice para expedição da certidão de regularidade fiscal a que faz jus a recorrente, ao menos enquanto perdurar a validade de seu CEBAS.

Como razões recursais, a Agravante aduz os fundamentos de fato e de direito ora apontados. Narra a agravante ser entidade beneficente sem fins lucrativos, declarada, inclusive, de utilidade pública estadual pela Lei nº 8.880, de 07/07/1967 e, federal, pelo Decreto nº 68.769, de 17/06/1971, renovado pelo Decreto de 27/05/1992, detentora, desde então, da imprescindível imunidade tributária das contribuições sociais para a consecução de seus objetivos institucionais. Assevera quem em razão do cumprimento de todas as obrigações acessórias exigidas pelo poder público, o Ministério da Educação expediu, em favor da Agravante, o respectivo Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS em 08/01/1975, cujas sucessivas renovações atestam o cumprimento de todos os requisitos legais para materialização dessa imunidade tributária. Entretanto, embora a Agravante faça jus à imunidade tributária das contribuições para a seguridade social, conferida pela Constituição Federal - art. 195, §7º, a ora Agravada persiste na cobrança das contribuições para o PIS, em total afronta ao entendimento firmado pelo E. STF nos autos do RE nº 636.941/RS. Diante desse cenário, a Agravante ajuizou ação ordinária, objetivando a restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS, bem como a suspensão imediata dessas cobranças, ao menos enquanto perdurar a validade de seu CEBAS. Alega que, não obstante restar comprovada a regularidade do CEBAS da Agravante, a decisão agravada indeferiu a tutela provisória de urgência sob os seguintes fundamentos: (1) a probabilidade do direito não restaria demonstrada em razão da ausência de análise expressa da Administração Pública, quanto ao cumprimento dos requisitos exigidos pelo artigo 29 da Lei nº 12.101/2009; (2) os prejuízos financeiros alegados pela Agravante não justificariam a ocorrência de perigo na demora do provimento jurisdicional. Sustenta que o indeferimento da tutela provisória nos autos do processo originário constitui flagrante ofensa ao art. 195, §7º, da Lex Mater, que assegura a imunidade tributária em relação a contribuições para a seguridade social às entidades beneficentes de assistente social que comprovem as exigências previstas em lei.

O recurso foi instruído com as peças previstas no art. 1.017 do CPC/2015.

A UNIÃO FEDERAL, ora agravada ofereceu contrarrazões, pugnando pela confirmação da decisão recorrida.

Os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Decido.

Presentes os requisitos de admissibilidade intrínsecos e extrínsecos, o que autoriza o juízo de mérito recursal.

Passo a apreciar o recurso, monocraticamente, conforme autoriza o comando normativo do art. 932, V, alínea "b", do CPC/2015.

Dispõe a Constituição da República, em seu art. 195, §7º, que são "isentas" de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

Trata-se, sem dúvida, de benefício constitucional de imunidade tributária que está condicionado ao preenchimento, pelo beneficiário, de requisitos enumerados no(s) ato(s) normativo(s) limitador (es) de sua concessão.

No caso vertente, a decisão impugnada indeferiu a tutela provisória sob o mero argumento de que a probabilidade do direito não restaria demonstrada em razão da ausência de análise expressa da Administração Pública quanto ao cumprimento dos requisitos exigidos pelo artigo 29 da Lei nº 12.101/2009.

Nos termos do art. 1º, da Lei 12.101/2009 a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção (na reverdade, imunidade) de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes e que atendam às exigências do diploma legal em exame.

A teor do art. 3º da Lei n. 12.101/2009, a certificação ou sua renovação será concedida à entidade beneficente que demonstre, no exercício fiscal anterior ao do requerimento, observado o período mínimo de 12 (doze) meses de constituição da entidade, de acordo com as respectivas áreas de atuação, obediência às exigências previstas na legislação em comento.

O art. 29 da Lei n. 12.101/2009 previu uma série de requisitos cumulativos, para fins de percepção da imunidade pelas entidades beneficentes certificadas.

Com efeito, pela documentação colacionada pela Agravante, observa-se que o agravante demonstra, ao menos para fins de juízo de probabilidade, em sede de análise de tutela provisória, ser entidade beneficente de assistência social com certificado válido, bem como atender os requisitos preconizados no art. 29, da Lei n. 12.101/2009, vale dizer: inexistência de remuneração dos dirigentes, a teor do prevê seu estatuto (artigo 29, inciso I, cf. fls. 17 dos autos do processo originário); aplicação integral das rendas da Agravante para manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais, a teor dos arts. 2º, 3º, 27 e 29 do Estatuto Social (art. 29, II, da Lei n. 12.101/2009, cf. fls. 16 e 22 do processo originário); regularidade fiscal, por intermédio de Certidões válidas - CPDEN e referente ao FGTS (art. 29, III, da Lei n. 12.101/2009, cf. Doc. 2); regularidade contábil (Lei nº 12.101/2009 - artigo 29, inciso IV); e observância à

vedação de distribuição do patrimônio da Agravante, a qualquer título, a teor do art. 28 do Estatuto social (art. 29, V, da Lei 12.101/2009, cf. fls. 22 do processo originário).

A União Federal, ora agravada, não trouxe qualquer argumento ou elemento apto a afastar a ausência de comprovação de que a agravante teria certificado válido, como entidade beneficente de assistência social, bem como que não restariam preenchidos, de forma cumulativa, os requisitos previstos no art. 29 da Lei n. 12.101/2009.

Insta destacar que o Plenário do STF, no julgamento do RE 636.941/RS, Rel. Min. Luiz Fux, com repercussão geral reconhecida, firmou entendimento no sentido de que a imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal alcança a contribuição ao PIS devida pelas entidades beneficentes de assistência social, razão pela qual assiste razão à agravante quanto ao direito à suspensão da exigibilidade da exação, em tutela provisória de urgência, vez que atendidos o fumus boni iuris e o periculum in mora, de modo que a contribuição não seja óbice à expedição de Certidão de regularidade fiscal, a teor do art. 151, V, c/c os arts. 205 e 206 do CTN, enquanto perdurar a validade do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e restarem preenchidos os requisitos do art. 29 da Lei 12.101/2009.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo de instrumento, monocraticamente, conforme autoriza o art. 932, V, "b", do CPC/2015, para declarar suspensa a exigibilidade da contribuição para o PIS, de modo que a exação não seja óbice à expedição de Certidão de regularidade fiscal, a teor do art. 151, V, c/c os arts. 205 e 206 do CTN, enquanto perdurar a validade do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e restarem preenchidos os requisitos do art. 29 da Lei 12.101/2009.

Comunique-se o órgão a quo acerca da presente decisão.

Transitada em julgado a presente decisão, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

P.I.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

THEOPHILO MIGUEL

Juiz Federal convocado – Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0000829-90.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000829-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 07/02/2017 11:49

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: HUMBERTO LUIZ COTTA JULIO FILHO

ADVOGADO: OSMUNDO DE JESUS GUERRA

ADVOGADO: RAFAEL VELASCO GUERRA

Originário: 0000890-43.2009.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

RELATOR(A)

:

JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

RECORRENTE(S)

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO(S)

:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

RECORRIDO(S)

:

HUMBERTO LUIZ COTTA JULIO FILHO

ADVOGADO(S)

:

OSMUNDO DE JESUS GUERRA, RAFAEL VELASCO GUERRA

ORIGEM

:

01ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA (00008904320094025104)

DECISÃO

Não visualizo que a decisão agravada seja apta a causar lesão grave e de difícil reparação a ensejar a atribuição de efeito suspensivo ativo requerido.

A apreciação do presente recurso em momento futuro e apropriado em nada abalará as pretensões da agravante, devendo-se, por ora, prestigiar o contraditório.

Do exposto, indefiro, por ora, o pedido de efeito suspensivo ativo requerido.
Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1019, II, do CPC/15.
Posteriormente, voltem os autos conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001130-37.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001130-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/02/2017 16:25
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: FABIANO DE MARTINO MOTA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0100572-67.2015.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
FABIANO DE MARTINO MOTA
ADVOGADO(S)
:
RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
11¿ VARA FEDERAL DE EXECU¿¿O FISCAL DO RIO DE JANEIRO (01005726720154025101)
DECIS¿O
N¿o visualizo que a decis¿o agravada seja apta a causar les¿o grave e de dif¿cil repara¿¿o a ensejar a atribui¿¿o de efeito suspensivo ativo requerido.
A aprecia¿¿o do presente recurso em momento futuro e apropriado em nada abalar¿ as pretens¿es da agravante, devendo-se, por ora, prestigiar o contradit¿rio.
Do exposto, indefiro, por ora, o pedido de efeito suspensivo ativo requerido.
Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1019, II, do CPC/15.
Posteriormente, voltem os autos conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 08 de mar¿o de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0002964-12.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002964-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 21/03/2016 18:14
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: COOPERATIVA AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

SUSCITANTE: Juízo da 1ª Vara Federal de Nova Friburgo-RJ
SUSCITADO: Juízo de Direito da Comarca de Cantagalo-RJ
Originário: 0600822-27.1998.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
RELATOR(A)
:
DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA
RECORRENTE(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO(S)
:
COOPERATIVA AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA
ADVOGADO(S)
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
01ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO (06008222719984025105)
DECISÃO
Aceito a prevenção.

Vincule-se aos autos dos seguintes Conflitos de Competência: 0002234-98.2016.4.02.0000, 0002477-42.2016.4.02.0000, 0002960-72.2016.4.02.0000, 0002978-93.2016.4.02.0000, 0002979-78.2016.4.02.0000, 0002984-03.2016.4.02.0000, 0002987-55.2016.4.02.0000, 0002989-25.2016.4.02.0000, 0002990-10.2016.4.02.0000, 0002997-02.2016.4.02.0000.

Aguarde-se a tese jurídica que será fixada por ocasião do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0004491-96.2016.4.02.0000, cujo tema objeto do incidente é o mesmo dos feitos acima mencionados.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0002978-93.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002978-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 21/03/2016 18:11
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: COOPERATIVA REGIONAL AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA
RÉU: EDMO FRANCISCO DE OLIVEIRA MORAES
RÉU: RENATO CAMPANATI BARD
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CANTAGALO/RJ
Originário: 0001350-66.2005.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
RELATOR(A)
:
DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA
RECORRENTE(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO(S)
:

COOPERATIVA REGIONAL AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA,EDMO FRANCISCO DE OLIVEIRA MORAES,RENATO CAMPANATI BARD
ADVOGADO(S)
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
01ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO (00013506620054025105)
DECISÃO
Aceito a prevenção.
Vincule-se aos autos dos seguintes Conflitos de Competência: 0002234-98.2016.4.02.0000, 0002477-42.2016.4.02.0000, 0002960-72.2016.4.02.0000, 0002964-12.2016.4.02.0000, 0002979-78.2016.4.02.0000, 0002984-03.2016.4.02.0000, 0002987-55.2016.4.02.0000, 0002989-25.2016.4.02.0000, 0002990-10.2016.4.02.0000, 0002997-02.2016.4.02.0000.
Aguarde-se a tese jurídica que será fixada por ocasião do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0004491-96.2016.4.02.0000, cujo tema objeto do incidente é o mesmo dos feitos acima mencionados.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0002979-78.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002979-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 21/03/2016 18:10
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: COOPERATIVA REGIONAL AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA
RÉU: EDMO FRANCISCO DE OLIVEIRA MORAES
RÉU: RENATO CAMPANATI BARD
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CANTAGALO/RJ
Originário: 0001348-96.2005.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
RELATOR(A)
:
DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA
RECORRENTE(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO(S)
:
COOPERATIVA REGIONAL AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA,EDMO FRANCISCO DE OLIVEIRA MORAES,RENATO CAMPANATI BARD
ADVOGADO(S)
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
01ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO (00013489620054025105)
DECISÃO
Aceito a prevenção.
Vincule-se aos autos dos seguintes Conflitos de Competência: 0002234-98.2016.4.02.0000, 0002477-42.2016.4.02.0000, 0002960-72.2016.4.02.0000, 0002964-12.2016.4.02.0000, 0002978-93.2016.4.02.0000, 0002984-03.2016.4.02.0000, 0002987-55.2016.4.02.0000, 0002989-25.2016.4.02.0000, 0002990-10.2016.4.02.0000, 0002997-02.2016.4.02.0000.

Aguarde-se a tese jurídica que será fixada por ocasião do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0004491-96.2016.4.02.0000, cujo tema objeto do incidente é o mesmo dos feitos acima mencionados.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0002984-03.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002984-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 21/03/2016 17:52

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

RÉU: COOPERATIVA AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO/RJ

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CANTAGALO/RJ

Originário: 0600821-42.1998.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo

RELATOR(A)

:

DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA

RECORRENTE(S)

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO(S)

:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

RECORRIDO(S)

:

COOPERATIVA AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA

ADVOGADO(S)

:

SEM ADVOGADO

ORIGEM

:

01ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO (06008214219984025105)

DECISÃO

Aceito a prevenção.

Vincule-se aos autos dos seguintes Conflitos de Competência: 0002234-98.2016.4.02.0000, 0002477-42.2016.4.02.0000, 0002960-72.2016.4.02.0000, 0002964-12.2016.4.02.0000, 0002978-93.2016.4.02.0000, 0002979-78.2016.4.02.0000, 0002987-55.2016.4.02.0000, 0002989-25.2016.4.02.0000, 0002990-10.2016.4.02.0000, 0002997-02.2016.4.02.0000.

Aguarde-se a tese jurídica que será fixada por ocasião do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0004491-96.2016.4.02.0000, cujo tema objeto do incidente é o mesmo dos feitos acima mencionados.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

14 - 0002987-55.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002987-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 21/03/2016 17:53

Gabinete 07

Magistrado(a) LANA REGUEIRA

AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

RÉU: COOPERATIVA AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CANTAGALO/RJ
Originário: 0601739-46.1998.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
RELATOR(A)
:
DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA
RECORRENTE(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO(S)
:
COOPERATIVA AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA
ADVOGADO(S)
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
01ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO (06017394619984025105)
DECISÃO
Aceito a prevenção.

Vincule-se aos autos dos seguintes Conflitos de Competência: 0002234-98.2016.4.02.0000, 0002477-42.2016.4.02.0000, 0002960-72.2016.4.02.0000, 0002964-12.2016.4.02.0000, 0002978-93.2016.4.02.0000, 0002979-78.2016.4.02.0000, 0002984-03.2016.4.02.0000, 0002989-25.2016.4.02.0000, 0002990-10.2016.4.02.0000, 0002997-02.2016.4.02.0000.

Aguarde-se a tese jurídica que será fixada por ocasião do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0004491-96.2016.4.02.0000, cujo tema objeto do incidente é o mesmo dos feitos acima mencionados.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho

15 - 0002989-25.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002989-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 21/03/2016 17:54
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: COOPERATIVA REGIONAL AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CANTAGALO/RJ
Originário: 0001351-51.2005.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
RELATOR(A)
:
DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA
RECORRENTE(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO(S)
:
COOPERATIVA REGIONAL AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA

ADVOGADO(S)
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
01ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO (00013515120054025105)
DECISÃO
Aceito a prevenção.
Vincule-se aos autos dos seguintes Conflitos de Competência: 0002234-98.2016.4.02.0000, 0002477-42.2016.4.02.0000, 0002960-72.2016.4.02.0000, 0002964-12.2016.4.02.0000, 0002978-93.2016.4.02.0000, 0002979-78.2016.4.02.0000, 0002984-03.2016.4.02.0000, 0002987-55.2016.4.02.0000, 0002990-10.2016.4.02.0000, 0002997-02.2016.4.02.0000.
Aguarde-se a tese jurídica que será fixada por ocasião do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0004491-96.2016.4.02.0000, cujo tema objeto do incidente é o mesmo dos feitos acima mencionados.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0002990-10.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002990-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 21/03/2016 17:54
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: COOPERATIVA AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CANTAGALO/RJ
Originário: 0601735-09.1998.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
RELATOR(A)
:
DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA
RECORRENTE(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO(S)
:
COOPERATIVA AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA
ADVOGADO(S)
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
01ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO (06017350919984025105)
DECISÃO
Aceito a prevenção.
Vincule-se aos autos dos seguintes Conflitos de Competência: 0002234-98.2016.4.02.0000, 0002477-42.2016.4.02.0000, 0002960-72.2016.4.02.0000, 0002964-12.2016.4.02.0000, 0002978-93.2016.4.02.0000, 0002979-78.2016.4.02.0000, 0002984-03.2016.4.02.0000, 0002987-55.2016.4.02.0000, 0002989-25.2016.4.02.0000, 0002997-02.2016.4.02.0000.
Aguarde-se a tese jurídica que será fixada por ocasião do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0004491-96.2016.4.02.0000, cujo tema objeto do incidente é o mesmo dos feitos acima mencionados.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0002997-02.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002997-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 21/03/2016 17:55
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: COOPERATIVA REGIONAL AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA
RÉU: EDMO FRANCISCO DE OLIVEIRA MORAES
RÉU: RENATO CAMPANATI BARD
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CANTAGALO/RJ
Originário: 0001347-14.2005.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
RELATOR(A)
:
DESEMBARGADORA FEDERAL LANA REGUEIRA
RECORRENTE(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO(S)
:
COOPERATIVA REGIONAL AGRO-PECUARIA DE CANTAGALO LTDA,EDMO FRANCISCO DE OLIVEIRA MORAES,RENATO CAMPANATI BARD
ADVOGADO(S)
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
01ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO (00013471420054025105)
DECISÃO
Aceito a prevenção.
Vincule-se aos autos dos seguintes Conflitos de Competência: 0002234-98.2016.4.02.0000, 0002477-42.2016.4.02.0000, 0002960-72.2016.4.02.0000, 0002964-12.2016.4.02.0000, 0002978-93.2016.4.02.0000, 0002979-78.2016.4.02.0000, 0002984-03.2016.4.02.0000, 0002987-55.2016.4.02.0000, 0002989-25.2016.4.02.0000, 0002990-10.2016.4.02.0000.
Aguarde-se a tese jurídica que será fixada por ocasião do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0004491-96.2016.4.02.0000, cujo tema objeto do incidente é o mesmo dos feitos acima mencionados.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

BOLETIM: 2017000133

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0014305-39.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.014305-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/08/2015 08:13
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: VITOL DO BRASIL LTDA
ADVOGADO: ANTÔNIO LOPES MUNIZ
ADVOGADO: FELIPE FERNANDES SANTOS
ADVOGADO: ANDRE RICARDO SMITH DA COSTA
REMETENTE: JUÍZO DA 29ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0014305-39.2008.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. BASE DE CÁLCULO. ICMS. INCLUSÃO. STJ. REPETITIVO. FATURAMENTO. RECEITA BRUTA. VALOR DA OPERAÇÃO. STF. REPERCUSSÃO GERAL.

1. A inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS não viola o disposto no artigo 195, inciso I, da CF/88, alterado pela Emenda Constitucional nº 20/1998, mas, ao revés, confere-lhe concretude, diante da amplitude do conceito de receita ou faturamento, considerando a totalidade das receitas auferidas por pessoas jurídicas, independentemente da atividade desenvolvida e da classificação contábil adotada.

2. O ICMS está incluído no valor total da nota fiscal de venda, compondo o preço da mercadoria ou do serviço e integrando a receita bruta e o faturamento. A própria Lei Complementar de regência do ICMS (LC nº 87/96) expressamente menciona que integra a base de cálculo do imposto o montante do próprio imposto, ressaltando que o respectivo destaque constitui mera indicação para fins de controle, consoante o inciso I do § 1º do artigo 13.

3. Se o ICMS integra o valor da operação, não há como dissociá-lo do fato gerador do PIS e da COFINS, uma vez que o valor da operação é justamente a receita bruta da pessoa jurídica.

4. O STJ ratificou tal entendimento sob o regime dos recursos repetitivos, no julgamento do REsp nº 1.144.469/PR, nos termos do voto do Ministro Mauro Campbell Marques.

5. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 582.461, com repercussão geral reconhecida, assentou que é constitucional a inclusão do ICMS em sua própria base de cálculo, visto que esta, definida como o valor da operação da circulação de mercadorias, inclui o próprio montante do ICMS incidente, pois ele faz parte da importância paga pelo comprador e recebida pelo vendedor na operação.

6. Remessa necessária e apelação conhecidas e providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à remessa necessária e ao recurso, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

CLÁUDIA MARIA PEREIRA BASTOS NEIVA
Desembargadora Federal

BOLETIM: 2017000134

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000993-55.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000993-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/02/2017 13:59
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: BAMBINA ONCOS - SERVIÇOS E PERQUISAS MÉDICAS LTDA
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0127824-11.2016.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE
:
BAMBINA ONCOS - SERVIÇOS E PERQUISAS MÉDICAS LTDA
ADVOGADO(A)
:
LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA
AGRAVADO(A)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(A)
:
Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM
:
17ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01278241120164025101)
Despacho
A apreciação do pedido de antecipação da tutela recursal em momento futuro e apropriado em nada abalará as pretensões da agravante, devendo-se, por ora, prestigiar o contraditório.
À parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC/15.
Após, voltem conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
CLAUDIA NEIVA
Desembargadora Federal
(T25057)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001200-54.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001200-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/02/2017 18:18
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: MARIA ALICE GASPARINI VIDAL
ADVOGADO: LEONARDO DALVI ALVARENGA
Originário: 0016192-86.2016.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
RELATOR(A)
:
DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(A)
:
Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO(A)
:
MARIA ALICE GASPARINI VIDAL
ADVOGADO(A)
:
LEONARDO DALVI ALVARENGA
ORIGEM
:
1ª Vara Federal Cível (00161928620164025001)

Despacho
À parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC/15.
Após, voltem conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
CLAUDIA NEIVA
Desembargadora Federal
(T25057)

BOLETIM: 2017000135

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0729690-69.1900.4.02.5101 Número antigo: 1900.51.01.729690-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 18/08/2015 17:38
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CONSTRUTORA RIBEIRO JUNIOR LTDA
ADVOGADO: RICARDO VENTURELLE DE OLIVEIRA
Originário: 0729690-69.1900.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
2 - Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0729690-69.1900.4.02.5101 (1900.51.01.729690-1) ()
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : CONSTRUTORA RIBEIRO JUNIOR LTDA
ADVOGADO : RICARDO VENTURELLE DE OLIVEIRA
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0528580-28.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.528580-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/04/2014 18:26
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ATELIER DE MERCHANDISING LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0528580-28.2011.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA NEIVA
APELANTE
:
UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR
:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
APELADO
:
ATELIER DE MERCHANDISING LTDA
ADVOGADO
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
9ª Vara Federal de Volta Redonda (05285802820114025101)
DESPACHO
1) Retire-se o feito da pauta do dia 14/03/2017.
2) Abra-se vista à União Federal (PFN) para que esclareça, no prazo de 10 (dez) dias, comprovadamente, através de documentação apta a demonstrar a manifestação de vontade do contribuinte, se houve adesão a parcelamento, em relação às inscrições nos 70 2 08 002385-27, 70 6 06 032094-34, 70 6 08 032435-98 e 70 7 07 000241-14, ante o contido nos extratos de fls. 177/178, 183/184, 186/187 e 201/202, que mencionam a adesão e a rescisão do PAES.
3) Após, voltem conclusos.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
CLAUDIA NEIVA
Desembargadora Federal

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0147216-39.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.147216-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/09/2014 15:18
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: UBIRICI FURQUIM CARDOZO
ADVOGADO: ANTONIO MARIA DE JESUS
Originário: 0147216-39.2013.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
2 - Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0147216-39.2013.4.02.5101 (2013.51.01.147216-2) ()
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : UBIRICI FURQUIM CARDOZO
ADVOGADO : ANTONIO MARIA DE JESUS
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0101542-78.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.101542-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/06/2014 18:10
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: LUIZ FELIPE DA CONCEICAO RODRIGUES
ADVOGADO: ALDA REGINA ABREU DA SILVA VELHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0045367-20.1996.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
42 - Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0101542-78.2014.4.02.0000 (2014.00.00.101542-6) ()
AGVTE : LUIZ FELIPE DA CONCEICAO RODRIGUES
ADVOGADO : ALDA REGINA ABREU DA SILVA VELHO
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0003200-95.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.003200-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 30/03/2015 17:28
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: CMR DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0622594-92.1900.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
42 - Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0003200-95.2015.4.02.0000 (2015.00.00.003200-7) ()
AGVTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO : CMR DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001075-86.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001075-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/02/2017 17:54
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE: EROTILDES MARCELINA DOS SANTOS
ADVOGADO: MONICA FELIX DA SILVA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARCIA PEREIRA DIAS DE AZEVEDO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: LEONEL RODRIGUES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0015323-51.2015.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA NEIVA
AGRAVANTE
:
EROTILDES MARCELINA DOS SANTOS
ADVOGADO(A)
:
MONICA FELIX DA SILVA
AGRAVADO(A)
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTROS
ADVOGADO(A)
:
MARCIA PEREIRA DIAS DE AZEVEDO, Procurador da Fazenda Nacional, SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
23ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00153235120154025101)
Despacho
À parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC/15.
Após, voltem conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
CLAUDIA NEIVA
Desembargadora Federal
(T215391)

SUBSECRETARIA DA 4a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 175939

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2006.51.01.012878-5

Nº CNJ	:	0012878-75.2006.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE	:	GILBERTO TOLUSSI
ADVOGADO	:	MARCELO GOMES DA ROSA E OUTROS
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELANTE	:	MASSA FALIDA MABE BRASIL ELETRODOMESTICOS LTDA
ADVOGADO	:	ANDRÉ LUIZ PAES DE ALMEIDA
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 28A VARA-RJ
ORIGEM	:	VIGÉSIMA OITAVA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200651010128785)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. REMESSA NECESSÁRIA. APELAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA RETIDO NA FONTE. IMPUGNAÇÃO DO AUTOR NA VIA ADMINISTRATIVA E CONSIDERADA INTEMPESTIVA APÓS DEZ ANOS. INÉRCIA DA ADMINISTRAÇÃO PARA APRECIAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DO DÉBITO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL DO AUTOR. PLEITO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRAZO PRESCRICIONAL. REGRA DE TRANSIÇÃO. CÓDIGO CIVIL DE 2002. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA.
1. Trata-se de créditos tributários relativos a imposto de renda de pessoa física, apurados com base na declaração de ajuste anual de 1995, ano-calendário 1994, tendo o autor recebido a notificação do débito em

16/12/1995 e apresentado sua impugnação perante a autoridade administrativa em 24/01/1996, a qual foi considerada, em 17/08/2005, intempestiva.
2. É sabido que, ocorrendo a impugnação do crédito tributário na via administrativa, o prazo prescricional começa a ser contado a partir da apreciação, em definitivo, pela autoridade administrativa, da defesa e do consequente recurso. Antes, na fase de solução do processo administrativo, não ocorre a prescrição.
3. Na hipótese dos autos, a impugnação apresentada na via administrativa foi considerada intempestiva e, por consequência, inexistente, razão pela qual o prazo inicial da prescrição deve ser contado, no caso, da data da notificação do contribuinte.
4. A jurisprudência do STJ, como no julgamento do REsp nº 1138206/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, reconhece que o julgamento dos processos administrativos deve observar a previsão constitucional de duração razoável do processo, impondo-se o reconhecimento de que deve ser coibido o descumprimento a tais princípios.
5. Assim, deve se considerar como excessiva a demora de aproximadamente dez anos para o julgamento do processo administrativo em questão, mormente quando a própria lei (artigo 24 da Lei nº 11.457/2007) confere o prazo de 360 dias para a prolação de decisão definitiva, merecendo, então, ser mantida a sentença quando reconhece a prescrição intercorrente.
6. Por sua vez, embora deva ser reconhecida a prescrição intercorrente, deve-se registrar que a apelação do autor não deve ser conhecida quanto ao pedido de inexistência do débito, eis que a sentença recorrida, ao pronunciar a prescrição na tramitação do processo administrativo, sagrou o autor vitorioso, não havendo, portanto, interesse recursal.
7. No que se refere ao pleito de reparação de danos morais e materiais, formulado pelo autor em face da empresa, tem-se que, conforme o artigo 177 do Código Civil de 1916, vigente à época dos fatos, *"as ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em vinte anos, as reais em dez, entre presentes e ausentes, em quinze, contados da data em que poderiam ter sido propostas"*. O Código Civil de 2002 reduziu esse prazo para três anos, mas estabeleceu no artigo 2.028 uma regra de transição, determinando a utilização dos prazos da lei anterior quando transcorridos mais da metade do prazo dos referidos prazos.
8. Ocorre que, quando entrou em vigor o Código Civil de 2002, ainda não havia transcorrido metade do prazo prescricional do Código Civil de 1916, pois entre a data da notificação do lançamento (dezembro de 1995) e a vigência do novo Código Civil (janeiro de 2003) não se passaram mais de dez anos, que é a metade do prazo prescricional previsto no artigo 177 do Código Civil de 1916. Por isso, o prazo prescricional aplicável é o do artigo 206, § 3º, V, do atual Código Civil.
9. Considerando que a ação indenizatória foi ajuizada em 03/07/2006, havendo o decurso de prazo superior a três anos após a vigência do novo Código Civil (11/01/2003) e, assim, a prescrição do pleito de reparação por danos materiais e morais.
10. Verifica-se que tem razão a empresa apelante, devendo o seu apelo ser provido e, por via de consequência, ser negado provimento, nesse ponto, ao recurso do autor.
11. É importante registrar que, inicialmente, na sessão de julgamento do dia 19/04/2016, o Relator havia proferido voto no sentido de dar parcial provimento à apelação do autor, reconhecendo a prescrição intercorrente na tramitação do processo administrativo e, assim, a extinção do crédito tributário. Em sessão seguinte, realizada no dia 26/04/2016, após vista dos autos, o Juiz Federal Convocado Mauro Luís Rocha Lopes proferiu voto no sentido de não conhecer, em parte, o recurso, por ausência de interesse recursal do autor, eis que já se sagrou vitorioso em tal ponto, dando parcial provimento à parte conhecida do apelo, acompanhando o Relator na parte residual. Após também vista dos autos, o Desembargador Federal Ferreira Neves proferiu voto no sentido de não conhecer, em parte, o recurso do autor, acompanhando, nesse ponto, o voto do Juiz Convocado Mauro Luís Rocha Lopes e, na parte conhecida do recurso, divergiu de ambos os julgadores, não reconhecendo, em princípio, a prescrição. Em voto complementar, levado à sessão de 07/06/2016, o Relator aderiu aos termos do voto do Juiz Federal Convocado Mauro Luís Rocha Lopes, não conhecendo do apelo do autor quanto ao pedido de declaração de inexistência de débito e negar provimento à apelação em sua parte residual. Após novo pedido de vista, o Desembargador Federal Ferreira Neves, na sessão do dia 19/07/2016, acompanhou o Relator, não restando mais divergências entre os julgadores.
12. Assim, verifica-se que o julgamento se deu à unanimidade no seguinte sentido: a) não conhecer da apelação do autor quanto ao pedido de declaração de inexistência do débito, e, na parte residual, negar-lhe provimento; b) dar provimento à apelação da empresa, para julgar improcedente o pedido de reparação por danos morais e materiais; c) negar provimento à remessa necessária e à apelação da União Federal; d) condenar a União Federal ao pagamento à parte autora do valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de honorários advocatícios, na forma do artigo 20, § 4º, do CPC/73, ficando o autor condenado a pagar o mesmo valor, a título da mesma verba, à empresa.
13. Apelação do autor, em parte, não conhecida, quanto ao pedido de declaração de inexistência do débito, e desprovida na parte residual. Apelação da empresa provida. Apelação da União Federal e remessa necessária desprovidas.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer, em parte, da apelação de GILBERTO TOLUSSI, apenas quanto ao pedido de declaração de inexistência do débito, negando-lhe provimento na parte residual, dar provimento à apelação da MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS LTDA. e negar provimento à apelação da UNIÃO FEDERAL e à remessa necessária, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Custas, como de lei.
Rio de Janeiro,
LUIZ ANTONIO SOARES
DESEMBARGADOR FEDERAL
RELATOR

BOLETIM: 175941

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2008.51.10.000389-5

Nº CNJ	:	0000389-08.2008.4.02.5110
RELATOR	:	JFC GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA
ADVOGADO	:	PEDRO HENRIQUE PRISCO PARAIZO
REMETENTE	:	JUIZO DA 5A VARA FEDERAL DE SAO JOAO DE MERITI-RJ
ORIGEM	:	QUINTA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200851100003895)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL. FILIAL E MATRIZ. AUTONOMIA DE ESTABELECIMENTOS. EMISSÃO DEVIDA.
1 – A teor do art. 127, II, do CTN, consideram-se distintas as pessoas jurídicas, de acordo com a inscrição no CNPJ de cada estabelecimento, dotado de autonomia jurídico-administrativa.
2 – Por via de consequência, é devida a concessão de certidão de regularidade fiscal à empresa filial, ainda que conste débito em nome da matriz e vice-versa, quando verificadas as condições autorizadoras para tanto, em face de cada situação individualizada.
3 – Evidenciado o direito líquido e certo da Impetrante à obtenção de prova de sua regularidade fiscal para com o Fisco.
4 – Recurso e remessa necessária conhecidos e improvidos. Sentença confirmada.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os membros da 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em Sessão Ampliada, por maioria, conhecer e negar provimento ao recurso e à remessa, nos termos do voto da Relatora.
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).
GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 2017000095

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0052883-23.1998.4.02.5101 Número antigo: 1998.51.01.052883-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 26/10/2016 12:38
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: IMOBILIÁRIA TRÊS RIOS LIMITADA
ADVOGADO: PEDRO AFONSO DE MENDONCA LIMA
ADVOGADO: FERNANDO PAULA AFONSO DE PAIVA
ADVOGADO: ARTUR HENRIQUE DE MENDONCA LIMA
Originário: 0052883-23.1998.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0052883-23.1998.4.02.5101 (1998.51.01.052883-1)

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: IMOBILIÁRIA TRÊS RIOS LIMITADA
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0081970-87.1999.4.02.5101 Número antigo: 1999.51.01.081970-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/04/2016 10:24
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: DESEPLOTER MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA DESENHO LTDA ME
APELADO: JOSÉ BONFIM ANDRADE
APELADO: ANA PAULA SILVEIRA FONSECA
ADVOGADO: ROBERTO ROLAND RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO: RICARDO BRUNO DA SILVA DE CARVALHO
ADVOGADO: DOMENICA ZANDONADI
Originário: 0081970-87.1999.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0081970-87.1999.4.02.5101 (1999.51.01.081970-2)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: DESEPLOTER MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA DESENHO LTDA ME E OUTROS
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0085356-28.1999.4.02.5101 Número antigo: 1999.51.01.085356-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/08/2015 08:05
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: EMPRESA BRASILEIRA DE COMPONENTES DE ÁUDIO LTDA - MASSA FALIDA
APELADO: MARCO ANTONIO ALVES BARBOSA
ADVOGADO: JOAO RAYMUNDO CYSNEIROS VIANNA
Originário: 0085356-28.1999.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0085356-28.1999.4.02.5101 (1999.51.01.085356-4)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: EMPRESA BRASILEIRA DE COMPONENTES DE ÁUDIO LTDA - MASSA FALIDA E OUTRO
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0509677-23.2003.4.02.5101 Número antigo: 2003.51.01.509677-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/11/2015 06:56
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: YES YOUTH'S ENGLISH STUDIES DO BRASIL LTDA
APELADO: CARLOS DIOGO CHAGAS DE SOUZA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0509677-23.2003.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0509677-23.2003.4.02.5101 (2003.51.01.509677-3)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: YES YOUTH'S ENGLISH STUDIES DO BRASIL LTDA E OUTRO
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES
Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0511477-47.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.511477-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/03/2015 16:21
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ANDRE GOMEZ TEIXEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0511477-47.2007.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0511477-47.2007.4.02.5101 (2007.51.01.511477-0)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: ANDRE GOMEZ TEIXEIRA
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES
Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001110-56.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001110-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/06/2016 08:56
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES

APELANTE: FRITAS UNIÃO DO NOROESTE LTDA ME
APELANTE: ÂNGELA MARIA SOUZA ALMEIDA DE PAULA
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO DE CASTRO MONTEIRO
ADVOGADO: MARCELO RODRIGUES PONTES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
0001110-56.2016.4.02.9999 (2016.99.99.001110-0)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: FRITAS UNIÃO DO NOROESTE LTDA ME E OUTROS
APELADO: OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0002084-93.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.002084-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/09/2016 08:04
Gabinete 11
Magistrado(a) LUIZ ANTONIO SOARES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: J. R. BARBOSA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
0002084-93.2016.4.02.9999 (2016.99.99.002084-8)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: J. R. BARBOSA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS ME
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0002723-37.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.002723-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 22/02/2016 18:15
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SERVICOS URBANOS LTDA
ADVOGADO: RODOLPHO DA CUNHA ROMEIRO DE ARAUJO
REMETENTE: JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0002723-37.2011.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
0002723-37.2011.4.02.5101 (2011.51.01.002723-0)
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: SERVICOS URBANOS LTDA
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

ELIANE LIMA CAVALCANTI

Matr. 10277

BOLETIM: 2017000101

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

21 - 0002561-25.2005.4.02.5110 Número antigo: 2005.51.10.002561-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 30/07/2014 19:20

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: DESKIN COM/ IMP/ LTDA

APELADO: RICARDO COELHO DA SILVA LOUREIRO

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0002561-25.2005.4.02.5110 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). AÇÃO AJUIZADA APÓS A RESCISÃO DE PARCELAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO QUE SE AFASTA.

1. Os créditos tributários em questão, inscritos sob os n°s 70204016363-75, 70204016497-87, 70604039501-81, 70604039502-62, 70604039948-04 e 70704008150-00, foram constituídos em 29/05/1988, 29/01/1999, 29/08/1997, 29/01/1999 e 14/03/1997, respectivamente, sendo ajuizada a ação de cobrança em 09/05/2005. Ordenada a citação em 21/06/2006, o sócio RICARDO COELHO DA SILVA veios aos autos (fls. 50) pedir sua exclusão do polo passivo da ação. A Fazenda Nacional foi intimada, inclusive, para trazer aos autos as datas de declaração dos débitos, mas como não compareceu, o MM. Juiz a quo extinguiu o processo, nos termos do artigo 219, § 1º, do CPC/73.

2. Em seu recurso, a exequente afirmou ter sido realizado o parcelamento do débito em cobrança, conforme o documento de fls. 88. No documento se vê que a cobrança foi suspensa em 20/12/2001. Como se sabe, o pedido de parcelamento realizado na via administrativa, dentro do prazo prescricional, interrompe o lapso temporal, que volta a correr quando o devedor deixa de cumprir o acordo. Na hipótese, vê-se que a rescisão do parcelamento ocorreu em 05/01/2002 (fls. 88). Portanto, é forçoso reconhecer que a ação foi ajuizada dentro do prazo prescricional (09/05/2005), motivo pelo qual a sentença merece reforma.

3. O valor da execução é R$ 97.764,64 (em 09/05/2005).

4. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

7 - 0000175-06.2006.4.02.5104 Número antigo: 2006.51.04.000175-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 19/12/2014 15:18
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELADO: GRAFICA NEGRITOS LTDA
APELADO: MARISE MARIA DOS REIS RAMOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000175-06.2006.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). AÇÃO AJUIZADA SOB A ÉGIDE DA LC N° 118/05. CITAÇÃO. TENTATIVA DE PENHORA FRUSTRADA. PEDIDO DE SUSPENSÃO REALIZADO PELA PRÓPRIA EXEQUENTE. INÉRCIA. PRESCRIÇÃO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 40 E PARÁGRAFOS DA LEF E PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO CONTRADITÓRIO. INOCORRÊNCIA.

1. O tributo em questão (SIMPLES), inscrito sob os n°s 7010300544206 e 7010400958380, tem datas de vencimento entre 10/07/2000 a 2/01/204 (fls. 06/16). A ação de cobrança foi ajuizada em 01/02/2006 (fls. 02). Depois da citação do sócio responsável e sem resultado na tentativa da penhora, a exequente requereu, então, a suspensão do feito (27/06/2008) e não retornou mais aos autos, levando o MM. Juiz a quo a decretar a prescrição do crédito tributário, conforme a sentença de fls. 82, em 01/08/2014.

2. Como se sabe, a União Federal/Fazenda Nacional deve ser intimada do despacho que determinar a suspensão ou o arquivamento do processo, salvo se por ela mesma requerido (1ª Turma, Ag Rg no ARESsp 416.008/PR, Rel Ministro Benedito Gonçalves, DJe de 03/12/2013). Na hipótese, a Fazenda Nacional pediu a suspensão do feito em 27/06/2008 (fls. 77). É sabido, também, que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o arquivamento da execução, que decorre automaticamente do transcurso do prazo de um ano do despacho que determina a suspensão do feito, é o marco inicial da contagem do prazo prescricional, conforme a Súmula 314/STJ.

3. Do mesmo modo, pacífica é a jurisprudência daquela Corte que, sendo o arquivamento uma consequencia lógica e temporal da suspensão do processo, a ausência de ato formal determinando-o não impede o reconhecimento da prescrição intercorrente, quando transcorridos mais de cinco anos ininterruptos, sem que a exequente tenha promovido os atos necessários ao prosseguimento da execução fiscal. Precedentes do STJ. Isto ocorre porque a suspensão do curso da execução fiscal, enquanto não for localizado o devedor ou encontrado bem sobre o qual possa recair penhora, não pode se dar indefinidamente em prejuízo dos princípios orientadores do processo, aqui sintetizados na ideia de celeridade, de efetividade processual e de segurança jurídica.

4. A questão já foi apreciada em sede de execução fiscal, pelo rito do artigo 543-C do CPC (recurso repetitivo), oportunidade em que o Superior Tribunal de Justiça assentou que "o conflito caracterizador da lide deve estabilizar-se após o decurso de determinado tempo sem promoção da parte interessada pela via da prescrição, impondo segurança jurídica aos litigantes, uma vez que a prescrição indefinida afronta os princípios informadores do sistema tributário". (RESP 1102431/RJ, Re. Luiz Fux, 1ª Seção, DJe de 01/02/2010).

5. Portanto, não se vislumbra, na hipótese, a alegada violação ao artigo 40 e parágrafos da LEF e aos princípios do devido processo legal e contraditório. Some-se a isso o fato de que em seu recurso a exequente nada trouxe sobre causas interruptivas/suspensivas no período.

6. Certo é que, nos termos dos artigos 156, inc. V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento ex officio, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.

7. O valor da execução fiscal é R$ 14.759,29 (em 01/02/2006).

9. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES

Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
39 - 0527927-02.2006.4.02.5101 Número antigo: 2006.51.01.527927-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/10/2014 15:53
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: MECTUBO ESTRUTURAS TUBULARES LTDA
ADVOGADO: ALBERTO DAUDT DE OLIVEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0527927-02.2006.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. LITISPENDÊNCIA PARCIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DÉBITO FISCAL. NULIDADE DA CDA POR AUSÊNCIA DE REQUISITOS FORMAIS. NÃO VERIFICADO. MEMÓRIA DE CÁLCULO. DESNECESSIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PARCELAMENTO RESCINDIDO. REDUÇÃO DA MULTA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

O Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento nas Turmas que integram a Primeira Seção no sentido de que deve ser reconhecida a litispendência entre os embargos à execução e a ação anulatória ou declaratória de inexistência do débito proposta anteriormente ao ajuizamento da execução fiscal, se identificadas as mesmas partes, causa de pedir e pedido, ou seja, a tríplice identidade a que se refere o art. 301, § 2º, do CPC.

É evidente a litispendência parcial entre os presentes embargos e a Ação Anulatória n.º 0007816-93.2002.4.02.5101, a teor do disposto no art. 301, § 2º do CPC, objetivando desconstituir o crédito tributário lançado mediante a NFLD n.º 32.711.023-6, a qual deu origem à cobrança ora embargada.

Se a CDA indicar perfeitamente o devedor e especificar a exigência fiscal, indicando os dispositivos legais pertinentes, eventual omissão incapaz de causar prejuízo ao executado não macula o processo. Precedente do STJ.

A CDA não precisa ser instruída com demonstrativo de cálculo, conforme decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1138202, submetido ao regime dos recursos repetitivos. Não se verifica qualquer prejuízo ou cerceamento à defesa do apelante.

A aplicação retroativa da Lei n.º 11.941/2009, para reduzir a multa de mora ao patamar de 20%, somente é cabível nas hipóteses em que otributo é constituído pelo próprio contribuinte, nos lançamentos por homologação.

No caso, o crédito foi constituído de ofício e, posteriormente, objeto de parcelamento que restou inadimplido, hipótese em que não se aplica a retroatividade benéfica prevista na Lei nº 11.941/2009.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0000432-21.2008.4.02.5117 Número antigo: 2008.51.17.000432-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 17/11/2014 17:43

Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: FRASPOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: JOSE HERCULES
Originário: 0000432-21.2008.4.02.5117 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ADESÃO AO PARCELAMENTO DA LEI N.º 11.941/09. RENUNCIA EXPRESSA. AUSENTE. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. VERBA HONORÁRIA. DESCABIMENTO. ART. 38, LEI N.º 13.043/2014. RECURSO DESPROVIDO.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está pacificada no sentido de que a extinção da demanda com julgamento de mérito, em decorrência da adesão do demandante a programa de parcelamento de débito tributário, exige a renúncia expressa ao direito em debate, que não pode ser presumida. Precedente do STJ.

Conquanto em sede administrativa a adesão ao programa de parcelamento do débito imponha a renúncia do devedor ao direito em que se funda a ação, como condição para sua efetivação, não cabe ao judiciário reconhecê-la de ofício.

Após a citação, o pedido de desistência pode ser deferido com a anuência do réu, ou a critério do magistrado, se a parte contrária deixar de anuir sem motivo justificado (REsp 1.173.663/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 8.4.2010), como no presente caso.

A adesão da recorrida ao parcelamento previsto na Lei 11.941/09, importa em reconhecimento e confissão irretratável da dívida, acarretando a perda do interesse no prosseguimento dos embargos do devedor.

Não constando nos autos a renúncia expressa ao direito postulado nos embargos, o processo deve ser extinto sem julgamento do mérito, como acertadamente concluiu o MM. Magistrado sentenciante.

Ressalvada a aplicação específica da Súmula 168/TFR aos Embargos à Execução Fiscal da União, a Primeira Seção do STJ, ao apreciar o Recurso Especial 1.353.826/SP (Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 17/10/2013), sob o rito do art. 543-C do CPC, proclamou que a dispensa de pagamento de honorários advocatícios, com base no art. 6º, § 1º, da Lei 11.941/2009, somente pode ser aplicada ao devedor que desistir da ação ou renunciar ao direito sobre o qual esta se funda, com a finalidade de restabelecer sua opção ou ser reincluído em outro programa de parcelamento tributário, não se estendendo ao sujeito passivo que requer, pela primeira vez, a inclusão no Programa de Recuperação Fiscal da Lei 11.941/2009 (STJ - AgRg no REsp: 1224752/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 10/03/2015).

Condenação em verba honorária afastada em razão do disposto no art. 38, II da Lei n.º 13.043/2014.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0000694-92.2008.4.02.5109 Número antigo: 2008.51.09.000694-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 20:36
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: MUNICÍPIO DE RESENDE
ADVOGADO: JAQUELINE MOREIRA PIZZOTTI MINERVINO
APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000694-92.2008.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830). COBRANÇA DE IPTU. EXTINTA RFFSA. SUCESSÃO TRIBUTÁRIA DA UNIÃO FEDERAL (LEI N° 11483/07). IMUNIDADE TRIBUTÁRIA (ARTIGO 150, VI, a, DA CF/88). INAPLICABILIDADE À HIPÓTESE (RE 599176, DJe de 30/10/2014).

1. O crédito tributário em cobrança diz respeito ao IPTU de imóvel pertencente a extinta RFFSA (fls. 07/10). Vê-se nas Certidões de Dívida Ativa que o lançamento do tributo ocorreu em 01/01/2004. A ação foi ajuizada em 10/13/2008 e a citação ordenada em 01/09/2009. A UNIÃO FEDERAL veio aos autos em sede de exceção de pré-executividade alegar imunidade e, após, a impugnação do Município/exequente, o MM. Juiz a quo extinguiu o processo, acolhendo a exceção oferecida, nos termos da sentença de fls. 57.

2. A questão não demanda maiores apreciações. Como se sabe, em 05/06/2014, foi submetida ao julgamento do Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral. Naquela ocasião, decidiu a Corte Constitucional que a imunidade tributária recíproca insculpida no artigo 150, VI, a, da CF/88 não afasta a responsabilidade tributária por sucessão na hipótese em que o fato gerador do tributo é anterior à própria sucessão. Desse modo, sendo o tributo relativo aos anos de 2002 e 2003, segundo o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 599176 (publicado em 30/10/2014), a União Federal como sucessora da RFFSA é responsável pelo pagamento do tributo.

3. Isto porque somente com a edição da Lei n° 11483/2007, a União Federal sucedeu a extinta RFFSA nos direitos, obrigações e ações judiciais com a transferência dos bens para o patrimônio da mesma. Forçosa a reforma da sentença para adequar a questão ao julgamento do RE 599176.

4. O valor da execução é R$ 12.894,43 (em 19/12/2008).

5. Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0002159-15.2008.4.02.5117 Número antigo: 2008.51.17.002159-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 22/12/2014 18:27
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: SOC/EDUCACIONAL BRUGGER MOLEDO
ADVOGADO: JEFFERSON RAMOS RIBEIRO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0002159-15.2008.4.02.5117 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São Gonçalo
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ADESÃO AO PARCELAMENTO DA LEI N.º 11.941/09. RENÚNCIA EXPRESSA. AUSENTE. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está pacificada no sentido de que a extinção da demanda com julgamento de mérito, em decorrência da adesão do demandante a programa de parcelamento de débito tributário, exige a renúncia expressa ao direito em debate, que não pode ser presumida. Precedente do STJ.

Conquanto em sede administrativa a adesão ao programa de parcelamento do débito imponha a renúncia do devedor ao direito em que se funda a ação, como condição para sua efetivação, não cabe ao judiciário reconhecê-la de ofício.

Após a citação, o pedido de desistência pode ser deferido com a anuência do réu, ou a critério do magistrado, se a parte contrária deixar de anuir sem motivo justificado (REsp 1.173.663/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 8.4.2010), como no presente caso.

A adesão da recorrida ao parcelamento previsto na Lei 11.941/09, importa em reconhecimento e confissão irretratável da dívida, acarretando a perda do interesse no prosseguimento dos embargos do devedor.

Não constando nos autos a renúncia expressa ao direito postulado nos embargos, o processo deve ser extinto sem julgamento do mérito, como acertadamente concluiu o MM. Magistrado sentenciante.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
38 - 0522599-86.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.522599-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 20/08/2014 17:00
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELANTE: RH INTERNACIONAL LTDA
ADVOGADO: GIORGIO VILELA SANTONI
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0522599-86.2009.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. OBJETO DOS RECURSOS DECIDIDO EM AÇÃO ANULATÓRIA LITISPENDENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REAPRECIAÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS. RECURSOS NÃO CONHECIDOS.

Conforme relatado na sentença, foi declarada a litispendência destes embargos com os autos da Ação Anulatória n.º 2008.51.01.518321-7, no âmbito da qual foi apreciada toda a matéria relativa à compensação, inclusive acerca da decisão administrativa, que rejeitou a compensação realizada pela embargante, fudamentamentada em legislação posterior à vigente na época do procedimento.

As apelações interpostas versam sobre matéria já decidida na Ação Anulatória n.º 2008.51.01.518321-7, o que torna inviável, por conseguinte, a possibilidade de rediscussão, ainda que em sede recursal, nestes embargos.

Ao restringir o objeto dos recursos à matéria preclusa, as partes apresentaram razões dissociadas do quadro decidido nestes autos. É pacífico o entendimento, segundo o qual, não se aprecia recurso que não enfrenta, de forma inequívoca, os fundamentos da decisão atacada (STJ, Resp nº 413340/PR, 39359/SP e RMS 4918/RJ).

Apelações não conhecidas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, não conhecer dos recursos, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0003896-06.2010.4.02.5110 Número antigo: 2010.51.10.003896-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 14:49
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: DELCO SALES DOS SANTOS
ADVOGADO: KEYCI CARVALHO AREAS MATTOS
Originário: 0003896-06.2010.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. AÇÃO AJUIZADA DENTRO DO LAPSO TEMPORAL.

1. Verifica-se dos autos que o crédito em cobrança (imposto) trata de tributo sujeito ao lançamento por homologação que foi declarado, no entanto, não pago.

2. Como se sabe, conforme entendimento assentado no Superior Tribunal de Justiça, o termo inicial do prazo prescricional para o fisco exercer a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário declarado, mas não pago, é a data da entrega da declaração ou a data do vencimento, o que for posterior. Conforme a juntada da cópia do processo administrativo às fls. 49/54, vê-se que o débito tem data de vencimento posterior à data de declaração. Dessa forma, de acordo com o entendimento acima exposto, a ação ajuizada em 30/06/2010 está dentro do prazo prescricional. O despacho de cite-se exarado às fls. 07 interrompeu o lapso temporal em conformidade com a LC n° 118/05 e o executado foi citado em 12/09/2010, de acordo com a certidão de fls. 14.

3. O executado apresentou exceção de pré-executividade (fls. 17) e a exequente impugnou pelo afastamento da prescrição arguída, pedindo, inclusive, o arquivamento do processo em razão do valor do débito (fls. 30). No entanto, o MM. Juiz a quo extinguiu o processo em 13/05/2013, merecendo reforma a sentença objurgada. Forçoso reconhecer, portanto, que não decorreu o lapso temporal necessário para a decretação da prescrição.

4. O valor da execução fiscal é R$ 10.915,53 (em 30/06/2010).

5. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0009255-61.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.009255-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/09/2014 15:15
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: TRANSPORTES SAO SILVESTRE SA
APELADO: CAPRICHOSA AUTO ONIBUS LTDA

APELADO: AUTO VIACAO TRES AMIGOS S/A
ADVOGADO: LEONARDO LUIZ THOMAZ DA ROCHA
Originário: 0009255-61.2010.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RE 566.621. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NÃO INCIDÊNCIA: NOS QUINZE PRIMEIROS DIAS DE AFASTAMENTO DO EMPREGADO POR MOTIVO DE DOENÇA, ADICIONAL DE UM TERÇO (1/3) DE FÉRIAS, AVISO PRÉVIO INDENIZADO E FÉRIAS INDENIZADAS. INCIDÊNCIA: HORAS EXTRAS. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. Prescrição quinquenal. RE 566.621. Operou-se a prescrição quinquenal da pretensão à compensação dos valores recolhidos antes de 08.06.2005.
2. Não incide contribuição previdenciária sobre a verba paga pelo empregador, durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do empregado por motivo de doença, tendo em vista que a verba paga pelo empregador não se amolda ao pagamento de salário e se subsume às hipóteses de interrupção do trabalho, não se tratando, pois, de pagamento de salário.
3. A questão sobre o adicional de um terço de férias a que se refere o art. 7º, XVII, da CRFB, o entendimento do C. STJ é no sentido de que não está sujeita à incidência da contribuição previdenciária, em razão de sua natureza indenizatória, o que inviabiliza o desconto sobre esta rubrica.
4. A jurisprudência dos Tribunais Regionais corrobora o entendimento no sentido de que sobre o aviso prévio indenizado não incide contribuição previdenciária, eis que, além do caráter indenizatório, há ausência da habitualidade. Se o aviso prévio for cumprido pelo empregado em forma de trabalho, será considerado salário, ou seja, retribuição pelo serviço prestado. Entretanto, quando o aviso prévio for pago sem a respectiva prestação da atividade laboral, o pagamento terá inequívoca natureza indenizatória.
5. O Colendo Superior Tribunal de Justiça ao julgar o REsp 1.230.957/RS, sob a égide do art. 543-C, do CPC, pacificou a matéria no sentido da inexigibilidade da contribuição previdenciária, a cargo da empresa, sobre a importância paga nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença, terço constitucional e aviso prévio indenizado.
6. As verbas recebidas a título de férias indenizadas, decorrentes de férias vencidas e não gozadas pelo empregado e pagas por ocasião da rescisão do contrato de trabalho e aquelas pagas nos termos dos arts. 134 e 137 da CLT, isto é, quando pagas em dobro pelo empregador, após o período de 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito, não se sujeita à incidência de contribuição previdenciária, eis que, por lei, não integra o salário de contribuição, conforme disposição do art. 28, § 9º, alínea ¿d¿, da Lei nº 8.212/91.
7. O Colendo STJ, no julgamento do REsp nº 1.358.281, deliberou pela aplicação do art. 543-C, do Código de Processo Civil, e firmou orientação no sentido de que as horas extras e seu respectivo adicional constituem verbas remuneratórias, razão pela qual se sujeitam à incidência de contribuição previdenciária.
8. Considerando a natureza da demanda, a ausência de complexidade e o trabalho realizado pelo patrono do autor, verba honorária fixada em R$ 3.000,00 (três mil reais), consoante art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC
9. Remessa necessária e recursos parcialmente providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e aos recursos, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000712-20.2011.4.02.5106 Número antigo: 2011.51.06.000712-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.046489-4
Distribuição por Prevenção - 28/03/2014 17:24
Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: PAULO ROBERTO FIGUEIREDO DE MATOS
ADVOGADO: PAULO ROBERTO FIGUEIREDO DE MATOS
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0000712-20.2011.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis
E M E N T A

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. ARTIGO 1.022 DO NCPC/2015. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO, OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. PIS/COFINS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INCIDÊNCIA. LIMITES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Sabe-se que os embargos de declaração têm alcance limitado, porquanto serve apenas à correção de omissão, obscuridade ou contradição no decisum, sendo, ainda, admitidos para a retificação de erro material. É, portanto, instrumento processual que visa remediar pontos que não estejam devidamente claros, seja em razão da falta de análise de um determinado aspecto considerado fundamental, seja por haver contradição ou obscuridade nos pontos já decididos, de tal sorte que o antecedente do desfecho decisório não se harmoniza com a própria decisão, que, com efeito, torna-se ilógica (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1336280/SC, DJe 21/02/2014; STJ, EDcl no REsp 1162127/DF, DJe 07/02/2014).

Admite-se, ainda, a interposição dos aclaratórios para fins de prequestionamento da matéria impugnada, visando ao acesso às instâncias superiores. Entretanto, mesmo com esta finalidade, os embargos devem observância aos requisitos previstos no artigo 535 do CPC/73 (obscuridade, contradição, omissão), não sendo recurso hábil ao reexame da causa, conforme pretende o embargante (STJ, EDcl nos EREsp 579833/BA, Corte Especial, DJ 04/12/2006).

No caso vertente, acerca do tema considerado omisso pela embargante, o voto guia do v. acórdão guerreado, parte integrante do julgado, assim dispôs: ¿ Na hipótese, a restituição de imposto de renda pretendida pelo embargado corresponde às parcelas de complementação de aposentadoria equivalentes às contribuições efetuadas pelo participante/embargado durante a vigência da Lei n.º 7.713/88 (1º/01/1989 a 03/02/1995 ¿ data de sua aposentadoria). Logo, renova-se a pretensão de repetição de indébito a cada mês em que ocorre a incidência de imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria percebida pelo autor, cuja base de cálculo é integrada pela contribuição daquele, no período de vigência da citada lei. É de se registrar que a inexigibilidade do tributo em apreço somente se dá com relação à segunda tributação sobre a complementação de aposentadoria vitalícia, ou seja, após a aposentadoria, no momento da percepção do benefício, quando se verifica o bis in idem. E, a cada mês em que ocorre a incidência de imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria percebida pela parte autora, cuja base de cálculo é integrada pela contribuição daquele, no período de vigência da referida lei, renova-se a pretensão a repetição de indébito. No caso, o recorrente/embargado passou a perceber a complementação da aposentadoria em 02/1995, e a ação de repetição de indébito foi proposta em 09/11/2001 (consulta processual aos autos principais no sítio da Seção Judiciária, na internet), ou seja, antes da vigência da LC nº 118/05 (09/06/2005). Assim, na analise da prescrição, deve-se levar em conta o prazo decenal, para, considerando a data de propositura da ação, excluir da repetição do indébito as parcelas anteriores a 09/11/1991. Contudo, este não é o caso dos autos, visto que o embargado somente passou a perceber a complementação a partir de 02/1995.¿

Noutro eito, quanto a necessidade de expressa manifestação de vários dispositivo constitucionais e infraconstitucionais apontados pelas embargantes, filio-me ao entendimento do C. STJ, no sentido de que ¿quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia é desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes (...)¿ (STJ, AgRg-AREsp 717.080/RS, Segunda Turma, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 18/08/2015; STJ, Edcl-Edcl-RMS 23914/ES, Quinta Turma, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, DJe 17/03/2015).

Ademais, o prequestionamento não exige que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, sendo imprescindível apenas que no aresto recorrido a tese tenha sido discutida, mesmo que suscitada em embargos de declaração (STJ, AgRg-AREsp 692.980/RJ, DJe 16/06/2015).

Cumpre ressaltar, finalmente, que efeitos modificativos aos embargos de declaração são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o equívoco, o que não é o caso. Persistindo o inconformismo, deverá lançar mão do recurso próprio.

Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que doravante passa a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0000712-29.2011.4.02.5103 Número antigo: 2011.51.03.000712-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/08/2014 17:14
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: MUNICIPIO DE ITALVA
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000712-29.2011.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IPTU. NULIDADE CDA. REJEITADA. RFFSA. SUCESSÃO UNIÃO FEDERAL. IMUNIDADE. ART. 150, VI, ¿a¿, CRFB. EXIGIBILIDADE. PLENÁRIO DO STF. RE 599176/PR. TITULARIDADE DO IMÓVEL NO MOMENTO DO FATO GERADOR. IMUNIDADE REJEITADA. APELAÇÃO PROVIDA.

1. Com relação à inexigibilidade do IPTU, com fundamento na imunidade recíproca, sobre imóveis da extinta RFFSA, transferidos para a União Federal (Lei 11.483/2007), o Plenário da Suprema Corte, no julgamento do RE 599176, com repercussão geral reconhecida, firmou entendimento de que a imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão (aplicação ¿retroativa¿ da imunidade tributária).
2. Noutro eito, a extinta RFFSA era sociedade de economia mista, portanto, pessoa jurídica de direito privado e sujeita às regras do direito privado, nos termos do artigo 173, § 1º, II, da CRFB, também não faz jus à imunidade traçada pela norma constitucional em razão da natureza do serviço por ela executado, isto porque ausentes as características de: (i) de prestação obrigatória e exclusiva pelo Estado; (ii) de natureza essencial, sem caráter lucrativo; (iii) em regime de monopólio.
3. Com a edição do Decreto nº 473, de 10 de março de 1992, que incluiu a RFFSA no Plano Nacional de Desestatização, as atividades de prestação dos serviços de transporte ferroviário, previstas no artigo 21, XII, d, da CF/88, passaram a se dar de forma descentralizada, com a transferência ao setor privado, mediante leilão, da concessão de serviços de transporte ferroviário. O que indica que a sociedade de economia mista não era responsável pela prestação de serviço público de natureza exclusiva, essencial ou em regime de monopólio. Assim, de acordo com os parâmetros fornecidos pela jurisprudência do STF, não é possível estender-lhe a imunidade pretendida.
4. No caso em exame, o crédito tributário em cobrança é referente aos exercícios de 2001 a 2005, ou seja, relativos a fatos geradores anteriores à sucessão. É de se concluir, portanto, pela responsabilidade da União Federal pelo pagamento do IPTU relativo ao imóvel de propriedade da ex-RFFSA.
5. Invertidos os ônus da sucumbência.
6. Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal

Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0002137-46.2011.4.02.5118 Número antigo: 2011.51.18.002137-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 19:45
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: JOAO CARLOS ABDON DA SILVA MATERIAIS DE CONSTRUCAO ME
APELADO: JOAO CARLOS ABDON DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002137-46.2011.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). AÇÃO AJUIZADA SOB A REDAÇÃO ORIGINAL DO ARTIGO 174 DO CTN. ARQUIVAMENTO DO FEITO NOS TERMOS DO ARTIGO 20 DA LEI N° 10522/02. CITAÇÃO APÓS O LAPSO TEMPORAL. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO.

1. O crédito tributário em questão (contribuição) tem data de vencimento entre 07/02/1994 e 10/01/1995 (fls. 04/09). A ação de cobrança foi ajuizada na Justiça Estadual em 19/01/1998 (fls. 01). Ordenada a citação em 28/01/1998 (fls. 22), a primeira tentativa não obteve êxito (fls. 25). Intimada, a Fazenda Nacional pediu o arquivamento dos autos nos termos do artigo 20 da MP 1973 (Lei n° 10522/02) em 27/10/2000 (fls. 26).

2. Como se sabe, o arquivamento previsto no artigo 20 da Lei n° 10522/02 não suspende o prazo prescricional, porquanto não há previsão legal nesse sentido. O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar recurso representativo de controvérsia (CPC, art. 543-C, e STJ, Res. nº 8/2008), reiterou o entendimento de que incide a regra da prescrição mesmo na hipótese de arquivamento da execução fiscal em razão do valor irrisório, na forma prevista no artigo 20 da Lei nº 10.522/2002. Desse modo, quando foi requerido o redirecionamento para o sócio (04/02/2003), o prazo já havia escoado.

3. Melhor sorte, não assiste à exequente em relação ao parcelamento noticiado, uma vez que foi realizado em 30/09/2004, também fora do lapso temporal. Como é sabido, o pedido de parcelamento firmado após a ocorrência do prazo prescricional não restaura a exigibilidade do crédito e também não acarreta a renúncia tácita à prescrição (artigo 174, IV, do CTN e artigo 191 do CC). Portanto, a hipótese, não trata de ofensa ao artigo 40 da LEF nem à Súmula 106 do STJ, mas de reconhecimento da ocorrência da prescrição, nos moldes da redação original do artigo 174 do CTN, eis que, da constituição definitiva do crédito até a citação, transcorreram mais de 5 (cinco) anos.

4. Certo é que, nos termos dos artigos 156, inc. V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento ex officio, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.

5. O valor da execução fiscal é R$ 1.703,65 (em 19/01/1998).

6. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0005091-89.2011.4.02.5110 Número antigo: 2011.51.10.005091-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/04/2014 16:37
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: NIMA 2000 RAÇÕES LTDA-EPP
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0005091-89.2011.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). PARCELAMENTO. AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE COBRANÇA DENTRO DO PRAZO PRESCRICIONAL. INTERRUPÇÃO PELO DESPACHO DE CITE-SE. SENTENÇA REFORMADA PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO.

1. O crédito tributário em questão (SIMPLES), com data de vencimento entre 12/07/2004 e 12/12/2005 (fls. 03), teve a ação de cobrança ajuizada em 30/11/2011 (fls. 01). Ordenada a citação em 23/03/2012 (fls. 40), a diligência restou frustrada (fls. 43). A Fazenda Nacional foi intimada a se manifestar sobre a ocorrência de causas interruptivas/suspensivas do prazo prescricional e como não compareceu aos autos (fls.48/ 50), o MM. Juiz a quo extinguiu o processo, conforme a sentença de fls. 51.

2. Às fls. 58 a Fazenda Nacional comprovou a realização de parcelamento do crédito tributário em 19/10/2006. Como se sabe, o pedido de parcelamento realizado na via administrativa, dentro do prazo prescricional, interrompe o lapso temporal, que volta a correr quando o devedor deixa de cumprir o acordo. Precedentes do STJ.

3. Vê-se que a executada foi excluída do PAEX em 17/10/2009, daí se iniciando o novo lapso temporal para o ajuizamento da ação. Desse modo, a ação ajuizada em 30/11/2011 está dentro do prazo prescricional que, na hipótese, foi interrompido pelo despacho de ¿cite-se¿ em 23/03/2012 (fls. 40). Forçoso reconhecer, portanto, que, na hipótese, não ocorreu a prescrição.

4. O valor da execução fiscal é R$ 71.699,19 (em 30/11/2011).

5. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0001168-94.2012.4.02.5118 Número antigo: 2012.51.18.001168-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 14/01/2015 19:03
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: PAULO ROBERTO DE ARAUJO DIAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001168-94.2012.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6830/80). AÇÃO AJUIZADA SOB A ÉGIDE DA REDAÇÃO ORIGINAL DO ARTIGO 174 DO CTN. CITAÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL. INÉRCIA DA FAZENDA NACIONAL. INAPLICÁVEL A RETROAÇÃO À DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO (ARTIGO 219, §§1º E 2º, DO CPC/73 E SÚMULA 106 DO STJ).

1. O crédito tributário em questão (imposto) foi notificado em 31/05/1995 (fls. 04), sendo ajuizada a ação de cobrança em 26/06/1996 (fls. 02). Ordenada a citação em 06/08/1996, na Justiça Estadual, a primeira tentativa restou frustrada em 09/12/1997 (fls. 26). Aberta vista à Fazenda Nacional, a exequente requereu o arresto do imóvel indicado às fls. 30, em janeiro de 1999, mas o magistrado determinou a comprovação de que o imóvel pertencia ao executado (fls. 32), em 12/03/1999. A exequente retornou com os autos em 16/01/2003 (fls. 38), requerendo penhora de veículo, mas só juntou os documentos referentes ao aludido automóvel em 09/11/2004 (fls. 45). Em 20/10/2005 o executado foi citado (fls. 55) e, em 28/06/2007, foi cumprido mandado de penhora (fls. 76) que não foi registrado no ofício por não estar em nome do executado (fls. 80 e 100). Intimada, a Fazenda Nacional requereu a penhora via BACEN JUD (fls. 85) e depois designação de leilão, mas nada teve resultado positivo. A exequente requereu, então, a remessa dos autos ao Juízo Federal onde o processo foi autuado em 26/06/2012 (fls. 108). No entanto, o magistrado federal, de pronto, reconheceu a prescrição do crédito tributário, nos termos da sentença de fls. 110.

2. Como se sabe, o Superior Tribunal de Justiça assentou o entendimento segundo o qual, na cobrança judicial do crédito tributário, a interrupção do lustro prescricional operada pela citação válida (redação original do artigo 174 do CTN) ou pelo despacho que a ordena (LC nº 118/05) retroage à data da propositura da ação (REsp. 1.120.295/SP, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 21.05.2010, representativo da controvérsia). Porém, verifica-se, na hipótese, que, embora tenha ocorrido a citação em 20/10/2005, esta não tem o condão de retroagir à data de propositura da ação, uma vez que houve inércia da exequente.

3. Nota-se às fls. 32/45 que, após a determinação do juiz a quo, somente em 16/01/2003 a exequente voltou aos autos para pedir a penhora de veículo. Naquela data, o prazo prescricional já havia escoado, tendo em vista que ação foi ajuizada em 26/06/1996, sob a égide da redação original do artigo 174 do CTN.Restou prejudicada a aplicação do entendimento formulado pela Corte Superior.

3. Dessa forma, a argumentação da exequente/apelante em torno do artigo 219, §§ 1º e 2º, do CPC/73 e da Súmula 106 do STJ não é suficiente para a reforma da sentença objurgada. Some-se a isso o fato de que a exequente/apelante nada trouxe em seu recurso sobre causas interruptivas/suspensivas no período.

4. Certo é que, nos termos dos artigos 156, inciso V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu pronunciamento ex officio, a qualquer tempo e grau de jurisdição. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o § 4º no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais e alterar a redação do § 5º do artigo 219 do Código de Processo Civil/73, com a edição das Leis 11.051/2004 e 11.280/2006, respectivamente.Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.

5. O valor da execução fiscal é R$ 2.854,16 (em 26/06/1996).

6. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

16 - 0002164-25.2012.4.02.5108 Número antigo: 2012.51.08.002164-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 02/01/2015 12:10

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: EMAL SERVICOS DE LIMPEZA URBANA LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002164-25.2012.4.02.5108 - 02ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (Lei nº 6830/80). REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL (ARTIGO 319 DO NCPC). EMENDA (ARTIGO 321 DO NCPC). SENTENÇA QUE SE ANULA PARA SER DADA AO AUTOR OPORTUNIDADE DE EMENDAR A INICIAL.

1. Verifica-se de fls. 01 que a petição da execução fiscal foi endereçada à Vara Federal de Cabo Frio. No entanto, nos termos do artigo 321 do NCPC deve ser dada ao autor a oportunidade de emendar a inicial, uma vez verificada a ausência dos requisitos exigidos pelo artigo 319 do NCPC. Precedentes do STJ.

2. Valor da execução fiscal: R$ 30.194,16 (em 23/11/2012).

3. Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0002168-32.2012.4.02.5118 Número antigo: 2012.51.18.002168-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 02/01/2015 12:12
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: IND/ E COM/ DE ADORNO DE BIJOUTERIAS LEAL LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002168-32.2012.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). AÇÃO AJUIZADA SOB A ÉGIDE DA REDAÇÃO ORIGINAL DO ARTIGO 174 DO CTN. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. TERMO INICIAL DO LAPSO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO ANTES O AJUIZAMENTO.

1. O crédito tributário em questão (contribuição), declarado em 15/08/88 e 15/12/88, com datas de vencimento em 20/10/88 e 10/02/89, respectivamente (fls. 03), teve a ação de cobrança ajuizada na Justiça Estadual em 21/10/1994 (fls. 01). Em 23/11/2011 o Juiz de Direito declinou a competência para a Vara Federal onde o feito foi autuado em 28/08/2012 (fls. 36) juntamente com o de n° 00021657720124025118. O MM. Juiz a quo determinou a intimação da exequente para manifestação sobre causas interruptivas/suspensivas da prescrição em 07/06/2013 (fls. 68/69). A Fazenda Nacional não compareceu aos autos, levando o magistrado a decretar a prescrição do crédito tributário, conforme a sentença exarada às fls. 71.

2. A argumentação da exequente em torno da aplicação da Súmula 106 do STJ e o pré-questionamento das normas inseridas nos parágrafos 2º e 3º do artigo 40 da LEF, em nada socorre a Fazenda Nacional, na hipótese. 3. Como se sabe, o termo inicial do prazo prescricional para o fisco exercer a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário declarado, mas não pago, é a data da entrega da declaração ou a data do vencimento, o que for posterior. Desse modo, in casu, computando-se o termo

inicial seja da data de declaração (15/08/88 e 15/12/88), seja da data do vencimento (20/10/88 e 10/02/89), o que se constata é que, à época do ajuizamento da ação, em 21/10/1994, o crédito já estava prescrito.

4. Some-se a isso o fato de que intimada antes da sentença para se manifestar sobre possíveis causas de interrupção/suspensão do lapso temporal, a Fazenda Nacional não compareceu. Pesa, ainda, o fato de que em seu recurso também nada trouxe.

5. Certo é que, nos termos dos artigos 156, inciso V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento ex officio, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.

6. O valor da execução fiscal é CR$ 39.488.573,40 (em 07/03/1994).

7. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0002169-17.2012.4.02.5118 Número antigo: 2012.51.18.002169-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 14:26
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: BOM SABOR IND/COM/DE ALIMENTOS DE CAXIAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002169-17.2012.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). AÇÃO AJUIZADA SOB A ÉGIDE DA REDAÇÃO ORIGINAL DO ARTIGO 174 DO CTN. SEM CITAÇÃO VÁLIDA NO LAPSO TEMPORAL. ALEGAÇÃO DE ENTRAVES NOS MECANISMOS DA JUSTIÇA. INOCORRÊNCIA. INAPLICÁVEL A SÚMULA 106 DO STJ.

1. O crédito tributário em questão (imposto) tem data de vencimento entre 29/10/1993 e 31/01/1994. A ação de cobrança foi ajuizada em 12/12/1997 (fls. 01/06). Ordenada a citação em 19/12/1997 (fls. 07), a diligência não teve êxito (fls. 10). Aberta vista à Fazenda Nacional, a exequente pediu a suspensão do feito (fls. 12) e juntou os documentos de fls. 20 em julho de 1999. Em 05/03/2001 foi novamente intimada (fls. 30) e retornou somente em janeiro de 2003 para pedir a citação dos sócios apontados às fls. 32. Vê-se às fls. 78 que, Marcos Vinício Ferreira, ofereceu exceção de pré-executividade, alegando ilegitimidade passiva, que não foi acolhida, conforme fls. 78. Ainda ocorreram outras tentativas de citação dos sócios, todas sem resultado, levando a exequente a requerer o arquivamento do processo (fls. 92), em 2009. O feito foi remetido para a Justiça Federal, onde foi autuado em 28/08/2012. O MM. Juiz a quo, de pronto, extinguiu o feito, nos termos da sentença de fls. 103.

2. Como se sabe, tratando-se de créditos que ostentam natureza tributária, somente o despacho citatório proferido em execução fiscal após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 118, em 09 de junho de 2005, tem o condão de interromper o curso do prazo prescricional; antes dessa data, deve ser aplicado o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 174 do Código Tributário Nacional, na sua redação original, ou seja, era necessária a ¿citação pessoal feita ao devedor¿ para interromper a prescrição, e não apenas o despacho do juiz determinando a realização do ato citatório (REsp 999901/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/05/2009, DJe 10/06/2009, pelo rito do artigo 543-C do CPC/73).

3. Dos autos, verifica-se que a ação foi ajuizada sob a égide da redação original do artigo 174 do CTN e não houve citação válida dentro do prazo prescricional. Ao contrário do que entende a exequente/apelante, não se aplica à hipótese a Súmula 106 do STJ, eis que, após o ajuizamento da ação, a Fazenda Nacional ficou de 1999 a 2003 sem nada requerer e quando pediu a citação dos sócios a prescrição já havia alcançado o tributo. Some-se a isso o fato de que, em seu recurso, nada trouxe sobre causas interruptivas/suspensivas do lapso temporal.

4. Certo é que, nos termos dos artigos 156, inc. V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento ex officio, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.

5. O valor da execução fiscal é R$ 4.054,26 (12/12/1997).

6. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0002428-12.2012.4.02.5118 Número antigo: 2012.51.18.002428-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 20:57
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: INBRASTUBOS INDUSTRIA BRASILEIRA DE TUBOS LTDA
ADVOGADO: ELISANGELA DA SILVA CAMPOS DANTAS
Originário: 0002428-12.2012.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). AÇÃO AJUIZADA SOB A ÉGIDE DA REDAÇÃO ORIGINAL DO ARTIGO 174 DO CTN. INOCORRÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA DENTRO DO PRAZO PRESCRICIONAL. CARACTERIZADA A INÉRCIA DA EXEQUENTE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ.

1. O crédito tributário em questão (contribuição) tem data de vencimento em 31/05/1993, sendo ajuizada a ação em 21/08/1997 (fls. 01/02), na Justiça Estadual. Ordenada a citação em 29/08/1997, a primeira tentativa, em 04/03/1998, não obteve êxito, conforme se vê na certidão de fls. 06. Aberta vista, a Fazenda Nacional requereu a suspensão do feito em 27/04/1999 para realizar diligências (fls. 07) e retornou aos autos somente em fevereiro de 2003 para requerer a citação dos sócios. A diligência também restou frustrada e foi pedida, então, a citação por edital, o qual foi publicado em 20/03/2007 (fls. 55). Ocorre que a sociedade executada veio aos autos em 14/02/2007 arguir a prescrição do crédito tributário (fls. 56). A Fazenda Nacional impugnou às fls. 62. Entretanto, o MM. Juiz a quo proferiu a sentença de fls. 91, que extinguiu o processo, nos termos do artigo 269, IV, do CPC/73.

2. Como se vê acima, a ação foi ajuizada sob a égide da redação original do artigo 174 do CTN. No entanto, não houve citação válida dentro do prazo prescricional. Ao contrário do que alegou a exequente/apelante, restou caracterizada a inércia da Fazenda Nacional, uma vez que no período de 1999 a 2003 nada providenciou.

3. Ressalte-se, ainda, que a citação dos sócios foi requerida somente em 2003, quando o prazo prescricional já havia se esgotado. Portanto, não se trata de hipótese de aplicação da Súmula 106 do STJ. Some-se a isso o fato de que a exequente em seu recurso nada trouxe sobre a ocorrência de causas interruptivas/suspensivas do lapso temporal.

4. Certo é que, nos termos dos artigos 156, inciso V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento ex officio, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.

5. O valor da execução fiscal é R$ 14.791,75 (em 21/08/1997).

6. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0002664-61.2012.4.02.5118 Número antigo: 2012.51.18.002664-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 19:41
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: TORREFACAO E MOAGEM REGENTE COM/E IND/ DE CAFE LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002664-61.2012.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). AÇÃO AJUIZADA SOB A ÉGIDE DA REDAÇÃO ORIGINAL DO ARTIGO 174 DO CTN. CITAÇÃO FORA DO PRAZO. ALEGAÇÃO DE DEMORA NOS MECANISMOS DO JUDICIÁRIO (SÚMULA 106 DO STJ). CARACTERIZADA TAMBÉM A INÉRCIA DA EXEQUENTE. SENTENÇA MANTIDA.

1. O tributo em cobrança (contribuição) tem data de declaração em 30/11/1993, conforme a Certidão de Dívida Ativa de fls. 04. A ação foi ajuizada em 09/02/1998, na Justiça Estadual, sob a égide da redação original do artigo 174 do CTN. Ordenada a citação em 13/03/1998, a primeira tentativa foi frustrada (fls. 10), em 23/07/2001. Aberta vista à exequente em 31/01/2002, esta se manifestou pela citação dos sócios (fls. 13) em 01/07/2003. O sócio Mário Luiz Gonçalves (fls. 61) foi citado por carta precatória em 17/04/2007, sem penhora. Houve pedido de outras diligências que restaram infrutíferas e, em 02/10/2012, o feito foi autuado na Justiça Federal após o declínio da competência. O MM. Juiz a quo, no âmbito da Justiça Federal, de pronto, decretou a prescrição do crédito tributário, conforme a sentença de fls. 92.

2. Em que pese a argumentação da exequente/apelante em torno do artigo 40 da LEF e da demora dos mecanismos do Judiciário (Súmula 106 do STJ), nada vejo a reformar na sentença objurgada.

Como se sabe, a cobrança do crédito tributário, sob a égide da redação original do artigo 174 do CTN, tem 5 (cinco) anos de lapso temporal até a citação válida para a interrupção da prescrição.

Verifica-se dos autos que a primeira tentativa de citação restou frustrada em 2001. Não se pode negar a demora da diligência no âmbito da Justiça Estadual. No entanto, a Fazenda Nacional foi intimada da diligência negativa em 31/01/2002 (fls. 11) e somente em 01/07/2003 retornou para pedir a citação dos sócios. Restou caracterizada, portanto, a inércia da exequente, o que não permite acatar a argumentação

expendida acerca da aplicação do artigo 219, § 2º do CPC/73, eis que a culpa na demora não foi exclusiva do Judiciário. Precedentes do STJ.

4. Certo é que, nos termos dos artigos 156, inc. V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento ex officio, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.

5. O valor da execução fiscal é R$ 8.057,54 (em 09/02/1998).

6. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

24 - 0003017-48.2012.4.02.5168 Número antigo: 2012.51.68.003017-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 07/04/2016 18:47

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: V MIRANDA

APELADO: VITALINO MIRANDA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0003017-48.2012.4.02.5168 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). FGTS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. (STF, ARE 709212).

1. A execução fiscal acima referenciada faz a cobrança de contribuição para o FGTS vencido no período de 09/1970 a 02/1971 (fls. 03). A ação foi ajuizada pelo antigo IAPAS, em 10/02/1984 (fls. 01), com despacho de cite-se em 01/03/1984 (fls. 02), que interrompeu o prazo prescricional na forma do artigo 8º, § 2º, da LEF. A primeira tentativa de citação restou frustrada (fls. 12), com a ciência da Fazenda Nacional, que veio aos autos pedir a citação por edital, publicado em 05/06/1984 (fls. 15). Houve, também, uma tentativa de penhora via BACEN JUD, sem resultado (fls. 65/79). A Fazenda Nacional ainda foi intimada em duas ocasiões, antes da sentença, mas não se manifestou. Transcorridos mais de 30 (trinta) anos, o MM. Juiz a quo a extinguiu o processo em 07/03/2016 (fls. 80).

2. Interrompido o lapso temporal pelo despacho de cite-se em 01/03/1984, não houve localização dos executados ou de seus bens. Em 30 (trinta) anos foram realizadas apenas duas tentativas que restaram frustradas como se viu acima. É sabido que as diligências negativas não possuem a faculdade de obstar o transcurso do prazo prescricional intercorrente. Inúmeros são os precedentes: EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1122356/M, DJe de 18/03/2014; AgRg no AREsp 383507/GO, DJe de 07/11/213; AgRg no RESP 1208833/MG, DJe de 07/11/2013; AGRESP1328035/MG, DJe de 18/09/2012). Pesa, ainda, sobre a argumentação da exequente o fato de que, com a informação do falecimento do executado, a Fazenda Nacional não demonstrou nenhum interesse no prosseguimento do feito, nada diligenciando para confirmar a ocorrência do óbito ou a existência de bens em inventário. Conclui-se, portanto, que as normas invocadas pela exequente/a apelante (artigo 240, §§ 1º e 3º, do NCPC) não têm o condão de reformar a sentença objurgada.

3. Frise-se, por oportuno, que o entendimento ora adotado está de acordo com o julgamento do ARE 709212, em 13/11/2014, com a modulação de seus efeitos.

4. O valor da execução fiscal é Cr$ 17.121,52 (em 10/02/1984).
5. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 21de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0011307-59.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.011307-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 21:04
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: PINHEIRO TINTAS LTDA
ADVOGADO: WALTER CARLOS DA CONCEICAO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0011307-59.2012.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC EM DÉBITO TRIBUTÁRIO. LEGITIMIDADE. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. A aplicação da Taxa SELIC como índice de correção do débito tributário, o c. Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o seu uso não reflete qualquer irregularidade, e a utilização do percentual de 1%, previsto no art. 161, §1º do CTN, somente é aplicável na hipótese de a lei não indicar outra taxa.
2. A incidência da Taxa SELIC nas execuções fiscais é a concretização do princípio da equidade no direito tributário, na medida em que tal índice também é aplicado nas ações de compensação e de repetição de indébito tributário.
3. A taxa SELIC é a conjugação das perdas inflacionárias com os juros reais, sendo, portanto, indevida sua cumulação com qualquer outro indexador monetário e juros de mora, a partir do período previsto em lei para sua aplicação (1º/01/1996). Entretanto, a ocorrência de tal situação não restou demonstrada nos autos.
4. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

29 - 0031509-57.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.031509-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 05/11/2014 10:33
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: MOVEIS BETA IND/ COM/ LTDA
ADVOGADO: CLAUDIO FELIX DE REZENDE
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0031509-57.2012.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DECLARAÇÃO INEXISTENTE. LANÇAMENTO DE OFICIO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. APELAÇÃO DESPROVIDA.

Nada a considerar em razão de a apelante estar extinta, visto que a desconstituição da sociedade executada não possui o condão de extinguir as dívidas fiscais pretéritas. Com efeito, ainda que dissolvida a sociedade, a responsabilidade pelo débito tributário permanece, podendo, inclusive, recair sobre os sócios que não cuidaram de regularizar a respectiva baixa perante o Fisco

Embora se trate de tributo sujeito ao lançamento por homologação, uma vez que a iniciativa de apurar e recolher o tributo, antecipadamente, é do contribuinte, o crédito restou constituído por ação do Fisco, configurando o lançamento de ofício.

Tratando-se de lançamento de ofício, o termo inicial para a contagem do respectivo prazo se inicia no trigésimo primeiro dia após a notificação do lançamento. Precedentes do STJ.

A E. Corte Superior, em sede de recurso repetitivo (REsp nº 1120295/SP) pacificou a jurisprudência no sentido de que, em execução fiscal, o despacho citatório ou a citação válida, dependendo do caso, interrompe a prescrição, retroagindo à data da propositura da ação, salvo quando a demora na citação for imputada exclusivamente à exequente (REsp n.º 1237730/PR) ¿

Considerando que entre a constituição definitiva dos créditos (01/08/2002 e 01/10/2003) e o ajuizamento da execução fiscal (14/12/2006 - e-doc. 11) não transcorreram mais de 05 (cinco) anos, não se cogita de prescrição na espécie.

A embargante aduziu o pagamento do débito e, a fim de comprovar sua alegação, juntou aos autos os respectivos DARF¿s. Ora, tais documentos não devem ser desprezados e a respectiva exatidão dos dados só pode ser aferível mediante a realização de perícia contábil.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
31 - 0060758-53.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.060758-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/11/2014 13:03
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: RONALDO DE AZEVEDO
ADVOGADO: PEDRO DE ALCANTARA MOURA NETO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0060758-53.2012.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. AUSÊNCIA. BENEFICIÁRIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. ESPECIALIDADE DAS LEIS. PREVALÊNCIA DO ARTIGO 16 DA LEI N 6.830/80. APELAÇÃO DESPROVIDA.

O Código de Processo Civil, por ser lei geral, somente deverá ser aplicado tão somente quando a LEF - lei especial - for omissa (Lei 6.830, art. 1º).

A dispensa da garantia, como condicionante dos embargos executivos, previsto no art. 736 do CPC, não se aplica às Execuções Fiscais, diante da presença de dispositivo específico, qual seja o art. 16, § 1º da Lei nº 6.830/80, que exige expressamente a garantia para a apresentação dos Embargos à Execução Fiscal.

O art. 3º, inciso VII, da Lei n. 1.060¿50 não afasta a aplicação do art. 16, § 1º, da LEF, visto que o referido dispositivo não prevê isenção de garantia do juízo para embargar.

A vedação quanto ao recebimento dos embargos sem prévia garantia do Juízo não constitui violação ao princípio da ampla defesa e do contraditório, porquanto nada impede que a matéria de defesa do executado seja veiculada em outra via, a exemplo da anulatória de débito tributário.

Sendo a garantia do juízo condição de procedibilidade dos embargos do devedor, a sua ausência inviabiliza conhecer das matérias nele veiculadas, ainda que de ordem pública.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000251-04.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.000251-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/04/2014 14:59
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MUNICÍPIO DE VITÓRIA
ADVOGADO: SANDRO VIEIRA DE MORAES
Originário: 0000251-04.2013.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

PROCESSUAL. RECURSO. REPRODUÇÃO DA INICIAL. AUSENTE REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Em sua peça recursal, a apelante limitou-se a reproduzir argumentação desenvolvida na petição inicial que equivale à ausência de razões, não cumprindo a apelação o requisito estabelecido pelo art. 514, inciso II, do Código de Processo Civil, segundo o qual o recurso deverá conter os fundamentos de fato e de direito que justifiquem o pedido de nova decisão. Contudo, não basta que se cumpra a formalidade, apresentando quaisquer fundamentos à guisa de razões do recurso. É imprescindível expor as razões pelas quais a sentença deve ser reformada.

Como é cediço, a apelação devolve ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, traduzindo o princípio do tantum devolutum quantum appelatum. Daí, que a inexistência de matéria impugnada equivale a inexistência de recurso.

Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0000990-56.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.000990-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/10/2016 18:13
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: BETUEL INSTALAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP
ADVOGADO: ALFREDO TEIXEIRA DE ABREU E SILVA
Originário: 0000990-56.2013.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830). RÉU CITADO. ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS. ABANDONO DE CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO ADOTADO NO RESP 1120097, JULGADO SOB O RITO DO ARTIGO 533-C).

1. A ação foi ajuizada em 17/06/2013 (fls. 01) para cobrança dos tributos inscritos sob os n°s 40235439-7, 40235438-9, 40235437-0 e 40369811-1, lançados em 18/05/2012 e 07/08/2012 (fls. 02 a 25). Ordenada a citação em 01/07/2013 (fls. 34), houve êxito. A executada compareceu aos autos para informar o parcelamento da dívida e que concordava com a transferência para a FAZENDA NACIONAL do valor apurado no BACEN JUD (fls. 44 e 61). Em 18/08/2015, a exequente veio aos autos informar que o crédito não estava mais parcelado e pediu a transferência do valor acima citado. Após o procedimento, a Fazenda Nacional foi intimada em duas ocasiões para dar prosseguimento ao feito, nos termos do artigo 485, III, § 1º, do NCPC, mas não compareceu, levando o processo à extinção, nos termos da sentença de fls. 90.

2. Ao contrário do que entende a Fazenda Nacional é possível sim o abandono de causa nas execuções fiscais em face da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao executivo fiscal (artigo 1º da LEF). A inércia da Fazenda exequente e regularmente intimada para promover o prosseguimento do feito, impõe a extinção de ofício, afastando-se, inclusive, a aplicação da Súmula 240 do STJ. Isto ocorre porque o não aperfeiçoamento da relação processual impede a presunção de eventual interesse do réu na continuidade do feito. Vários são os julgados do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido.

3. Ocorre que, na hipótese, houve citação e o réu compareceu com advogados constituído nos autos. Nesse caso, há que se exigir o requerimento de extinção do processo pela parte contrária. É o que se depreende do entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça quando julgou o RESp 112097, Dje de 26/10/2010, sob o rito dos repetitivos.

4. O valor da execução é R$ 89.690,81 (em 17/06/2013).

5. Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro,21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0002387-71.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.002387-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/11/2014 10:16
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: ESPECTRO MOVEIS E ARTEFATOS EM PEDRAS LTDA ME
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO MATHIÉLO ALVES
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0002387-71.2013.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PARCELAMENTO. INADIMPLÊNCIA. INÍCIO TERMO A QUO. EXCLUSÃO DO PROGRAMA. APELAÇÃO DESPROVIDA.

A partir do momento que o Fisco exclui formalmente o contribuinte do programa de parcelamento, por não cumprir os requisitos legais, está configurada a lesão ao direito do ente tributante, surgindo, nesse momento, a pretensão de cobrança dos valores devidos. A exclusão do programa configura o marco inicial para a exigibilidade plena e imediata da totalidade do crédito que foi objeto do parcelamento e ainda não pago, conforme se extrai do disposto no artigo 5º, § 1º da Lei 9.964/2000 (REFIS), bem como no artigo 12 da Lei 10.684/2003 (PAES). Razão pela qual deveria o Fisco ter tomado todas as medidas necessárias para a cobrança do crédito, não estando presente qualquer fato obstativo à cobrança do valor devido.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo (REsp nº 1120295/SP) pacificou a jurisprudência no sentido de que, em execução fiscal, o despacho citatório ou a citação válida (LC 118/2005), dependendo do caso, interrompe a prescrição, retroagindo à data da propositura da ação, salvo quando a demora na citação for imputada exclusivamente à exequente (REsp n.º 1237730/PR.

No caso em análise, o crédito tributário compreende o período de apuração de 03/2000 a 12/2002; foi constituído em 14/07/2003 (DCTF); a contribuinte em 16/08/2003 aderiu ao programa de parcelamento, mas foi excluída, por inadimplência, em 10/01/2006 ; a execução fiscal ajuizada em 15/10/2010 e proferido despacho de citação em 16/11/2010 (LC 118/2005). Destarte, entre a data da constituição definitiva do crédito tributário (14/07/2003) e a interrupção do prazo com a opção pelo PAES (CTN, art. 174, parágrafo único, inc. IV), e, igualmente, entre a data da exclusão do parcelamento (10/01/2006) e o despacho que determinou a citação (16/11/2010), não transcorreu o quinquênio prescricional.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a QUARTA TURMA ESPECIALIZADA do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0000676-49.2014.4.02.5113 Número antigo: 2014.51.13.000676-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/11/2015 19:30
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: GEFSON VIEIRA MAGRANI
ADVOGADO: GERSON GUILHERMINO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0000676-49.2014.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. ART. 473 DO CPC. TESE DEBATIDA E REJEITADA EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRECLUSÃO CONFIGURADA. APELAÇÃO DESPROVIDA.

Nos termos do art. 473 do CPC, é defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão..

O e. Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que as questões decididas, anteriormente, em exceção de pré-executividade, sem a interposição do recurso cabível pela parte interessada, não podem ser reapresentadas para discussão em sede de embargos à execução.

Decidida definitivamente em sede de exceção de pré-executividade, a tese da ilegitimidade passiva veiculada na inicial não pode ser rediscutida nestes embargos em razão de haver sido atingida pela preclusão.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0002856-83.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.002856-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/06/2015 11:06
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: RESTAURANTE PALLADIUM LTDA EPP
ADVOGADO: DANIEL LOUREIRO LIMA
ADVOGADO: RENAN SALES VANDERLEI
ADVOGADO: Thiago Carvalho de Oliveira
ADVOGADO: LIVIA QUEIROZ FERREIRA
ADVOGADO: Brunella Rocha Heitor
ADVOGADO: ELLEN RECLA LIMA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0002856-83.2014.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

PROCESSUAL. RECURSO. REPRODUÇÃO DA INICIAL. AUSENTE REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Em sua peça recursal, a apelante limitou-se a reproduzir argumentação desenvolvida na petição inicial que equivale à ausência de razões, não cumprindo a apelação o requisito estabelecido pelo art. 514, inciso II, do Código de Processo Civil, segundo o qual o recurso deverá conter os fundamentos de fato e de direito que justifiquem o pedido de nova decisão. Contudo, não basta que se cumpra a formalidade, apresentando quaisquer fundamentos à guisa de razões do recurso. É imprescindível expor as razões pelas quais a sentença deve ser reformada.

Como é cediço, a apelação devolve ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, traduzindo o princípio do tantum devolutum quantum appelatum. Daí, que a inexistência de matéria impugnada equivale à inexistência de recurso.

Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0015524-77.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.015524-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 23/02/2015 14:57
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSE PERICLES COUTO ALVES
ADVOGADO: MIOMIR DAVIDOVIC LEAL
Originário: 0015524-77.2014.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

EMBARGOS À EXECUÇÃO. TITULO JUDICIAL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. INCIDÊNCIA INDEVIDA DE IRPF. PRESCRIÇÃO E EXCESSO DE EXECUÇÃO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. RENOVAÇÃO MÊS A MÊS. QUINQUÊNIO ANTECEDENTE AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO QUE JÁ FORA DEFINIDO EM JULGAMENTO DEFINITIVO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO COMPROVANDO QUE AS PARCELAS DEVIDAS ESTÃO PRESCRITAS. RECURSO DESPROVIDO.

A União defende a ocorrência da prescrição com base exclusivamente na data de aposentadoria do exequente. Não obstante, o entendimento da e. Corte especial acerca do tema, é de que nas obrigações de trato sucessivo, que se renovam mês a mês, como no caso em apreço, em que se trata das prestações mensais do benefício de complementação de aposentadoria, o termo inicial do prazo quinquenal para se pleitear a restituição do imposto de renda retido na fonte sobre a complementação de aposentadoria segue a mesma sistemática. Incide, na hipótese, o teor da Súmula nº 85 do STJ, in verbis : "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação" (STJ, REsp 1.474.833/PE, DJe 28/11/2014).

A União afirma a ocorrência da prescrição, sem a correlata demonstração de que as parcelas devidas foram efetivamente abatidas nos anos posteriores à aposentadoria do apelado, de modo que eventuais diferenças a restituir se restringiriam a período anterior ao quinquênio que antecedeu o ajuizamento da ação, como, aliás, determinado no título judicial.

O termo a quo do prazo prescricional se dá com a nova tributação, pelo imposto de renda, efetuada sobre a totalidade de proventos percebidos a título de complementação de aposentadoria. Desse modo, não há como desde logo entender prescrito o direito, pois o momento em que há o esgotamento do montante que será abatido depende da liquidação de sentença. Precedente: REsp nº 833.653¿RS, Primeira Turma, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 07.04.2008.

Apresentados os cálculos pelo apelado, caberia à União demonstrar em que medida tais cálculos destoam do julgado, comprovando inequivocamente eventual excesso, o que não ocorreu, na espécie, visto que a apelante restringiu-se a afirmar a ocorrência da prescrição, tendo como único fundamento a data de aposentadoria do exequente, o que, isoladamente, a teor da jurisprudência da e. Corte especial, não é o suficiente.

Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0161995-47.2014.4.02.5106 Número antigo: 2014.51.06.161995-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/09/2015 18:40
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: MUNICÍPIO DE PETROPOLIS
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS - RJ
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0161995-47.2014.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO POR PERDA DE OBJETO EM RAZÃO DO ACOLHIMENTO DA PRESCRIÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL. RAZÕES DISSOCIADAS. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA.

1. O apelante insurge-se contra a sentença que pronunciou a prescrição da pretensão executória, proferida nos autos da execução fiscal, e não nos embargos.
2. O fundamento principal da sentença ¿ perda de objeto dos Embargos ¿ não restou abordado nas razões do recurso, a fim de demonstrar eventuais motivos que ensejariam a reforma do decisum, sendo certo que a sentença não foi devidamente devolvida ao Juízo ad quem, descabe o conhecimento da Apelação
3. Apelação não conhecida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
34 - 0164218-49.2014.4.02.5113 Número antigo: 2014.51.13.164218-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/04/2015 14:54
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE SAPUCAIA LTDA
ADVOGADO: JAIME LUIZ BITTENCOURT FILHO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0164218-49.2014.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios
E M E N T A

PROCESSUAL. RECURSO. REPRODUÇÃO DA INICIAL. AUSENTE REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Em sua peça recursal, a apelante limitou-se a reproduzir argumentação desenvolvida na petição inicial que equivale à ausência de razões, não cumprindo a apelação o requisito estabelecido pelo art. 514, inciso II, do Código de Processo Civil, segundo o qual o recurso deverá conter os fundamentos de fato e de direito que justifiquem o pedido de nova decisão. Contudo, não basta que se cumpra a formalidade, apresentando quaisquer fundamentos à guisa de razões do recurso. É imprescindível expor as razões pelas quais a sentença deve ser reformada.

Como é cediço, a apelação devolve ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, traduzindo o princípio do tantum devolutum quantum appelatum. Daí, que a inexistência de matéria impugnada equivale a inexistência de recurso.

Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0053652-35.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.053652-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/11/2015 07:14
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APELADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: DANIELLE RIBEIRO UCHOA
Originário: 0053652-35.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA ABRANGE SOMENTE IMPOSTOS. TAXA DE COLETA DE LIXO DOMICILIAR ¿ TCLD. CONSTITUCIONALIDADE. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INFRAERO. APELAÇÃO PROVIDA.

Ao afirmar que o precedente emanado desta e. Corte estendeu a imunidade tributária de modo ¿objetivo¿ à INFRAERO, afastando a exigibilidade da TDCL, a sentença de piso aplicou entendimento contrário ao nele esposado. Com efeito, o MM. Relator do Processo n.º 2001.51.01.532912-6, adotou como razão de decidir, os fundamentos da respectiva sentença, a qual, após declarar a imunidade recíproca da INFRAERO em relação ao IPTU, afirmou a inexigibilidade da Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública e da Taxa de Iluminação Pública, em razão de sua inconstitucionalidade.

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, constituída como empresa pública, executa, em regime de monopólio, serviços de infra-estrutura aeroportuária constitucionalmente outorgados à União Federal, qualificando-se, em razão de sua específica destinação institucional, como entidade delegatária dos serviços públicos a que se refere o art. 21, inciso XII, alínea "c", da Lei Fundamental, o que a coloca sob o manto da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal. A aludida imunidade recíproca abarca somente impostos, e não taxas pelos serviços prestados pelo Poder Público Municipal.

Nos termos do art. 2º da Lei Municipal n.º 2.687/98, ¿Contribuinte da taxa é o proprietário ou o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de unidade imobiliária edificada que seja alcançada pelo

serviço". Nesse contexto, como delegatária de serviços aeroportuários, em substituição à União, a INFRAERO é legítima para figurar como sujeito passivo da cobrança de TDCL.

O art. 145, II, da Constituição Federal, preceitua que taxa é um tributo exigido em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

A simples colocação do serviço municipal à disposição do contribuinte já constitui o fato gerador do tributo em comento, não havendo que se questionar a efetiva utilização do serviço de coleta de lixo ou não, seja o lixo classificado como comum ou especial (em razão de seu substrato e descarte).

A taxa de coleta de lixo domiciliar (TCLD), instituída pela Lei Municipal nº 2.687/98, segundo orientação já firmada pelo STF, é constitucional, posto que possui base de cálculo diversa de imposto, tendo o serviço individualizado e especificado conforme a quantidade de lixo produzida pelo imóvel e o seu destino, não afrontando o disposto no § 2º do art. 145 da Constituição Federal.

Afasto a tese da INFRAERO que busca definir o aeroporto como um logradouro público, visto que o reconhecimento de logradouros públicos compete ao poder municipal, nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal.

Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especialidade do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0062896-85.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.062896-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/11/2015 20:09
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0062896-85.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TCDL. TERMOS INICIAL E FINAL DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MATÉRIA PACIFICADA NO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. TESES DIVERGENTES. DESCABIMENTO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. APELAÇÃO DESPROVIDA.

As teses expendidas no recurso acerca da fixação do termo inicial e final do prazo prescricional, já foram objeto de análise pela e. Corte especial, em sede de recursos repetitivos, descabendo tergiversações acerca do tema.

O julgamento pelas Cortes superiores, seja em sede de recursos repetitivos ou de repercussão geral, possui o condão de pacificar o entendimento acerca de temas controvertidos. Tal benefício vai além de uniformizar teses divergentes, eis que imprime maior celeridade ao processo, daí porque não poderem ser ignorados em razão de simples discordância com o entendimento neles consolidado.

A jurisprudência do e. Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o IPTU (extensivo a taxas referentes ao imóvel -TCDL), por constituir tributo por lançamento de ofício, tem como termo inicial para a contagem do prazo prescricional a data do vencimento do tributo.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo (REsp nº 1120295/SP) pacificou a jurisprudência no sentido de que, em execução fiscal, o despacho citatório ou a citação válida (LC 118/2005), dependendo do caso, interrompe a prescrição, retroagindo à data da propositura da ação, salvo quando a demora na citação for imputada exclusivamente à exequente (REsp n.º 1237730/PR).

O crédito tributário refere-se a parcelas de TCDL, devidas no exercício 2010 (período 02 a 11/10). Se a execução fiscal foi protocolizada dentro do lustro aludido no art. 174 do CTN (16/12/2014), não se cogita de prescrição na espécie, visto que não restou configurada, in casu, responsabilidade do exequente pela demora da citação.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0117937-46.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.117937-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/03/2016 13:43
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: PLENA VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO: Diego Nogueira Caetano
ADVOGADO: PAULO CESAR CAETANO
ADVOGADO: LEONARDO CARVALHO DA SILVA
ADVOGADO: Ramon Ferreira de Almeida
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0117937-46.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PIS E COFINS. INCIDÊNCIA SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTAS. DECRETOS nºs 5.164/2004, 5.442/2005 E 8.426/2015. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NÃO VIOLADO. CREDITAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REVOGAÇÃO DA PREVISÃO LEGAL. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. A questão cinge-se à aferição da legalidade do ato do Poder Executivo que, com a edição do Decreto nº 8.426/2015, alterou as alíquotas do PIS e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de não-cumulatividade do PIS e da COFINS.

2. In casu, não há ilegalidade ou inconstitucionalidade no restabelecimento da cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS sobre receitas financeiras por meio do Decreto nº 8.426/2015, pois o mesmo encontra respaldo nas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, instituidoras das contribuições em questão sob o regime não-cumulativo, bem como na Constituição Federal (arts. 195, I, "a"; e 84, IV).

3. O Decreto nº 8.426/2015 tão somente restabeleceu parcialmente as alíquotas - para 0,65% (PIS) e 4% (COFINS) - sem extrapolar o limite superior fixado pelas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, de 1,65% para o PIS e de 7,6% para a COFINS. Não resta, portanto, configurada qualquer afronta ao princípio da legalidade tributária, pois não foi ultrapassado o limite estipulado como teto legal.

4. A redução das alíquotas das referidas contribuições a zero configura benefício fiscal, decorrente de política tributária, que pode ser revisto pelo Estado, desde que respeitados os ditames da lei. Dessa forma, o fato de um decreto (no caso, o Decreto nº 5.164/2004 e, posteriormente, o Decreto nº 5.442/2005) ter concedido um benefício, com a redução de alíquota a zero e, posteriormente, outro decreto (Decreto nº 8.426/2015) revogar o anterior, não configura inconstitucionalidade ou ilegalidade.

5. Sendo assim, inconsistentes as alegações da recorrente, eis que os fundamentos apresentados contra a higidez do Decreto nº 8.426/2015 igualmente seriam aplicáveis aos Decretos nºs 5.164/2004 e 5.442/2005. A vigorar a tese da recorrente, também seriam inconstitucionais e ilegais os referidos decretos que reduziram a alíquota a zero e, na ausência desses diplomas legais, incidiriam as alíquotas constantes das Leis n.ºs 10.637/2002 e 10.833/2003, de 1,65% para o PIS e de 7,6% para a COFINS.

6. Igualmente, não há que se falar em violação ao regime não-cumulativo, eis que o Decreto nº 8.426/2015 não interferiu na sistemática de não-cumulatividade, tampouco violou o disposto no § 12 do art. 195 da Constituição Federal.

7. A possibilidade de desconto das despesas financeiras encontrava previsão nos incisos V do art. 3º das Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, que dispunham que da contribuição apurada seria possível o desconto de créditos calculados em relação a "despesas financeiras decorrentes de empréstimos, financiamentos e contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoas jurídicas, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES". Porém, essas normas foram revogadas pela Lei nº 10.865/2007 que, em seu art. 27, caput, com a finalidade de controlar a arrecadação em sua política de ajuste fiscal, facultou ao Poder Executivo autorizar o desconto de crédito sobre as despesas financeiras. Assim, a concessão ou não do direito de crédito das despesas financeiras passou a ser ato discricionário da Administração Pública, não cabendo ao Poder Judiciário substituir o Executivo e criar o referido direito de crédito, não mais previsto em lei.

8. Não merece amparo a pretensão recursal, devendo ser mantida a r. sentença recorrida, que denegou a segurança pleiteada.

9. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
35 - 0505013-26.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.505013-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/11/2015 15:56
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0505013-26.2015.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TCDL/IPTU. SUJEIÇÃO PASSIVA. CESSÃO DO IMÓVEL. POSSUIDOR OU PROPRIETÁRIO. ELEIÇÃO CABE AO ADMINISTRADOR PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. REJEITADA. APELAÇÃO DESPROVIDA.

O promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel e o proprietário/promitente vendedor (aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis) são contribuintes responsáveis pelo pagamento do tributo. (STJ, Recursos Especiais 1.110.551/SP e 1.111.202/SP (submetidos ao rito do artigo 543-C, do CPC).

De modo que, o imposto/taxa sobre o patrimônio poderá ser exigido de qualquer um dos sujeitos passivos "coexistentes", exegese aplicável à espécie, por força do princípio de hermenêutica ubi eadem ratio ibi eadem legis dispositio.

Cabe ao administrador público eleger o sujeito passivo do tributo, contemplando qualquer das situações previstas no CTN.

Não há que se falar em inexistência de débito, pois os documentos apresentados por ocasião do apelo (consulta extrato do SIAFI em que apresenta emissão de notas de empenho de pagamento de taxa de coleta de lixo de imóveis do INMETRO) não constituem prova irrefutável de que realmente houve o pagamento dos créditos relativos à CDA objeto da execução fiscal.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
36 - 0505439-38.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.505439-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/11/2015 07:13
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0505439-38.2015.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TCDL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. INCONSISTÊNCIA NO ENDEREÇO DO IMÓVEL. NÃO VERIFICADO. LEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS. NÃO AFASTADA. APELAÇÃO DESPROVIDA.

A jurisprudência do e. Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o IPTU (extensivo a taxas referentes ao imóvel -TCDL), por constituir tributo por lançamento de ofício, tem como termo inicial para a contagem do prazo prescricional a data do vencimento do tributo.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo (REsp nº 1120295/SP) pacificou a jurisprudência no sentido de que, em execução fiscal, o despacho citatório ou a citação válida (LC 118/2005), dependendo do caso, interrompe a prescrição, retroagindo à data da propositura da ação, salvo quando a demora na citação for imputada exclusivamente à exequente (REsp n.º 1237730/PR).

O crédito tributário refere-se a parcelas de TCDL, devidas no exercício 2010 (período 02 a 11/10). Nessa linha, se a execução fiscal foi protocolizada dentro do lustro aludido no art. 174 do CTN (16/12/2014), não se cogita de prescrição na espécie.

Não se verifica a alegada inconsistência no endereço do imóvel objeto da cobrança, visto que estão presentes todos os elementos necessários a sua localização (Rua Cândido Benício, n.º 2935, complemento: Rua 2N 85 Bloco M, apto 103 ¿ Bairro Praça Seca). Realmente, vê-se que tal argumento não se sustenta.

A afirmativa de que o apelante nunca foi proprietário do imóvel objeto da cobrança não encontra respaldo nos documentos que instruem o recurso. Ao revés, a análise do documento emitido pela servidora da Equipe Patrimônio, favorece a presunção de legitimidade da cobrança perante a autarquia, pois dele se extrai que os imóveis da Rua Cândido Benício n.ºs 2935/2961/2967, como o ora discutido, estão todos localizados no Conjunto Residencial Juscelino Kubistchek que pertenciam ao ex-IPASE, do qual, como é sabido, o INSS é sucessor.

O e. STJ já se posicionou no sentido de que tanto o possuidor, como o proprietário do imóvel, são contribuintes responsáveis pelos débitos relativos ao IPTU e à TCDL.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
37 - 0507725-86.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.507725-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/09/2015 16:48
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APELADO: CCCPMM - CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0507725-86.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IPTU. IMUNIDADE. ART. 150, VI, ¿a¿, CRFB. CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA PESSOAL DA MARINHA. AUTARQUIA FEDERAL. FINALIDADE ESSENCIAL PRESUNÇÃO RELATIVA. ÔNUS DA FAZENDA. TCDL. COBRANÇA AFASTADA. EXTINÇAO. VALOR IRRISÓRIO. NÃO CABIMENTO. FACULDADE DA FAZENDA. CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE. MÉRITO. ART. 515, § 3º, CPC. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA DA TCDL. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

A Constituição Federal, em seu art. 150, VI, ¿a¿ e § 2º, estende às autarquias a imunidade tributária a impostos, restringindo, todavia, a referida não incidência constitucionalmente qualificada aos impostos relativos ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às dela decorrentes.

Há presunção que o imóvel de entidade autárquica está afetado a destinação compatível com os objetivos e finalidades institucionais. Logo, o ônus de provar o contrário, para fins de afastar a imunidade, recai sobre o poder público tributante, nos termos da jurisprudência consolidada do âmbito do C. Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp 1.233.942/RJ, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 26/09/2012; AgRg no AREsp 236.545/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 26/11/2012;AgRg no AREsp 493525 / MG, Primeira Turma, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 19/05/2014; AgRg no REsp 1301276 / RJ, Primeira Turma, Rel. Ministro Ari Pargendler, DJe 11/04/2014). Ônus que não se desincumbiu o embargado/Município do Rio de Janeiro.

A imunidade tributária, prevista no art. 150, VI, ¿a¿, § 2º, da Constituição Federal, alcança os imóveis da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha (CCCPMM), criada pela Lei nº 188, de 15 de janeiro de 1936, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Marinha, cuja finalidade é facilitar a aquisição de moradia própria aos seus beneficiários.

Não há que se afastar a cobrança da TCDL com fundamento em valor irrisório. Isso porque a verificação de conveniência e de oportunidade da interposição da execução cabe à Fazenda, não podendo o Judiciário exercer tal controle.

O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que a cobrança da taxa de coleta domiciliar de lixo (TCLD), instituída pela Lei Municipal nº 2.687/98 e cobrada em substituição a Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública (TCLLP), é constitucional (Súmula Vinculante nº 19/STF).

Apelação parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal

Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
40 - 0011818-71.2009.4.02.5001 Número antigo: 2009.50.01.011818-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 05/01/2015 18:37
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
ADVOGADO: ANDRE LUIZ DE LIMA DAIBES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DE VITORIA/ES
Originário: 0011818-71.2009.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA PARCIAL. ART. 150, § 4º E 170, I, AMBOS DO CTN. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. AUTUAÇÃO DA EMPRESA TOMADORA DE SERVIÇOS SEM AVERIGUAÇÃO DO PAGAMENTO PELA EMPRESA PRESTADORA DAS COMPETÊNCIAS ANTERIORES À VIGÊNCIA DA LEI N.º 9.711/98. IMPOSSIBILIDADE. RECOLHIMENTOS QUE NÃO SE VINCULAM INEQUIVOCAMENTE AO DÉBITO. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA QUANTO AOS CRÉDITOS REMANESCENTES. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO DA EMBARGANTE PARCIALMENTE PROVIDA. APELAÇÃO DA EMBARGADA DESPROVIDA.

No que toca à decadência dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, necessário aferir a ocorrência ou não de recolhimento, para o fim de verificar a norma incidente, se o art. 150, § 4º ou o art. 173, I, ambos do CTN. Precedente do STJ.

A sentença analisou a decadência valendo-se dos parâmetros estabelecidos na jurisprudência da e. Corte especial, extraindo da perícia realizada nos autos, a qual foi acompanhada e assinada pelos assistentes técnicos das partes, os elementos fundamentais que permitiram concluir pela decadência dos períodos 01 a 03/96.

Conquanto a afirmativa da CESAN, por um lado, de que foram comprovados recolhimentos que permitam a aplicação do art. 150, § 4º do CTN em todo o período da cobrança; e da UNIÃO, pelo outro, de que nada foi recolhido, incidindo na hipótese a regra do art. 173, I do CTN, conforme aferido na perícia, das 50 (cinquenta) empresas constantes na autuação, foram verificados recolhimentos relacionados a 16 empresas.

Não foram apresentadas objeções consistentes, capazes de ilidir as conclusões acerca da aplicação das regras decadenciais, in casu, razão por que deve ser mantida a r. sentença nesse ponto.

Conquanto legítima a responsabilidade solidária entre o contratante e a empresa prestadora de serviços no que se refere às obrigações previdenciárias decorrentes dos serviços realizados, a jurisprudência do STJ reconhece, nos termos do art. 31 da Lei n. 8.212/91, com a redação vigente até 1/2/1999, a inviabilidade de lançamento por aferição indireta, com base nas contas do tomador do serviço, porquanto, para a devida constituição do crédito tributário, faz-se necessário observar se a empresa cedente recolheu ou não as contribuições devidas, o que, de certo modo, implica precedente fiscalização perante a empresa prestadora, ou, ao menos, a concomitância.

A fiscalização tributária autuou diretamente a pessoa jurídica tomadora de serviços, por aferição indireta, sem antes verificar se o crédito fora pago pelas empresas fornecedoras de mão de obra.

Somente a partir da vigência do art. 31 da Lei 8.212/91, com a redação dada pela Lei 9.711/98, a empresa contratante é responsável, com exclusividade, pelo recolhimento da contribuição previdenciária por ela retida do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, afastada, em relação ao montante retido, a responsabilidade supletiva da empresa prestadora, cedente de mão-de-obra (REsp 1.131.047/MA, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 2.12.2010 - submetido à sistemática dos recursos repetitivos).

Descabe a autuação do tomador de serviços sem a prévia fiscalização do prestador, que é o devedor principal da contribuição previdenciária, pois a solidariedade prevista em lei ocorre apenas na fase de cobrança do tributo e não na fase de sua constituição. Precedentes do STJ e desta Corte regional.

Considerando que a inclusão automática da tomadora de serviço na CDA, com fundamento no art. 31 da Lei 2.112/91, como se viu, é indevida, impõe-se a reforma da sentença no que concerne aos fatos imponíveis anteriores à vigência da Lei n.º 9.711/98 (01/02/99). Desse modo, devem ser excluídas da

cobrança as competências compreendidas no período de 04/96 a 01/99, pois, como já visto, as anteriores a essas são inexigíveis, por decadentes.

Os recolhimentos apresentados pela CESAN se mostraram inidôneos à comprovação do pagamento, pois a respectiva análise pela perícia não permitiu a inequívoca vinculação das guias aos débitos objeto da cobrança, o que impediu, inclusive, a elaboração de cálculos pelo expert.

Permanece a legitimidade da cobrança relativa aos créditos remanescentes, cujos fatos imponíveis se deram no período 02/99 a 07/00, visto que não restou comprovado o recolhimento da obrigação pela CESAN, na qualidade de tomadora de serviços.

Remessa necessária e apelação da embargante parcialmente provida. Apelação da embargada desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO a remessa necessária e à apelação da embargante, e NEGAR PROVIMENTO à apelação da embargada, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0003351-33.2010.4.02.5110 Número antigo: 2010.51.10.003351-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/10/2015 18:46
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: EMPRESA DE TRANSPORTES LIMOUSINE CARIOCA S/A
APELANTE: EMPRESA AUTO VIACAO JUREMA S/A
APELANTE: VIACAO VERA CRUZ S/A
ADVOGADO: LEONARDO LUIZ THOMAZ DA ROCHA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
Originário: 0003351-33.2010.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti
EMENTA

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RE 566.621. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NÃO INCIDÊNCIA: NOS QUINZE PRIMEIROS DIAS DE AFASTAMENTO DO EMPREGADO POR MOTIVO DE DOENÇA, ADICIONAL DE UM TERÇO (1/3) DE FÉRIAS E AVISO PRÉVIO INDENIZADO. INCIDÊNCIA: HORAS EXTRAS. REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDA. RECURSO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Prescrição quinquenal. RE 566.621. Operou-se a prescrição quinquenal da pretensão à compensação dos valores recolhidos antes de 08.06.2005.

2. Não incide contribuição previdenciária sobre a verba paga pelo empregador, durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do empregado por motivo de doença, tendo em vista que a verba paga pelo empregador não se amolda ao pagamento de salário e se subsume às hipóteses de interrupção do trabalho, não se tratando, pois, de pagamento de salário.

3. A questão sobre o adicional de um terço de férias a que se refere o art. 7º, XVII, da CRFB, o entendimento do C. STJ é no sentido de que não está sujeita à incidência da contribuição previdenciária, em razão de sua natureza indenizatória, o que inviabiliza o desconto sobre esta rubrica.

4. A jurisprudência dos Tribunais Regionais corrobora o entendimento no sentido de que sobre o aviso prévio indenizado não incide contribuição previdenciária, eis que, além do caráter indenizatório, há ausência da habitualidade. Se o aviso prévio for cumprido pelo empregado em forma de trabalho, será considerado salário, ou seja, retribuição pelo serviço prestado. Entretanto, quando o aviso prévio for pago sem a respectiva prestação da atividade laboral, o pagamento terá inequívoca natureza indenizatória.

5. O Colendo Superior Tribunal de Justiça ao julgar o REsp 1.230.957/RS, sob a égide do art. 543-C, do CPC, pacificou a matéria no sentido da inexigibilidade da contribuição previdenciária, a cargo da empresa, sobre a importância paga nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença, terço constitucional e aviso prévio indenizado.

6. A verba recebida a título de férias indenizadas, decorrentes de férias vencidas e não gozadas pelo empregado e pagas por ocasião da rescisão do contrato de trabalho e aquelas pagas nos termos dos arts. 134 e 137 da CLT, isto é, quando pagas em dobro pelo empregador, após o período de 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito, não se sujeita à incidência de contribuição previdenciária, eis que, por lei, não integra o salário de contribuição, conforme disposição do art. 28, § 9º, alínea ¿d¿, da Lei nº 8.212/91.

7. O Colendo STJ, no julgamento do REsp nº 1.358.281, deliberou pela aplicação do art. 543-C, do Código de Processo Civil, e firmou orientação no sentido de que as horas extras e seu respectivo adicional constituem verbas remuneratórias, razão pela qual se sujeitam à incidência de contribuição previdenciária.

8. Remessa necessária desprovida. Recurso da parte autora parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa necessária e dar parcial provimento ao recurso da parte autora, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
41 - 0022981-97.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.022981-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.045540-2
Distribuição-Sorteio Automático - 18/09/2014 16:09
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SEMPRE EDITORA LTDA
ADVOGADO: DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0022981-97.2013.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO. RE Nº 559.937 DO STF. REPERCUSSÃO GERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA SEGUNDA PARTE DO ART. 7º, I, DA LEI Nº 10.865/04, EM SUA REDAÇÃO ORIGINÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVISTAS NAS ALÍNEAS "a", "b" e "c" DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 11 DA Lei no 8.212/91 EM RAZÃO DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 26 DA Lei nº 11.457/07. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS.

1. Os embargos de declaração prestam-se, exclusivamente, para sanar omissão, obscuridade ou contradição, de modo a integrar o decisum recorrido, ex vi do disposto no art. 1.022, do NCPC e, ainda, para a correção de inexatidões materiais.

2. No caso dos autos, como alegado pela União (Fazenda Nacional), o v. acórdão embargado, ao se manifestar acerca da compensação deferida na sentença de primeiro grau, limitou-se a determinar que a parte autora se submeta aos procedimentos administrativos da Secretaria da Receita Federal do Brasil sem, contudo, explicitar que a compensação, no caso, deve efetivar-se na forma do art. 74 da Lei nº 9.430/97, com a redação em vigor à época do ajuizamento da ação, após o trânsito em julgado, nos termos do art. 170-A do CTN, observando-se a impossibilidade de compensação com as contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212/91, diante do disposto no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457/07, como vem decidindo este E. Tribunal Regional Federal (Precedente: TRF 2ª REGIÃO. AC nº 0135794-85.2014.4.02.5116 (2014.51.16.135794-2); 3ª Turma Especializada. decisão de 05/10/2016 publicada em 10/10/2016. Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA).

3. Embargos de declaração providos para determinar que a compensação do indébito se faça com a observância dos critérios acima especificados.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, na forma do Voto do Relator, que fica fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Medida Cautelar Inominada - Turma Espec. II - Tributário
Cautelar Inominada - Processo Cautelar - Processo Cível e do Trabalho
42 - 0010756-51.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.010756-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 01/10/2015 17:44
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
REQUERENTE: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL
ADVOGADO: VIVIAN CASANOVA DE CARVALHO ESKENAZI
ADVOGADO: CAROLINA NICOLAU LEANDRO BARCELOS
REQUERIDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000152-88.2014.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL. REQUISITOS. GARANTIR EFETIVIDADE PROCESSO PRINCIPAL. PEDIDO DE NATUREZA SATISFATIVA. BINÔMIO NECESSIDADE/ADEQUAÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITO SUSPENSIVO. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. TUTELA CAUTELAR INDEFERIDA.

A autora pugna pela concessão do efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto no Mandado de Segurança nº 000152-88.2014.4.02.5101, bem assim pela ¿concessão de liminar sem oitiva da parte contrária, nos termos do art. 801 do CPC[1973], para suspender a exigibilidade da COFINS, discutida na ação principal, sobre as suas receitas de atividades próprias, na forma da MP 2.158-35/01, art. 14, determinando à Requerida que se abstenha de praticar qualquer medida punitiva ou restritiva contra a Requerente, julgando a presente ação totalmente procedente¿, e que, ao final, ¿seja a liminar confirmada por Sentença¿ (itens ¿b¿ e ¿d¿ ¿ fl. 37).

Na sentença de primeiro grau o MM. Juízo concluiu que as receitas das quais a recorrente pretende a suspensão da exigibilidade da COFINS, derivam de contratos de patrocínio e de emissoras de televisão, recebidas a título de transmissão de jogos desportivos, as quais se subsumem ao conceito de ¿faturamento entendido como receita bruta da pessoa jurídica¿, passíveis da incidência da mencionada contribuição social, na forma do art. 2º e art. 3º, caput, da MP 2.158-35/2001.

O processo cautelar, como se sabe, serve apenas a assegurar a eficácia de julgamento a ser proferido em ação principal, onde se decidirá acerca do direito subjetivo, satisfazendo-o, quando for o caso. Destarte, não pode a medida cautelar, desviando-se da finalidade para a qual foi instituída, substituir a demanda principal, subvertendo, assim, o devido processo legal. Nesse sentido: STJ, MC 23.971/PE, DJe 05/03/2015; TRF2, MC 0002010-34.2014.4.02.0000, DEJF 10/09/2015.

Na hipótese, depreende-se do pedido autoral que, mesmo rotulando-se a ação como cautelar incidental, busca-se, na verdade, provimento satisfativo do direito substancial, uma vez que busca, em caráter definitivo, a suspensão da exigibilidade da COFINS sobre as receitas de atividades próprias da Entidade, e não a asseguração do resultado útil e eficaz do processo principal, como é próprio da tutela cautelar.

Destarte, não há como se sustentar o interesse processual, em seu binômio necessidade-adequação, quanto à presente via processual, em face do nítido caráter satisfativo da medida judicial pleiteada. Nesse sentido, a propósito, decidiu esta eg. Quarta Turma Especializada: TRF2, MC 0012309-75.20114.02.0000, julgado em 18/09/2012.

Noutro eito, a jurisprudência firmou o entendimento de que é incabível medida cautelar para imprimir efeito suspensivo a recurso interposto contra decisão proferida em mandado de segurança, ¿pois ambos visam, em última análise, à sustação do ato atacado¿. Precedentes: STJ, AGRESP 200601331095, DJe 18/02/2009; STJ, AGRESP 200600772447, DJe 03/03/2008. Seguindo o entendimento firmado pelo STJ, decidiu esta Corte Regional: MCI 201302010052047, e-DJF2R 04/11/2013; MCI 201002010064772, e-DJF2R 11/10/2010; MC 2003.02.01.017598-0, DJU 07/08/2009).

Por fim, a existência de dúvida fundada quanto à plausibilidade do pedido na apelação, como no caso sub judice, desautoriza a concessão de efeito suspensivo ao recurso (STF, AC 3663, julgado em 26/09/2015, DJe 16/10/2015).

Medida cautelar extinta, sem exame do mérito cautelar. Honorários advocatícios fixados em R$ 2.000,00, nos termos do § 8º, c/c o § 2º, do art. 85, do CPC/15.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a QUARTA TURMA ESPECIALIZADA do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, julgar extinta a cautelar, nos termos do voto do Relator, que doravante integra o presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea ¿a¿, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Medida Cautelar Inominada - Turma Espec. II - Tributário
Cautelar Inominada - Processo Cautelar - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0012518-05.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.012518-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 12/11/2015 18:23
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
REQUERENTE: CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA/RJ
ADVOGADO: DANIELE LAMBERT DA CUNHA
ADVOGADO: JOSE ALBERTO RODRIGUES
REQUERIDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0001429-67.2013.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
E M E N T A

MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL. TRIBUTÁRIO. REQUISITO. FUMUS BONI IURIS. AUSÊNCIA. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCABIMENTO. MEDIDA INDEFERIDA.

Sabe-se que, em relação aos efeitos da concessão do CEBAS, a Suprema Corte firmou o entendimento, nos autos do RE nº 115.510/RJ (Relator Ministro CARLOS MADEIRA, DJ 11/11/1988), que a dita certificação tem caráter declaratório, e produz efeito ex tunc, retroagindo à data de protocolo do respectivo requerimento. Seguindo a orientação da Suprema Corte, decidiu o C. STJ: REsp 768889/DF, Primeira Turma, DJe 06/08/2009; REsp 1027577/PR, Segunda Turma, DJe 26/02/2009). Na mesma linha, a jurisprudência desta Corte Regional: ED 0025393-21.2001.4.02.5101, Quarta Turma Especializada, DJF2R 19/02/2016; AC-RN 009425-47.2007.4.02.5001, Terceira Turma Especializada, DJF2R 16/09/2016.

Ressalta-se, por oportuno, que a obtenção do CEBAS não dispensa que a entidade interessada cumpra os demais requisitos legais, inclusive aqueles supervenientes, uma vez que não há direito adquirido a regime jurídico, conforme preconiza a Súmula nº 352/STJ e entendimento firmado pela jurisprudência do eg. STJ: AgRg no AREsp 536591/CE, Segunda Turma, DJe 22/06/2016; AgRg nos EDcl no REsp 1495317/RS, Segunda Turma, DJe 22/03/2016; AgRg no MS 10757/DF, Primeira Seção, DJe DJe 03/03/2008 - RSSTJ vol. 30 p. 399.

Na hipótese, a autora afirma que protocolou o requerimento de ¿renovação do CEBAS¿ em 28/02/2008, embora, documentalmente, não tenha comprovado tal afirmativa nos presentes autos.

Mesmo considerando a tese de que o requerimento foi regularmente protocolado pela autora na data de 28/02/2008, e, noutra margem, tendo em conta que os débitos previdenciários referem-se ao período de 01 a 12/2007, conclui-se, assim, que não poderia a autora valer-se, de fato, da isenção/imunidade ora pretendida, uma vez que, à época dos fatos geradores, não era detentora do Certificado de Entidade

Beneficente de Assistência Social, desatendendo a exigência prevista no inciso II, do art. 55, da Lei nº 8.212/91, tampouco estava protegida pelos efeitos da certificação que lhe fora outorgada em 18/06/2012.

Destarte, como bem asseverou o douto Parquet Federal (e-fls. 340-352), ¿no caso em apreço, não se encontra configurada a alegada plausibilidade do direito material invocado (`fumus boni iuris¿), requisito cujo preenchimento é indispensável à concessão da tutela cautelar¿, uma vez que tal outorga cautelar requer a existência dos requisitos autorizadores do excepcional provimento almejado (STJ, AgRg-MC 25.003/PA, Terceira Turma, DJe 06/11/2015; STJ, AgRg-MC 25258/DF, Quarta Turma, DJe 05/11/2015).

Medida cautelar indeferida. Honorários advocatícios fixados em R$ 2.000,00. Agravo regimental prejudicado.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a QUARTA TURMA ESPECIALIZADA do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, indeferir a medida cautelar, nos termos do voto do Relator, que doravante passa a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea ¿a¿, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000103

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001875-26.2006.4.02.5101 Número antigo: 2006.51.01.001875-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/07/2016 09:28
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: LÚCIA HELENA DA SILVA BITTENCOURT
ADVOGADO: JORGE LUIZ TIMOTEO FERREIRA
ADVOGADO: CHARLYNE DA SILVA FERREIRA
ADVOGADO: KARIN CRISTINA SCHIMPFLE
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001875-26.2006.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DESCONTO. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. No caso, a sentença de primeiro grau julgou improcedente o pedido da parte autora que objetivava a condenação do Instituo Nacional do Seguro Social - INSS à devolução de valores indevidamente retidos a título de Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF, com a incidência das correções legais. Condenou, ainda, a demandante ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, estes fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais), com a ressalva do disposto no art. 12 da Lei nº 1.060/1950, por ser a ora apelante beneficiária da gratuidade de justiça.

2. A autora, ora recorrente, insurge-se contra suposta retenção do IRPF, incidente sobre diferenças oriundas do recálculo da Renda Mensal Inicial de benefício previdenciário decorrente de pensão por morte em acidente de trabalho (NB nº 084.150.543-8).

3. Como causa de pedir, alega que recebe pensão por morte, requerida em 17/06/1988; que ingressou com processo administrativo de revisão de cálculo da Renda Mensal Inicial (RMI), sendo que somente em abril de 2003 o benefício foi revisto; que após a revisão, lhe foi informado que a diferença encontrada nos cálculos resultou no valor de R$ 82.735,52 (oitenta e dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), referente ao período de 1992 a 2003; que ficou retida a quantia de R$ 22.329,10 (vinte e dois mil trezentos e vinte e nove reais e dez centavos) a título de Imposto de Renda; que ao procurar a Receita Federal, obteve a informação de que o INSS não disponibilizou os valores para o órgão fazendário.

4. In casu, deve prevalecer a r. sentença recorrida, fundamentada em documentos juntados aos autos que comprovam a improcedência das alegações da recorrente. Conforme consignado pelo Juízo a quo, os documentos de fls. 88 e 339 comprovam que a apelante não sofreu nenhum desconto sobre as diferenças recebidas por ocasião da revisão de seu benefício previdenciário.

5. A tese da apelante, de que o Imposto de Renda, embora não recolhido à Receita Federal, teria sido descontado pelo INSS, também não se sustenta em razão do documento de fls. 24 (Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção de Imposto de Renda na Fonte, emitido em 29/10/2004), no qual restou demonstrado que não houve desconto do montante de R$ 22.329,10 (vinte e dois mil trezentos e vinte e nove reais e dez centavos) a título de Imposto de Renda, o que reforça a assertiva constante do decisum recorrido, segundo a qual o valor em questão foi calculado, porém não descontado.

6. Considerando que os fatos alegados pela recorrente não restaram comprovados nos autos, ônus que lhe competia, nos termos do art. 333, I, do CPC/73 (art. 373, I, do NCPC), deve ser negado provimento ao recurso.

7. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0000794-96.2007.4.02.5104 Número antigo: 2007.51.04.000794-0 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.006487-4

Distribuição por Prevenção - 13/06/2016 12:56

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: AGRO UNIONE LTDA

ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA

REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE SÃO JOÃO DE MERITI / RJ

Originário: 0000794-96.2007.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti

E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. ICMS. BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. PREVALECE ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULAS 68 E 94. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.

1. Os embargos de declaração prestam-se, exclusivamente, para sanar omissão, obscuridade ou contradição, de modo a integrar o decisum recorrido, ex vi do disposto no art. 1.022, do NCPC e, ainda, para a correção de inexatidões materiais.

2. No caso, da leitura do v. acórdão atacado e do respectivo voto condutor, verifica-se que as questões pertinentes ao exame da controvérsia foram devidamente analisadas, de acordo com os elementos existentes nos autos, não se vislumbrando, na espécie, omissão ou qualquer outro vício no decisum recorrido que justifique o acolhimento dos aclaratórios.

3. O v. decisum impugnado concluiu de forma clara, coerente e fundamentada que, encontrando-se a ADC nº 18/DF e o e no RE nº 574.706/PR, submetido ao regime de repercussão geral, pendentes de julgamento, e não havendo decisão definitiva do C. STF, prevalece o entendimento pacificado pelo E. STJ, segundo o qual, o ICMS incide na base de cálculo da COFINS e do PIS; que a Lei nº 9.718/98 não autoriza a exclusão do ICMS referente às operações da própria empresa; que não há ofensa aos arts. 145, §1º, e 195, inciso I, da CF/88, posto que o ICMS é repassado no preço final do produto/serviço ao consumidor, de modo que a empresa tem, efetivamente, capacidade contributiva para o pagamento do PIS e da COFINS sobre aquele valor, que acaba integrando o seu faturamento.

4. Consoante entendimento do E. STJ, manifestado sob a égide do Novo Código de Processo Civil, o julgador não está obrigado a responder todas as questões suscitadas pela parte, quando encontre motivo suficiente para proferir sua decisão, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. Precedente: EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016.

5. Ressalte-se que os embargos de declaração, ainda que opostos com o fim de prequestionamento da matéria, devem observância aos requisitos previstos do art. 1.022 do NCPC (obscuridade, contradição, omissão) não sendo recurso hábil ao reexame da causa.

6. Merece menção, no entanto, que segundo o Novo Código de Processo Civil (art. 1.025), um dos efeitos do julgamento dos embargos de declaração é o prequestionamento ficto, segundo o qual, serão considerados "incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existente erro, omissão, contradição ou obscuridade". Sendo assim, pela sistemática do art. 1.025 do NCPC, a simples oposição de embargos de declaração é suficiente ao prequestionamento da matéria constitucional e legal suscitada pelo embargante, possibilitando o acesso aos vias recursais superiores. Nesse sentido, o precedente desta E. Quarta Turma Especializada: TRF da 2ª Região. EF nº 201402010023519. Decisão de 25/10/2016, disponibilizada em 07/11/2016. Relatora Desembargadora Federal Leticia Mello.

7. Embargos declaratórios conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, na forma do Voto do Relator, que fica fazendo parte do presente julgado, ressalvando o entendimento da Desembargadora Federal Letícia Mello.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

SUBSECRETARIA DA 5a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 175966

IV - APELACAO CIVEL 2008.51.05.000805-2

Nº CNJ	:	0000805-88.2008.4.02.5105
RELATOR	:	JUÍZA FED. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
APELANTE	:	ARLINDO SOARES DA SILVA TEIXEIRA - ESPOLIO
ADVOGADO	:	MAURO CESAR COUTINHO E OUTRO
APELADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENÇO E OUTROS
ORIGEM	:	VARA ÚNICA DE NOVA FRIBURGO (200851050008052)

EMENTA

CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA 1.133.872.

1. Autos encaminhados a esse órgão julgador pela Vice-Presidência dessa Corte sob o rito do art. 543-B, § 3º, do CPC/73, para reapreciação do acórdão recorrido, em face do pronunciamento definitivo do STJ, que pacificou a matéria no âmbito de todos os Tribunais.

2. O E. STJ, ao apreciar o Resp 1.113.872 pela sistemática do art. 543-C do CPC/73, consignou que "é cabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fim de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles, tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratual compulsória, não sujeita à recusas ou condicionantes, [...], com a ressalva de que ao correntista, autor da ação, incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, com indícios mínimos capazes de comprovar a existência da contratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodos em que pretenda ver exibidos os extratos".

3. Reconsideração do posicionamento exarado no acórdão recorrido, para adequá-lo à orientação firmada pelo E. STJ por ocasião do julgamento do REsp representativo de controvérsia 1.113.872, tendo em vista que os documentos juntados aos autos comprovam a existência da conta de poupança antes e depois do

período pleiteado para inclusão dos expurgos inflacionários de janeiro e fevereiro/89. Sentença que extinguiu o processo, sem solução de mérito, anulada para que a CEF apresente os extratos da conta poupança da parte autora relativos aos períodos de janeiro e fevereiro/89, no prazo de 30 dias, a contar da intimação para cumprir o presente julgado após os autos baixarem à Vara de Origem.
4. Recurso de apelação provido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).
CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

VIII - EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO 2014.51.14.000245-2
Nº CNJ : 0000245-12.2014.4.02.5114
RELATOR : JUÍZA FED. CONV. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
EXCIPIENTE : NUBIA COZZOLINO
ADVOGADO : MICHELE MACEDO DELUCA ALVES E OUTRO
EXCEPTO : EXMO. SR. ALEXANDRE DA SILVA ARRUDA - JUIZ FEDERAL DA 1A VARA FEDERAL DE MAGÉ-RJ
ORIGEM : 1A. VARA FEDERAL - MAGE/RJ (201451140002452)

EMENTA
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INTEMPESTIVIDADE. ART. 305 CPC/73.
1. Exceção de suspeição oposta em face de Juiz Federal, tendo por objetivo o afastamento do excepto do julgamento da ação de improbidade administrativa nº 000658-98.2009.4.02.5114, ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a excipiente. Suposta concessão de tratamento diferenciado aos litigantes ao deferir pedido de prova pericial mercadológica formulado pelo Ministério Público Federal.
2. Rejeição do incidente por intempestividade. Na forma do art. 305 CPC/73, cabe ao interessado oferecer exceção, no prazo de quinze (15) dias, contado do fato que ocasionou a suspeição.
3. Decisão que deferiu a realização da prova pericial requisitada pelo MPF proferida em 19.08.2013, com intimação da ora excipiente em 06.09.2013. Oposta a exceção de suspeição em 04.08.2014, revela-se manifestamente intempestiva.
4. Exceção de suspeição rejeitada.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, por unanimidade, rejeitar a exceção de suspeição, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).
CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 2017000227

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0106689-85.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.106689-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/10/2014 19:15
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: AUTO POSTO TONTOM DO GRAJAU 2006 LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0019112-29.2013.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. REDIRECIONAMENTO EM FACE DO SÓCIO-GERENTE. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DO STJ. RECURSO REPETITIVO. POSSIBILIDADE EM CASO DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR.

1. Cuida-se de agravo de instrumento contra a decisão que indefere o pedido de desconsideração da personalidade jurídica.

2. O STJ, em recurso submetido ao regime do art. 543-C do CPC/73 (art. 1.036, CPC/2015), firmou entendimento no sentido de que é possível o redirecionamento da execução fiscal de dívida não tributária no caso de dissolução irregular da pessoa jurídica devedora, prosseguindo a execução sobre o patrimônio dos sócios (STJ, 1ª Seção, REsp 1.371.128, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJE 10.9.2014). Precedentes desta Corte: TRF2, 5ª Turma Especializada, AG 00032136020164020000, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 29.4.2016; TRF2, 5ª Turma Especializada, AG 201500000035203, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 16.6.2015.

3. A diligência de citação da executada no endereço cadastrado junto à JUCERJA restou negativa, tendo o oficial de justiça certificado que a empresa fechou. Os documentos da JUCERJA demonstram que o administrador fazia parte da administração da empresa à época da provável dissolução irregular da empresa. Torna-se possível presumir a dissolução irregular, razão pela qual se justifica o redirecionamento da execução para o sócio-administrador.

4. Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0005991-37.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.005991-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 05/06/2015 23:24

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: DANIELLE DE CARVALHO POVOAS DA SILVA

AGRAVADO: ARNALDO RIBEIRO MUNIZ DE CARVALHO

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0042196-59.2013.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

AUSÊNCIA DE ENDEREÇO À CORRETA CITAÇÃO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS, POR SEUS PRÓPRIOS MEIOS, A ÓRGÃOS PÚBLICOS E CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO PARA OBTENÇÃO DO ENDEREÇO ATUALIZADO DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE.

1. Agravo de instrumento em face de decisão que indeferiu o requerimento de autorização judicial para expedição de ofícios a diversos órgãos públicos a fim de obter o endereço atualizado do réu, por entender incabível a delegação de atos exclusivos do Poder Judiciário.

2. É dever da demandante, entre outros requisitos previstos do art. 282 do CPC/73, apresentar o endereço correto do devedor para fins de citação.

3. O ônus de diligenciar para obter documentos e informações é da parte a quem tais meios de prova interessam, de sorte que, apenas quando comprovadamente não tenha logrado êxito em seus esforços diretos para obter o paradeiro do executado, justifica-se a intervenção do Poder Judiciário.

4. Possibilidade de a apelante, por seus próprios meios, expedir ofícios a órgãos públicos e concessionárias de serviço público para obtenção do endereço atualizado do devedor. Precedentes: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0110827-15.2014.4.02.5006, E-DJF2R 22.2.2017; TRF2, 7ª Turma Especializada, AG 2016.00.00.006083-4, Rel. Des. Fed. THEOPHILO MIGUEL, E-DJF2R 22.7.2016.

6. Agravo de instrumento provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do Julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0010766-61.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010766-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/10/2016 12:47
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: SONIA BARROS CAMPOS
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
Originário: 0068586-61.2016.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE TÍTULO JUDICIAL FIRMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA APENAS AOS ASSOCIADOS LISTADOS NA INICIAL DO WRIT. OBSERVÂNCIA AOS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM CONFIGURADA.

1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão que rejeitou a impugnação à execução, fixando o quantum debeatur em R$ 443.739,93 (quatrocentos e quarenta e três mil e setecentos e trinta e nove reais e noventa e três centavos), valor atualizado até maio de 2015.

2. Ilegitimidade ativa ad causam configurada. No RE nº 573.232, o STF entendeu que, nos termos do art. 5º, XXI, da CRFB/88, as entidades associativas dependeriam de autorização expressa, pelo associado, para o ajuizamento das ações coletivas, diferentemente do que ocorre em ações coletivas propostas por sindicato, tendo em vista a disciplina específica do art. 8º, III, da CRFB/88. Entretanto, esses princípios não valeriam para os mandados de segurança coletivos, já que a impetração coletiva está fundamentada no art. 5º, LXX, da CRFB/88, que não exige autorização prévia, individual ou coletiva, dos associados. Essa a dicção do art. 21 da Lei nº 12.016/20091, entendimento sedimentado no Enunciado nº 629 da súmula do STF2. Dessa forma, em princípio, em mandado de segurança coletivo a associação impetrante atuaria na qualidade de substituta processual de seus associados, independentemente de qualquer limitação temporal, sendo dispensável a relação nominal dos filiados e suas respectivas autorizações.Assim, em fase de cumprimento de sentença, não haveria que se exigir do interessado a prova de sua vinculação à associação impetrante no momento da impetração, sendo descabida tal limitação temporal. Contudo, no caso concreto, o título judicial foi constituído no mandado de segurança coletivo no qual o impetrante delimitou o pedido aos associados, listados no writ. É sabido que a delimitação da lide é feita pelo demandante, quando da elaboração da inicial. Por conseguinte, por força do princípio da congruência, a sentença deve estar limitada aos termos precisos do pedido formulado. Desse modo, visando reverenciar os exatos contornos subjetivos do título executivo judicial, bem como o princípio da segurança jurídica consagrado no ordenamento pátrio, penso que o melhor entendimento a ser aplicado ao caso é no sentido de que apenas os associados, listados na inicial do mandamus, possuem legitimidade para requerer o cumprimento do referido título. Precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, AG 201600000071182, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 3.2.2017.

3. Agravo de Instrumento provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao Agravo de Instrumento, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001351-88.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.001351-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/02/2015 15:13
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AUTOR: LEILIANE PRADO FERREIRA
ADVOGADO: ADOLPHO DOS SANTOS MARQUES DE ABREU
RÉU: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
RÉU: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0003597-51.2013.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ELEIÇÃO DE FORO. CRITÉRIO TERRITORIAL COMPETÊNCIA RELATIVO. ART. 94 CPC/73. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO LOCAL DE DOMICÍLIO DO RÉU.

1. Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo da 2ª Vara Federal de Duque de Caxias/RJ em face do Juízo da 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, objetivando fixar a competência para processar e julgar ação cautelar de exibição de documentos referente à execução extrajudicial pela CEF de imóvel situado em Duque de Caxias, constando cláusula no contrato de financiamento que indica como competente o foro do local do imóvel.

2. Tratando-se de ação fundada em direito pessoal, proposta em face de pessoa jurídica de direito privado, a competência territorial é fixada nos termos do art. 94 c/c art. 100, IV, alíneas "a" e "b", ambos do CPC/73, vigente à época do ajuizamento da demanda, podendo a demandante optar por ajuizar a ação no local da sede da empresa ou da agência onde o contrato foi celebrado.

3. Sendo caso de competência territorial, de natureza relativa, não pode ser reconhecida de ofício, aplicando-se a Súmula nº 33 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Precedentes da 5ª Turma Especializada deste Tribunal: CC 201202010174380, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 1.7.2014; CC 0002150-34.2015.4.02.0000, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 13.7.2015

5. Competência para Juízo da 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro, ora suscitado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, declarar a competência do Juízo da 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro, ora suscitado, na forma do relatório e do voto constante dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2016 (data do julgamento).

RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0008962-92.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.008962-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/08/2015 19:10
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AUTOR: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ELTON NOBRE DE OLIVEIRA
RÉU: TRINITAS LANCHONETE LIMITADA
RÉU: CLAUDIA MEDEIROS DE MELO

ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: Juízo da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Nova Iguaçu-RJ
SUSCITADO: Juízo da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro-RJ
Originário: 0021355-72.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEMANDA FUNDADA EM DIREITO PESSOAL. APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 94, §4º, DO CPC/73. JUÍZOS FEDERAIS DA CAPITAL E DO INTERIOR. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL. NATUREZA RELATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DE OFÍCIO.

1- Conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu/RJ em face do Juízo da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos de ação de execução extrajudicial ajuizada pela Caixa Econômica Federal - CEF em face de dois demandados.

2. Nas demandas fundadas em direito pessoal, a fixação da competência deve observar a regra prevista nos arts. 94, §4º, do CPC/73, sendo direito do autor escolher o foro de domicílio de qualquer dos réus.

3. A competência das varas federais do interior é norteada por critério territorial, portanto, de natureza relativa, não podendo ser modificada de ofício. Assim, eventual incompetência somente pode ser arguída por provocação da parte mediante exceção, na forma prevista pelo art. 112 do CPC. Precedentes: CC 01030600620144020000, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 29.6.2015; CC 201302010056569, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 28.7.2014.

4- Competência do Juízo da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro, ora suscitado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, declarar a competência do Juízo da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro, ora suscitado, na forma do relatório e do voto constante dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2016 (data do julgamento).

RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0013796-41.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.013796-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/12/2015 14:53
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AUTOR: BRUNO MENDES DA SILVA
RÉU: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SUSCITANTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE NITERÓI
SUSCITADO: JUÍZO DA 20ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Originário: 0126168-53.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO AJUIZADA EM FACE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. EMPRESA PÚBLICA. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. COMPETÊNCIA RELATIVA.

1. Conflito de competência entre o Juízo da Subseção Judiciária de Niterói e Juízo Federal do Rio de Janeiro objetivando fixar a competência para processar e julgar ação ordinária ajuizada contra empresa pública federal em vara federal da Capital, e não na vara federal do município em que reside o demandante.

2. Não há regra constitucional específica para ajuizamento de demandas em face de empresas púbicas federais, como é o caso da CEF, devendo-se observar, portanto, a regra geral do art. 94 do CPC/73, segundo a qual as ações devem ser propostas no domicílio do réu, c/c o art. 100, IV, do CPC/73, que determina como competente o foro da sede da pessoa jurídica ré ou da sua agência ou sucursal.

3. A competência dos juízos federais pertencentes às subseções judiciárias criadas no interior dos estados define-se exclusivamente pelo critério territorial, de natureza relativa, logo não pode ser reconhecida de ofício, motivo pelo qual deve ser aplicada a Súmula nº 33 do Superior Tribunal de Justiça, do seguinte teor: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício". Precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, CC 00174382720124020000, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 16.7.2014.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo da 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro, suscitado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, declarar a competência do Juízo da 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro, ora suscitado, na forma do relatório e do voto constante dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2016 (data do julgamento).

RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000188-39.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.000188-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/01/2016 14:02
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AUTOR: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
RÉU: ADAIR MARIA DE FATIMA SANTOS BIANCHI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
SUSCITADO: Juízo da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro - 17VF/RJ
Originário: 0052004-54.2014.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. COBRANÇA DE ANUIDADE. OAB/RJ.

1. Conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo da 4ª Vara Federal Cível de Vitória em face do Juízo da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos de execução de título extrajudicial da OAB/RJ referente à anuidades devidas de executado domiciliado em Vila Velha/ES.

2. No caso concreto, discute-se a competência entre juízos federais integrantes de seções judiciárias distintas ¿ Rio de Janeiro e Espírito Santo ¿ sendo certo que a eventual inobservância de critério territorial enseja incompetência relativa, que não pode ser conhecida de ofício pelo juiz, dependendo de alegação da parte por meio de exceção de incompetência.

3. No que tange à competência para ajuizamento da execução de título extrajudicial, o CPC/73, em seu artigo 100, inciso IV, alínea ¿d¿, estipula que é competente o foro do local em que a obrigação deva ser satisfeita, para a ação em que se lhe exigir o cumprimento. Precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, AG 00066244820154020000, Rel. Des. Fed. ALUISIO MENDES, E-DJF2R 10.7.2015.

4. Caso em que a OAB/RJ ajuizou a execução extrajudicial com a finalidade de cobrar anuidade de advogado inscrito em seus quadros, sendo competente o foro do Estado do Rio de Janeiro.

5. Competência do Juízo da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, suscitado.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros da 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, declarar competente o MM Juízo da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, ora suscitado, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2016 (data do julgamento).

RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

Conflito de Competência - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0005273-06.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005273-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/05/2016 13:18
Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AUTOR: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREMERJ
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
RÉU: FRANCISCO VALENTE MAIOLINO DE LEMOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE CAMPOS DE GOYTACAZES/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0148807-65.2015.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Campos
EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO MONITÓRIA. APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 94 DO CPC/73. JUÍZOS FEDERAIS DA CAPITAL E DO INTERIOR. DEVEDOR DOMICILIADO EM MUNICÍPIO SEDE DE VARA FEDERAL. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL. NATUREZA RELATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DE OFÍCIO.

1. Conflito de competência entre o juízo da subseção de Campos e juízo federal do Rio de Janeiro objetivando fixar a competência para julgar ação monitória ajuizada pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro - CREMERJ perante vara federal da Capital.

2. A ação monitória não possui norma especial para fixação de competência, devendo-se observar, portanto, a regra geral do art. 94 do CPC/73 segundo a qual as ações devem ser propostas no domicílio do réu. Trata-se de competência de natureza relativa e que não pode ser declinada de ofício, nos termos de sua Súmula nº 33 do STJ.

3. A competência das varas federais do interior é norteada por critério territorial, portanto, de natureza relativa, não podendo ser modificada de ofício. Assim, eventual incompetência somente pode ser arguída por provocação da parte mediante exceção, na forma prevista pelo art. 112 do CPC/73. Precedentes desta 5a Turma Especializada: CC 00021936820154020000, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 13.5.2015; CC 01012993720144020000, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 26.5.2015.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, suscitado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, conhecer do conflito de competência para declarar competente o Juízo da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, ora suscitado, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2016 (data do julgamento).

RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000228

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0303466-22.1998.4.02.5103 Número antigo: 1998.51.03.303466-8 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.007483-7
Distribuição por Migração de Sistema - 21/04/2015 18:08
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIA CORREIA DA SILVA
ADVOGADO: GIL CARLOS GUITTON BALBI
Originário: 0303466-22.1998.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. FINALIDADE EXCLUSIVA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO PROVIMENTO. PRECEDENTES.

1. Embargos de declaração. Recurso que objetiva esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. O reexame dos fatos e argumentos já analisados ou implicitamente afastados é vedado em sede de embargos de declaração, como já decidido pelo STJ (2ª Turma, EDcl no REsp 1.404.624, Rel. Min. HERMAN

BENJAMIN, DJe 6.3.2014). Segue-se o entendimento de que as decisões devem ser fundamentadas suficientemente à elucidação da controvérsia, o que não é sinônimo de obrigatoriedade de manifestação expressa sobre todos os argumentos e dispositivos legais elencados, mas somente acerca daqueles considerados relevantes para o adequado julgamento (STJ, 5ª Turma, EDcl no AgRg no AREsp 354.596, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, DJe 25.11.2013).

3. A simples afirmação de se tratar de recurso com o propósito de prequestionamento não é suficiente para embasá-lo, sendo necessária a subsunção da inconformidade integrativa a uma das hipóteses do art. 1022, CPC/2015, e não à mera pretensão de obter um pronunciamento sobre outros argumentos e/ou dispositivos legais. Nesse sentido: STJ, 2ª Turma, EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.445.857, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 8.6.2016.

4. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0000909-13.2004.4.02.5108 Número antigo: 2004.51.08.000909-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/08/2015 08:03
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARTHA JANKE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000909-13.2004.4.02.5108 - 01ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
EMENTA

APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL PROPOSTA CONTRA DEVEDOR QUE FALECE ANTES DA CITAÇÃO. EXTIÇÃO DO PROCESSO.

1. Trata-se de apelação interposta contra a sentença que extinguiu, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC/73, a execução fiscal proposta, tendo em vista o falecimento da devedora antes do ajuizamento da demanda.

2. A controvérsia instaurada nos presentes autos gira em torno da possibilidade de regularização do pólo passivo, mediante habilitação do espólio ou dos herdeiros, quando o falecimento do devedor ocorreu antes do ajuizamento da execução fiscal.

3. No caso, não prospera a irresignação do recorrente, eis que ausente o pressuposto processual subjetivo indispensável à existência da relação processual, pois, a época da propositura da ação, a parte executada era falecida, ou seja, não tinha capacidade para integrar a lide, razão que justifica a extinção do feito. Precedentes: STJ, 1ª Turma, AgRg no REsp nº 1345801, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 15.4.2013; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0002479-85.2016.4.02.9999, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, DJe 9.2.2017; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC nº 0519319-39.2011.4.02.5101, Rel. Des. Fed. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO, e-DJe 6.10.2015.

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017.

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000806-74.2007.4.02.5116 Número antigo: 2007.51.16.000806-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 03/05/2015 13:22
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MARIA LEONOR COMENDA XAVIER
ADVOGADO: NAIRA REGINA MOLINA DA SILVA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000806-74.2007.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DEMORA NA IMPLANTAÇÃO DE BENEFÍCIO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. NÃO CABIMENTO.

1. Trata-se de recurso de apelação que visa à reforma da sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedente o pedido formulado em face da UNIÃO FEDERAL, que objetivava o pagamento de indenização por danos morais e materiais, sob fundamento de que, em razão de erro da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, o benefício de pensão por morte de seu filho lhe fora concedido com atraso.

2. Não prospera a irresignação da apelante, eis que o motivo do indeferimento do benefício foi: ¿falta de qualidade de dependente para tutelado, enteado, pais e irmãos¿. De tal sorte que, ainda que houvesse o equivoco da informação prestada pela Capitania dos Portos alegado na inicial, essa não foi a causa do indeferimento do benefício pretendido pela apelante.

3. Não houve negligência, abuso ou ilegalidade nas condutas dos agentes do INSS, ao contrário, houve o exercício regular de direito por parte da autarquia, a quem cabia aferir as condições para a concessão do beneficio a ser concedido. A autoridade administrativa atuou de forma correta, porquanto adstrita aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da prevalência do interesse público.

4. Logo, não se vislumbra, no caso, nenhuma lesão de natureza extrapatrimonial aos direitos da apelante, eis que ausente a conduta ilícita do agente público para ensejar a responsabilização do ente estatal.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0000960-19.2007.4.02.5108 Número antigo: 2007.51.08.000960-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/11/2015 06:53
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ERCOLINO JORGE DE LUCA
APELANTE: LÁ & CÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
APELANTE: SANDRA RYFER BALASSIANO
APELANTE: MAURO BASTOS PINHEL
APELANTE: LILIAN TEREZA MACHADO DA SILVA PINHEL
ADVOGADO: PAULO MAURICIO FERNANDES DA ROCHA

ADVOGADO: BRUNO PINHEIRO BARATA
ADVOGADO: PAULA CRISTINA HONORATO DE QUEIROZ DA COSTA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000960-19.2007.4.02.5108 - 01ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
EMENTA

APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. TAXA DE OCUPAÇÃO. RECOMPOSIÇÃO. POSSIBILIDADE. PERÍCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação ordinária, julgou improcedentes os pedidos formulados visando a anular as taxas de ocupação majoradas indevidamente durante o exercício de 2007.

2. Nos termos do disposto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 2.398/87, a taxa de ocupação é calculada sobre o valor do domínio pleno do terreno, que será anualmente atualizado pelo Serviço do Patrimônio da União.

3. ¿A avaliação periódica dos imóveis ocupados advém da necessidade de recomposição do patrimônio da União, cabendo ao administrador público a tarefa de manter a proporcionalidade entre a retribuição paga e o valor venal do bem¿. (TRF2, 5ª Turma Especializada, ApelREex 200850010147592, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 12.9.2014).

4. Embora a administração pública tenha o direito de majorar o valor da taxa de ocupação, procedendo à nova avaliação do domínio pleno do terreno, não se tendo certeza quanto ao acerto da avaliação, deve ser determinada, para tal aferição, a produção de prova pericial, tendo agido com acerto o magistrado de primeiro grau ao deferir a realização da mencionada prova.

5. Tendo em vista os princípios da livre apreciação da prova e da não adstrição do juiz ao laudo pericial, sem que a parte interessada tenha impugnado oportunamente a qualificação do perito, não se pode impor ao juiz a realização de nova perícia, apenas porque a primeira lhe foi desfavorável. Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 199251010209620, Rel. Des. Fed. GULHERME DIEFENTHAELER, e-DJF2R 17.1.2014.

6. Os quesitos apresentados pela parte demandante foram objeto de apreciação pelo perito no laudo pericial, não se verificando prejuízo à parte na hipótese em apreço (pás de nullité sans grief), em que as respostas fornecidas foram suficientes para satisfazer a finalidade da perícia e comprovar a retidão da Planta Genérica de Valores atualizada.

7. Da análise dos documentos acostados aos autos, não é possível aferir qual foi a alíquota aplicada pela União no cálculo da taxa de ocupação dos imóveis descritos na petição inicial para o exercício de 2007, não tendo os recorrentes se desincumbindo do ônus de comprovar o fato constitutivo do seu direito.

8. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0007210-86.2007.4.02.5102 Número antigo: 2007.51.02.007210-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 21/04/2015 11:19
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: GEORGE MULIN REBELLO

ADVOGADO: FELIPE DUMANS AMORIM DUARTE
Originário: 0007210-86.2007.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

APELAÇÃO. TAXA DE OCUPAÇÃO. RECOMPOSIÇÃO. VÍCIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROPORCIONALIDADE. VALOR VENAL.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação ordinária ajuizada, julgou procedente o pedido para declarar a nulidade de processo administrativo, que fixou novos valores de taxas de ocupação para o imóvel em questão, e da cobrança de taxas de ocupação nos valores nele estabelecidos.

2. Nos termos do disposto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 2.398/87, a taxa de ocupação é calculada sobre o valor do domínio pleno do terreno, que será anualmente atualizado pelo Serviço do Patrimônio da União.

3. ¿A avaliação periódica dos imóveis ocupados advém da necessidade de recomposição do patrimônio da União, cabendo ao administrador público a tarefa de manter a proporcionalidade entre a retribuição paga e o valor venal do bem¿. (TRF2, 5ª Turma Especializada, ApelREex 200850010147592, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 12.9.2014).

4. O processo administrativo nº 04967.014430/2005-64 fixou novos valores de taxas de ocupação com base em avaliação que considerou a área em que se situam os imóveis em testilha como Zona de Conservação de Vida Silvestre, que permite a construção de imóveis de dois andares e cobertura em 18 lotes.

5. Laudo em desacordo com a sentença proferida nos autos da ação civil pública n. 2004.51.02.001916-9, que por força do art. 16 da Lei nº 7.347/85 e do art. 103 do Código de Defesa do Consumidor, produz efeito erga omnes.

6. O reajuste da taxa de ocupação em desacordo com as reais características do bem ocupado viola a proporcionalidade entre a retribuição almejada pela recorrente e o valor venal do mesmo.

7. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0020580-38.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.020580-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 17/04/2015 13:53
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: GRACINDA SANTOS DA SILVA
ADVOGADO: RAFAEL DA MOTA MENDONCA
Originário: 0020580-38.2007.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. TAXA DE OCUPAÇÃO. RECOMPOSIÇÃO. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação ordinária ajuizada, julgou parcialmente procedente o pedido autoral para fixar o valor da taxa de ocupação do imóvel em que reside a demandante.

2. Nos termos do disposto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 2.398/87, a taxa de ocupação é calculada sobre o valor do domínio pleno do terreno, que será anualmente atualizado pelo Serviço do Patrimônio da União.

3. ¿A avaliação periódica dos imóveis ocupados advém da necessidade de recomposição do patrimônio da União, cabendo ao administrador público a tarefa de manter a proporcionalidade entre a retribuição paga e o valor venal do bem¿. (TRF2, 5ª Turma Especializada, ApelREex 200850010147592, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 12.9.2014).

4. Embora a administração pública tenha o direito de majorar o valor da taxa de ocupação, procedendo à nova avaliação do domínio pleno do terreno, não se tendo certeza quanto ao acerto da avaliação, deve ser determinada, para tal aferição, a produção de prova pericial, tendo agido com acerto o magistrado de primeiro grau ao deferir a realização da mencionada prova.

5. Tendo em vista os princípios da livre apreciação da prova e da não adstrição do juiz ao laudo pericial, sem que a parte interessada tenha impugnado oportunamente a qualificação do perito ou nomeado assistente técnico, não se pode impor ao juiz a realização de nova perícia, apenas porque a primeira lhe foi desfavorável. Nesse sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 199251010209620, Rel. Des. Fed. GUILHERME DIEFENTHAELER, e-DJF2R 17.1.2014.

6. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0025510-02.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.025510-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 17/05/2015 11:14
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CONSTRUTORA COLARES LINHARES S/A
ADVOGADO: EDUARDO DE SENNA FIGUEIREDO MOTTA
APELANTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: MARCO ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0025510-02.2007.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ECT. CARTA COM REGISTRO. SEDEX 10. DEMORA NA ENTREGA. DANO MORAL IN RE IPSA. ECT. PRIVILÉGIO DE FAZENDA PÚBLICA. DECRETO-LEI Nº 509/1969.

1. Trata-se de recursos de apelação interpostos contra sentença proferida em ação ordinária, que julgou procedente o pedido formulado, para condenar a ECT ao pagamento de indenização, a título de danos materiais, correspondente ao custo pela postagem, bem como, a título de danos morais, o valor de R$ 5.000,00.

2. A questão em debate no presente recurso cinge-se à suposta responsabilidade civil da ECT, por falha na prestação de serviço.

3. A Constituição Federal de 1988 acolheu a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, segundo o qual, ¿as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa¿.

4. No caso, para se aferir o dever de indenizar, não é necessário perquirir sobre culpa, bastando verificar a existência de fato, dano e nexo de causalidade.

5. Depreende-se nos autos que o demandante postou os envelopes contendo a sua proposta de preço no dia 12.05.2007 às 11h06m. Todavia, os mesmos somente chegaram ao destino no dia 15.5.2007 às 09h50m. A norma que rege a prestação de serviços SEDEX 10 estabelece o seguinte: ¿SEDEX 10 é o serviço de remessa expressa de documentos e mercadorias com entrega garantida até às 10 horas da manhã do dia útil seguinte ao da postagem¿. Logo, considerando que a entrega deveria ter sido realizada até às 10h do dia 14.5.2007 (segunda-feira) e não, caracterizada está a falha na prestação do serviço prestado pela ECT e o dever de indenizar.

6. O dano moral é presumido (in re ipsa), bastando apenas a demonstração do ato ilícito. Não se exige a comprovação de algo que se opera no plano psicológico do lesado. Prescinde de análise subjetiva, porquanto se configura com a simples violação de um direito (STJ, 4ª Turma, REsp 1.097.266, Rel. p/acórdão Min. RAUL ARAÚJO, DJE: 23.8.2013). Assim, entendo que a indenização por danos morais deve ser mantida em R$ 5.000,00, pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, como forma de recompensar o sofrimento, mas sem se tornar fonte de enriquecimento.

7. A ECT, nos termos do art. 12 do Decreto-Lei nº 509/1969, goza de privilégios referentes a foro, prazos e custas processuais concedidos à Fazenda Pública. Todavia, a isenção no que diz respeito às custas processuais não exime a ECT de reembolsar à parte autora das despesas que foram adiantadas por esta, em razão do ônus da sucumbência, que deve ser suportado pela parte vencida na demanda.

8. Apelações não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento às apelações, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000195-14.2008.4.02.5108 Número antigo: 2008.51.08.000195-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 17/04/2015 13:49
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MARTIN ANDREAS POWALLA
ADVOGADO: RACINE LIMA DOS SANTOS FILHO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000195-14.2008.4.02.5108 - 01ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
EMENTA

APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. TAXA DE OCUPAÇÃO. REAJUSTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ATUALIZAÇÃO DO VALOR VENAL DO IMÓVEL. RECOMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO.

1. Apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação ordinária, julgou improcedente o pedido formulado para suspender o reajustamento de taxa de ocupação e do aforamento sobre imóvel cadastrado no Registro Imobiliário Patrimonial.

2. Afastada a nulidade do julgamento antecipado da lide, por suposto cerceamento de defesa. As questões levantadas eram exclusivamente de direito, e o apelante não impugnou especificamente qualquer elemento passível de comprovação por perícia ou documentos suplementares. Precedente: TRF2, 6ª Turma Especializada, AC 200851110011049, Rel. Des. Fed. NIZETE LOBATO CARMO, e-DJF2R 11.9.2014.

3. Nos termos do disposto no artigo 1º, do Decreto-Lei nº 2.398/87, a taxa de ocupação é calculada sobre o valor do domínio pleno do terreno, que será anualmente atualizado pelo Serviço do Patrimônio da União.

4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em sede de recurso repetitivo, entendeu que a atualização das taxas de ocupação, que se dá com a atualização do valor venal do imóvel, não se configura como imposição ou mesmo agravamento de um dever, mas sim recomposição do patrimônio, devida na forma da lei. Precedentes: STJ, 1ª Seção, REsp 1.150.579, Rel. Min. MAURO CAMPBELL

MARQUES, DJe 17.8.2011; TRF2, 8ª Turma Especializada, AC 200751080010093, Rel. Des. Fed. VERA LÚCIA LIMA, e-DJF2R 22.7.2014.

5. ¿A avaliação periódica dos imóveis ocupados advém da necessidade de recomposição do patrimônio da União, cabendo ao administrador público a tarefa de manter a proporcionalidade entre a retribuição paga e o valor venal do bem¿. (TRF2, 5ª Turma Especializada, ApelREex 200850010147592, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, e-DJF2R 12.9.2014).

6. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0003561-55.2008.4.02.5110 Número antigo: 2008.51.10.003561-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 03/05/2015 13:30
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: AUGUSTO ALVES
ADVOGADO: MARIA SOCORRO EVANGELISTA PEREIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0003561-55.2008.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. SUSPENSÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIO. DANOS MORAIS. CABIMENTO.

1. Trata-se de recurso de apelação que visa à reforma da sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedente o pedido formulado em face do INSS, que objetivava reparação por danos morais, em virtude do cancelamento da aposentadoria do demandante.

2. Alegou o demandante, em síntese, que teve a sua aposentadoria cancelada pela autarquia em 5.1.96, sob fundamento de que o tempo de serviço apurado não era suficiente, somente sendo restabelecida em 1.10.2006.

3. No que tange à responsabilidade civil do Estado, a Constituição da República de 1988 (CRFB) acolheu a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, segundo o qual, ¿as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa¿.

4. O cancelamento do benefício foi indevido, eis que realizado fora do prazo legal que autorizava a sua revisão. Diante disso, tem-se que a angústia e os transtornos suportados pelo segurado decorrentes de tal evento não podem ser qualificados como meros aborrecimentos do cotidiano, configurando o dever de indenizar. Precedentes: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0011266-92.2012.4.02.5101, Rel. Des. Fed. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO, DJE 12.4.2016; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC nº 200551015190166, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES, DJe 12.4.2013.

5. O quantum indenizatório deve ser fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais), eis que tal valor efetivamente concilia a pretensão compensatória, com o princípio da vedação do enriquecimento sem causa.

6. Aplicação dos critérios de juros e correção monetária previstos no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, a contar da data de seu arbitramento em segunda instância (TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0102693-52.2014.4.02.5053, Rel. Juiz Fed. Conv. JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR, E-DJF2R 2.12.2016).

7. Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0017316-76.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.017316-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 14/04/2015 16:52
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CARLOS ROBERTO DA SILVA
APELANTE: GESSE LUIZ DOS SANTOS
APELANTE: JERONIMO SOARES HENRIQUES
APELANTE: MARCELO DIAS DA CUNHA
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0017316-76.2008.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PEDIDO DE ENQUADRAMENTO FUNCIONAL. LEI 11.355/2006. TÉCNICO DE TECNOLOGIA MILITAR. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Ação ordinária. Pretensão de enquadramento funcional de acordo com as regras do §1º do art. 7º da Lei 9.624/98 e do Decreto 72.950/73, a partir de setembro de 1992. Pugnam pela inclusão na carreira de Tecnologia Militar (cargo de Técnico de Tecnologia Militar), estabelecida pela Lei 11.355/2006, mantida a denominação de "Agente de Higiene e Segurança do Trabalho - Código 1029", além do pagamento da gratificação prevista na MP 301, transformada na Lei 11.355/2006. Pedido de reconhecimento da progressão horizontal e vertical dos arts. 6º e 7º do Decreto 84.669/80, com a apuração e pagamento das parcelas devidas a partir de 17.9.1992. Sentença que julga improcedentes os pedidos. Apelação.

2. O cargo ocupado pelo servidor advém da extinta Tabela de Especialista (TESP), contratado como Técnico de Segurança do Trabalho. Por força do art. 110, da Lei 11.355/2006, os servidores da ex- TESP foram enquadrados em cargos correlatos no Plano de Classificação de Cargos (PCC) disposto pela Lei 5.645/70, observados os requisitos de habilitação profissional, a escolaridade e a compatibilidade das atribuições com o cargo correspondente no PCC. O cargo de Especialista de Nível Intermediário, na especialidade de Técnica de Segurança do Trabalho teve correlação exata com o cargo de Agente de Higiene e Segurança do Trabalho- 1029 do PCC. Ausência de previsão no rol do Anexo XXIII da Lei 11.355/2006.

3. Não cabe ao Judiciário majorar os vencimentos dos servidores públicos fundando-se na isonomia. Súmula Vinculante 37.

4. Esta Corte Regional já se pronunciou no sentido de que "os servidores ocupantes dos cargos efetivos regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, descritos no Anexo XXIII" [...] serão enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos de que trata o art. 1º da Lei nº 9.657, de 1998, com a redação dada por esta Medida Provisória, a partir de 1º de fevereiro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação constante do Anexo XXV" (TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 00009583620084025101, Rel. Juiz Fed. Conv. PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI, E-DJF2R 22.2017).

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

8 - 0014448-91.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.014448-2 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição por Migração de Sistema - 03/05/2015 12:43

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

APELANTE: BRUNO MENEZES DA SILVA

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0014448-91.2009.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VEÍCULO OFICIAL EM SERVIÇO DANIFICADO. CULPA DO PARTICULAR. DEMONSTRADA. REPARAÇÃO DO PREJUÍZO.

1. Apelação cível interposta contra a sentença proferida em ação de rito sumário, que julgou procedente o pedido formulado pela UNIÃO FEDERAL para condenar o recorrente a reparar danos materiais no valor de R$ 1.447,80, em razão de acidente de trânsito que causou danos em veículo oficial.

2. De acordo com o art. 186 c/c art. 927, ambos do Código Civil de 2002, quem por ação ou omissão, voluntária, negligência ou imprudência, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Dessa forma, para se aferir o dever de indenizar, é necessário perquirir sobre culpa, não bastando verificar a existência de fato, dano e nexo de causalidade.

3. A dinâmica dos fatos revela que o apelante trafegava com sua motocicleta quando veio a colidir na traseira da viatura da Força Nacional de Segurança, conforme o Boletim de Ocorrência.

4. No caso, restou caracterizada nos autos a culpa do recorrente no acidente que causou danos ao patrimônio da União, conforme se infere em seu termo de declaração.

5. Logo, constatado nos autos que a distração do condutor da motocicleta foi a causa da colisão na traseira do veículo oficial, não procede a insurgência do apelante.

6. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0016212-24.2009.4.02.5001 Número antigo: 2009.50.01.016212-3 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição por Migração de Sistema - 02/06/2015 09:43

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

APELANTE: DANIEL ANTONIO FARIA

APELANTE: SILVANO CAVALCANTE LIMA

ADVOGADO: SONIA MARIA RABELLO DOXSEY

APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0016212-24.2009.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal

EMENTA

APELAÇÃO. JULGAMENTO ANTECIPADO. MATÉRIA EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO. REGISTRO DE PROPRIEDA PARTICULAR. INOPONIBILIDADE. NOVO FUNDAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. TAXA DE OCUPAÇÃO. PRESCRIÇÃO. NÃO VERIFICADA.

1. Apelação interposta por em face de sentença que, nos autos de ação ordinária, extinguiu o processo sem julgamento do mérito em razão da prescrição dos créditos constituídos há mais de cinco anos e julgou improcedentes os demais pedidos para que a demandada se abstenha de inscrever os nomes dos ora apelantes em dívida ativa ou qualquer órgão de restrição cadastral.

2. Afastada a nulidade do julgamento antecipado da lide, por suposto cerceamento de defesa. As questões levantadas eram exclusivamente de direito, e o apelante não impugnou especificamente qualquer elemento passível de comprovação por perícia ou documentos suplementares.

3. Aplicável a Súmula 496 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que diz que ¿os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha não são oponíveis à União¿.

4. ¿Novo fundamento, suscitado em petição apresentada após a contestação, não se mostra passível de apreciação pelo Juízo, nos termos do art. 264 do CPC¿, não sendo cabível discutir a validade do procedimento demarcatória da Linha do Preamar Médio de 1831 nos presentes autos.

5. ¿Os créditos de 1999 a 2003 submetem-se ao prazo decadencial de cinco anos, nos termos da Lei 9.821/1999 e ao prazo prescricional de cinco anos, nos termos do art. 47 da Lei 9.636/1998¿ (TRF2, 5ª Turma Especializada, AI 201002010016042, e-DJF2R 18.6.2015).

6. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000120-95.2010.4.02.5110 Número antigo: 2010.51.10.000120-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 03/05/2015 13:27
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: JOYCE GONCALVES PALMARES
ADVOGADO: ROSENILDO LEANDRO DE OLIVEIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000120-95.2010.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO. DANOS MORAIS. NÃO CABIMENTO.

1. Trata-se de recurso de apelação que visa à reforma da sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedente o pedido formulado em face do INSS, que objetivava o pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 100.000,00, em virtude do cancelamento do seu benefício de auxílio-doença.

2. Alegou a demandante, em síntese, que foi diagnosticada como portadora de Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e foi afastada do trabalho, com isso, passou a receber benefício de auxílio-doença do INSS. Sustentou que gozou do benefício entre os meses de março e maio de 2009. Prosseguiu alegando que, mesmo sem ter condições de saúde, o INSS cancelou o benefício após avaliação dos peritos da autarquia previdenciária.

3. O laudo médico pericial foi conclusivo no sentido de que a demandante encontra-se apta ao exercício de atividades laborais, não obstante tenha diagnosticado a existência de tendinite de ombro e cotovelo. Sendo assim, o cancelamento do benefício decorreu de ato lícito da autarquia. Não houve negligência, abuso ou ilegalidade nas condutas dos agentes do INSS, ao contrário, houve o exercício regular de direito por parte da autarquia, a quem cabia aferir as condições para a manutenção do beneficio concedido à apelante. Logo, não se vislumbra, no caso, nenhuma lesão de natureza extrapatrimonial aos direitos da apelante, eis que ausente a conduta ilícita do agente público para ensejar a responsabilização do ente estatal.

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0020209-69.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.020209-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 17/05/2015 12:35
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ALCINEA SILVA CALHEIROS
ADVOGADO: HOMERO MOREIRA DE FREITAS
APELADO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: GUSTAVO NOGUEIRA SOBREIRA DE MOURA
Originário: 0020209-69.2010.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

apelação. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA NOTA ATRIBUÍDA À PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL. INSURGÊNCIA CONTRA O GABARITO. EXAME DA ORDEM. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Ação ordinária. Demandante narra sua reprovação na segunda etapa do 33º Exame da OAB, sendo-lhe atribuída a nota 3,0 (três), quando o mínimo para a aprovação seria a nota 6,0 (seis). Requer a declaração de aprovação no referido Exame, com a atribuição da nota 6,0 (seis), e a condenação da OAB em danos materiais e morais. Sentença que julga improcedentes os pedidos. Apelação da demandante.

2. Acerca da possibilidade de questionamento de provas de concurso em juízo, o STF, recentemente, em julgamento com repercussão geral reconhecida, firmou entendimento segundo o qual não compete ao Judiciário substituir a banca examinadora para reapreciar o conteúdo das questões e os critérios de correção utilizados, salvo ocorrência de inconstitucionalidade ou ilegalidade (Plenário, RE 632.853, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe 7.5.2015). Tal orientação é compatível com o entendimento doutrinário que admite a revisão judicial da margem de apreciação dos fatos relacionados a decisões administrativas, inclusive, quanto a aspectos técnico-científicos, e dos fundamentos jurídicos, abarcando os conceitos jurídicos indeterminados. Isso porque a afirmação de que o juiz não deve interferir na margem das autoridades refere-se a situações em que o magistrado não tem habilitação ou não tem maior habilitação (em relação às autoridades administrativas) para controlar o conteúdo (de discricionariedade e de apreciação) das decisões administrativas. Porém, não é isso o que se verifica quanto às pretensões de anulação de questões de seleção realizadas na área jurídica, pois, nesses casos, o juiz tem conhecimento técnico do assunto, de modo que pode apreciar a matéria de direito, cuja análise dispensa a produção de prova pericial. Em um concurso na área jurídica, a correção pela banca examinadora considera não apenas a conclusão, mas, principalmente, se o candidato enfrentou de modo adequado os problemas e se foi capaz de desenvolver uma solução consistente em si mesma (MAURER, Hartmut. Derecho administrativo. México: UNAM, 2012. p. 149. Disponível em:). Precedente deste Tribunal: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00065289520114025101, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 13.1.2017.

3. Ausência de violação ao princípio da proporcionalidade na conduta do examinador, que deixou de conceder a nota mínima para aprovação na prova prático-profissional.

4. No julgamento do RE 603.583, relatado pelo Ministro Marco Aurélio, o STF declarou constitucional a exigência do Exame de Ordem para ingresso nos quadros da OAB. Na ocasião, consignou que " o Exame de Ordem, inicialmente previsto no artigo 48, inciso III, da Lei nº 4.215/63 e hoje no artigo 84 da Lei nº 8.906/94, no que a atuação profissional repercute no campo de interesse de terceiros, mostra-se consentâneo com a Constituição Federal, que remete às qualificações previstas em lei" (STF, Plenário, RE 603.583, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe 25.5.2012).

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0006506-81.2004.4.02.5101 Número antigo: 2004.51.01.006506-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 03/05/2015 10:33
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: WONG BI CHAN
APELANTE: HENRIQUE WONG CHAN
APELANTE: SIMONIA WONG CHAN
ADVOGADO: MELK ZEDELK EXPEDICTO ANTONIO DE ARAUJO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 14A VARA-RJ
Originário: 0006506-81.2004.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS E REMESSA NECESSÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MORTE POR ESPANCAMENTO EM PRESÍDIO ESTADUAL. CARACTERIZADA A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS DEMANDADOS. VERIFICADA A CONDUTA NEGLIGENTE DA UNIÃO NO DEVER DE ASSEGURAR A INTEGRIDADE FÍSICA DA VÍTIMA. NEXO CAUSAL CONFIGURADO. REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRECEDENTES.

1. Remessa necessária e apelações cíveis interpostas em face de sentença de parcial procedência proferida em ação indenizatória ajuizada por esposa e filhos de vítima fatal de preso ocorrido em 4.9.2003, no Hospital Municipal Salgado Filho, decorrentes de lesões graves ocorridas no presídio Ary Franco.

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem se orientando no sentido de que a responsabilidade civil do Estado por omissão também está fundamentada no artigo 37, § 6º, da Constituição da República (CRFB), ou seja, configurado o nexo de causalidade entre o dano sofrido pelo particular e a omissão do Poder Público em impedir a sua ocorrência - quando tinha a obrigação legal específica de fazê-lo - surge a obrigação de indenizar, independentemente de prova da culpa na conduta administrativa (STF, Tribunal Pleno, RE 841.526, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 1.8.2016; STF, 2ª Turma, RE 677.283 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe 8.5.2012; STF, 1ª Turma, ARE 754.778 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 19.12.2013).

3. A responsabilidade da União Federal advém do dever de assegurar a integridade física da vítima e a responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro advém do fato de que os maus tratos sofridos pelo marido da 1ª demandante, que ocasionaram o seu óbito, ocorreram nas dependências de um presídio estadual, cabendo ao Estado promover a vigilância constante e eficiente com o intuito de proteger a vida e a

integridade física dos presos sob sua tutela (art. 5º, XLIX, CF/88). É inconteste a responsabilidade dos entes públicos pelos danos que deu causa.

4. A reparação civil do dano moral, diversamente do que se verifica em relação ao dano patrimonial, não visa à recomposição da situação patrimonial do lesado, mas sim à reparação dos danos em razão de ofensa à sua dignidade, tais como a liberdade, a integridade físico-psíquica, a solidariedade, a isonomia e o crédito. A indenização deve ser proporcional e não resultar em enriquecimento sem causa da vítima.

5. O valor estabelecido a título de indenização, demonstra-se excessivo, não estando em conformidade com a quantia estabelecida por este Tribunal em outras ações equânimes submetidas a julgamento. (TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 200351010233452, Rel. Des. Fed. REIS FRIEDE, E-DJF2R 25.9.2007; TRF2, 3ª Seção Especializada, EIAC 200651010177954, Rel. Des. Fed. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, E-DJF2R 26.3.2014).

6. O STJ tem-se utilizado do princípio da razoabilidade para tentar alcançar um arbitramento equitativo da indenização, em suas decisões, tem ponderado muito o montante total da indenização, quando existem vários demandantes no processo para se evitar um valor final exorbitante. (STJ, 3ª Turma, AgRg no REsp 1.493.022, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJE 18.2.2015; STJ, 3ª Turma, REsp 1.354.384, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJE 4.2.2015; STJ, 3ª Turma, REsp 1.197.284, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJE 30.10.2012). Deve, pois, ser reduzida a verba indenizatória para a quantia de R$ 100.000,00, para cada autor, totalizando R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, como forma de recompensar o sofrimento, mas sem se tornar fonte de enriquecimento.

7. Na espécie, os honorários foram arbitrados em 10% do valor da causa. Nesse ponto, entendo que a sentença também deve ser ajustada para que o percentual fixado incida sobre o valor da condenação, e não da causa, de modo a ficar compatível com o proveito econômico alcançado pelos demandantes.

8. Mantido o pensionamento estabelecido pelo Juízo a quo ao estabelecer o pagamento aos requerentes, do valor equivalente 2/3 dos rendimentos do falecido, declarados na base de dados da receita federal. Igualmente no que se refere ao limite de idade fixado, de 70 anos, porque de acordo com o entendimento jurisprudencial, como se constata do procedente do Superior Tribunal de Justiça (STJ): STJ, 3ª Turma, REsp 970640, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJE 1.7.2010.

9. O termo inicial da correção monetária, em relação à pensão, é a data do evento danoso, nos termos do que dispõe a súmula 43 do STJ; quanto à indenização por danos morais, a contar da data do arbitramento em segunda instância. Nesse mesmo sentido, em recente julgamento, a 5ª Turma Especializada, com o propósito de observar a proporcionalidade entre o valor da condenação principal e da acessória, reconheceu que os danos morais terão a fixação do valor de indenização, da correção monetária, assim como dos juros de mora, a contar da data do arbitramento. Confira-se o seguinte precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0102693-52.2014.4.02.5053, Rel. Juiz Fed. Conv. JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR, E-DJF2R 2.12.2016.

10. Os índices de correção monetária incidem na forma da sentença até o advento da Lei n. 11.960, de 29.6.2009, e, a partir daí, aplicam-se os percentuais dos índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança, em virtude da recente decisão do E. STF, no RE 870.947, Rel. Min. LUIZ FUX, DJE 27.4.2015, que, ao reconhecer a existência de repercussão geral sobre o tema, embora pendente de julgamento final, consignou em seus fundamentos que, na parte em que rege a atualização monetária das condenações imposta à Fazenda Pública, o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, continua em pleno vigor. A partir da vigência da Lei n. 11.960/2009 (30.6.2009), aplica-se, com relação aos juros e correção monetária, o disposto no art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, em seu art. 5º.

11. Remessa necessária e apelações cíveis da União Federal e do Estado do Rio de Janeiro parcialmente providas. Apelação cível da demandante não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e apelações cíveis da União Federal e do Estado do Rio de Janeiro e negar provimento à apelação da parte autora, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0000427-19.2005.4.02.5112 Número antigo: 2005.51.12.000427-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 03/05/2015 12:32
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ANTÔNIO BLANC DE OLIVEIRA
ADVOGADO: RONIELLI CORTES PIERONI
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE ITAPERUNA-RJ
Originário: 0000427-19.2005.4.02.5112 - 01ª Vara Federal de Itaperuna
EMENTA

ADMINISTRATIVO. CÍVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ART. 186 C/C ART. 927 DO CC/2002. RESSARCIMENTO. CULPA NÃO DEMONSTRADA. ART. 333, I, CPC/73. ÔNUS DA PARTE.

1. Remessa necessária e apelação cível interposta pela União contra a sentença proferida em ação de rito sumário e complementada pela decisão nos embargos de declaração, que julgou improcedente o pedido formulado, que visava à reparação de danos materiais causados em acidente rodoviário no valor de R$ 41.957,78.

2. A dinâmica dos fatos revela que o caminhão conduzido pelo recorrido e as motocicletas da PRF colidiram no dia 30.4.96, na Rodovia BR - 101, conforme o boletim de ocorrência.

3. De acordo com o art. 186 c/c art. 927, ambos do Código Civil de 2002, quem por ação ou omissão, voluntária, negligência ou imprudência, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Dessa forma, para se aferir o dever de indenizar, é necessário perquirir sobre culpa, não bastando verificar a existência de fato, dano e nexo de causalidade.

4. No caso, não restou caracterizada nos autos a culpa do recorrido no acidente, ônus que cabia à apelante. Ademais, as provas alegadas pela demandante foram produzidas com base em notícias divulgadas pelos jornais de circulação, não se mostrando capazes de comprovar de quem foi a responsabilidade pelo acidente.

5. Logo, não tendo a apelante demonstrado os fatos constitutivos do seu direito, nos termos do art. 333, I do Código de Processo Civil/73 (atual artigo 373, I, do CPC/2015), quando ausentes quaisquer das hipóteses legais para sua inversão ou distribuição diversa, impõe-se a improcedência do pedido, tal como decidido sentença.

6. Apelação e remessa necessária não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa necessária, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0005083-44.2008.4.02.5102 Número antigo: 2008.51.02.005083-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 24/04/2015 15:44
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: PAULINO CABRAL DA SILVA
ADVOGADO: JOSE DE ALMEIDA FERREIRA FILHO
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI - RJ
Originário: 0005083-44.2008.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. DECADÊNCIA. DOMÍNIO PÚBLICO. TERRENO DE MARINHA. EXIGÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL.

1. Reexame necessário e apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação anulatória, invalidou processo administrativo com relação à demandante e determinou a anulação das averbações já realizadas pelo cartório de Registros de Imóveis nas matrículas dos imóveis atingidos pela demarcação anulada.

2. A falta de informações, nos registros públicos, de que a área seria caracterizada como terreno de marinha quando da aquisição do imóvel, tem como efeito que, somente a partir da notificação para o pagamento da taxa de ocupação, pode-se começar a contar o prazo para impugnar o débito lançado e a relação jurídica que o respalda. No caso, a averbação na matricula do imóvel de que o mesmo seria parte foreiro ao domínio da União se deu em 28.2.2007. Precedente: TRF2, ApelReex 201150010126654, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, EDJF2R 5.2.2014.

3. A convocação dos interessados certos para se manifestarem acerca da demarcação da Linha Preamar feita por editais, de forma genérica, fere o princípio constitucional do devido processo legal, uma vez que não assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa. Precedente vinculativo: STF, Tribunal Pleno, ADI 4.264, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 30.5.2011.

4. Remessa necessária e apelação não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao reexame necessário e à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0520062-54.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.520062-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 17/05/2015 12:45
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SANKO - SIDER COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA
ADVOGADO: ALBERTO DAUDT DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 8A VARA-RJ
Originário: 0520062-54.2008.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. RETENÇÃO DE MERCADORIA IMPORTADA ATÉ A EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESAS DE ARMAZENAMENTO. SÚMULA 323 DO STF.

1. Trata-se de remessa necessária e apelação cível interposta pela UNIÃO FEDERAL contra sentença proferida em mandado de segurança, que concedeu a segurança e determinou a liberação das mercadorias independentemente de pagamento integral dos custos de armazenagem.

2. O entendimento jurisprudencial é no sentido que de é inadmissível a retenção de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de multas, aplicando-se, analogicamente, a orientação firmada pela Súmula 323 do STF. Precedentes: STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp nº 1.259.736, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, E-DJF2R 3.10.2011; TRF2, 4ª Turma Especializada, AG 0005082-58.2016.4.02.0000, Rel. Des. Fed. LUIZ ANTONIO SOARES, E-DJF2R 19.1.2017.

3. Remessa necessária e apelação não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0000842-84.2009.4.02.5104 Número antigo: 2009.51.04.000842-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/03/2015 16:45
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOSÉ MATEUS DE PAULO
ADVOGADO: ANDREA PIMENTEL MARIANO E SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA / RJ
Originário: 0000842-84.2009.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DEMORA NA IMPLANTAÇÃO E SUSPENSÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIO. DANOS MORAIS. CABIMENTO.

1. Trata-se de recurso de apelação que visa à reforma da sentença proferida em ação ordinária, que julgou procedente o pedido para condenar o INSS ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 19.214,00, com honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação.

2. Quanto à análise da responsabilidade do INSS pela demora na implantação do benefício previdenciário do demandante, a sua configuração depende da conduta, da existência do dano, do nexo de causalidade entre o agir/deixar de agir da Administração e o dano causado, e do não rompimento do nexo causal por causas excludentes.

3. No caso dos autos, depreende-se que o INSS, após a determinação judicial mandando implantar o benefício, quedou-se inerte por quase dois anos antes de cumprir a ordem. E, ainda, após a implantação, suspendeu injustificadamente o pagamento, e somente regularizou os pagamentos a partir de março de 2009.

4. Diante disso, tem-se que a angústia e os transtornos decorrentes de tal evento não podem ser qualificados como meros aborrecimentos do cotidiano, configurando o dever de indenizar. Precedentes: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0011266-92.2012.4.02.5101, Rel. Des. Fed. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO, DJE 12.4.2016; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC n° 200551015190166, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES, DJe 12.4.2013.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0001510-73.2009.4.02.5001 Número antigo: 2009.50.01.001510-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 17/04/2015 13:52
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CEZAR NAIME - ESPOLIO
ADVOGADO: SUELI DE PAULA FRANÇA
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITORIA
Originário: 0001510-73.2009.4.02.5001 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. REGISTRO PÚBLICO. TEORIA DA ACTIO NATA. CONVOCAÇÃO POR EDITAL. INTERESSADOS CERTOS. INVALIDADE.

1. Reexame necessário e apelação interposta em face de sentença que, nos autos de ação ordinária ajuizada, reconheceu que parte de inscrição foi atingida pela prescrição e anulou a inscrição de imóvel como terreno de marinha.

2. A falta de informações, nos registros públicos, de que a área seria caracterizada como terreno de marinha quando da aquisição do imóvel, tem como efeito que, somente a partir da notificação para o pagamento da taxa de ocupação, pode-se começar a contar o prazo para impugnar o débito lançado e a relação jurídica que o respalda. No caso, a averbação na matricula do imóvel de que o mesmo seria parte foreiro ao domínio da União se deu em 28.2.2007. Precedente: TRF2, ApelReex 201150010126654, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, EDJF2R 5.2.2014.

3. A convocação dos interessados certos para se manifestarem acerca da demarcação da Linha Preamar feita por editais, de forma genérica, fere o princípio constitucional do devido processo legal, uma vez que não assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa. Precedente vinculativo: STF, Tribunal Pleno, ADI 4.264, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 30.5.2011.

4. Remessa necessária e apelação não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao reexame necessário e à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

BOLETIM: 2017000229

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0014008-62.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.014008-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.117074-6
Distribuição por Prevenção - 16/12/2015 18:14
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: Priscilla Souza de Almeida Wanick

AGRAVADO: FABIANA DA SILVA
AGRAVADO: DANIEL GERMANO DE SOUZA
AGRAVADO: MARIA DA PENHA SPAGNOL
AGRAVADO: EUNICE BATISTA GOMES ARAUJO
AGRAVADO: ZILDA PEREIRA
AGRAVADO: GERALDO GABRIEL DE SIQUEIRA
AGRAVADO: JOANECY JOSÉ DA SILVA SANTOS
ADVOGADO: BRUNO DE CASTRO QUEIROZ
PARTE RÉ: SUL AMERICA CIA/ NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO: JACQUES NUNES ATTIE
Originário: 0000622-94.2015.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS ENUMERADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO SANADA QUANTO À QUESTÃO RELATIVA À LEI Nº 13.000/2014 SEM, ENTRETANTO, GERAR EFEITO INFRINGENTE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CONTRATO DE SEGURO HABITACIONAL. RECURSO REPETITIVO DO STJ. COMPETÊNCIA. CRITÉRIOS CUMULATIVOS NÃO PREENCHIDOS. INTERESSE JURÍDICO DA CEF NÃO COMPROVADO.

1. Embargos de declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. Embora a CEF detenha competência para representar o FCVS nas ações judiciais que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS ou às suas subcontas (conforme previsto na Lei nº 13.000/2014, que introduziu o art. 1º-A na Lei nº 12.409/2011), isso não significa dizer que deva ser admitido o interesse jurídico da CEF em todas as ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do SFH.

3. Acerca do tema, a 2ª Seção do E.STJ, ao julgar o AgRg no CC 133.731 (Rel. Min. SIDNEI BENETI, DJE 20.8.2014), consignou que se não existirem provas do risco ou do impacto jurídico ou econômico ao FCVS, a inovação legislativa introduzida pela Medida Provisória nº 633/2013 (convertida na Lei nº 13.000/2014) não traz nenhuma repercussão prática. Precedente: TRF2, 5ª Turma Especializada, AG 00137782020154020000, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 18.5.2016.

4. Embargos de declaração parcialmente providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento aos embargos declaratórios, na forma do relatório e voto do Relator, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0010725-94.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010725-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/10/2016 13:12
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: SAPURA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA S.A.
ADVOGADO: ARTUR RAIMUNDO CARBONE
ADVOGADO: CLAUDIA MARIA JACOB CHAVES
ADVOGADO: LUIS FELIPE GALANTE DA SILVA RAMOS
ADVOGADO: RODRIGO BORGES COSTA PEREIRA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0135090-49.2016.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ATO DO TRIBUNAL MARÍTIMO. ADMISSIBILIDADE DE EMBARGOS INFRINGENTES CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO.

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que indeferiu pedido de liminar que objetivava "a suspensão do ato do impetrado que recebeu os Embargos Infringentes opostos pela Procuradoria Especial da Marinha e, adicionalmente, que seja dado cumprimento à decisão proferida nos autos do Agravo nº 109/2016".

2. No âmbito do Tribunal Marítimo, são cabíveis embargos infringentes em face de decisão final sobre o mérito do processo e que tenha sido prolatada de forma não unânime, não havendo restrições ao cabimento do recurso em face de acórdão prolatado em agravo.

3. Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, negar provimento ao agravo de instrumento, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2016 (data do julgamento).

RICARDO PERLINGEIRO
Desembargador Federal

SUBSECRETARIA DA 6a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 2017000217

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0002340-93.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.002340-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/07/2016 06:36
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO - COREN/RJ
ADVOGADO: CAROLINA CARVALHO EFFGEN
APELADO: MGH - COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO: RICARDO SILVA DE OLIVEIRA
Originário: 0002340-93.2010.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. IMPROVIMENTO.

1. Nesta ação de cobrança, a autora objetiva a condenação do réu ao pagamento de dívida concernente a três notas fiscais (0028, 0031 e 0035) cujos serviços prestados deixaram de serem pagos pelo conselho demandado.

2. A sentença acertadamente julgou procedente o pedido para condenar o réu a quitar as notas fiscais de número 0028, 0031 e 0035, emitidas em 18/06/2008, 11/07/2008 e 29/08/2008, nos valores de R$ 14.640,98, R$ 14.640,98 e R$ 30.502,06, respectivamente, os quais deverão ser corrigidos monetariamente de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal e acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do inadimplemento da dívida.

3. Eventual existência de vícios insanáveis no contrato em relevo não tem o condão de afastar a obrigação da apelante de quitar o débito originado pela prestação dos serviços executados pela parte recorrida.

4. A autora se desincumbiu do ônus que lhe competia, comprovando de forma satisfatória pela prova documental que os serviços foram prestados em favor do COREN/RJ, no interstício questionado (junho a agosto de 2008), consistente em folha de ponto dos funcionários, bem como as certidões negativas de débito concernentes a tributos federais, previdenciários e fundiários, em conformidade com o que estabelece o contrato em epígrafe (Cláusula IV ¿ item 4.1), afastando, portanto, o impedimento suscitado pelo réu para o não pagamento da dívida.

5. Em contrapartida, o conselho demandado apresentou contestação, deixando de produzir qualquer prova para comprovar sua tese de defesa, ou seja, não foi demonstrada a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado pela autora, acrescentando-se que o demandado desistiu de forma expressa da produção de prova pericial relativo ao acervo documental exibido pela autora,

não tendo, outrossim, solicitado a oitiva dos funcionários que foram contratados pela autora, a fim de refutar a alegação da parte adversa de que os serviços foram efetivamente prestados.

6. Apelação a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS
Juiz Federal
Convocado

BOLETIM: 2017000218

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0010097-17.2005.4.02.5101 Número antigo: 2005.51.01.010097-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 14/12/2016 13:12
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: HERMANO DE ARAÚJO PEREIRA
APELANTE: MARIA INES DE ARAÚJO PEREIRA
ADVOGADO: HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES
ADVOGADO: SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA
ADVOGADO: LEONARDO GONCALVES ALMEIDA
Originário: 0010097-17.2005.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA
ADMINISTRATIVO. ADJUDICAÇÃO. FALTA DE INTERESSE DA PARTE AUTORA. APELAÇÃO IMPROVIDA.

Cuida-se de apelação de Hermano de Araujo Pereira e outro, que objetiva o sobrestamento do feito até o julgamento definitivo dos RE 627.106/PR e RE 556.520/SP, a realização de perícia contábil e o depósito dos valores das prestações.

O despacho contido no RE 627.106/PR de relatoria do Ministro Dias Toffoli não determinou a suspensão pelas demais Cortes do país dos recursos fundados em idêntica controvérsia, o que resulta na aplicação do entendimento de que o DL 70/66 não ofende a ordem constitucional vigente.

Com a inversão do ônus da prova, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, a CEF informou que não localizou o contrato, apresentando a carta de arrematação do imóvel. Assim, o perito não pode realizar o seu trabalho em virtude da falta do elemento principal.

Observa-se que o bem foi arrematado em virtude da falta de pagamento das prestações mensais do contrato, com base no DL 70/66, que terminou com a adjudicação do bem. Com a aquisição do imóvel pela CEF, consubstancia-se a existência de ato jurídico perfeito e acabado, só podendo ser desconstituído com ação própria para a anulação do ato. Assim, com a adjudicação, opera-se a quitação do imóvel e a extinção do contrato, perdendo o mutuário o interesse processual no feito, ficando impossibilitado de efetuar o depósito judicial.

Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0023775-31.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.023775-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/12/2016 06:37
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: MARCIA COUTO MAZZEO PEREIRA
ADVOGADO: EDUARDO DE OLIVEIRA MAGALHAES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
ADVOGADO: THIAGO LINHARES PAIM COSTA
APELADO: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO: RENATO JOSE LAGUN
Originário: 0023775-31.2007.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. COBERTURA SECURITÁRIA. ATRASOS NAS PARCELAS DO CONTRATO. DOENÇA POSTERIOR. APELAÇÃO IMPROVIDA.

Cuida-se de apelação de Marcia Couto Mazzeo Pereira, que objetiva a reforma da r. sentença ao argumento de que tem direito ao prêmio do seguro para a quitação do contrato de financiamento imobiliário, pois o laudo pericial não concluiu se a doença que vitimou o mutuário ocorreu na data de 19/06/2007, bem como não houve manifestação na sentença sobre o pedido de utilização de caução dos depósitos fundiários para o pagamento das parcelas do financiamento.

Para ter direito à cobertura securitária é necessário cumprir o determinado no art. 12 do Decreto-lei 73/66, que dispõe acerca do Sistema Nacional de Seguros Privados, afirmando que qualquer indenização decorrente do contrato de seguros dependerá de prova do pagamento do premio pelo segurado, antes da ocorrência do sinistro.

No caso dos autos, os autores atrasaram os pagamentos das parcelas do financiamento a partir de novembro/2005, conforme demonstra a planilha de evolução da CEF, fls. 167/175. A doença do mutuário foi diagnosticada em agosto de 2007, conforme requerimento do benefício por incapacidade dirigido ao INSS, fl. 42 que informa que o último dia de trabalho do segurado foi 01/08/2007.

No tocante a utilização de caução dos depósitos fundiários para o pagamento das parcelas do financiamento, o juízo a quo já havia esclarecido que havia a possibilidade de efetuar o acordo para pagamento.

Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017 (data do julgamento).
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal
Convocado

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0010577-87.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.010577-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/03/2015 15:48
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
APELANTE: CÉLIO DE SOUZA MACIEL
ADVOGADO: RODRIGO LOPES MACHADO
ADVOGADO: CLAUDIO REGO CARVALHO
ADVOGADO: MARCELO TURI MORAES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0010577-87.2008.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DESVIO DE FUNÇÃO. PARADIGMA. PROGRESSÃO FUNCIONAL. POSSIBILIDADE. GAE E ANUÊNIO. BASE DE CÁLCULO. VENCIMENTO. REPRECUSSÃO DAS DIFERENÇAS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. LEI Nº 11.960/2009.

1. A sentença acolheu, na execução de diferenças salariais devidas no período laborado em desvio de função, os cálculos da Contadoria do Juízo, de R$ 13.987,65, convencido o juízo a quo de que as diferenças salariais devem ser fixadas considerando apenas o vencimento base do início de carreira do cargo de administrador, sem as diferenças devidas a suposto paradigma, que progrediu na carreira, vez que não passou a ocupar, de fato, o cargo, o que seria, inclusive, inconstitucional, à luz do art. 37, XIII da Constituição, que veda a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

2. O STJ já decidiu, sob a sistemática dos Recursos Repetitivos, que "nos casos de desvio de função, conquanto não tenha o servidor direito à promoção para outra classe da carreira, mas apenas às diferenças vencimentais decorrentes do exercício desviado, tem ele direito aos valores correspondentes aos padrões que, por força de progressão funcional, gradativamente se enquadraria caso efetivamente fosse servidor daquela classe, e não ao padrão inicial, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da isonomia e de enriquecimento sem causa do Estado". (REsp 1091539/AP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/11/2008, DJe 30/03/2009.

3. Condenada a União a pagar diferenças salariais decorrentes de desvio de função, seus reflexos incidem em todas as parcelas que tenham o vencimento como base de cálculo, cumprindo admitir, nas circunstâncias, a repercussão sobre o adicional de tempo de serviço e a GAE - Gratificação de Atividade Executiva.

4. O STF, em março/2015, modulou os efeitos da decisão que, nas ADIs nos 4.357 e 4425, declarou a inconstitucionalidade parcial do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, estabelecendo como marco o mês de março/2015, mas no RE 870947, em repercussão geral e Plenário virtual, em abril/2015, reafirmou que tal declaração circunscrevia-se aos débitos em fase de precatório, mantendo, entrementes, a validade do art. 1º-F, na redação da Lei nº 11.960/2009, entre o evento danoso ou ajuizamento da ação até a inscrição do requisitório. No mesmo sentido: Rcl. nº 21147MC, Rel. Min. Carmen Lucia, public. 25/6/2015; ARE 828319, Rel. Min. Luiz Fux, public. 30/9/2014; e Rcl 19050, Rel. Min. Roberto Barroso, public. 1/7/2015.

5. Na atualização dos débitos em execução observa-se o Manual de Cálculos da Justiça Federal até junho/2009, quando a Lei nº 11.960/2009 alterou o art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997; a partir daí aplica-se o índice da poupança até a inscrição do débito em precatório, momento em que incidirá o IPCA-E, que persistirá até o pagamento pela Fazenda Nacional, corrigindo-se as diferenças da data de cada parcela devida. Precedentes: STF, RE 870947; DJe 24/4/2015; TRF2, APELREEX 2013.51.03.113377-4, E-DJF2R 19/6/2015; TRF2, APELREEX 2013.51.01.113314-8, E-DJF2R 23/7/2015.

6. Quanto aos juros de mora, incidem em 0,5% ao mês (Código Civil/1916) até o Decreto-Lei nº 2.322/87; 1% ao mês, art. 3º do DL nº 2.322/87, no período anterior a 24/8/2001, data da MP nº 2.180-35, que acresceu o art. 1º-F à Lei nº 9.494/97; 0,5% ao mês, da MP nº 2.180-35/2001 até a Lei nº 11.960, de 30/6/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97; e no percentual estabelecido para a caderneta de poupança, a partir da Lei nº 11.960/2009.

7. "A correção monetária e os juros de mora, como consectários legais da condenação principal, possuem natureza de ordem pública e podem ser analisados até mesmo de ofício. Logo, não há falar em reformatio in pejus.[...]a lei nova superveniente que altera o regime dos juros moratórios deve ser aplicada imediatamente a todos os processos, abarcando inclusive aqueles em que já houve o trânsito em julgado e estejam em fase de execução. Não há, pois, nesses casos, que falar em violação da coisa julgada." (AgInt no REsp 1577634/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 30/05/2016)

8. Apelação provida, para que os cálculos observem a progressão funcional, e utilize o vencimento do paradigma como base de cálculo do anuênio e da GAE; corrigindo-se, de ofício, (i) os índices de correção monetária que, desde junho/2009 até a inscrição do débito em precatório, devem obedecer os índices da poupança, na forma da Lei nº 11.960/09, e (ii) o percentual de juros de mora, que também deve observar aquela lei, incidindo os percentuais da caderneta de poupança, a partir de 30/6/2009.

A C Ó R D Ã O

Decide a Sexta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2017.

assinado eletronicamente (Lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0004417-92.2003.4.02.5110 Número antigo: 2003.51.10.004417-6 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2017.7404.000220-7
Distribuição-Sorteio Automático - 19/05/2016 09:44
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
APELANTE: HILDA PAULA HONORATO
ADVOGADO: GEORGINA CALIXTO DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
APELADO: BENEDITA PAULA HONORATO
ADVOGADO: CELIA REGINA FERNANDES
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI / RJ
Originário: 0004417-92.2003.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. apelação. parcelas vencidas. omissão. INEXISTÊNCIA.

1. O acórdão foi claro ao estipular o pagamento das parcelas vencidas pela União, tendo em vista que esta pode se valer de ação própria para eventualmente cobrar as parcelas entregues à Hilda Paula Honorato até a então.
2. Nítido se mostra que os embargos de declaração não se constituem como via recursal adequada para suscitar a revisão na análise fático-jurídica decidida no acórdão.
3. Mesmo para efeitos de prequestionamento, os embargos de declaração só podem ser acolhidos se presentes qualquer um dos vícios elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil, o que não se constata na situação vertente.
4. Embargos de declaração improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: Decidem os membros da 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.
Rio de Janeiro, de de 2017. (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal Convocado

SUBSECRETARIA DA 7a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 175965

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2014.02.01.004540-0
Nº CNJ : 0004540-11.2014.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : ALEX WERNER ROLKE E OUTROS
AGRAVADO : JOÃO BOSCO CARDOZO DA COSTA
ADVOGADO : ALINE BARBOSA DA COSTA
ADVOGADO : JOAO BOSCO CARDOZO DA COSTA
ORIGEM : 4ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (200650010097610)

DESPACHO
Intime-se a agravante para oferecer resposta ao recurso de fls. 427/432, nos termos do art. 1.023, §2º, do Código de Processo Civil.
Decorrido o prazo supra, com ou sem oferecimento de contrarrazões, venham os autos conclusos.
P.I.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000141

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0006128-95.2008.4.02.5001 Número antigo: 2008.50.01.006128-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/08/2016 12:46
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: NETWYSE TECNOLOGIA EM REDE LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0006128-95.2008.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. CRA/ES. ANUIDADES. TÍTULO EXECUTIVO. VÍCIO INSANÁVEL. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. LEI 12.514/2011.

1. O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES objetiva legitimar a execução das anuidades, argumentando a possibilidade de emenda da petição inicial para regularização de vício no título executivo e a inaplicabilidade do disposto no artigo 8º da 12.514/2011.

2. O fato de os Conselhos Profissionais serem entidades dotadas de poder de polícia não os exime do dever de atuar dentro dos limites da legalidade.

3. O STJ consignou descaber a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição quanto às execuções fiscais extintas sem julgamento do mérito (AgRg no REsp 1.462.167 / SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 05/12/2014).

4. A questão relativa à validade do título executivo constitui matéria de ordem pública e, por isso, deve ser conhecida a qualquer tempo, inclusive de ofício, (STJ, AgRg no AREsp 249.793/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 30/09/2013).

5. O título executivo deve discriminar a origem e a natureza do crédito, mencionando a lei na qual seja fundado (artigos 202, incisos II e III, e 203 do Código Tributário Nacional), sob pena de nulidade. Por possuírem natureza tributária, as anuidades devidas aos Conselhos Profissionais sujeitam-se ao princípio da legalidade estrita (artigo 150, inciso I, da CRFB/88).

6. Na hipótese, o fundamento legal constante da CDA afasta-se da função de descrever o crédito em cobrança. Isso porque, a despeito de a Lei nº 4.769/65, que trata do exercício da profissão de Técnico de Administração, considerar em seu artigo 12, alínea "a", que o valor da anuidade devida aos Conselhos Regionais em questão (C.R.T.As.) deve ser estabelecido pelo Conselho Federal de Técnicos de Administração (C.F.T.A.), referido dispositivo, "por se tratar de norma editada sob a égide constitucional anterior, quando as contribuições sociais não detinham natureza tributária e, portanto, não se submetiam ao princípio da legalidade, não deve ser considerada como recepcionada pela atual Constituição" (TRF2R, AC 0012754-57.2013.4.02.5001, Rel. Desembargador Federal MARCELO PEREIRA DA SILVA, OITAVA TURMA ESPECIALIZADA, e-DJF2R de 07/01/2015).

7. Considerando-se o princípio constitucional da legalidade estrita, inadmissível a cobrança decorrente de obrigatoriedade de pagamento de anuidade indicada no artigo 47 do Decreto nº 61.934/67.

8. O artigo 87 da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB) expressamente revogou a Lei nº 6.994/82. Ainda que se diga que o aludido estatuto visa a disciplinar especificamente a Ordem dos Advogados do Brasil, certo é que contém comandos genéricos aplicáveis à legislação ordinária, notadamente dispositivo revogando de forma expressa a previsão anterior.

9. Também a Lei nº 9.649/98, em seu artigo 66, revogou a Lei nº 6.994/82. Embora aquela lei tenha sido declarada inconstitucional no seu artigo 58 e parágrafos (ADI 1.717/2003), que tratam da fixação de anuidades, não há que se falar em repristinação da Lei nº 6.994/82 na hipótese, pois tal norma já havia sido expressamente revogada pela Lei nº 8.906/94 (STJ, AgRg no REsp 1.251.185/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 23/11/2015, e EDcl no REsp 1.040.793/RS, Rel. Ministro HERMAN

BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 07/12/2009), que não foi declarada inconstitucional, motivo pelo qual inexistiria "direito adquirido" à conformação do valor cobrado aos limites estabelecidos na Lei nº 6.994/82.

10. Em 2004 foi editada a Lei nº 11.000, cujo artigo 2º conferiu aos Conselhos Profissionais a prerrogativa de fixarem as anuidades a si devidas.

11. Este Tribunal, no julgamento do processo nº 2008.51.01.000963-0, acolheu parcialmente a arguição de inconstitucionalidade da expressão "fixar" constante do caput do artigo 2º da Lei nº 11.000/2004 e da integralidade do §1º daquele artigo, vislumbrando que tais dispositivos incorriam no mesmo vício de inconstitucionalidade detectado pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao artigo 58 da Lei nº 9.649/98. Enunciado nº 57 - TRF-2ª Região.

12. No RE nº 704.292/PR, o STF, "por maioria e nos termos do voto do Relator, fixou tese nos seguintes termos: 'É inconstitucional, por ofensa ao princípio da legalidade tributária, lei que delega aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a competência de fixar ou majorar, sem parâmetro legal, o valor das contribuições de interesse das categorias profissionais e econômicas, usualmente cobradas sob o título de anuidades, vedada, ademais, a atualização desse valor pelos conselhos em percentual superior aos índices legalmente previstos', vencido o Ministro Marco Aurélio, que fixava tese em outros termos. Em seguida, o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, indeferiu o pedido de modulação. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, e, nesta assentada, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia" (Decisão plenária do STF em 19/10/2016, DJe nº 229, de 26/10/2016).

13. Com o advento da Lei nº 12.514/2011, entidades como a apelante passaram a adotar os critérios nela estabelecidos para a cobrança dos seus créditos. No julgamento do REsp nº 1.404.796/SP, sob o regime do artigo 543-C do CPC/73, o Superior Tribunal de Justiça concluiu que a legislação em comento incidiria apenas sobre os executivos fiscais ajuizados após sua entrada em vigor.

14. Ante ausência de lei em sentido estrito para a cobrança das anuidades vencidas até 2011, deve ser reconhecida a nulidade absoluta do título executivo que embasa a execução (artigo 618, inciso I, do CPC/73), restando inviável a emenda ou substituição da CDA, eis que a aplicação de fundamentação legal equivocada decorre de vício no próprio lançamento, a depender de revisão.

16. Sobre o tema, julgados desta Corte (AC 0011652-63.2014.4.02.5001, Rel. Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, e-DJF2R de 08/01/2016, e AC 0111435-91.2015.4.02.5001, Rel. Desembargador Federal LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO, SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA, e-DJF2R de 16/12/2015).

17. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto do Relator, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000180-49.2011.4.02.5105 Número antigo: 2011.51.05.000180-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 24/04/2014 14:11
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: GETFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ADVOGADO: MARCIO MARQUES DE OLIVEIRA
APELADO: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL MIRACEMA LTDA
ADVOGADO: JOAO MARIA MOREIRA NETO
ADVOGADO: SILVESTRE DE ALMEIDA TEIXEIRA

APELADO: TOPSKY COMERCIAL LTDA
ADVOGADO: FUED FERES MOURA LIMA
ADVOGADO: ISABELA PRISCYLLA LEAL LALANNE
APELADO: TELEMEDIC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ADVOGADO: GLORIA REGINA FELIX DUTRA
ADVOGADO: LUIZ PAULO DE BARROS CORREIA VIVEIROS DE CASTRO
APELADO: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ
ADVOGADO: JOSIANE QUEIROZ MELLO NOGUEIRA
Originário: 0000180-49.2011.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR. SITUAÇÃO EMERGENCIAL. SUPERFATURAMENTO.

1. Afastada a preliminar de não conhecimento do recurso, em razão da ausência de ratificação da apelação interposta antes do julgamento dos embargos de declaração. Isto porque os embargos de declaração foram desprovidos, aplicando-se, por conseguinte, a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "a única interpretação cabível para o enunciado da Súmula 418 do STJ é aquela que prevê o ônus da ratificação do recurso interposto na pendência de embargos de declaração apenas quando houver alteração na conclusão do julgamento anterior". (REsp nº 1.129.215/DF, relator Ministro LUÍS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe 03/11/2015).

2. Nos presentes autos da Ação Civil Pública, a sentença é de parcial procedência, incidindo, na espécie, a orientação do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual, ¿por aplicação analógica da primeira parte do art. 19 da Lei nº 4.717/65, as sentenças de improcedência de ação civil pública sujeitam-se indistintamente ao reexame necessário¿ (REsp 1108542/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/05/2009, DJe 29/05/2009).

3. Trata-se de remessa necessária e de apelação da sentença de parcial procedência do pedido, proferida nos presentes autos da ação civil pública, objetivando prevenir lesão ao patrimônio público em razão de irregularidades ocorridas no Procedimento Administrativo nº 090/2011 para aquisição de material médico-hospitalar com dispensa de licitação no contexto posterior às enchentes que assolaram o Minicípio de Nova Friburgo, em janeiro de 2011.

4. A sentença recorrida julgou "parcialmente procedente o pedido autoral, para declarar a nulidade das contratações realizadas no âmbito do Procedimento Administrativo nº 090/2011, mantida, porém, a compra dos materiais que tenham sido efetivamente utilizados pela Fundação Municipal de Saúde até a presente data", ficando as fornecedoras-rés obrigadas a receber a devolução dos materiais que não tenham sido utilizados pela municipalidade. Com o objetivo de evitar a perpetuação da situação anômala de utilização de bens cuja aquisição afigurou-se inadequada, a sentença antecipou os efeitos da tutela deferida, "para ddeterminar à Fundação Municipal de Saúde que proceda à imediata devolução, às empresas fornecedoras, do material médico-hospitalar adquirido por meio do Procedimento Administrativo nº 090/2011 que não tenha sido utilizado até a presente data".

5. Não merece acolhida a pretensão do autor-apelante no sentido de "seja mantida 'exclusivamente a compra do material médico-hospitalar considerado imprescindível para o funcionamento das unidades hospitalares de Nova Friburgo pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias fixado para a conclusão do certame objeto do Processo Administrativo nº 1589/2010, (...)." Isto porque, como restou demonstrado no curso da instrução, o Controle Interno e Auditoria da extinta Fundação Municipal de Saúde de Nova Friburgo emitiu parecer, datado de 02/05/2011, no sentido de que o Processo Administrativo nº 1589/2010 fosse arquivado e aberto novo procedimento licitatório "com as devidas correções pelo setor de compras, com o apoio técnico de informática para dirimir dúvidas, providenciar devidas correções e agilizar a elaboração desta nova licitação, já que urge a demanda pelo material médico-hospitalar".

6. De acordo com o referido Controle Interno e Auditoria, o processo nº 1589/10, de 3/12/2010, estava pendente em razão de todas as cotações solicitadas entre outubro e novembro de 2010 pelo setor de compras da Fundação estarem vencidas por terem a validade entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias. Destacou, outrossim, haver "incompatibilidade entre o número do item e a descrição do material (termo de referência - registro de preços), o que gerou grande confusão, pois há itens em que se descreve o material solicitado em várias linhas que foram numeradas seguidamente", situação que, segundo a manifestação daquele Controle, "certamente acarretará dúvida na conferência do material".

7. Diante desse quadro, descabe cogitar da conclusão do certame objeto do Processo Administrativo nº 1589/2010.

8. Cumpre acrescentar que, no PA 0369/2011, instaurado para fins de apuração de irregularidades na dispensa de licitação das compras objeto do PA nº 090/2011, foi determinada a suspensão administrativa dos pagamentos, havendo informação no sentido de que até 18/04/2011 nenhum pagamento havia sido efetuado. Nessa mesma data, as fornecedoras-rés foram notificadas extrajudicialmente a respeito da

paralisação da entrega dos materiais hospitalares, objeto da compra emergencial referente ao PA nº 090/2011, e da suspensão dos correspondentes pagamentos.

9. Nesse contexto, a extinta Fundação Municipal de Saúde instaurou novo processo de aquisição emergencial de materiais hospitalares para suprir a demanda da saúde pública no Município (P.A. nº 642/11), que somente foi fechado em 12/09/2011, tombado sob o nº 1.148/2011.

10. Desses fatos, é possível extrair a conclusão no sentido de que os quantitativos fixados na compra emergencial não poderiam ser considerados, a rigor, tão acima das necessidades da Administração, pois o lapso temporal entre a abertura do processo emergencial nº 090/2011 (em 28/01/2011) e o fechamento da licitação referente ao PA 642/2011 (12/09/2011), contam-se mais de 7 (sete) meses.

11. Por tais motivos, não assiste razão ao recorrente, quando alega que, no atinente à "sobrequantidade" dos contratos, "restou comprovado nos autos que a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO ordenou a aquisição, mediante dispensa de licitação, de 165 itens de material médico-hospitalar em quantidades suficientes para abastecer as unidades hospitalares locais durante 7,2 meses (40% de 18 meses), o que excedeu demasiadamente eventual necessidade de contratação direta para atender a situação calamitosa".

12. Tendo em vista a informação de que houve a suspensão dos pagamentos sem que nenhum pagamento fosse efetuado, também não prospera a pretensão recursal no sentido de que sejam condenadas as empresas-rés ¿à devolução de todos os valores que tenham chegado a receber acima do limite quantitativo acima, bem como acima do teto correspondente ao preço médio apurado na fase prévia do Processo Administrativo nº 1589/2010 no tocante ao material médico-hospitalar considerado imprescindível para o funcionamento das unidades hospitalares de Nova Friburgo pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias fixado para a conclusão do certame objeto de tal feito".

13. No que se refere ao superfaturamento de preços, a sentença destacou que "o MPF indica, na petição inicial, que 19 itens constantes do PA nº 090/2011, as ordens de compra foram emitidas em valorees excessivos, notadamente em comparação com as estimativas de preços constantes do PA Nº 1589/2010, alcançando um sobrepreço de R$ 220.531,07. O próprio parquet reconhece, porém, que no total das comparas, os valores praticados no PA nº 090/2011 não são superiores às médias de mercado apuradas no mesmo PA nº 1589/2010,, donde se conclui que em ontrros itens os preços foram inferiores aos da cotação anterior".

14. Sentença parcialmente reformada, a fim de que seja considerado como teto para pagamento o preço apurado na fase prévia do Processo Administrativo nº 1589/2010 no tocante ao material médico-hospitalar referente aos 19 (dezenove) itens constantes do PA nº 090/2011 indicados pelo MPF na petição inicial como superfaturados.

15. Apelação e remessa necessária conhecidas e parcialmente providas.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e dar parcial provimento à remessa necessária e a apelação, na forma do Relatório e do Voto do Relator, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T211286/lou)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000271-12.2011.4.02.5115 Número antigo: 2011.51.15.000271-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 29/07/2015 17:26
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: MUNICIPIO DE TERESOPOLIS
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS - RJ
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIEL VERSIANI CHIEZA

Originário: 0000271-12.2011.4.02.5115 - 01ª Vara Federal de Teresópolis
EMENTA

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO E APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE REPASSE ENTRE ENTES DA FEDERAÇÃO. INADIMPLÊNCIA DO MUNICÍPIO CONFIGURADA. DESCUMPRIMENTO DA OBRA PACTUADA. CAUC. SIAFI.

I ¿ Não se conhece do agravo retido quando a sua apreciação não é requerida, expressamente, nas contrarrazões da apelação, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil de 1973. Além disso, descabe a interposição de agravo retido contra a decisão que deferiu, ou não, medida liminar, já que a impugnação de decisão que concede, ou não, a medida liminar deve ser feita mediante agravo de instrumento, com devolução imediata ao Tribunal, tendo em vista que inexiste utilidade prática, neste momento, em se discutir provimento de liminar provisória, que foi substituída pela sentença.

II - A controvérsia da presente demanda baseia-se em saber se houve descumprimento do Contrato de Repasse, por parte do Município, a justificar a devolução do crédito repassado pela União Federal, o apontamento negativo do Cadastro Único de Convênio (CAUC) e a negativação junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

III - Levando-se em consideração a causa de pedir e o pedido da ação, incontestável a ilegitimidade da Caixa Econômica Federal para integrar o polo passivo da presente demanda, já que a empresa pública federal atuou apenas como intermediária do Ministério do Esporte e Turismo (contratante), no contrato de repasse celebrado entre a União Federal e o apelante.

IV ¿ O artigo 25 da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) deixa clara a legitimidade do ente transferidor, no caso em tela a União Federal, para responder ações que discutam a transferência de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira. Nesse mesmo sentido: STJ, REsp 1463921/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 10/11/2015, DJe 15/02/2016.

V ¿ No caso em tela, verifica-se que o contrato não foi cumprido, de forma integral, tempestivamente, conforme a prova dos autos. A conclusão das obras depois de vencido o contrato não torna ilegítima a cobrança/restituição da verba federal repassada, já que houve previsão expressa de que o Contratado (Município de Teresópolis) estaria obrigado a restituir os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, quando, dentre outras hipóteses, não fosse executado o objeto pactuado no contrato de repasse (Cláusula Sétima, Item 7.5, Letra A).

VI - Vale ressaltar, também, que a presente demanda foi ajuizada pela parte Contratada visando afastar a restituição dos valores repassados e as consequências da inadimplência, pela construção de quadra simples coberta em três escolas públicas. Por tal motivo, descabe analisar se houve, ou não, desvio de finalidade. Destaca-se, inclusive, a orientação adotada pela juíza a qua: ¿Ressalto que há a notícia de diversos saques não autorizados na conta corrente referente ao convênio, pelo que deve ser oficiado ao MPF para a apuração das supostas irregularidades, nos termos do art. 40 do CPP. Contudo, como há manifestação do Procurador da República deste município entendendo pela ausência de interesse no feito, determino que o referido ofício seja desde logo encaminhado ao Procurador-Geral, consoante inteligência do art. 28 do CPP.¿.

VI - O SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

VI - O CAUC - Cadastro Único de Convênio é um subsistema do SIAFI. De acordo com o Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional, o CAUC é um serviço informatizado que tem por objetivo simplificar a verificação do atendimento, pelos Entes da Federação, dos requisitos fiscais para a transferência voluntária de recursos da União, não se configurando como um cadastro de inadimplentes. O CAUC apenas espelha registros de informações que estiverem disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, geridos pelo Governo Federal.

VII - A jurisprudência deste eg. Tribunal Regional Federal já se manifestou no sentido de que os convênios celebrados com a União, envolvendo repasse de verba federal, estão sujeitos a rígidas regras de controle. Descabe ao Judiciário desconhecer as regras de responsabilidade fiscal e conceder beneplácito a ente público inadimplente. Precedentes: TRF 2ª Região, AC 00002696520134025117, Sétima Turma Especializada, Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araujo Filho, DJ 14/10/2014; TRF 2ª Região, APELREEX 04903998920104025101, Sexta Turma Especializada, Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro, DJ 30/07/2012.

VIII - Com efeito, se o ente público é inscrito como devedor, tal ato impede que o mesmo celebre novos contratos e receba transferências voluntárias da União Federal, à exceção dos recursos destinados a atender ações nas áreas de educação, saúde e assistência social (art. 25, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC n° 101/2000) ou a ações sociais e ações em faixa de fronteira (art. 26 da Lei n°10.522/2002), situações nas quais o contrato poderá ser firmado, mesmo se o destinatário dos valores estiver com pendência em cadastros restritivos de crédito.

IX - Agravo retido não conhecido. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, não conhecer do agravo retido e conhecer e negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0004447-49.2011.4.02.5110 Número antigo: 2011.51.10.004447-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 14/11/2016 23:15
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: JOAQUIM JOSE PEREIRA
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0004447-49.2011.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti
EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PAGAMENTO DA GDATEM EM PARIDADE COM OS SERVIDORES ATIVOS. SENTENÇA ULTRA PETITA. TERMO FINAL FIXADO NO TÍTULO JUDICIAL.

1. A sentença incorreu em julgamento ultra petita na parte em que acolheu os cálculos que consideraram como última parcela devida a referente a outubro de 2010, notadamente porque a própria embargante, em sua petição inicial, afirma que os cálculos deveriam se estender até novembro de 2010.

2. Cuida-se de matéria de ordem pública, inserida na profundidade do efeito devolutivo da apelação, estando o juiz autorizado a conhecê-la de ofício.

3. A questão do termo final para pagamento da GDATEM ao embargado, ora apelante, em paridade com os servidores ativos, deve ser resolvida nos limites da coisa julgada estabelecida no título judicial exequendo.

4. O título judicial formado nos autos do processo nº 2007.51.10.008633-4, apesar de mencionar que a GDATEM deveria ser paga ao ora apelante ¿da data subseqüente à da conclusão dos efeitos jurídicos do primeiro ciclo de avaliação supra referido em diante, no limite de 80 (oitenta) pontos¿, acabou por explicitar que essa regra equivaleria a se considerar ¿até que seja regulamentada a gratificação em questão¿, o que ocorreu com o advento do Decreto nº 7.133/2010, complementado pela Portaria nº 804, do Comando da Aeronáutica, publicada no DOU de 18/11/2010. Deve-se ter em conta, portanto, esta data (18/11/2010) como marco final para o direito do ora apelante ao recebimento da GDATEM em valor equivalente a 80 (oitenta) pontos.

5. Portanto, ao contrário do que alega o apelante, a ocorrência ou não de avaliação de desempenho dos servidores ativos para o pagamento da GDATEM não tem qualquer relevância para a solução do caso em apreço.

6. Apelo conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e dar parcial provimento ao apelo, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T210928_cgm)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0000559-26.2012.4.02.5114 Número antigo: 2012.51.14.000559-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/01/2016 10:26
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: G B SILVA ANALISE E PATOLOGIA CLINICA ME
ADVOGADO: HENRIQUE DOS SANTOS BRASIL
ADVOGADO: LEANDRO BATISTA DE SOUZA
APELADO: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
Originário: 0000559-26.2012.4.02.5114 - 01ª Vara Federal de Magé
EMENTA

ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS. POSSIBILIDADE DE REGISTRO EM CONSELHOS DIVERSOS. AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO TÉCNICA INDICADA. SÓCIO COM HABILITAÇÃO EM FARMÁCIA. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO E DE FARMACÊUTICO RESPONSÁVEL JUSTIFICADA.

1. Trata-se de recurso de apelação interposto pela autora em face de sentença que julgou improcedentes os embargos à execução, mantendo a cobrança efetuada pelo Conselho Regional de Farmácia-CRF/RJ.

2. O embargante foi autuado no ano de 2002 com fundamento no artigo 24 da Lei nº 3.820/60, em razão da ausência do profissional farmacêutico no laboratório de análises clínicas.

3. O Decreto n.º 85.878/81, que estabelece normas para execução da Lei n.º 3.820/60, ao elencar as atribuições dos profissionais farmacêuticos, passou a dividi-las em privativas (art. 1º) e não privativas (art. 2º), e prevê no segundo grupo a responsabilidade técnica por laboratórios de análises clínicas. A responsabilidade técnica em laboratórios de análises clínicas também pode ser conferida, dentre outros, aos profissionais formados em Ciências Biológicas, na modalidade médica, de acordo com a Lei nº 6.686/79 (que trata do exercício da análise clínico-laboratorial). No mesmo sentido a Portaria ANVISA n.º 407/2002, que aprova norma técnica para funcionamento de laboratórios de análises clínicas.

4. Tais normas devem ser interpretadas concomitantemente com o art. 1º da Lei nº 6.839/80, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que ¿o critério determinante para a necessidade de registro em conselho de fiscalização do exercício profissional, bem como da necessidade de contratação de responsável técnico, é a atividade básica exercida pela empresa ou a natureza dos serviços por ela prestados¿ (REsp 1330279/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 10/12/2014).

5. A atividade desenvolvida pela apelante exige a indicação de um responsável técnico de qualquer nível superior capacitado nas habilidades que compõem a atividade de análise clínica, não necessariamente um farmacêutico.

6. Os documentos apontados dizem respeito ao registro de outra empresa no Conselho Federal de Biologia. Lamenta-se a ausência dos atos constitutivos da nova empresa, que teria sucedido a apelante. A alteração contratual juntada apenas informa a abertura de novas filiais e está datada de 17/01/2012, muito após a autuação que se quer afastar. Nesse contexto, mostra-se ineficaz a exibição das certidões expedidas pelo Conselho Regional de Biologia - 2ª RegiãoRJ/ES, constando o registro em 2014, de pessoa jurídica aparentemente sucessora da apelante, e apresentando dois profissionais de Biologia como responsáveis técnicos por tal empresa naquele ano.

7. O responsável pela empresa, desde 1995, é um farmacêutico registrado no CRF/RJ , inexistindo a indicação de que haveria, até 2014, qualquer outro profissional habilitado para exercer o encargo técnico. Em tais condições é forçoso convir pela pertinência da autuação pelo Conselho de Farmácia. Nesse sentido foi o fundamento da sentença que não merece reparo, diante do quadro descrito acima e ante à falta de provas que abalem a autuação do órgão fiscalizador.

8. Apelo conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0001554-84.2012.4.02.5002 Número antigo: 2012.50.02.001554-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/03/2016 13:17
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: DE PAULA EXTINTORES LTDA - ME
APELANTE: OTACILIO FRANCISCO DE PAULA
APELANTE: JOSETE MACEDO DE PAULA
ADVOGADO: Antonio Marciano Dias Santiago
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GILMAR ZUMAK PASSOS
Originário: 0001554-84.2012.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. JUROS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM DEMAIS ENCARGOS. VEDAÇÃO. ANATOCISMO. CDC. PROVA PERICIAL. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

1. Trata-se de embargos à execução ajuizados em oposição à execução de título extrajudicial, proposta pela Caixa Econômica Federal para cobrança de valores devidos decorrentes do descumprimento do Contrato de Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo PJ com Garantia FGO, firmado entre a CEF e a empresa embargante, sendo os demais apelantes seus avalistas.

2. É preciso explicitar se a CEF elaborou sua conta em conformidade com o que determina o contrato, visto que confusa a informação contida nos demonstrativos dos juros empregados. Necessária, assim, a produção de prova pericial - perícia contábil a fim de dirimir a dúvida relatada.

3. A comissão de permanência tem sido considerada legal desde que não haja a cumulação com correção monetária, com os juros remuneratórios e moratórios, nem com a multa contratual, merecendo previsão, inclusive na Súmula nº 294 do STJ.

4. É possível verificar que a CEF aplicou cumulativamente a comissão de permanência com correção monetária, juros de mora, juros remuneratórios e multa. O demonstrativo dos encargos reporta-se ao percentual da comissão de permanência adotado no mês e no período avaliado, bem como os juros moratórios e remuneratórios incidentes e, quanto a este, o valor apurado relativamente à TR, alcançando-se, assim, o total dos juros empregados na operação.

5. Devem ser refeitos os cálculos, observando-se o que determina o contrato no caso de impontualidade, sendo certo que são inacumuláveis a comissão de permanência com correção monetária, juros moratórios e remuneratórios e multa.

6. A jurisprudência vem entendendo ser lícita a capitalização de juros nos contratos bancários celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da publicação da primitiva edição da atual Medida Provisória nº 2170-36/2001 (MP nº 1963-17/2000). Verifica-se que o contrato foi celebrado em 18 de agosto de 2010, razão pela qual não há que se falar em vedação à capitalização de juros.

7. Em que pese a aplicação ao caso do Código de Defesa do Consumidor, a parte apelante deve ficar ciente de que alegações genéricas de existência de cláusulas abusivas ou de ilegalidades cometidas pela

exequente não são suficientes a amparar, isoladamente, a revisão do contrato, cabendo à parte demonstrar, especificamente, em que consiste a irregularidade e onde se encontra.

8. Mostra-se fundamental a realização de perícia contábil para que sejam esclarecidas as questões apontadas relativamente à correta aplicação da taxa de juros remuneratórios pactuada, bem como para que, a partir da impontualidade, sejam observados os encargos estabelecidos no contrato, ressaltando-se a inacumulabilidade da comissão de permanência com correção monetária, juros moratórios e remuneratórios e multa.

9. Apelação conhecida e parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0007873-62.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.007873-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 19/05/2015 14:54
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: WASHINGTON PINTO MANZUETO
APELANTE: MARCOS ANTONIO VIOLENTO
APELANTE: VERA ROSANE PINTO MANZUETO
APELANTE: RONALDO FERREIRA
APELANTE: SUZANA MARIA DA SILVA SILVEIRA
ADVOGADO: INES RENATA MESSIAS MESQUITA
ADVOGADO: MARCELO DO VALLE PIRES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0007873-62.2012.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. EX-FERROVIÁRIO. LEI N.º 8.186/1991. PARIDADE COM OS FUNCIONÁRIOS DA VALEC. DISSÍDIO COLETIVO. DESIGUALDADE NÃO DEMONSTRADA.

1. Os apelantes pretendem a reforma da sentença que julgou improcedente o pedido de condenação da União Federal e do INSS na obrigação de proceder à retificação dos benefícios de complementação de aposentadoria que lhes foram deferidos pelas Leis nº 8.186/91 e nº 10.478/02, aplicando-se os valores constantes da tabela salarial da VALEC, reajustada com base em Dissídios Coletivos de 2004 a 2007.

2. Afastada a preliminar de prescrição do fundo de direito, porquanto, por envolver relação de trato sucessivo, a prescrição incide apenas sobre as parcelas vencidas e não pagas nos últimos cinco anos que antecederam ao ajuizamento da ação (2012), conforme Súmula nº 85 do STJ e Decreto nº 20.910/1932.

3. O direito à complementação de aposentadoriados autores, ex-empregados da extinta Rede Ferroviária Federal S/A ¿ RFFSA que foram absorvidos por diversas companhias de transporte, não é objeto de análise nesses autos, posto que admitido pela Administração Pública.

4. A questão posta nos autos cinge-se ao pretenso direito dos autores a obter a retificação do complemento de aposentadoria de que são titulares, de modo a que passe a ser calculado a partir da tabela

salarial aplicada à VALEC ENGENHARIA CONSTRUÇÃO E FERROVIAS S/A, sucessora da RFFSA por força da Lei nº 11.483/2007.

5. A ré apresentou os documentos que comprovam que, ao contrário do que argumentam os recorrentes, os proventos de aposentadoria vêm sendo pagos com observância da paridade determinada pela Lei n.º 8.186/1991, ou seja, em igualdade nominal com o índice de reajuste dos empregados ativos da empresa VALEC.

6. Os recorrentes não se desincumbiram do ônus de demonstrar, de modo inequívoco, que seus proventos estariam sendo pagos em desacordo com a regra da paridade mencionada.

7. Apelo conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000204-82.2013.4.02.5113 Número antigo: 2013.51.13.000204-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 25/10/2016 16:36
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
ADVOGADO: JULIANA TRAVASSOS SIQUEIRA
ADVOGADO: KLEBER BERTAZZO MACHADO DE SOUZA
ADVOGADO: CESAR AUGUSTO MARAGON
APELADO: MARIA JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000204-82.2013.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios
EMENTA

AÇÃO DEMOLITÓRIA. RODOVIA FEDERAL BR-393. CONCESSIONÁRIA ACCIONA. ASSISTENTE ANTT.

1. Trata-se de ação de reintegração de posse ajuizada em face de ocupante identificado de imóvel construído dentro da faixa de domínio da Rodovia BR-393 e da área não edificante, cuja inicial foi posteriormente emendada para ação demolitória. A sentença julgou procedente, em parte, o pedido, "condenando a ré a remover a cerca frontal de seu imóvel, reposicionando-a para além dos limites da faixa de domínio da rodovia BR 393 (Km 182,10, Bairro Limoeiro), sob pena de demolição", ao fundamento de que o direito à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal prevaleceria sobre a pretensão demolitória.

2. Uma vez constatado, em perícia judicial, que o imóvel foi construído sobre a faixa de domínio da rodovia federal e sobre área não edificante, sem autorização do Poder Público, caracterizada está a situação de irregularidade do imóvel, impondo-se a sua demolição.

3. Inexiste dúvida de que a moradia está entre os direitos sociais previstos na Constituição Federal e que deve ser observado o princípio da dignidade da pessoa humana. Contudo, não se pode permitir a construção de imóveis em faixa de domínio de rodovias federais, tanto pela segurança de seus moradores, como pela dos usuários.

4. Descabe o pedido de realocação da ré feito pelo MPF, de acordo com a Medida Provisória nº 2.220/2001, uma vez que a ré sequer apresentou contestação e tampouco formulou pedido reconvencional nesse sentido.

5. Apelo da ANTT conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao apelo da ANTT, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0000988-27.2013.4.02.5156 Número antigo: 2013.51.56.000988-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/08/2016 15:57
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: ANNA CLEMENTE MORAES
ADVOGADO: FABIO ALVES FERREIRA
ADVOGADO: ALINE DA VEIGA CABRAL CAMPOS
APELADO: ZELIA DE SOUSA FURTADO
ADVOGADO: ALEXANDRE LONGO DE SOUZA
Originário: 0000988-27.2013.4.02.5156 - 01ª Vara Federal de Petrópolis
EMENTA

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ALEGADA UNIÃO ESTÁVEL. INEXISTÊNCIA DE AMPARO À RELAÇÃO CARACTERIZADA COMO CONCUBINATO. REFORMA DA SENTENÇA.

1. Discute-se o eventual direito da autora, ora apelada, à concessão de pensão por morte de servidor público civil, fundada na alegada união estável por cerca de 15 (quinze) anos até a data de seu falecimento.

2. Nos termos do art. 226, § 3º, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei 9.278/98, a companheira tem direito à pensão, desde que comprove ter convivido com o de cujus em união estável, duradoura, pública e contínua.

3. Os documentos apresentados pela autora são incapazes de comprovar a alegada união estável com o objetivo de constituição de família, na forma do art. 333, I, do CPC.

4. Insta observar que o instituidor da pensão mantinha o estado civil de casado com a segunda ré, óbice para o reconhecimento da união estável entre o de cujus e a autora.

5. Há, dessa forma, o óbice do § 1º do art. 1.723, primeira parte, c/c o art. 1.521, VI, ambos do Código Civil, o que caracterizaria a hipótese como concubinato (art. 1.727, CC), sendo certo que descabe ao Judiciário reconhecer a ocorrência de união estável contra legem, sem que haja obediência ao princípio da reserva de Plenário (Súmula Vinculante nº 10, do STF).

6. Deve ser reformada a sentença, de modo que os pedidos sejam julgados improcedentes.

7. Apelações e remessa necessária conhecidas e providas.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento aos recursos e à remessa necessária, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211897-RDA)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0023649-68.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.023649-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/02/2016 16:03
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CARLA ISADORA DE MEDEIROS
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0023649-68.2013.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. LICENCIAMENTO A PEDIDO. DANOS MORAIS. DESCABIMENTO. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.

1. Agravo retido não conhecido, tendo em vista o disposto no art. 523, § 1º, do CPC/73.

2. Pretende a autora seu desligamento do serviço ativo da Marinha, bem como danos morais.

3. Em data anterior ao ajuizamento da ação, a administração militar promoveu o licenciamento da apelante, de acordo com a Portaria nº 1940/DPMM, de 16 de agosto de 2013. Por outro lado, o desligamento do militar do serviço ativo poderá ocorrer até 45 (quarenta e cinco) dias da data da publicação do ato de licenciamento, permanecendo, enquanto isso, no exercício de suas funções, conforme se depreende da leitura dos arts. 94, V, § 1º e 95, §§ 1º e 2º, do Estatuto dos Militares.

4. De fato, o interesse de agir decorreria da necessidade da jurisdição pois o processo deve apontar um resultado que seja útil ao demandante, removendo o óbice colocado contra o exercício do seu suposto direito. Desse modo, configura-se a ausência de interesse de agir, o que justifica a extinção do processo, sem apreciação do mérito.

5. Os fatos narrados pela parte autora não permitem vislumbrar transtorno psicológico ou perturbação imaterial que possam imputar à União Federal o dever de indenizar por dano moral. Por outro lado, não há que se falar em ato ilícito. A configuração do dano moral não pode ser presumida, pois ¿para se presumir o dano moral pela simples comprovação do ato ilícito, esse ato deve ser objetivamente capaz de acarretar a dor, o sofrimento, a lesão aos sentimentos íntimos juridicamente protegidos¿ (STJ, AgRg no REsp 1317211/RS).

6. Agravo retido não conhecido. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, não conhecer do agravo retido e conhecer e negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0030605-03.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.030605-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 13/07/2015 16:22
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: IRENE VICTOR FERREIRA
APELADO: JOAO FERNANDO VICTOR FERREIRA
APELADO: ALEXANDRE VICTOR FERREIRA
APELADO: NICOLE VICTOR FERREIRA
ADVOGADO: MARCIA DA CONCEICAO JARDIM
ADVOGADO: ANTONIO AUGUSTO PEREIRA
Originário: 0030605-03.2013.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO. CUMULAÇÃO. PENSÃO ESPECIAL DE EX COMBATENTE E APOSENTADORIA. PAGAMENTO DE ATRASADOS. JUROS. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES.

1. Trata-se de embargos à execução opostos em face da execução iniciada com base em título judicial que determinou o restabelecimento do pagamento dos proventos de aposentadoria do falecido autor, bem como o pagamento dos valores atrasados, observada a prescrição quinquenal, incidindo, ainda, sobre a referida verba os índices de correção monetária aplicáveis aos precatórios expedidos pela Justiça Federal. Condenou, também, a parte ré, ora embargante, ao reembolso das custas e ao pagamento de honorários sucumbenciais.

2. O título judicial reconheceu o direito do de cujus à acumulação dos benefícios de pensão especial e aposentadoria com base no permissivo constitucional (Constituição Federa/1988) e legal (Lei nº 8.059/1990), posteriores, portanto, à concessão da pensão especial de ex combatente, razão pela qual condenou a União Federal, além do restabelecimento da aposentadoria a que fazia jus o servidor, ao pagamento do valores atrasados, observada a prescrição quinquenal, o que foi mantido pelo Tribunal em grau de recurso.

3. No que se refere ao termo inicial para contagem dos juros de mora, não há dúvida de que deve ser computada a data da citação ocorrida na ação de conhecimento, isto é, em 04.02.2000, conforme reconhecido nos fundamentos da sentença.

4. Deve incidir a correção monetária conforme estabelece o Manual de Cálculos do Conselho da Justiça Federal, até a entrada em vigor da Lei nº 11.960/09, a partir de quando passa a ser aplicado o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança.

5. Apelação conhecida e provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0042299-66.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.042299-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 10/06/2015 18:18
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: MARILZA DA CONCEIÇÃO DOMINGUES

ADVOGADO: EDISON CESAR DE OLIVEIRA PAIXAO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0042299-66.2013.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO. APELAÇÃO DA AUTORA COM RAZÕES DISSOCIADAS. NÃO-CONHECIMENTO. EXCESSO NA EXECUÇÃO EM VALOR SUPERIOR AO INDICADO NOS PRÓPRIOS EMBARGOS. IMPOSSIBILIDADE DO JUÍZO A QUO FIXAR VALOR QUE ULTRAPASSE OS LIMITES DO PEDIDO. APELAÇAÕ DA UNIÃO FEDERAL CONHECIDA E DESPROVIDA.

1. Trata-se de embargos à execução, através dos quais a União Federal alega excesso de R$28.679,01 (vinte e oito mil, seiscentos e setenta e nove reais e um centavo) no valor executado.

2. O Juízo a quo julgou o pedido procedente, observando que não poderia acolher os cálculos do Contador Judicial, porquanto representaria afronta ao princípio da correlação entre sentença e pedido, na medida em que se reconheceria um excesso de execução superior ao da petição inicial da ação de embargos do executado, já que a Contadoria Judicial apurou um valor inferior ao da Contadoria da União.

3. Nas razões de apelação, a embargada não impugnou as afirmativas e fundamentos da sentença, trazendo argumentação estranha ao que restou decidido.

4. Ao apresentar razões recursais completamente dissociadas daquilo que poderia ser motivo de irresignação, a apelação acaba por padecer de nítida irregularidade formal, a caracterizar a ausência de requisito extrínseco de admissibilidade recursal, razão pela qual não deve ser conhecido.

5. No caso concreto, o Juízo sentenciante agiu corretamente ao fixar o valor da condenação com base no valor apresentado pela Embargante, em observância aos ditames dos arts. 460 e 128 do CPC/73, os quais consagram o princípio da congruência entre pedido, causa de pedir e sentença.

6. Nos embargos à execução, como em qualquer ação, o Juiz está adstrito aos estreitos limites do pedido, não podendo fixar como valor para prosseguimento da execução, montante inferior ao reconhecido pelo próprio embargante em sua petição inicial de embargos à execução, sob pena de julgamento ultra petita.

7. É firme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que se aplica à Fazenda Pública a regra geral que atribui ao executado o dever de indicar o valor correto da dívida, inclusive com a apresentação da memória de cálculos quando da apresentação dos embargos à execução, sob pena de rejeição liminar dos embargos, razão pela qual inadmissível a pretensão da recorrente da adoção de novos valores aferidos através da Contadoria Judicial.

8. Apelação da autora não conhecida. Apelação da União conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso da autora e conhecer e negar provimento ao recurso da União Federal, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211897-RDA)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0116495-07.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.116495-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/10/2015 18:07
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: Antonio Carlos Reis Barbosa
APELANTE: ELENICE CORREA SEDA
APELANTE: JAIRO CAMARGO SOBRINHO
APELANTE: ROGERIO DE PAIVA RAMOS
APELANTE: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
ADVOGADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS

APELADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0116495-07.2013.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 28,86%. BASE DE CÁLCULO. VENCIMENTO BÁSICO. FUNÇÃO COMISSIONADA/GRATIFICADA. CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. Trata-se de apelação interposta contra a sentença que julgou procedentes os embargos à execução para fixar a execução no total de R$ 94.950,88 (noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos), conforme cálculo elaborado pela Contadoria do Foro.

2. Aduzem os apelantes que a planilha de cálculos apresentada pela Contadoria do Foro e homologada pelo juízo de primeiro grau incidiu em erro ao deixar de computar a integralidade do percentual de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento) sobre as funções gratificadas recebidas pelos substituídos.

3. A conta homologada na sentença recorrida, elaborada pela Contadoria do Foro, não explicita se as funções comissionadas recebidas pelos servidores integraram a base de cálculo para incidência do índice de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento).

4. A parte embargada impugnou a composição do valor principal, o que merecia o devido esclarecimento por parte do Contador do Juízo. Referida elucidação é fundamental ao deslinde desta causa e à correta fixação do valor da execução.

5. O STF, em julgamento concluído em 25/03/15, nos autos das ADIs nº 4.357 e 4.425, se posicionou no sentido de que deve ser aplicado o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25/03/15, data após a qual os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

6. A Suprema Corte reconheceu, por maioria, a repercussão geral (ainda não julgada) da questão constitucional suscitada no RE nº 870.947/SE (DJe da 27/04/15) pelo Relator Ministro Luiz Fux, que afirmou a plena vigência do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.960/09, na parte em que rege os juros moratórios e a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública, sob o fundamento de que a decisão por arrastamento nas ADIs nº 4.357 e 4.425 limitou-se à correção monetária do precatório, tendo em vista a pertinência lógica entre o art. 100, § 12, da CF/88 e o aludido dispositivo infraconstitucional.

7. Apelação conhecida e parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0134896-54.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.134896-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2016 18:13
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: ADILSON FERREIRA VIDAL
ADVOGADO: JULIO CESAR FERREIRA XAVIER
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0134896-54.2013.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. QUADRO DE SUBOFICIAIS E SARGENTOS DA AERONÁUTICA (QSS). PROMOÇÃO AO POSTO DE CAPITÃO. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. FUNDO DE DIREITO. ACESSO AO OFICIALATO. IMPOSSIBILIDADE. REQUISITOS NÃO DEMONSTRADOS. PROMOÇÃO DE PRAÇAS. INTERSTÍCIO MÍNIMO E MÁXIMO. LEGALIDADE. DECRETO Nº 68.951/71. DECRETO Nº 89.394/84. DECRETO Nº 92.577/86. DECRETO Nº 881/93. PORTARIA Nº 622/GM1, DE 08 DE AGOSTO DE 1994. ISONOMIA. DESCABIMENTO.

1. Conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a pretensão de se revisar ato de promoção, ocorrida no curso da carreira militar, prescreve em cinco anos, nos termos do que dispõe o art. 1º do Decreto nº 20.910/32 e tem como termo inicial a negativa do direito pretendido: STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1343308/SC, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 29/04/2013; STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1360303/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 09/04/2013; STJ, EDcl no AREsp 289.459/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/03/2013; STJ, EDcl no AREsp 255.078/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 07/03/2013; STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 250265/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 19/02/2013; STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 235.824/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 08/02/2013.

2. Pleiteia o autor que suas promoções a Segundo-Sargento, Primeiro-Sargento e Suboficial, retroajam, respectivamente, às datas de 12/84, 12/88 e 12/92, em observância ao interstício de 2 (dois) anos disposto no Decreto nº 68.951/71 e posteriormente revogado pelo Decreto nº 89.394/84, vigente à época de conclusão do curso que acarretou sua promoção à graduação de Terceiro-Sargento, bem como sua inclusão no Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, no posto de Capitão.

3. Em conformidade com o disposto no art. 4º, § 2º, do alegado Decreto nº 68.951/71, o militar pertencente ao Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica (CPGAER) possuía como último grau hierárquico da carreira a graduação de Suboficial (SO), não havendo previsão, portanto, para promoção ao oficialato.

4. O Decreto nº 86.686/81 criou o Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica (QOEA), tendo, como último posto da carreira, a patente de Capitão (art. 6º). O ingresso no referido Quadro de Oficiais era feito entre os Suboficiais e, à falta destes, dentre Primeiros-Sargentos do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, que preenchessem os requisitos expostos no art. 8º do Decreto nº 86.686/81, tais como, estar incluído em faixa de cogitação a ser estabelecida pelo Comando-Geral do Pessoal; ter sido diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) ou ter sido aprovado em concurso para Suboficias; possuir certificado de conclusão de ensino de 2º grau ou equivalente; estar classificado no ótimo comportamento; ter conceito favorável do Comandante; ter parecer favorável da Comissão de Promoções do CPGAer; ter sido aprovado nos exames de Seleção; e ter parecer favorável da Comissão de Promoções de Oficiais (CPO).

5. Independentemente do interstício a ser considerado, o autor não faz jus à promoção ao posto de Capitão, uma vez que o acesso ao oficialato dependia do preenchimento de uma série de requisitos que não restam demonstrados nos autos.

6. Com base no art. 16, § 1º, do Decreto nº 881/93, que aprova o Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, o ¿interstício é o período mínimo de efetivo serviço na graduação, contado a partir da data da promoção, necessário para o militar adquirir conhecimentos e experiência imprescindíveis ao exercício dos cargos atribuídos à graduação imediatamente superior¿. Nesse sentido, o cumprimento do interstício mínimo não garante a promoção a nenhum militar, na medida em que o Decreto nº 68.951/71, vigente à época, previa em seu artigo 22, § 5º, que os Sargentos do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica poderiam permanecer por até 7 (sete) anos consecutivos na mesma graduação.

7. Do mesmo modo, posteriormente, o Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 89.394/84, fixou o interstício mínimo em 4 (quatro) anos (art. 64), mantendo-se o interstício máximo em 7 (sete) anos (art. 61). Já o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 92.577/86 previu promoções aos Sargentos que possuíssem mais de 7 (sete) anos na graduação (art. 58), não obstante possibilitasse que a mesma poderia ocorrer a partir do momento que completassem 4 (quatro) anos na graduação (art. 61). Por seu turno, o atual Regulamento de Promoções, aprovado pelo Decreto nº 881/93, dispõe em seu art. 56, que os interstícios e as condições para as promoções serão estabelecidas em portarias do Comando da Aeronáutica e que, por força do disposto na Portaria nº 622/GM1, de 08 de agosto de 1994, restou estabelecido o interstício único em 7 (sete) anos.

8. No caso em tela, as promoções observaram os limites mínimos e máximos fixados pelo Decreto nº 89.394/84, Decreto nº 92.577/86, Decreto nº 881/93 e pela Portaria nº 622/GM1, de 08 de agosto de 1994, do então Ministro da Aeronáutica, inexistindo, assim, ilegalidade ou arbitrariedade a macular os respectivos atos administrativos.

9. O apelante pertence ao Quadro de Suboficiais e Sargentos (QSS). Entretanto, os alegados paradigmas (Músicos, Taifeiros e militares do Quadro Complementar) pertenciam a Quadros e carreiras distintas, em situação funcional diferenciada. Tal aspecto é corroborado, ainda, pelo disposto no § 9º do art. 22 do Decreto nº 68.951/71, que excluiu os Sargentos pertencentes às especialidades de Música, de Supervisor de Taifa e do Quadro Complementar de Terceiros-Sargentos da proibição de permanecerem por mais de 7 (sete) anos consecutivos na mesma graduação. Logo, não há que se falar em isonomia entre militares que pertenciam a carreiras distintas e se encontravam em situações funcionais diferentes.

10. Nos termos do contido no art. 49 do Decreto 68.951/71, a aprovação em estágio de aperfeiçoamento era requisito para que os Terceiros-Sargentos do Quadro Complementar ingressassem no Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica e pudessem obter suas promoções às graduações subsequentes. No caso dos autos, o apelante não pertencia ao Quadro Complementar de 3ºs Sargentos, o que, por si só, já afasta a incidência do disposto no art. 49 do Decreto 68.951/71 e, por consequência lógica, qualquer alegação de violação do princípio da isonomia.

11. Além disso, não se pode pretender o direito às promoções almejadas, a pretexto de isonomia a beneficiados por decisão judicial favorável, vez que a coisa julgada não beneficia e nem prejudica terceiros.

12. Apelo conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a. Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0000481-97.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.000481-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/02/2016 18:59
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: ELIANE MARIA DURAES KASTRUP
ADVOGADO: HIND DE ASSUMPCAO SIMOES GOMES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000481-97.2014.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDORA PÚBLICA APOSENTADA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. DIREITO A PERCENTUAL JÁ RECONHECIDO ADMINISTRATIVAMENTE ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO. INOVAÇÃO DO PEDIDO E DA CAUSA DE PEDIR. IMPOSSIBILIDADE.

1. A autora carece de interesse processual quanto ao pedido de recebimento de 22% de adicional por tempo de serviço, nos termos deduzidos na petição inicial, posto que tal direito já havia sido reconhecido administrativamente antes do ajuizamento da presente ação. Dessa forma, a Juíza sentenciante deveria ter extinto o feito, sem resolução do mérito, com base no artigo 267, inciso VI, do CPC de 1973, vigente à época em que foi proferida (art. 485, inc. VI, do Novo CPC).

2. Descabe à autora alterar o pedido e a causa de pedir com base em documento apresentado pela ré após a contestação, sem que tenha feito requerimento nesse sentido e sem a concordância da parte contrária.

3. Fica facultada à autora a possibilidade de propor nova ação visando à revisão da base de cálculo utilizada para o pagamento dos 22% de adicional de tempo de serviço a que tem direito.

4. Deve ser mantida a condenação da autora ao pagamento dos honorários advocatícios fixados na sentença recorrida, em razão do princípio da causalidade, e tendo em vista a ausência de impugnação sobre a questão nas razões de apelação. De outro lado, descabe a condenação da autora em honorários advocatícios recursais, visto que a sentença foi publicada antes da entrada em vigor do Novo CPC (Enunciado Administrativo nº 7 do STJ).

5. Apelo conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e dar parcial provimento ao apelo, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T210928_cgm)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0005161-31.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.005161-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/12/2015 15:33
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: LEDA MARIA SERPA WATANABE
APELADO: TECA FAX IMPRESSOS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO: KATIA PERASSI WANG
Originário: 0005161-31.2014.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. INFRAERO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE ÁREA. AEROPORTO SANTOS DUMONT.

I ¿ A ação de execução por título extrajudicial encontra-se baseada no Contrato de Concessão de Uso de Área no Aeroporto Santos Dumont, firmado entre a INFRAERO e a Embargante.

II - De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o ¿princípio da boa-fé objetiva proíbe que a parte assuma comportamentos contraditórios no desenvolvimento da relação processual, o que resulta na vedação do venire contra factum proprium, aplicável também ao direito processual.¿ (STJ, AgRg no REsp 1280482/SC, Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/04/2012)

III - Dessa forma, a relação processual deve ser pautada pelo princípio da boa-fé objetiva, e, no caso em tela, o direito da INFRAERO deve ser reconhecido, já que é inquestionável o contrato assumido entre as partes e a dívida existente a partir de outubro de 2012, como requerido pela exequente na ação de execução.

IV - Além disso, verifica-se que os argumentos da embargante não foram levados em consideração, tendo em vista que, na petição inicial, a empresa executada reconheceu o inadimplemento e a dívida apresentada inicialmente pela INFRAERO, referente aos encargos mensais do contrato no período de outubro de 2012 a outubro de 2013. Com efeito, inquestionável a inadimplência no período de outubro de 2012 a outubro de 2013.

V - No que tange ao período devido, deve ser reconhecida a cobrança até o mês de fevereiro de 2014. Embora a embargante, em 06/09/2013, tenha comunicado formalmente à INFRAERO que não renovaria o contrato de concessão e que realizaria o fechamento da loja em outubro de 2014, somente houve a retirada e liberação dos equipamentos da empresa embargante em 20 de janeiro de 2014, legitimando, portanto, a cobrança em fevereiro de 2014 dos encargos gerados em janeiro de 2014.

VI - Descabe a condenação à litigância de má fé, quando não comprovada qualquer das hipóteses previstas no artigo 17 do Código de Processo Civil de 1973.

VII ¿ Apelação conhecida e provida em parte.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e dar parcial provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0007975-16.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.007975-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/02/2016 14:06
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: FELICIA MUSIKMAN
APELANTE: ITAMAR MAGALHAES BASTOS
APELANTE: GENTIL JOSE DO NASCIMENTO
APELANTE: FERNANDO GOMES PEREIRA
APELANTE: FATIMA DO NASCIMENTO
APELANTE: EVANY VERAS DA SILVA
APELANTE: ELZA REGINA DA COSTA MENEZES
APELANTE: ELOISA LOPES DE OLIVEIRA
APELANTE: ELIANE PEREZ
ADVOGADO: SONIA REGINA DIAS MARTINS
APELADO: FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0007975-16.2014.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA
EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. ACOLHIMENTO. ÔNUS DA PROVA. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. Trata-se de embargos à execução opostos pela Fundação Biblioteca Nacional - FBN em face da execução ajuizada com lastro em título judicial formado nos autos de ação de conhecimento.
2. Analisando os autos dos presentes embargos à execução, verifica-se inexistirem cópias das peças às quais a sentença faz referência, tais como: certidão do trânsito em julgado do título judicial, data de protocolo da petição que iniciou a execução ora embargada, comunicação ao juízo acerca da falta de documentos indispensáveis à elaboração dos cálculos. Tais informações são fundamentais ao acolhimento dos argumentos deduzidos na apelação e rejeição da prescrição reconhecida.
3. Os autos da ação de conhecimento datam de 1999, sem possibilidade de acesso eletrônico ao processo por este Tribunal, razão pela qual caberia aos exequentes instruir os embargos à execução com toda a documentação capaz de afastar os fundamentos da sentença.
4. Apelação conhecida e desprovida.
ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0012699-63.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.012699-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/05/2016 18:10
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ELTON NOBRE DE OLIVEIRA
APELADO: PRODUTOS TUSNE COMERCIO DE MOVEIS, IMPORTACAO E EXPORTA
APELADO: RICARDO CARACCIOLO
APELADO: TUESDA ALICIA MANZANO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0012699-63.2014.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. INDICAÇÃO DE ENDEREÇO DESATUALIZADO NÃO CONSTITUI AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. PROVIMENTO DA APELAÇÃO.

1. O fato de ter sido impossível realizar a citação nos endereços fornecidos, conforme certificado, não configura ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

2. Diante da impossibilidade de se localizar os réus e visando dar prosseguimento ao feito, a CEF poderia ser intimada para se manifestar sobre a citação por edital.

3. Entretanto, restou configurado o vício processual uma vez que extinto indevidamente o processo.

4. Apelação conhecida e provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T211897-RDA)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0050168-46.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.050168-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/11/2015 19:08
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA
ADVOGADO: DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0050168-46.2014.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO SUS. ART. 32 DA LEI Nº 9.656/98. VERBETE Nº 51 DA SÚMULA DESTA CORTE. HIPÓTESES QUE EXCLUEM O RESSARCIMENTO NÃO IDENTIFICADAS.

1. A questão posta no presente feito refere-se à legalidade do ressarcimento ao SUS, previsto no art. 32 da Lei nº 9.656/98.

2. Da leitura da sentença recorrida infere-se que foram enfrentados todos os pontos levantados pelo apelante em sua exordial, não havendo que se cogitar em violação ao art. 128 do CPC.

3. A postulação de reconhecimento de nulidade e ilegalidade de atos administrativos da ANS é manifestamente incabível, eis que constituem atos normativos genéricos e abstratos, razão pela qual descabe a invalidação, mas sim, quando muito, a inaplicabilidade por força de vício, o que não é a hipótese dos autos, pois legítimos na atividade de regulação.

4. O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que ¿o termo inicial do prazo prescricional, previsto no Decreto 20.910/32, em hipótese de pretensão ressarcitória de valores ao SUS, se dá a partir da notificação da decisão do processo administrativo que apura os valores a serem ressarcidos, porquanto somente a partir de tal momento é que o montante do crédito será passível de ser quantificado¿ (STJ- AGARESP 201500727945, rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE:18/08/2015). Hipótese de prescrição afastada.

5. Orientação do Plenário desta e. Corte consubstanciada no enunciado da Súmula nº 51, a saber: ¿O art. 32, da Lei nº 9.656/98, que trata do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), é constitucional¿.

6. A alegação de que a Lei nº 9.656/98 seria posterior ao contrato não encontra amparo, tendo em vista que a cobrança relativa ao ressarcimento ao SUS não interfere na relação contratual firmada entre a operadora de plano de saúde e o segurado, cuja relação jurídica não é objeto de discussão nestes autos.

Inclusive porque a ¿aplicação da referida lei não se encontra vinculada ao contrato, mas, sim, ao atendimento realizado pelo SUS¿ (TRF2 - AC 200851010060725, Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R: 27/04/2012).

7. No que tange às 79 (setenta e nove) intervenções médicas cujo pagamento o apelante se insubordina, alegando a ausência de cobertura para os procedimentos ou para a área geográfica do atendimento, ou, ainda, que o conveniado estaria em período de carência, melhor sorte não o socorre.

8. Consoante o disposto nos artigos 12, V e VI, e 35-C da Lei nº 9.656/98, as circunstâncias contratuais de prazo de carência, localização geográfica ou necessidade de autorização prévia não eximem a operadora de planos de saúde do atendimento realizado em situação de urgência, emergência ou de planejamento familiar. Neste contexto, é ônus da apelante demonstrar que o atendimento cujo ressarcimento pretende afastar não ocorrereu em quaisquer daquelas situações.

9. A sentença recorrida destacou que o apelante não comprovou de maneira inequívoca a ocorrência de situações contratuais que excluam o ressarcimento devido pelos planos de saúde. Ademais, não se incluem entre os documentos apresentados as autorizações de internação hospitalar (AIH), que se revelam fundamentais para a análise do alegado pela autora no plano fático, especialmente a perfeita identificação do procedimento médico-hospitalar a que cada paciente/usuário foi submetido.

10. Legalidade dos valores cobrados pela ANS, com base no IVR (Resolução nº 251/2011) ou na TUNEP (Resoluções nº 17/2000 e nº 131/2006), porquanto foram estabelecidos com a participação de representantes das operadoras de planos de saúde, tomando por base a média nacional e incluídas todas as ações necessárias ao atendimento e à recuperação do paciente.

11. Apelo conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0050314-87.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.050314-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 04/01/2016 13:31
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: Fundação Bençãos do Senhor
ADVOGADO: GISELE VALLE DE CARVALHO
APELADO: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SERES SERVIÇOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL LTDA
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
Originário: 0050314-87.2014.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. FIOCRUZ. FUNDADAS SUSPEITAS DE ATUAÇÃO IRREGULAR DA LICITANTE VENCEDORA. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA MANTIDA.

1. Apelação cível interposta contra sentença que julgou improcedente o pedido, denegando a segurança. O mandamus foi impetrado com o objetivo de compelir a autoridade impetrada a suspender o ato que excluiu a impetrante do pregão eletrônico nº 110/2014, dando prosseguimento ao mencionado pregão, com a adjudicação e homologação do certame em favor da vencedora, ora impetrante.

2. Tese de perda do objeto rejeitada. O fato de ter sido contratada a segunda apelada não implica na perda de objeto superveniente, tendo em vista que eventual decisão favorável neste writ poderia anular a homologação/adjudicação do procedimento licitatório em tela (precedentes do STJ).

3. Inexistência de direito líquido e certo, em razão da desaprovação das contas da impetrante referentes aos exercícios financeiros de 2000 a 2011, da existência de ação objetivando a extinção da Fundação-impetrante e do caráter contínuo do serviço objeto da licitação. Embora a apelante tenha conseguido, em recurso administrativo, a revogação da recomendação da 3ª Procuradoria de Fundações para que a FIOCRUZ se abstivesse de realizar contratações com a ora recorrente, pesa em desfavor da impetrante a existência de ações em que se questiona sua regularidade. Sem adentrar o mérito das ações referidas, o que se verifica é que existem fundadas suspeitas de atuação irregular da Fundação, inclusive com o risco de sua extinção em virtude de ação proposta pelo MPERJ. Tais fatos justificam a atuação da Administração Pública, que, no exercício de seu poder-dever de autotutela, visando resguardar o interesse público e a continuidade dos serviços prestados pela FIOCRUZ, decidiu não celebrar o contrato com a ora agravante, em atendimento à recomendação da 3ª Promotoria de Justiça de Fundações, ainda que esta tenha sido posteriormente revogada por violação ao princípio do contraditório.

4. A alegação de dissonância da sentença apelada com a decisão proferida no mandado de segurança nº 0038842-25.2015.8.19.0000, em trâmite no Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que, em decisão liminar, determinou a continuidade das atividades da Fundação-impetrante, não se sustenta. A uma, porque o referido mandado de segurança foi impetrado em 2015 na esfera estadual, posteriormente ao ajuizamento do presente writ, impetrado na Justiça Federal em 2014. Em sede de mandado de segurança, o direito líquido e certo deve ser demonstrado na impetração do mandamus, descabendo a inovação recursal ora pretendida no apelo. A duas, por ser verificar que a ordem de segurança foi denegada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no julgamento do mencionado mandado de segurança, conforme consulta ao sistema de acompanhamento processual.

5. O art. 49 da Lei nº 8.666/93 autoriza a revogação do procedimento licitatório por razões de interesse público superveniente, ou sua anulação, por ilegalidade, não havendo, portanto, direito líquido e certo do licitante vencedor à contratação, mas mera expectativa de direito, mesmo após a homologação do certame e adjudicação do objeto contratual.

6. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0144201-28.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.144201-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/07/2015 16:37
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: HELIO VALVIESSE DE ANDRADE
ADVOGADO: RAFAEL ALVES DA SILVA
ADVOGADO: RICARDO HENRIQUE MAGALHAES DA SILVA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0144201-28.2014.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEGITIMIDADE DO INSS RECONHECIDA DE OFÍCIO. EX-FERROVIÁRIO. LEI N.º 8.186/1991. PARIDADE COM OS FUNCIONÁRIOS DO QUADRO ESPECIAL DA VALEC.

1. O apelante pretende a reforma da sentença que julgou extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC/73, em relação ao INSS e improcedente o pedido de condenação da União Federal na obrigação de proceder à retificação da complementação de aposentadoria, aplicando-se os valores constantes da tabela salarial da CBTU.

2. Legitimidade do INSS reconhecida de ofício. Litisconsórcio passivo necessário entre o INSS e a União Federal, que decorre da implantação e do pagamento conjunto do benefício relativo ao regime geral de previdência, com o repasse da complementação salarial paga pela União.

3. O direito à complementação de aposentadoria do autor, ex-funcionário da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, não é objeto de análise nesses autos, posto que admitido pela Administração Pública.

4. A questão posta nos autos cinge-se ao pretenso direito do autor a obter a retificação do benefício previdenciário e do complemento de aposentadoria de que é titular, de modo a que passe a ser calculado a partir da tabela salarial aplicada ao trabalhador ferroviário ativo da CBTU, incluindo o enquadramento do PES/2010.

5. Embora o apelante tenha sido admitido antes de 21/05/1991 e trabalhado todo o tempo na CBTU, ao se aposentar na condição de ferroviário, passa a ter direito ao benefício previdenciário regulado pelo INSS, acrescido da complementação de aposentadoria em valor suficiente para equiparar seu benefício à remuneração dos trabalhadores ativos que foram transferidos para o quadro especial da VALEC.

6. A pretensão de vinculação com o quadro de pessoal diverso da categoria especialmente criada pelas Leis nº 8.186/91 e Lei nº 10.233/2001 geraria situações de desigualdade entre os aposentados em cada empresa, contrariando a intenção legislativa.

7. Importante é ressaltar que também não está assegurado o direito à percepção de valores idênticos aos trabalhadores em atividade da categoria especial, uma vez que há que se considerar as gratificações e adicionais de caráter pessoal, como, por exemplo, auxílios para transporte e alimentação.

8. Impõe-se a reforma parcial do julgado para, de ofício, manter o INSS no polo passivo da demanda e, por conseguinte, julgar improcedente o pedido formulado em relação à autarquia. Mantida a sentença de improcedência quanto à União Federal.

9. Apelo conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso do autor, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0148049-23.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.148049-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 17/06/2015 12:56
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: LUIZA KETHERINN BITENCOURT ELLER
APELANTE: RENATA MEDEIROS ALEXANDRE LASMAR
ADVOGADO: GEOVANI DOS SANTOS DA SILVA
ADVOGADO: NEI GUEDES PESTANA
APELADO: ANTARES EDUCACIONAL S/A (UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA)
ADVOGADO: GILBERTO DA GRACA COUTO FILHO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0148049-23.2014.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EDITAL DE TRANSFERÊNCIA ASSISITIDA. ALUNOS ORIUNDOS DE UNIVERSIDADE DESCREDENCIADA NO MEC. EXAME DA SIMILARIDADE DA GRADE CURRICULAR. AUTONOMIA DA INSTITUIÇÃO. ART. 207 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ATUAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL. INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO.

1. Pretendem as apelantes a reforma da sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados em face da Instituição de Ensino Superior e da União Federal, objetivando o aproveitamento de toda a grade curricular cursada em universidade descredenciada no MEC, além do pagamento de danos morais.

2. A legitimidade passiva da União Federal decorre da intermediação no processo de transferência de alunos entre universidades descredenciadas e a vencedora da licitação pública lançada com esse objetivo, além do pedido de condenação por danos morais no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), por ausência de fiscalização das regras do Edital de Transferência Assistida.

3. A questão referente ao ajuste dos conteúdos estudados pelas apelantes à grade curricular da universidade, para a qual se transferiram voluntariamente, foi analisada por ocasião do julgamento do Agravo de Instrumento nº 0106040-23.2014.4.02.0000.

4. Segundo dispõe o art. 207 da Constituição Federal, as universidades são dotadas de autonomia didático-científica, possuindo liberdade para assentar os critérios de inserção de disciplinas na grade curricular dos cursos de graduação, bem como para traçar os critérios de dispensa de disciplinas cursadas em outras instituições, desde que mantenham coerência com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação. Neste contexto, a mera similaridade entre as nomenclaturas ¿CLÍNICA INTEGRADA¿ e ¿CLÍNICA INTEGRADA ODONTOLÓGICA¿ não garante a identidade de conteúdo.

5. No tocante à pretensão contra a União Federal, a tese de apelo é a responsabilidade pelos danos morais decorrentes da falha do ente federado na fiscalização da transferência realizada por meio de edital público. O fundamento para a indenização residiria na inobservância do item 5, VI, do edital, que prevê a apresentação de proposta por parte da vencedora do certame, contendo a metodologia de aproveitamento de estudos para fins de adequação curricular.

6. Inexiste, nos autos, a demonstração de que o item não foi cumprido, ou que a proposta da instituição vencedora não seria a mais adequada, dentre as suas concorrentes, o que poderia por em debate a validade do certame. Ausente o nexo de causalidade entre a alegada omissão da União Federal e a exigência de pré-requisito para a disciplina pretendida pelas apelantes, deve ser rejeitada a pretensão.

7. Recurso conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0183847-42.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.183847-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 30/03/2016 17:13
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: MAURÍCIO DA SILVA ALVES
ADVOGADO: DAGOBERTO LUIZ DE ARAUJO BARBOSA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0183847-42.2014.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

MILITAR. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. PROMOÇÃO EM RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO. DANOS MORAIS. DESCABIMENTO.

1. Pleiteia a parte autora que a ré seja condenada a proceder sua promoção em ressarcimento de preterição a contar de 11/06/08, de acordo com a Portaria nº 2021/DPMM, restituição dos valores descontados em folha de pagamento, bem como danos morais.

2. A promoção do militar é direito que pressupõe a verificação das condições e limitações impostas na legislação e regulamentação específicas. A fixação de tais pressupostos é ato administrativo discricionário, não cabendo ao Poder Judiciário adentrar o seu mérito, a pretexto de examinar a sua conveniência ou oportunidade. Cabe apenas apreciar a sua legalidade.

3. Embora o apelante tenha sido absolvido do crime incurso no art. 303, do CPM, o mesmo não ocorreu em relação ao crime do art. 324, do CPM, em que foi declarada extinta a punibilidade em face da prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato.

4. Conforme se depreende da leitura do art. 33, III, do Decreto nº 4.034/01, caberá promoção em ressarcimento de preterição na hipótese de absolvição ou impronúncia em processo criminal, o que não ocorreu na presente demanda no tocante ao art. 324 do CPM.

5. A Administração tem o dever-poder de agir conforme os preceitos e princípios constitucionais arraigados no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, tornando seus atos vinculados, ou seja, só pode fazer aquilo que a lei autoriza e dita. O princípio da legalidade impõe à Administração agir conforme a lei. No caso em apreço, a Administração Militar agiu com base no princípio da legalidade.

6. No presente caso, houve equívoco da Administração sim, mas não se trata de hipótese de errônea interpretação da lei, e sim de falha operacional, uma vez que qualquer dúvida que porventura existisse quanto à extensão do art. 33, III, do Decreto nº 4.034/01, foi dirimida com o advento do Parecer nº 338/2011/CONJUR/MD, de 14/06/11, aprovado pelo Ministro de Estado da Defesa em 18/07/11, sendo este, inclusive, o entendimento da Advocacia Geral da União expresso no Parecer nº I-250/73, no sentido de que somente é admissível a promoção em ressarcimento de preterição em caso de absolvição por sentença que julgue efetivamente a pretensão punitiva ou por decisão de impronúncia.

7. Quanto aos danos morais, os fatos narrados pela parte autora não permitem vislumbrar transtorno psicológico ou perturbação imaterial que possam imputar à União Federal o dever de indenizar por dano moral. Por outro lado, não há que se falar em ato ilícito.

8. Apelo conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a. Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0014151-74.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.014151-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/06/2015 09:22
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OSMAR BARROS MOREIRA
APELADO: ADELSON SILVA UCHOA
APELADO: SIRLEY MULLER LENCINA
APELADO: NADIR DIAS
APELADO: AIRTON DA SILVA PACHECO
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
ADVOGADO: CAROLINA BRITO VILACA

ADVOGADO: ARAO DA PROVIDENCIA ARAUJO FILHO
Originário: 0014151-74.2015.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO. AÇÃO COLETIVA. SENTENÇA COLETIVA. REAJUSTE DE SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. CRITÉRIO DA LIVRE DISTRIBUIÇÃO. COMPETÊNCIA CONCORRENTE ENTRE O FORO DO DOMICÍLIO DO EXEQUENTE E O FORO ONDE TRAMITOU A AÇÃO DE CONHECIMENTO. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA DO § 2º, INCISO II, DO ART. 98 C/C ART. 101, I, DO CDC, E O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 475-P, II, DO CPC/1973. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE AFASTADA. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. Trata-se de embargos à execução ajuizada com lastro em sentença proferida em sede de Ação Coletiva, que tramitou perante a 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, na qual foi o IBGE condenado a implementar o índice de 3,17% (três vírgula dezessete) sobre os vencimentos/proventos dos substituídos processuais e demais parcelas, excluindo-se os valores pagos administrativamente.

2. A competência para as execuções individuais de sentença proferida em ação coletiva deve ser definida pelo critério da livre distribuição, a fim de impedir o congestionamento do juízo sentenciante, para não violar a boa administração da Justiça e para não inviabilizar as execuções individuais e a própria efetividade das ações coletivas.

3. Incidem as normas do Código de Defesa do Consumidor. Na hipótese, embora a aplicação do CDC (arts. 98, § 2°, I e 101, I) garanta a prerrogativa processual do ajuizamento da execução individualizada no foro do domicílio do exequente, certo é que não se pode obrigá-lo a liquidar e executar a ação coletiva no local em que domiciliado, sob pena de inviabilizar a tutela dos direitos individuais. Cabe ao exequente, e não ao executado (IBGE), escolher entre o foro em que a ação coletiva tramitou e o foro de seu domicílio.

4. Com o trânsito em julgado da decisão que determinou o desmembramento da execução, houve a interrupção do curso do prazo prescricional, reiniciando a sua contagem pela metade (dois anos e seis meses).

5. É possível concluir que não decorreu a prescrição, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal apreciou o agravo de instrumento em 19.04.2013 e os substituídos ingressaram com a execução individual em 12.08.2014.

6. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2º Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215633/ccv

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0088003-34.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.088003-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/02/2016 18:47
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: ENEIDA LISBOA DE OLIVEIRA
APELANTE: JORGE MRYCZKA
APELANTE: JOSE PEDRO BUENO DE MEIRA
APELANTE: MARIA TERESA DIEZ VEGA PREVIDI
APELANTE: SONIA MARIA CALIXTO DE ANDRADE GOMES
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
APELADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0088003-34.2015.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EXECUÇÃO INDIVIDUAL. SENTENÇA COLETIVA. REAJUSTE DE SERVIDOR PÚBLICO. CRITÉRIO DA LIVRE DISTRIBUIÇÃO. COMPETÊNCIA CONCORRENTE ENTRE O FORO DO DOMICÍLIO DO EXEQUENTE E O FORO ONDE TRAMITOU A AÇÃO DE CONHECIMENTO. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA DO § 2º, INCISO II, DO ART. 98 C/C ART. 101, I, DO CDC, E O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 475-P, II, DO CPC/1973. APELAÇÃO PROVIDA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO AFASTADA.

1. Trata-se de execução individual, com lastro em sentença proferida em sede de Ação Coletiva (processo nº 2000.5101003299-8), que tramitou perante a 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, na qual foi o IBGE condenado a implementar o índice de 3,17% (três vírgula dezessete) sobre os vencimentos/proventos dos substituídos processuais e demais parcelas, excluindo-se os valores pagos administrativamente.

2. A competência para as execuções individuais de sentença proferida em ação coletiva deve ser definida pelo critério da livre distribuição, a fim de impedir o congestionamento do juízo sentenciante, para não violar a boa administração da Justiça e para não inviabilizar as execuções individuais e a própria efetividade das ações coletivas.

3. Incidem as normas do Código de Defesa do Consumidor. Na hipótese, embora a aplicação do CDC (arts. 98, § 2°, I e 101, I) garanta a prerrogativa processual do ajuizamento da execução individualizada no foro do domicílio do exequente, certo é que não se pode obrigá-lo a liquidar e executar a ação coletiva no local em que domiciliado, sob pena de inviabilizar a tutela dos direitos individuais. Cabe ao exequente escolher entre o foro em que a ação coletiva tramitou e o foro de seu domicílio.

4. Considerando que a sentença coletiva que ora se executa foi proferida pelo Juízo da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (processo nº 2000.5101003299-8), impõe-se o reconhecimento da competência do Juízo da 23ª Vara Federal/RJ, por força da distribuição, para processar e julgar a Execução de Título Judicial nº 0088003-34.2015.4.02.5101, em razão da opção dos credores em promovê-la na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, na qual foi proferida a sentença coletiva, não havendo que se falar em ¿incompetência absoluta do juízo¿.

5. Apelação conhecida e provida. Extinção do processo afastada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2º Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215633/ccv

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0107794-59.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.107794-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/01/2016 18:03
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: MARIA JOSÉ DA SILVA CAMPOS
REPRESENTANTE: ROSELENE DA SILVA CAMPOS
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0107794-59.2015.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. POSSIBILIDADE DESDE QUE INTEGRANTE DO GRUPO OU CATEGORIA PROCESSUALMENTE SUBSTITUÍDA.

1. Pleiteia a autora a implantação da vantagem pecuniária especial (VPE), prevista na Lei nº 11.134/05, concedida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela Associação de Oficiais Militares Estaduais do Rio de Janeiro.

2. No caso dos presentes autos, o título executivo judicial foi proferido em mandado de segurança coletivo, de modo que devem ser aplicados, ao caso, a tese jurídica veiculada no Enunciado 629 do STF e os ditames do art. 21 da Lei do Mandado de Segurança e não o disposto no art. 5º, XXI, da Constituição Federal.

3. Malgrado o fato de no momento da impetração do mandado de segurança constar listagem dos associados, os efeitos da sentença alcançam todos os integrantes da categoria, uma vez que ¿os sindicatos e associações, na qualidade de substitutos processuais, detêm legitimidade para atuar judicialmente na defesa dos interesses coletivos de toda categoria que representam, sendo prescindível a relação nominal dos filiados e suas respectivas autorizações, nos termos da Súmula 629/STF¿ (AgRg no RMS 30826/CE ¿ Rel. Ministro Nefi Cordeiro ¿ Sexta Turma ¿ DJe: 11/09/15; AgRg no RMS 1423791/BA ¿ Rel. Ministro Og Fernandes ¿ Segunda Turma ¿ DJe: 26/03/15).

4. O favorecido pela sentença mandamental coletiva poderá promover a execução individual desde que integrante do grupo ou categoria processualmente substituída pela parte impetrante (RE-AgR 601914 ¿ Rel. Ministro Celso de Mello ¿ Segunda Turma ¿ DJe: 06/03/12; RE-AgR 601215 ¿ Rel. Ministro Celso de Mello ¿ Segunda Turma ¿ DJe: 06/03/12; RE-AgR 696845 ¿ Rel. Ministro Luiz Fux ¿ Primeira Turma ¿ DJe: 16/10/12).

5. A apelante é pensionista de oficial da Polícia Militar do antigo Distrito Federal, portanto, se enquadra no grupo ou categoria substituída pela Associação de Oficiais Militares Estaduais do Rio de Janeiro (AME) no mandado de segurança. Assim, é desnecessário que a apelante comprove, na execução individual, a sua filiação à entidade associativa na data da propositura da ação coletiva.

6. Apelação conhecida e parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0125170-94.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.125170-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/08/2016 14:00
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: DALMIR GERALDO MOREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0125170-94.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. CRA/ES. ANUIDADES. TÍTULO EXECUTIVO. VÍCIO INSANÁVEL. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. LEI 12.514/2011.

1. O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES objetiva legitimar a execução das anuidades, argumentando a possibilidade de emenda da petição inicial para regularização de vício no título executivo e a inaplicabilidade do disposto no artigo 8º da 12.514/2011.

2. O fato de os Conselhos Profissionais serem entidades dotadas de poder de polícia não os exime do dever de atuar dentro dos limites da legalidade.

3. O STJ consignou descaber a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição quanto às execuções fiscais extintas sem julgamento do mérito (AgRg no REsp 1.462.167 / SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 05/12/2014).

4. A questão relativa à validade do título executivo constitui matéria de ordem pública e, por isso, deve ser conhecida a qualquer tempo, inclusive de ofício, (STJ, AgRg no AREsp 249.793/ CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 30/09/2013).

5. O título executivo deve discriminar a origem e a natureza do crédito, mencionando a lei na qual seja fundado (artigos 202, incisos II e III, e 203 do Código Tributário Nacional), sob pena de nulidade. Por possuírem natureza tributária, as anuidades devidas aos Conselhos Profissionais sujeitam-se ao princípio da legalidade estrita (artigo 150, inciso I, da CRFB/88).

6. Na hipótese, o fundamento legal constante da CDA afasta-se da função de descrever o crédito em cobrança. Isso porque, a despeito de a Lei nº 4.769/65, que trata do exercício da profissão de Técnico de Administração, considerar em seu artigo 12, alínea "a", que o valor da anuidade devida aos Conselhos Regionais em questão (C.R.T.As.) deve ser estabelecido pelo Conselho Federal de Técnicos de Administração (C.F.T.A.), referido dispositivo, "por se tratar de norma editada sob a égide constitucional anterior, quando as contribuições sociais não detinham natureza tributária e, portanto, não se submetiam ao princípio da legalidade, não deve ser considerada como recepcionada pela atual Constituição" (TRF2R, AC 0012754-57.2013.4.02.5001, Rel. Desembargador Federal MARCELO PEREIRA DA SILVA, OITAVA TURMA ESPECIALIZADA, e-DJF2R de 07/01/2015).

7. Considerando-se o princípio constitucional da legalidade estrita, inadmissível a cobrança decorrente de obrigatoriedade de pagamento de anuidade indicada no artigo 47 do Decreto nº 61.934/67.

8. O artigo 87 da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB) expressamente revogou a Lei nº 6.994/82. Ainda que se diga que o aludido estatuto visa a disciplinar especificamente a Ordem dos Advogados do Brasil, certo é que contém comandos genéricos aplicáveis à legislação ordinária, notadamente dispositivo revogando de forma expressa a previsão anterior.

9. Também a Lei nº 9.649/98, em seu artigo 66, revogou a Lei nº 6.994/82. Embora aquela lei tenha sido declarada inconstitucional no seu artigo 58 e parágrafos (ADI 1.717/2003), que tratam da fixação de anuidades, não há que se falar em repristinação da Lei nº 6.994/82 na hipótese, pois tal norma já havia sido expressamente revogada pela Lei nº 8.906/94 (STJ, AgRg no REsp 1.251.185/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 23/11/2015, e EDcl no REsp 1.040.793/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 07/12/2009), que não foi declarada inconstitucional, motivo pelo qual inexistiria "direito adquirido" à conformação do valor cobrado aos limites estabelecidos na Lei nº 6.994/82.

10. Em 2004 foi editada a Lei nº 11.000, cujo artigo 2º conferiu aos Conselhos Profissionais a prerrogativa de fixarem as anuidades a si devidas.

11. Este Tribunal, no julgamento do processo nº 2008.51.01.000963-0, acolheu parcialmente a arguição de inconstitucionalidade da expressão "fixar" constante do caput do artigo 2º da Lei nº 11.000/2004 e da integralidade do §1º daquele artigo, vislumbrando que tais dispositivos incorriam no mesmo vício de inconstitucionalidade detectado pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao artigo 58 da Lei nº 9.649/98. Enunciado nº 57 - TRF-2ª Região.

12. No RE nº 704.292/PR, o STF, "por maioria e nos termos do voto do Relator, fixou tese nos seguintes termos: 'É inconstitucional, por ofensa ao princípio da legalidade tributária, lei que delega aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a competência de fixar ou majorar, sem parâmetro legal, o valor das contribuições de interesse das categorias profissionais e econômicas, usualmente cobradas sob o título de anuidades, vedada, ademais, a atualização desse valor pelos conselhos em percentual superior aos índices legalmente previstos', vencido o Ministro Marco Aurélio, que fixava tese em outros termos. Em seguida, o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, indeferiu o pedido de modulação. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, e, nesta assentada, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia" (Decisão plenária do STF em 19/10/2016, DJe nº 229, de 26/10/2016).

13. Com o advento da Lei nº 12.514/2011, entidades como a apelante passaram a adotar os critérios nela estabelecidos para a cobrança dos seus créditos. No julgamento do REsp nº 1.404.796/SP, sob o regime do artigo 543-C do CPC/73, o Superior Tribunal de Justiça concluiu que a legislação em comento incidiria apenas sobre os executivos fiscais ajuizados após sua entrada em vigor.

14. Ante ausência de lei em sentido estrito para a cobrança das anuidades vencidas até 2011, deve ser reconhecida a nulidade absoluta do título executivo que embasa a execução (artigo 618, inciso I, do CPC/73). De igual forma quanto às anuidades remanescentes posteriores àquele ano, pois a CDA desconsiderou o disposto no artigo 6º da Lei nº 12.514/2011, que disciplina o valor das anuidades, restando inviável a emenda ou a substituição da CDA, porquanto a aplicação de fundamentação legal equivocada decorre de vício no próprio lançamento, a depender de revisão.

15. Além disso, quanto às anuidades remanescentes posteriores à vigência da Lei nº 12.514/2011, note-se que o Conselho Federal de Administração - CFA expediu a Resolução nº 454/2014, fixando no valor de R$ 331,00 (artigo 3º, inciso I) a anuidade referente ao ano de 2015 devida aos Conselhos Regionais de Administração, sendo de R$ 1.147,27 a cobrança das anuidades remanescentes, posteriores à referida lei;

ou seja, inferior ao quádruplo da anuidade (R$ 1.324,00), consoante o limite do artigo 8º da Lei nº 12.514/2011, devendo ser mantida, também assim, a extinção do processo sem resolução do mérito.

16. Sobre o tema, julgados desta Corte (AC 0011652-63.2014.4.02.5001, Rel. Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, e-DJF2R de 08/01/2016, e AC 0111435-91.2015.4.02.5001, Rel. Desembargador Federal LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO, SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA, e-DJF2R de 16/12/2015).

17. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto do Relator, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0153443-74.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.153443-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 27/12/2016 12:48
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ORIBE VIEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: VICENTE WAGNER QUINELATO CORTEZE
Originário: 0153443-74.2015.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES EFETIVAMENTE IMPUGNADOS. EXTINÇÃO DA AÇÃO.

1. Trata-se de embargos à execução, através dos quais a União Federal alega excesso na quantia pretendida pelo exequente, decorrente de suposta incorreção da base de cálculo utilizada.

2. Diante da apresentação de 4 (quatro) valores distintos que representariam o excesso na execução e da falta de esclarecimento a respeito da quantia efetivamente impugnada, mesmo após sucessivos despachos do Juízo a quo, deve ser mantida a sentença que indeferiu a inicial.

3. Deve ser prestigiada a sentença recorrida que extinguiu a ação, nos termos dos artigos. 485, I, e 321, parágrafo único, do CPC.

4. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T211897-RDA)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0500131-64.2015.4.02.5119 Número antigo: 2015.51.19.500131-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 12/04/2016 16:14
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: Almir Oliveira Batista
ADVOGADO: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA SOARES
APELADO: UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA
ADVOGADO: FABIO LUIZ SERENO FONTES
Originário: 0500131-64.2015.4.02.5119 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. UNIVERSIDADE. EXTRAPOLAÇÃO DO TEMPO MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO. JUBILAMENTO. POSSIBILIDADE. AUTONOMIA DIDÁTICO-CIENTÍFICA. ART. 207 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. O art. 207 da Constituição Federal consagra o princípio da autonomia didático-científica das instituições de ensino superior, sendo certo que estas estabelecerão as regras para o jubilamento da forma que julgarem mais adequada aos seus objetivos pedagógicos e acadêmicos. Precedentes.

2. O apelante ultrapassou o limite máximo de tempo para conclusão do curso de medicina em razão de diversas reprovações e de trancamento de matrícula. No entanto, interpôs recurso administrativo objetivando a prorrogação por mais dois anos - além do prazo estipulado - para integralização do curso, em virtude de dificuldades emocionais decorrentes do falecimento de seu pai. O recurso foi deferido pela instituição de ensino, com a condição de que não houvesse reprovação até o término do referido curso, exigência não cumprida pelo apelante.

3. Não se visualiza ilegalidade nos atos praticados pela instituição em questão, de forma que descabe ao Poder Judiciário determinar que seja efetuada a rematrícula do recorrente, sob pena de intromissão indevida do Poder Judiciário nos critérios eleitos pela Administração e violação ao art. 2º da Lei Maior.

4. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
31 - 0500144-63.2015.4.02.5119 Número antigo: 2015.51.19.500144-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/04/2016 15:38
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: JAIRO SILVA LINO
ADVOGADO: RODOLFO DE OLIVEIRA NASCIMENTO
APELADO: UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA
ADVOGADO: FABIO LUIZ SERENO FONTES
ADVOGADO: LUIZ ARTHUR MEDEIROS MIGUEL
Originário: 0500144-63.2015.4.02.5119 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIVERGÊNCIA DAS NOTAS LANÇADAS NO SISTEMA E DAS NOTAS ENTREGUES PELOS PROFESSORES. SUPOSTA FRAUDE COMETIDA PELO IMPETRANTE. NOTAS

LANÇADAS NO SISTEMA DESCONSIDERADAS. AUTONOMIA DIDÁTICO-CIENTÍFICA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO. ART. 207 DA CF/88. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INCOMPATIBILIDADE COM O RITO DA AÇÃO MANDAMENTAL.

1. Na hipótese dos autos, constatou-se a existência de burla ao sistema TOTVS, com o lançamento de notas cuja pontuação destoava das notas lançadas em atas pelo corpo docente da universidade, identificando-se que o impetrante foi um dos beneficiados pelo lançamento irregular de notas no sistema. Em vista de tais fatos, foi criada Comissão de Sindicância Interna pela universidade. Conforme documentos acostados aos autos, a Comissão de Sindicância Interna apresentou-lhe a proposta de alterar as notas das disciplinas lançadas em ata pelos docentes, possibilitando que tais matérias fossem cursadas novamente, sendo certo que tal alternativa foi aceita pelo impetrante. No entanto, o ora apelante sustenta que em momento algum aceitou cursar novamente as disciplinas.

2. A ata da reunião realizada e a lista de presença assinada pelo autor tornam crível a história que o impetrante tenha aceitado a proposta oferecida pela Universidade Severino Sombra. Caberia ao ora apelante provar a falsidade do documento, ou ao menos apontar o motivo pelo qual funcionários da universidade estariam lhe imputando fato tão grave, a ponto de forjar uma ata de reunião com assinatura do Reitor, Pró-Reitor e Coordenador da referida faculdade, o que, contudo, é incabível em sede de mandado de segurança, pois exigiria dilação probatória.

3. A autonomia didático-científica das universidades, conferida no art. 207, da Constituição Federal, compreende o poder-dever de aplicar sanções às condutas que desacatam os princípios da moralidade e civilidade, no âmbito acadêmico, pois a instituição de ensino superior está compromissada não apenas com o aprimoramento da qualidade de ensino, mas também com a exemplar formação ética e técnica de profissionais que ingressarão no mercado de trabalho. Assim, as instituições de ensino possuem a prerrogativa de apurar irregularidades e impor sanções em âmbito interno, exercendo atividades de ordem disciplinar, desde que resguardados os direitos inerentes ao devido processo legal administrativo.

4. In casu, verifica-se que houve o devido processo legal administrativo,em que o apelante teve oportunidade de provar e alegar tudo aquilo que fosse de seu interesse, não havendo nenhuma ilegalidade que legitime a intervenção do Judiciário.

4. Considerando que o impetrante não cursou integralmente todas as disciplinas do curso de Engenharia Elétrica, deixando de completar ao menos duas disciplinas da grade curricular, mostra-se evidenciada a ausência de direito líquido e certo à colação de grau e à expedição de certificado de conclusão de curso de ensino superior.

5. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0002515-77.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.002515-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/03/2016 10:50
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: JEFFERSON TAYLOR OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO: UBIRANI DUARTE DOS SANTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0002515-77.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. DESINCORPORAÇÃO. ANULAÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. CONSUMAÇÃO.

1. Trata-se de pedido de nulidade do ato administrativo de licenciamento, e reintegração ao serviço ativo com a devida remuneração.

2. O autor foi incorporado às fileiras da Marinha do Brasil (MB) no dia 13/06/94, na condição de Praça Recruta, e licenciado e desligado em 30/01/98 por conclusão de tempo de serviço, de acordo com o art. 121, II, § 3º, a, da Lei nº 6.880/80 ¿ Estatuto dos Militares. A presente demanda foi distribuída em 11/01/16, portanto, quase 18 (dezoito) anos após o seu desligamento.

3. O pedido de anulação do ato de licenciamento do autor pretende modificar a própria situação jurídica fundamental, portanto, o prazo prescricional não atinge apenas as prestações vencidas nos 5 (cinco) anos que antecederam o ajuizamento da ação, mas o próprio fundo de direito, não sendo o caso de aplicação da súmula 85 do STJ.

5. Assim, o prazo para que o apelante propusesse a devida ação judicial para revisão do ato de desincorporação seria de 5 (cinco) anos, a contar da data do ato originário que no caso em apreço se deu em 30/01/98. Entretanto, a presente demanda somente foi proposta em 11/01/16, não sendo apresentada pelo autor qualquer causa que suspendesse ou interrompesse a prescrição.

6. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
35 - 0014270-74.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.014270-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/05/2015 11:47
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: KELSON'S IND/ COM/ S/A
ADVOGADO: RODRIGO DE SOUZA
ADVOGADO: ALEXANDRE MORAES E SOUZA
ADVOGADO: ANNA PAULA FERREIRA MATTOS
ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS SANTANA SANTIAGO
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARAFEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0014270-74.2011.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL. ATIVIDADES DE PORTEIRO E VIGIA. FISCALIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL. VIGILÂNCIA OSTENSIVA COMPROVADA. AUTO DE ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES DE SEGURANÇA PRIVADA. LIMINAR CONCEDIDA PARA SUSPENDER A EFICÁCIA DO AUTO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. LEIS 7.102/83 E 8.863/94. DECRETO 89.056/83. ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS. REFORMA DO JULGADO.

1. Cinge-se a controvérsia à verificação da legalidade da suspensão das atividades de segurança privada não autorizadas à demandante, notadamente quanto às funções de vigia e porteiro (configuradas como de vigilância), desempenhadas por funcionários de seu próprio quadro.

2. A Lei nº 7.102/83 (com as alterações da Lei nº 8.863/94 define a função de vigilante (artigo 15); considera como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de "proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas" (artigo 10, inciso I), e dispõe que "As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio, para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes" (artigo 10, §4º).

3. De igual forma, o Decreto nº 89.056/83, ao regulamentar a referida lei (artigos 15; 30, inciso I, e 31, caput).

4. Realizando fiscalização a partir de denúncias recebidas, a Delegacia de Controle de Segurança Privada, da Superintendência Regional/RJ, do Departamento de Polícia Federal/DPF, constatou que a atividade verificada naquele momento nas dependências do estabelecimento industrial enquadrava-se no artigo 10, §4º, da Lei nº 7.102/83, pois a demandante utilizava seus próprios funcionários para desempenhar atividades voltadas às seguranças pessoal e patrimonial de suas instalações. Assim, foi lavrado o Auto de Encerramento nº 006/2010, destinado a encerrar apenas as atividades declaradas pelos funcionários em termo de entrevista e as exercidas pelas equipes de ronda e portaria, porquanto consideradas típicas de vigilantes pela fiscalização.

5. Os elementos acostados permitem concluir que a demandante tinha dentre os funcionários de seu quadro pessoas que, na prática, desempenhavam atividades de vigilância ostensiva, valendo destacar dos autos o conteúdo dos formulários de declarações preenchidos pelos funcionários quando da fiscalização - da qual constam atividades que se amoldam àquelas desempenhadas pelos vigilantes (artigos 10 e 15 da Lei nº 7.102/83 e artigos 15, 30 e 31 do Decreto nº 89.056/83 supracitados) -, e da própria petição inicial, na qual a demandante assinala a localização física de seu parque industrial, situado no entorno de favelas na cidade do RJ, o que traria "insegurança pessoal e patrimonial" ao seus prepostos, fornecedores e clientes.

6. O objeto econômico da demandante encontra-se em esfera distinta da vigilância ostensiva, pois, conforme se destaca da petição inicial, sua atividade-fim é a industrialização e a comercialização de plásticos em geral, seus derivados e artefatos, além da produção, industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos, seus derivados e similares, inclusive importação e exportação em geral, salientando que, a partir de 1985, objetivando atender a novas demandas, passou a concentrar sua produção no setor de laminados de PVC (plastilan e courvin).

7. Decidiu a Primeira Seção do STJ que "As normas contidas na Lei 7.102/83 aplicam-se às empresas que prestam serviços de segurança e vigilância a instituições financeiras e a transporte de valores, bem como as que, embora tendo objeto econômico diverso, utilizam seu pessoal para executar aquelas atividades. Não estão sujeitas à sua disciplina outras empresas privadas de segurança, que simplesmente se dedicam a atividades de vigilância residencial ou comercial, sem a utilização de arma de fogo. Precedente: RESP 347603/RS, 2ª T., Min. João Otávio de Noronha, DJ de 06.04.2006 [...]" (STJ, REsp 645.152/PB, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 06/11/2006).

8. Mediante o referido julgado, o STJ buscou dirimir divergências de entendimentos estabelecidas entre suas 1ª e 2ª Turmas, cumprindo transcrever excerto do voto do Relator: "A divergência entre as Turmas se estabelece, na verdade, na interpretação do § 4º do art. 10 da Lei, segundo o qual "As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes". No entender da 1ª Turma, o dispositivo estaria submetendo à disciplina da Lei todas as empresas de vigilância particular. Não penso que seja essa a melhor interpretação. O âmbito de abrangência do dispositivo está limitado pelo pressuposto da prestação de "vigilância ostensiva e do transporte de valores", quando prestado por empresas com outro "objeto econômico". Não estão por ele abrangidas empresas, como no caso dos autos, que não têm por objeto e nem utilizam o seu pessoal nessa atividades, já que apenas prestam serviços de vigilância de áreas residenciais e comerciais sem utilização de arma de fogo [...]" (grifos nossos).

9. Possuindo a demandante objeto econômico "diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores", e também utilizando "pessoal de quadro funcional próprio para execução dessas atividades", incide a Lei nº 7.102/83 na hipótese, tendo em vista o disposto no seu artigo 10, §4º, supratranscrito; razão pela qual devem ser restabelecidos os efeitos do Auto de Encerramento nº 006/2010.

10. Julgados do STJ contrario sensu (STJ, AgRg no REsp 1.148.714/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 07/04/2015) e das Cortes Regionais (TRF4R, APELREEX 5008222-63.2014.404.7102, Rel. Desembargadora Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, QUARTA TURMA, j. 19/05/2016, e TRF5R, AG 0802936-27.2016.4.05.0000, Rel. Desembargador Federal PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA, SEGUNDA TURMA, j. 21/09/2016).

11. Honorários advocatícios. Com a inversão da sucumbência, cabe à demandante suportar a condenação em honorários fixada em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), consoante artigo 20, §3º, alíneas "a", "b" e "c", do CPC/73 e ponderações da própria União.

12. Remessa necessária e apelação conhecidas e providas.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e dar

provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do Relatório e do Voto do Relator, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
36 - 0104074-55.2013.4.02.5110 Número antigo: 2013.51.10.104074-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 23/02/2015 14:34
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: NAYDE MARIA PALMEIRA DE ARAUJO
ADVOGADO: ADRIANA DE OLIVEIRA LACERDA
ADVOGADO: REBECA MOURA DA PALMA LOUZADA
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
Originário: 0104074-55.2013.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti
EMENTA

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. ESPOSA. COMPROVAÇÃO DO ESTADO CIVIL. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ATRASADOS.

1. Trata-se de ação movida em face da União Federal, através da qual a autora objetiva a condenação da ré ao pagamento de pensão por morte em decorrência do óbito de seu marido, servidor público civil, incluindo os valores atrasados, bem como o restabelecimento do seu plano de saúde e indenização por danos morais.

2. Inexiste dúvida de que a autora era casada com o servidor quando de seu falecimento, enquadrando-se, portanto, na hipótese prevista no art. 217, I, 'a', da Lei nº 8.112/90.

3. Descabe o argumento de falta de interesse de agir da autora por conta da inexistência de requerimento administrativo, uma vez que, conforme destacado em sentença, "é mera faculdade do administrado o exaurimento da via administrativa".

4. Para fins de pagamento dos valores atrasados, devem ser observados os índices aplicáveis à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.960/09, devendo a sentença ser reformada exclusivamente nesse aspecto.

5. Em que pese ser reconhecido o direito de receber a pretendida pensão, foram formulados pedidos de restabelecimento de plano de saúde e de recebimento de indenização por danos morais, sendo certo que a autora não obteve êxito nos 2 (dois) últimos, o que justifica a manutenção da sentença quanto ao reconhecimento da sucumbência recíproca.

6. Apelação da União Federal e remessa necessária conhecidas e parcialmente providas. Apelação da autora, interposta na modalidade adesiva, conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso da União Federal e à remessa necessária e negar provimento ao recurso adesivo da autora, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal
Relator

(T211897-RDA)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
38 - 0125206-98.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.125206-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 08/04/2014 15:36
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
ADVOGADO: TATIANA APARECIDA OTONI
REMETENTE: JUIZO DA 17ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0125206-98.2013.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ROYALTIES. CITYGATES. SUSPENSÃO DOS ARTIGOS 48 E 49 DA LEI Nº 12.734/2012. MEDIDA CAUTELAR NA ADIN Nº 4.917/DF. PROTEÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PRODUTORES.

1. Trata-se de remessa necessária e de apelação cível contra sentença, proferida nos presentes autos de Mandado de Segurança, na qual o MM. Juiz a quo concedeu a segurança, ratificando a liminar, ¿para que a impetrada suspenda a decisão administrativa objeto do ofício 374/2013/SPG, em relação ao Município impetrante, procedendo os [sic] cálculos dos royalties referentes ao petróleo, sem as alterações promovidas pela Lei 12.734/2012, até decisão final da ADI n° 4.917¿.

2. Consoante orientação do Superior Tribunal de Justiça, "aplica-se a teoria da encampação em casos de Mandado de Segurança sempre que, cumulativamente, estiverem cumpridos os seguintes requisitos: a) discussão do mérito nas informações; b) subordinação hierárquica entre a autoridade efetivamente coatora e a apontada como tal pela inicial e c) ausência de modificação de competência" (MS 17435/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2012, DJe 01/02/2013).

3. No que diz respeito à alegada ilegitimidade passiva ad causam da autoridade impetrada, verifica-se a incidência da teoria da encampação, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. A uma, por não ter havido, apenas, alegação de ilegitimidade, mas defesa do mérito do ato impugnado. A duas, por se verificar a necessária subordinação hierárquica do Superintendente de Participações Governamentais da ANP à decisão emanada da Diretoria Colegiada da ANP, consubstanciada na Resolução da Diretoria - RD nº 624/2013, de 19/06/2013, que deu origem ao Ofício nº 374/2013/SPG, objeto do presente mandamus. A três, porque inexiste modificação de competência.

4. Nos autos da ADI 4917-MC/DF, a eminente Ministra Carmen Lúcia deferiu a medida cautelar sob os seguintes fundamentos principais: (i) "a alteração das regras relativas ao regime de participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural ou da compensação pela exploração, sem mudança constitucional do sistema tributário, importa em desequilibrar o tão frágil equilíbrio federativo nacional e em desajustar, mais ainda, o regime financeiro das pessoas federadas sem atenção aos princípios e às regras que delineiam a forma de Estado adotada constitucionalmente"; (ii) inaplicabilidade das novas regras aos royalties devidos pelas concessões instituídas com base na legislação antes vigente, em observância ao disposto no art. 5º, XXXVI, da CRFB/88.

5. Em que pese a ausência de declaração de inconstitucionalidade por arrastamento do disposto nos arts. 48, §3º e art. 49, §7º, da Lei nº 9.478/97, incluídos pela Lei nº 12.734/2012, nada impede o seu reconhecimento incidenter tantum pelo magistrado de primeiro grau, com base na violação ao ato jurídico perfeito (art. 5º, XXXVI, CRFB/88), em sede de controle difuso.

6. Na sessão de julgamento realizada em 05/11/2015, o Órgão Especial deste egrégio TRF - 2ª Região reconheceu, incidentalmente, a inconstitucionalidade da regra contida no § 3º do art. 48 e no §7º do art. 49, da Lei n.º 9.478/1997, incluídos pela Lei nº 12.734/2012, ao apreciar a Arguição de Inconstitucionalidade nº 2013.51.01.020985-6, da relatoria do eminente Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araujo Filho.

7. Em consulta ao sítio do Supremo Tribunal Federal, verifica-se que não houve alteração quanto à medida liminar proferida na ADI 4917-MC/DF, sendo certo que a referida ação aguarda julgamento.

8. Remessa necessária e apelação conhecidas e desprovidas.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).
(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T211286_lou)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0002696-58.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.002696-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/04/2015 16:09
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JEOVANA SACRAMENTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LUNA OLIVEIRA LUCCHESI RAMACCIOTTI
ADVOGADO: ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTTI
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0002696-58.2014.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. DESVIO DE FUNÇÃO. CARGOS DE AUXILIAR E TÉCNICO DE ENFERMAGEM. HOSPITAL UNIVERSITÁRIO VINCULADO À UFES. LEI 7.498/86 E DECRETO 94.406/87. CONJUNTO PROBATÓRIO. PROVA TESTEMUNHAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Cinge-se a controvérsia ao pagamento de diferenças salariais existentes entre a remuneração dos cargos de Auxiliar e Técnico de Enfermagem, ao argumento de desvio de função praticado no âmbito do Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes-HUCAM, vinculado à UFES.

2. Em se tratando de desvio de função comprovado, encontra-se pacificado pela jurisprudência entendimento segundo o qual o servidor tem direito às diferenças remuneratórias entre os cargos. Apesar de prática irregular, deve ser devidamente remunerada, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração Pública, como orientado pelo enunciado 378 da Súmula do STJ ("Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças salariais dele decorrentes").

3. A Lei nº 7.498/86 e o Decreto nº 94.406/87 elencam as atribuições dos dois cargos, observando-se que as destinadas ao Auxiliar de Enfermagem são bem objetivas e definidas se comparadas àquelas destinadas ao Técnico de Enfermagem, que demonstram um caráter mais abrangente e genérico.

4. Em sua disciplina interna, a Universidade cuidou de detalhar as atribuições destinadas aos dois cargos - ambos de nível médio -, especialmente as reservadas ao cargo de Técnico de Enfermagem, elencando, inclusive, "atividades típicas" para este, cumprindo notar que, se no âmbito da UFES, cabe ao Auxiliar de Enfermagem assistir ao Enfermeiro "na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave", a legislação de regência prevê que tal incumbência cabe ao Técnico de Enfermagem (artigo 10, inciso I, alínea "b", do Decreto nº 94.406/87).

5. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento na qual colhida prova testemunhal, revelam os depoimentos que tanto os Auxiliares como os Técnicos de Enfermagem atendiam pacientes considerados graves que se encontravam internados no CTI do HUCAM, inexistindo, na prática cotidiana do atendimento, distinção entre as atribuições destinadas aos dois cargos.

6. Nas circunstâncias, restou demonstrado que o pacientes graves que se encontravam no referido setor do HUCAM eram atendidos pelos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem indistintamente, o que colide com a previsão legal, já que cabe, de fato, aos Técnicos, e não aos Auxiliares de Enfermagem, referida incumbência (artigo 10, inciso I, alínea "b", do Decreto nº 94.406/87).

7. Reconhecido, no caso concreto, o alegado desvio de função, cabem à demandante as diferenças salariais decorrentes, sendo consideradas as legalmente previstas para a Carreira dos Técnicos de Enfermagem, e não um paradigma específico, até quando a Administração determinou a transferência da servidora para o setor de Urologia.

8. Nada obstante, o reconhecimento do alegado desvio de função e do consequente direito às diferenças remuneratórias decorrentes não significa reenquadramento do servidor, porquanto, consoante a disciplina constitucional - norteada pelos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa -, a investidura em cargos públicos efetivos condiciona-se à aprovação prévia em concursos públicos (artigo 37, caput e inciso II, da CRFB/88). Nesse rumo, as Cortes Superiores (STF, ARE 802.713 AgR/BA, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, PRIMEIRA TURMA, DJe 07/10/2014, e STJ, RMS 43.613 / PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 07/03/2014).

9. Abordando o tema, julgados das Cortes Regionais (TRF2R, AC 0004490-17.2014.4.02.5001, Rel. Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 04/08/2015, e TRF4R, EINF 5006637-83.2013.404.7110, Rel. Desembargadora Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, SEGUNDA SEÇÃO, j. 12/05/2016).

10. Quanto à atualização monetária, aos juros incidentes sobre as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública e à aplicação da Lei nº 11.960/2009, o STF, em julgamento concluído em 25/3/2015, nos autos das ADIs nºs 4.357 e 4.425, posicionou-se pela aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25/3/2015, data após a qual os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

11. O STF reconheceu, por maioria, a repercussão geral (ainda não julgada) da questão constitucional suscitada no RE 870.947/SE (public. 27/4/2015) pelo Relator, Ministro Luiz Fux, que afirmou a plena vigência do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pelo artigo 5º da Lei nº 11.960/2009, na parte em que rege os juros moratórios e a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública, sob o fundamento de que a decisão por arrastamento nas ADIs nºs 4.357 e 4.425 limitou-se à correção monetária do precatório, tendo em vista a pertinência lógica entre o artigo 100, §12, da CRFB/88, e o aludido dispositivo infraconstitucional.

12. Honorários advocatícios aos quais se aplicam as regras inseridas no CPC/73, pois a sentença é anterior à vigência da Lei nº 13.105/2015 (Novo CPC). Orientação expressa no Enunciado Administrativo nº 7 do STJ. Verba honorária fixada em R$ 1.500,00 (artigo 20, §4º, do CPC/73), a ser suportada pela UFES.

13. Remessa necessária e apelação conhecidas e parcialmente providas, apenas quanto ao valor da condenação da verba honorária.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e dar parcial provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do Relatório e do Voto do Relator, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0004494-54.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.004494-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/09/2015 14:54
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CLEIDES SANTOS BARCELOS
APELADO: MARIA AUXILIADORA TONIATO MEIRELES
ADVOGADO: ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTTI
ADVOGADO: LUNA OLIVEIRA LUCCHESI RAMACCIOTTI
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES

Originário: 0004494-54.2014.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. DESVIO DE FUNÇÃO. CARGOS DE AUXILIAR E TÉCNICO DE ENFERMAGEM. HOSPITAL UNIVERSITÁRIO VINCULADO À UFES. LEI 7.498/86 E DECRETO 94.406/87. CONJUNTO PROBATÓRIO. PROVA TESTEMUNHAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Cinge-se a controvérsia ao pagamento de diferenças salariais existentes entre a remuneração dos cargos de Auxiliar e Técnico de Enfermagem, ao argumento de desvio de função praticado no âmbito do Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes-HUCAM, vinculado à UFES.

2. Em se tratando de desvio de função comprovado, encontra-se pacificado pela jurisprudência entendimento segundo o qual o servidor tem direito às diferenças remuneratórias entre os cargos. Apesar de prática irregular, deve ser devidamente remunerada, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração Pública, como orientado pelo enunciado 378 da Súmula do STJ ("Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças salariais dele decorrentes").

3. A Lei nº 7.498/86 e o Decreto nº 94.406/87 elencam as atribuições dos dois cargos, observando-se que as destinadas ao Auxiliar de Enfermagem são bem objetivas e definidas se comparadas àquelas destinadas ao Técnico de Enfermagem, que demonstram um caráter mais abrangente e genérico.

4. Em sua disciplina interna, a Universidade cuidou de detalhar as atribuições destinadas aos dois cargos - ambos de nível médio -, especialmente as reservadas ao cargo de Técnico de Enfermagem, elencando, inclusive, "atividades típicas" para este, cumprindo notar que, se no âmbito da UFES, cabe ao Auxiliar de Enfermagem assistir ao Enfermeiro "na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave", a legislação prevê que tal incumbência cabe ao Técnico de Enfermagem (artigo 10, inciso I, alínea "b", do Decreto nº 94.406/87).

5. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento na qual colhida prova testemunhal, revelam os depoimentos que tanto os Auxiliares como os Técnicos de Enfermagem atendiam pacientes considerados graves que se encontravam internados no setor de Hemodinâmica do hospital, inexistindo, até determinando momento, na prática cotidiana do atendimento, distinção entre as atribuições destinadas aos dois cargos, o que a Administração procurou levar a efeito, de forma concreta, apenas a partir de dado momento.

6. Nas circunstâncias, restou demonstrado que o pacientes graves que se encontravam no referido setor do HUCAM eram atendidos pelos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem indistintamente, o que colide com a previsão legal, já que cabe, de fato, aos Técnicos, e não aos Auxiliares de Enfermagem, referida incumbência (artigo 10, inciso I, alínea "b", do Decreto nº 94.406/87). Tanto é que, a partir de determinado momento, a própria Administração passou a observar com critério a situação, buscando disciplinar a atuação dos Auxiliares de Enfermagem, evitando que tratassem pacientes graves do setor de Hemodinâmica, como sobressai dos depoimentos colhidos.

7. Reconhecido, no caso concreto, o alegado desvio de função, cabem às demandantes as diferenças salariais decorrentes, sendo consideradas as "legalmente previstas para a Carreira dos Técnicos de Enfermagem, e não um paradigma específico", até quando a Administração determinou que os Auxiliares de Enfermagem deixassem de atender os pacientes graves que demandassem tratamento intensivo.

8. Nada obstante, o reconhecimento do alegado desvio de função e do consequente direito às diferenças remuneratórias decorrentes não significa reenquadramento do servidor, porquanto, consoante a disciplina constitucional - norteada pelos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa -, a investidura em cargos públicos efetivos condiciona-se à aprovação prévia em concursos públicos (artigo 37, caput e inciso II, da CRFB/88). Nesse rumo, as Cortes Superiores (STF, ARE 802.713 AgR/BA, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, PRIMEIRA TURMA, DJe 07/10/2014, e STJ, RMS 43.613 / PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 07/03/2014).

9. Abordando o tema, julgados das Cortes Regionais (TRF2R, AC 0004490-17.2014.4.02.5001, Rel. Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 04/08/2015, e TRF4R, EINF 5006637-83.2013.404.7110, Rel. Desembargadora Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, SEGUNDA SEÇÃO, j. 12/05/2016).

10. Quanto à atualização monetária, aos juros incidentes sobre as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública e à aplicação da Lei nº 11.960/2009, o STF, em julgamento concluído em 25/3/2015, nos autos das ADIs nºs 4.357 e 4.425, posicionou-se pela aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25/3/2015, data após a qual os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

11. O STF reconheceu, por maioria, a repercussão geral (ainda não julgada) da questão constitucional suscitada no RE 870.947/SE (public. 27/4/2015) pelo Relator, Ministro Luiz Fux, que afirmou a plena vigência do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pelo artigo 5º da Lei nº 11.960/2009, na parte em que rege os juros moratórios e a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública, sob o fundamento de que a decisão por arrastamento nas ADIs nºs 4.357 e 4.425 limitou-se à

correção monetária do precatório, tendo em vista a pertinência lógica entre o artigo 100, §12, da CRFB/88, e o aludido dispositivo infraconstitucional.

12. Honorários advocatícios aos quais se aplicam as regras inseridas no CPC/73, pois a sentença é anterior à vigência da Lei nº 13.105/2015 (Novo CPC). Orientação expressa no Enunciado Administrativo nº 7 do STJ. Verba honorária fixada em R$ 1.500,00 (artigo 20, §4º, do CPC/73), a ser suportada pela UFES.

13. Remessa necessária e apelação conhecidas e parcialmente providas, apenas quanto ao valor da condenação da verba honorária.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e dar parcial provimento à remessa necessária e à apelação, na forma do Relatório e do Voto do Relator, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
34 - 0014107-89.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.014107-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/03/2016 14:10
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ALEXANDER RODRIGUES DE BARROS
APELADO: ANA CAROLINA GOMES DA SILVA
APELADO: ANDERSON MARCELO OLUCHI LAMEGO
APELADO: AUGUSTO CESAR DOS SANTOS ROCHA
APELADO: BIANCA DA COSTA MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO: LEON ROKBRAND
PARTE RÉ: FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUA - FIJ
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0014107-89.2014.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. ENADE. ESTUDANTES HABILITADOS. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

1. O § 6º do artigo 5º da Lei nº 10.861/2004 prevê que a inscrição dos estudantes no ENADE é atribuição da instituição de ensino superior. Compulsando os autos, constata-se que a própria universidade admite que não conseguiu inscrever os impetrantes no ENADE por causa de uma invasão em suas dependências, que ocasionou perda de dados dos alunos e, consequentemente, a ausência de inscrição dos referidos alunos no ENADE. Assim, não poderia o INEP obstar a participação dos impetrantes no ENADE, prejudicando os alunos que cumpriram todos os atos acadêmicos necessários à graduação, por um ato para o qual não concorreram.

2. Apelação e remessa necessária conhecidas e desprovidas.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa necessária, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
37 - 0106324-20.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.106324-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/04/2016 19:14
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SAMARA TEIXEIRA MESSIAS
ADVOGADO: PAULO AMERICO LOPES FRANCO
REMETENTE: JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0106324-20.2015.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. CONCURSO PÚBLICO. TECNOLOGISTA PLENO. INCA. EXPERIÊNCIA DE 3 ANOS. TERMO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO. EDITAL SILENTE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

1. No edital do certame constou como requisito para a posse; 1 ¿ Diploma devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro profissional no órgão de classe competente; 2- Certificado de Residência em Oncologia ou Curso de Especialização em Oncologia ou Título de Especialista em Oncologia e Curso de Especialização em Pediatria o Título de Especialista em Pediatria; 3 - Título de Mestre ou ter, pelo menos, 3 (três) anos de experiência comprovada na área a que concorre.

2. A apelante defende que os 3 anos de experiência devam ser contados somente após a conclusão da residência médica. Contudo, o edital do concurso não menciona qualquer exigência quanto ao termo inicial da contagem do prazo, de modo que tão somente estabelece ser necessário o preenchimento dos ¿3 (três) anos de experiência comprovada na área a que concorre¿.

3. Em respeito ao princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, não é cabível que a coordenação do concurso estabeleça requisitos que não foram previamente estipulados pelo edital e não estejam em consonância com a Lei que regulamente a matéria. Assim, se a Lei nº 8.691/1993 e as disposições editalícias foram silentes na regulamentação do marco inicial da contagem dos três anos de experiência, inexiste espaço para a adoção de interpretações diversas. Precedentes.

4. Ressalte-se que quando o Edital quis estabelecer o termo inicial da contagem, ele assim o fez.

5. Apelação e remessa necessária conhecidas e desprovidas.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa necessária, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

39 - 0011375-44.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011375-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/11/2016 17:48
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: SUL AMERICA CIA/ NACIONAL DE SEGUROS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
ADVOGADO: DIOGO DA CRUZ BRANDAO FONT
AGRAVADO: IRENI KULL
AGRAVADO: MARIA QUITERIA DE ARAUJO
AGRAVADO: MARIA LUIZA QUIRINO
AGRAVADO: MAGDA SILVA MATOS
AGRAVADO: JOSE MARIA PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO: JANETE RODRIGUES NASCIMENTO FRANCO
AGRAVADO: JANETE DE OLIVEIRA ARAUJO
AGRAVADO: ILIDIO LEITE LIMA FILHO
AGRAVADO: GLORIA LUCIA PRUCULE DE SOUZA
AGRAVADO: ELIAS SANTOS FRANCISCO
AGRAVADO: DERMIVAL RIBEIRO
AGRAVADO: DEODETE MARTINS BALLA
AGRAVADO: AURINDO FERREIRA DA COSTA
AGRAVADO: AGNIS RODRIGUES DE COURA
ADVOGADO: MARIO MARCONDES NASCIMENTO
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
Originário: 0500012-20.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra
EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONVERSÃO DO RITO. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE JURÍDICO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ¿ CEF. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. COBERTURA SECURITÁRIA. DANOS FÍSICOS/VÍCIOS CONSTRUTIVOS DE IMÓVEIS ADQUIRIDOS NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO ¿ SFH.

I ¿ A conversão do rito ordinário para o rito especial do Juizado Federal, de ofício, não pode observar somente o valor da causa individualmente, mas também a complexidade da demanda, que, no caso em tela, poderá exigir a produção de prova pericial de engenharia, em razão da alegação de existência de vícios de construção. Além disso, a ação foi ajuizada por 14 autores, o que significa dizer que deverão ser analisados 14 contratos de mútuo habitacional.

II - Inexiste interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar nas ações em que se discute a apólice distinta daquela referente ao seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação, eis que não está vinculada ao Fundo de Compensação de Variações Salariais ¿ FCVS.

III ¿ No entanto, nas ações em que se discute a apólice de seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (apólice pública ou ramo 66), o Superior Tribunal de Justiça uniformizou a matéria, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº 1.091.363/SC, submetido ao artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973, no sentido de que há interesse jurídico da Caixa Econômica Federal, como assistente simples, e em consequência o deslocamento da competência para a Justiça Federal, desde que haja comprovação de que o contrato de seguro, adjeto ao de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, tenha sido firmado entre 02/12/1988 e 29/12/2009, esteja vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais ¿ FCVS e que o pagamento da cobertura securitária pretendida no processo comprometerá o FCVS, com risco efetivo de exaurimento da Reserva Técnica do FESA.

IV - Nesse sentido, destacam-se os recentes seguintes precedentes sobre a matéria: STJ, AgRg no AREsp 605.643/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 01/12/2015, DJe 11/12/2015; STJ, EDcl no AgRg no AREsp 416.800/PE, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 19/11/2015; STJ, REsp 1547694/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 16/11/2015; STJ, EDcl no AREsp 651.038/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 08/09/2015; STJ, AgRg no AREsp 643.251/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 02/09/2015; STJ, AgRg no CC 133.731/RS, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Segunda Seção, DJe 20/08/2014; STJ, AgRg no REsp 1427808/SC, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 29/04/2014.

V - A nova redação dada ao art. 1º-A da Lei nº 12.409/2011, promovida pela Lei nº 13.000/2014, não violou art. 109, inciso I, da Constituição Federal, tampouco trouxe qualquer alteração nos parâmetros fixados para a demonstração de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal nos feitos em que se discute cobertura de seguro de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional ¿ SFH. O art. 1º-A, § 1º, da Lei em referência deixa claro que a Caixa Econômica Federal intervirá, em face do interesse jurídico, nas ações judiciais que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS ou às suas

subcontas. Portanto, se não há prova de risco ou impacto jurídico ou econômica ao FCVS, a Caixa Econômica Federal não possui interesse jurídico na demanda. Nessa linha de entendimento, citem-se os seguintes arestos: STJ, AgRg no AREsp 830.761/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/03/2016; STJ, AGEDCC 201303616877, Segunda Seção, Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze, Fonte: DJE de 14/10/2014.

VI ¿ Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
40 - 0011860-44.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011860-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/11/2016 11:04
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: SUL AMERICA CIA/ NACIONAL DE SEGUROS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
ADVOGADO: DIOGO DA CRUZ BRANDAO FONT
AGRAVADO: JULIO DIAS DE OLIVEIRA
AGRAVADO: MARIA JOSE DE OLIVEIRA SIMOES
AGRAVADO: MARIA DE LOURDES LARANJEIRA
AGRAVADO: MARIA DE LOURDES AREDES ACHLETE
AGRAVADO: MARIA DA PENHA SALES DA SILVA
AGRAVADO: MARIA DA GUIA SILVA HERZOG
AGRAVADO: MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA
AGRAVADO: LUIZ FERREIRA DE SOUZA
AGRAVADO: LOUSIMAR ROSSETTO
AGRAVADO: JUAREZ ROSSETTO
AGRAVADO: JOSE ROBERTO FERREIRA PEREIRA
AGRAVADO: JOSE AUGUSTO DA SILVA
AGRAVADO: JOEL CORREIRA DA COSTA
AGRAVADO: JOAO MIRANDA NETO
AGRAVADO: JOAO CARLOS DEMUNER
AGRAVADO: IZAIAS DETTMANN PETERS
AGRAVADO: IDAIR MALAQUIAS FERREIRA
ADVOGADO: MARIO MARCONDES NASCIMENTO
Originário: 0500150-84.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra
EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONVERSÃO DO RITO. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE JURÍDICO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ¿ CEF. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. COBERTURA SECURITÁRIA. DANOS FÍSICOS/VÍCIOS CONSTRUTIVOS DE IMÓVEIS ADQUIRIDOS NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO ¿ SFH.

I ¿ A conversão do rito ordinário para o rito especial do Juizado Federal, de ofício, não pode observar somente o valor da causa individualmente, mas também a complexidade da demanda, que, no caso em tela, poderá exigir a produção de prova pericial de engenharia, em razão da alegação de existência de vícios de construção. Além disso, a ação foi ajuizada por 17 autores, o que significa dizer que deverão ser analisados 17 contratos de mútuo habitacional.

II - Inexiste interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar nas ações em que se discute a apólice distinta daquela referente ao seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação, eis que não está vinculada ao Fundo de Compensação de Variações Salariais ¿ FCVS.

III ¿ No entanto, nas ações em que se discute a apólice de seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (apólice pública ou ramo 66), o Superior Tribunal de Justiça uniformizou a matéria, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº 1.091.363/SC, submetido ao artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973, no sentido de que há interesse jurídico da Caixa Econômica Federal, como assistente simples, e em consequência o deslocamento da competência para a Justiça Federal, desde que haja comprovação de que o contrato de seguro, adjeto ao de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, tenha sido firmado entre 02/12/1988 e 29/12/2009, esteja vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais ¿ FCVS e que o pagamento da cobertura securitária pretendida no processo comprometerá o FCVS, com risco efetivo de exaurimento da Reserva Técnica do FESA.

IV - Nesse sentido, destacam-se os recentes seguintes precedentes sobre a matéria: STJ, AgRg no AREsp 605.643/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 01/12/2015, DJe 11/12/2015; STJ, EDcl no AgRg no AREsp 416.800/PE, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 19/11/2015; STJ, REsp 1547694/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 16/11/2015; STJ, EDcl no AREsp 651.038/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 08/09/2015; STJ, AgRg no AREsp 643.251/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 02/09/2015; STJ, AgRg no CC 133.731/RS, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Segunda Seção, DJe 20/08/2014; STJ, AgRg no REsp 1427808/SC, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 29/04/2014.

V - A nova redação dada ao art. 1º-A da Lei nº 12.409/2011, promovida pela Lei nº 13.000/2014, não violou art. 109, inciso I, da Constituição Federal, tampouco trouxe qualquer alteração nos parâmetros fixados para a demonstração de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal nos feitos em que se discute cobertura de seguro de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional ¿ SFH. O art. 1º-A, § 1º, da Lei em referência deixa claro que a Caixa Econômica Federal intervirá, em face do interesse jurídico, nas ações judiciais que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS ou às suas subcontas. Portanto, se não há prova de risco ou impacto jurídico ou econômica ao FCVS, a Caixa Econômica Federal não possui interesse jurídico na demanda. Nessa linha de entendimento, citem-se os seguintes arestos: STJ, AgRg no AREsp 830.761/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/03/2016; STJ, AGEDCC 201303616877, Segunda Seção, Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze, Fonte: DJE de 14/10/2014.

VI ¿ Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
41 - 0011901-11.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011901-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 16/11/2016 12:57
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: SOCIEDADE EDUCACIONAL DE VIANA
ADVOGADO: PATRICK FERRAZ RIBEIRO
AGRAVADO: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0007337-41.2004.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. MANUTENÇÃO DA MULTA DIÁRIA. REDUÇÃO DO PERCENTUAL DA PENHORA SOBRE O FATURAMENTO MENSAL. PEDIDO INTEMPESTIVO.

1. Na hipótese, tendo em vista que o descumprimento da determinação judicial restou devidamente comprovado nos autos, há justificativa para a incidência da multa em questão. O valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia também não é excessivo, nem a obrigação era de difícil cumprimento.

2. Ademais, observa-se dos autos que a execução da sentença teve início no ano de 2008, com a cominação da multa diária, objetivando o cumprimento da obrigação de fazer. Até o cumprimento indireto pelo DNIT, em 29/05/2009, não houve manifestação da agravante impugnando o valor da multa ou demonstrando dificuldade em cumprir o julgado.

3. Se o valor acumulado a título de multa diária se revela elevado quando comparado ao montante da condenação, isso se deve apenas à recalcitrância e à demora da agravante em cumprir as determinações judiciais. A quantia fixada, no entanto, não se revela exorbitante e deve, assim, ser prestigiada. Entendimento em sentido contrário acabaria por premiar o descaso com o Poder Judiciário.

4. A agravante requer também que "a constrição sobre a renda da empresa, deve ser limitada a percentual que não venha a inviabilizar o seu funcionamento. Assim sendo, roga seja o percentual fixado em patamar mínimo, após realização de pagamento de seus compromissos (acordos trabalhistas, pagamento de professores e funcionários, aquisição de materiais para sua mantença etc.)". Pedido intempestivo, conforme já decidido no Agravo de Instrumento n° 0104765-39.2014.4.02.0000, transitado em julgado.

5. O pedido de redução do percentual da penhora sobre o faturamento mensal é intempestivo, tal como no agravo de instrumento anterior, pois o prazo para interpor recurso objetivando a reforma da decisão que deferiu a penhora de 10 (dez) % sobre o faturamento da agravante expirou em 04/08/2014.

6. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
42 - 0012013-77.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012013-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/11/2016 16:56
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: E. F. D. R.
ADVOGADO: ISABELA DIAS DE ARAUJO
Originário: 0154747-74.2016.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO GÊNERO MASCULINO. CASAL HOMOAFETIVO. LICENÇA GESTANTE/ADOTANTE. CONCESSÃO. DISCRIMINAÇÃO. VEDAÇÃO. DIREITO DO FILHO. DECISÃO NÃO TERATOLÓGICA.

1. O ora agravado requereu à Administração Pública Federal a concessão de licença adotante pelo mesmo período concedido no caso de licença-maternidade, isto é, por 120 dias (art. 207, Lei nº 8.112/90) prorrogáveis por mais 60 dias (art. 2º, §1º, do Decreto nº 6.690/08). Administrativamente, o pleito foi indeferido, tendo sido concedida apenas a licença-paternidade por 5 dias consecutivos, nos moldes do art. 208 da Lei nº 8.112/90, prorrogáveis por mais um único período de 15 dias (Decreto nº 8.737, de 03/05/2016, que instituiu o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 8.112/90).

2. Ab initio, cabe destacar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 778889, com repercussão geral reconhecida, fixou a tese no sentido de que ¿Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores ao prazo da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada¿. Resta saber se o impetrante, servidor público do gênero masculino, que vive em união homoafetiva, poderia ser beneficiado pelo prazo da licença gestante/adotante concedida às servidoras do gênero feminino.

3. Na decisão proferida no julgamento conjunto da ADPF 132 e ADI 4277, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que o ¿caput do art. 226 confere à família, base da sociedade, especial proteção do Estado (...) Família em seu coloquial ou proverbial significado de núcleo doméstico, pouco importando se formal ou informalmente constituída, ou se integrada por casais heteroafetivos ou por pares homoafetivos¿, salientando ainda que a ¿Isonomia entre casais heteroafetivos e pares homoafetivos (...) somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma autonomizada família¿. Dessa forma, o reconhecimento do direito do autor ao gozo de licença adoção nos moldes aplicados às servidoras mulheres não se trata de concessão de privilégio ou fator de discriminação, mas de dar eficácia à isonomia reconhecida entre casais homoafetivos e heteroafetivos.

4. Ademais, como bem destacado na decisão agravada, ao se negar tal direito de convívio, o maior prejudicado será o filho. No caso sub examine, esse aspecto ganha especial relevância em razão do déficit afetivo dos filhos dos impetrantes, que são provenientes de lar desestruturado, sendo fundamental a convivência integral durante o período da licença para se estruturarem os laços afetivos, e por certo isso será impossível em 5 (cinco) dias.

5. Assim, a licença remunerada de 120 dias (art. 207 da Lei nº 8.112/90), com a prorrogação de 60 dias prevista no art. 2º, § 1º, do Decreto n. 6.690/08, deve ser estendida a um dos integrantes do casal homoaefetivo. Ressalte-se, por oportuno, que o companheiro do agravado firmou declaração constando que não irá solicitar licença adotante a qualquer órgão público ou privado.

6. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
43 - 0012403-47.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012403-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/11/2016 19:07
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: HÉLIO ROBERTO DINIZ MOURA
ADVOGADO: MARCIO LUIZ BAZILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0129824-66.2016.4.02.5106 - 02ª Vara Federal de Petrópolis
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECRETAÇÃO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS. ART. 24-A DA LEI Nº 9.656/98. MEDIDA CAUTELAR DE NATUREZA PREVENTIVA. §4º DO ART. 24-A DA LEI Nº 9.656/98. A INDISPONIBILIDADE NÃO ALCANÇA OS BENS OBJETO DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA, DESDE QUE OS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS TENHAM SIDO LEVADOS AO COMPETENTE REGISTRO PÚBLICO, ANTERIORMENTE À DATA DA DECRETAÇÃO DA DIREÇÃO FISCAL OU DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ALEGAÇÃO DE QUE A INDISPONIBILIDADE RECAIU SOBRE BEM DE FAMÍLIA (O QUE DEMANDARIA PROVA CABAL INEXISTENTE NOS AUTOS). A PROMESSA DE COMPRA E VENDA DO MENCIONADO IMÓVEL ATÉ A PRESENTE DATA NÃO FOI LEVADA A REGISTRO. IMPOSSIBILIDADE DE LEVANTAMENTO DA INDISPONIBILIDADE DO BEM EM QUESTÃO PELA ANS. CORRETA A DECISÃO QUE

MANTEVE O BLOQUEIO ADMINISTRATIVO DO IMÓVEL. INDISPENSÁVEL A COMPROVAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS PREVISTOS PELA LEI 8.009/90. NECESSÁRIA A DILAÇÃO PROBATÓRIA.

1. O Regime Especial foi atribuído à ANS pela Lei nº 9.656/98, devendo ser instaurado sempre que identificado nas Operadoras insuficiência das garantias do equilíbrio financeiro, anormalidades econômico-financeiras ou administrativas graves que coloquem em risco a continuidade ou a qualidade do atendimento à saúde. A decretação de indisponibilidade de bens encontra-se disciplinada pelo art. 24-A da Lei nº 9.656/98.

2. A indisponibilidade prevista no art. 24-A da Lei nº 9.656/98 decorre do ato que decretar a direção fiscal ou a liquidação extrajudicial e atinge a todos aqueles que tenham estado no exercício das funções administrativas nos doze meses anteriores ao mesmo ato. A indisponibilidade de bens é medida cautelar de natureza preventiva cujo objetivo é assegurar o ressarcimento cabal ao final de procedimento instaurado para apurar a responsabilidade pelos atos praticados que desaguaram na liquidação extrajudicial da sociedade.

3. De outro lado, o §4º do art. 24-A da Lei nº 9.656/98 prescreve que ¿não se incluem nas disposições deste artigo os bens considerados inalienáveis ou impenhoráveis pela legislação em vigor¿, bem como que ¿a indisponibilidade também não alcança os bens objeto de contrato de alienação, de promessa de compra e venda, de cessão ou promessa de cessão de direitos, desde que os respectivos instrumentos tenham sido levados ao competente registro público, anteriormente à data da decretação da direção fiscal ou da liquidação extrajudicial¿.

4. In casu, embora o agravante assevere que a indisponibilidade recaiu sobre bem de família (o que demandaria prova cabal inexistente nos autos), fato é que, conforme ele mesmo comprova nos autos do processo n.º 0129824-66.2016.4.02.5106, a promessa de compra e venda do mencionado imóvel, assinada em 28 de fevereiro de 2003, até a presente data não foi levada a registro, razão pela qual, nos termos do art. 24-A da Lei nº 9.656/98, não poderia a ANS levantar a indisponibilidade do bem em questão.

5. Correto o entendimento da MM. Juíza a qua, que manteve o bloqueio administrativo do imóvel, por não visualizar, "nesta fase processual, os requisitos necessários à concessão da tutela provisória, seja de urgência ou de evidência, sendo certo que é indispensável a comprovação dos pressupostos previstos pela Lei 8.009/90, sendo necessária a dilação probatória".

6. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215633/ccv

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
44 - 0012710-98.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012710-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/12/2016 12:25
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: THALES SANTOS GOMES
ADVOGADO: NUNO CASTILHO COIMBRA DA COSTA
AGRAVADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0171724-44.2016.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA - PERDA DO OBJETO - ART. 932, III, DO CPC/2015 - PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ.

1. Hipótese de Agravo de Instrumento a fim de reformar decisão que deferiu parcialmente o pedido liminar.

2. Considerando que já foi proferida sentença nos autos do processo originário, concedendo a segurança requerida, houve perda de objeto do presente recurso, pois a superveniência da sentença prolatada pelo Juízo a quo, que emana de uma cognição exauriente, fez desaparecer o interesse recursal, acarretando a inutilidade da discussão a respeito do cabimento ou não da medida liminar.

3. Precedentes desta Corte e do STJ no sentido de que, sobrevindo sentença nos autos principais, o Agravo fica prejudicado, por perda de objeto, e impõe-se a aplicação do inciso III do art. 932 do CPC/2015.

4. Agravo de Instrumento não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2016. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215633/ccv

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
45 - 0013082-47.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.013082-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 15/12/2016 11:47
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
ADVOGADO: Priscilla Souza de Almeida Wanick
AGRAVADO: IDAIR MALAQUIAS FERREIRA
AGRAVADO: IZAIAS DETTMANN PETERS
AGRAVADO: JOAO CARLOS DEMUNER
AGRAVADO: JOAO MIRANDA NETO
AGRAVADO: JOEL CORREIA DA COSTA
AGRAVADO: JOSE AUGUSTO DA SILVA
AGRAVADO: JOSE ROBERTO FERREIRA PEREIRA
AGRAVADO: JUAREZ ROSSETTO
AGRAVADO: JULIO DIAS DE OLIVEIRA
AGRAVADO: LOUSIMAR ROSSETTO
AGRAVADO: LUIZ FERREIRA DE SOUZA
AGRAVADO: MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA
AGRAVADO: MARIA DA GUIA SILVA HERZOG
AGRAVADO: MARIA DA PENHA SALES DA SILVA
AGRAVADO: MARIA DE LOURDES AREDES ACHLETE
AGRAVADO: MARIA DE LOURDES LARANJEIRA
AGRAVADO: MARIA JOSE DE OLIVEIRA SIMOES
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
Originário: 0500150-84.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra
EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONVERSÃO DO RITO. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE JURÍDICO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ¿ CEF. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. COBERTURA SECURITÁRIA. DANOS FÍSICOS/VÍCIOS CONSTRUTIVOS DE IMÓVEIS ADQUIRIDOS NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO ¿ SFH.

I ¿ A conversão do rito ordinário para o rito especial do Juizado Federal, de ofício, não pode observar somente o valor da causa individualmente, mas também a complexidade da demanda, que, no caso em tela, poderá exigir a produção de prova pericial de engenharia, em razão da alegação de existência de vícios

de construção. Além disso, a ação foi ajuizada por 17 autores, o que significa dizer que deverão ser analisados 17 contratos de mútuo habitacional.

II - Inexiste interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar nas ações em que se discute a apólice distinta daquela referente ao seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação, eis que não está vinculada ao Fundo de Compensação de Variações Salariais ¿ FCVS.

III ¿ No entanto, nas ações em que se discute a apólice de seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (apólice pública ou ramo 66), o Superior Tribunal de Justiça uniformizou a matéria, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº 1.091.363/SC, submetido ao artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973, no sentido de que há interesse jurídico da Caixa Econômica Federal, como assistente simples, e em consequência o deslocamento da competência para a Justiça Federal, desde que haja comprovação de que o contrato de seguro, adjeto ao de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, tenha sido firmado entre 02/12/1988 e 29/12/2009, esteja vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais ¿ FCVS e que o pagamento da cobertura securitária pretendida no processo comprometerá o FCVS, com risco efetivo de exaurimento da Reserva Técnica do FESA.

IV - Nesse sentido, destacam-se os recentes seguintes precedentes sobre a matéria: STJ, AgRg no AREsp 605.643/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 01/12/2015, DJe 11/12/2015; STJ, EDcl no AgRg no AREsp 416.800/PE, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 19/11/2015; STJ, REsp 1547694/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 16/11/2015; STJ, EDcl no AREsp 651.038/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 08/09/2015; STJ, AgRg no AREsp 643.251/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 02/09/2015; STJ, AgRg no CC 133.731/RS, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Segunda Seção, DJe 20/08/2014; STJ, AgRg no REsp 1427808/SC, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 29/04/2014.

V - A nova redação dada ao art. 1º-A da Lei nº 12.409/2011, promovida pela Lei nº 13.000/2014, não violou art. 109, inciso I, da Constituição Federal, tampouco trouxe qualquer alteração nos parâmetros fixados para a demonstração de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal nos feitos em que se discute cobertura de seguro de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional ¿ SFH. O art. 1º-A, § 1º, da Lei em referência deixa claro que a Caixa Econômica Federal intervirá, em face do interesse jurídico, nas ações judiciais que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS ou às suas subcontas. Portanto, se não há prova de risco ou impacto jurídico ou econômica ao FCVS, a Caixa Econômica Federal não possui interesse jurídico na demanda. Nessa linha de entendimento, citem-se os seguintes arestos: STJ, AgRg no AREsp 830.761/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/03/2016; STJ, AGEDCC 201303616877, Segunda Seção, Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze, Fonte: DJE de 14/10/2014.

VI ¿ Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

BOLETIM: 2017000142

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000118-47.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.000118-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.108547-1
Distribuição por Prevenção - 04/03/2015 14:29
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOSE AIRTON DE SOUZA

ADVOGADO: SILVIO GERMANO BRITO DA SILVA
Originário: 0000118-47.2013.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IBAMA. OMISSÃO NA APRECIAÇÃO DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. SENTENÇA ULTRA PETITA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 1.013, § 3º, II, DO NCPC/2015. NULIDADE ABSOLUTA RECONHECIDA DE OFÍCIO. EFEITOS INFRINGENTES. ACÓRDÃO MODIFICADO.

1. Sustenta o embargante que a decisão recorrida seria omissa, porquanto, ao examinar o recurso de apelação reformou em parte a sentença para afastar a substituição da obrigação de fazer pela pena pecuniária mínima de R$ 500,00 (quinhentos reais). Alega que o autor não recorreu e sequer se insurgiu quanto à substituição da sanção, assim tal reforma incorreu em reformatio in pejus, pois o valor da multa constante no acórdão representou valor bem inferior ao fornecimento de 50 kg de ração/suprimentos veterinários determinado na sentença.

2. As conclusões do julgado embargado mostraram-se incorretas, uma vez que da interposição do recurso não deve resultar ao recorrente situação mais desfavorável que a advinda da sentença impugnada. Todavia, reexaminando os autos é fácil convir que a substituição da pena pecuniária pela obrigação de entregar ração animal, embora constasse das razões de apelo e tivesse sido tratada pela sentença, sequer era objeto do feito, excedendo, assim, os limites do pedido do autor.

3. Sendo matéria de ordem pública, o vício de julgamento ultra petita é passível de conhecimento de ofício a qualquer tempo e grau de jurisdição, inclusive em sede de embargos de declaração. O ¿art. 128 do CPC impõe ao Juiz decidir a lide nos limites em que foi proposta, enquanto o art. 460 do CPC veda-lhe a prolação de decisão além (ultra petita), fora (extra petita) ou aquém do pedido (citra ou infra petita); ambos os dispositivos consagram o chamado princípio da congruência ou da correlação, que preceitua que a sentença deve corresponder, fielmente, ao pedido formulado pela parte promovente, deferindo-o ou negando-o, no todo, parcialmente, se for o caso¿ (STJ - ERESP 201301524960, rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, DJE:06/02/2014).

4. Na hipótese, o autor requereu a declaração de nulidade do auto de infração, a revogação da apreensão do animal e sua restituição, o cancelamento da multa ou sua redução para o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) e a condenção da autarquia ao pagamento de indenização por danos morais. Da leitura da exordial, percebe-se que em momento algum o autor deduziu pretensão concernente à conversão da pena pecuniária em obrigação de fazer, embora tenha ressaltado que requereu administrativamente a substituição. A r. sentença converteu a pena de multa em obrigação de entregar ração animal, pedido não deduzido na inicial. Dessa forma, padece de vício insanável o capítulo da sentença que tratou de questão que não foi objeto do pedido, violando o disposto nos artigos 128 e 460 do CPC/1973 (atualmente artigos 141 e 492 do CPC/15).

5. Embora se trate de processo em condições de imediato julgamento, não cabe aplicar a solução apresentada pelo art. 1.013, § 3º, II, do NCPC/15, uma vez que a r. sentença foi publicada em 23/07/2014, aplicando-se, por extensão, o Enunciado Administrativo nº 2 do Superior Tribunal de Justiça que determina que : "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

6. Sanada a omissão, devem ser atribuídos efeitos infringentes aos presentes embargos de declaração para modificar o v. acórdão. Configurada, na hipótese, a afronta aos arts. 128 e 460 do Código de Processo Civil de 1973 impõe-se o reconhecimento da nulidade processual verificada nos presentes autos. Determinado o retorno dos autos ao Juízo a quo para proferir nova decisão, apreciando integralmente os pedidos formulados pela parte autora.

7. Embargos de declaração conhecidos e providos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001035-18.2013.4.02.5118 Número antigo: 2013.51.18.001035-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.103446-0
Distribuição-Sorteio Automático - 10/12/2014 14:56
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: ROMAR NAVARRO DE SA
ADVOGADO: ROMAR NAVARRO DE SA
APELADO: PLASTNET IND/ E COM/ DE PLASTICOS LTDA
ADVOGADO: FERNANDO VALLE AYRES
PARTE RÉ: CARTÓRIO FAUSTO VIEIRA - 2º OFÍCIO
ADVOGADO: ROMAR NAVARRO DE SA
PARTE RÉ: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001035-18.2013.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DISCUSSÃO ACERCA DO MÉRITO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. PRECLUSÃO. RECURSO EXTEMPORÂNEO.

1. O recurso não ataca o acórdão proferido decorrente da interposição dos embargos de declaração opostos anteriormente pelo patrono de um dos réus. Ao contrário, ataca diretamente o primeiro acórdão proferido, o qual permaneceu inalterado.

2. Eventual omissão, contradição ou obscuridade verificada, relativamente à majoração dos honorários, ocorrida após a apreciação do recurso de apelação interposto, deveria ter sido objeto de embargos declaratórios opostos contra o primeiro acórdão.

3. O acórdão que resultou do julgamento dos primeiros embargos de declaração opostos pelo réu examinou, tão somente, questão referente ao destinatário da verba honorária e a existência de erro material, sendo parcialmente provido o recurso para retificar este último, mas em absolutamente nada alterando o teor do acórdão proveniente do julgamento da apelação interposta.

4. Tendo sido publicado o primeiro acórdão em 04.12.2015 e interpostos os presentes embargos de declaração em 03.11.2016, a discussão atinente à majoração/fixação da verba honorária encontra-se preclusa.

5. Embargos de declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a. Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0014925-75.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.014925-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.098376-0
Distribuição por Prevenção - 02/03/2015 13:44
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
ADVOGADO: VANUZA VIDAL SAMPAIO
ADVOGADO: VLADIMIR TEIXEIRA DE SANTANA
APELADO: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0014925-75.2013.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. ANP. MULTA. COMÉRCIO COM REVENDEDORA VINCULADA À DISTRIBUIDORA DE OUTRA BANDEIRA.

1. Inexiste qualquer vício no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

2. A conclusão encontrada no acórdão embargado levou em consideração as provas constantes nos autos e se firmou no sentido de ser ônus das empresas do ramo de combustíveis a verificação da regularidade dos demais elos da cadeia produtiva.

3. Os fundamentos do acórdão quanto à responsabilidade na conferência da documentação do revendedor, com esteio na Lei nº 9.847/1999, são suficientes para a solução da lide, não configurando omissão, contradição ou obscuridade.

4. A eventual dificuldade de consulta eletrônica à ANP não altera o fato de a autuada ter assumido o risco de incidir em conduta punível, ao negociar com revendedor sem a devida verificação. A interrupção temporária do site da ANP não retira da empresa a capacidade de aferir a regularidade do posto de combustível que pretende abastecer. A parte autora é empresa do ramo atacadista de combustíveis com mais de 10 (dez) anos no mercado, não é aceitável que não tenha noção dos postos revendedores com os quais comercializa ou das bandeiras aos quais estão vinculados, mesmo porque a visualização das marcas das distribuidoras aparece de forma ostensiva.

5. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo da decisão, o que ocorreu, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Precedentes.

6. De acordo com o Novo CPC, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC).

7. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0033153-98.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.033153-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.120302-4
Distribuição-Sorteio Automático - 18/03/2015 13:45
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

APELANTE: CRISTINA DE JESUS BOTELHO BRANDAO
ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
APELADO: FUNAI - FUNDACAO NACIONAL DO INDIO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0033153-98.2013.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O acórdão embargado adotou a orientação no sentido de que não representa afronta ao princípio da isonomia o fato de serem diferentes as datas de retroação dos efeitos financeiros dos primeiros ciclos de avaliações para pagamento da GDPGPE e da GDAIN, tendo o pagamento desta ocorrido de acordo com os ditames legais, ao passo que o pedido autoral está baseado em circunstâncias casuais. Ademais, destacou-se que é vedado ao Poder Judiciário conceder vantagem a servidor público com base no princípio da isonomia (Súmula Vinculante nº 37), como pleiteado na presente demanda.

2. A teor do disposto no artigo 1.022 do CPC de 2015, os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição, erro material, ou qualquer das condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, do mesmo Codex Processual.

3 Infere-se que a embargante, em verdade, objetiva a modificação do resultado final do julgamento, eis que a fundamentação dos seus embargos de declaração tem por escopo reabrir discussão sobre o tema, uma vez que demonstra seu inconformismo com as razões de decidir, sendo a via inadequada.

4. O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que ¿Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil/15, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido¿. (AgInt no AgRg no AREsp 621715, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 08/09/2016). Seguindo mesma orientação: EDcl no AgRg no AREsp 820915, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/09/2016; EDcl no AgInt no AREsp 875208, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 20/09/2016; EDcl no AgRg no REsp 1533638, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/09/2016.

5. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

6. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T210928_cgm)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0108258-90.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.108258-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.7402.000217-2
Distribuição-Sorteio Automático - 26/09/2014 15:10

Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: ANNA NAIR ASTOLPHI RONCONI ME
APELANTE: CARLOS ALBERTO SIMÕES
APELANTE: IVANETI MARIA RONCONI SIMÕES
ADVOGADO: MARISTELA ROCHA DE FREITAS LEAL
ADVOGADO: LENIA DAYSE TEIXEIRA DARÓS
ADVOGADO: DAIR ANTONIO DAROS
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
ADVOGADO: SILVIO FERREIRA DE ARAUJO
ADVOGADO: ROBERTA MARIANA BARROS DE AGUIAR CORREA
ADVOGADO: ANGELO RICARDO ALVES DA ROCHA
ADVOGADO: ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS
ADVOGADO: LEONARDO JUNHO GARCIA
ADVOGADO: LUCIANO PEREIRA CHAGAS
Originário: 0108258-90.2013.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRESPONDENTE BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL. NEXO CAUSAL NECESSÁRIO.

1. Inexiste qualquer vício no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

2. A conclusão encontrada no acórdão embargado levou em consideração as provas constantes nos autos e se firmou no sentido de que diante da pretensão de reparação decorrente da responsabilidade civil contratual é imprescidível o nexo de causalidade entre a conduta da CEF e o dano causado aos apelantes, o que não foi demonstrado nos autos.

3. A parte autora não cumpriu a determinação para a apresentação de comprovantes dos saques realizados por seus clientes e os pedidos de depósito por ela formalizados junto à CEF. Embora tenha afirmado a existência de um ¿RELATÓRIO DE TRANSAÇÕES¿, nota-se que os autores não juntaram aos autos os referidos balancetes ou relatórios de prestação de contas que, segundo o contrato firmado, deveriam ser rotineiros. O documento apresentado trata da ocorrência de saque sem o correspondente crédito em um único dia, inservível para configurar o prejuízo alegado.

4. O acórdão embargado não afirma que os prejuízos sofridos pela empresa teriam se iniciado por volta do ano de 2008, tão pouco que tal abalo financeiro seja decorrente de apropriação indevida da CEF. O contexto em que tais temas foram tratados no voto condutor leva à conclusão de que nem mesmo a empresa sabia precisar o tamanho de seu prejuízo e o momento em que teria ocorrido, se limitando a atribuir, genericamente, a responsabilidade ao banco.

5. Noutro ponto, alegam a necessidade de "prequestionamento de tema de lei federal e constitucional para caso de apreciação de Recurso Especial e/ou Extraordinário, vez que houve cerceamento de defesa aos Embargantes". Contudo, a parte embargante não esclarece em que ponto a decisão recorrida teria violado o devido processo legal, inviabilizando a análise do tema.

6. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo da decisão, o que ocorreu, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Precedentes.

7. De acordo com o Novo CPC, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC).

8. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0122445-94.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.122445-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.093267-7
Redistribuição Livre - 17/03/2016 15:26
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SHELL BRASIL S A PETROLEO
ADVOGADO: JOSE MAURO DE BARROS CARDOSO
Originário: 0122445-94.2013.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. CDA VÁLIDA. IMÓVEL DESCRITO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO. DEVEDORES SOLIDÁRIOS. PAGAMENTO EFETUADO POR UM DOS DEVEDORES. RECONHECIMENTO DA DÍVIDA. EXTINÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ÔNUS DO EXECUTADO ELEITO PELO CREDOR.

1. Inexiste qualquer vício no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

2. A conclusão encontrada no acórdão embargado levou em consideração as provas constantes nos autos e se firmou no sentido da validade da Certidão de Dívida Ativa e, em razão da extinção da execução pelo pagamento Iintegral da dívida, distribuiu os ônus da sucumbência ao executado.

3. A indicação do processo administrativo que deu origem ao débito permite a correta identificação do imóvel sobre o qual incide a taxação e permite a defesa do executado.

4. Convém acrescentar que a presente execução foi dirigida, unicamente, em face da embargante. Inexistem nesses autos os comprovantes do pagamento noticiado pela parte exequente, apenas aqueles incluídos no Sistema da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, não sendo possível atribuí-lo a outro devedor não citado na presente execução fiscal. Também é preciso destacar que a empresa ora embargante não trouxe qualquer documento que atribua co-responsabilidades à empresa citada. Nessas condições, não há elementos para modificar a conclusão encontrada pelo acórdão embargado. Por fim, mesmo considerando a co-responsabilidade do posto de combustíveis pela dívida em execução, é certo que, em se tratando de solidariedade passiva, os devedores respondem cada qual pela dívida total, tendo o credor a faculdade de escolher aquele sobre qual recairá a execução do débito integral. Assim, a quitação efetuada por qualquer dos credores denota o reconhecimento da dívida e dá ensejo à extinção da execução fiscal. Os ônus da sucumbência pertencem ao executado eleito pelo credor.

5. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo da decisão, o que ocorreu, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Precedentes.

6. De acordo com o Novo CPC, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC).

7. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0000033-27.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.000033-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.098662-9
Distribuição por Prevenção - 11/12/2015 13:44
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: GDC ALIMENTOS S/A
ADVOGADO: DANIEL TREISTMAN
ADVOGADO: HERMANO DE VILLEMOR AMARAL NETO
APELADO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000033-27.2014.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. MULTA ADMINISTRATIVA. REDIRECIONAMENTO. INDÍCIOS DE SUCESSÃO EMPRESARIAL.

1. Inexiste qualquer vício no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

2. A conclusão encontrada no acórdão embargado levou em consideração as provas constantes nos autos e se firmou no sentido da inexistência de nulidade no redirecionamento da execução. Também não há que se cogitar que o reconhecimento da responsabilidade da embargante configure emissão de "juizo estranho ao âmbito da cognição" ou que o acórdão tenha "extrapolado o efeito devolutivo da apelação".

3. Essa matéria foi tratada nesses autos e vem sendo analisada mais amiúde em várias execuções fiscais nas quais a empresa está envolvida. O fato de o fundamento adotado pelo acórdão, que deu base à conclusão de que havia entre as empresas um tal vínculo que justificaria a responsabilização, ser diverso daquele adotado pelas partes para tratar do tema não configura "extrapolação da causa de pedir", mas aplicação do princípio do "iura novit curia".

4. O pedido de exclusão do nome da embargante do pólo passivo da execução fiscal foi integralmente analisado sendo, contudo, indeferida a pretensão por força do entendimento de que houve, na sucessão empresarial pela incorporação, uma tentativa de escapar ao pagamento de dívidas e tributos. Também não deixou de ser observado que se trata de crédito administrativo e não tributário, o que não exclui a possibilidade de responsabilização do sucessor pelas obrigações da empresa sucedida.

5. A responsabilidade do incorporador pelas empresas que incorpora já estava prevista no artigo 18 do Decreto nº 3.708/19 e pela Lei nº 6.404/76 artigo 227, assim como ocorre na fusão e na cisão. Portanto, não se trata de um instituto novo criado pelo Código Civil de 2002.

6. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo da decisão, o que ocorreu, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Precedentes.

7. De acordo com o Novo CPC, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC).

8. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0013606-38.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.013606-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.119678-8
Distribuição por Prevenção - 16/04/2015 15:54
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

APELANTE: VERA LUCIA NASCIMENTO DE SOUZA
ADVOGADO: ALEXANDER WOELFFEL FEHLBERG
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ELTON NOBRE DE OLIVEIRA
Originário: 0013606-38.2014.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO NÃO DEMONSTRADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESPROVIMENTO.

1. Alega a embargante que o acórdão recorrido incidiu em contradição ao excluir o INSS da lide, tendo em vista que este atuou no contrato na condição de empregador da apelante e não como fonte pagadora de benefício previdenciário, razão pela qual deveria responder pelo descumprimento da parte que lhe cabia na avença. Afirma, ainda, que a Autarquia Previdenciária deveria compor o pólo passivo desta demanda e que o pleito de chamamento do INSS ao processo deveria ser apreciado para fins de prequestionamento.

2. Ao contrário do que foi alegado pelo embargante, o acórdão foi claro ao analisar o pedido de chamamento do INSS ao processo. Acrescente-se, ainda, que referido pleito foi objeto de agravo de instrumento, conforme mencionado no voto, o qual transitou em julgado (em 11.08.2015), dispondo, ainda, que, quanto a este ponto, não havia mais controvérsia.

3. Mencionou, também, o julgado recorrido que a falta de retenção e repasse das prestações devidas pelo convenente não desobriga a embargante do cumprimento da responsabilidade assumida, em razão de expressa previsão contratual.

4. Com base em alegação de contradição, deseja a embargante modificar o julgado por não concordância, sendo esta a via inadequada.

5. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo da decisão, o que ocorreu, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional.

6. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0146778-76.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.146778-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.095089-6
Distribuição-Sorteio Automático - 22/10/2015 20:13
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CELSO GONCALVES CORREA
ADVOGADO: MARIA AMELIA CORDEIRO LIMA MAUAD
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0146778-76.2014.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 489, § 1º, INC. V, DO NCPC. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A teor do disposto no artigo 1.022 do CPC de 2015, os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição, erro material, ou qualquer das condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, do mesmo Codex Processual.

2. Extrai-se do conteúdo dos embargos de declaração que o autor baseia sua interposição na hipótese prevista no artigo 489, § 1º, inciso V, do Novo Código de Processo Civil

3. O acórdão embargado adotou o entendimento segundo o qual foi devida a revisão do ato de aposentadoria do autor, visto que, desde quando passou para a inatividade, não mais fazia jus ao recebimento da GDATEM no valor da última pontuação obtida nas avaliações de desempenho efetuadas para tal fim (já possuindo, assim, natureza de vantagem pro labore faciendo), cabendo à Administração Pública rever seus próprios atos (autotutela).

4. Restou assentada a orientação no sentido de que é indiferente o fato de o servidor ser aposentado com a redução do valor da GDATEM ou, posteriormente, ter seu ato de aposentadoria revisto pela Administração Pública. Em ambos os casos, deve-se aplicar o disposto no artigo 17-A, inciso II, alínea `a¿, da Lei nº 9.657/1998, pois o servidor inativo, quando a gratificação está sendo paga aos servidores ativos de acordo com os resultados das avaliações de desempenho, tem o direito de recebê-la no valor equivalente a cinquenta pontos, sem que isso configure violação à garantia constitucional da integralidade. Exsurgiu, daí, o posicionamento de que os precedentes nos quais o acórdão está fundamentado, que tenham apreciado a redução da gratificação quando da passagem de servidor para a inatividade, também têm aplicação no caso em apreço.

5. Infere-se que o embargante, em verdade, objetiva a modificação do resultado final do julgamento, eis que a fundamentação dos seus embargos de declaração tem por escopo reabrir discussão sobre o tema, uma vez que demonstra seu inconformismo com as razões de decidir, sendo a via inadequada.

6. O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que ¿Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil/15, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido¿. (AgInt no AgRg no AREsp 621715, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 08/09/2016). Seguindo mesma orientação: EDcl no AgRg no AREsp 820915, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/09/2016; EDcl no AgInt no AREsp 875208, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 20/09/2016; EDcl no AgRg no REsp 1533638, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/09/2016.

7. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

8. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T210928_cgm)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0076571-18.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.076571-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.122056-5

Distribuição por Prevenção - 19/02/2016 18:22
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: NADJA VIEIRA DA SILVA
APELADO: JUREMA VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO: ZILMARIA CAILLEAUX BADARO
Originário: 0076571-18.2015.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Alega a embargante que o acórdão é omisso, eis que, embora tenha dado provimento ao seu apelo, deixou de condenar as embargadas ao pagamento de honorários advocatícios, devendo ser fixados com base no artigo 85, § 2º, do NCPC.

2. O voto-condutor do acórdão embargado adotou o entendimento segundo o qual ¿publicada a sentença recorrida em 03/12/2015, cabe a fixação dos honorários advocatícios com fulcro no CPC/1973¿, seguindo a orientação firmada no Enunciado Administrativo nº 7 do Superior Tribunal de Justiça. Assentou, ainda, de forma expressa que ¿a exclusão do valor do mês de agosto de 2012 dos cálculos do Contador do Juízo não altera a ocorrência de sucumbência recíproca verificada na sentença recorrida¿.

3. A teor do disposto no artigo 1.022 do CPC de 2015, os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição, erro material, ou qualquer das condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, do mesmo Codex Processual.

4. Infere-se que a embargante, em verdade, objetiva a modificação do resultado final do julgamento, eis que a fundamentação dos seus embargos de declaração tem por escopo reabrir discussão sobre o tema, uma vez que demonstra seu inconformismo com as razões de decidir, sendo a via inadequada.

5. O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que ¿Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil/15, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido¿. (AgInt no AgRg no AREsp 621715, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 08/09/2016). Seguindo mesma orientação: EDcl no AgRg no AREsp 820915, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/09/2016; EDcl no AgInt no AREsp 875208, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 20/09/2016; EDcl no AgRg no REsp 1533638, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/09/2016.

6. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

7. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T210928_cgm)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0119687-74.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.119687-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.116504-1
Redistribuição Livre - 11/12/2015 19:30
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: LUIS ALMEIDA TAVARES
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
Originário: 0119687-74.2015.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO DEMONSTRADA. PRESCRIÇÃO. 3,17%. EXECUÇÃO INDIVIDUAL.

1. Alega o IBGE que o acórdão recorrido incidiu em omissão quanto à análise da prescrição, pois deixou de levar em conta a data do trânsito em julgado da decisão que indeferiu o pedido de citação do réu na execução coletiva e o ajuizamento das execuções individuais, ocorrida em 17.05.2011, data a partir da qual o prazo prescricional voltou a correr pela metade, restando, assim, prescrita a execução individual proposta.

2. A decisão proferida pelo STJ deu provimento ao recurso interposto pela ASSIBGE e reconheceu apenas a possibilidade de o Sindicato autor atuar também como substituto processual nas execuções individuais de sentença a serem promovidas.

3. Referida decisão transitou em julgado em 17.05.2011, ocasião em que o prazo prescricional, que havia sido interrompido com o ajuizamento da execução individual, retomou seu curso pela metade, isto é, a partir deste momento a parte interessada teria dois anos e meio para ingressar com a execução individual (em razão de a interrupção ter ocorrido em abril de 2008, quando já transcorria a segunda metade do lapso prescricional contado da data do trânsito em julgado do título judicial).

4. Ocorre que o embargado somente ajuizou a execução individual quando já havia decorrido o lapso prescricional, restando, portanto, prescrita a presente execução.

5. O acórdão recorrido adotou no seu fundamento a data do julgamento do agravo de instrumento interposto pela ASSIBGE contra a decisão que determinou a baixa e o arquivamento dos autos, sendo negado seu seguimento e homologada a desistência dos Recursos Especial e Extraordinário por este Tribunal. Referido recurso foi interposto, na verdade, quando já se encontrava em curso o prazo prescricional para o ajuizamento da execução individual.

6. Embargos de declaração conhecidos e providos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0031398-83.2013.4.02.5151 Número antigo: 2013.51.51.031398-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.117742-2

Redistribuição Livre - 16/09/2015 15:35
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: BENEDITA MENINO DA SILVA
ADVOGADO: GERALDO ZAMBOTI
REMETENTE: JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Originário: 0031398-83.2013.4.02.5151 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO NÃO DEMONSTRADO. DESPROVIMENTO DOS EMBARGOS.

1. Alega a União Federal que o acórdão recorrido incidiu em erro ao ter desconsiderado que o ônus da prova recai sobre o autor da demanda.

2. O acórdão analisou todas as provas dos autos, anexadas pela autora e pela ré. Ademais, o cerne da questão deduzida no processo restringe-se ao cerceamento de defesa e à inobservância dos princípios do contraditório e da ampla defesa no procedimento administrativo que culminou com a redução do benefício da embargada, o que restou amplamente demonstrado.

3. Relativamente à autora, esta se desincumbiu do ônus que lhe cabia de comprovar o descumprimento por parte da União Federal dos preceitos constitucionais norteadores do processo judicial e administrativo. Tanto é verdade que obteve a procedência do seu pedido.

4. A embargante que não se desincumbiu do ônus de provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora de continuar recebendo seu benefício no mesmo valor que percebia antes da revisão (art. 333 do CPC/1973).

5. Alegar o contrário importaria estranho requerimento de produção de prova negativa pela autora, o que não se concebe, especialmente por meio de embargos de declaração.

6. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0133526-40.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.133526-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.092948-0
Redistribuição Livre - 18/06/2015 13:11
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SELENIA DA COSTA LOPES ALVES

ADVOGADO: ERALDO LACERDA JUNIOR
ADVOGADO: LIZANDRA DE ALMEIDA TRES LACERDA
REMETENTE: JUÍZO DA 20ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0133526-40.2013.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O voto-condutor do acórdão embargado foi expresso ao adotar, no caso vertente, o entendimento firmado pelo Enunciado Administrativo nº 7, do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual a fixação dos honorários advocatícios, nos recursos interpostos contra decisão publicada antes da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, deve seguir as regras estabelecidas pelo CPC de 1973. Por conseguinte, descabe falar em omissão no acórdão embargado quanto à regra prevista no artigo 85 do Novo Código de Processo Civil, visto que afastou sua aplicação na hipótese dos presentes autos, demonstrando que, ao contrário do que alega o autor, o posicionamento adotado pelo STJ no julgamento do REsp 1.155.125 não foi ¿suprimido pela nova legislação¿ para a situação de sentença publicada antes da entrada em vigor do NCPC.

2. A teor do disposto no artigo 1.022 do CPC de 2015, os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição, erro material, ou qualquer das condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, do mesmo Codex Processual.

3. Infere-se que a embargante, em verdade, objetiva a modificação do resultado final do julgamento, eis que a fundamentação dos seus embargos de declaração tem por escopo reabrir discussão sobre o tema, uma vez que demonstra seu inconformismo com as razões de decidir, sendo a via inadequada.

4. O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que ¿Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil/15, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido¿. (AgInt no AgRg no AREsp 621715, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 08/09/2016). Seguindo mesma orientação: EDcl no AgRg no AREsp 820915, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/09/2016; EDcl no AgInt no AREsp 875208, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 20/09/2016; EDcl no AgRg no REsp 1533638, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/09/2016.

5. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

6. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T210928_cgm)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0105867-96.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.105867-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2015.6000.101629-2
Distribuição-Sorteio Automático - 09/10/2014 16:32

Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: Concessionária Porto Novo S/A
AGRAVANTE: TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S/A
ADVOGADO: GUSTAVO FERNANDES DE ANDRADE
ADVOGADO: MARCELO ROBERTO FERRO
ADVOGADO: JULIA GRABOWSKY FERNANDES BASTO
ADVOGADO: FELIPE COELHO GOMES FERNANDES BASTO
ADVOGADO: LEONARDO VIEIRA MARINS
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: Associação Brasileira de Serviços de Telecomunicações Competitivas - Telcomp
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.
1. Inexistência de omissão no acórdão embargado, eis que foram apreciadas todas as questões relevantes para o deslinde da causa.
2. Desejam os embargantes modificar o julgado, sendo a via inadequada.
3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36, RSTJ 110/187).
4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215633/ccv

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0001486-03.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.001486-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.113105-8
Distribuição para Órgão Julgador - 19/02/2015 15:25
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA
ADVOGADO: ANA REGINA SHUENQUENER DE ARAUJO
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
ADVOGADO: ANTONIO FREDERICO HELUY DANTAS
ADVOGADO: ARCINELIO DE AZEVEDO CALDAS
AGRAVADO: SOLANGE MATHEUS FERREIRA
AGRAVADO: LEONARDO MATHEUS FERREIRA
AGRAVADO: GERSON FERREIRA JUNIOR
AGRAVADO: LUCIANA MATHEUS FERREIRA
AGRAVADO: MARIA DA PENHA RODRIGUES QUINTINO
AGRAVADO: ALEXADRE RODRIGUES QUINTINO
ADVOGADO: SILVIA APRATTO TENORIO TRINTA
Originário: 0101387-94.1997.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Alega a embargante que o acórdão é omisso, eis que deixou de se manifestar quanto ao princípio do não enriquecimento sem causa, a teor do disposto nos artigos 884 e 885 do Código Civil, e a respeito dos quais pugna pelo prequestionamento.

2. O acórdão embargado, ao adotar o entendimento segundo o qual a matéria discutida no presente agravo de instrumento está preclusa, afastou a possibilidade de ser analisada qualquer alegação sobre o tema, inclusive o referente ao enriquecimento sem causa, a respeito do que, portanto, descabe falar em omissão.

3. A teor do disposto no artigo 1.022 do CPC de 2015, os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição, erro material, ou qualquer das condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, do mesmo Codex Processual.

4. Infere-se que a embargante, em verdade, objetiva a modificação do resultado final do julgamento, eis que a fundamentação dos seus embargos de declaração tem por escopo reabrir discussão sobre o tema, uma vez que demonstra seu inconformismo com as razões de decidir, sendo a via inadequada.

5. O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que ¿Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil/15, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido¿. (AgInt no AgRg no AREsp 621715, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 08/09/2016). Seguindo mesma orientação: EDcl no AgRg no AREsp 820915, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/09/2016; EDcl no AgInt no AREsp 875208, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 20/09/2016; EDcl no AgRg no REsp 1533638, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/09/2016.

6. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

7. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T210928_cgm)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0012956-31.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.012956-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.088783-3
Redistribuição Livre - 13/01/2016 14:51
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: SUL AMERICA CIA/ NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
AGRAVADO: RITA DE CASSIA DE OLIVEIRA DUTRA
AGRAVADO: LUIZ ALBERTO DA SILVA LIMA

AGRAVADO: MARIA DA PENHA MARTINS
AGRAVADO: MARILIA ZANGEROLAME NASCIMENTO
AGRAVADO: NEUZA GOLGNER PETERS
AGRAVADO: LOURDES MACHADO COSWOSCK
AGRAVADO: RUTH DIAS LUCIANO
AGRAVADO: TEREZINHA FLORINDA SCHAEZZER
AGRAVADO: WILSON GERALDO MAPELLI
AGRAVADO: DACILIO SANTIAGODE SANT'ANNA
AGRAVADO: ALICE SALES PEREIRA
AGRAVADO: ANTONIO CARLOS LOUREIRO FRANCHIOTTI
AGRAVADO: CARLOS ALBERTO BELISARIO ROCHA
AGRAVADO: JURANDIR JOANA PIRES
AGRAVADO: DAIZA MARTINS DOS SANTOS
AGRAVADO: ELISETH FELTZ
AGRAVADO: Ernestina Moreira da Silva
AGRAVADO: JOSE DA CONCEIÇÃO MACHADO
AGRAVADO: JOAO TADEU SAGRILLO
AGRAVADO: DELSON ASSUNCAO TELLES
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
ADVOGADO: MARIO MARCONDES NASCIMENTO
Originário: 0000119-58.2015.4.02.5006 - 1ª VF Serra
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. VÍCIOS NÃO DEMONSTRADOS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO.

I - Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material.

II ¿ No caso em tela, o acórdão embargado analisou devidamente as questões apontadas no recurso, sendo certo que inexiste qualquer dos vícios inseridos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

III ¿ A jurisprudência do Eg. Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos de declaração ¿não cabem ser interpostos, salvo casos excepcionais, com o objetivo de modificar o julgado em seu mérito.¿ (RMS 303/RJ ¿ Edcl., Quarta Turma, Ministro Athos Gusmão Carneiro, DJU 10/06/1991, p. 7.851). Nesse mesmo sentido: STJ, REsp 201001582626, Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJE 03/02/2011; STJ, EDcl no AgRg no Ag 958.489/BA, Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJ 19/05/2008; TRF 2ª Região, AC 9702116376, Terceira Turma Especializada, DJU 25/06/2009.

IV ¿ Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Ressaltou a Suprema Corte: ¿O prequestionamento para o RE não reclama que o preceito constitucional invocado pelo recorrente tenha sido explicitamente referido pelo acórdão, mas sim, que este tenha versado inequivocamente a matéria objeto da norma que nele se contenha¿ (RTJ 152/243).

V - De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (CPC/2015, art. 1.025).

VI - Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos recursos, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0000374-62.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.000374-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.094282-6
Distribuição-Sorteio Automático - 19/01/2016 10:31
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
AGRAVADO: ROBERTO GONÇALVES DE OLIVEIRA
AGRAVADO: CARLOS FERNANDES ZAMPROGNO
AGRAVADO: VALDIR SCHULZ
AGRAVADO: CLAUDEMIR PINOTTI
AGRAVADO: CLEUSA BARREIRA BENTO
AGRAVADO: SELMA LIMA MOREIRA
AGRAVADO: GILDETE CHAVES PEREIRA OLIVEIRA
ADVOGADO: RODRIGO LOPES BRANDÃO
ADVOGADO: BRUNO DE CASTRO QUEIROZ
Originário: 0000444-67.2014.4.02.5006 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. VÍCIOS NÃO DEMONSTRADOS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO.

I - Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material.

II ¿ No caso em tela, o acórdão embargado analisou devidamente as questões apontadas no recurso, sendo certo que inexiste qualquer dos vícios inseridos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

III ¿ A jurisprudência do Eg. Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos de declaração ¿não cabem ser interpostos, salvo casos excepcionais, com o objetivo de modificar o julgado em seu mérito.¿ (RMS 303/RJ ¿ Edcl., Quarta Turma, Ministro Athos Gusmão Carneiro, DJU 10/06/1991, p. 7.851). Nesse mesmo sentido: STJ, REsp 201001582626, Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJE 03/02/2011; STJ, EDcl no AgRg no Ag 958.489/BA, Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJ 19/05/2008; TRF 2ª Região, AC 9702116376, Terceira Turma Especializada, DJU 25/06/2009.

IV ¿ Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Ressaltou a Suprema Corte: ¿O prequestionamento para o RE não reclama que o preceito constitucional invocado pelo recorrente tenha sido explicitamente referido pelo acórdão, mas sim, que este tenha versado inequivocamente a matéria objeto da norma que nele se contenha¿ (RTJ 152/243).

V - De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (CPC/2015, art. 1.025).

VI - Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos recursos, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

17 - 0008685-42.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.008685-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.103813-9
Distribuição-Sorteio Automático - 24/08/2016 12:58
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: FRANCISCA RENATA DA SILVA MAIA
ADVOGADO: SANDRA ORTIZ DE ABREU
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0087756-89.2016.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RETRATAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO NÃO PADRONIZADO. MACITENTAN. INVASÃO DO JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.

1. Esta egrégia Sétima Turma Especializada vinha adotando entendimento no sentido da ilegitimidade passiva da União Federal em demandas nas quais se postulava a distribuição de fármacos não excepcionais. Ocorre que, em julgados mais recentes, a Sétima Turma Especializada firmou posicionamento no sentido de rejeitar a ilegitimidade passiva ad causam da União, eis que, não estando o medicamento em questão na Portaria nº 1.554/2013 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre as regras de financiamento e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), não há como adotar a divisão de competências previstas na referida Portaria para afastar a responsabilidade da União pelo seu fornecimento. Precedentes.

2. O art. 196 da CRFB dispõe que o direito à saúde deve ser ¿garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação¿. Assim, o dispositivo, em sua primeira parte estabelece um direito genérico à saúde, mas sua parte final traz alguns balizamentos. Primeiramente, a valorização da medicina preventiva e, em segundo lugar, o estabelecimento de políticas sociais e econômicas que possibilitem um acesso universal e igualitário. Diante dos princípios da reserva do possível e da isonomia, além das limitações orçamentárias, o Judiciário não pode privilegiar situações individuais em detrimento das políticas públicas que buscam o atendimento de toda a população de forma igualitária.

3. O único modo de conciliar a concretização do direito à saúde, de forma cada vez mais ampla, com os princípios da isonomia e da reserva do possível é a utilização de ações coletivas, especialmente pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, requerendo-se a inclusão de medicamentos ainda não padronizados nas listas do Ministério e das Secretarias de Saúde, com ampla produção de provas e audiência de setores técnicos especializados.

4. Não deve o Poder Judiciário, em toda e qualquer demanda similar à presente, apenas embasado na solidariedade humana, interferir nas decisões administrativas que visam garantir atendimento médico mais eficiente e de maior alcance, sob pena de cometer injustiças ainda mais graves e de violação ao princípio da separação dos poderes previsto no artigo 2º da Constituição Federal. Precedentes do STF e STJ.

5. Embargos de declaração conhecidos e parcialmente providos para reformar em parte o acórdão embargado, a fim de conhecer e negar provimento ao agravo de instrumento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar parcial provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0009840-80.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009840-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.119617-6
Distribuição-Sorteio Automático - 28/09/2016 12:23
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: PATRICIA HELENA CROZERA NIVOLONE
ADVOGADO: ANGELITA GRACIELA LEPREVOST MEDINA SATRIANO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0119244-89.2016.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. MILITAR TEMPORÁRIO. LICENCIAMENTO EX OFFICIO. ATO DISCRICIONÁRIO. LIMITE ETÁRIO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. MERO INCONFORMISMO. PREQUESTIONAMENTO.

1. O embargante não narra nenhum vício no acórdão embargado, desejando na verdade, manifestar sua discordância com o resultado do julgamento, sendo esta a via inadequada, haja vista que os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do mérito da causa, mas tão somente a integrar ou aclarar o julgado, seja por meio da supressão de eventual omissão, obscuridade ou contradição. Precedentes.

2. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Precedentes.

3. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0000607-25.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000607-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 01/02/2017 13:45
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: ISACMAR COMÉRCIO E CONFECÇÃO DE ROUPAS LTDA.
AGRAVANTE: JORGE MAURILIO GAMA FERNANDES
ADVOGADO: LIDIANE CARVALHO DE OLIVEIRA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0063684-17.2016.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.

1. O benefício da gratuidade da justiça pode ser postulado a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição. Para seu deferimento, no caso de pessoa jurídica, não basta a simples declaração feita pela interessado, mas sim de verdadeira prova da dificuldade econômica que o incapacita de arcar com as despesas do processo.

2. Conforme entendimento dominante do Eg. Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, a pessoa jurídica pode ser destinatária de assistência judiciária se restar demonstrado que não possui condições de pagar os encargos do processo, sendo, pois, inequívoca a situação de hipossuficiência.

3. In casu, entendeu o juiz a quo que "foi oportunizada à primeira autora a juntada da documentação comprobatória do preenchimento dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade de justiça, nos termos do despacho de fl. 210, sendo que a referida demandante se limitou a juntar cópia da rescisão de contrato de locação comercial relativo à empresa ANTOMARI COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA, pessoa jurídica que não faz parte da presente relação processual."

4. De fato, observa-se que o agravante não juntou documentos que comprovassem verdadeira dificuldade econômica que o incapacitaria de arcar com as despesas do processo, razão pela qual é de rigor a manutenção da r. decisão ora impugnada.

5. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000143

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000549-71.2005.4.02.5002 Número antigo: 2005.50.02.000549-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.095819-6
Distribuição-Sorteio Automático - 14/01/2016 19:58
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: MINERACAO SAO CARLOS LTDA
ADVOGADO: FELIPE SOUZA PINTO
ADVOGADO: JOSÉ ARILDO VALADÃO DE ANDRADE
ADVOGADO: THIAGO ALEXANDRE FADINI
Originário: 0000549-71.2005.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESPROVIMENTO.

1. A embargante alega que o julgado foi omisso quanto à análise da inconstitucionalidade decretada no julgamento da ADI 1717/DF, pelo Supremo Tribunal Federal, como mencionado na sentença.

2. A sentença extinguiu a execução com fundamento na declaração de inconstitucionalidade (ADI 1717-6) do caput do art. 58 e seus §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, da Lei nº 9.649/1998, pelo Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que tais dispositivos incorreram em violação ao princípio da legalidade, que veda a fixação de contribuições, multas e preços por norma infralegal.

3. O voto condutor do acórdão embargado é expresso no sentido de que a CDA fundamenta a cobrança da multa administrativa nos arts. 6º, 'a', 58, 59, 60 e 73 da Lei nº 5.194/1966, em obediência, assim, ao princípio da legalidade estrita.

4. O acórdão recorrido apreciou o tema central da apelação, relativamente à observância da CDA ao princípio da legalidade formal na cobrança de multa administrativa.

5. Acrescente-se que a cobrança do crédito em questão foi objeto dos embargos à execução nº 2006.50.02.000868-3, tendo sido proferida sentença de improcedência dos pedidos, complementada, em sede de embargos de declaração, com trânsito em julgado, conforme certidão datada de 09/03/2007.

6. A recorrente aponta contradição no julgado, sob a alegação de que os dispositivos legais mencionados no acórdão não autorizam a aplicação de penalidades nem estabelecem valores, encontrando-se estes normatizados na legislação infralegal, em desrespeito ao princípio da legalidade.

7. A existência de contradição se observa quando existentes no acórdão proposições inconciliáveis entre si, o que não se verifica no julgado atacado.

8. Sob a alegação de omissão e contradição, a embargante deseja, na verdade, manifestar sua discordância com o resultado do julgamento, sendo esta a via inadequada. Precedentes.

9. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211286_lou)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0003097-62.2011.4.02.5001 Número antigo: 2011.50.01.003097-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/02/2017 14:06
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: CARLOS ALBERTO VIEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0003097-62.2011.4.02.5001 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. APELAÇÃO. CONSELHO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO LIBERAL. MULTA ADMINISTRATIVA. QUANTUM DA OBRIGAÇÃO DEDUZIDA EM JUÍZO VS. VALOR SANCIONADOR APLICÁVEL. AMPARO LEGAL. ART. 4º, I, DA LEI Nº 12.514/2011. DIPLOMAS DE CADA ENTIDADE. PECULIARIDADES DE CADA CAMPO PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE LEGALIDADE ESTRITA. OBJETO DE COMPETÊNCIA REGULAMENTAR, DENTRO DO MARCO LEGAL.

- Em um panorama normativo que abrange o art. 4º, I, da Lei nº 12.514/2011, extrai-se, quanto ao poder de polícia de todo conselho (regional ou federal) de fiscalização do exercício de profissão liberal, que a multa administrativa cominada encontra evidente amparo legal, em termos de parâmetros quantitativos máximos, nas regras próprias constantes nos diplomas de cada entidade, editados a partir da competência da União, e especificamente do Congresso Nacional, estabelecida nos arts. 22, caput, XVI, c/c 48, caput, da CRFB (observado o art. 25, caput, I, do ADCT), e, assim, integradores da norma com eficácia contível constante no art. 5º, caput, XIII, da Carta Constitucional.
- Ainda que o poder de polícia esteja submetido originalmente ao princípio da legalidade, por força dos arts. 5º, caput, II, c/c 37, caput, da CRFB, o valor da multa administrativa imposta ao profissional liberal não é revestido de legalidade estrita, podendo ser objeto, ao menos em parte, da competência regulamentar emanada do art. 84, caput, IV, da Carta Constitucional (naturalmente passível de controle de toda espécie, como na forma do art. 49, V, da CRFB).
- Tratando-se de um poder de polícia especial (restrita a cada categoria profissional) deduzido da supremacia geral da Administração Pública (sobre generalidade de pessoas submetidas ao âmbito de atuação conselheiral) ¿ para o qual prepondera, em princípio, a relativa discricionariedade sobre a absoluta vinculação ¿, as peculiaridades de cada campo profissional permitem, in casu, uma regulamentação mais livre (e ao mesmo tempo razoável) do respectivo marco legal.
- Se o parâmetro quantitativo máximo, a seu tempo, é o estabelecido na regra própria constante no diploma de cada entidade ¿ ou seja, na respectiva lei em sentido estrito ¿, possuem plena exigibilidade as próprias obrigações a que corresponde o título executivo, por conformação constitucional dos respectivos atos administrativos constitutivos.
- Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0005409-02.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.005409-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/01/2016 13:08
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CLAYTON GONCALVES SANTOS
ADVOGADO: HELIO INACIO DE SOUZA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0005409-02.2011.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. SOLDADO RECRUTA. ANULAÇÃO DO LICENCIAMENTO POR CONCLUSÃO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO. REINTEGRAÇÃO. REFORMA. DESCABIMENTO.

I ¿ Mesmo sem adentrar no mérito da questão relativa a direito de concessão de reforma militar na hipótese de existir apenas redução parcial e não total da capacidade laborativa quando decorrente de acidente em serviço, o fato é que, no caso, é possível se constatar que não restou evidenciada a incapacidade definitiva do ex-Soldado, quer para o serviço ativo das Forças Armadas, quer para o exercício de outras atividades civis; o que contraria o Estatuto dos Militares (Lei 6.880/80), expresso em estabelecer que ¿a reforma ex officio será aplicada ao militar que [...] for julgado incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das Forças Armadas¿.

II ¿ Cogitando de Praça não-estabilizada (na hipótese, Soldado recrutado para a prestação do Serviço Militar Inicial), em acréscimo ao que dispõe o Estatuto dos Militares também se aplicam os ditames da Lei 4.375/64 (Lei do Serviço Militar), do Decreto 57.654/66, que a regulamenta, e do Decreto 60.822/67, que aprova as Instruções Gerais para inspeção de saúde dos conscritos, consignando que os conscritos receberão o parecer de: ¿Apto A - quando satisfizerem os requisitos regulamentares, possuindo boas condições de robustez física. Podem apresentar pequenas lesões, defeitos físicos ou doenças, desde que compatíveis com o Serviço Militar¿.

III ¿ Da legislação de regência, salta aos olhos, destarte, que a concessão da reforma ex officio tem por requisito essencial a incapacidade definitiva do militar para o serviço ativo das Forças Armadas, seja o militar estável ou não; sendo certo, inclusive, que será considerado ¿Apto¿ o inspecionado que apresentar pequenas lesões, defeitos físicos ou doenças, desde que compatíveis com o Serviço Militar.

IV ¿ Na hipótese, o então Soldado foi julgado ¿Apto A¿, com a identificação das atividades militares que poderia executar, na inspeção de saúde a que foi submetido, com a finalidade de ¿permanência ou saída de militar temporário¿; e, em consequência desse parecer, foi licenciado ex officio, por conclusão do tempo de serviço militar inicial (Lei 6.880/80, art. 121, II, § 3º, ¿a¿).

V ¿ Por sua vez, o Perito Judicial em Psiquiatria, em exame realizado quando decorridos quase 2 anos e meio do licenciamento, concluiu que o Autor ¿não apresenta qualquer sinal ou sintoma de doença psiquiátrica stricto sensu¿. A seu turno, o Expert Neurologista, já passados mais de 3 anos do licenciamento, veio corroborar o parecer de aptidão do ex-Soldado emitido pela Junta Militar, na medida em que atesta que o Autor é portador de ¿Outros estados pós-cirúrgicos especificados, CID X Z98.8¿; não apresentando ¿sinais ou sintomas sugestivos de doença neurológica em curso, ou sequelas clínicas¿. Perguntado, registrou que o Autor não possui problema neurológico ou psiquiátrico; que lhe restou algum comprometimento estrutural na região fronto-temporal direita, o que configura maior fragilidade óssea a eventuais impactos nesta região, mencionando que ¿a sequela anatômica havida limita para desempenho de atividades operacionais, pelo risco de traumatismos¿, e que o Autor pode executar todos os trabalhos ¿para os quais tenha competência técnica¿. Ao demais, indagado se ¿no momento da dispensa do serviço militar o periciando necessitava de cuidados médicos¿, afiançou que ¿formais não, posto ter se submetido a procedimento curativo¿; bem assim confirmou que, quando foi dispensado pelo Exército, o Autor encontrava-se capacitado para ¿tarefas burocráticas¿ do serviço militar.

VI ¿ Logo, cuidando de praça não estável e negada a presença de incapacidade física definitiva, tanto para o serviço ativo das Forças Armadas como para o exercício de atividades civis, não faz jus o Autor à concessão de reforma e, sim, ao licenciamento, seja por conclusão do tempo de serviço ou por conveniência do serviço, a teor do art. 121, II, § 3o, ¿a¿ e ¿b¿, da Lei 6.880/80 (Estatuto dos Militares).

VII ¿ Não preenchido o requisito de incapacidade física, consequentemente perde propósito qualquer questionamento acerca de cuidar-se de lesão originada de acidente em serviço e/ou adquirida com relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço militar.

VIII ¿ Considerado válido o ato de licenciamento do Soldado, não se consubstancia a conduta ilícita praticada pela Administração Militar, donde impossível a caracterização de dano moral de sorte a gerar a obrigação de indenizar.

IX ¿ Apelação não provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
mst

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0009784-12.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.009784-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.121355-0
Distribuição-Sorteio Automático - 05/10/2015 18:46
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
APELANTE: SILVIO PEREIRA NASCIMENTO
APELANTE: SONIA QUINTELLA DE MORAES
APELANTE: RONALDO SERGIO SILVA DE SOUZA
APELANTE: TELMA PINHEIRO DE LAZARI
APELANTE: MARCOS DOS SANTOS BRAGA
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0009784-12.2012.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. LISTISPENDÊNCIA. EXECUÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL. EMBARGOS DESPROVIDOS.

1. Alega a UFRJ que o acórdão recorrido incidiu em omissão relativamente à análise da litispendência entre a execução coletiva e a execução individual com base no art. 104 do CDC (visto que o dispositivo legal somente se refere à fase de conhecimento do processo).

2. Não há que se falar em omissão do julgado como alegou a embargante. Ao contrário do que foi afirmado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o acórdão recorrido foi claro quanto à apreciação e exclusão da litispendência aduzida, inclusive na fase executória.

3. Com base em alegação de omissão, deseja a embargante modificar o julgado por não concordância, sendo esta a via inadequada.

4. Necessário se faz esclarecer que, para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo da decisão, o que ocorreu, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional.

5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0008548-88.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.008548-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/08/2016 13:08
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MARCELO DZWOLAK
ADVOGADO: MARCELO DZWOLAK
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0008548-88.2013.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. CAPITÃO-TENENTE DA MARINHA JUSTIFICADO EM CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO. REVISÃO DO ATO DE REFORMA. PROMOÇÃO EM RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO. REQUISITOS.

I ¿ Hipótese em que Capitão-Tenente da Marinha, integrante do Corpo da Armada (CA) e justificado em Conselho de Justificação, objetiva a revisão do ato de sua reforma ex officio por incapacidade definitiva, para que possa fazer jus à promoção ou à equiparação aos postos de Capitão-de-Corveta e/ou ao de Capitão-de-Fragata, em ressarcimento de preterição, com as mesmas datas de promoção de sua Turma de formandos da Escola Naval do ano de 1993.

II ¿ Rejeita-se a pretensão de que seja anulada a sentença. Em primeiro, porque, instada por despacho, a UNIÃO, na contestação, protestou pela produção de todas as modalidades de provas em Direito admitidas, especialmente pela juntada da resposta de Ofício remetido ao Comando da Marinha. Nessa moldura, é que, tão logo recebida a resposta, a UNIÃO requereu e se fez a juntada do Ofício da Diretoria do Pessoal Militar da Marinha; sendo certo que o Autor apresentou réplica à juntada dessa documentação pela UNIÃO, pleiteando que também fosse recebida e conhecida a plausibilidade das alegações expostas nesta segunda réplica. Não se evidencia, portanto, qualquer violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Em segundo, porque tampouco há falar que a r. sentença feriu o devido processo legal por considerar despacho de autoridade não competente para o feito, notadamente porque o julgamento do pleito do Autor na via judicial independe da decisão proferida no requerimento interposto pelo militar na via administrativa, vez que independentes as instâncias.

III ¿ Do exame da legislação de regência (Leis 6.880/80, 5.821/72 e 5.836/72; Decreto 107/91 e o Plano de Carreira de Oficiais da Marinha), deflui claro que a Força Armada, no caso, agiu em estrita consonância com os diplomas legais que regulam a matéria.

IV ¿ Com efeito, se é bem certo que o oficial fará jus a promoção em ressarcimento de preterição quando for justificado em Conselho de Justificação, também não é menos verdade que o oficial apenas será ressarcido da preterição se tiver reconhecido o seu direito à promoção.

V ¿ Na presente hipótese, dentre outros requisitos, o Capitão-Tenente (CT) do Corpo da Armada (CA), para ter reconhecido direito à promoção a Capitão-de-Corveta (CC), necessita ter sido aprovado no Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI); cuja matrícula, por sua vez, tem como condição a aprovação do CT no Curso de Aperfeiçoamento (C-Ap).

VI ¿ Como visto, em 1997, ainda no posto de 1º Tenente, o Autor foi reprovado, por insuficiência de aproveitamento, no Curso de Aperfeiçoamento de Eletrônica para Oficiais (CAEO). Em 03/04/07, já no posto de Capitão-Tenente, o Autor teve indeferido requerimento, onde pleiteava nova oportunidade para matrícula no Curso de Aperfeiçoamento (C-Ap). Repita-se que a aprovação no C-Ap é requisito para matrícula no Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI) e a aprovação no C-EMOI, de seu turno, é requisito para promoção do Capitão-Tenente do CA a Capitão-de-Corveta (CC). Em outras palavras: o Capitão-Tenente do CA reprovado no C-Ap não preenche o requisito para matrícula no C-EMOI e, via de consequência, não preenche o requisito para promoção a Capitão-de-Corveta. E, estando o Capitão-Tenente impedido de ser promovido a Capitão-de-Corveta, não pode ser promovido a Capitão-de-Fragata, promoção que lhe é subsequente.

VII ¿ Logo, indemonstrado o preenchimento dos requisitos legais, inviável a pretensão de revisão do ato de sua reforma, com o fito de que o Capitão-Tenente da Marinha, integrante do Corpo da Armada (CA), possa fazer jus à promoção ou à equiparação aos postos de Capitão-de-Corveta e/ou ao de Capitão-de-Fragata, em ressarcimento de preterição.

VIII ¿ Apelação não provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
mst

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0021707-98.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.021707-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.121241-4
Distribuição-Sorteio Automático - 13/11/2015 19:09
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SONIA MARIA GALVAO
ADVOGADO: FABIO EDUARDO DA SILVA LEOPOLDINA
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
Originário: 0021707-98.2013.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESPROVIMENTO.

1. Alega o embargante que o acórdão recorrido incidiu em omissão ao deixar de apreciar o fato de que os próprios servidores substituídos teriam acesso aos seus contracheques, e que, portanto, poderiam ter iniciado a execução individual da quantia devida, não havendo, assim, que se falar em interrupção do prazo prescricional com a propositura da execução coletiva. Aduz, ainda, que o título judicial transitou em julgado em 2004 encerrando-se, dessa forma, o lapso prescricional em 2009, isto é, antes do ajuizamento da execução individual em debate.

2. Ao contrário do que foi alegado pelo embargante, o acórdão foi claro ao verificar que a exequente ingressou com a execução individual dentro do prazo prescricional.

3. Também não há que se falar que a execução coletiva não interrompeu o prazo prescricional. O acórdão analisou especificamente este tema, fundamentando a decisão em julgados proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ. AGRESP 201300550724, Benedito Gonçalves, Primeira Turma; STJ. RESP 201500915111, Herman Benjamin, Segunda Turma), constituindo os argumentos deduzidos nos embargos de declaração mero inconformismo da parte executada.

4. Com base em alegação de omissão, deseja o embargante modificar o julgado por não concordância, sendo esta a via inadequada.

5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000494-42.2014.4.02.5120 Número antigo: 2014.51.20.000494-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.117015-0
Distribuição-Sorteio Automático - 15/09/2015 19:37
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: ALESSANDRO LOURENCO DA SILVA
ADVOGADO: DAYANE PALMIERI WAJNBERG
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
Originário: 0000494-42.2014.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESPROVIMENTO.
1. Alega o embargante que o acórdão recorrido incidiu em omissão ao deixar de apreciar os argumentos trazidos na apelação de nulidade da sentença ante a ausência do nome do advogado do apelante na intimação, por meio do diário eletrônico, para especificar provas.
2. Ao contrário do que foi alegado pelo embargante, o acórdão foi claro ao verificar que em um primeiro momento o apelante não havia sido devidamente intimado para produzir provas, mas que, posteriormente, o juízo de primeiro grau constatou e sanou o equívoco, mantendo, todavia, a sentença antes proferida.
3. O acórdão ainda acrescentou que a prova pericial requerida teria como finalidade a demonstração da ocorrência de capitalização de juros, tema que foi devidamente analisado na sentença, cuja legalidade fora reconhecida, bem como apreciado à exaustão no julgamento do recurso de apelação.
4. Omissão haveria caso não ocorresse a apreciação das questões de fato e de direito relevantes para o deslinde da causa (cf. José Carlos Barbosa Moreira, ¿Comentários ao Código de Processo Civil¿, RJ, Forense, 6ª edição, volume V, p. 502; Eduardo Arruda Alvim, ¿Curso de Direito Processual Civil¿, SP, RT, volume 2, 2000, p. 178), o que não é o caso.
5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0008120-72.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.008120-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/02/2017 17:48
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: JOSE FRANCISCO VIDAL
ADVOGADO: TATIANA DA SILVA E SILVA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0008120-72.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL ¿ PIS/PASEP ¿ ÍNDICES EXPURGADOS ¿ PRESCRIÇÃO ¿ HONORÁRIOS - GRATUIDADE.

I ¿ É pacífico na jurisprudência dos Tribunais superiores que a prescrição para correção das contas de PIS/PASEP é quinquenal (REsp. n.º 1.205.277/PB, afetado ao regime dos recursos repetitivos).

II ¿ O deferimento do benefício de assistência judiciária não isenta a parte de sua responsabilização pelos encargos advindos do processo, ficando, contudo, suspensa a execução das verbas enquanto perdurar o estado de carência do sucumbente.

III ¿ Apelação Cível não provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação cível, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

fgr

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0011224-72.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.011224-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/11/2016 17:01
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: SUSEP-SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: GUARDIEN - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR
APELADO: ALESSANDRO NOBRE DA SILVA
ADVOGADO: CLAUDIO FRANCISCO BARROS DA SILVA
Originário: 0011224-72.2014.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO ¿ AÇÃO CIVIL PÚBLICA ¿ REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE SEGURO POR ASSOCIAÇÃO, SEM AUTORIZAÇÃO ¿ EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA EM DATA ANTERIOR À DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO ¿ SENTENÇA TERMINATIVA ¿ DECLARAÇÃO SIMPLIFICADA DE PESSOA JURÍDICA (DSPJ) INATIVA ¿ SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA NO CNPJ ¿ AUSÊNCIA DE PROVA DA EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.

- A extinção da pessoal jurídica não se presume, uma vez que, dependente da realização de uma série de providências legais e da prática de uma série de atos formais, o término da existência jurídica da pessoa jurídica só se considera constituída ou ocorrida quando do encerramento de sua liquidação ou quando aperfeiçoada sua incorporação, fusão ou cisão, com agregação de todo o patrimônio a outra pessoa jurídica, procedendo-se, em decorrência, à baixa dos respectivos registros, inscrições e matrículas nos órgãos públicos.

- Apesar de a denominada Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) - Inativa consubstanciar documento de apresentação obrigatória sempre que verificada a situação de inatividade da pessoa jurídica, sua mera entrega a Receita Federal pela obrigada não tem por efeito jurídico o de constituir ou provar regularmente a extinção da pessoa jurídica (nem, ainda, sua cisão, fusão ou incorporação).

- Nesse sentido, a extinção da pessoa jurídica - apesar de, por evidente, implicar sua inatividade -, não se confunde com a situação de inatividade objeto de declaração pela DSPJ - Inativa, uma vez que a inatividade da pessoa jurídica pode decorrer ¿ como de ordinário decorre ¿ de variadas outras circunstâncias próprias à dinâmica de suas atividades institucionais, bem assim das de cunho operacional, não operacional, patrimonial e/ou financeiro.

- A Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) - Inativa, assim, não se presta, isoladamente, à constituição ou à prova da extinção regular da pessoa jurídica, uma vez que não se confunde com a extinção da pessoa jurídica, não a representa para fins de direito e nem constitui prova direta da sua ocorrência.

- Caso em que, de um lado, falta prova idônea quanto à dissolução, liquidação e extinção regular da entidade associativa ré, e, de outro lado, apresenta-se evidência de que tal pessoa jurídica, em verdade, mantém situação cadastral ¿Ativa¿ no CNPJ, o que, a fortiori, indica ainda subsistir sua existência e sua

personalidade de direito, bem assim a impertinência da extinção terminativa por ilegitimidade passiva dos réus para o processo da presente ação civil pública.

- Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

roq

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0126681-55.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.126681-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/04/2016 14:18
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CHL LXXXII INCORPORAÇÕES LTDA
ADVOGADO: CAROLYNE ALBERNARD GOMES
APELADO: STEFAN MAGALHÃES SACIURA
ADVOGADO: MARIO CESAR NOBRE SANT'ANNA
PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FERNANDA RODRIGUES D'ORNELAS
Originário: 0126681-55.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL ¿ APELAÇÃO CÍVEL ¿ RESCISÃO DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA ¿ LEGITIMIDADE PASSIVA DA PROMITENTE VENDEDORA ¿ IMPOSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL ¿ NECESSÁRIA DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE SINAL POR EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL ¿ RESTITUIÇÃO DO MONTANTE INDEVIDAMENTE LEVANTADO DA CONTA DO FGTS ¿ DANOS MORAIS CONFIGURADOS ¿ RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.

I ¿ Cuida-se de demanda na qual formula o Autor pretensões de condenação da parte ré à rescisão do contrato de promessa de compra e venda ante a impossibilidade de celebração de financiamento habitacional, devolução de todos os valores diretamente pagos pelo demandante e indevidamente levantados pela CEF, corrigidos e atualizados, e indenização por danos morais.

II ¿ Observando-se que a parte autora formula expressamente pedido de rescisão do contrato de promessa de compra e venda, impõe-se o reconhecimento da legitimidade da promitente vendedora, ora apelante, para figurar no pólo passivo da presente demanda.

III ¿ Levando-se em consideração que o instrumento contratual em análise prevê sua rescisão na hipótese de impossibilidade de contratação do mútuo, sendo devida a devolução da quantia despendida a título de sinal, e uma vez não identificada qualquer comprovação da restituição de tais valores ao promitente comprador, mostrou-se correta a sentença ao condenar a ora recorrente nesse aspecto.

IV ¿ A frustração sofrida pela parte autora, ocasionada pela não concretização da aquisição de um imóvel residencial, assim como pela indevida retenção e levantamento de valores de conta vinculada ao FGTS pela parte ré, extrapola consideravelmente o mero aborrecimento, razão pela qual restam configurados os danos morais, aptos a ensejarem a devida reparação pelas rés ao demandante, de forma solidária, razoavelmente fixada em R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

V ¿ Incumbe exclusivamente à Caixa Econômica Federal a responsabilidade pelo levantamento indevido de recursos em conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço cuja titularidade é atribuída ao demandante, não se revelando cabível a condenação solidária da promitente vendedora à respectiva restituição, ante a ausência de provas de que tais valores foram a ela repassados.

VI ¿ Recurso parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
frp

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0147745-24.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.147745-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.100440-4
Distribuição-Sorteio Automático - 23/06/2016 13:14
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: IVETA DE SOUZA HENRIQUE
ADVOGADO: JOSUE ISAAC VARGAS FARIA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0147745-24.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. DESPROVIMENTO DOS EMBARGOS.

1. Alega a União Federal que o acórdão recorrido incidiu em omissão ao deixar de se pronunciar sobre a necessária dedução dos percentuais concedidos à parte embargada, administrativamente, a título de reposicionamento, bem como para fins de prequestionamento.

2. Não há que se falar em omissão do julgado como alegou a embargante. Ao contrário do que foi afirmado pela União Federal, o voto que embasou o acórdão pautou-se, inclusive, em informação fornecida pela ré, a qual se reporta ao fato de que o sistema operado gerou o passivo decorrente da não implantação do percentual de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), para todos os aposentados e pensionistas que se encontravam na folha de pagamento na data da aquisição do direito, mas que, para a percepção da verba, administrativamente, era também necessária a assinatura de termo de acordo, o que não ocorreu.

3. Eventuais valores percebidos administrativamente pela embargada podem ser deduzidos do montante devido na fase de liquidação/cumprimento de sentença, desde que demonstrados pela embargante.

4. Com base em alegação de omissão, deseja a embargante modificar o julgado por não concordância, sendo esta a via inadequada.

5. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo da decisão, o que ocorreu, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional.

6. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0158592-85.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.158592-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/03/2016 12:46
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: FATERSON DE SOUZA OLIVEIRA
APELANTE: DENISE MARQUES BORGES BARCELOS
ADVOGADO: CAIO FERREIRA NEVES
APELANTE: CONSTRUTORA NOVOLAR S. A. E OUTROS
APELANTE: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S/A
ADVOGADO: ANDRE JACQUES LUCIANO UCHOA COSTA
ADVOGADO: LEONARDO FIALHO PINTO
APELANTE: Caixa Econômica Federal
ADVOGADO: DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0158592-85.2014.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL E CIVIL ¿ APELAÇÃO CÍVEL ¿ PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ¿ LEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ¿ IMÓVEL ADQUIRIDO NA PLANTA ¿ EXCESSIVO ATRASO NA ENTREGA DO BEM ¿ CONFIGURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL ¿ RESCISÃO DOS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA E DE MÚTUO ¿ DANOS MORAIS CONFIGURADOS ¿ LUCROS CESSANTES INDEVIDOS.

I ¿ A questão suscitada nos autos diz respeito a pedido de rescisão dos contratos de promessa de compra e venda e de financiamento celebrados de acordo com o Programa Minha Casa, Minha Vida, devolução de todos os valores pagos corrigidos e atualizados, e indenização pelos danos morais sofridos ante o dissabor referente ao atraso na entrega de seu bem e à frustração em relação à credibilidade da parte ré.

II ¿ A Caixa Econômica Federal detém legitimidade para figurar no pólo passivo da presente demanda, haja vista que será diretamente afetada por eventual acolhimento da pretensão de rescisão do contrato de financiamento com ela celebrado; ademais, eventual procedência do pedido de rescisão do contrato de compra e venda implicará logicamente na anulação do mútuo celebrado com a Caixa Econômica Federal, na medida em que ambos os contratos encontram-se atrelados.

III ¿ Comprovado o longo atraso na entrega de imóvel adquirido na planta, resta configurado o descumprimento contratual apto a ensejar a rescisão do contrato de compra e venda. Precedentes do STJ: REsp 1294101/RJ; AgRg no AREsp 629.095/RS.

IV ¿ Uma vez rescindido o contrato de compra e venda, impõe-se a rescisão do contrato de mútuo celebrado com a Caixa Econômica Federal, eis que se apresenta nítida sua natureza acessória em relação ao primeiro.

V ¿ A frustração da parte autora, relativa à aquisição de um imóvel residencial cujo atraso na entrega foi tamanho a ponto de motivar a rescisão do contrato de compra e venda e de mútuo, extrapola consideravelmente o mero aborrecimento, razão pela qual é de se concluir pela configuração de danos morais a serem reparados, razoavelmente fixados em R$ 10.000,00 (dez mil reais).

VI ¿ Há de se frisar a solidariedade da parte ré ao pagamento do montante fixado a título de danos morais; se, por um lado, a construtora apresenta-se como responsável direta pela excessiva demora na entrega do imóvel descrito na peça exordial, em outro turno também se vislumbra o descumprimento contratual pela Caixa Econômica Federal, que não só era responsável pelo acompanhamento da obra para fins de liberação do valor mutuado ao vendedor por força contratual, como também tal responsabilidade, in casu, decorre de sua importante função de agente executor de políticas federais para a promoção de moradia para pessoas de baixa ou baixíssima renda.

VII ¿ Levando-se em consideração que os contratos ora em discussão encontram-se vinculados ao Programa Minha Casa, Minha Vida, programa este voltado precipuamente para o incentivo à aquisição de unidades habitacionais por população de baixa e baixíssima renda, implicando dizer que o bem adquirido deve ser destinado exclusivamente à moradia do adquirente e de sua família, não há que se falar em possibilidade de aferição de lucro com o bem e, portanto, descabida qualquer indenização dos lucros cessantes.

VIII ¿ Recurso da Caixa Econômica Federal não provido.

IX ¿ Recurso de Faterson de Souza Oliveira e outra não provido.

X ¿ Recurso de MRV Engenharia e Participações S/A e Construtora Novolar Ltda não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento às apelações da Caixa Econômica Federal, de Faterson de Souza Oliveira e outra, e de MRV Engenharia e Participações S/A e Construtora Novolar Ltda, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
frp

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0159289-09.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.159289-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/04/2016 13:07
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: RAFAEL BRAGA RINO
ADVOGADO: ROGERIO SANTOS DO NASCIMENTO
ADVOGADO: CLAUDIA SANTOS DO NASCIMENTO SIMOES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0159289-09.2014.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. SOLDADO RESERVISTA DE 1a CATEGORIA. DIREITO À MANUTENÇÃO DO TRATAMENTO MÉDICO. DESCABIMENTO.

I ¿ De início, cabe delimitar o alcance da questão devolvida a este Tribunal. O Autor, em suas razões de apelo, busca tão-somente o reconhecimento do direito à submissão a tratamento médico-fisioterápico, com espeque no art. 50 da Lei 6880/80. Cinge-se, então, o cerne da controvérsia em perquirir se existe óbice legal ao licenciamento ex officio, ao término do 4º ano da prestação do serviço militar, na eventualidade de Soldado de 2a Classe da Força Aérea Brasileira necessitar de tratamento médico para restabelecimento da saúde.

II ¿ Cuidando de Praça não-estabilizada (na hipótese, Soldado reengajado), em acréscimo ao que dispõe o Estatuto dos Militares também se aplicam os ditames da Lei 4.375/64 (Lei do Serviço Militar) e do Decreto 57.654/66, que a regulamenta.

III ¿ O Perito judicial, decorridos quase 5 anos do licenciamento, confirmou que a sequela da lesão do fêmur direito, consequente de acidente automobilístico, não classifica o Autor como sendo uma pessoa inválida, bem assim que ele necessita de ¿acompanhamento ambulatorial no serviço de Ortopedia e tratamento fisioterápico para fortalecimento muscular¿. Forçoso reconhecer que o laudo pericial não logrou evidenciar a ilegitimidade do parecer da Junta Regular de Saúde da Base Aérea de Santa Cruz, que, na inspeção de saúde que antecedeu o licenciamento, concluiu que o então Soldado encontrava-se ¿Apto¿ ¿ ou seja, possuindo boas condições de robustez física, a despeito de apresentar sequela de lesão de fratura aberta do fêmur direito, que não se revelava incompatível com o Serviço Militar ¿, com a indicação de que devia fazer tratamento ambulatorial.

IV ¿ Outra consideração: o ex-Soldado não se encontrava baixado em hospital ou enfermaria ao ser licenciado, daí inviável, no caso, a incidência do regramento previsto no art. 149 do citado Decreto 57.654/66, que, repita-se, apenas autoriza, sem obstar o licenciamento, a continuidade de tratamento médico ¿ até a efetivação da alta (por restabelecimento ou a pedido) ¿, na hipótese de a praça estar internada em hospital ou enfermaria ao término do tempo de serviço. Mister realçar que a norma tem por destinatário exclusivamente aquela Praça que esteja internada em hospital ou enfermaria, pelo pressuposto lógico de se buscar impedir uma alta hospitalar precoce, a qual poderia implicar em agravamento das condições de saúde, acaso fosse interrompido o tratamento por ocasião do licenciamento ex officio pela conclusão do tempo de serviço em curso.

V ¿ Aliás, por igual motivação, é que impõe interpretar-se a expressão ¿baixadas a enfermaria ou hospital¿ com discernimento e razoabilidade, para aí se incluírem as hipóteses das praças que estejam submetidas a tratamento médico ao final do tempo de serviço, quando a interrupção do tratamento, se ainda necessário, for capaz de acarretar dano à saúde do militar que será licenciado; o que, por outro lado, não implica vislumbrar fundamento legal para reintegração e permanência de Soldado não-estável, com o

fito de ser submetido a mero tratamento médico ambulatorial e/ou fisioterápico, como ocorre no presente caso, porque, decerto, esta não é a intenção da norma.

VI ¿ Importante atentar que a questão trazida a lume não se refere ao aventado direito à assistência médico-hospitalar deferido no art. 50, IV, ¿e¿ da mesma Lei 6.880/80, mas, sim, ao direito à continuação do tratamento médico (até a efetivação da alta, por restabelecimento ou a pedido), o qual, como se viu, encontra previsão na legislação específica que regula a prestação do Serviço Militar, aplicável a militares temporários (não estáveis), por força, até, de determinação daquela Lei 6.880/80.

VII ¿ Bom registrar que o licenciamento do ex-Soldado se deu ao término do tempo máximo de permanência previsto para sua graduação, eis que, consoante o Decreto 3.690/00 (art. 25, § 6º), que aprova o Regulamento do Corpo de Pessoal Graduado da Aeronáutica, o Soldado-de-Segunda-Classe (S2) pode obter prorrogação do tempo de serviço, até o limite máximo de 4 (quatro) anos de efetivo serviço.

VIII ¿ Apelação não provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
mst

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0160199-36.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.160199-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/06/2015 14:30
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MARCIA MARIA DE MENDONÇA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0160199-36.2014.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. PENSIONISTA. EX-POLICIAL MILITAR DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL. VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL - VPE E GRATIFICAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR ¿ GCEF. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. LEI Nº 10.486/2002 (ART. 65, CAPUT E §2º). VINCULAÇÃO REMUNERATÓRIA PERMANENTE. INEXISTÊNCIA. PARECER Nº AGU/WM-4/2002, DA CONSULTORIA DA UNIÃO. APROVAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. NÃO VINCULAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. ENUNCIADO Nº 339 DA SÚMULA DO STF. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. ART. 104 DO CDC. INDEFERIMENTO.

- Aplica-se o art. 104 do CDC quando, depois de ajuizar a ação individual, o jurisdicionado resolve se beneficiar dos efeitos da coisa julgada em ação coletiva proposta posteriormente. Admite-se, excepcionalmente, a suspensão de ação individual proposta depois de ação coletiva recém ajuizada, à qual não se pôde dar ampla publicidade pelo pouco tempo em tramitação, desde que ainda não tenha sido proferida sentença naquela. Precedentes do STJ. Contudo, tal entendimento não aproveita à recorrente, eis que ajuizou a presente demanda aproximadamente seis anos depois da impetração do Mandado de Segurança coletivo nº 2008.34.00.033348-2 e requereu a suspensão da ação individual, com base no art. 104 do CDC, após a prolação da sentença de improcedência, já em sede recursal.

- O art. 65, §2º da Lei nº 10.486/2002 não estabelece vinculação remuneratória permanente entre os militares do antigo Distrito Federal e os do atual. As vantagens estendidas aos militares inativos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal e aos pensionistas restringem-se àquelas instituídas pela referida lei. O caput do art. 65 da Lei nº 10.486/2002 não se refere a outras vantagens, apenas às "vantagens instituídas por esta Lei". O §2º está vinculado ao caput e não dispõe, expressamente, que "o mesmo procedimento" significa "mesmo regime remuneratório". Da leitura do §2º e do caput do art. 65, conclui-se que, tão somente em relação às vantagens previstas na Lei nº 10.486/2002, será aplicado, aos remanescentes do antigo Distrito Federal, o mesmo procedimento aplicado aos militares do atual Distrito Federal.

- Tanto a Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF quanto a Vantagem Pecuniária Especial - VPE foram instituídas, expressamente, em caráter privativo aos militares do atual Distrito Federal.

- A inexistência de vinculação remuneratória com os policiais e bombeiros militares do atual Distrito Federal resta ainda mais evidente ao se analisar a Gratificação Especial de Função Militar ¿ GEFM, vantagem que, após a Lei nº 10.486/2002, foi instituída pelo caput do art. 24 da Lei nº 11.356/2006 (conversão da MP nº 302/2006) privativamente aos militares da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos antigos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do antigo Distrito Federal, integrando, nos termos do parágrafo único, a pensão da Autora, assim como a Gratificação de Incentivo à Função Militar ¿ GFM, prevista no art. 71 da Lei nº 11.907/2009.

- O Parecer nº AGU/WM-4/2002, da Consultoria da União - no sentido de que, a partir 01/10/2001, os pensionistas e os inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal passaram a ser regidos pelo disciplinamento pertinente aos servidores das correspondentes corporações do atual Distrito Federal -, embora tenha sido aprovado pelo Presidente da República no DOU de 14/11/2002, vincula a atividade da Administração, não o Poder Judiciário.

- Estender o alcance da Lei nº 11.134/2005 aumentando a remuneração de servidores e equiparando carreiras de serviço público, com fundamento no princípio constitucional da isonomia, encontra óbice no Enunciado nº 339 da Súmula do C. STF.

- Pedido de suspensão do processo indeferido. Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, indeferir o pedido de suspensão e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

DCS

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0005706-67.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.005706-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 30/03/2016 16:32
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ALEX PINHEIRO SIMÕES
ADVOGADO: MARIA REGINA DE SOUZA JANUARIO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0005706-67.2015.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. SOLDADO RESERVISTA DE 1ª CATEGORIA. ANULAÇÃO DO LICENCIAMENTO POR CONCLUSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO. REINTEGRAÇÃO. TRATAMENTO MÉDICO. REFORMA. ACIDENTE SEM RELAÇÃO DE CAUSALIDADE COM O SERVIÇO. PRAÇA SEM ESTABILIDADE E NÃO CONSIDERADO INVÁLIDO. DANOS MORAIS.

I ¿ Por força do art. 1.025 do novo CPC, ¿consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿.

II ¿ Cuidando de Praça não-estabilizada (na hipótese, Soldado reengajado), em acréscimo ao que dispõe o Estatuto dos Militares também se aplicam os ditames da Lei 4.375/64 (Lei do Serviço Militar) e do Decreto 57.654/66, que a regulamenta.

III ¿ O Perito judicial confirmou que o ex-Soldado é portador de osteossíntese do rádio e ulna esquerdo para correção de fratura exposta dos ossos do antebraço esquerdo, que já está curada; que resta uma limitação em grau mínimo dos movimentos no punho e antebraço esquerdo, a qual não compromete a sua capacidade laborativa; que ele não está incapacitado total e permanentemente para o exercício de qualquer trabalho. Forçoso reconhecer que o laudo pericial não logrou evidenciar a incompatibilidade da

lesão apresentada pelo ex-Soldado com o Serviço Militar, de sorte a contraditar a documentação adunada cientificando que o então Soldado ¿ finalizado o período pós-operatório e o período do tratamento fisioterápico ¿ permaneceu no desempenho regular de suas atividades castrenses, usufruindo, inclusive, seus períodos de férias regulamentares relativas aos anos de 2012 e 2013, sem qualquer restrição ou queixa, ao longo dos 5 meses que antecederam ao licenciamento. Tampouco comprovou a ilegitimidade do parecer do Médico Perito do Exército, que, na inspeção de saúde, com a finalidade de ¿verificação de capacidade laborativa (Militar temporário)¿, concluiu que o então Soldado encontrava-se ¿Apto A¿, ou seja, possuindo boas condições de robustez física, a despeito de apresentar pequena lesão ¿ ¿Fratura da extremidade distal do rádio e do cúbito (ulna)¿ ¿, que não se revelava incompatível com o Serviço Militar.

IV ¿ Outra consideração: o ex-Soldado não se encontrava baixado em hospital ou enfermaria ao ser licenciado, daí inviável, no caso, a incidência do regramento previsto no art. 149 do citado Decreto 57.654/66, que apenas autoriza, sem obstar o licenciamento, a continuidade de tratamento médico ¿ até a efetivação da alta (por restabelecimento ou a pedido) ¿, na hipótese de a praça estar internada em hospital ou enfermaria ao término do tempo de serviço. Mister realçar que a norma tem por destinatário exclusivamente aquela Praça que esteja internada em hospital ou enfermaria, pelo pressuposto lógico de se buscar impedir uma alta hospitalar precoce, a qual poderia implicar em agravamento das condições de saúde, acaso fosse interrompido o tratamento por ocasião do licenciamento ex officio pela conclusão do tempo de serviço em curso.

V ¿ Aliás, por igual motivação, é que impõe interpretar-se a expressão ¿baixadas a enfermaria ou hospital¿ com discernimento e razoabilidade, para aí se incluírem as hipóteses das praças que estejam submetidas a tratamento médico ao final do tempo de serviço, quando a interrupção do tratamento, se ainda necessário, for capaz de acarretar dano à saúde do militar que será licenciado; o que, por outro lado, não implica vislumbrar fundamento legal para reintegração e permanência de Soldado não-estável, com o fito de ser submetido a mero tratamento médico ambulatorial e/ou fisioterápico, como ocorre no presente caso, porque, decerto, esta não é a intenção da norma.

VI ¿ Noutra seara, tendo em conta que a lesão no seu braço esquerdo adveio de um acidente de motocicleta, não caracterizado como acidente em serviço, avulta certo que eventual incapacidade do ex-Soldado em virtude de tal sinistro se caracterizaria como incapacidade consequente a acidente sem relação de causa e efeito com o serviço militar. A Lei 6.880/80 (Estatuto dos Militares), na hipótese de incapacidade decorrente de ¿acidente, sem relação de causa e efeito com o serviço¿, só prevê duas situações em que se configura o direito à reforma por incapacidade definitiva do militar: (1) tem que ser praça com estabilidade (com 10 ou mais anos de tempo de efetivo serviço); ou, então, (2) o militar pode ter qualquer tempo de serviço, mas tem que estar inválido, ou seja, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho

VII ¿ Logo, tratando-se de Praça sem estabilidade assegurada ¿ pois ocupante da graduação de Soldado e computando apenas 3 anos de tempo de efetivo serviço ¿, além de restar incontroverso que o acidente não guarda relação de causalidade com o serviço militar e que o ex-Soldado não é considerado inválido, ou seja, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, não se enquadra a situação do Autor nas hipóteses legais ensejadoras da concessão da pretendida reforma.

VIII ¿ Não comprovada irregularidade no ato do licenciamento, incabível a indenização por danos morais, visto que não pode ser imputado qualquer ato ilícito à Administração Militar.

IX ¿ Apelação não provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
mst

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0044507-52.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.044507-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.102892-3
Distribuição-Sorteio Automático - 03/12/2015 14:17
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELANTE: TEREZA DA CONCEICAO SIMEAO
ADVOGADO: ROSANA ALVES RAMOS
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0044507-52.2015.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO DEMONSTRADA. CONTRADIÇÃO E ERRO MATERIAL AFASTADOS. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO. PARCIAL PROVIMENTO DOS EMBARGOS.

1. Alega a UFRJ que o acórdão recorrido incidiu em omissão e contradição quanto à análise da litispendência com base no art. 104 do CDC (visto que o dispositivo legal somente se refere à fase de conhecimento do processo) e da prescrição (em razão da possibilidade do seu conhecimento de ofício). Afirma, ainda, a existência de erro material relativamente à apreciação dos valores a compensar com o montante devido.

2. Não há que se falar em omissão do julgado como alegou a embargante. Ao contrário do que foi afirmado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o acórdão recorrido foi claro quanto à apreciação e exclusão da litispendência aduzida, inclusive na fase executória.

3. O voto que integra o acórdão recorrido deixou de analisar eventual decurso do prazo prescricional sob o fundamento de que este não havia sido deduzido como matéria de defesa na petição inicial dos embargos à execução.

4. A prescrição constitui matéria de ordem pública, cognoscível de ofício a qualquer tempo e grau de jurisdição, razão pela qual deve ser examinada, ainda que alegada extemporaneamente.

5. Não há que se falar em prescrição da pretensão executória em face da informação extraída dos autos dos embargos à execução coletiva de que a sentença que extinguiu a execução coletiva e determinou o ajuizamento de execuções individuais ainda não transitou em julgado.

6. Com a notícia de que os embargos à execução coletiva ainda se encontram pendentes de resolução nos Tribunais Superiores, deve ser rejeitada a tese suscitada pelo embargante de que decorreu o prazo prescricional para o ajuizamento da execução individual.

7. O voto foi claro ao dispor que o pagamento de valores na via administrativa deve estar demonstrado nos autos, visto que se trata de ônus da embargante, do qual não se desincumbiu.

8. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo da decisão, o que ocorreu, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional.

9. Embargos de declaração conhecidos e parcialmente providos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0079882-17.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.079882-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 29/04/2016 15:10
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CARGO-LOGISTICS (XIAMEN) CO. LTD.
ADVOGADO: RUBEN JOSE DA SILVA ANDRADE VIEGAS
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0079882-17.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO E FISCAL - DESEMBARAÇO ADUANEIRO - DESUNITIZAÇÃO DE CARGA E DEVOLUÇÃO DE CONTÊINER - MERCADORIA APREENDIDA POR ORDEM JUDICIAL - ART. 806, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO DECRETO Nº 6.759/2009 - ARTIGOS 28 E 29, § 4º, DO DECRETO-LEI Nº 1.455/76 - RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL PELO ACAUTELAMENTO DOS PRODUTOS.

I - Contêineres enquadram-se no conceito jurídico-legal de unidades de carga, ex vi do disposto no art. 24 da Lei nº 9.611/98, segundo o qual "considera-se unidade de carga qualquer equipamento adequado à unitização de mercadorias a serem transportadas, sujeitas a movimentação de forma indivisível em todas as modalidades de transporte utilizadas no percurso". Neste contexto, unidade de carga e mercadoria transportada não se confundem, recebendo, cada uma, tratamento específico por parte da legislação de regência.

II - Nos termos do art. 29, § 4º, do Decreto-Lei nº 1.455/76, cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil adotar as medidas necessárias ao adequado acautelamento de mercadorias apreendidas na Alfândega, não sendo razoável transferir-se este mister ao proprietário do contêiner onde se encontram acondicionadas, visto que, na condição de transportador marítimo, necessita do referido equipamento para o regular desenvolvimento de suas atividades comerciais.

III - Recurso provido. Segurança concedida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0503166-86.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.503166-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/08/2015 08:54
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: SIMONE MARIA LUDWIG FARINA
ADVOGADO: MARIA ELY MARQUES FILIZZOLA
APELADO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
Originário: 0503166-86.2015.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
EXECUÇÃO ¿ OAB ¿ CONTRIBUIÇÕES.
I ¿ A contribuição é devida pelo advogado inscrito na ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, ainda que aquele não exerça a atividade.
II ¿ Apelação Cível não provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

fgr

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0016190-19.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.016190-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/02/2017 12:45
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JOSE ANICETO MONTEIRO GOMES
ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES
Originário: 0016190-19.2016.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DE DIREITO PECUNIÁRIO. ASPECTOS FINANCEIROS.

- Especificamente sobre a indicação de dotação orçamentária e programação de despesa referente a reconhecimento administrativo de direito pecuniário, infere-se que, para o fim de caracterização da presença de pretensão resistida (ou seja, a pretensão nos termos do art. 189, 1ª parte, do CC, não satisfeita de modo voluntário) e, por conseguinte, de interesse de agir (ou seja, o interesse nos termos do art. 3º do antigo CPC ou do art. 17 do novo CPC, especificamente na modalidade necessidade), a possibilitar o livre acesso à justiça conforme o art. 5º, caput, XXXV, da CRFB, não é compulsório o exaurimento do iter estabelecido na Portaria Conjunta nº 2/2012 da SEGEP-SOF-MPOG, pois os limites de pagamento e disponibilidade orçamentária colocados em seus arts. 10 e 13 não podem suprimir ou mesmo diminuir, fora da via administrativa, a própria pretensão, inequivocamente definida, nos termos do art. 37 da Lei nº 4.320/1964 (regulamentada por meio do Decreto nº 62.115/1968 e do art. 22 do Decreto nº 93.872/1986), como geradora de despesas de exercícios anteriores encerrados.
- Além disso, também se infere que a judicialização de tal reconhecimento, caso termine em sucesso para o titular daquele direito, também deverá respeitar regras financeiras concernentes ao respectivo pagamento, eminentemente conforme o art. 100, caput e §§ 5º e 6º da CRFB, c/c o art. 730 do antigo CPC, ou dos arts. 535, § 3º, ou 910, § 1º, do novo CPC, o qual se encontra em perfeita consonância com as vedações estabelecidas de modo respectivamente genérico e específico nos arts. 167 e 169 da mesma Carta Constitucional, com a Lei nº 4.320/1964 (cujo art. 67 já prevê harmonicamente o mesmo modus procedendi) e também com o regime de responsabilidade fiscal firmado por meio dos arts. 10, 19, § 1º, IV, e § 2º, 22, § ún., I, e 30, § 7º, da LC nº 101/2000.
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0022859-88.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.022859-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/10/2016 13:57
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: WALLACE VIEIRA MACHADO
ADVOGADO: GABRIEL DI GIORGIO BUENO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0022859-88.2016.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - AUTORIZAÇÃO PARA PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO - COISA JULGADA MATERIAL - ART. 6º, § 3º, DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO - ARTIGOS 337, §§ 1º, 2º E 4º, E 502, AMBOS DO NOVO CPC - FATO PROCESSUAL IMPEDITIVO LATO SENSU.

I - Nos termos do art. 6º, § 3º, da LINDB, e dos arts. 337, §§ 1º, 2º e 4º, e 502, do NCPC, configura-se a coisa julgada material, como fato processual stricto sensu impeditivo, quando, diante de duas ações essencialmente idênticas entre si ¿ ou seja, envolvendo as mesmas partes da demanda nas mesmas posições jurídicas, através das quais se deduz o mesmo pedido, fundado na mesma causa de pedir remota e próxima ¿, constata-se que a mesma questão meritória já fora definitivamente resolvida, tornando-se impossível qualquer espécie de impugnação contra a respectiva decisão, o que implica a preservação do processo anterior ¿ e, por conseguinte, da própria res judicata, em respeito ao princípio da estabilidade das situações jurídicas, positivado no art. 6º, caput, da LINDB, e no art. 5º, caput, XXXV, da CRFB ¿ e a conseqüente extinção do processo posterior, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, inciso V, do Novo CPC.

II - Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0092212-52.2016.4.02.5120 Número antigo: 2016.51.20.092212-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/02/2017 14:59
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: NATAN GOMES DE MELO
ADVOGADO: WASHINGTON LUIS DA CONCEICAO CARVALHO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0092212-52.2016.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. REVISÃO DO ATO DE INATIVAÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA. CPC/15, ART. 332 C/C ART. 487.

I ¿ Por força do art. 1.025 do novo CPC, ¿consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿.

II ¿ Ao que se extrai do art. 332, § 1º, c/c art. 487, II, parág. único, ambos do CPC/15, ¿independentemente da citação do réu, [...] o juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição¿; bem assim que ¿haverá resolução de mérito quando o juiz: [...] decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição¿.

III ¿ Outra consideração: o reconhecimento do direito à promoção, a contar de 02/09/10, importaria na mudança da graduação com a qual o militar passou para a reserva remunerada, e, por conseguinte, na modificação do próprio ato de passagem para a inatividade.

IV ¿ A prescrição, no caso, fulmina o próprio fundo de direito de revisão do ato de transferência para a reserva remunerada, que deveria ter sido exercitado dentro do prazo previsto no art. 1o do Decreto 20.910/32, corroborado pelo enunciado da Súmula 250 do extinto Tribunal Federal de Recursos, porquanto ao se pretender revisão do ato de inativação, o que se busca, em realidade, é a modificação da própria situação jurídica funcional do militar, e não simplesmente o pagamento de prestações que, embora originalmente reconhecidas como devidas, não tenham sido pagas. Nessa perspectiva, deve o prazo prescricional ser contado a partir do momento em que o mesmo teve ciência, de forma inequívoca, da violação de seu direito por parte da Administração; sendo certo que o ajuizamento da demanda deu-se quase seis anos após a publicação do ato inquinado de ilegal. Em se considerando que o direito às prestações decorre do direito à anulação do ato concessivo da inatividade e estando prescrita a ação em relação àquele ato concessório, via de consequência, não se pode julgar prescritas apenas as prestações sucessivas, como assentado na Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça.

V ¿ Majorada a condenação arbitrada na sentença a título de honorários de advogado para 12% sobre o valor da causa, ex vi do art. 85, §§ 1º e 11 do CPC/15; mantida a suspensão de sua execução em virtude da gratuidade de justiça deferida.

VI ¿ Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
mst

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0117180-79.2016.4.02.5110 Número antigo: 2016.51.10.117180-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/01/2017 15:33
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: GERALDO AUGUSTO DE BARROS
ADVOGADO: WASHINGTON LUIS DA CONCEICAO CARVALHO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0117180-79.2016.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. REVISÃO DO ATO DE INATIVAÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA. CPC/15, ART. 332 C/C ART. 487.

I ¿ Por força do art. 1.025 do novo CPC, ¿consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿. E descabe falar em afronta ao art. 489 do CPC/15, na medida em que o magistrado, ainda que de forma sucinta, analisou o pleito de promoção do 3º Sargento inativo do Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica (QESA) à graduação de Suboficial, em isonomia aos integrantes do Quadro de Taifeiros.

II ¿ Ao que se extrai do art. 332, § 1º, c/c art. 487, II, parág. único, ambos do CPC/15, ¿independentemente da citação do réu, [...] o juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição¿; bem assim que ¿haverá

resolução de mérito quando o juiz: [...] decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição¿.

III ¿ Outra consideração: o reconhecimento do direito à promoção, a contar de 21/01/11, importaria na mudança da graduação com a qual o militar passou para a reserva remunerada, e, por conseguinte, na modificação do próprio ato de passagem para a inatividade.

IV ¿ A prescrição, no caso, fulmina o próprio fundo de direito de revisão do ato de transferência para a reserva remunerada, que deveria ter sido exercitado dentro do prazo previsto no art. 1o do Decreto 20.910/32, corroborado pelo enunciado da Súmula 250 do extinto Tribunal Federal de Recursos, porquanto ao se pretender revisão do ato de inativação, o que se busca, em realidade, é a modificação da própria situação jurídica funcional do militar, e não simplesmente o pagamento de prestações que, embora originalmente reconhecidas como devidas, não tenham sido pagas. Nessa perspectiva, deve o prazo prescricional ser contado a partir do momento em que o mesmo teve ciência, de forma inequívoca, da violação de seu direito por parte da Administração; sendo certo que o ajuizamento da demanda deu-se mais de cinco anos após a publicação do ato inquinado de ilegal. Em se considerando que o direito às prestações decorre do direito à anulação do ato concessivo da inatividade e estando prescrita a ação em relação àquele ato concessório, via de consequência, não se pode julgar prescritas apenas as prestações sucessivas, como assentado na Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça.

V ¿ Majorada a condenação arbitrada na sentença a título de honorários de advogado para 12% sobre o valor da causa, ex vi do art. 85, §§ 1º e 11 do CPC/15; permanecendo a suspensão de sua execução em virtude da gratuidade de justiça deferida.

VI ¿ Apelação desprovida. Sentença de improcedência mantida por outra fundamentação jurídica.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
mst

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0003991-58.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.003991-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/10/2015 17:40
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: RAIMUNDO FERNANDES RODRIGUES FILHO
ADVOGADO: MADALENA DEPTUSKI JACUBOSKI
REMETENTE: JUÍZO DA 08ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0003991-58.2013.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDORA CIVIL. COMPANHEIRO. PENSÃO ESTATUTÁRIA. ART. 217, I, "C" C/C ART. 215 DA LEI Nº 8.112/90. UNIÃO ESTÁVEL COMO ENTIDADE FAMILIAR. COMPROVAÇÃO. ART. 226, § 3º DA CRFB/88. REQUISITOS. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. DESIGNAÇÃO EXPRESSA. DESNECESSIDADE. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL DO PAGAMENTO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIOS DA CONGRUÊNCIA E DA NON REFORMATIO IN PEJUS.

I. Por força do princípio da actio nata, o direito de ação surge com a efetiva lesão do direito tutelado. Logo, o prazo prescricional começa a correr a partir do indeferimento do pedido de concessão da pensão na esfera administrativa, de sorte que, não tendo transcorrido mais de cinco anos entre o indeferimento e o ajuizamento da demanda, não há se falar em prescrição do fundo de direito (art. 1º do Decreto nº 20.910/32).

II. A união estável como entidade familiar é entendida como a convivência duradoura, pública e contínua, estabelecida com objetivo de constituição de família (art. 226, §3º, da CRFB/88).

III - A Lei nº 8.112/90, com a redação vigente à época do óbito da ex-servidora, estabelece que a pensão estatutária é devida ao companheiro designado que comprove união estável como entidade

familiar, porém a falta de designação expressa do companheiro como beneficiário de pensão não impede a concessão do benefício, se a união estável resta devidamente comprovada por outros meios idôneos de prova.

IV - Há presunção de dependência econômica entre companheiros, sendo desnecessária a sua comprovação no caso de concessão de pensão por morte, pois não é requisito imposto pela Lei nº 8.112/90.

V - Comprovada a união estável entre o Autor e a ex-servidora, por meio de provas documentais e testemunhal, é de ser concedida a pensão ao companheiro desde a data do requerimento administrativo, conforme requerido na inicial, sob pena de violar os princípios da congruência (com julgamento ultra petita) e da non reformatio in pejus, embora a pensão seja devida desde a data do óbito do instituidor (art. 215 da Lei nº 8.112/90).

VI - Remessa e recurso desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso de apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

DCS

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0100260-28.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.100260-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.100903-1
Distribuição por Prevenção - 07/05/2015 16:28
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: JOSE DE ANCHIETA SANTOS
ADVOGADO: MARCIO MARQUES PASSOS
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0100260-28.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO. AUSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. OMISSÕES INEXISTENTES. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexistem as alegadas omissões uma vez que o acórdão embargado manifestou-se acerca do tema, à luz das informações prestadas pelo Comando da Marinha e da Ordem de Serviço nº 1125/2013, emitida em 25/11/2013, pelo Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, inferindo que, a par da falta de esclarecimento acerca do motivo da exclusão da parcela, fundamentada em acórdão do TCU inexistente nos autos, a Administração Militar não comprova sequer que o autor foi devidamente intimado para apresentar defesa, atendo-se a exibir, com a documentação que acompanhou suas informações, carta direcionada ao servidor, datada de 27/11/2013, dando ciência acerca do desconto, parcelado, do valor total de R$ 4.806,32, a partir do mês de JAN2014 ¿ conquanto efetuado a partir de dezembro/2013 ¿, como "REPARO ERÁRIO", rubrica 00145.

2. Aduziu-se no julgado recorrido, de forma contundente, que, "de qualquer modo, a entrega de uma carta informando a efetuação dos descontos, sem oportunizar qualquer possibilidade de defesa, não atende às exigências constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa. É pacífico o entendimento de que os referidos princípios que norteiam o ordenamento jurídico constitucional brasileiro se aplicam não apenas à esfera judicial, mas também à administrativa".

3. O acórdão enfrentou as questões relevantes para o deslinde da causa, examinando as disposições normativas apontadas pela recorrente, de forma clara, expressa e coerente, com fundamento, inclusive, no entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual se admite o desconto em folha dos valores pagos indevidamente mediante a instauração de processo administrativo, assegurados ao servidor o contraditório e a ampla defesa.

4. Deseja a embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

5. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC).

6. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0010423-65.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010423-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.120301-6
Redistribuição para Órgão Julgador - 20/10/2016 15:50
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: JOSE RIBAMAR CAMPOS DE PAIVA
AGRAVANTE: JOSE XAVIER CARVALHO DE MENDONCA
AGRAVANTE: MARCOS JORGE CASCARDO RIOS
AGRAVANTE: MARCUS VINICIUS VAZ
AGRAVANTE: MARIA CELIA SOUTO
AGRAVANTE: MARIA ELISABETH DE VASCONCELOS BARBOSA
AGRAVANTE: ROBERTO KURIK
AGRAVANTE: RONALDO MAZZOLI
AGRAVANTE: RONALDO MONTEIRO PESSOA
ADVOGADO: MARCELO DAVIDOVICH
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARCIO DIOGENES MELO
Originário: 0014166-44.1995.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ AGRAVO DE INSTRUMENTO ¿ HONORÁRIOS EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (EXECUÇÃO) ¿ POSSIBILIDADE ¿ CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO ¿ NÃO OBSERVADO ¿ PARÂMETROS PARA FIXAÇÃO ¿ CPC DE 1973. ¿ PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO ¿ REJULGAMENTO ¿ INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO ANTIGO CPC, OU NO ART. 1.022 DO NOVO CODEX ¿ SEDE PROCESSUAL INADEQUADA ¿ EXCEPCIONALIDADE DOS EFEITOS INFRINGENTES ¿ RESOLUÇÃO INTEGRAL, CONSISTENTE E MOTIVADA DA QUESTÃO POSTA EM JUÍZO ¿ CONFORMIDADE COM O PRINCÍPIO DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES.

- Se as razões de embargos de declaração consistem em nítida rediscussão da matéria apreciada e exaurida no acórdão embargado, tal pretensão, sendo de reforma do julgado, mediante inapropriado rejulgamento, não encontra sede processual adequada na via declaratória, restrita ao saneamento dos vícios previstos no art. 535 do antigo CPC, ou no art. 1.022 do novo Codex, ou de erro material nos termos do art. 463, I, do antigo CPC, ou do art. 494, I, do novo Codex, quando os efeitos infringentes são extremamente excepcionais.

- O órgão julgador não está obrigado a rebater especificamente todos os argumentos da parte, quando, por outros motivos, devidamente expostos e suficientemente compreensíveis, tiver firmado seu convencimento e resolvido, integral e consistentemente, a questão posta em juízo, a partir das alegações apresentadas e provas produzidas, conforme o princípio da fundamentação das decisões judiciais.

- Recurso não provido.
A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
jri

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0011123-41.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011123-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/10/2016 14:50
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES COLIBRI LTDA-ME
ADVOGADO: GUSTAVO ALBANI PEREIRA
ADVOGADO: ANA CAROLINA ALBANI EMERY CADE
PARTE RÉ: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/ES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0030845-93.2016.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível
E M E N T A

ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA - RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 543/15 - IMPLANTAÇÃO DE SIMULADOR DE DIREÇÃO VEICULAR - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

- A Ação Civil Pública mencionada pelo réu agravado não induz prevenção de competência para a ação individual com mesmo ou análogo pedido ou causa de pedir.

- A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, ou seja, a demonstração do "fumus boni iuris" e do "periculum in mora."

- O perigo de dano justifica-se pela possibilidade de descredenciamento do autor junto ao órgão de trânsito pelo não cumprimento da exigência em discussão.

- O art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) elenca, expressamente, os exames necessários para os candidatos aferirem aptidão para dirigir veículos automotores e elétricos

- Embora o CONTRAN tenha competência para expedir normas regulamentadoras sobre os procedimentos de habilitação de condutores, há de se reconhecer que extrapolou o seu poder regulamentar ao instituir, por meio de mera Resolução, a obrigatoriedade do simulador de direção veicular não prevista na lei regulamentada, ou seja, no art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro.

- Recurso não provido.
A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

rfc

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0012645-06.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012645-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/12/2016 12:20
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: HECTOR FERNANDEZ TORRES IRAZABAL
REPRESENTANTE: URSULA TORRES IRAZABAL
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS BATISTA TEIXEIRA
AGRAVADO: CEFET-CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0170844-52.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO ¿ MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO SELETIVO - CEFET - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO - ERRO NO PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO - RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO - PREVISÃO NO EDITAL - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

-A princípio, o erro no preenchimento da aludida ficha de inscrição somente pode ser imputado à agravante ou seu responsável, a quem compete o preenchimento e conferência da mesma, não podendo o agravado promover a sua correção extemporânea para incluir o candidato no Grupo A do processo seletivo, sob pena de violação às regras impostas pela norma reguladora do processo seletivo em discussão.

- O edital vincula a Administração e os candidatos que participam do processo seletivo, devendo ser respeitado em todas as suas regras, não podendo haver distinções ou privilégios entre os mesmos.

- Acolher-se a pretensão da agravante, dispensando-lhe tratamento diferenciado, em detrimento dos demais candidatos, haveria violação aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e da isonomia, o que é defeso.

- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

rfc

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0000007-04.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000007-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/01/2017 16:42
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ
ADVOGADO: RAFAEL CAPAZ GOULART
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0505186-89.2011.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL- NOMEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS À PENHORA - RECUSA DA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE - PENHORA ON-LINE DEFERIDA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE NÃO DEMONSTRADA.

- Na garantia da execução deve prevalecer a obediência a ordem legal de preferência, conforme art. 11 da Lei 6.830/80 c/c art. 835 do CPC/2015, figurando o dinheiro em primeiro lugar.

- A agravante limitou-se a alegar que a constrição realizada prejudicará o exercício de suas atividades, sem apresentar elementos concretos que justifiquem a incidência do princípio da menor onerosidade

- Em apreciação, no âmbito da 1ª Seção do STJ, em julgamento de recurso repetitivo, firmou-se o Tema nº 578 pelo qual "em princípio, nos termos do art. 9º, III, da Lei 6.830/1980, cumpre ao executado nomear bens à penhora, observada a ordem legal. É dele o ônus de comprovar a imperiosa necessidade de afastá-la, e, para que essa providência seja adotada, mostra-se insuficiente a mera invocação genérica do art. 620 do CPC."

- Não se justifica a substituição da penhora on line pelos imóveis indicados pela agravante, haja vista o desrespeito à ordem legal de preferência e à recusa justificada da agravada.

- Inexiste qualquer óbice à penhora, em dinheiro, por meio eletrônico, vez que os depósitos ou aplicação em instituição financeira são bens preferenciais na ordem de penhora, cabendo ao executado (art. 854, § 3º, do NCPC) comprovar que as quantias tornadas indisponíveis correspondem a alguma impenhorabilidade.

- Adotar a penhora on line como última medida apenas alargaria o prazo das execuções e beneficiaria o devedor.

- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

rfc

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0000499-93.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000499-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 27/01/2017 16:42
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ANA LUCIA DE AMORIM
ADVOGADO: TATIANA BATISTA DE SOUZA
Originário: 0024432-02.2009.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ DIGNIDADE DA JUSTIÇA ¿ MULTA POR ATO ATENTATÓRIO ¿ ASTREINTES.

I ¿ Inexistindo prejuízo imediato ao Agravante que motive a revisão de decisão que fixara multa por ato atentatório e astreintes, máxime quando não há qualquer medida que indique a iminência de execução das multas nela cominadas e quando a fixação do quantum debeatur depender de evento futuro e incerto.

II ¿ Agravo de Instrumento não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

fgr

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0000532-83.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000532-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/01/2017 15:32
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: THIAGO DE ALMEIDA REIS
ADVOGADO: PAULO RENATO DE AGUIAR MORAES ALVES
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0500043-12.2017.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA. INEXISTÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA. CURSO DE ADAPTAÇÃO DE MÉDICOS DA AERONÁUTICA. CONVOCAÇÃO E MATRÍCULA.

I ¿ Por intermédio do art. 300 do novo Código de Processo Civil, estabeleceram-se como requisitos à concessão de tutela provisória de urgência, de natureza antecipada ou cautelar (requerida seja em caráter antecedente ou incidental), a simultânea presença de fumus boni juris e periculum in mora, ou seja, indícios da probabilidade (ou incontestabilidade) do alegado direito enquanto calcado em fundamento jurídico, bem como de perigo de dano ao mesmo direito ou de risco ao resultado útil do processo ¿ sendo que, a contrario sensu, a providência daquela proteção à evidência não pode faticamente causar irreversibilidade dos efeitos antecipados ¿, impondo-se ao interessado o ônus de produzir prova inequívoca, que demonstre a verossimilhança das alegações, por ele feitas, sobre o atendimento de tais requisitos.

II ¿ Nesse passo, a cassação ou concessão, conforme o caso, de tutela provisória de urgência, em sede de agravo de instrumento, deve se restringir à hipótese na qual há prova por meio da qual se retire ou se atribua, conforme o caso, verossimilhança a tais alegações, visto que se cuida de recurso com cognição verticalmente exauriente (não perfunctória, sumária ou superficial) em profundidade e horizontalmente plena (não limitada) em extensão, o qual não se presta, outrossim, ao indevido pré-julgamento da causa pelo Tribunal.

III ¿ Definidos tais parâmetros, vislumbra-se, no presente caso, a ausência de fumus boni juris; inexistindo, portanto, motivos que ensejem reconsideração ou reforma da decisão guerreada.

IV ¿ Com efeito, se ao final for julgado procedente o pedido reconhecendo o direito almejado, o Autor prosseguirá nas demais etapas do exame de admissão ao Curso de Adaptação de Médicos da Aeronáutica, na especialidade de Otorrinolaringologia; e, se aprovado, poderá fazer jus às promoções daí decorrentes, sem que haja qualquer prejuízo, por força do próprio Estatuto dos Militares que traz dispositivo expresso, com o fito de impedir que o militar sofra qualquer lesão na carreira por erro da Administração, prevendo, na hipótese, a ¿promoção em ressarcimento de preterição¿; a qual ocorrerá ¿independentemente de vagas¿, e ¿será efetuada segundo os critérios de antiguidade ou merecimento¿, recebendo o militar ¿o número que lhe competir na escala hierárquica, como se houvesse sido promovido, na época devida, pelo critério em que ora é feita sua promoção¿ (Lei 6.880/80, art. 60, §§ 1º e 2º).

V ¿ Logo, afastada, em análise perfunctória, a verossimilhança do direito alegado, é de se manter a decisão de 1º grau que indeferiu o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada.

VI ¿ Agravo de Instrumento não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

mst

BOLETIM: 2017000144

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000118-28.2010.4.02.5110 Número antigo: 2010.51.10.000118-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 07/07/2015 12:32
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: JEFFERSON SERGIO MARIA
ADVOGADO: TANIA MARIA GOMES PADILHA
ADVOGADO: PAULO ROBERTO GOMES FERREIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000118-28.2010.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
EMBARGANTE
:
UNIAO FEDERAL
ADVOGADO
:
ADVOGADO DA UNIÃO
EMBARGADO
:
JEFFERSON SERGIO MARIA
ADVOGADO
:
TANIA MARIA GOMES PADILHA, PAULO ROBERTO GOMES FERREIRA
ORIGEM
:
06ª Vara Federal de São João de Meriti (00001182820104025110)
Decisão

Trata-se de embargos infringentes interpostos pela UNIÃO contra acórdão (fls. 401/402) que, por maioria, deu parcial provimento à apelação interposta pelo autor/embargado para julgar procedente, em parte, o pedido de reconhecimento do direito de reforma por agregação, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Apesar de publicado o acórdão não unânime em 10/03/2016, quando ainda vigente o CPC/1973, a União requereu, em 23/05/2016, a aplicação da técnica de julgamento prevista no artigo 942 do CPC/2015 (fls. 404/405), o que foi indeferido pela 7ª Turma Especializada (fls. 433/441).

O fato de a 7ª Turma ter entendido ser descabida a aplicação da técnica de julgamento em questão, pois, cabíveis, à época, os embargos infringentes, não reabriu o prazo para a interposição do referido recurso.

Assim, tendo em vista que os embargos infringentes foram interpostos apenas em 03/03/2017, inadmito o recurso, eis que intempestivo.

P. I.

Após, preclusa esta decisão, remetam-se os autos à Vice-Presidência, em vista da interposição de recurso especial de fls. 407/427.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
Desembargador Federal
(bvr)

BOLETIM: 2017000145

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

8 - 0019377-36.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.019377-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.002718-3
Distribuição-Sorteio Automático - 10/07/2015 14:26
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: PEDRO GILSON SILVA SANTANA
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0019377-36.2010.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. BASE DE CÁLCULO VENCIMENTO BÁSICO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. OMISSÃO INEXISTENTE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Não subsiste a alegada omissão do acórdão embargado que se manifestou sobre o tema, de forma expressa, clara e coerente, à luz do art. 37, XIV, da CF/88 e das normas pertinentes da Lei 8.112/90, consignando que, "no âmbito da Administração Pública Federal, o fator de divisão utilizado deverá ser 240, e não 200 como pretende o autor. Isso porque, com o advento da Lei nº 8.112, de 1990, a jornada máxima de trabalho do servidor público federal passou a ser de 40 horas semanais (art. 19), por trabalhar apenas 5 dias na semana, e não 6 dias, como se dá na iniciativa privada, em razão da jornada de trabalho semanal de 44 horas"

2. Deseja a embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

3. Os embargos de declaração têm por finalidade a eliminação de obscuridade, omissão ou contradição existentes nas decisões recorridas, não devendo revestir-se de caráter infringente, pois contraria as normas insertas no artigo 1.022, I, II e III do CPC/2015.

4. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC).

5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0009315-97.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.009315-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.097251-2
Distribuição-Sorteio Automático - 26/05/2015 08:53
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: FELIPE HILARIO SILVA
APELANTE: FABIANE MARTINS BORGES
ADVOGADO: ARTUR ARRUDA LOBATO RODRIGUES CARMO
ADVOGADO: LUCAS JUNIOR BESERRA
APELANTE: CHL - SPE DOM HELDER CAMARA INCORPORACOES LTDA
APELANTE: CHL DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO S/A
ADVOGADO: GUSTAVO MOURA AZEVEDO NUNES
APELADO: OS MESMOS
APELADO: FELIPE HILARIO SILVA
APELADO: FABIANE MARTINS BORGES
ADVOGADO: ARTUR ARRUDA LOBATO RODRIGUES CARMO

ADVOGADO: LUCAS JUNIOR BESERRA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
Originário: 0009315-97.2011.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro
x
EMENTA
x

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. SFH. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE IMOBILIÁRIA EM CONSTRUÇÃO E DE MÚTUO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. ATRASO NA ENTREGA DO BEM IMÓVEL. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA CEF.

1. Inexiste obscuridade no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara. O acórdão foi expresso no sentido de ser a CEF parte ilegítima para responder por eventuais vícios de construção ou irregularidades durante as obras (como atraso na entrega do imóvel) quando atua apenas como agente financeiro. Assinalou-se que tal responsabilidade somente pode ser imputada à construtora, apontando precedentes do STJ (Resp - 897.045) e deste Tribunal (Apelação Cível - 389242). Ressaltou-se, também, que, em razão da conclusão da construção, os autores desistiram do pedido de rescisão do contrato de mútuo firmado entre as partes, sendo a CEF parte ilegítima para responder pelas pedidos remanescentes (indenizatórios).

2. Inexistência de contradição, na medida em que não há afirmativas conflitantes no corpo do acórdão embargado.

3. Desejam os embargantes modificar o julgado, sendo a via inadequada.

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

x
ACÓRDÃO
x

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).
x
(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0008142-04.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.008142-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.095721-1
Distribuição-Sorteio Automático - 13/11/2015 19:11
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: OTAVIO FERREIRA REIS
APELANTE: CARMELINDA DA SILVA REIS
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARCIA PEREIRA DIAS DE AZEVEDO
APELADO: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA SANTOS
APELADO: SONIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MIGUEL ARCANJO NEVES PIRES
APELADO: MARCO ANTONIO RODRIGUES CORREIA
APELADO: MARIA DA CONCEICAO RODRIGUES LIMA
APELADO: MARIA DAS DORES ALVES DA SILVA
APELADO: MANOEL ANTONIO DOMICIANO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0008142-04.2012.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. SFH. IMÓVEL ARREMATADO PELA CEF. BEM PRIVADO. EXTINÇÃO AFASTADA. ART. 515, §3º, DO CPC DE 1973. USUCAPIÃO. EX-MUTUÁRIOS.

1. Inexiste omissão no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara. O acórdão foi expresso quanto à impossibilidade de acolhimento da tese de usucapião quando a execução extrajudicial do imóvel se encontrar sub judice, como no caso dos autos, o que afasta a tese de posse mansa, pacífica e sem oposição. O acórdão, inclusive, ressaltou a natureza de pessoa jurídica de direito privado da CEF, empresa pública federal, destacando que os imóveis objetos de financiamento imobiliário que são arrematados/adjudicados pela credora CEF não podem ser considerados bens públicos, ao contrário do entendimento da sentença, mas afastou a tese de usucapião por não ter sido a posse mansa e pacífica, sem oposição.

2. Deseja o embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

3. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0042658-50.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.042658-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.105333-2

Redistribuição para Órgão Julgador - 15/04/2016 17:01

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

APELANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ

APELADO: EUDES DOS SANTOS

APELADO: ANTONIO MARCOS MUNIZ CARNEIRO

APELADO: EDIMILSON EUCLIDES DE OLIVEIRA

APELADO: ELDA FIGUEIREDO DA SILVA

APELADO: ANA CRISTINA PORTUGUAL MOREIRA

ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ

Originário: 0042658-50.2012.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REAJUSTE DE SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. OMISSÕES INEXISTENTES. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO. CARÁTER PROTELATÓRIO NÃO CONFIGURADO - SÚMULA 98 STJ.

1. Não subsiste a alegada omissão do acórdão embargado que se manifestou, de forma expressa, acerca das preliminares de litispendência e prescrição, no sentido de que "já houve julgamento da ação, por decisão monocrática nesta Corte, no sentido de afastar as preliminares de litispendência e prescrição, com anulação da sentença recorrida para verificação dos valores pagos administrativamente, o que redundou em um novo julgamento, no juízo de origem, no sentido da improcedência dos embargos à execução para prosseguimento da execução com base nos cálculos refeitos pela Contadoria Judicial.

2. Consignou-se, ademais, que, "diante da falta de recurso contra a decisão naquela ocasião, descabe o reexame das referidas preliminares, sob pena de infringência ao princípio da preclusão".

3. O julgado recorrido também foi contundente acerca da pretensão da recorrente de compensação, consignando que a questão também foi apreciada na referida decisão desta Corte.

4. O julgado recorrido enfrentou as questões relevantes para o deslinde da causa, examinando as disposições normativas apontadas pela recorrente, de forma clara, expressa e coerente.

5. Deseja a embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

6. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC).

7. Descabe a condenação do embargante "em verba honorária sucumbencial recursal, em patamar a ser fixado pelo juízo (art. 85,§ 11 , CPC)" e aplicação da multa prevista no art. 1.026 do CPC/2015, na forma pretendida pela parte embargada, diante do caráter integrativo dos embargos de declaração interpostos com o objetivo de prequestionamento, o que afasta o caráter protelatório, nos termos da Súmula 98 do STJ.

8. Os preceitos do art. 85, § 11, do CPC/2015 claramente estabelecem que a majoração dos honorários está vinculada ao trabalho desenvolvido em cada grau recursal, e não em cada recurso interposto no mesmo grau, razão pela qual "não é possível majorar os honorários na hipótese de interposição de recurso no mesmo grau de jurisdição", na forma do Enunciado 16 da ENFAM. Precedentes do STJ.

9. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000306-07.2013.4.02.5113 Número antigo: 2013.51.13.000306-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.120352-0
Redistribuição para Órgão Julgador - 21/09/2016 18:12
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: PAULO ROBERTO DE ARAÚJO
ADVOGADO: DELTON PEDROSO BASTOS JUNIOR
APELADO: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000306-07.2013.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. AÇÃO DEMOLITÓRIA. RODOVIA FEDERAL BR-393. CONCESSIONÁRIA ACCIONA. ASSISTENTE ANTT.

1. O acórdão foi claro e expresso quanto à nulidade da sentença que se fundamentou na perícia, mas determinou a demolição de imóvel diverso do apontado pelo expert. Ressaltou-se, inclusive, a necessidade de o imóvel estar devidamente identificado em ação demolitória, não se podendo aceitar a indicação do imóvel "ao lado do nº 31", quando existe numeração das casas vizinhas. Inexistência de obscuridade.

2. Deseja a embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

3. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0001168-84.2013.4.02.5110 Número antigo: 2013.51.10.001168-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.122292-4
Distribuição-Sorteio Automático - 11/02/2016 11:39
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: EDSON GROSSO DA CONCEICAO
APELANTE: ANA LÚCIA SÃO GENITE DA SILVA CONCEIÇÃO
ADVOGADO: THIAGO LIMA DA COSTA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0001168-84.2013.4.02.5110 - 03ª Vara Federal de São João de Meriti
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. SFH. APELAÇÕES CÍVEIS. REVISÃO. AMORTIZAÇÃO NEGATIVA. PES. SALDO DEVEDOR RESIDUAL. PRORROGAÇÃO.
1. Inexiste omissão no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara. O acórdão foi expresso quanto à observância da equivalência salarial somente a partir da segunda prestação no período de prorrogação do contrato. Assinalou-se que o aumento da primeira prestação da prorrogação decorre do refinanciamento do saldo devedor por prazo menor, não importando ofensa ao Plano de Equivalência Salarial. Análise da questão de acordo com os termos do contrato firmado entre as partes, que prevê expressamente o PES no reajuste das prestações (item C-5) e os prazos da amortização e da prorrogação (item C-8), tendo cláusula específica que mantém, no período de prorrogação, todas as condições contratadas, inclusive o PES (a partir da segunda prestação da prorrogação, conforme interpretação da cláusula décima oitava e seus parágrafos primeiro e segundo).
2. Deseja a embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.
3. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000193-55.2014.4.02.5004 Número antigo: 2014.50.04.000193-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.111238-0
Distribuição por Prevenção - 06/05/2016 15:22

Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
APELADO: THIAGO CARDOSO MARQUES
ADVOGADO: LUCAS SCARAMUSSA
Originário: 0000193-55.2014.4.02.5004 - 1ª VF Linhares
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREMISSA EQUIVOCADA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. ATRASO NA ENTREGA DA OBRA. SUBSTITUIÇÃO DA CONSTRUTORA.

1. Inexiste premissa equivocada no acórdão embargado. A tese de faixas de renda do PMCMV não foi alegada nas razões do apelo interposto pela CEF, tratando-se de indevida inovação recursal em sede de embargos de declaração. O acórdão foi expresso quanto à legitimidade passiva ad causam da CEF, por se tratar de contrato vinculado ao Programa Minha Casa, Minha Vida, no qual atua como agente executor de políticas federais para a promoção de moradia para pessoas de baixa ou baixíssima renda, fato que lhe legitima para compor o pólo passivo da demanda, nos termos do entendimento do STJ, no julgamento do Resp nº 1.102.539.

2. Inexistência de contradição, na medida em que não há afirmativas conflitantes no corpo do acórdão embargado.

3. Deseja a CEF modificar o julgado, sendo a via inadequada.

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000331-71.2014.4.02.5117 Número antigo: 2014.51.17.000331-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.113570-3
Distribuição para Órgão Julgador - 03/03/2015 12:50
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: DALMIR IVO DOS SANTOS
ADVOGADO: LUIZ CARLOS DE JESUS MACHADO
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
Originário: 0000331-71.2014.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Inexiste qualquer vício no acórdão embargado, sendo certo sublinhar que omissão haveria caso não ocorresse a apreciação das questões de fato e de direito relevantes para o deslinde da causa.

2. Ressalte-se que a alegação de que houve mudança no estado de necessidade da parte vencida nos presentes embargos à execução, vez que agora é credora da quantia a ser apurada, em momento algum foi arguida nas contrarrazões dos embargos de declaração que ensejaram a complementação do acórdão embargado. Nesse contexto, infere-se que a recorrente pretende inovar no feito, rediscutindo o tema sob um novo enfoque, o que é inadmissível em sede de embargos de declaração.

3. Insta ressaltar que as questões que deixam de ser alegadas oportunamente não podem ser suscitadas em sede de embargos de declaração, justamente porque se não foram alegadas não há que se falar em omissão por parte do órgão jurisdicional.

4. Sob a alegação de omissão, a embargante deseja, na verdade, manifestar sua discordância com o resultado do julgamento, sendo esta a via inadequada. Consoante pacífica orientação jurisprudencial, os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do mérito da causa, mas apenas e tão somente a integrar o julgado.

5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0011522-64.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.011522-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.103436-2
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2016 16:34
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: LUIZ MENDES
APELANTE: CORINA CRISTINA CARNEIRO MENDES
ADVOGADO: IEDA JULIATTI DE CARVALHO
APELADO: GESTORA DE RECEBÍVEIS TETTO HABITAÇÃO S/A
REPRESENTANTE: LEOVIGILDO MOTA BARRETO FILHO
ADVOGADO: JOSE CARLOS RODRIGUES ROSA
ADVOGADO: GABRIEL VIDAL CORBAGE
ADVOGADO: DANIELE CRISTINA SILVA DOS SANTOS
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LEONARDO GONCALVES ALMEIDA
ADVOGADO: ANA REGINA SHUENQUENER DE ARAUJO
ADVOGADO: TUTECIO GOMES DE MELLO
Originário: 0011522-64.2014.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. SFH. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO SALDO DEVEDOR. COBERTURA DO FCVS. LEI Nº 10.150/2000. CONTRATO FINDO EM 04/11/1996. INAPLICABILIDADE.

1. Inexistem omissão e obscuridade no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara. O acórdão foi expresso no sentido de que o término do contrato anteriormente à vigência da Lei nº 10.150/2000 afasta a pretensão de liquidação antecipada prevista no art. 2º, §3º, da mencionada lei. Ao contrário do alegado pelos embargantes, não foi efetuada emenda à inicial e os pedidos foram julgados de acordo com os formulados na petição inicial e com a causa de pedir correspondente.

2. Inexistência de contradição, na medida em que não há afirmativas conflitantes no corpo do acórdão embargado.

3. Desejam os embargantes modificar o julgado, sendo a via inadequada.

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0108497-60.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.108497-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.000024-2
Redistribuição por Prevenção - 20/04/2016 18:27
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SERGIO ALVES RAMOS
ADVOGADO: JOSÉ MOACIR RIBEIRO NETO
Originário: 0108497-60.2014.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL EM AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. OMISSÕES INEXISTENTES. PREQUESTIONAMENTO.

1. Não subsiste a alegada omissão do acórdão embargado que se manifestou sobre a contagem do prazo prescricional da execução, à luz das normas dos arts. 1º e 9º do Decreto 20.910/32 e da Súmula 150 do STF, inferindo que, "na hipótese dos autos, o título judicial exequendo transitou em julgado em 19/04/2007" e "o Sindicato-autor iniciou a execução do julgado, juntando aos autos o rol de substituídos, interrompendo a prescrição, nos termos do art. 9º do Decreto 20.910/32, que recomeçou a correr, pela metade do prazo, por dois anos e meio, a partir do último termo do processo, no caso em 27/09/2012, quando proferida decisão, determinando a execução individual do julgado, razão pela qual descabe cogitar de prescrição da execução individual ajuizada em 20/05/2014".

2. O acórdão enfrentou as questões relevantes para o deslinde da causa, de forma clara, expressa e coerente, com fundamento, inclusive, no entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, segundo o qual, em se tratando de demanda coletiva, o prazo de prescrição para a execução individual do título é interrompido pela propositura da execução coletiva, voltando a correr pela metade a partir do último ato processual da causa interruptiva.

3. Deseja a embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

4. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC).

5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0147116-16.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.147116-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.108788-1
Distribuição-Sorteio Automático - 21/09/2016 12:19
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: MARIO DAVID DOS SANTOS BISNETO
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0147116-16.2015.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC. INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INVIABILIDADE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexiste omissão no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

2. ¿Os embargos de declaração não se prestam para obtenção de nova prestação jurisdicional, quando o acórdão embargado decidiu fundamentadamente as questões suscitadas pelas partes, sem omissão no julgado. ¿ Os fundamentos jurídicos embasadores do dispositivo do acórdão não precisam esgotar a matéria e decidir à luz de toda a legislação, seja constitucional, seja infraconstitucional.¿ (STJ, EDcl nos EDcl na AR 2.895/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 2ª Seção, DJ 05.12.2005).

3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).

4. Deseja o embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211897-RDA)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0020854-89.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.020854-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.116235-2
Distribuição-Sorteio Automático - 13/08/2015 09:31
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: MARLENE SANTOS DO PRADO
ADVOGADO: SAMARA SERRA DA SILVA
APELADO: FRANCISCA DE PAULA LIMA
ADVOGADO: RICARDO JOSE FIGUEIREDO
ADVOGADO: RICARDO JOSE FIGUEIREDO JUNIOR
REMETENTE: JUÍZO DA 15ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0020854-89.2013.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC. INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INVIABILIDADE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexiste omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

2. ¿Os embargos de declaração não se prestam para obtenção de nova prestação jurisdicional, quando o acórdão embargado decidiu fundamentadamente as questões suscitadas pelas partes, sem omissão no julgado. ¿ Os fundamentos jurídicos embasadores do dispositivo do acórdão não precisam esgotar a matéria e decidir à luz de toda a legislação, seja constitucional, seja infraconstitucional.¿ (STJ, EDcl nos EDcl na AR 2.895/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 2ª Seção, DJ 05.12.2005).

3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).

4. Deseja a embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211897-RDA)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0013868-85.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.013868-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.116174-7

Distribuição por Prevenção - 01/09/2015 16:07
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: THEREZA CIONCI CAVALCANTI
ADVOGADO: MARCO ANTONIO NOEL GALLICCHIO
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0013868-85.2014.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC. INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INVIABILIDADE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexiste omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

2. ¿Os embargos de declaração não se prestam para obtenção de nova prestação jurisdicional, quando o acórdão embargado decidiu fundamentadamente as questões suscitadas pelas partes, sem omissão no julgado. ¿ Os fundamentos jurídicos embasadores do dispositivo do acórdão não precisam esgotar a matéria e decidir à luz de toda a legislação, seja constitucional, seja infraconstitucional.¿ (STJ, EDcl nos EDcl na AR 2.895/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 2ª Seção, DJ 05.12.2005).

3. Deseja o embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211897-RDA)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0125895-74.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.125895-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.120178-1
Distribuição por Prevenção - 11/12/2015 13:36
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: SINDICATO DOS AUXILIARES E TECNICOS DE ENFERMAGEM DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - SATEMRJ
ADVOGADO: JOSE CARLOS NUNES DOS SANTOS
ADVOGADO: MAURO ABDON GABRIEL
APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 19ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0125895-74.2015.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO SINDICATO. CONFLITO DE INTERESSES ENTRE GRUPOS DA CATEGORIA PROFISSIONAL.

1. Inexiste omissão no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara. O acórdão foi expresso quanto à ilegitimidade do Sindicato para propor ação civil pública e demais ações coletivas quando se verifica conflito de interesses entre grupos de profissionais da categoria respectiva, como no caso dos presentes autos. O voto fez referência a trecho da sentença que transcreveu parte da decisão proferida pela Ministra Carmen Lúcia do STF no julgamento da Reclamação nº 17.128/Tocantins, corroborando o entendimento do acórdão embargado, além de citar dois arestos do STJ no mesmo sentido.

2. Deseja o embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

3. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000146

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000889-15.2005.4.02.5002 Número antigo: 2005.50.02.000889-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.096661-0
Distribuição-Sorteio Automático - 08/04/2016 19:11
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: BRAMINEX MINERACAO LTDA
ADVOGADO: THIAGO ALEXANDRE FADINI
ADVOGADO: JOSÉ ARILDO VALADÃO DE ANDRADE
ADVOGADO: FELIPE SOUZA PINTO
Originário: 0000889-15.2005.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESPROVIMENTO.

1. A embargante alega que o julgado foi omisso quanto à análise da inconstitucionalidade decretada no julgamento da ADI 1717/DF, pelo Supremo Tribunal Federal, como mencionado na sentença.

2. A sentença extinguiu a execução com fundamento na declaração de inconstitucionalidade (ADI 1717-6) do caput do art. 58 e seus §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, da Lei nº 9.649/1998, pelo Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que tais dispositivos incorreram em violação ao princípio da legalidade, que veda a fixação de contribuições, multas e preços por norma infralegal.

3. O voto condutor do acórdão embargado é expresso no sentido de que a CDA fundamenta a cobrança da multa administrativa nos arts. 6º, 'a', 58, 59, 60 e 73 da Lei nº 5.194/1966, em obediência, assim, ao princípio da legalidade estrita.

4. O acórdão recorrido apreciou o tema central da apelação, relativamente à observância da CDA ao princípio da legalidade formal na cobrança de multa administrativa.

5. Acrescente-se que a cobrança do crédito em questão foi objeto dos embargos à execução nº 2006.50.02.001123-2, tendo sido proferida sentença de improcedência dos pedidos, complementada, em sede de embargos de declaração, com trânsito em julgado, conforme certidão datada de 14/09/2007.

6. A recorrente aponta contradição no julgado, sob a alegação de que os dispositivos legais mencionados no acórdão não autorizam a aplicação de penalidades nem estabelecem valores, encontrando-se estes normatizados na legislação infralegal, em desrespeito ao princípio da legalidade.

7. A existência de contradição se observa quando existentes no acórdão proposições inconciliáveis entre si, o que não se verifica no julgado atacado.

8. Sob a alegação de omissão e contradição, a embargante deseja, na verdade, manifestar sua discordância com o resultado do julgamento, sendo esta a via inadequada. Precedentes.

9. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211286_lou)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000320-97.2008.4.02.5005 Número antigo: 2008.50.05.000320-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.117779-1
Distribuição-Sorteio Automático - 08/10/2015 16:30
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CASA DE SAUDE SAO BERNARDO LTDA
ADVOGADO: RODRIGO GOBBO NASCIMENTO
ADVOGADO: RENATA SPERANDIO NASCIMENTO
ADVOGADO: MARY ELLEN BONATTO
ADVOGADO: ROBERTA GUIMARÃES AGUIAR
Originário: 0000320-97.2008.4.02.5005 - 1ª VF Colatina
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL E CONTRADIÇÃO. VÍCIOS NÃO DEMONSTRADOS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.

I - Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material.

II ¿ No caso em tela, o acórdão embargado analisou devidamente as questões apontadas no recurso, sendo certo que inexiste qualquer dos vícios inseridos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

III ¿ A jurisprudência do Eg. Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos de declaração ¿não cabem ser interpostos, salvo casos excepcionais, com o objetivo de modificar o julgado em seu mérito.¿ (RMS 303/RJ ¿ Edcl., Quarta Turma, Ministro Athos Gusmão Carneiro, DJU 10/06/1991, p. 7.851). Nesse mesmo sentido: STJ, REsp 201001582626, Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJE 03/02/2011; STJ, EDcl no AgRg no Ag 958.489/BA, Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJ 19/05/2008; TRF 2ª Região, AC 9702116376, Terceira Turma Especializada, DJU 25/06/2009.

IV ¿ Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0009479-96.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.009479-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.117279-0
Distribuição-Sorteio Automático - 12/04/2016 15:56
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: SEVERINO FRANCISCO DOS MONTES
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES
ADVOGADO: SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA
Originário: 0009479-96.2010.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.
1. Inexistência de omissão no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa.
2. Deseja a parte embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.
3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36, RSTJ 110/187).
4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215633/ccv

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0016307-11.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.016307-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.117348-6

Distribuição-Sorteio Automático - 24/07/2015 18:49
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CAIO JEFFERSON SOARES CABRAL
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANTONIO EMILIO CAPORALI
Originário: 0016307-11.2010.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexistência, na decisão impugnada, de quaisquer dos vícios constantes dos incisos I, II e III, do artigo 1.022 do CPC/15. O embargante não logrou êxito em apontar a alegada omissão, contradição e obscuridade, sendo forçoso reconhecer seu inconformismo com o deslinde da demanda, bem como sua pretensão em rediscutir a matéria.

2. Objetiva o embargante a modificação do resultado final do julgamento, tendo em vista que a fundamentação dos seus embargos de declaração tem por escopo reabrir discussão sobre o tema, uma vez que demonstra seu inconformismo com as razões de decidir, sendo a via inadequada.

3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36, RSTJ 110/187).

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215633/ccv

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0001477-97.2011.4.02.5103 Número antigo: 2011.51.03.001477-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.114562-8
Redistribuição por Prevenção - 21/09/2016 15:18
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APELADO: REGINALDO DA SILVA FONTES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001477-97.2011.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. COBRANÇA DE ANUIDADE. ADIN Nº 1.717. RE Nº 704.292. REPERCUSSÃO GERAL. ERRO NO LANÇAMENTO. VÍCIO INSANÁVEL. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexiste qualquer vício no acórdão embargado, sendo certo sublinhar que a existência de contradição se observa quando existentes no acórdão proposições inconciliáveis entre si.

2. Não configura contradição, sanável na via dos embargos de declaração, eventual divergência entre o posicionamento do acórdão embargado e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, sendo certo que o

aresto recorrido se encontra em consonância com a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca da Lei nº 11.000/2004.

3. O acórdão embargado destacou que, em 2004, "foi editada a Lei nº 11.000, que conferiu aos conselhos profissionais (artigo 2º) a prerrogativa de fixarem as anuidades a si devidas. No julgamento do processo nº 2008.51.01.000963-0, os membros deste Tribunal Regional Federal acolheram parcialmente a arguição de inconstitucionalidade da expressão "fixar" constante do caput do art. 2º da Lei nº 11.000/04 e da integralidade do § 1º do mesmo artigo, vislumbrando que tais dispositivos incorriam no mesmo vício de inconstitucionalidade detectado pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao artigo 58 da Lei 9.649/98. Enunciado nº 57 - TRF-2ª Região".

4. O julgado impugnado se manifestou expressamente no sentido de que a "discussão a respeito da possibilidade de fixação do valor da anuidade por portaria ou resolução interna, sem observância dos critérios estabelecidos em lei, foi objeto do RE nº 704.292, em que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a Repercussão Geral, sendo certo que a Excelsa Corte, 'por unanimidade e nos termos do voto do Relator, apreciando o tema 540 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário e declarou a inconstitucionalidade material sem redução de texto, por ofensa ao art. 150, I, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, de forma a excluir de sua incidência a autorização dada aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas para fixar as contribuições anuais devidas por pessoas físicas ou jurídicas, e, por arrastamento, declarou a inconstitucionalidade da integralidade do seu § 1º. Em seguida, o Tribunal deliberou suspender o julgamento em relação à modulação e à fixação de tese. Ausentes, nesta assentada, os Ministros Gilmar Mendes e Luiz Fux. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 30.06.2016' ". (Acórdão publicado no STF-DJe nº 161, de 03/08/2016).

5. Acrescentou que, em relação ao RE nº 704.292, na sessão plenária de 19/10/2016, o Supremo Tribunal Federal, "por maioria e nos termos do voto do Relator, fixou tese nos seguintes termos: 'É inconstitucional, por ofensa ao princípio da legalidade tributária, lei que delega aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a competência de fixar ou majorar, sem parâmetro legal, o valor das contribuições de interesse das categorias profissionais e econômicas, usualmente cobradas sob o título de anuidades, vedada, ademais, a atualização desse valor pelos conselhos em percentual superior aos índices legalmente previstos', vencido o Ministro Marco Aurélio, que fixava tese em outros termos. Em seguida, o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, indeferiu o pedido de modulação. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, e, nesta assentada, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia". (Acórdão publicado no STF-DJe 229, de 27/10/2016).

6. Verifica-se, portanto, que, sob a alegação de contradição, o embargante deseja, na verdade, manifestar sua discordância com o resultado do julgamento, sendo esta a via inadequada. Consoante pacífica orientação jurisprudencial, os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do mérito da causa, mas apenas e tão somente a integrar o julgado, seja por meio da supressão de eventual omissão, obscuridade ou contradição.

7. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Precedentes.

8. Ainda que assim não fosse, de acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

9. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T211286_lou)

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0002076-42.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.002076-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.093608-7
Distribuição para Órgão Julgador - 31/07/2015 13:39
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: COLEGIO PEDRO II
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: LEANDRO GORETKIN ABRANTES
ADVOGADO: BRUNO MORENO CARNEIRO FREITAS
Originário: 0002076-42.2011.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INCONFORMISMO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESCABIMENTO.

1. Embargos de declaração interpostos contra acórdão que não conheceu da apelação adesiva e dos agravos retidos do ora embargante, e conheceu e deu provimento ao apelo do Colégio Pedro II, reformando a sentença que anulou Procedimento Administrativo Disciplinar-PAD desde a citação e desconstituiu todos os efeitos da penalidade aplicada ao servidor.

2. Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material, não se prestando à rediscussão do mérito da causa, mas tão somente a integrá-lo. Nessa linha, STJ, EDcl no MS 21.076/ DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 21/09/2016; EDcl no AgRg nos EAREsp 467.865 / RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 29/09/2016; EDcl nos EAR 3.732 / SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 31/08/2016, e EDcl no AgRg nos EREsp 701.711 / DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 30/08/2016.

3. No presente caso, inexiste o vício apontado, pois o julgado enfrentou as questões relevantes ao deslinde da controvérsia, pretendendo o embargante atribuir efeitos infringentes ao recurso para modificação do julgamento, sendo esta via inadequada para tal propósito, consignando a Corte Especial do STJ que o ¿efeito modificativo dos embargos de declaração tem vez, apenas, quando houver defeito material que, após sanado, obrigue a alteração do resultado do julgamento, o que não é a hipótese dos autos, já que ausente omissão, contradição ou obscuridade¿ (STJ, EDcl no AgRg nos EAg 305.080/MG, Rel. Min. MENEZES DIREITO, CORTE ESPECIAL, DJ 19/05/2003).

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto do Relator, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0009416-03.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.009416-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.093540-4
Distribuição-Sorteio Automático - 12/08/2014 22:31
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: LB OLVEIRA NAVEGACAO LTDA

ADVOGADO: ANA LUIZA OLIVEIRA MORAES
ADVOGADO: FABRIZIO BORDALLO
APELADO: BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL
ADVOGADO: AMARO DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO: MARA ROCHA AGUILAR
ADVOGADO: BRUNO MACHADO EIRAS
ADVOGADO: HUGO RIBEIRO FERREIRA
ADVOGADO: JORGE FERNANDO SCHETTINI BENTO DA SILVA
Originário: 0009416-03.2012.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. COISA JULGADA. RAZÕES DISSOCIADAS. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA.

1. A embargante alega omissão no julgado, a fim de que sejam apreciadas as alegações de onerosidade excessiva e de aplicação da cláusula rebus sic stantibus.

2. O acórdão recorrido, fundamentado na orientação do Superior Tribunal de Justiça, não conheceu da apelação, tendo em vista que o referido recurso não impugnou as afirmativas e fundamentos da sentença, trazendo argumentação completamente estranha ao que restou decidido, a caracterizar irregularidade formal, que compromete requisito extrínseco de admissibilidade recursal.

3. O voto condutor é expresso no sentido de que "o MM. Juiz de primeiro grau, reconhecendo a existência de coisa julgada, extinguiu o processo, sem resolução de mérito, na forma do art. 267, V, do CPC/73, tendo em vista que o conteúdo desta ação é o mesmo do contido nos embargos à execução nº 2001.51.01.010798-0 que tramitou na 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no que se refere à cláusula sexta do contrato de financiamento, cuja repercussão pretendida é a redução ou a inexistência de dívida, já reconhecida e considerada válida pelo Juízo da 21ª Vara Federal, com destaque para o fato de que esta ação revisional foi proposta em 29.06.2012, quando já havia transitado em julgado a sentença que reputou válida e eficaz a cobrança das prestações inadimplidas do negócio jurídico em foco, de modo que a questão da legalidade da aludida cláusula sexta do contrato de financiamento está acobertada pela coisa julgada."

4. Consta do julgado embargado que, nas razões recursais, os apelantes limitam-se a afirmar ser ¿perfeitamente aplicável, ao caso concreto, a teoria da imprevisão que permitiria a rediscussão de cláusulas contratuais visando o [sic] reestabelecimento [sic] do equilíbrio contratual tão buscado pela função social do contrato¿, além de alegar, de forma genérica, que a ¿ação Revisional de Contrato de Financiamento em foco jamais visou a [sic] discussão da validade da Execução, ou qualquer outro requisito de validade do título executivo extrajudicial, mas, tão somente, a revisão do contrato para estabelecimento de condições aptas a equilibrar os pólos envolvidos no negócio jurídico¿, asseverando que ¿a presente demanda jamais contrariou a sentença transitada em julgado, mas, única e exclusivamente, busca tornar pagável uma contraprestação que se tornou excessivamente onerosa para uma das partes em decorrência de fato superveniente e não atribuível a nenhuma das partes envolvidas, por meio da aplicação da Teoria da imprevisão¿, para, ao final, requererem o provimento do recurso, a fim de que "seja a sentença guerreada tornada sem efeito, possibilitando o julgamento da presente demanda, haja vista que o que se pleiteia na ação revisional é o equilíbrio contratual, e não a discussão acerca de questões atinentes a discussão por meio de Embargos à Execução¿, sem, contudo, atacar efetivamente os fundamentos da sentença.

5. Inexiste qualquer vício no acórdão embargado, sendo certo sublinhar que omissão haveria caso não ocorresse a apreciação das questões de fato e de direito relevantes para o deslinde da causa.

6. Sob a alegação de omissão, a embargante deseja, na verdade, manifestar sua discordância com o resultado do julgamento, sendo esta a via inadequada.

7. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211286_lou)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001958-86.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.001958-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.118265-5
Distribuição-Sorteio Automático - 20/03/2015 14:47
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIMED VOLTA REDONDA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO: THOMAZ RIBEIRO LEMOS
ADVOGADO: HANANIA MANTOANELLI MONGIN
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001958-86.2013.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. VÍCIO NÃO DEMONSTRADO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.

I - Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material.

II ¿ No caso em tela, o acórdão embargado analisou devidamente as questões apontadas no recurso, sendo certo que inexiste qualquer dos vícios inseridos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

III ¿ A jurisprudência do Eg. Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos de declaração ¿não cabem ser interpostos, salvo casos excepcionais, com o objetivo de modificar o julgado em seu mérito.¿ (RMS 303/RJ ¿ Edcl., Quarta Turma, Ministro Athos Gusmão Carneiro, DJU 10/06/1991, p. 7.851). Nesse mesmo sentido: STJ, REsp 201001582626, Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJE 03/02/2011; STJ, EDcl no AgRg no Ag 958.489/BA, Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJ 19/05/2008; TRF 2ª Região, AC 9702116376, Terceira Turma Especializada, DJU 25/06/2009.

IV ¿ Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0010025-49.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.010025-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.119976-0
Distribuição-Sorteio Automático - 05/06/2015 16:26
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: SUL AMERICA CIA/ DE SEGURO SAUDE
ADVOGADO: RODRIGO CRUZ MONTENEGRO
ADVOGADO: LUIZ FELIPE CONDE
ADVOGADO: LEANDRO SICILIANO NERI
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0010025-49.2013.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIO NÃO DEMONSTRADO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.

I - Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material.

II ¿ No caso em tela, o acórdão embargado analisou devidamente as questões apontadas no recurso, sendo certo que inexiste qualquer dos vícios inseridos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

III ¿ A jurisprudência do Eg. Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos de declaração ¿não cabem ser interpostos, salvo casos excepcionais, com o objetivo de modificar o julgado em seu mérito.¿ (RMS 303/RJ ¿ Edcl., Quarta Turma, Ministro Athos Gusmão Carneiro, DJU 10/06/1991, p. 7.851). Nesse mesmo sentido: STJ, REsp 201001582626, Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJE 03/02/2011; STJ, EDcl no AgRg no Ag 958.489/BA, Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJ 19/05/2008; TRF 2ª Região, AC 9702116376, Terceira Turma Especializada, DJU 25/06/2009.

IV ¿ Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0013510-57.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.013510-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.115854-1
Distribuição por Prevenção - 02/09/2015 15:41
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: MANOEL AGOSTINHO LIMA NOVO
ADVOGADO: JOSE ALBERTO KEDE
ADVOGADO: MARLUCIA DA SILVA LOURENCO DE MELO
APELADO: UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: LUIZ PEDRO SAN GIL JUTUCA
APELADO: JOSE DA COSTA FILHO
APELADO: GEORGE BLEY FIGUEIREDO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0013510-57.2013.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VÍCIOS NÃO DEMONSTRADOS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.

I - Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material.

II ¿ No caso em tela, o acórdão embargado analisou devidamente as questões apontadas no recurso, sendo certo que inexiste qualquer dos vícios inseridos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

III ¿ A jurisprudência do Eg. Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos de declaração ¿não cabem ser interpostos, salvo casos excepcionais, com o objetivo de modificar o julgado em seu mérito.¿ (RMS 303/RJ ¿ Edcl., Quarta Turma, Ministro Athos Gusmão Carneiro, DJU 10/06/1991, p. 7.851). Nesse mesmo sentido: STJ, REsp 201001582626, Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJE 03/02/2011; STJ, EDcl no AgRg no Ag 958.489/BA, Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJ 19/05/2008; TRF 2ª Região, AC 9702116376, Terceira Turma Especializada, DJU 25/06/2009.

IV ¿ Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000854-34.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.000854-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.107939-0
Distribuição-Sorteio Automático - 18/12/2014 13:30
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: J. K. S
ADVOGADO: RENATO NORDI
ADVOGADO: RICARDO ALEXANDRE DE ABREU PEREIRA
ADVOGADO: RENATO JORGE PEREIRA AYMAR
Originário: 0000854-34.2014.4.02.5101 - 02? Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DE VISITA. CONVENÇÃO DA HAIA SOBRE ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE MENORES. DECRETO Nº 3.413/2000. AÇÃO AJUIZADA PELA UNIÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. CONTRADIÇÃO NÃO CONFIGURADA.

1. Inexiste qualquer vício no acórdão embargado, cumprindo sublinhar que a existência de contradição se observa quando existentes no acórdão proposições inconciliáveis entre si.

2. Não configura contradição, sanável na via dos embargos de declaração, eventual divergência entre o posicionamento do acórdão embargado e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, cabendo registrar que o aresto recorrido se encontra em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que compete à justiça federal conhecer das causas em que a União atua, nos termos do inciso I do art. 109 da CRFB/88.

3. O voto condutor do julgado embargado posicionou-se no sentido da "competência do juiz de família para processar e julgar ação envolvendo a guarda e regulamentação do direito de visita de menor, sendo certo que a cooperação internacional estabelecida pela Convenção de Haia tem por escopo repor à criança seu statu quo, preservando o juiz natural, assim entendido o juiz do local de sua residência habitual, no caso em tela, o Juízo de Petrópolis, para decidir sobre a regulamentação de visitas".

4. Ressaltou, entretanto, que, "em se tratando de demanda, ajuizada pela UNIÃO FEDERAL, na qual se pretende, com fulcro na Convenção de Haia sobre os Aspectos Civis de Seqüestro Internacional de Crianças, promulgada pelo Decreto nº 3.413/2000, a regulamentação do direito de visita ao menor (...), por sua mãe,(...), assim como viagens do menor para a Suíça, além do direito de estabelecer contatos telefônicos diariamente com a criança, deve ser reconhecida a competência da Justiça Federal de Petrópolis, a teor do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal/88."

5. Nesse linha de orientação, o acórdão embargado deu parcial provimento à remessa necessária e à apelação para anular a sentença e determinar a remessa dos autos ao Juízo Federal de Petrópolis/RJ competente para o julgamento da presente demanda.

6. Verifica-se, portanto, que, sob a alegação de contradição, o embargante deseja, na verdade, manifestar sua discordância com o resultado do julgamento, sendo esta a via inadequada. Consoante pacífica orientação jurisprudencial, os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do mérito da causa, mas apenas e tão somente a integrar o julgado, seja por meio da supressão de eventual omissão, obscuridade ou contradição.

7. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T211286_lou)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0003800-72.2014.4.02.5167 Número antigo: 2014.51.67.003800-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.118441-0
Distribuição-Sorteio Automático - 02/10/2015 09:37
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FELIPE ARTIMOS DE OLIVEIRA
APELANTE: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO: RENATO JOSE LAGUN
APELADO: PAULO SERGIO VICENTE DA SILVA
ADVOGADO: SILVANO DA SILVA LOPES
Originário: 0003800-72.2014.4.02.5167 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. VÍCIO NÃO DEMONSTRADO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE RECURSAL. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.

I - Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material.

II ¿ No caso em tela, o acórdão embargado analisou devidamente as questões apontadas no recurso, sendo certo que inexiste qualquer dos vícios inseridos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

III ¿ A jurisprudência do Eg. Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos de declaração ¿não cabem ser interpostos, salvo casos excepcionais, com o objetivo de modificar o julgado em seu mérito.¿ (RMS 303/RJ ¿ Edcl., Quarta Turma, Ministro Athos Gusmão Carneiro, DJU 10/06/1991, p. 7.851). Nesse mesmo sentido: STJ, REsp 201001582626, Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJE 03/02/2011; STJ, EDcl no AgRg no Ag 958.489/BA, Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJ 19/05/2008; TRF 2ª Região, AC 9702116376, Terceira Turma Especializada, DJU 25/06/2009.

IV ¿ Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos recursos, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0007074-48.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.007074-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.121009-8
Distribuição para Órgão Julgador - 04/11/2015 11:17
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: CIA/ DISTRIBUIDORA DE GAS DO RIO DE JANEIRO-CEG
ADVOGADO: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO
ADVOGADO: ALEXANDRE DE SOUZA GONTIJO
ADVOGADO: ALESSANDRO LUIS FARIA MACIEL
ADVOGADO: ANA CAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA ALVES MONTEIRO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0007074-48.2014.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. VÍCIO NÃO DEMONSTRADO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO.

I - Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material.

II ¿ No caso em tela, o acórdão embargado analisou devidamente as questões apontadas no recurso, sendo certo que inexiste qualquer dos vícios inseridos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

III ¿ A jurisprudência do Eg. Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos de declaração ¿não cabem ser interpostos, salvo casos excepcionais, com o objetivo de modificar o julgado em seu mérito.¿ (RMS 303/RJ ¿ Edcl., Quarta Turma, Ministro Athos Gusmão Carneiro, DJU 10/06/1991, p. 7.851). Nesse mesmo sentido: STJ, REsp 201001582626, Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJE 03/02/2011; STJ, EDcl no AgRg no Ag 958.489/BA, Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJ 19/05/2008; TRF 2ª Região, AC 9702116376, Terceira Turma Especializada, DJU 25/06/2009.

IV ¿ Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Ressaltou a Suprema Corte: ¿O prequestionamento para o RE não reclama que o preceito constitucional invocado pelo recorrente tenha sido explicitamente referido pelo acórdão, mas sim, que este tenha versado inequivocamente a matéria objeto da norma que nele se contenha¿ (RTJ 152/243).

V - De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (CPC/2015, art. 1.025).

VI - Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0009680-58.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.009680-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.093401-7
Distribuição-Sorteio Automático - 04/11/2015 10:42
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: PAOLO TOTARO
ADVOGADO: INGRID MARTINS TASSAR
APELADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0009680-58.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INCONFORMISMO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESCABIMENTO.

1. Embargos de declaração interpostos contra acórdão que conheceu e negou provimento à apelação, cingindo-se a controvérsia à posse do embargante no cargo de Professor da UFES, recusada pela Instituição, porque o recorrente, a despeito de possuir o título de Doutor (cursado em universidade brasileira), não dispunha, na época da posse, de título de graduação revalidado, já que obtido em instituição estrangeira.

2. Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material, não se prestando à rediscussão do mérito da causa, mas tão somente a integrá-lo. Nessa linha, STJ, EDcl no MS 21.076/ DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 21/09/2016; EDcl no AgRg nos EAREsp 467.865 / RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 29/09/2016; EDcl nos EAR 3.732 / SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 31/08/2016, e EDcl no AgRg nos EREsp 701.711 / DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 30/08/2016.

3. No presente caso, inexistem os vícios apontados, pois o julgado enfrentou as questões relevantes ao deslinde da controvérsia, pretendendo o embargante atribuir efeitos infringentes ao recurso para modificação do julgamento, sendo esta via inadequada para tal propósito, consignando a Corte Especial do STJ que o ¿efeito modificativo dos embargos de declaração tem vez, apenas, quando houver defeito material que, após sanado, obrigue a alteração do resultado do julgamento, o que não é a hipótese dos autos, já que ausente omissão, contradição ou obscuridade¿ (STJ, EDcl no AgRg nos EAg 305.080/MG, Rel. Min. MENEZES DIREITO, CORTE ESPECIAL, DJ 19/05/2003).

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto do Relator, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0010308-38.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.010308-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.120295-8
Distribuição-Sorteio Automático - 31/03/2015 17:47
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CARMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A
ADVOGADO: FLAVIO MATTOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ANA CAROLINA SOUZA CORREIA
APELADO: SUSEP-SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0010308-38.2014.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. VÍCIOS NÃO DEMONSTRADOS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO.

I - Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material.

II ¿ No caso em tela, o acórdão embargado analisou devidamente as questões apontadas no recurso, sendo certo que inexiste qualquer dos vícios inseridos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

III ¿ A jurisprudência do Eg. Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos de declaração ¿não cabem ser interpostos, salvo casos excepcionais, com o objetivo de modificar o julgado em seu mérito.¿ (RMS 303/RJ ¿ Edcl., Quarta Turma, Ministro Athos Gusmão Carneiro, DJU 10/06/1991, p. 7.851). Nesse mesmo sentido: STJ, REsp 201001582626, Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJE 03/02/2011; STJ, EDcl no AgRg no Ag 958.489/BA, Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJ 19/05/2008; TRF 2ª Região, AC 9702116376, Terceira Turma Especializada, DJU 25/06/2009.

IV ¿ Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo dispensável a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Ressaltou a Suprema Corte: ¿O prequestionamento para o RE não reclama que o preceito constitucional invocado pelo recorrente tenha sido explicitamente referido pelo acórdão, mas sim, que este tenha versado inequivocamente a matéria objeto da norma que nele se contenha¿ (RTJ 152/243).

V - De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (CPC/2015, art. 1.025).

VI - Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215533/ASM

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0120626-88.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.120626-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/09/2015 19:33
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CARLOS AUGUSTO REIS

ADVOGADO: GUSTAVO JOSE MENDES TEPEDINO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0120626-88.2014.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FERROVIÁRIO DA CBTU TRANSFERIDO PARA FLUMITRENS E CENTRAL. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. AUSÊNCIA DE DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. A r. sentença julgou improcedente o pedido de complementação de aposentadoria, formulado nos termos previstos nas Leis n.º 8.186/91 e n.º 10.478/2002.

2. Antes da análise do mérito, vale lembrar que, em relação à legitimidade ad causam, se impõe o litisconsórcio passivo necessário entre o INSS e a União. A Lei nº 8.186/91 preconiza que as aposentadorias/pensões dos ex-ferroviários da Rede Ferroviária Federal S.A. devem ser complementadas, preservando-se a paridade com os vencimentos dos ferroviários em atividade, sendo certo que a complementação é paga pela Autarquia, com recursos da União, que, por sua vez, sucedeu a RFFSA, nos termos do art. 2º da Lei nº 11.483/2007. Logo, a legitimidade do INSS decorre da implantação e do pagamento conjunto do benefício relativo ao regime geral de previdência, com o repasse da complementação salarial paga pela União.

3. A tese do apelo é que a existência de vínculo empregatício com uma empresa de transportes sem relação com a RFFSA, quando da concessão da aposentadoria previdenciária, não impede a obtenção do benefício da complementação.

4. Constata-se, a partir do exame dos documentos colacionados nos autos, em especial a Carteira de Trabalho e Previdência Social ¿ CTPS, que o empregado foi admitido na CBTU, empresa subsidiária da RFFSA, em 22/10/1984. Consta que em 22/12/1994 o autor passou a integrar o quadro de pessoal da FLUMITRENS, por força da cisão parcial da CBTU, com base na Lei nº 8.693/1993. Em 01/12/2002, por meio de nova sucessão trabalhista, o empregado passou a integrar a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logísticas - CENTRAL, tendo se aposentado como ferroviário em 25/08/2012.

5. As empresas FLUMITRENS e CENTRAL não são subsidiárias da RFFSA, de modo que seus empregados não poderiam ser incluídos no disposto no art. 1º da Lei nº 10.478/2002.

6. A Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER foi criada com o principal objetivo de conceder e manter benefícios complementares e assistenciais aos ferroviários dela participantes.

7. Além disso, ainda que tenha ocorrido sucessão trabalhista, o fato é que eventual obrigação de paridade de salários com a RFFSA, transferida da CBTU para as empresas cindidas, teve fim com a publicação, em 07/12/1999, do Decreto nº 3.277/99, que dispôs sobre a dissolução, liquidação e extinção da RFFSA. Assim, as empresas passaram a manter tabela de remuneração desvinculada da que era praticada pela RFFSA. Dessa forma, a complementação de aposentadoria, em casos como o dos autos, pode vir a gerar uma aposentadoria em valor superior ao do salário do ferroviário, o que não se pode admitir.

8. Tais questões foram apreciadas de forma muito apropriada pela Oitava Turma Especializada desta Corte no julgamento da APELREEX nº 0006535-87.2011.4.02.5101, Relator o Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva, na assentada de 30/03/2016, cujas razões de decidir se passa a adotar.

9. Apelo conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao apelo, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

22 - 0131472-67.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.131472-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.112860-0
Distribuição-Sorteio Automático - 04/11/2015 09:26
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: DANIEL DA SILVA QUARESMA
ADVOGADO: ADRIANNA NOLASCO SOUZA PEREIRA
APELADO: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0131472-67.2014.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INCONFORMISMO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESCABIMENTO.

1. Recursos de embargos de declaração interpostos contra acórdão que conheceu e deu parcial provimento à apelação do demandante, cingindo-se a controvérsia à duração da jornada de trabalho de servidor público federal que labora com fontes emissoras de radiações ionizantes, desenvolvendo trabalhos com Raios X ou substâncias radioativas.

2. Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material, não se prestando à rediscussão do mérito da causa, mas tão somente a integrá-lo. Nessa linha, STJ, EDcl no MS 21.076/ DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 21/09/2016; EDcl no AgRg nos EAREsp 467.865 / RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 29/09/2016; EDcl nos EAR 3.732 / SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 31/08/2016, e EDcl no AgRg nos EREsp 701.711 / DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 30/08/2016.

3. No presente caso, inexistem os vícios apontados por ambos os recorrentes, pois o julgado enfrentou as questões relevantes ao deslinde da controvérsia, pretendendo os embargantes a atribuição de efeitos infringentes aos respectivos recursos para modificação do julgamento, sendo esta via inadequada para tal propósito, consignando a Corte Especial do STJ que o ¿efeito modificativo dos embargos de declaração tem vez, apenas, quando houver defeito material que, após sanado, obrigue a alteração do resultado do julgamento, o que não é a hipótese dos autos, já que ausente omissão, contradição ou obscuridade¿ (STJ, EDcl no AgRg nos EAg 305.080/MG, Rel. Min. MENEZES DIREITO, CORTE ESPECIAL, DJ 19/05/2003).

4. Embargos de declaração do demandante e da CNEN conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração do demandante e da CNEN, na forma do Relatório e do Voto do Relator, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0133258-49.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.133258-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.094915-4
Distribuição-Sorteio Automático - 08/06/2015 18:01
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: PAULO ROBERTO DE ANDRADE
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ

APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0133258-49.2014.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. JUROS. CITAÇÃO. ELEMENTOS DE CÁLCULO. FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. COMPENSAÇÃO. DESPROVIMENTO DOS EMBARGOS.

1. Alega o autor que o acórdão incidiu em omissão ao não se pronunciar sobre a data em que fora realizada a citação nos autos da ação coletiva, a qual foi extinta em razão do reconhecimento da ilegitimidade ativa do Ministério Público.

2. Em que pese a citação válida interromper o prazo prescricional, ainda que extinto o processo sem resolução de mérito, conforme explicitado no voto, os juros de mora incidem a partir da citação realizada nos autos do processo em que fora proferida a sentença condenatória, o que aconteceu nesta ação.

3. Alega, ainda, o autor que o julgado incidiu em omissão ao não determinar que os juros de mora fixados devem observar a legislação vigente em cada período (direito intertemporal), com incidência sucessiva, em face da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.

4. A Suprema Corte reconheceu, por maioria, a repercussão geral (ainda não julgada) da questão constitucional suscitada no RE nº 870.947/SE (DJe da 27/04/15) pelo Relator Ministro Luiz Fux, que afirmou a plena vigência do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.960/09, na parte em que rege os juros moratórios e a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública, sob o fundamento de que a decisão por arrastamento nas ADIs nº 4.357 e 4.425 limitou-se à correção monetária do precatório, tendo em vista a pertinência lógica entre o art. 100, § 12, da CF/88 e o aludido dispositivo infraconstitucional.

5. Na fase de liquidação da sentença, e não neste momento, a parte credora poderá requerer ao juízo da execução que requisite do devedor os elementos que estejam em seu poder e que sejam necessários à elaboração dos cálculos, não se revelando razoável, por não ser adequada, a integração do julgado para este fim.

6. Alega a UFRJ a existência de omissão do acórdão relativamente à possibilidade de compensação do reajuste concedido (28,86%) com os aumentos deferidos por meio das Leis nº.s 8.627/1993 e 8.622/1993 e demais acréscimos porventura outorgados.

7. Não há que se falar em omissão visto que o julgado foi categórico ao ressalvar a possibilidade de compensação do crédito devido ao autor com eventuais valores pagos administrativamente a este título, os quais devem estar demonstrados nos autos.

8. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos recursos, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0184185-19.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.184185-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.117875-5
Distribuição por Prevenção - 09/12/2015 10:30
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CAROLINA COUTO RIFF GANDUR
ADVOGADO: ALESSANDRO VALENZUELA ESCANDARANE
APELANTE: CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
APELANTE: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO - CNPQ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: OS MESMOS
Originário: 0184185-19.2014.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS. CURSO DE COMUNICAÇÃO VISUAL DESIGN DA UFRJ. INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO POR ALEGADA NÃO INCLUSÃO DO CURSO NO ROL PREVISTO PELO EDITAL. CURSO COM NOMENCLATURA DISTINTA. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ANÁLISE DA GRADE CURRICULAR DO CURSO. ISONOMIA. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. MERO INCONFORMISMO. PREQUESTIONAMENTO.

1. Verifica-se que, sob a alegação de omissão, o embargante deseja, na verdade, manifestar sua discordância com o resultado do julgamento, sendo esta a via inadequada, haja vista que os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do mérito da causa, mas tão somente a integrar ou aclarar o julgado, seja por meio da supressão de eventual omissão, obscuridade ou contradição. Precedentes.

2. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Precedentes.

3. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0108358-74.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.108358-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.111309-2
Distribuição-Sorteio Automático - 01/08/2016 12:48
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CELIO DOS SANTOS OLIVEIRA 89118251749
APELANTE: CELIO DOS SANTOS OLIVEIRA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARCELO VASCONCELLOS ROALE ANTUNES
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
ADVOGADO: LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO PADILHA
ADVOGADO: LUIZ OCTAVIO BARBOSA LIMA PEDROSO
ADVOGADO: MARCELLO AUGUSTO HAMDAN RIBEIRO
ADVOGADO: MARCELO PUPO RIBEIRO
ADVOGADO: LUCIA RODRIGUES CAETANO
ADVOGADO: MARCIA PEREIRA DIAS DE AZEVEDO
ADVOGADO: MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADO: MARCIO DIOGENES MELO
ADVOGADO: MARCOS NOGUEIRA BARCELLOS
ADVOGADO: MARIA DA GRACA MANHAES BARRETO IGLESIAS
ADVOGADO: MARIA LUCIA CANDIOTA DA SILVA
ADVOGADO: MARILDA AMORIM VIANNA
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
ADVOGADO: GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO
ADVOGADO: IANE RIOS ESQUERDO
ADVOGADO: IARA COSTA ANIBOLETE
ADVOGADO: JUSSARA REGINA DOS SANTOS DE FREITAS
ADVOGADO: KATIA CAMPANELLI DA NOBREGA
ADVOGADO: LIGIA BONILHA

ADVOGADO: LEILA MATHEUS REGA
ADVOGADO: LEONARDO BERNARDES SANT'ANNA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LEONARDO DOS SANTOS
ADVOGADO: LEONARDO GONCALVES ALMEIDA
ADVOGADO: LEONARDO MARTUSCELLI KURY
ADVOGADO: LETICIA MARQUES DO NASCIMENTO
ADVOGADO: GRAZIELLA CORCIONE
ADVOGADO: SILVIO FERREIRA DE ARAUJO
ADVOGADO: SANDRA REGINA VERSIANI CHIEZA
ADVOGADO: SANDRO CORDEIRO LOPES
ADVOGADO: SERGIO LUIS FUKS
ADVOGADO: SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA
ADVOGADO: SILVIA MERI DOS SANTOS GOTARDO
ADVOGADO: ROGEL CARMAN GOMES BARBOSA
ADVOGADO: TERESA DESTRO
ADVOGADO: TUTECIO GOMES DE MELLO
ADVOGADO: VANESSA GRENIER FERREIRA DA MOTTA
ADVOGADO: VERONICA TORRI
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES
ADVOGADO: VITOR LUIS PEREIRA DE CAMPOS
ADVOGADO: MARIO AUGUSTO MURIAS DE MENEZES JUNIOR
ADVOGADO: RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO
ADVOGADO: MAURICIO DE CHATEAUBRIAND LUSTOSA BORGES PEREIRA
ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
ADVOGADO: PATRICIA DUARTE DAMATO PERSEU
ADVOGADO: PAULA BREZINSCKI TORRAO
ADVOGADO: PAULO CAETANO RODRIGUES HORTA JUNIOR
ADVOGADO: RODRIGO VILLA REAL AYALA
ADVOGADO: RAFAEL VIEIRA DE BARROS
ADVOGADO: RENATA COSTA SILVA BRANDAO
ADVOGADO: ROBERTA MARIANA BARROS DE AGUIAR CORREA
ADVOGADO: ROBERTA MURATORI ATHAYDE
ADVOGADO: ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES
ADVOGADO: ROBERTO MUSA CORREA
ADVOGADO: RODOLFO PRANDI CAMPAGNARO
ADVOGADO: JOÃO BATISTA MUYLAERT DE ARAUJO JUNIOR
ADVOGADO: JOSIANE MENDES GOMES DIAS PINTO
ADVOGADO: LEONARDO JUNHO GARCIA
ADVOGADO: LUCIANO PEREIRA CHAGAS
ADVOGADO: RENATO MIGUEL
ADVOGADO: HELIO RICARDO SOUTINHO PEIXOTO
ADVOGADO: RODRIGO SALES DOS SANTOS
ADVOGADO: SERGIO PERINI ZOUAIN
ADVOGADO: WAGNER DE FREITAS RAMOS
ADVOGADO: ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MEIRELLES
ADVOGADO: ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA
ADVOGADO: ANA CLAUDIA VILLA NOVA PESSANHA DE SOUZA
ADVOGADO: ANA REGINA SHUENQUENER DE ARAUJO
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIÊR
ADVOGADO: Priscilla Souza de Almeida Wanick
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
ADVOGADO: ANGELO RICARDO ALVES DA ROCHA
ADVOGADO: GIRLANA GRANJA PEIXOTO MOREIRA
ADVOGADO: CLEBER ALVES TUMOLI
ADVOGADO: CRISTIANO TEIXEIRA PASSOS
ADVOGADO: ELADIR MONTENEGRO DE OLIVEIRA COUTO
ADVOGADO: ERIKA SEIBEL PINTO
ADVOGADO: FREDERICO LYRA CHAGAS
ADVOGADO: GILMAR ZUMAK PASSOS
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
ADVOGADO: DANIEL VERSIANI CHIEZA
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DE MORAES
ADVOGADO: CONSUELO CESAR DE OLIVEIRA

ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
ADVOGADO: CRISTIANO SEABRA DAN
ADVOGADO: DANIEL BURKLE WARD
ADVOGADO: CINTIA DE FREITAS GOUVEA
ADVOGADO: LEONARDO BARBOZA MESQUITA
ADVOGADO: DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO
ADVOGADO: FABIANE QUINTAS DOS SANTOS LIMA
ADVOGADO: FERNANDA RODRIGUES D'ORNELAS
ADVOGADO: FERNANDA VALADARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: FRANCISCO JOSE NOVAIS JUNIOR
ADVOGADO: ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS
ADVOGADO: ARCINELIO DE AZEVEDO CALDAS
ADVOGADO: ANDRE LUIZ VIVIANI DE ABREU
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
ADVOGADO: ANDREIA DA SILVA PICHONE
ADVOGADO: ANTHONY ABREU POLASEK
ADVOGADO: ANTONIO FREDERICO HELUY DANTAS
ADVOGADO: CESAR EDUARDO FUETA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ARMANDO BORGES DE ALMEIDA JUNIOR
ADVOGADO: ANTONIO FELIPPE DA ROCHA
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
ADVOGADO: CARLA DE CASTRO AMORIM MAURIN KRSULOVIC
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA
ADVOGADO: CARMEN LUCIA HENRIQUES MENDES
Originário: 0108358-74.2015.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC. INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INVIABILIDADE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexiste omissão no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

2. ¿Os embargos de declaração não se prestam para obtenção de nova prestação jurisdicional, quando o acórdão embargado decidiu fundamentadamente as questões suscitadas pelas partes, sem omissão no julgado. ¿ Os fundamentos jurídicos embasadores do dispositivo do acórdão não precisam esgotar a matéria e decidir à luz de toda a legislação, seja constitucional, seja infraconstitucional.¿ (STJ, EDcl nos EDcl na AR 2.895/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 2ª Seção, DJ 05.12.2005).

3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).

4. Deseja o embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal

Relator

(T211897-RDA)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0014657-13.2016.4.02.5102 Número antigo: 2016.51.02.014657-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.109857-3
Distribuição-Sorteio Automático - 06/10/2016 13:45
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MARCOS DE FREITAS TEIXEIRA
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
Originário: 0014657-13.2016.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC. INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INVIABILIDADE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexiste omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

2. ¿Os embargos de declaração não se prestam para obtenção de nova prestação jurisdicional, quando o acórdão embargado decidiu fundamentadamente as questões suscitadas pelas partes, sem omissão no julgado. ¿ Os fundamentos jurídicos embasadores do dispositivo do acórdão não precisam esgotar a matéria e decidir à luz de toda a legislação, seja constitucional, seja infraconstitucional.¿ (STJ, EDcl nos EDcl na AR 2.895/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 2ª Seção, DJ 05.12.2005).

3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).

4. Deseja o embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211897-RDA)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0017155-37.2016.4.02.5117 Número antigo: 2016.51.17.017155-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.094111-0
Distribuição-Sorteio Automático - 02/09/2016 12:18

Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: WALTERFRAM MONTEIRO ALVES
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
Originário: 0017155-37.2016.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC. INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INVIABILIDADE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexiste omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

2. ¿Os embargos de declaração não se prestam para obtenção de nova prestação jurisdicional, quando o acórdão embargado decidiu fundamentadamente as questões suscitadas pelas partes, sem omissão no julgado. ¿ Os fundamentos jurídicos embasadores do dispositivo do acórdão não precisam esgotar a matéria e decidir à luz de toda a legislação, seja constitucional, seja infraconstitucional.¿ (STJ, EDcl nos EDcl na AR 2.895/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 2ª Seção, DJ 05.12.2005).

3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).

4. Deseja o embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211897-RDA)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0025208-55.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.025208-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.122658-0
Distribuição-Sorteio Automático - 04/11/2016 12:34
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: MARLUCIA OLIVEIRA DOS PASSOS
ADVOGADO: ROMEU FERNANDO CARVALHO DE SOUZA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS
Originário: 0025208-55.2016.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexistência de omissão no acórdão embargado, eis que foram analisadas, de forma expressa e fundamentada, todas as questões relevantes para o deslinde da causa.
2. Deseja a parte embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.
3. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36, RSTJ 110/187).
4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215633/ccv

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0061672-78.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.061672-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/12/2016 15:56
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SEBASTIAO FRANCISCO DE PAULA
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
Originário: 0061672-78.2016.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. PAGAMENTO A MAIOR DE GRATIFICAÇÕES. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. BOA-FÉ. INEXISTÊNCIA DE ERRO DE INTERPRETAÇÃO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. POSSIBILIDADE.
1. Trata-se de ação movida em face da União Federal, através da qual o autor objetiva que a ré seja condenada a cessar a realização de quaisquer descontos em contracheque, além de devolver os eventualmente realizados, a título de reposição ao erário por pagamentos indevidos pela Administração Pública.
2. O Supremo Tribunal Federal reconheceu que a reposição ao erário dos valores percebidos apenas não se impõe quando presentes, de modo concomitante, os seguintes requisitos: 1) presença de boa-fé do servidor ou beneficiário; 2) ausência, por parte do servidor, de influência ou interferência para a concessão da vantagem impugnada; 3) existência de dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência da norma infringida, no momento da edição do ato que autorizou o pagamento da vantagem impugnada; 4) interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração.
3. Inexiste dúvida quanto à boa-fé do autor, bem como que o mesmo não contribuiu de qualquer forma para o recebimento a maior das parcelas em questão.
4. No entanto, o erro perpetrado pela Administração Pública não se deu por conta de equivocada interpretação legislativa, mas pela manutenção de pagamento de diversas parcelas como se o autor ainda estivesse em atividade, quando já estava aposentado, bem como pelo atraso na adoção dos novos critérios estipulados, a partir de 25 de abril de 2013, em cumprimento ao Parecer nº 25/2013/CJACM/CGU/AGU, para o cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar (GDATEM).
5. Infere-se, portanto, que não restou verificada a incidência cumulativa dos requisitos elencados pelo Supremo Tribunal Federal como necessários à dispensa de reposição ao erário dos valores indevidamente pagos ao autor.
6. Deve ser, portanto, reformada a sentença recorrida, de modo que o pedido seja julgado improcedente.
7. Apelação da União Federal conhecida e provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso da União Federal, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211897-RDA)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0001106-87.2007.4.02.5002 Número antigo: 2007.50.02.001106-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.103325-0
Distribuição-Sorteio Automático - 06/01/2015 15:50
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: LUCIA MARIA ATHAYDE DE VELOSO SASSO
APELADO: PAULO JOSE MACHADO SASSO
ADVOGADO: WILSON MARCIO DEPES
ADVOGADO: thiago melo depes
ADVOGADO: CÉSAR DE AZEVEDO LOPES
ADVOGADO: WILLY POTRICH DA SILVA DEZAN
ADVOGADO: ERALDO JOSÉ ZERBONE FILHO
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM / ES
Originário: 0001106-87.2007.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC. MERO INCONFORMISMO. PREQUESTIONAMENTO.

1. Os embargos de declaração constituem modalidade recursal de viés precipuamente integrativo ou aclaratório, visando sanar quaisquer dos vícios presentes no art. 1.022 do Código de Processo Civil (omissão, contradição, obscuridade ou erro material). Entretanto, in casu, o recorrente insurge-se contra a condenação em verba de advogado, o critério de fixação do valor da indenização dos bens desapropriados e a condenação no pagamento de juros compensatórios, requerendo a reforma do julgado, sem, contudo, apontar quaisquer vícios no acórdão a justificar a interposição do presente recurso.

2. O embargante deseja, tão somente, manifestar sua discordância com o resultado do julgamento, sendo esta a via inadequada.

3. Nas razões de embargos de declaração, o recorrente não aponta quaisquer dos vícios previstos no artigo 1.022 do CPC. Dessa forma, resta caracterizada a irregularidade formal, eis que se trata de recurso de fundamentação vinculada, com expressa indicação e apontamento preciso dos vícios, na forma do art. 1023, caput, do CPC.

4. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

5. Embargos de declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer dos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211286_lou)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0019732-12.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.019732-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.095758-0
Redistribuição Livre - 19/04/2016 18:56
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS ALFREDO
ADVOGADO: ANDRE MOREIRA RODRIGUES
ADVOGADO: RODOLFO DEROSSI CABREIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CBTU-CIA/ BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUIZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Originário: 0019732-12.2011.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O acórdão embargado seguiu orientação oposta à defendida pelo autor, no sentido de que não faz jus ao recebimento da complementação de aposentadoria pela tabela da CBTU, assim como ao recebimento da parcela correspondente ao cargo de confiança, tendo por fundamentação jurisprudência do STJ e desta Cote Regional, afastando a aplicação ao caso concreto de eventual entendimento em sentido contrário e já superado, seja da Justiça Trabalhista, seja da própria Administração, posto que não vinculam o julgador na apreciação da presente demanda.

2. O entendimento adotado no acórdão embargado, segundo o qual o autor não tem direito à complementação de aposentadoria com base na tabela da CBTU, em razão da regra de paridade prevista no artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 8.186/91, c/c o artigo 118, inciso I e § 1º, da Lei nº 10.233/2001, com a redação dada pela Lei nº 11.483/2007, em nada contraria o posicionamento referente à ausência de direito à percepção do valor relativo ao cargo de confiança, segundo o qual ¿o art. 2º da Lei nº 8.186/1991 é inequívoco quando utiliza como parâmetro de equiparação a remuneração do cargo correspondente ao do pessoal em atividade, e não a remuneração que era percebida pelo beneficiário da complementação antes de se aposentar. A única exceção contida no dispositivo legal diz respeito ao adicional por tempo de serviço¿.

3. Assentou o acórdão, também, que apesar de o Plano de Cargos e Salários aplicável ao autor ser referência para a paridade de remuneração, conforme previsto no artigo 118, § 1º, da Lei nº da Lei nº 10.233/2001, com a redação dada pela Lei nº 11.483/2007, e estabelecer a incorporação do cargo de confiança após certo tempo de exercício, esta regra não se aplica à complementação prevista nas Leis 8.186/91 e 10.478/2002, ¿eis que não é integrada por parcelas individuais, independentemente de sua nomenclatura, pagas aos empregados quando em atividade, à exceção da gratificação adicional por tempo de serviço¿. Assim, o julgamento foi no sentido de que dos valores previstos no plano de cargos e salários da extinta RFFSA, considerados para o pagamento da paridade de remuneração, não se inclui o referente ao cargo de confiança, por tratar-se de parcela individual. Afinal, entendimento diverso afrontaria o disposto no artigo 2º da Lei nº 8.186/91.

4. Ausente, portanto, a contradição apontada, notadamente por tratar-se de situações distintas às quais foi dada interpretação coerente segundo o livre convencimento do julgador.

5. Inexiste o artigo 41 da Lei nº 8.186/91 (que tem apenas oito artigos), sobre o qual o embargante pugna pela manifestação quanto ao conceito de remuneração.

6. A teor do disposto no artigo 1.022 do CPC de 2015, os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição, erro material, ou qualquer das condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, do mesmo Codex Processual.

7. Infere-se que a embargante, em verdade, objetiva a modificação do resultado final do julgamento, eis que a fundamentação dos seus embargos de declaração tem por escopo reabrir discussão sobre o tema, uma vez que demonstra seu inconformismo com as razões de decidir, sendo a via inadequada.

8. O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que ¿Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil/15, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido¿. (AgInt no AgRg no AREsp 621715, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 08/09/2016). Seguindo mesma orientação: EDcl no AgRg no AREsp 820915, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/09/2016; EDcl no AgInt no AREsp 875208, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 20/09/2016; EDcl no AgRg no REsp 1533638, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/09/2016.

9. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

10. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T210928_cgm)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0004580-93.2012.4.02.5001 Número antigo: 2012.50.01.004580-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.096573-7
Distribuição por Prevenção - 10/07/2014 18:42
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CARLOS AUGUSTO DE MAGALHÃES
ADVOGADO: MARINÊS ALCHIERI
APELANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0004580-93.2012.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INCONFORMISMO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESCABIMENTO.

1. Embargos de declaração interpostos contra acórdão que conheceu e negou provimento à remessa necessária e à apelação da Universidade, e conheceu e deu parcial provimento ao apelo do demandante, cingindo-se a controvérsia à redução de vantagem incorporada aos proventos de servidor público federal e à realização de descontos de parcelas eventualmente pagas, a título de reposição ao erário.

2. Os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição ou erro material, não se prestando à rediscussão do mérito da causa, mas tão somente a integrá-lo. Nessa linha, STJ, EDcl no MS 21.076/ DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 21/09/2016; EDcl no AgRg nos EAREsp 467.865 / RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 29/09/2016; EDcl nos EAR 3.732 / SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 31/08/2016, e EDcl no AgRg nos EREsp 701.711 / DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 30/08/2016.

3. No presente caso, inexistem os vícios apontados, pois o julgado enfrentou as questões relevantes ao deslinde da controvérsia, pretendendo o embargante atribuir efeitos infringentes ao recurso para modificação do julgamento, sendo esta via inadequada para tal propósito, consignando a Corte Especial do STJ que o ¿efeito modificativo dos embargos de declaração tem vez, apenas, quando houver defeito material que, após sanado, obrigue a alteração do resultado do julgamento, o que não é a hipótese dos autos, já que ausente omissão, contradição ou obscuridade¿ (STJ, EDcl no AgRg nos EAg 305.080/MG, Rel. Min. MENEZES DIREITO, CORTE ESPECIAL, DJ 19/05/2003).

4. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto do Relator, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de janeiro, 15 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0001667-07.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.001667-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.107550-6
Redistribuição Livre - 30/06/2015 15:41
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ESPIRITO SANTO - UNIDADE VILA VELHA - ENSINO SUPERIOR - SEDES/UVV-ES
ADVOGADO: FERNANDO DA FONSECA RESENDE RIBEIRO
ADVOGADO: VINICIUS BERTOLDO ALVES
APELADO: TIAGO LAERTE MARQUES PIMENTA
ADVOGADO: ALINE MARIA QUARTO SILVA
ADVOGADO: DIEGO SILVA FRIZZERA DELBONI
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0001667-07.2013.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexistência de omissão no acórdão embargado, eis que foram analisadas, de forma expressa e fundamentada, todas as questões relevantes para o deslinde da causa.

2. A contradição é constatada de forma objetiva no julgado, diante de proposições inconciliáveis, sendo certo que inexiste tal circunstância no acórdão embargado

3. Deseja a parte embargante modificar o julgado, sendo a via inadequada.

4. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36, RSTJ 110/187).

5. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
T215633/ccv

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0008551-43.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.008551-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.038554-4
Distribuição por Prevenção - 06/07/2015 15:03
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: IRANI PEREIRA
ADVOGADO: AMAURY MEYER
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0008551-43.2013.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC. INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INVIABILIDADE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Os embargos de declaração da autora devem ser apenas parcialmente conhecidos, uma vez que diversas páginas da petição protocolada não guardam qualquer relação com o caso concreto.

2. Inexiste omissão ou obscuridade no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

3. ¿Os embargos de declaração não se prestam para obtenção de nova prestação jurisdicional, quando o acórdão embargado decidiu fundamentadamente as questões suscitadas pelas partes, sem omissão no julgado. ¿ Os fundamentos jurídicos embasadores do dispositivo do acórdão não precisam esgotar a matéria e decidir à luz de toda a legislação, seja constitucional, seja infraconstitucional.¿ (STJ, EDcl nos EDcl na AR 2.895/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 2ª Seção, DJ 05.12.2005).

4. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).

5. Desejam os embargantes modificar o julgado, sendo a via inadequada.

6. Recurso da autora parcialmente conhecido e, na parte conhecida, desprovido. Recurso da União Federal conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, conhecer, em parte, do recurso da autora e, na parte conhecida, negar-lhe provimento e conhecer e negar provimento ao recurso da União Federal, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211897-RDA)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0135007-35.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.135007-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.000018-8
Distribuição-Sorteio Automático - 26/02/2015 13:06
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: TERESA VIEIRA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Originário: 0135007-35.2013.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O voto-condutor do acórdão embargado apreciou de forma exaustiva, clara e fundamentada, as questões trazidas pelos embargantes, tanto pela autora (honorários advocatícios e índice de correção das parcelas atrasadas), quanto pela ré (interesse processual, prescrição, legitimidade passiva ad causam, reconhecimento administrativo do direito da autora e dotação orçamentária), ainda que em sentido contrário ao defendido pelas partes interessadas.

2. A teor do disposto no artigo 1.022 do CPC de 2015, os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição, erro material, ou qualquer das condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, do mesmo Codex Processual.

3. Infere-se que os embargantes, em verdade, objetivam a modificação do resultado final do julgamento, eis que as fundamentações dos seus embargos de declaração têm por escopo reabrir discussão sobre os temas, uma vez que demonstram seu inconformismo com as razões de decidir, sendo a via inadequada.

4. O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que ¿Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil/15, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido¿. (AgInt no AgRg no AREsp 621715, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 08/09/2016). Seguindo mesma orientação: EDcl no AgRg no AREsp 820915, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/09/2016; EDcl no AgInt no AREsp 875208, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 20/09/2016; EDcl no AgRg no REsp 1533638, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/09/2016.

5. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

6. Embargos de declaração da ré e da autora e conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração da ré e da autora, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T210928_cgm)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0003970-48.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.003970-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.095967-2
Distribuição-Sorteio Automático - 07/07/2016 15:06
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ROSELY HAMATY
ADVOGADO: ALEXANDRE DE SOUZA LASTRES SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0003970-48.2014.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO DOS VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC. OMISSÃO CONFIGURADA QUANTO À SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIÃO FEDERAL. PREQUESTIONAMENTO.

1. O segundo recurso da autora não é conhecido, em razão da preclusão consumativa. Trata-se do mesmo conteúdo, protocolado repetidamente.

2. A contradição é constatada de forma objetiva no julgado, diante de proposições inconciliáveis, sendo certo que não se configura tal circunstância no acórdão embargado, ao contrário do que sustenta a autora em seu primeiro recurso, razão pela qual deve ser negado provimento ao mesmo.

3. Com o parcial provimento que foi dado à apelação da União Federal e à remessa necessária, através do acórdão recorrido, restou afastada a proibição de realizar o desconto dos valores recebidos a maior pelo autor de janeiro de 2006 a maio de 2011, além de ser aplicada correta forma de atualização monetária sobre a verba indenizatória.

4. Ou seja, restou configurada sucumbência recíproca na hipótese, o que não foi observado no aresto recorrido, devendo ser sanada a referida omissão.

5. Ambas as partes devem ser condenadas ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em R$2.000,00 (dois mil reais) em favor dos patronos de cada uma delas.

6. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional (STF, RTJ 152/243; STJ, Corte Especial, RSTJ 127/36; ver ainda: RSTJ 110/187).

7. Segundo recurso da autora não conhecido. Primeiro recurso da autora conhecido e desprovido. Recurso da União Federal conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do segundo recurso da autora, conhecer e negar provimento ao primeiro recurso da autora e conhecer e dar parcial provimento ao recurso da União Federal, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T211897-RDA)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
31 - 0103630-24.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.103630-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.096332-7
Redistribuição Livre - 04/03/2016 14:27
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: VICTOR CAMPAGNOLI
ADVOGADO: ERALDO LACERDA JÚNIOR
ADVOGADO: LIZANDRA DE ALMEIDA TRES LACERDA
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0103630-24.2014.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O voto-condutor do acórdão embargado foi expresso ao adotar, no caso vertente, o entendimento firmado pelo Enunciado Administrativo nº 7, do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual a fixação dos honorários advocatícios, nos recursos interpostos contra decisão publicada antes da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, deve seguir as regras estabelecidas pelo CPC de 1973. Por conseguinte, descabe falar em omissão quanto à regra prevista no artigo 85 do Novo Código de Processo Civil, visto que o acórdão afastou sua aplicação na hipótese dos presentes autos.

2. O acórdão embargado seguiu a orientação no sentido de que não retira o caráter genérico da GDAPMP o fato de ser paga aos servidores ativos com base no resultado obtido na última avaliação de desempenho para recebimento da GDAMP, ou no valor equivalente a 80 (oitenta) pontos para aqueles que não foram avaliados para tal fim. Restou assentado, ainda, que deve prevalecer o entendimento adotado na sentença recorrida quanto ao termo final para o pagamento da GDAPMP ao autor em paridade com os ativos, fixado em 31/01/2014, ante a ausência de impugnação do autor a respeito do tema. Ademais, destacou-se que o pleito autoral não configura pedido de concessão de aumento pelo Poder Judiciário, afastando-se qualquer violação ao artigo 2º da Constituição Federal de 1988 e ao enunciado da Súmula nº 339 do STF.

3. A teor do disposto no artigo 1.022 do CPC de 2015, os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição, erro material, ou qualquer das condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, do mesmo Codex Processual.

4. Infere-se que os embargantes, em verdade, objetivam a modificação do resultado final do julgamento, eis que as fundamentações dos seus embargos de declaração têm por escopo reabrir discussão sobre os temas, uma vez que demonstram seu inconformismo com as razões de decidir, sendo a via inadequada.

5. O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que ¿Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil/15, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido¿. (AgInt no AgRg no AREsp 621715, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 08/09/2016). Seguindo mesma orientação: EDcl no AgRg no AREsp 820915, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/09/2016; EDcl no AgInt no AREsp 875208, Rel. Ministro

Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 20/09/2016; EDcl no AgRg no REsp 1533638, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/09/2016.

6. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

7. Embargos de declaração do autor e do réu conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração do autor e do réu, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T210928_cgm)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0111270-69.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.111270-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.114235-1
Distribuição-Sorteio Automático - 08/05/2015 14:41
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SALOMAO SCHOR
ADVOGADO: ERALDO LACERDA JUNIOR
REMETENTE: JUÍZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0111270-69.2014.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O voto-condutor do acórdão embargado foi expresso ao adotar, no caso vertente, o entendimento firmado pelo Enunciado Administrativo nº 7, do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual a fixação dos honorários advocatícios, nos recursos interpostos contra decisão publicada antes da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, deve seguir as regras estabelecidas pelo CPC de 1973. Por conseguinte, descabe falar em omissão no acórdão embargado quanto à regra prevista no artigo 85 do Novo Código de Processo Civil, visto que afastou sua aplicação na hipótese dos presentes autos, demonstrando que, ao contrário do que alega o autor, o posicionamento adotado pelo STJ no julgamento do REsp 1.155.125 não foi ¿suprimido pela nova legislação¿ para a situação de sentença publicada antes da entrada em vigor do NCPC.

2. O acórdão embargado seguiu a orientação no sentido de que não retira o caráter genérico da GDAPMP o fato de ser paga aos servidores ativos com base no resultado obtido na última avaliação de desempenho para recebimento da GDAMP, ou no valor equivalente a 80 (oitenta) pontos para aqueles que não foram avaliados para tal fim. Ademais, destacou-se que o pleito autoral não configura pedido de concessão de aumento pelo Poder Judiciário, afastando-se qualquer violação ao artigo 2º da Constituição Federal de 1988 e ao enunciado da Súmula nº 339 do STF.

3. O vício de ¿obscuridade/omissão¿ que o réu alega haver no julgado embargado refere-se a um trecho da sentença recorrida. Com efeito, se havia alguma dificuldade em entender o real alcance da sentença, deveria ter sido alegada no momento oportuno. De toda forma, o acórdão embargado foi expresso ao assentar que o entendimento adotado na sentença recorrida quanto ao termo final para pagamento da GDAPMP ao autor em paridade com os servidores ativos está em conformidade com a

jurisprudência firmada pelo STF , segundo a qual é a `data da homologação do resultado das avaliações, após a conclusão do primeiro ciclo de avaliações, não podendo a Administração retroagir os efeitos financeiros a data anterior.¿ (RE 662406, Rel. Ministro Teori Zavascki, DJ-e 18/02/2015)¿.

4. A teor do disposto no artigo 1.022 do CPC de 2015, os embargos de declaração constituem instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir eventual obscuridade, contradição, erro material, ou qualquer das condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, do mesmo Codex Processual.

5. Infere-se que os embargantes, em verdade, objetivam a modificação do resultado final do julgamento, eis que as fundamentações dos seus embargos de declaração têm por escopo reabrir discussão sobre os temas, uma vez que demonstram seu inconformismo com as razões de decidir, sendo a via inadequada.

6. O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que ¿Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil/15, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido¿. (AgInt no AgRg no AREsp 621715, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 08/09/2016). Seguindo mesma orientação: EDcl no AgRg no AREsp 820915, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/09/2016; EDcl no AgInt no AREsp 875208, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 20/09/2016; EDcl no AgRg no REsp 1533638, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/09/2016.

7. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a simples interposição dos embargos de declaração já é suficiente para prequestionar a matéria, ¿ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿ (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

8. Embargos de declaração do autor e do réu conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração do autor e do réu, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T210928_cgm)

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
34 - 0167927-28.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.167927-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.117872-0
Distribuição por Prevenção - 18/02/2016 11:39
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
PARTE AUTORA: BEATRIZ FARIA DE LIMA ARAÚJO
ADVOGADO: ALESSANDRO VALENZUELA ESCANDARANE
PARTE RÉ: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES
PARTE RÉ: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO - CNPQ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE NITERÓI / RJ
Originário: 0167927-28.2014.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM REMESSA NECESSÁRIA. PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS. CURSO DE COMUNICAÇÃO VISUAL DESIGN DA UFRJ. INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO POR ALEGADA NÃO INCLUSÃO DO CURSO NO ROL PREVISTO PELO EDITAL. CURSO COM NOMENCLATURA DISTINTA.

POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ANÁLISE DA GRADE CURRICULAR DO CURSO. ISONOMIA. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. MERO INCONFORMISMO. PREQUESTIONAMENTO.

1. Verifica-se que, sob a alegação de omissão, o embargante deseja, na verdade, manifestar sua discordância com o resultado do julgamento, sendo esta a via inadequada, haja vista que os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do mérito da causa, mas tão somente a integrar ou aclarar o julgado, seja por meio da supressão de eventual omissão, obscuridade ou contradição. Precedentes.

2. Para fins de prequestionamento, basta que a questão tenha sido debatida e enfrentada no corpo do acórdão, sendo desnecessária a indicação de dispositivo legal ou constitucional. Precedentes.

3. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
35 - 0010591-67.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010591-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/10/2016 13:41
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: DENILDA LOURENÇO DA CUNHA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
AGRAVADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0123081-55.2016.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO NÃO PADRONIZADO. RIOCIGUATE. INVASÃO DO JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. LEGITIMIDADE PASSIVA.

1. Rejeitada a ilegitimidade passiva ad causam da UNIÃO, eis que, não estando o medicamento pleiteado na Portaria nº 1.554/2013 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre as regras de financiamento e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), não há como adotar a divisão de competências previstas na referida Portaria para afastar a responsabilidade da União pelo seu fornecimento. Precedentes desta Sétima Turma Especializada.

2. O art. 196 da CRFB dispõe que o direito à saúde deve ser ¿garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação¿. Assim, o dispositivo, em sua primeira parte estabelece um direito genérico à saúde, mas sua parte final traz alguns balizamentos. Primeiramente, a valorização da medicina preventiva e, em segundo lugar, o estabelecimento de políticas sociais e econômicas que possibilitem um acesso universal e igualitário. Diante dos princípios da reserva do possível e da isonomia, além das limitações orçamentárias, o Judiciário não pode privilegiar situações individuais em detrimento das políticas públicas que buscam o atendimento de toda a população de forma igualitária.

3. O único modo de conciliar a concretização do direito à saúde, de forma cada vez mais ampla, com os princípios da isonomia e da reserva do possível é a utilização de ações coletivas, especialmente pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, requerendo-se a inclusão de medicamentos ainda não padronizados nas listas do Ministério e das Secretarias de Saúde, com ampla produção de provas e audiência de setores técnicos especializados.

4. Não deve o Poder Judiciário, em toda e qualquer demanda similar à presente, apenas embasado na solidariedade humana, interferir nas decisões administrativas que visam garantir atendimento médico mais eficiente e de maior alcance, sob pena de cometer injustiças ainda mais graves e de violação ao princípio da separação dos poderes previsto no artigo 2º da Constituição Federal. Precedentes do STF e STJ.

5. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. Agravo interno prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento e julgar prejudicado o agravo interno, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
36 - 0012003-33.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012003-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/11/2016 14:51
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FELIPE ARTIMOS DE OLIVEIRA
AGRAVADO: IRMAOS FAJOLI MOVEIS E DECORACOES LTDA
AGRAVADO: JOSE BONIFACIO BERMOND FAJOLI
AGRAVADO: ANTONIO CARLOS FAJOLI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0031277-76.2016.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de São João de Meriti
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA. BUSCA DE BENS ATRAVÉS DO SISTEMA INFOJUD. POSSIBILIDADE. EXAURIMENTO DE DILIGÊNCIAS PARA BUSCA DE BENS DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE.

1. Trata-se de agravo de instrumento visando à reforma do decisum que indeferiu a busca de bens dos executados através do sistema INFOJUD.

2. O Superior Tribunal de Justiça vem adotando para os casos envolvendo a utilização dos sistemas INFOJUD/RENAJUD o mesmo entendimento adotado para a utilização do BACENJUD, qual seja, a desnecessidade de comprovação de exaurimento de diligências por parte da exequente para a localização de bens do devedor, nos termos do precedente fixado pela Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.112.943/MA, sujeito ao rito dos recursos repetitivos. Precedentes.

3. Agravo de instrumento conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: decidem os membros da 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000147

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0013047-87.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.013047-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 20/12/2016 14:38
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
AGRAVADO: ANA MARCIANA PEREIRA E OUTROS
AGRAVADO: LUCILIA PAVESI GONÇALVES
AGRAVADO: CELIA DE OLIVEIRA SILVA
AGRAVADO: NADIA MARIA MAMEDE
AGRAVADO: LUCIANA DA SILVA MELO SCARDINI
AGRAVADO: AUREA APARECIDA DO NASCIMENTO
AGRAVADO: LENIR OLIVEIRA DA SILVA CAMPOS
AGRAVADO: DOMINGOS TEIXEIRA PASCOA
AGRAVADO: MOACIR FERRI
AGRAVADO: ROSANIA RODRIGUES
AGRAVADO: ZILDENY DA SILVA MARTINS
AGRAVADO: SELMA VIEIRA DE SOUZA
AGRAVADO: DARCI MENDES ALECRIM DOS SANTOS
AGRAVADO: ADEMAR RODRIGUES RIBEIRO
AGRAVADO: ELI NUNES CARDOSO
AGRAVADO: LINDAURA OLIVEIRA DOS REIS
AGRAVADO: STELLA SILVA DOS SANTOS
AGRAVADO: JOSÉ FERNANDO DE ABREU
AGRAVADO: ANILSON AMARAL DA SIVA
AGRAVADO: GERSIMAR JOSÉ SYLVESTRE
ADVOGADO: EDUARDO ROCHA
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: JOSE VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR
Originário: 0500028-71.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível - 0013047-87.2016.4.02.0000 (2016.00.00.013047-2)
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO
:
ALEX WERNER ROLKE
AGRAVADO
:
ANA MARCIANA PEREIRA E OUTROS E OUTROS
ADVOGADO
:
EDUARDO ROCHA, JOSE VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR
ORIGEM
:
1ª VF Serra (05000287120164025006)
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, objetivando a reforma de decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara Federal de Serra/ES, nos autos do processo nº 0013047-87.2016.4.02.0000, que converteu o procedimento para o rito dos Juizados Especiais Federais e declarou a impossibilidade processual da atuação da CEF como assistente simples em sede de Juizado Federal, declinando da competência para processar e julgar o feito para a Justiça Estadual.

Defende a agravante a impossibilidade de conversão do rito ordinário para o rito especial dos Juizados Especiais Federais, tendo em vista que "a presente demanda se consubstancia principalmente em vícios construtivos, que ensejam na necessidade de produção de prova pericial para detectar quais são os vícios, de onde decorrem, quem os ocasionou e demais pontos necessários para quantificação de valores e imputação de responsabilização" (fl. 07), tratando-se de produção de prova complexa. Assinala, assim, "o nítido prejuízo decorrente da conversão do rito ordinário para o rito dos juizados especiais federais, que acarreta na impossibilidade de produção de provas necessárias à resolução da controvérsia, além da impossibilidade de a Caixa Econômica Federal integrar a lide como assistente simples" (fls. 07/08), sendo certo que "manifestou seu interesse no feito por ser responsável pela promoção da defesa dos interesses do Sistema Financeiro de Habitação e, consequentemente, do Fundo de Compensação de Variações Salariais, que dizem respeito a todos os contratos juntados aos autos" (fl. 08). Sustenta que "eventual condenação da Requerida Sul América ao pagamento de indenização aos ora Agravados acarretará em inequívoco prejuízo ao FCVS, porque os recursos despendidos para cobertura securitária serão deste retirados em razão da apólice em questão tratar-se de Ramo 66" (fl. 18). Destaca que "há provas robustas a demonstrar que a Agravante CEF está no seu legítimo direito de representante do Fundo de Compensação de Variações Salariais" (fl. 18).

Requer, assim, "a concessão de efeito suspensivo à decisão que deferiu a adoção do rito dos Juizados Especiais Federais, que, por efeito, acarreta na impossibilidade de a Caixa Econômica Federal permanecer no processo na modalidade de Assistente Simples e, consequentemente, na incompetência da Justiça Federal para análise do feito" (fls. 18/19). Ressalta que "a demora na prestação jurisdicional para permitir a representação judicial do FCVS pela Agravante, em atenção à Lei n.º 12.409/11, acarretará na violação aos princípios universais do Direito Processual, tais como os princípios da economia processual e da duração razoável do processo" (fls. 18/20). Pugna, por fim, pelo provimento do recurso, para que seja reconhecida "a impossibilidade de conversão para o rito dos Juizados Especiais Federais, bem como admitida a intervenção da CAIXA no presente feito, por ser esta legítima representante judicial do FCVS." (fl. 21).

O recurso foi instruído com os documentos de fls. 22/971.

É o breve relatório. Decido.

O efeito suspensivo deve ser atribuído ao presente recurso.

Com efeito, a atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento pressupõe o reconhecimento da probabilidade de provimento do recurso e também de que a decisão agravada poderá causar dano grave, de difícil ou impossível reparação (art. 995, parágrafo único, do novo CPC), requisitos indispensáveis e cumulativos.

No presente caso, verifica-se a presença de tais requisitos, como se verá adiante.

Como relatado, a decisão agravada, proferida pelo juízo da 1ª Vara Federal de Serra/ES, nos autos do processo nº 0013047-87.2016.4.02.0000, converteu o procedimento para o rito dos Juizados Especiais Federais e declarou a impossibilidade processual da atuação da CEF como assistente simples em sede de Juizado Federal, declinando da competência para processar e julgar o feito para a Justiça Estadual. Ao final da decisão, o Juiz a quo ressaltou que, mesmo em ações do rito ordinário, a CEF não deteria interesse em funcionar nem mesmo como assistente simples em questões relacionados ao FCVS em razão da interpretação dada pelo STJ em sede do EDcl nos EDcl no REsp 1.091.393/SC, sob a sistemática do recurso repetitivo, apesar da mudança legislativa efetuada pela Lei nº 13.000/2014.

Quanto à conversão do rito ordinário para o rito especial do Juizado Federal, de ofício, observa-se que a decisão não pode observar somente o valor da causa individualmente, mas também a complexidade da causa, que poderá demandar a produção de prova pericial de engenharia, conforme assinalado pela agravante, em razão da alegação de existência de vícios de construção. Ademais, a ação foi ajuizada por 20 autores, o que significa dizer que deverão ser analisados 20 contratos de mútuo habitacional (Agravo de instrumento - 186136, processo: 2010.0201.002512-2, Quinta Turma Especializada, Relator: Juiz Federal convocado Luiz Paulo S. Araujo Filho Fonte: E-DJF2R de 02/09/2010, pág. 111).

No que concerne à existência de interesse jurídico da CEF para ingressar, na qualidade de parte ou de assistente, no polo passivo de demanda em que discute a cobertura securitária em razão de danos físicos/vícios construtivos de imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH, deve-se ressaltar que a CEF poderá ingressar nas demandas em que se discute cobertura securitária relacionada à Apólice de Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (também chamada de Apólice Pública ou Ramo 66), desde que comprovado que o contrato de seguro, adjeto ao de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, foi firmado entre 02/12/1988 e 29/12/2009 e que o pagamento da cobertura securitária pretendida no processo comprometerá o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, com risco efetivo de exaurimento da Reserva Técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice – FESA.

À vista disso, em exame perfunctório próprio deste momento processual, deve ser reconhecida a relevância da fundamentação do pleito, além da possibilidade de lesão grave e de difícil reparação (art. 995, parágrafo único, do novo CPC).

Isto posto,

Defiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso, nos termos da fundamentação supra. Comunique-se com urgência.

Intimem-se a SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A e os agravados, na forma do art. 1.019, II, do CPC/2015.

P. I.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T215633) ccv

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0013307-67.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.013307-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 21/12/2016 15:07

Gabinete 20

Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

AGRAVANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: PATRICK VALVERDE MEDEIROS

ADVOGADO: JOSE CARLOS ROSESTOLATO REZENDE

Originário: 0031344-77.2016.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

AGRAVANTE

:

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

ADVOGADO

:

PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO

:

PATRICK VALVERDE MEDEIROS

ADVOGADO

:

JOSE CARLOS ROSESTOLATO REZENDE

ORIGEM

:

4ª Vara Federal Cível (00313447720164025001)

Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FUNASA contra decisão (fls. 143/146 do processo originário) que, em mandado de segurança, determinou o recebimento pela impetrada/recorrente da documentação apresentada pelo impetrante e sua contratação, em virtude de aprovação no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital FUNASA nº 01 de 16/09/2013.

Consoante petição inicial, a documentação em questão não foi recebida ao argumento de que o impetrante já havia sido convocado em 2015 e, não tendo comparecido na data correta com a documentação exigida, foi excluído do certame.

O impetrante afirma em sua petição inicial que recebeu telegrama de convocação em 21/06/2016, e compareceu, no prazo conferido, com a documentação exigida.

Em suas razões recursais, a recorrente alega que realizou Processo Seletivo Simplificado (Edital nº 01 FUNASA, de 16/09/2013), do qual o agravado participou e ficou classificado na 11ª colocação da Especialidade 1 (Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária e Ambiental ou Engenharia Ambiental); que o resultado final do certame foi divulgado e homologado pelo Edital nº 09, de 19/12/2013.

Sustenta que, no DOU de 23/02/2015, seção 3, pág. 112, foi publicado o Edital nº 2/2015, convocando os classificados para se apresentarem com a documentação necessária e, além disso, foram enviados telegramas para os candidatos convocados, inclusive para o ora impetrante/agravado, conforme documento de f. 125 dos autos originários. No entanto, o agravado não compareceu até a data designada (20/03/2015), motivo pelo qual foi considerado excluído do concurso.

Contudo, segundo a agravante, por uma falha do Sistema de Postagem de Telegramas dos Correios, ao convocar outros três candidatos, em 21/06/2016, foram emitidos novos telegramas para todos os

candidatos que já haviam sido convocados anteriormente, incluindo o agravado; que ao receber o telegrama o agravado compareceu com a documentação e os exames para contratação, ocasião em que foi informado de que não seria contratado porque sua apresentação era intempestiva.

Alega que, embora tenha havido o envio de outro telegrama para o endereço do agravado, tal fato não tem o condão de reabrir o prazo, ainda que o candidato não tenha recebido o primeiro telegrama (enviado em fevereiro/2015); que o envio de telegramas é só mais uma forma de dar maior publicidade ao ato, mas que a publicação das convocações, no Diário Oficial ou na internet, deveria ser acompanhada pelos candidatos, conforme item 10.2 do edital do concurso; que não houve ilegalidade na recusa da contratação do candidato, pois "a convocação de candidato que perdeu o prazo para apresentação da documentação macularia o certame, por violação ao princípio da isonomia, eis que nenhum outro candidato teve tal oportunidade" (f. 08).

Requer o deferimento do efeito suspensivo, conforme a fundamentação e, ao final, o provimento do recurso com a reforma da decisão agravada.

Deve ser deferido o requerimento de atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

Uma vez excluído do certame por não apresentar a documentação exigida quando da primeira convocação, em fevereiro/2015, o envio equivocado de outro telegrama de convocação, em junho/2016, ao menos neste exame preliminar, não afasta a exclusão do candidato ou reabre prazo para apresentação de documentos.

Cabe esclarecer que o item 10.2 do Edital FUNASA nº 01 de 16/09/2013 previa ser de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação no DPU de todos os atos referentes ao processo seletivo em questão, e a convocação do recorrido para apresentação de documentos, no período de 23/02/2015 a 23/03/2015, conforme edital de convocação nº 02/2015, foi publicada no DOU de 23/02/2015 (p. 112).

Além disso, restou comprovado, através da cópia do procedimento administrativo instaurado para apurar o requerimento administrativo de nomeação (nº 25150.000.758/2016-21), que os candidatos classificados também foram convocados via telegrama.

Mesmo que se entenda que o preenchimento de formulário de telegrama (fl. 125 do processo originário) e o orçamento de telegrama acostado à fl. 126 dos mesmos autos não comprovam o envio ao recorrido do primeiro telegrama de convocação (de fevereiro/2015), certo é que, em sede de mandado de segurança, qualquer dúvida se resolve contra o impetrante.

Ademais, presente o periculum in mora inverso, pois a contratação do impetrante/recorrido impedirá a contratação de outro candidato aprovado e não excluído do certame.

Diante do exposto, defiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

Comunique-se o teor desta decisão ao juízo da causa.

Intime-se o agravado (art. 1.019, II, do CPC).

Após, ao Ministério Público Federal.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

Desembargador Federal

(eaa/bvr)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0001129-52.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001129-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 14/02/2017 16:24

Gabinete 20

Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

AGRAVANTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: MARIA ELIZABETH POMPILIO DA HORA SILVA

AGRAVADO: REINALDO JOSE BENEVENUTI

AGRAVADO: FELICIA FARHI

AGRAVADO: JORGE ALBERTO DE SOUZA

AGRAVADO: MILSOM GOMES DE OLIVEIRA

ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO

Originário: 0016272-41.2016.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

AGRAVANTE

:

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO
:
MARIA ELIZABETH POMPILIO DA HORA SILVA E OUTROS
ADVOGADO
:
PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
ORIGEM
:
07ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00162724120164025101)
Decisão

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto pela FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) contra decisão (fls. 156/164 do processo originário) que, em sede execução individual de sentença coletiva, relativa ao pagamento de índice de 3,17 %, rejeitou impugnação da parte executada.

Entendeu o juízo a quo que a competência para liquidação e execução de título individual decorrente de sentença coletiva é concorrente entre o foro do domicílio do credor/exequente e o foro onde prolatada a sentença coletiva.

A agravante sustenta a inexigibilidade de título executivo ao argumento de que os exequentes tem domicílio fora da competência territorial da autoridade jurisdicional prolatora da decisão judicial em execução; bem como a inexistência de título líquido e certo a embasar a presente execução. Aduz que a pretensão executória está prescrita, uma vez que proposta após o prazo de 2 anos e meio da publicação da decisão do STJ ocorrida em 17/05/2011. Requer a concessão de efeito suspensivo à decisão recorrida e, ao final, o provimento do agravo de instrumento.

2. Por ora, não deve ser deferido o requerimento de efeito suspensivo.

Nota-se que a agravante, em suas razões, faz referência à prescrição da pretensão executória, matéria que, apesar de cognoscível de ofício, não foi mencionada na impugnação da execução individual de sentença coletiva e tampouco na decisão recorrida. Por essa razão, entendo que a antecipação da tutela recursal pretendida pela recorrente deve ser apreciada depois do exercício do contraditório (art. 10 do CPC).

Intime-se a agravada, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC/2015.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
Desembargador Federal
(iba)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001305-31.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001305-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 17/02/2017 14:32
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: RENATA TAVARES CUNHA ABIRAUDE
AGRAVADO: S M G M DE FREITAS LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000277-72.2004.4.02.5112 - 01ª Vara Federal de Itaperuna
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE
:
CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO
:
RENATA TAVARES CUNHA ABIRAUDE
AGRAVADO
:
S M G M DE FREITAS LTDA ME

ADVOGADO
:
SEM ADVOGADO
ORIGEM
:
01ª Vara Federal de Itaperuna (00002777220044025112)
Decisão

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CRF-RJ contra decisão (fl. 120, do processo originário) que, em sede de execução fiscal, indeferiu o requerimento de penhora de valores recebíveis de cartão de crédito.

Entendeu o juízo a quo que "a excepcionalidade própria deste tipo de constrição exige cautela no seu deferimento, a fim de evitar-se a inviabilização da empresa executada".

O agravante alega (fs. 01-08), em síntese, que: (i) houve error in iudicando, pois a decisão agravada impede a satisfação do débito exequendo; (ii) segundo os artigos 797 e 805, ambos do CPC, a execução deve ser realizada no interesse do credor/exequente e da forma menos gravosa para o devedor; (iii) não se pode, em nome do princípio da menor onerosidade ao devedor, indeferir penhora legítima, impedindo que a execução atinja seu fim; (iv) a preferência legal expressa no artigo 11 da Lei nº 6.830/80 é sempre pela penhora de dinheiro, motivo pelo qual o agravante requereu a penhora do cartão de crédito do agravado; (v) determinar o exaurimento das diligências no sentido de buscar outros bens penhoráveis do devedor, viola a ordem estabelecida na norma anteriormente mencionada; (vi) o STJ, em sede de recurso repetitivo, fixou o entendimento no sentido de que o deferimento da penhora on line dispensa o exaurimento das buscas por outros bens penhoráveis, uma vez que a penhora de dinheiro tem preferência sobre as demais; (vii) o enunciado nº 451 da súmula de jurisprudência do STJ admite a penhora da sede do estabelecimento comercial, porém a penhora de cartão de crédito é menos prejudicial, uma vez que o valor descontado mês a mês não inviabiliza a continuidade da atividade empresarial.

Por fim, requer o recebimento do recurso "com efeito suspensivo, nos termos do art. 1.019, Inciso I do CPC/2015, para que, a final, seja deferido o pedido de penhora do cartão de crédito do executado, até o limite do valor atualizado da dívida".

É o relatório.

2. Deve ser indeferido o requerimento de atribuição de efeito suspensivo.

In casu, a execução teve início em 07/07/2004 (fl. 09, do processo originário) com citação da agravada, em 21/03/2005, e penhora de bens avaliados pelo Oficial de Justiça no valor total de R$ 6.072,22 (seis mil setenta e dois reais e vinte e dois centavos), conforme certidão e auto de penhora e depósito de fs.24-25, do processo originário. No entanto, como o exequente/agravante não aceitou os bens penhorados, foi deferida a penhora de 10% sobre o faturamento da empresa/agravada. Ocorre que, a penhora sobre o faturamento e a consulta ao sistema BACENJUD restaram infrutíferas (fs. 99-100, do processo originário), momento em que o agravante requereu a penhora de valores recebíveis de cartão de crédito.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça tem entendido que os recebíveis de operadoras de cartão de crédito se equiparam ao faturamento da empresa e que devem ser esgotados todos os meios disponíveis para a localização de outros bens penhoráveis. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. VALORES REFERENTES A VENDAS EFETUADAS POR CARTÃO DE CRÉDITO. PENHORA. POSSIBILIDADE. DEMONSTRAÇÃO DO ESGOTAMENTO DE OUTROS MEIOS DE SATISFAÇÃO DO DÉBITO. NECESSIDADE. PRECEDENTES.

[...]

III - O Superior Tribunal de Justiça tem orientação pacificada segundo a qual a penhora dos valores referentes a vendas efetuadas por meio de cartão de crédito configura penhora sobre o faturamento da empresa, sendo, portanto, medida extrema, que reclama a demonstração efetiva de que foram esgotados todos os meios disponíveis para a localização de outros bens penhoráveis, o que não é o caso dos autos.

IV - O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Agravo Interno improvido.

(STJ, Primeira Turma, AgInt no AREsp 946558/RS, Rel Min. Regina Helena Costa, DJe de 09/11/2016). (grifamos)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE VALORES DE CRÉDITOS RESULTANTES DE VENDAS EFETUADAS POR CARTÃO DE CRÉDITO. FATURAMENTO DA EMPRESA. MEDIDA EXCEPCIONAL. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. A penhora dos valores referentes a vendas efetuadas por meio de cartão de crédito possui natureza jurídica de direito de crédito, listado no art. 11, VIII, da Lei 6.830/1980 e no art. 655, XI, do CPC, sendo que tal medida implica em verdadeira penhora sobre o faturamento da empresa. Dessa forma, para a

decretação da medida deve-se observar um maior rigor, sendo possível apenas se frustradas todas as tentativas de localização de bens pela exequente, e desde que não atrapalhe o funcionamento da empresa. Precedentes.

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo regimental não provido.

(STJ, Segunda Turma, AgRg no REsp 1425827/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 28/09/2015).

Dessa forma, como não houve a comprovação de que todos os outros meios para a localização de bens penhoráveis tenham sido esgotados, incabível, em princípio, a penhora dos valores resultantes das vendas efetuadas pela agravada via cartão de crédito.

3. Ante o exposto, indefiro a suspensão da eficácia da decisão recorrida, por não se mostrar suficientemente relevante a fundamentação.

Intime-se a agravada (art. 1.019, II, do CPC).

P.I.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

Desembargador Federal

(vae)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

8 - 0001388-47.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001388-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 21/02/2017 11:13

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: RODRIGO OTÁVIO DAS NEVES BEZERRA

ADVOGADO: EDUARDO MACHADO DUARTE

AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: RENATA COSTA SILVA BRANDAO

PARTE RÉ: ANTONIO PEDRO CASTELO BRANCO BEZERRA

PARTE RÉ: GSEC ENGENHARIA LTDA EPP

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0092795-94.2016.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DECISÃO

Entendo que, por ora, ad cautelam, deve ser indeferido o pedido de antecipação da tutela recursal em razão da irreversibilidade da medida, prestigiando-se o contraditório.

Intime-se a parte agravada para fins do disposto no art. 1.019, II, do Código de Processo Civil.

Após, ao MPF.

P.I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0001581-62.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001581-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 14:56

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: JOSÉ PAULO SOARES DA FRANÇA

ADVOGADO: REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA

Originário: 0067865-12.2016.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL visando a reforma da decisão proferida pelo Juízo da 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos do processo 0067865-12.2016.4.02.5101, proferida nos seguintes termos (fl. 187 dos autos originários):

"Tendo em vista a notícia de que ainda não foi implementada a complementação da aposentadoria do autor, deferida liminarmente quando da prolação da sentença, determino a intimação da União/AGU e INSS/PRF para que esclareça o aparente descumprimento, cumprindo efetivamente a suprarreferida decisão, no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária que ora fixo em R$ 100,00.

Ressalte-se que o não cumprimento exato das decisões jurisdicionais poderá implicar em ato atentatório à dignidade da justiça, e, sem prejuízo da sanções criminais, civis e processuais, poderá ser aplicada a multa pessoal ao responsável de até 20% do valor atribuído à causa ou de até 10 vezes o valor do salário-mínimo vigente".

Sustenta que não cabe imposição de multa em face da Fazenda Pública para cumprimento de obrigação de fazer.

Alega, ainda, que o prazo é exíguo em face da complexidade do ato de "complementação de aposentadoria, correspondendo à diferença entre os proventos recebidos do INSS e a remuneração total percebida por empregado de cargo equivalente da ativa, o que demanda diversos trâmites administrativos e encaminhamento do procedimento administrativo para diversos órgãos diferentes, inclusive para obtenção de paradigmas, não se justificando eventuais condenações que imponham prejuízo ao Patrimônio Público" (fl. 07).

Assevera que a multa aplicada à hipótese também é totalmente desarrazoada, não tendo sido sequer justificada na decisão agravada, acrescendo que o valor pode vir a gerar o pagamento de valor exorbitante e desproporcional de forma a gerar grave lesão ao Erário.

Aduz, de outra parte, que "o Ofício nº 12698/2017-MP, em anexo, informa que inclusive já foi cumprido o julgado no último e mais elevado cargo da carreira, não sendo mais pertinente a multa fixada" (fl. 07).

Requer, assim, que seja afastada "a incidência de multa diária/ multa, considerando-se ainda a sentença já cumprida, bem como – com base no princípio da eventualidade – que seja concedido prazo não menor do que 90 dias para o seu cumprimento, bem como para que seja reduzido o valor da multa diária e total fixadas, ou fixando-se ainda um limite final de R$ 1.000,00 para a multa total" (fl. 09).

É o breve relatório. Decido.

A jurisprudência desta Corte e do STJ é pacífica no sentido da legalidade da aplicação de astreinte como meio coercitivo, até mesmo contra a Fazenda Pública, visando ao cumprimento de tutela jurisdicional específica de obrigação de fazer.

Nesta esteira, merecem destaque os seguintes julgados:

"ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DA SENTENÇA - OBRIGAÇÃO DE FAZER - ASTREINTES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - CABIMENTO. - O § 1º, do art. 536, do NCPC, prevê a possibilidade de o juiz, no cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente, fixando multa para o seu atendimento. - As astreintes têm como função precípua compelir a parte a, dentro de um prazo preestabelecido, dar cumprimento à determinação contida em decisão judicial, ou, noutros termos, hão de ser consideradas como mais um instrumento colocado à disposição do juízo da causa pela lei processual civil para dar efetividade a provimento jurisdicional enunciador de obrigação de fazer ou de não fazer. - A decisão agravada encontra-se amparada pela legislação de regência e em sintonia com o entendimento jurisprudencial firmado a respeito do assunto, que considera que" a ratio essendi da norma é desestimular a inércia injustificada do sujeito passivo em cumprir a determinação do juízo, mas sem se converter em fonte de enriquecimento do autor/exequente. Confira-se: REsp 1112862/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/04/2011, DJe de 04/05/2011). - Inexiste qualquer óbice de que seja aplicada a multa em face da Fazenda Pública. - O magistrado deverá observar o princípio da razoabilidade e o da proporcionalidade, quando da apuração do valor da multa, de forma a se evitar o enriquecimento sem causa. - Recurso não provido."

(TRF 2, AG 0011236-92.2016.4.02.0000, Relator Desembargador Federal SERGIO SCHWAITZER, SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA, Dje de 23/01/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO. ASTREINTES. FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE.

1. A tese não trazida nas razões do recurso especial, mas apenas mencionada quando da interposição do agravo interno, não merece conhecimento por configurar inovação recursal.

2. Segundo o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, é possível a fixação de multa diária contra a Fazenda Pública para assegurar o cumprimento de obrigação de fazer. Precedentes.

3. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido."

(AgInt no REsp 1280068 / MT. Relatora Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, DJe de 23/08/2016).

Ademais, ao contrário do que sustenta a agravante, mostra-se razoável a fixação de 30 dias para a determinação do juízo de primeira instância de esclarecimento acerca do aparente descumprimento da

decisão judicial, que determinou a implementação da complementação da aposentadoria do agravado, sendo certo que a alegação de complexidade da máquina administrativa não constitui fundamento suficiente para conceder a dilatação do prazo, na forma pretendida.

Outrossim, cumpre observar que não se mostra exorbitante o valor de R$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso arbitrado com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, dada as peculiaridades do caso.

Aliás, a própria agravante apresenta o argumento de que já cumpriu o julgado, conforme "o Ofício nº 12698/2017-MP", o que, de qualquer modo, deve ser objeto de análise pelo Juízo a quo sob pena de supressão de instância.

Isto posto,

Indefiro o requerimento de atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Intime-se o agravado, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.

Após, ao MPF.

Enfim, retornem os autos conclusos.

P.I.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T210233)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

10 - 0001683-84.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001683-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 14:03

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: RICARDO DE OLIVEIRA VIDAL

AGRAVADO: SÉRGIO PALHARES

AGRAVADO: VILMA DE OLIVEIRA CAMPOS PEIXOTO

AGRAVADO: ANTONIO CARLOS RAMOS MAGNO

AGRAVADO: SHEILA MARIA CRUZ

ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA

Originário: 0123346-91.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DECISÃO

Não visualizo que a decisão agravada seja apta a causar lesão grave e de difícil reparação que possa ensejar a antecipação da tutela recursal inaudita altera parte. A apreciação do presente recurso em momento futuro e apropriado em nada abalará as pretensões da parte agravante, devendo-se, por ora, prestigiar o contraditório.

Isto posto,

Indefiro o requerimento de antecipação da tutela recursal. Intimem-se os agravados, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.

Após, ao MPF.

Enfim, retornem os autos conclusos.

P.I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0001798-08.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001798-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 10:57
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: MARIA DA PENHA ATAÍDE SERAFIM
ADVOGADO: Thainara José de Lima Moraes
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0003189-30.2017.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por MARIA DA PENHA ATAÍDE SERAFIM visando à reforma do decisum (fl. 11) proferido pelo MM. Juiz da 4ª Vara Federal do Espírito Santo, nos autos do processo nº 2017.50.01.003189-0, nos seguintes termos:

"Verifico que o valor da causa correspondia a R$ 30.000,00 (trinta mil reais), na data do ajuizamento (em 02/02/2017). Portanto, era inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

A competência para processar, conciliar e julgar as causas na Justiça Federal até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos é do Juizado Especial Federal. Trata-se de competência absoluta, nos termos do art. 3º, da Lei nº 10.259/01.

Sendo assim, DECLINO A COMPETÊNCIA para processar o feito em favor de um dos Juizados Especiais Federais."

Ofício do juízo a quo às fls. 38/39 comunicando a reconsideração da decisão ora agravada.

É o breve relatório. Decido.

O magistrado de primeiro grau proferiu decisão reconsiderando a anterior, reconhecendo a competência do juízo para apreciar e julgar o feito (fls. 45/46), o que corresponde à pretensão da parte agravante neste recurso. Confira-se:

"Fls: 35/40. Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fl.31, em que a AUTORA esclarece que pretende o recebimento de pensão militar de valor mensal superior a R$5.000,00 (cinco mil reais), demandando perícia técnica para o cálculo dos valores retroativos a 25/10/2013, o que afastaria a competência do Juizado Especial Federal para julgar a ação.

Inicialmente, ressalto que a necessidade de cálculos aritméticos não afasta a competência do Juizado Especial Federal, cujo regulamento prevê expressamente a possibilidade de produção de prova técnica (art. 12, da Lei 10.259/2001). Entretanto, considerando os argumentos de que a causa tem expressão econômica maior do que a informada, os quais são aqui recebidos como emenda à petição inicial, reconheço a competência deste juízo para apreciar e julgar o feito."

Diante da reconsideração do juiz, inexiste interesse no prosseguimento do presente agravo de instrumento em razão da perda de seu objeto. Nesse sentido, vale conferir:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. PERDA DE OBJETO.

1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que indeferiu o levantamento de valores depositados como garantia.

2. A reconsideração da decisão agravada enseja o reconhecimento da perda de objeto do recurso.

3. Agravo de Instrumento prejudicado."

(TRF2, AG 201202010102745, Desembargador Federal RICARDO PERLINGEIRO,TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 11/12/2013)

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. PERDA DE OBJETO DO RECURSO.

1. In casu, houve a perda de objeto do agravo de instrumento, pois a reconsideração da decisão agravada pelo próprio Juízo a quo fez desaparecer o interesse processual da parte autora de ver julgado aquele recurso. Precedentes.

2. Mantida a decisão monocrática que julgou prejudicado o recurso de agravo de instrumento, ante a perda de objeto.

3. Agravo interno desprovido."

(TRF2, AG 201002010013910, Desembargadora Federal LILIANE RORIZ, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 05/07/2011)

"AGRAVO INTERNO. RECONSIDERAÇÃO, REVOGAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA PELO JUIZO A QUO. PERDA DO OBJETO DO RECURSO - Tendo sido reconsiderada a decisão agravada por outra posteriormente proferida ainda no processo principal, evidente a perda do objeto do agravo de instrumento. Precedentes. - Agravo Interno a que se nega provimento."

(TRF2, AG 200902010175592, Desembargador Federal SERGIO FELTRIN CORREA, SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 21/09/2010)

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - LEVANTAMENTO DE VALOR MEDIANTE ALVARÁ EM SEDE DE EXECUÇÃO – OCORRÊNCIA – PERDA DE OBJETO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO – CARACTERIZAÇÃO.

1- O INSS pretende, mediante agravo interno, a reconsideração ou a reforma da decisão que julgou prejudicado o agravo de instrumento, sustentando subsistir interesse processual na apreciação da questão relativa à devolução de valores já levantados pela agravada em sede de execução;

2- Ocorrência do levantamento de valores pela agravada através de alvará, sendo inevitável concluir que de fato ocorreu a perda de objeto do agravo de instrumento, restando o mesmo prejudicado;

3- O INSS deixou de impugnar no momento oportuno os valores contra os quais se insurge, tendo sido os embargos à execução rejeitados, por intempestivos, não havendo como alterar o status quo, quando já houve a efetivação, em sede de execução, de decisão que transitara em julgado;

4- Agravo interno não provido."

(TRF2, AG 200302010103049, Desembargador Federal ABEL GOMES, PRIMEIRA TURMA ESPECIALIZADA, DJU 19/06/2009)

Isto posto,

Julgo prejudicado o recurso, nos termos do art. 932, III, do CPC.

P.I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0001804-15.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001804-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição para Órgão Julgador - 07/03/2017 15:40

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: CARLOS ADALBERTO DE ARAUJO PINHEIRO

AGRAVANTE: HELVECIO LADEIRA PESSOA

ADVOGADO: ANTONIO LANDIM MEIRELLES QUINTELLA

AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: LUIZ FERNANDO PADILHA

PARTE AUTORA: ALMIR RUDIGERI PESSANHA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0015961-36.2005.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DESPACHO

Intime-se a agravada, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.

Após, ao MPF.

Enfim, retornem os autos conclusos.

P.I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0001817-14.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001817-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 15:35

Gabinete 20

Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

AGRAVANTE: ANDREA MENDES DO NASCIMENTO

ADVOGADO: TATIANA BATISTA DE SOUZA

AGRAVADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0178011-20.2016.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE
:
ANDREA MENDES DO NASCIMENTO
ADVOGADO
:
TATIANA BATISTA DE SOUZA
AGRAVADO
:
UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
:
04ª Vara Federal de Niterói (01780112020164025102)
Decisão

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por ANDREA MENDES NASCIMENTO contra decisão (fs. 91-92, dos originários) que indeferiu o pedido de gratuidade de justiça, com base nas declarações de ajuste de IRRF constante às fs. 81-89 do processo principal, e concedeu o prazo de 15 dias para recolher as custas judiciais, sob pena de cancelamento da distribuição.

A agravante alega (fs. 01-03), em síntese, que: (i) as declarações de imposto de renda anexadas aos autos demonstram que a agravante recebe parcos recursos, para cuidar e manter a sua família, sendo suficientes para suas despesas básicas de luz, água, telefone, moradia, educação, alimentação, medicamentos, vestuário, lazer e transporte; (ii) a Lei nº 1.060/50 estabelece que não só os miseráveis economicamente podem vir a ser beneficiados pela gratuidade, mas todos aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas de um processo e os honorários do advogado, sem prejuízo do seu sustento próprio ou de sua família; (iii) a jurisprudência majoritária e a doutrina entendem que não é necessário ser miserável para a concessão do benefício, bastando a declaração de que não pode o autor arcar com as despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, como é o caso do agravante.

Por fim, requerem a concessão de efeito suspensivo ao recurso.

É o relatório.

2. Deve ser deferido o requerimento de atribuição de efeito suspensivo ao recurso, porque se mostra relevante a fundamentação (art. 1.019, inciso I, do CPC).

Para a concessão do benefício de gratuidade de justiça, previsto no art.98 do CPC e assegurado pelo art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, basta apenas que a parte alegue insuficiência de recursos.

No que tange à pessoa física, milita em seu favor a presunção iuris tantum, que restará superada se "houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade", conforme dispõe o art. 99, § 2º, do CPC. No entanto, deve ser salientado que, antes do indeferimento da gratuidade à pessoa física, deve ser oportunizada a comprovação do preenchimento dos pressupostos legais para a concessão do benefício (§ 2º do artigo 99 do CPC).

No caso dos autos, o juízo a quo indeferiu o pedido de gratuidade de justiça feito pela autora/agravante, pessoa física, sem permitir a comprovação da alegada hipossuficiência.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. RETORNO DOS AUTOS À VARA DE ORIGEM PARA JUNTADA DE DOCUMENTAÇÃO REFERENTE ÀS DESPESAS REGULARES A FIM DE AFERIR HIPOSSUFICIÊNCIA.

1. O benefício da gratuidade da justiça pode ser postulado a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

2. Dispõe o art. 99, § 2o, do CPC que o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

3. Cumpre destacar que o simples valor do rendimento da agravante não é suficiente para se refutar a presunção legal, visto que apenas elementos fáticos são capazes de determinar se o requerente tem ou não possibilidade de arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. A simples

fixação de um patamar, como três salários mínimos, importaria em indevida inversão da presunção legal prevista no art. 99 § 3º, do CPC.

4. Necessário retorno dos autos ao magistrado a quo para juntada de documentação referente às despesas regulares, a fim de se aferir a alegada e presumida hipossuficiência e proferir nova decisão a respeito do tema.

5. Agravo de instrumento conhecido e parcialmente provido.

(TRF2, 7ª Turma Especializada, AG nº 0008976-42.2016.4.02.0000, Des. Fed. José Antônio Neiva, E-DJF2R – Data de 13/10/2016).

3. Diante o exposto, defiro o requerimento de atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

Comunique-se o teor desta decisão ao juízo da causa.

Intime-se a agravada (art. 1.019, II, do CPC).

P.I.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

Desembargador Federal

(vae)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0001840-57.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001840-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 18:08

Gabinete 20

Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: OI S/A

ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

Originário: 0062980-52.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

AGRAVANTE

:

AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL

ADVOGADO

:

PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO

:

OI S/A

ADVOGADO

:

ANA TEREZA BASILIO

ORIGEM

:

03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (00629805220164025101)

Decisão

1. Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, interposto pela AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES – ANATEL contra decisão (fls. 397/399 do processo originário) que, nos autos da execução fiscal ajuizada em face de TELEMAR NORTE LESTE S.A., deu provimento aos embargos de declaração da executada, modificando decisão anterior, deferiu a suspensão da execução fiscal até decisão no processo de recuperação judicial e determinou o envio de ofício ao juízo estadual para reserva de crédito no montante atualizado da execução fiscal.

Esclarece a agravante (fls. 01/19) que, no curso da execução fiscal, a devedora apresentou petição informando que se encontra em recuperação judicial e requerendo a suspensão do processo por 180 dias; que o juízo, inicialmente, indeferiu o pedido, determinando a penhora dos bens do devedor desde que não houvesse alienação dos mesmos e que, no entanto, após embargos de declaração da executada e petições informando decisões proferidas no STJ, o juízo a quo, sem promover o contraditório, entendeu pelo sobrestamento da execução.

Sustenta a nulidade da decisão que acolheu os embargos de declaração por suposto fato novo, com efeitos infringentes, para além do simples aclaramento ou suprimento de omissão ou contradição, porque não abriu vista ao exequente, de modo a permitir o necessário contraditório.

Aduz que a manutenção da decisão poderá causar graves lesões à autarquia, pois atrasará uma efetiva prestação jurisdicional em favor do crédito público; que o crédito público de natureza não tributária não se sujeita à recuperação judicial, aplicando-se ao caso o art. 5º da Lei nº 6.830/80. Informa que o plano de recuperação judicial sequer foi aprovado pela assembleia de credores e que nada há nos autos que comprove que a constrição de bens possa prejudicar o plano de recuperação judicial.

Requer que seja provido este recurso, anulando-se a decisão agravada, eis que proferida com ofensa ao artigo 10 do CPC/2015; caso não se entenda pela anulação pede a concessão da antecipação da tutela recursal para se determinar o prosseguimento da execução fiscal, com a intimação da devedora para oferecer bens à penhora.

2. Em juízo de cognição sumária, entendo que a antecipação da tutela recursal pretendida pela Agravante deve ser apreciada depois do exercício do contraditório, sobretudo, em razão do pedido de nulidade da decisão agravada.

Intime-se a agravada, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC/2015.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

Desembargador Federal

(iba)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0001904-67.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001904-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2017 11:36

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: IMS COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADVOGADO: PEDRO LUIZ PIRES VAZ

ADVOGADO: CASSIO LEANDRO FREITAS MEIRA

ADVOGADO: PEDRO SILAS MERIDA BROLO

Originário: 0002547-25.2016.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu

DECISÃO

Não visualizo que a decisão agravada seja apta a causar lesão grave e de difícil reparação que possa ensejar a atribuição de efeito suspensivo inaudita altera parte. A apreciação do presente recurso em momento futuro e apropriado em nada abalará as pretensões da parte agravante, devendo-se, por ora, prestigiar o contraditório.

Isto posto,

Indefiro o requerimento de atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Intime-se o agravado, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.

Após, ao MPF.

Enfim, retornem os autos conclusos.

P.I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

14 - 0001931-50.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001931-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição para Órgão Julgador - 09/03/2017 14:27

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: MARCELO DE AMORIM PANDOLFI
ADVOGADO: HENDERSON HERMES LEITE VELTEN
AGRAVADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE AUTORA: GEOVANE DE ARAUJO CEOLIN
PARTE AUTORA: ARCHIMEDES ALVES DETONI
PARTE AUTORA: CLARKSON MACHADO DINIZ
PARTE AUTORA: CLAUDINEI PEREIRA GONÇALVES
PARTE AUTORA: LUIZ HENRIQUE LIMA FARIA
PARTE AUTORA: VINÍCIUS LORDES DIAS
ADVOGADO: HENDERSON HERMES LEITE VELTEN
Originário: 0000480-66.2010.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
DESPACHO
Intime-se o agravado, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.
Após, ao MPF.
Enfim, retornem os autos conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001956-63.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001956-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 09/03/2017 18:25
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
Originário: 0060260-15.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE
:
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO
:
TELEMAR NORTE LESTE S.A.
ADVOGADO
:
ANA TEREZA BASILIO
ORIGEM
:
03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (00602601520164025101)
Decisão
1. Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, interposto pela AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES – ANATEL contra decisão (fls. 415/417 do processo originário) que, nos autos da ação fiscal ajuizada em face de TELEMAR NORTE LESTE S.A. deu provimento aos embargos de declaração da executada, modificando decisão anterior, deferiu a suspensão da execução fiscal até decisão no processo de recuperação judicial e determinou o envio de ofício ao juízo estadual para reserva de crédito no montante atualizado da execução fiscal.

Esclarece a agravante (fls. 01/20) que, no curso da execução fiscal, a devedora apresentou petição informando que se encontra em recuperação judicial e requerendo a suspensão do processo por 180 dias; que o juízo, inicialmente, indeferiu o pedido, determinando a penhora dos bens do devedor desde que não não houvesse alienação dos mesmos e que, no entanto, após embargos de declaração da executada e petições informando decisões proferidas no STJ, o juízo a quo, sem promover o contraditório, entendeu pelo sobrestamento da execução.

Sustenta a nulidade da decisão que acolheu os embargos de declaração por suposto fato novo, com efeitos infringentes, para além do simples aclaramento ou suprimento de omissão ou contradição, porque não abriu vista ao exequente, de modo a permitir o necessário contraditório.

Aduz que a manutenção da decisão poderá causar graves lesões à autarquia, pois atrasará uma efetiva prestação jurisdicional em favor do crédito público; que o crédito público de natureza não tributária não se sujeita à recuperação judicial, aplicando-se ao caso o art. 5º da Lei nº 6.830/80. Informa que o plano de recuperação judicial sequer foi aprovado pela assembleia de credores e que nada há nos autos que comprove que a constrição de bens possa prejudicar o plano de recuperação judicial.

Requer que seja provido este recurso, anulando-se a decisão agravada, eis que proferida com ofensa ao artigo 10 do CPC/2015; caso não se entenda pela anulação pede a concessão da antecipação da tutela recursal para se determinar o prosseguimento da execução fiscal, com a intimação da devedora para oferecer bens à penhora.

2. Em juízo de cognição sumária, entendo que antecipação da tutela recursal pretendida pela Agravante deve ser apreciado depois do exercício do contraditório, sobretudo, em razão do pedido de nulidade da decisão agravada.

3. Intime-se a agravada, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC/2015.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
Desembargador Federal
(iba)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0002136-79.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002136-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/03/2017 16:02
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: MILTON GUILHERME REIS DE FREITAS
ADVOGADO: JOSE RODRIGUES AUGUSTO GOMES
ADVOGADO: EDILCEMA PEREIRA DE ALMEIDA
Originário: 0073951-96.2016.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO

Não visualizo que a decisão agravada seja apta a causar lesão grave e de difícil reparação que possa ensejar a antecipação da tutela recursal inaudita altera parte. A apreciação do presente recurso em momento futuro e apropriado em nada abalará as pretensões da parte agravante, devendo-se, por ora, prestigiar o contraditório.

Isto posto,

Indefiro o requerimento de antecipação da tutela recursal. Intime-se o agravado, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.

Após, ao MPF.

Enfim, retornem os autos conclusos.

P.I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0002139-34.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002139-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 15/03/2017 16:51
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: GERALDO VECCHI - ESPÓLIO
ADVOGADO: MARCOS AURELIO FRANCO VECCHI
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO LEITE SABOYA
Originário: 0016203-58.2006.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO
Intime-se a agravada, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.
Após, ao MPF.
Enfim, retornem os autos conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0002149-78.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002149-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 15/03/2017 19:23
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: ALAIR MARIA MONTEIRO DE MACEDO
AGRAVANTE: CELIA ARRUDA DE ALCANTARA
AGRAVANTE: ELISETE OLIVEIRA BUENO
AGRAVANTE: SELMA QUINTANILHA DA CRUZ
AGRAVANTE: MARCOS QUINTANILHA DO NASCIMENTO
REPRESENTANTE: SELMA QUINTANILHA DA CRUZ
ADVOGADO: KARINE FERREIRA DE MOURA
ADVOGADO: VALERIA TAVARES DE SANT ANNA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0001667-96.1993.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO

Não visualizo que a decisão agravada seja apta a causar lesão grave e de difícil reparação que possa ensejar a antecipação da tutela recursal inaudita altera parte. A apreciação do presente recurso em momento futuro e apropriado em nada abalará as pretensões da parte agravante, devendo-se, por ora, prestigiar o contraditório.
Isto posto,
Indefiro o requerimento de atribuição de antecipação da tutela recursal. Intime-se a agravada, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.
Após, ao MPF.
Enfim, retornem os autos conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0002251-03.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002251-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 17/03/2017 17:10
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: JORGE ROBERTO SOARES MICHO
ADVOGADO: JORGE ROBERTO SOARES MICHO FILHO
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: TUTECIO GOMES DE MELLO
PARTE RÉ: LOTERIA SANTA AMELIA LTDA ME
PARTE RÉ: LUCIANA RODRIGUES DA SILVA
PARTE RÉ: LUCY RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARIO CATALDO NETO
ADVOGADO: RUBEM SOUZA DA SILVA
Originário: 0004505-57.2008.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti
DESPACHO

Intime-se a agravada, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.
Após, ao MPF.
Enfim, retornem os autos conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T212000)

Ação Rescisória - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Ação Rescisória - Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa - Procedimentos Especiais - Procedimento de Conhecimento - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0010595-07.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010595-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 12/01/2017 19:00
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AUTOR: WASHINGTON LUIZ ALVES ANDRÉ
ADVOGADO: WILLIAN OTERO DA PRESA MACHADO
RÉU: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0502987-55.2015.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
PARTE AUTORA
:
WASHINGTON LUIZ ALVES ANDRÉ
ADVOGADO
:
WILLIAN OTERO DA PRESA MACHADO
PARTE RÉ
:
UNIAO FEDERAL
ADVOGADO
:
ADVOGADO DA UNIÃO
ORIGEM
:

20ª Vara Federal do Rio de Janeiro (05029875520154025101)

Decisão

1. Trata-se de ação rescisória proposta por WASHINGTON LUIZ ALVES ANDRÉS em face da UNIÃO, com fundamento no art. 966, III e V, do CPC, pretendendo a rescisão de sentença da 20ª Vara Federal (fls. 18/21), nos embargos à execução nº 2015.51.01.502987-7, propostos pela União, que julgou procedente o pedido para declarar a inexistência de valores a pagar ao embargado, e extinguiu a execução nº 0022792-95.2008.4.02.5101.

O magistrado de primeiro grau entendeu que: (i) o título executivo judicial garantiu ao autor o direito de reforma na mesma graduação que ocupa na ativa, com vencimentos correspondentes à mesma graduação (Cabo); (ii) que não houve interrupção do pagamento da remuneração do militar, pois, mesmo afastado desde 2008, recebia normalmente sua remuneração, razão pela qual o título não garantiu direito a ajuda de custo de subtenente ou de férias; (iii) o título ressalvou que o pagamento das parcelas pretéritas, desde 22/06/2011, deveria ser compensado com eventuais remunerações pagas desde então; (i) que não postulada na ação de conhecimento o pagamento de férias, adicional constitucional de férias ou ajuda de custo.

O autor requer preliminarmente, o deferimento da gratuidade de justiça. No mais, alega que a União, de forma dolosa e temerária, alegou em sede de embargos à execução que o autor era militar da ativa (agregado) e, em razão disso, não teve seus vencimentos suspensos, não fazendo jus a qualquer pagamento decorrente da transferência para a inatividade militar, pois tais valores já haviam sido pagos; que a sentença, ao acolher tais alegações, violou o disposto nos artigos 7º, XVII, e 142, VIII, da Constituição Federal, além de mitigar a literalidade do artigo 9º, I e II, da MP nº 2.215-10/2001, bem como o entendimento dos Tribunais sobre o tema.

É o relatório.

2. Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

3. O processo deve ser extinto sem resolução do mérito.

4. Inicialmente, cabe esclarecer que, ainda que os requisitos da petição inicial sejam os previstos no CPC/2015, em relação à rescindibilidade, aplicam-se ao presente caso as regras do CPC/1973, uma vez que o trânsito em julgado do acórdão rescindendo ocorreu em 2015 (fl. 22), antes da entrada em vigor do Novo CPC.

5. Exige-se que a petição inicial da ação rescisória, atenda aos requisitos previstos no artigo 319 do CPC/2015 (art. 282 do CPC/1973), indicando, obrigatoriamente, "o fato e os fundamentos jurídicos do pedido". Assim, fundada a rescisória na existência de dolo da União, e violação à lei, para que a demanda seja julgada ela deve estar apta a propiciar uma decisão judicial coerente com os vícios alegados, o que não se configura no caso em tela, restando clara sua inadmissibilidade.

6. Com efeito, o autor alega que ao entender pela inexistência de valores a executar, a sentença violou os artigos 7º, XVII, e 142, VIII, da Constituição Federal, e o artigo 9º, I e II, da MP nº 2.215-10/2001. Contudo, para ser cabível a ação rescisória com fundamento no art. 485, V, do CPC/1973 (artigo 966, V, do CPC/2015), a causa de pedir deve descrever uma violação objetiva ao próprio direito em tese – o que inexiste na inicial apresentada –, e não pretensão de reanálise de provas.

Na verdade, percebe-se que, no caso vertente, o autor pretende se utilizar desta via como meio substitutivo de recurso, o que, claramente, não encontra fundamento em quaisquer das hipóteses previstas no art. 485 do CPC/1973. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça manifesta-se neste sentido, conforme seguinte precedente:

"AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 128 E 460 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. JULGAMENTO EXTRA PETITA NÃO CARACTERIZADO. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. "Para que a ação rescisória fundada no art. 485, V, do CPC prospere é necessário que a interpretação dada pelo decisum rescindendo seja de tal modo aberrante, que viole o dispositivo legal em sua literalidade. Se, ao contrário, o acórdão rescindendo elege uma dentre as interpretações cabíveis, ainda que não seja a melhor, a ação rescisória não merece vingar, sob pena de tornar-se um mero 'recurso' com prazo de 'interposição' de dois anos" (REsp nº 9.086-SP, Relator Ministro Adhemar Maciel, RSTJ vol. 93, págs. 416-417). 2. Somente ocorre julgamento extra petita quando constatada discrepância entre o pedido, a causa de pedir e a prestação jurisdicional, o que, como bem decidido pelo acórdão rescindendo, não ocorreu na hipótese. 3. A ação rescisória não se presta para simples rediscussão da causa. Ou seja, não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, sendo cabível, excepcionalmente, somente nos casos em que flagrante a transgressão da lei. 4. Ação rescisória improcedente." (STJ - 2ª Seção, AR 24176, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 01/07/2015.

7. Quanto à rescisão postulada com base no artigo 966, III, do CPC/2015, o autor se limita a aduzir que a União agiu de forma dolosa e temerária ao alegar, em seus embargos à execução, que o autor era militar da ativa e não teve sua remuneração suspensa.

No entanto, ainda que a mera alegação de inexistência de valores a pagar pudesse configurar dolo, a conclusão da sentença se deu com base na interpretação do título executivo judicial e os pedidos formulados pelo autor na ação de conhecimento, e não nas meras alegações da União/embargante, pelo que também inadmissível a rescisória com base no referido inciso.

8. Ressalta-se que, neste caso, não cabe emenda à inicial, tendo em vista que tal medida, ainda que deferida, não seria bastante para tornar a petição inicial apta e permitir seu julgamento, como é a hipótese regulada pelo art. 321 do CPC/2015.

9. Diante do exposto, indefiro a petição inicial e declaro extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 968 do CPC/2015 e do artigo 44, § 1º, II, do Regimento Interno deste Tribunal. Sem honorários advocatícios, vez que não angularizada a relação processual.

Preclusa esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

Desembargador Federal

(bvr)

BOLETIM: 2017000148

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

30 - 0035743-20.1991.4.02.5101 Número antigo: 1991.51.01.035743-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 17/01/2017 11:53

Gabinete 21

Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: CONFEITARIA ANGELA DE FATIMA LTDA

APELADO: MARIO PEREIRA AMARAL

APELADO: MARIA MANUELA PEREIRA AMARAL

APELADO: NUBIA MARIA DA SILVA TAVARES

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0035743-20.1991.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. APELAÇÃO. SUNAB. UNIÃO. MULTA ADMINISTRATIVA. PRESCRIÇÃO. ART. 40 DA LEF. ART. 20 DA LEI Nº 10.522/2002. ART. 5º DO DECRETO-LEI Nº 1.569/1977. ENUNCIADO Nº 8 DA SÚMULA VINCULANTE DO STF. RESPS REPETITIVOS. RES COM REPERCUSSÃO GERAL.

- É possível a aplicação do art. 40 da LEF em consonância com o art. 20 da Lei nº 10.522/2002, entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.102.554/MG (Tema nº 100), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. CASTRO MEIRA, julg. em 27/05/2009.
- Apesar de consagrado, nos termos do Enunciado nº 8 da Súmula Vinculante do STF, que "são inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário" ¿ na linha idêntica à do entendimento ratificado quando da apreciação, no âmbito daquela Corte Suprema, sob o regime da repercussão geral, dos REs nºs 520.626/RS (Tema nº 2) e 559.943/RS (Tema nº 3), assim como, no âmbito do STJ, do REsp repetitivo nº 1.138.159/SP (Tema nº 266) ¿, o próprio STF sufragou a interpretação restritiva daquele Verbete Sumular.
- Evidencia-se a aplicabilidade reciprocamente excludente do art. 20 da Lei nº 10.522/2002 ou do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977.
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]

SERGIO SCHWAITZER

RELATOR

DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0030958-34.1999.4.02.5101 Número antigo: 1999.51.01.030958-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/02/2017 13:14
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: EURICO MEDEIROS CAVALCANTI
APELADO: RONALDO KOS
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0030958-34.1999.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. APELAÇÃO. CONSELHO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO LIBERAL. CONTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL (ANUIDADE). QUANTUM DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS DEDUZIDAS EM JUÍZO VS. ALÍQUOTA ADOTÁVEL. ART. 58, § 4º, DA LEI Nº 9.649/1998. INCONSTITUCIONALIDADE. ADI Nº 1.717/DF. SIMILARES DIPLOMAS ESPECÍFICOS DE CADA ENTIDADE. NÃO-RECEPÇÃO. ART. 34, § 5º, DO ADCT. ART. 2º, CAPUT, DA LEI Nº 11.000/2004. INCONSTITUCIONALIDADE. ENUNCIADO Nº 57 DA SÚMULA DO TRF-2. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA. APLICABILIDADE LIMITADA DO ART. 1º, CAPUT C/C § 1º, DA LEI Nº 6.994/1982, OU DO ART. 6º, CAPUT C/C § 2º, DA LEI Nº 12.514/2011. RE COM REPERCUSSÃO GERAL. ADIS NºS 4.697/DF E 4.792/DF. IMPOSSIBILIDADE DE EMENDA OU SUBSTITUIÇÃO DA CDA. ENUNCIADO Nº 392 DA SÚMULA DO STJ. RESP REPETITIVO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. NORMA COGENTE. COGNIÇÃO EX OFFICIO. ARTS. 267, § 3º, 1ª PARTE, E 245, § ÚN., DO CPC.

- Se o parâmetro quantitativo máximo, a seu tempo, não foi o que remanesceu no art. 1º, caput c/c § 1º, da Lei nº 6.994/1982, tampouco é o que veio a ser estabelecido no art. 6º, caput c/c § 2º, da Lei nº 12.514/2011, ou em regras similares constantes nos diplomas específicos de cada entidade, amparadas pelo art. 3º, caput, desta Lei ¿ sendo, portanto, a legislação rechaçada por força do art. 34, § 5º, do ADCT, ou quando da apreciação da ADI nº 1.717/DF, ou nos termos do Enunciado nº 57 da Súmula do TRF-2, em favor do princípio da legalidade tributária ¿, padecem de inexigibilidade as próprias obrigações a que corresponde o título executivo que se encontram fora de tal parâmetro, por falta de conformação constitucional dos respectivos atos administrativos constitutivos.
- Não é possível a emenda ou substituição da CDA, na forma do art. 2º, § 8º, da LEF, conforme o entendimento consagrado nos termos do Enunciado nº 392 da Súmula do STJ, entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.045.472/BA (Tema nº 166), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. LUIZ FUX, julg. em 25/11/2009.
- Tratando-se de questão de ordem pública extraída de norma cogente, a hipótese é ontologicamente cognoscível ex officio, a partir de autorização dada por meio dos arts. 267, § 3º, 1ª parte, e 245, § ún., do CPC.
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0002582-20.2008.4.02.5102 Número antigo: 2008.51.02.002582-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 13/02/2017 13:28
Gabinete 21

Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CARLOS GUIMARAES COVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002582-20.2008.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. APELAÇÃO. IBAMA. MULTA ADMINISTRATIVA. PRESCRIÇÃO. COGNIÇÃO EX OFFICIO. ART. 219, § 5º, DO CPC. ENUNCIADO Nº 409 DA SÚMULA DO STJ. RESP REPETITIVO. PRAZO QÜINQÜENAL (OU TRIENAL). TERMO INICIAL. NOTIFICAÇÃO DO POLUIDOR CONSUBSTANCIADA NA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO. LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA. RESPS REPETITIVOS. CAUSA DE SUSPENSÃO. ART. 2º, § 3º, DA LEF. APLICABILIDADE A CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO. POSSIBILIDADE DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ART. 40 DA LEF. ENUNCIADO Nº 6 DA SÚMULA DO TRF-2. ENUNCIADO Nº 314 DA SÚMULA DO STJ.

- Tratando-se de questão de ordem pública extraída de norma cogente, a hipótese é ontologicamente cognoscível ex officio, sendo aplicável o art. 219, § 5º, do CPC (com nova redação dada, antes da prolação da sentença, por meio do art. 3º da Lei nº 11.280/2006), em sede de execução fiscal, a partir de autorização dada por meio do art. 1º da LEF, conforme consagrado nos termos do Enunciado nº 409 da Súmula do STJ, entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.100.156/RJ (Tema nº 134), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, julg. em 10/06/2009.
- Tratando-se de execução fiscal fundada em certidão de inscrição como dívida ativa não tributária de crédito concernente a multa administrativa imposta, a poluidor, pela prática de conduta descrita ou tipificada como infração ambiental, é aplicável à respectiva pretensão o prazo prescricional de 5 (cinco) anos estabelecido no art. 1º-A da Lei nº 9.873/1999 (incluído por meio do art. 72 da Lei nº 11.941/2009), ou excepcionalmente o prazo trienal estabelecido no art. 1º, § 1º, daquela Lei, e, mesmo antes, no art. 1º do Decreto nº 20.910/1932 (aplicável por força do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.597/1942, e lido nos termos do Enunciado nº 150 da Súmula do STF), este aplicável por analogia (inclusive por não ser qualquer das hipóteses descritas no art. 5º daquela Lei), diante da lacuna das Leis nºs 6.938/1981 e 9.605/1998, a partir de autorização dada por meio do art. 4º da LINDB, bem como, pelo critério cronológico, em detrimento do art. 4º da Lei nº 9.873/1999.
- Além disso, seu termo inicial é a data da constituição definitiva do crédito e, mais precisamente, a data do lançamento definitivo ex officio, cuja conclusão se dá, em regra ¿ caso (como de costume) não seja objeto de impugnação administrativa e, a fortiori, não seja instaurado o feito administrativo referido no art. 1º-A da Lei nº 9.873/1999 ¿, com a notificação do poluidor consubstanciada na usual lavratura do auto de infração (independentemente do vencimento pelo exaurimento in albis do tempo para pagamento), na forma dos arts. 39, § 1º, 52 e 53, da Lei nº 4.320/1964, c/c o art. 25, caput, da Lei nº 9.605/1998, entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.112.577/SP (Temas nºs 146 e 147), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. CASTRO MEIRA, julg. em 09/12/2009, do REsp repetitivo nº 1.105.442/RJ (Tema nº 135), Primeira Seção, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, julg. em 09/12/2009, e do REsp repetitivo nº 1.115.078/RS (Temas nºs 324-331), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. CASTRO MEIRA, julg. em 24/03/2010.
- A causa de suspensão do curso desse prazo, pelo máximo de 180 dias (até a data da distribuição da ação) contados da data da inscrição como dívida ativa, estabelecida no art. 2º, § 3º, da LEF, se aplica, inequivocamente, ao crédito não tributário, paralelamente às demais causas estabelecidas no Decreto nº 20.910/1932 e nas Leis nºs 6.830/1980 e 9.873/1999.
- Antes ou depois da interrupção do curso desse prazo conforme o art. 8º, § 2º, da LEF (lido nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula do STJ, e aplicável, pelo critério da especialidade, em detrimento do art. 219, caput, do CPC), é possível a ocorrência de prescrição intercorrente, após a objetiva suspensão da execução fiscal e o fim deste sobrestamento anual, se restar configurada a inércia qualificada da entidade credora, quanto a localização do devedor ou de bens penhoráveis, a partir da data da posterior determinação de arquivamento do feito, conforme o art. 40 da LEF, lido nos termos do Enunciado nº 6 da Súmula do TRF-2, bem como do Enunciado nº 314 da Súmula do STJ.
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0009914-50.2008.4.02.5001 Número antigo: 2008.50.01.009914-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/01/2017 16:43
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: VICAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0009914-50.2008.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. MASSA FALIDA. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AO SÓCIO. IMPOSSIBILIDADE.
1. O encerramento do processo de falência da empresa executada em razão da inexistência de bens, não enseja o redirecionamento da execução ao sócio-gerente, por se tratar de forma regular de dissolução da sociedade empresária.
2. Além disso, não restou demonstrada nos autos a prática de atos de gestão com excesso de poderes, com infração à lei, contrato ou estatuto social pelos sócios, o que, em tese, poderia ensejar sua responsabilidade.
3. Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

meh

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000160-29.2009.4.02.5105 Número antigo: 2009.51.05.000160-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 09/03/2016 12:36
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA
APELADO: MELISSA COSTA SPINELLI
APELADO: BRANCA MARIA SPINELLI FERREIRA
ADVOGADO: ROBSON OLIVEIRA BREDER
Originário: 0000160-29.2009.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
E M E N T A
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ¿ CUSTAS ¿ ART. 511 DO CPC DE 1973 ¿ INCISO II DO ART. 14 DA LEI N.º 9.289/1996 ¿ PRESCRIÇÃO ¿ INTERRUPÇÃO.
I ¿ Consoante disposto na redação original do inciso II, do art. 14, da Lei n.º 9.289, de 04.07.1996, o prazo para pagamento das custas, devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, era de

cinco dias, contados da interposição do recurso, não se aplicando o comando do caput do art. 511, do CPC de 1973.

II ¿ O Código Civil (Lei n.º 10.406/2002) estabelecera, para a prescrição das ações de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular, o prazo quinquenal, como previsto no inc. I, do § 5º, do art. 206, da Lei nº 10.406/2002.

III ¿ Nos casos em que a dívida tem origem em inadimplemento de obrigação a ser satisfeita pelo pagamento parcelado em dinheiro, o termo inicial da prescrição é a data do vencimento da última parcela, indiferentemente de o vencimento da dívida ter sido antecipado para a data do primeiro inadimplemento.

IV ¿ Embora, de regra, a demora na citação seja atribuível ao autor, evidenciado que este se empenhara para lograr a citação do réu, bem assim, que este não cumprira o compromisso contratual de manter seus dados cadastrais atualizados e, em homenagem ao princípio nemo auditur propriam turpitudinem allegans, deve-se ao citando imputar a demora na citação e afastar os eventuais prejuízos processuais do autor dela advindos.

V ¿ Apelação Cível provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
fgr

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
58 - 0530481-65.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.530481-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/01/2017 15:11
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JURANDIR ALMEIDA DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0530481-65.2010.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO. ART. 40 LEI 6.830/80. ARQUIVAMENTO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA.

1. A decisão que determina a suspensão do feito por 1 ano nos moldes do art. 40 da Lei 6.830/80 é suficiente para que, após o decurso deste período, se inicie a prescrição intercorrente, sendo certo que o arquivamento da execução decorre automaticamente do transcurso do prazo de um ano do despacho que determina a suspensão, independentemente de intimação da Fazenda Pública e de arquivamento formal dos autos.

2. Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

meh

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0006400-84.2011.4.02.5001 Número antigo: 2011.50.01.006400-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/02/2017 14:07
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: TECNOSYSTEM SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA ME
APELADO: ROBERTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0006400-84.2011.4.02.5001 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. APELAÇÃO. CONSELHO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO LIBERAL. MULTA ADMINISTRATIVA. QUANTUM DA OBRIGAÇÃO DEDUZIDA EM JUÍZO VS. VALOR SANCIONADOR APLICÁVEL. AMPARO LEGAL. ART. 4º, I, DA LEI Nº 12.514/2011. DIPLOMAS DE CADA ENTIDADE. PECULIARIDADES DE CADA CAMPO PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE LEGALIDADE ESTRITA. OBJETO DE COMPETÊNCIA REGULAMENTAR, DENTRO DO MARCO LEGAL.

- Em um panorama normativo que abrange o art. 4º, I, da Lei nº 12.514/2011, extrai-se, quanto ao poder de polícia de todo conselho (regional ou federal) de fiscalização do exercício de profissão liberal, que a multa administrativa cominada encontra evidente amparo legal, em termos de parâmetros quantitativos máximos, nas regras próprias constantes nos diplomas de cada entidade, editados a partir da competência da União, e especificamente do Congresso Nacional, estabelecida nos arts. 22, caput, XVI, c/c 48, caput, da CRFB (observado o art. 25, caput, I, do ADCT), e, assim, integradores da norma com eficácia contível constante no art. 5º, caput, XIII, da Carta Constitucional.
- Ainda que o poder de polícia esteja submetido originalmente ao princípio da legalidade, por força dos arts. 5º, caput, II, c/c 37, caput, da CRFB, o valor da multa administrativa imposta ao profissional liberal não é revestido de legalidade estrita, podendo ser objeto, ao menos em parte, da competência regulamentar emanada do art. 84, caput, IV, da Carta Constitucional (naturalmente passível de controle de toda espécie, como na forma do art. 49, V, da CRFB).
- Tratando-se de um poder de polícia especial (restrita a cada categoria profissional) deduzido da supremacia geral da Administração Pública (sobre generalidade de pessoas submetidas ao âmbito de atuação conselheiral) ¿ para o qual prepondera, em princípio, a relativa discricionariedade sobre a absoluta vinculação ¿, as peculiaridades de cada campo profissional permitem, in casu, uma regulamentação mais livre (e ao mesmo tempo razoável) do respectivo marco legal.
- Se o parâmetro quantitativo máximo, a seu tempo, é o estabelecido na regra própria constante no diploma de cada entidade ¿ ou seja, na respectiva lei em sentido estrito ¿, possuem plena exigibilidade as próprias obrigações a que corresponde o título executivo, por conformação constitucional dos respectivos atos administrativos constitutivos.
- Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0007364-68.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.007364-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.116855-5

Distribuição-Sorteio Automático - 22/01/2016 17:39
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ROBERTO LUIS LEVACOV
ADVOGADO: LUCIANA FERREIRA CUQUEJO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CINTIA DE FREITAS GOUVEA
PARTE RÉ: LUDECLEN COM DE ROUPAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0007364-68.2011.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. MONITÓRIA. PROVA PERICIAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO. REJULGAMENTO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO ANTIGO CPC, OU NO ART. 1.022 DO NOVO CODEX. SEDE PROCESSUAL INADEQUADA. EXCEPCIONALIDADE DOS EFEITOS INFRINGENTES. RESOLUÇÃO INTEGRAL, CONSISTENTE E MOTIVADA DA QUESTÃO POSTA EM JUÍZO. CONFORMIDADE COM O PRINCÍPIO DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS. PRÉ-QUESTIONAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA FIM DE ACESSO ÀS INSTÂNCIAS SUPERIORES. DESNECESSIDADE. ART. 1.025 DO NOVO CPC.

- Se as razões de embargos de declaração consistem em nítida rediscussão da matéria apreciada e exaurida no acórdão embargado, tal pretensão, sendo de reforma do julgado, mediante inapropriado rejulgamento, não encontra sede processual adequada na via declaratória, restrita ao saneamento dos vícios previstos no art. 535 do antigo CPC, ou no art. 1.022 do novo Codex, ou de erro material nos termos do art. 463, I, do antigo CPC, ou do art. 494, I, do novo Codex, quando os efeitos infringentes são extremamente excepcionais.
- O órgão julgador não está obrigado a rebater especificamente todos os argumentos da parte, quando, por outros motivos, devidamente expostos e suficientemente compreensíveis, tiver firmado seu convencimento e resolvido, integral e consistentemente, a questão posta em juízo, a partir das alegações apresentadas e provas produzidas, conforme o princípio da fundamentação das decisões judiciais.
- A iterativa jurisprudência da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça e do Pleno do Supremo Tribunal Federal, órgãos de cúpula do Poder Judiciário do Estado Brasileiro no que tange, respectivamente, às questões de interpretação e aplicação do direito constitucional e do direito federal infraconstitucional, firma-se no sentido de que desnecessária é a menção expressa aos dispositivos incidentes e aplicados na decisão proferida, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais para o fim de aferir-se a pertinência de percurso das vias recursais extraordinária e/ou especial.
- Além disso, cumpre pontuar que, por força do art. 1.025 do novo CPC, "consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade".
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
meh

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000753-31.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.000753-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/10/2016 18:31
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MARISE FIRMINO PINTO RIBEIRO DA SILVA

ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000753-31.2013.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. CARGO DE NÍVEL SUPERIOR COMPONENTE DA CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO. PRETENSÃO DE EXERCÍCIO DE OPÇÃO POR MUDANÇA A ESTRUTURA REMUNERATÓRIA ESPECIAL INSTITUÍDA PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR DE ENGENHEIRO, ARQUITETO, ECONOMISTA, ESTATÍSTICO E GEÓLOGO COMPONENTES DAQUELA MESMA CARREIRA. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. VEDAÇÃO. ENUNCIADO Nº 339 DA SÚMULA DO STF. ENUNCIADO Nº 37 DA SÚMULA VINCULANTE DO STF.

- Como relatado, servidor público ativo ocupante de cargo de nível superior componente da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada por meio do art. 1º da Lei nº 11.355/2006, no sentido de a entidade pública ser condenada a permitir o exercício de direito de opção pela mudança à estrutura remuneratória especial instituída, por meio do art. 19 da Lei nº 12.277/2010, para os cargos de nível superior de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo componentes daquela mesma Carreira, com fundamento no princípio da isonomia.
- Conforme o Enunciado nº 339 da Súmula do STF, convertido no Enunciado nº 37 da Súmula Vinculante do STF, pelo qual "não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia".
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0007548-53.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.007548-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.112733-6
Distribuição por Prevenção - 13/05/2016 15:54
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
APELANTE: PINHEIRO NETO ADVOGADOS
ADVOGADO: JOAO LUIS AGUIAR DE MEDEIROS
ADVOGADO: MARCELLO ALFREDO BERNARDES
ADVOGADO: LUIS CLAUDIO FURTADO FARIA
APELANTE: JOAO ROBERTO SALAZAR JUNIOR
ADVOGADO: JOAO ROBERTO SALAZAR JUNIOR
APELANTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR: Procurador do Banco Central do Brasil
APELADO: FIPECQ - FUNDACAO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPQ, DO INPE E DO INPA
ADVOGADO: ADRIANA ASTUTO PEREIRA
PARTE RÉ: ALAN RIGONI DE ALMEIDA SOUZA
ADVOGADO: RENAN LEGAY VERMELHO
PARTE RÉ: VALOR & ATITUDE EMPRESARIAL LTDA
ADVOGADO: GEORGE ALMEIDA DUARTE DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSE ROBERTO PERNOMIAN RODRIGUES
PARTE RÉ: AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA
ADVOGADO: VALTER RAIMUNDO DA COSTA JUNIOR
ADVOGADO: Jamille de Lima Felisberto
PARTE RÉ: Peg Cred Promotora de Vendas e Participações S.A.

ADVOGADO: GUSTAVO REBELLO HORTA
ADVOGADO: MARIA SILVIA RESENDE BARROSO
PARTE RÉ: LOPES FILHO & ASSOCIADOS, CONSULTORES DE INVESTIMENTOS LTDA
ADVOGADO: LEONARDO SCHINDLER MURTA RIBEIRO
ADVOGADO: JOSE MURTA RIBEIRO NETO
PARTE RÉ: MARIANA POLLINI LOPES
PARTE RÉ: RODRIGO GARCIA RUIZ
PARTE RÉ: DANIELE SOARES ROSA
ADVOGADO: CAMILA AGUILEIRA COELHO
ADVOGADO: MARCIO MARCAL FERNANDES DE SOUZA
ADVOGADO: EDUARDO GARCIA DE ARAUJO JORGE
PARTE RÉ: CAOA MONTADORA DE VEÍCULOS S/A
ADVOGADO: MARCELO FONTES CESAR DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DIOGO PACHECO GOMES
ADVOGADO: FRANCIANE ALVARES GUIMARAES GOMES
PARTE RÉ: PATRIARCA PRIVATE EQUITY - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
PARTE RÉ: BRL TRUST SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO: VLADIMIR MUCURY CARDOSO
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO DA COSTA PIRES
PARTE RÉ: MAURICIO DA COSTA RIBEIRO
PARTE RÉ: FRANCKLIN DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: TULIO DIAS PINTO
ADVOGADO: VLADIMIR MUCURY CARDOSO
ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE SCHMIDT DE ARRUDA
Originário: 0007548-53.2013.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO CAUTELAR. PRESENÇA DE LITÍGIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO. POSSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 12 DA SÚMULA DO TRF-2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUPRIMENTO DE OMISSÃO. REFERÊNCIA TOMADA PARA FIXAÇÃO DO RESPECTIVO PERCENTUAL.

- Conforme o Enunciado nº 12 da Súmula do TRF-2, "são devidos honorários advocatícios no processo cautelar, em que houver litígio".
- Se os honorários advocatícios sucumbenciais foram fixados em percentual sobre o valor da causa, deve restar evidente se a referência tomada foi o valor determinado quando da apreciação de impugnação ao valor da causa, ou sobre o valor atribuído na inicial, conforme os valores considerados para a fixação.
- Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0009687-75.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.009687-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/01/2017 13:57
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ASSIBGE - SINDICATO NACIONAL
APELADO: CLEIDI FERREIRA DA SILVA
APELADO: IONE MARIA DA GLORIA CARVALHO

APELADO: JORGE ALVES DA SILVA
APELADO: MARIA DE LOURDES TULLIO
APELADO: PAULO FERNANDO DE SOUZA
APELADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
ADVOGADO: MARCO ANTONIO NOEL GALLICCHIO
Originário: 0009687-75.2013.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL ¿ EMBARGOS À EXECUÇÃO ¿ SERVIDOR PÚBLICO - REAJUSTE DE 28,86% - PROCESSO COLETIVO DE CONHECIMENTO REFERENTE A INTERESSES E DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS ¿ COMPETÊNCIA PARA LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA CONDENATÓRIA GENÉRICA (AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA) ¿ LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO A TÍTULO ESTRITAMENTE INDIVIDUAL ¿ LEGITIMIDADE ATIVA.

I - A teor do art. 95, da Lei n.º 8.078/1990, a ¿sentença coletiva condenatória genérica¿ proferida em sede de processo referente a interesses e direitos individuais homogêneos limita-se a fixar e determinar a responsabilidade civil do réu, bem assim a obrigação de indenizar os ¿danos causados¿ globalmente.

II - Quando em jogo ¿sentença coletiva condenatória genérica¿ proferida em processo conduzido por entidade associativa ou sindical e concernente a interesses e direitos individuais homogêneos das pessoas inseridas nas respectivas categorias, a pertinente liquidação/execução pode ser promovida (a) pelos respectivos beneficiários, em nome próprio e em interesse e direito próprio, mediante processo individual ou em litisconsórcio, e/ou, ainda, (b) pela entidade associativa ou sindical, em nome alheio e em interesse e direito alheio, mediante regular ¿representação processual¿ de cada beneficiário ou de beneficiários em litisconsórcio.

III- No que toca à verificação do órgão jurisdicional competente para a liquidação e execução da ¿sentença coletiva condenatória genérica¿ concernente a interesses e direitos individuais homogêneos, competentes são (a) o foro/juízo do domicílio do beneficiário, no caso de liquidação e execução a título estritamente individual (art. 98, § 2º, I, c/c o art. 101, I, da Lei n.º 8.078/1990), e (b) o juízo prolator da sentença coletiva, no caso de liquidação e execução a título coletivo promovida pelo ente exponencial legitimado mediante ¿representação processual¿ (art. 98, § 2º, II, c/c o art. 101, I, da Lei n.º 8.078/1990). Subsidiariamente competente, ainda, (c) o juízo prolator da sentença coletiva, no caso específico de liquidação/execução residual a título de ¿reparação fluida¿ (art. 100 c/c o art. 101, I, da Lei n.º 8.078/1990).

IV - No caso, verifica-se que a liquidação e execução da ¿sentença coletiva condenatória genérica¿ foi concretamente deflagrada, a título estritamente individual, por uma das pessoas beneficiárias daquela sentença, e não, a título ¿coletivo¿, pela entidade associativa autora da ação condenatória coletiva, sendo concorrente, portanto, o foro do domicílio do credor e o foro onde prolatada a sentença coletiva.

V - Não oposta exceção declinatória de competência pelo legítimo interessado, aplicável a Súmula nº 33 do E. Superior Tribunal de Justiça.

VI - A sentença prolatada no âmbito de demanda coletiva ajuizada por sindicato de classe, em substituição processual, se constitui, após o trânsito em julgado, como título judicial apto a ser executado individualmente por todos aqueles que, comprovadamente, integrem a categoria funcional beneficiada pelo provimento jurisdicional, não sendo condição ao exercício deste direito pertencer o exeqüente ao quadro de filiados da referida entidade sindical.

VII - A regra contida no art. 2º-A da Lei nº 9.494/97, incluído pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001 (a sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade associativa, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados, abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator), não tem influência no deslinde da presente controvérsia, pois, quando do ajuizamento, no ano de 1995, da ação coletiva onde restou constituído o título executivo sobre o qual se funda a pretensão deduzida pela parte exequente, a limitação preconizada pelo aludido dispositivo legal ainda não vigorava em nosso ordenamento jurídico, não cabendo sua aplicação sobre as demandas ajuizadas antes do início de sua vigência, sob pena de afronta ao princípio da irretroatividade das leis. Não bastasse isso, percebe-se que o título executivo judicial é silente quanto à incidência desta restrição, sendo imprópria, portanto, também sob esta perspectiva, a sua aplicação na espécie.

VIII - Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
meh

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0010701-94.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.010701-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/06/2016 18:27
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MARIA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA
ADVOGADO: JORGE FERREIRA GUTIERREZ
PARTE RÉ: MARILENE PEREIRA BARBOSA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0010701-94.2013.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
ADMINISTRATIVO. PENSÃO MILITAR. VIÚVA. COTAS-PARTES DOS FILHOS. RECEBIMENTO INDEVIDO. ERRO ADMINISTRATIVO. BOA-FÉ DA PENSIONISTA. IRRELEVÂNCIA. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO. POSSIBILDADE.
- Quando o pagamento indevido decorre de interpretação e aplicação equivocadas de lei, há de se considerar a boa-fé do servidor ou do pensionista na percepção dos valores, ficando o administrado desonerado do ressarcimento. Em se tratando de erro administrativo, a boa-fé não desonera o servidor ou o pensionista da reposição ao erário dos valores recebidos indevidamente. Precedentes do STJ e deste Tribunal.
- É ilegal o recebimento, pela viúva, das cotas-partes de seus filhos na forma do art. 9º, §3º da Lei nº 3.765/60, quando já maiores de idade e, portanto, já não ostentavam mais a qualidade de beneficiários (art. 7º, I, "d", da Lei nº 3.765/60).
- A continuidade do pagamento à viúva das cotas-partes de seus filhos após atingirem a maioridade, devido à não identificação pela Administração, no momento oportuno, da ocorrência da perda do direito dos mesmos à pensão pelo atingimento da idade limite estabelecida em lei, representa mero erro administrativo e, independentemente da boa-fé da pensionista, não afasta a obrigação de repor ao erário as parcelas recebidas indevidamente.
- Verificado o erro administrativo, improcedentes são os pedidos de declaração da nulidade do débito, de cessação dos descontos em folha e de devolução, pela Administração, das parcelas já descontadas.
- Recurso provido.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

DCS

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0020865-21.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.020865-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/05/2015 15:38
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER

APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: DAISY MARA BEZERRA
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
Originário: 0020865-21.2013.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ EMBARGOS À EXECUÇÃO ¿ LITISPENDÊNCIA ¿ PRECLUSÃO TEMPORAL ¿ PRECLUSÃO LÓGICA

I ¿ Ao opor embargos à execução, o embargante delimita sua impugnação, fundamentando o excesso alegado. Assim, opera-se, em relação ao cálculo embargado, a preclusão lógica.

II ¿ Opostos embargos à execução, ainda que não expirado todo o prazo para a aludida impugnação, opera-se a preclusão temporal.

III ¿ Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

RTF

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0023607-19.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.023607-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.116151-8
Distribuição-Sorteio Automático - 19/06/2015 12:51
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MARIA JOSE DE FREITAS RODRIGUES
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
ADVOGADO: RODRIGO FRANCA CALDAS
ADVOGADO: LETICIA PELOSI MARTINS
APELADO: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0023607-19.2013.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. VEDAÇÃO. ENUNCIADO Nº 339 DA SÚMULA DO STF. ENUNCIADO Nº 37 DA SÚMULA DO STF. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO. REJULGAMENTO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO ANTIGO CPC, OU NO ART. 1.022 DO NOVO CODEX. SEDE PROCESSUAL INADEQUADA. EXCEPCIONALIDADE DOS EFEITOS INFRINGENTES. RESOLUÇÃO INTEGRAL, CONSISTENTE E MOTIVADA DA QUESTÃO POSTA EM JUÍZO. CONFORMIDADE COM O PRINCÍPIO DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.

- Se as razões de embargos de declaração consistem em nítida rediscussão da matéria apreciada e exaurida no acórdão embargado, tal pretensão, sendo de reforma do julgado, mediante inapropriado rejulgamento, não encontra sede processual adequada na via declaratória, restrita ao saneamento dos vícios previstos no art. 535 do antigo CPC, ou no art. 1.022 do novo Codex, ou de erro material nos termos do art. 463, I, do antigo CPC, ou do art. 494, I, do novo Codex, quando os efeitos infringentes são extremamente excepcionais.
- O órgão julgador não está obrigado a rebater especificamente todos os argumentos da parte, quando, por outros motivos, devidamente expostos e suficientemente compreensíveis, tiver firmado seu convencimento e resolvido, integral e consistentemente, a questão posta em juízo, a partir das alegações apresentadas e provas produzidas, conforme o princípio da fundamentação das decisões judiciais.
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0031073-64.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.031073-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 01/09/2015 18:17
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ADELAIDE KRAISCHER DE SOUZA
ADVOGADO: DARLENE BELLO DA SILVA
Originário: 0031073-64.2013.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA ATÉ A EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO - INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09 - MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 870.947/SE.

I - Consoante entendimento externado pelo Supremo Tribunal Federal no acórdão lavrado no RE nº 870.947/SE, que reconheceu a repercussão geral da questão jurídica nele versada (Tema 810), o Plenário da Corte, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao período compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o seu efetivo pagamento, não se pronunciando especificamente sobre a aplicação do mesmo índice na correção das condenações judiciais da Fazenda Pública.

II - O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que rege a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública até a expedição do requisitório, isto é, entre o dano efetivo/ajuizamento da demanda e a condenação imposta pelo Judiciário, ainda não foi objeto de pronunciamento expresso pelo E. STF quanto à sua constitucionalidade, continuando, portanto, em pleno vigor.

III - Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
51 - 0135742-35.2013.4.02.5113 Número antigo: 2013.51.13.135742-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/09/2015 16:53

Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
APELADO: MUNICÍPIO DE AREAL
ADVOGADO: CARLOS BRAGA CAETANO
Originário: 0135742-35.2013.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. ART. 1º-D DA LEI Nº 9.494/1997. APLICABILIDADE APENAS NA EXECUÇÃO, NÃO EMBARGADA, SUBMETIDA AO REGIME DO PRECATÓRIO. RESP REPETITIVO.

- O art. 1º-D da Lei nº 9.494/1997 (incluído por meio do art. 4º da MPv nº 2.180-35/2001), quanto a honorários advocatícios sucumbenciais, é aplicável apenas na execução contra a Fazenda Pública, não embargada, submetida ao regime do precatório, entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.406.296/RS (Tema nº 721).
- Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
55 - 0144708-23.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.144708-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/01/2016 14:39
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ROSANA DA SILVA DE SOUZA
ADVOGADO: RAQUEL CATUCHA MARCHIORI GOMES
ADVOGADO: VERONICA TORRES FERNANDES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: PAULA BREZINSCKI TORRAO
Originário: 0144708-23.2013.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ APELAÇÃO ¿ SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO ¿ PRETENSÃO DE NULIDADE DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL ¿ NÃO COMPROVAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO E DA CESSÃO DE DIREITOS ¿ ILEGITIMIDADE ATIVA DA SUPOSTA CESSIONÁRIA E PETIÇÃO INICIAL INEPTA.

I ¿ O regramento atinente ao Sistema Financeiro da Habitação consagrou, tradicionalmente, a impossibilidade de cessão dos direitos e obrigações assumidos pelo mutuário, sem a interveniência do agente financeiro.

II ¿ A Lei nº 10.150/00, entretanto, operou considerável modificação nesse panorama, permitindo a regularização das transferências realizadas sem interveniência do agente financeiro, desde que ocorridas até 25/10/96 e que o contrato originário contenha previsão de cobertura do saldo devedor residual pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais ¿ FCVS; o tema, inclusive, já foi julgado pelo Eg. Superior Tribunal de Justiça observando-se o rito do art. 543-C do CPC/73 (REsp 1150429/CE).

III ¿ No presente caso, vislumbra-se a ilegitimidade ativa da demandante para impugnar qualquer questão relacionada ao contrato de financiamento habitacional, inclusive eventual nulidade do procedimento executório extrajudicial, eis que decorrente de descumprimento contratual pelo mutuário originário, já que a parte autora afirma que adquiriu o imóvel em 2005.

IV ¿ Ademais, a demandante não comprovou sua condição de cessionária e sequer demonstrou que o bem apresentava qualquer gravame em favor da Caixa Econômica Federal e que foi executado

extrajudicialmente nos termos do Decreto-lei nº 70/66, mostrando-se correta, portanto, a sentença que reconheceu a ilegitimidade da parte autora e a inépcia da exordial.

V ¿ Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
frp

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000228-79.2014.4.02.5112 Número antigo: 2014.51.12.000228-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/09/2016 16:57
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: A S BAZAR E LIVRARIA LTDA ME
ADVOGADO: JULIO VERISSIMO BENVINDO DO NASCIMENTO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GABRIELA LAMEGO DE MORAES
AUTOR: AMARILDO DA CUNHA OLIVEIRA
ADVOGADO: JULIO VERISSIMO BENVINDO DO NASCIMENTO
Originário: 0000228-79.2014.4.02.5112 - 01ª Vara Federal de Itaperuna

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ DIREITO INTERTEMPORAL ¿ HONORÁRIOS ¿ EMBARGOS À EXECUÇÃO ¿ DEMONSTRAÇÃO DE EXCESSO.

I ¿ Prescreve o art. 14, do CPC de 2015, que, na aplicação da norma processual, devem ser respeitados os atos processuais já praticados e as situações consolidadas sob a vigência da norma revogada, do que decorre que a norma processual nova deve ser aplicada sem prejudicar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido ou a coisa julgada.

II ¿ O § 5º, do art. 739-A, do CPC de 1973, prescrevera que a petição de embargos à execução deveria, ademais de indicar o valor que o embargante reputa correto, ser protocolada obrigatoriamente acompanhada de memória de cálculo. Ao desatendimento de qualquer uma dessas duas determinações, estabelecera o dispositivo que os embargos seriam liminarmente rejeitados, o que vale dizer, não dispondo sequer sobre oportunização de emenda da inicial de embargos.

III ¿ A alegação genérica de anatocismo (sem indicar precisamente as taxas devidas e quais teriam sido superpostas) é inservível como razões de embargos à execução.

IV ¿ A sucumbência recíproca não tem o condão de afastar a condenação a honorários de advogado, tampouco de dispensar as partes do pagamento daquela verba, cumprindo, ao revés, apurar de cada uma o grau de seu sucumbimento, distribuindo-o proporcionalmente.

V ¿ Apelação Cível improvida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

fgr

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0003490-61.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.003490-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/08/2015 18:05
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ADRIANO PEREIRA CERQUEIRA
ADVOGADO: JEFFERSON ARGEMIRO DOS SANTOS COUTINHO
APELADO: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
Originário: 0003490-61.2014.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ APELAÇÃO ¿ SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO ¿ CONTRATO DE GAVETA ¿ INVALIDADE DA TRANSFERÊNCIA DO FINANCIAMENTO ¿ ART. 20 DA LEI Nº 10.150/00 ¿ CESSÃO OCORRIDA APÓS OUTUBRO DE 1996 ¿ CONTRATO SEM PREVISÃO DE COBERTURA DO SALDO RESIDUAL PELO FCVS.

I ¿ O regramento atinente ao Sistema Financeiro da Habitação consagrou, tradicionalmente, a impossibilidade de cessão dos direitos e obrigações assumidos pelo mutuário, sem a interveniência do agente financeiro. Nesse sentido são as disposições contidas nas Leis nºs 6.015/73 e 8.004/90.

II ¿ A Lei nº 10.150/00, entretanto, operou considerável modificação nesse panorama, permitindo a regularização das transferências realizadas sem interveniência do agente financeiro, desde que ocorridas até 25/10/96 e que o contrato originário contenha previsão de cobertura do saldo devedor residual pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais ¿ FCVS; o tema, inclusive, já foi julgado pelo Eg. Superior Tribunal de Justiça observando-se o rito do art. 543-C do CPC/73 (REsp 1150429/CE).

III ¿ No presente caso, observa-se não só que a transferência foi realizada em 09/03/2002, como também o contrato de mútuo habitacional originário não possui previsão de cobertura do saldo devedor residual pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais ¿ FCVS, razão pela qual se mostra inadmissível reconhecer a validade da transferência do financiamento e, conseqüentemente, a legitimidade ativa do cessionário para postular a suspensão/anulação da execução extrajudicial do imóvel em razão de suposto descumprimento contratual pelo agente financeiro.

IV ¿ Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
frp

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0003670-86.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.003670-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/05/2016 14:30
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: SEEDS OF LOVE COM/ DE ROUPAS LTDA
APELANTE: FREDERICO GUILHERME KUMLIN D OREY
ADVOGADO: ANDRE ALVES DE ALMEIDA CHAME
ADVOGADO: NATALIA WAKED FURTADO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
Originário: 0003670-86.2014.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO ¿ BACEN ¿ ATRIBUIÇÃO NORMATIVA ¿ CONTRATO MÚTUO BANCÁRIO ¿ COMISSÃO DE PERMANÊNCIA ¿ TAXA DE JUROS ¿ ANATOCISMO ¿ INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA LEI DE USURA.

I ¿ Os juros moratórios e compensatórios diferem entre si porque, enquanto estes são a remuneração do credor a título de compensação por este ter-se privado do bem adiantado ao devedor (a serem

acrescidos gradativamente pro rata temporis enquanto a privação perdurar), de seu turno, os juros moratórios, impostos como pena, advêm do retardamento no cumprimento da prestação pelo devedor. Por terem natureza distinta, bem assim, por serem originados de fatos diversos ¿ um para remunerar o capital, o outro como pena imposta ao devedor moroso ¿ não há qualquer óbice à cumulação de ambos.

II ¿ O Código de Defesa do Consumidor Aludido, no § 2°, de seu art. 3º, inclui no rol dos fornecedores, as instituições bancárias, dispositivo que teve sua constitucionalidade submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal por meio da ADI n.º 2.591/DF, em cujo julgamento aquela Corte positivara que as instituições financeiras estariam alcançadas pela incidência do CDC, excetuando-se, contudo, os custos das operações ativas e a remuneração das operações passivas praticadas por aquelas instituições na exploração da intermediação de dinheiro na economia, sem prejuízo, por óbvio, das normas do BACEN e do controle e revisão, pelo Poder Judiciário, nos termos do disposto no Código Civil, em cada caso, de eventual abusividade, onerosidade excessiva ou outras distorções na composição contratual da taxa de juros.

III ¿ Afastam-se, portanto, da disciplina da Lei n.º 8.078, de 11.09.1990, as taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras em suas operações de intermediação de dinheiro, dentre cujas modalidades encontra-se a de mútuo bancário.

IV ¿ A taxa de juros não teve restrição até a edição da Lei n.º 4.595/1964, que, no inc. IX, de seu art. 4º (com redação dada pela Lei n.º 6.045, de 15.05.1974), atribuiu ao Conselho Monetário Nacional a tarefa de limitar as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer modalidade de remuneração das operações e serviços bancários e financeiros.

V ¿ Quando da decisão da ADI n.º 2.591/DF, o E. STF reconhecera, com fulcro no inc. VIII, do art. 4º, da Lei n.º Lei n.º 4.595/1964, a titularidade (a que designou ¿capacidade normativa de conjuntura¿) do Conselho Monetário Nacional para a normatização e fiscalização do funcionamento das instituições financeiras.

VI ¿ No que toca à vedação da capitalização da taxa de juros, não se há observar, no caso dos contratos bancário, o Verbete da Súmula n.º 121 do Egrégio STF, haja vista a redação do art. 5º da MP n.º 2.170, de 23.08.2001. Ademais o art. 5º da MP n.º 2.170-36, de 23.08.2001, fora submetida ao E. STF, quando do julgamento do RE n.º 592377-RS, admitido sob o regime da Repercussão Geral, que, em Sessão de 04.02.2015, declarou-o constitucional.

VII ¿ A cobrança da comissão de permanência pelos bancos comerciais, de desenvolvimento, de investimento e sociedades de arrendamento mercantil fora facultada pelo BACEN por meio da Resolução n.º 1.129, de 15.05.1986, elegendo-se, como critério de atualização, as taxas pactuadas ou aquela de mercado do dia do pagamento. Esta mesma Resolução autoriza a cobrança cumulada de juros moratórios, porém, veda a cobrança de qualquer outro encargo pelo atraso no pagamento dos débitos vencidos, dentre os quais, multa.

VIII ¿ Nesta rota, inexiste vedação ao estabelecimento contratual de comissão de permanência, a qual é, consoante entendimento remansoso nos Tribunais, inacumulável com juros moratórios, vez que aquela também desempenha função de juros de mora, bem assim, com qualquer outra forma de remuneração.

IX - Apelação Cível não provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

fgr

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0003722-91.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.003722-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 17/08/2015 11:27
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ZILDA LOPES GONÇALVES

ADVOGADO: GRAZIELLA NEIVA NEVES
ADVOGADO: MARCIO GARCIA DOS SANTOS
Originário: 0003722-91.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA ATÉ A EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO - INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09 - MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 870.947/SE.

I - Consoante entendimento externado pelo Supremo Tribunal Federal no acórdão lavrado no RE nº 870.947/SE, que reconheceu a repercussão geral da questão jurídica nele versada (Tema 810), o Plenário da Corte, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao período compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o seu efetivo pagamento, não se pronunciando especificamente sobre a aplicação do mesmo índice na correção das condenações judiciais da Fazenda Pública.

II - O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que rege a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública até a expedição do requisitório, isto é, entre o dano efetivo/ajuizamento da demanda e a condenação imposta pelo Judiciário, ainda não foi objeto de pronunciamento expresso pelo E. STF quanto à sua constitucionalidade, continuando, portanto, em pleno vigor.

III - Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0003811-57.2014.4.02.5117 Número antigo: 2014.51.17.003811-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/09/2015 15:52
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELANTE: MUNICIPIO DE SAO GONCALO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ
APELADO: ORLANDO DE SOUZA FERREIRA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0003811-57.2014.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo
E M E N T A

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO ¿ APELAÇÃO CÍVEL ¿FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO ¿ RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS - A ANÁLISE DO DEVER DO ESTADO DE ASSEGURAR O ACESSO À SAÚDE DEVE SER FEITA CASO A CASO (EG. STF) - MEDICAMENTO RECEITADO POR MÉDICO DE ESTABELECIMENTO PÚBLICO - HIPOSSUFICIÊNCIA ¿ COMPROVAÇÃO DE URGÊNCIA ¿ OMISSÃO DO ESTADO

I ¿ O tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, em responsabilidade solidária dos entes federados. Precedente do Eg. STF em repercussão geral.

II - É dever do Estado assegurar às pessoas desprovidas de recursos financeiros o acesso à medicação necessária para a cura de suas mazelas, cuja análise deve ser feita caso a caso. Precedente do Tribunal Pleno do Eg. STF.

III ¿ A parte Autora está sendo tratada em unidade vinculada ao poder público, cujo médico prescreveu o medicamento solicitado e apresentou laudo respectivo.

IV ¿ O Eg. STF reconheceu repercussão geral do tema relativo à obrigatoriedade de o Estado, nos termos do artigo 196 da Constituição, vir a fornecer remédio de alto custo, contudo, em julgado posterior, admitiu tal fornecimento a depender das peculiaridades do caso concreto.

V - Presentes os requisitos exigidos pela jurisprudência do Eg. STF na análise do caso concreto ¿ hipossuficiência, urgência e gravidade do estado do Autor, indicação em bula, registro na ANVISA, submissão aos tratamentos convencionais oferecidos pelo SUS sem resultado, omissão do Estado.

VI ¿ Tendo sido indeferido o pedido de fornecimento de outro medicamento, verifica-se a ocorrência de sucumbência recíproca.

VII - Remessa necessária e apelação cível do Estado do Rio de Janeiro providas e apelações cíveis do Município de São Gonçalo e da União Federal providas em parte.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento à remessa necessária e à apelação cível do Estado do Rio de Janeiro e dar parcial provimento às apelações cíveis do Município de São Gonçalo e da União Federal, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

RTF

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0003893-48.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.003893-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 30/09/2015 15:53
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MARILZE ALEXANDRINO
ADVOGADO: MARCIO GARCIA DOS SANTOS
ADVOGADO: ALLAN ESCÓRCIO BARBOSA
Originário: 0003893-48.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA ATÉ A EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO - INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09 - MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 870.947/SE.

I - Consoante entendimento externado pelo Supremo Tribunal Federal no acórdão lavrado no RE nº 870.947/SE, que reconheceu a repercussão geral da questão jurídica nele versada (Tema 810), o Plenário da Corte, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao período compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o seu efetivo pagamento, não se pronunciando especificamente sobre a aplicação do mesmo índice na correção das condenações judiciais da Fazenda Pública.

II - O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que rege a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública até a expedição do requisitório, isto é, entre o dano efetivo/ajuizamento da demanda e a condenação imposta pelo Judiciário, ainda não foi objeto de pronunciamento expresso pelo E. STF quanto à sua constitucionalidade, continuando, portanto, em pleno vigor.

III - Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0005029-71.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.005029-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 15/06/2015 17:52
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: WALDIR DE OLIVEIRA LOPES FILHO
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
ADVOGADO: BIANCA PESSOA DE MORAIS
ADVOGADO: LUIZ CARLOS DE JESUS MACHADO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0005029-71.2014.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE.

1. É cabível a condenação do beneficiário da gratuidade de justiça em honorários de sucumbência e deve a respectiva condenação constar da sentença. Todavia, eventual condenação do beneficiário em verba honorária deve ter sua execução sobrestada, a teor do indigitado art. 12, in fine, da Lei 1.060/50 (aplicável in casu por força do disposto no art.14 do novo Codex). No mesmo sentido, art. 98, §3º do novo CPC.

2. Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
meh

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0010623-66.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.010623-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/02/2017 15:28
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CELINA THOMAZ BARBOSA
ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA MAIA
Originário: 0010623-66.2014.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ EMBARGOS À EXECUÇÃO ¿ EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO ¿ NULIDADE RECONHECIDA DE OFÍCIO ¿ HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS ¿ ART. 20, § 4º DO CPC/73 (APLICÁVEL CONFORME PREVISTO NO § 1º DO ART. 1.046 DO CPC/15) ¿ VALOR RAZOÁVEL.

- Nas execuções, embargadas ou não, proposta em face da Fazenda Pública, conforme previsto no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil/73, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, encontrando-se esse adstrito apenas a observar o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, bem como a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para a realização de seu serviço..

- Considerando que a r. sentença reconheceu a procedência dos presentes embargos, extinguindo a execução, não em virtude dos questionamentos pontuados pelo INSS, os quais, por sinal, foram todos afastados, mais sim pela ausência de citação da União Federal, litisconsorte passivo necessário, acarretando nulidade da execução, tem-se que a verba honorária, arbitrada pelo MM. Juízo a quo, com base no § 4º do art. 20 do CPC/73 (aplicável conforme previsto no § 1º do art. 1.046 do CPC/15), fixada em R$ 1.000,00 (hum mil, reais), se mostra razoável.

- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

jri

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0014611-95.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.014611-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 06/10/2016 16:36
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: FABIO DIAS DE CASTRO JUNIOR
ADVOGADO: ANTONIO MARTINS PECANHA
Originário: 0014611-95.2014.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

EMBARGOS À EXECUÇÃO OPOSTOS PELA FAZENDA PÚBLICA - AUSÊNCIA DE MEMÓRIA DISCRIMINADA DE CÁLCULOS - VIOLAÇÃO AO ART. 739, § 5º, DO CPC DE 1973 E AO ART. 917 E PARÁGRAFOS DO NOVO CODEX.

I - Hipótese em que a Embargante, ao mesmo tempo em que assevera ser inequívoca a insubsistência dos cálculos do Embargado, deixa de apontar, de forma objetiva, mesmo após oportunizada a emenda da inicial, as imprecisões existentes, ou, ainda, o quantum que entende como devido. A não apresentação de memória discriminada de cálculos, exigência contida tanto no art. 739, § 5º, do CPC de 1973, como no art. 917 e §§ do Novo Codex, revela o descompasso da exordial dos embargos à execução para com os ditames da Lei Processual Civil. Precedente jurisprudencial da Corte Especial do E. STJ - EREsp 1267631/RJ, DJe de 01/07/2013.

II - Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0014829-26.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.014829-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/02/2016 14:34
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CCCPMM - CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARISA DE ALMEIDA PINTO DOS SANTOS
ADVOGADO: LUIZ CARLOS DA SILVA
Originário: 0014829-26.2014.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
ADMINISTRATIVO ¿ BACEN ¿ ATRIBUIÇÃO NORMATIVA ¿ CONTRATO MÚTUO ¿ COMISSÃO DE PERMANÊNCIA ¿ TAXA DE JUROS ¿ ANATOCISMO.
I ¿ A cobrança da comissão de permanência pelos bancos comerciais, de desenvolvimento, de investimento e sociedades de arrendamento mercantil fora facultada pelo BACEN por meio da Resolução nº 1.129, de 15.05.1986, elegendo-se, como critério de atualização, as taxas pactuadas ou aquela de mercado do dia do pagamento. Esta mesma Resolução autoriza a cobrança cumulada de juros moratórios, porém, veda a cobrança de qualquer outro encargo pelo atraso no pagamento dos débitos vencidos, dentre os quais, multa.
II ¿ Nesta rota, inexiste vedação ao estabelecimento contratual de comissão de permanência, a qual é, consoante entendimento remansoso nos Tribunais, inacumulável com juros moratórios, vez que aquela também desempenha função de juros de mora, bem assim, com qualquer outra forma de remuneração.
III ¿ Apelação cível improvida.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

fgr

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
37 - 0102046-10.2014.4.02.5004 Número antigo: 2014.50.04.102046-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 31/01/2017 16:59
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANGELO RICARDO ALVES DA ROCHA
APELADO: MARIN METALMECANICA LTDA
ADVOGADO: DAYVID CUZZUOL PEREIRA
Originário: 0102046-10.2014.4.02.5004 - 1ª VF Linhares

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. ART. 21, §UNÍCO, CPC/1973.

1. No que concerne à condenação aos honorários sucumbenciais, o sistema jurídico pátrio é tributário do princípio da causalidade, pelo qual são atribuídos os ônus do processo àquele que deu causa à lide, sendo importante que esta tenha sido evitável por parte do sucumbente (independentemente de culpa), vez que o direito do titular deve remanescer incólume à demanda.

2. A sucumbência mínima, nos termos do art. 21, § único do CPC/1973 (art. 86, § único do novo CPC), implica a inversão dos ônus sucumbenciais que devem ser arcados pelo litigante que restou vencido na maior parte do pedido respondendo por inteiro pelos honorários de sucumbência.

3. Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

meh

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
40 - 0108624-95.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.108624-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/05/2015 17:02
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: WCAR SOM E ACESSÓRIOS LTDA-ME
ADVOGADO: MARCIO DE SOUZA OLIVEIRA GONCALVES
ADVOGADO: MARIO AUGUSTO TEIXEIRA NETO
ADVOGADO: JOYCE CAMPANA
ADVOGADO: JORGE ANTONIO GONCALVES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
ADVOGADO: RODRIGO SALES DOS SANTOS
ADVOGADO: WAGNER DE FREITAS RAMOS
Originário: 0108624-95.2014.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ADMISSIBILIDADE.

1. Ao julgador é assegurado o livre convencimento, sendo-lhe permitida a livre apreciação de provas, não havendo que se falar em nulidade da prova pericial quando o magistrado entende suficientes os documentos juntados aos autos para o deslinde da questão e o laudo pericial apresentado pelo perito, nos termos do art. 130, do CPC/1973 (art. 370 do novo CPC).

2. O Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que nos contratos de mútuo bancário celebrados por pessoa jurídica visando a obtenção de capital de giro, não se aplica a legislação consumerista, pois, nestes casos, a empresa não se enquadra no conceito de consumidor final preconizado no art. 2º, do Código de Defesa do Consumidor.

3. Ainda que pudessem ser aplicados in casu os princípios e regras preconizados no CDC, para que seja configurada a abusividade na cobrança dos juros, é impositiva a demonstração cabal acerca da excessividade da taxa de juros aplicada e que são superiores àquelas normalmente contratadas, o que não ocorreu no presente caso.

4. É lícita a capitalização de juros nos contratos bancários celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da publicação da primitiva edição da atual Medida Provisória nº 2170-36/2001 (MP nº 1963-17/2000), consoante pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça no verbete sumular nº 539.

5. Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
meh

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
41 - 0108704-20.2014.4.02.5111 Número antigo: 2014.51.11.108704-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/01/2016 19:31
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ANTONIO JOSE ARAUJO PEREIRA
ADVOGADO: ERALDO LACERDA JUNIOR
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0108704-20.2014.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE MÉDICO-PERICIAL. MPV Nº 166/2004 E LEI Nº 10.876/2004. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE PERÍCIA MÉDICA PREVIDENCIÁRIA. MPV Nº 441/2008 E LEI Nº 11.907/2009. APLICAÇÃO ÀS APOSENTADORIAS JÁ CONCEDIDAS. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO EM SEUS LIMITES MÁXIMOS. CARÁTER PRO LABORE FACIENDO. POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO EM LIMITES PRÓPRIOS DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL COMUM FEDERAL ATIVO. CARÁTER EX FACTO OFFICII. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. ENUNCIADOS DA SÚMULA VINCULANTE DO STF. RES SOB O REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL.

- A GDAMP ¿ Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial e a GDAPMP ¿ Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária, são pagas, primordialmente, ao servidor público ativo, em razão de determinado desempenho individual do mesmo no exercício de cargo efetivo e também de determinado desempenho institucional da entidade ou do órgão em cujo quadro de pessoal o cargo se encontra lotado.
- Como é faticamente impossível a aferição de determinado desempenho individual do servidor público que, no momento da instituição da vantagem pecuniária em foco, já tinha passado à inatividade ¿ já que não há mais, por parte deste, exercício de cargo efetivo ¿, os diplomas normativos acima referidos previram que àquele e ao respectivo pensionista seriam pagas as vantagens pecuniárias em foco em seus limites mínimos, e nunca em seus limites máximos.
- Contudo, deve-se destacar que, reiteradamente, o Supremo Tribunal Federal vem destacando que os diplomas normativos acima referidos, ou diplomas similares, conferiram a tais gratificações, enquanto vantagens pecuniárias propter laborem, um duplo caráter: pro labore faciendo, de modo eminente, em razão de a pontuação variar conforme determinado desempenho individual no exercício de cargo efetivo; e, também, ex facto officii (referido nos pertinentes julgados como "genérico" ou "de longo alcance"), de modo excepcional, em razão de a pontuação ser firmada pela simples ocupação do mesmo.
- Focando a segunda situação jurídica supra descrita, o STF veio a reconhecer, em favor do servidor público que, no momento da instituição da vantagem pecuniária em foco, já tinha passado à inatividade, e em favor do respectivo pensionista, a percepção da gratificação de forma peculiar, entendimento esse consagrado nos termos dos Enunciados nºs 20 e 34 da Súmula Vinculante do STF, e corroborado quando da apreciação de REs sob o regime da repercussão geral, além de outros julgados.
- Remessa necessária não provida e recurso parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa necessária e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
44 - 0111248-11.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.111248-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 31/05/2016 16:16
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ANA MARIA DE BARROS DIAS
ADVOGADO: ERALDO LACERDA JUNIOR
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0111248-11.2014.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE MÉDICO-PERICIAL. MPV Nº 166/2004 E LEI Nº 10.876/2004. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE PERÍCIA MÉDICA PREVIDENCIÁRIA. MPV Nº 441/2008 E LEI Nº 11.907/2009. APLICAÇÃO ÀS APOSENTADORIAS JÁ CONCEDIDAS. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO EM SEUS LIMITES MÁXIMOS. CARÁTER PRO LABORE FACIENDO. POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO EM LIMITES PRÓPRIOS DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL COMUM FEDERAL ATIVO. CARÁTER EX FACTO OFFICII. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. ENUNCIADOS DA SÚMULA VINCULANTE DO STF. RES SOB O REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL. REGRAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS.

- A GDAMP ¿ Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial e a GDAPMP ¿ Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária, são pagas, primordialmente, ao servidor público ativo, em razão de determinado desempenho individual do mesmo no exercício de cargo efetivo e também de determinado desempenho institucional da entidade ou do órgão em cujo quadro de pessoal o cargo se encontra lotado.
- Como é faticamente impossível a aferição de determinado desempenho individual do servidor público que, no momento da instituição da vantagem pecuniária em foco, já tinha passado à inatividade ¿ já que não há mais, por parte deste, exercício de cargo efetivo ¿, os diplomas normativos acima referidos previram que àquele e ao respectivo pensionista seriam pagas as vantagens pecuniárias em foco em seus limites mínimos, e nunca em seus limites máximos.
- Contudo, deve-se destacar que, reiteradamente, o Supremo Tribunal Federal vem destacando que os diplomas normativos acima referidos, ou diplomas similares, conferiram a tais gratificações, enquanto vantagens pecuniárias propter laborem, um duplo caráter: pro labore faciendo, de modo eminente, em razão de a pontuação variar conforme determinado desempenho individual no exercício de cargo efetivo; e, também, ex facto officii (referido nos pertinentes julgados como "genérico" ou "de longo alcance"), de modo excepcional, em razão de a pontuação ser firmada pela simples ocupação do mesmo.
- Focando a segunda situação jurídica supra descrita, o STF veio a reconhecer, em favor do servidor público que, no momento da instituição da vantagem pecuniária em foco, já tinha passado à inatividade, e em favor do respectivo pensionista, a percepção da gratificação de forma peculiar, entendimento esse consagrado nos termos dos Enunciados nºs 20 e 34 da Súmula Vinculante do STF, e corroborado quando da apreciação de REs sob o regime da repercussão geral, além de outros julgados.
- Recurso parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
46 - 0120330-66.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.120330-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.111669-5
Distribuição-Sorteio Automático - 25/07/2015 19:48
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MARCELO MACHADO ANET
ADVOGADO: PEDRO ROBERTO DAS GRACAS SANTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0120330-66.2014.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO ANTIGO CPC, OU NO ART. 1.022 DO NOVO CODEX. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. MILITAR. ANULAÇÃO DE LICENCIAMENTO, A PEDIDO. CONCESSÃO DE REINTEGRAÇÃO.

I ¿ Se as razões de embargos de declaração consistem em nítida rediscussão da matéria apreciada e exaurida no acórdão embargado, tal pretensão, sendo de reforma do julgado, mediante inapropriado rejulgamento, não encontra sede processual adequada na via declaratória, restrita ao saneamento dos vícios previstos no art. 535 do antigo CPC, ou no art.1.022 do novo Codex, ou de erro material nos termos do art. 463, I, do antigo CPC, ou do art. 494, I, do novo Codex, quando os efeitos infringentes são extremamente excepcionais.

II ¿ O órgão julgador não está obrigado a rebater especificamente todos os argumentos da parte, quando, por outros motivos, devidamente expostos e suficientemente compreensíveis, tiver firmado seu convencimento e resolvido, integral e consistentemente, a questão posta em juízo, a partir das alegações apresentadas e provas produzidas, conforme o princípio da fundamentação das decisões judiciais. Ao demais, compete pontuar que, por força do art. 1.025 do novo CPC, ¿consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿.

III ¿ O Colegiado analisou adequadamente a questão trazida a juízo, concluindo por manter a r. sentença de improcedência do pleito autoral, com resolução de mérito, tendo por fundamento o art. 487, II, parág. único c/c art. 332, § 1º, ambos do Novo Código de Processo Civil, segundo os quais ¿haverá resolução de mérito quando o juiz: [...] decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição¿; bem assim que, ¿independentemente da citação do réu¿, ¿o juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição¿.

IV ¿ Inclusive, consonante com orientação do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo dos AgRg no AREsp 750.819/GO e AgRg no AREsp 794.662/GO, ressaltou-se falecer razão ao Autor ao pretender que não se aplica ao ato nulo o instituto da prescrição ou decadência; elucidando que a prescrição quinquenal prevista no art. 1º do Decreto 20.910¿32 há de ser aplicada a todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública, seja ela federal, estadual ou municipal, independentemente da natureza da relação jurídica estabelecida entre a Administração Pública e o particular; ponderando que, destarte, mesmo em se tratando de ato administrativo nulo, não há como afastar a prescrição quinquenal para a propositura da ação em que se busca a reintegração de militar licenciado. Aliás, a ementa bem resumiu o julgado.

V ¿ A decisão ora embargada apreciou, à luz dos dispositivos legais e constitucionais pertinentes, toda a matéria relativa à questão posta em juízo, não havendo, destarte, qualquer vício a ser suprido, pela via recursal declaratória.

VI ¿ Embargos de declaração não providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
mst

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
47 - 0120593-98.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.120593-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.114740-0
Distribuição-Sorteio Automático - 20/04/2015 16:43
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: JOACIR ANDERSON CORREA DA SILVA
ADVOGADO: PEDRO ROBERTO DAS GRACAS SANTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0120593-98.2014.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO ANTIGO CPC, OU NO ART. 1.022 DO NOVO CODEX. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. COISA JULGADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO, POR OUTRA FUNDAMENTAÇÃO.

I ¿ Se as razões de embargos de declaração consistem em nítida rediscussão da matéria apreciada e exaurida no acórdão embargado, tal pretensão, sendo de reforma do julgado, mediante inapropriado rejulgamento, não encontra sede processual adequada na via declaratória, restrita ao saneamento dos vícios previstos no art. 535 do antigo CPC, ou no art.1.022 do novo Codex, ou de erro material nos termos do art. 463, I, do antigo CPC, ou do art. 494, I, do novo Codex, quando os efeitos infringentes são extremamente excepcionais.

II ¿ O órgão julgador não está obrigado a rebater especificamente todos os argumentos da parte, quando, por outros motivos, devidamente expostos e suficientemente compreensíveis, tiver firmado seu convencimento e resolvido, integral e consistentemente, a questão posta em juízo, a partir das alegações apresentadas e provas produzidas, conforme o princípio da fundamentação das decisões judiciais. Ao demais, compete pontuar que, por força do art. 1.025 do novo CPC, ¿consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿.

III ¿ O Colegiado analisou adequadamente a questão trazida a juízo, concluindo por manter a r. sentença de extinção do processo, por outra fundamentação jurídica, qual seja: a existência de coisa julgada, que impõe julgar extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, V, do CPC/73; registrando, por oportuno, que a modificação da fundamentação da sentença pelo Tribunal é medida lícita e plenamente comportada no efeito devolutivo verificado tanto de recurso voluntário, quanto de reexame necessário, desde que inalterados os fatos articulados na inicial e na contestação, justamente, pois, a hipótese vertente.

IV ¿ Nessa perspectiva, firmou inconteste que, na demanda anteriormente proposta (com acórdão transitado em julgado) e na presente ação, o pedido refere-se à anulação do ato de licenciamento ex officio por conclusão do tempo de serviço, com a consequente reintegração à Força Aérea Brasileira, e a causa de pedir é a ilegalidade do ato de licenciamento.

V ¿ Inclusive, preocupou em registrar que nem se pode perder de vista o que a doutrina tem denominado de efeito preclusivo da coisa julgada, estabelecido no art. 474 do CPC/73 ¿ regra reproduzida no art. 508 do CPC/15 ¿, segundo o qual, transitada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor ao acolhimento ou à rejeição do pedido.

VI ¿ A decisão ora embargada apreciou, à luz dos dispositivos legais e constitucionais pertinentes, toda a matéria relativa à questão posta em juízo, não havendo, destarte, qualquer vício a ser suprido, pela via recursal declaratória.

VII ¿ Embargos de declaração não providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
mst

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
53 - 0140309-14.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.140309-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 13/08/2015 11:13
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UFRJ - SINTUFRJ
APELANTE: SUELI DOS SANTOS BEZERRA
APELANTE: NILDA RODRIGUES
APELANTE: MARLENE DE MOURA CASTRO
APELANTE: TEREZINHA DE JESUS DE MOURA CASTRO
APELANTE: YVONNE VETTINER DE BARROS
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0140309-14.2014.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA ATÉ A EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO - INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09 - MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 870.947/SE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - VALOR IRRISÓRIO - MAJORAÇÃO.

I - Consoante entendimento externado pelo Supremo Tribunal Federal no acórdão lavrado no RE nº 870.947/SE, que reconheceu a repercussão geral da questão jurídica nele versada (Tema 810), o Plenário da Corte, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao período compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o seu efetivo pagamento, não se pronunciando especificamente sobre a aplicação do mesmo índice na correção das condenações judiciais da Fazenda Pública.

II - O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que rege a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública até a expedição do requisitório, isto é, entre o dano efetivo/ajuizamento da demanda e a condenação imposta pelo Judiciário, ainda não foi objeto de pronunciamento expresso pelo E. STF quanto à sua constitucionalidade, continuando, portanto, em pleno vigor.

III - É irrazoável a fixação de honorários advocatícios em quantia irrisória, em percentual equivalente a 2,25% do valor atribuído à causa, por consistir verdadeiro desprestígio ao trabalho realizado pelo patrono da parte vencedora da lide.

IV - Em se tratando de ação onde restou vencida a Fazenda Pública, deve a verba honorária ser fixada consoante apreciação equitativa do juiz, ex vi do art. 20, § 4º, do CPC de 1973, aplicável ao caso em atenção ao disposto no art. 14 do CPC de 2015

V - Recurso da Embargante parcialmente provido. Recurso do Embargado provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso da Embargante e provimento ao recurso do Embargado, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
54 - 0142439-74.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.142439-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/05/2015 11:23
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: JOMAR COSME MARQUES DA SILVA
ADVOGADO: CORINA ELOISA DA SILVA
ADVOGADO: PAULO AMERICO LOPES FRANCO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0142439-74.2014.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CARGO EFETIVO DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO OU AUXILIAR INTEGRANTE DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. PRETENSÃO DE RETROATIVIDADE DOS EFEITOS FINANCEIROS DA INSTITUIÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO, EM SEU NÍVEL MÁXIMO. MPV 441/2008, LEI Nº 11.907/2009 E LEI Nº 12.778/2012. NORMA COM EFICÁCIA LIMITADA. PLENA EFICÁCIA APENAS A PARTIR DE REGULAMENTAÇÃO. DECRETOS NºS 7.876/2012 E 7.922/2013.

- Como relatado, servidor público ocupante de cargo efetivo de nível intermediário ou auxiliar integrante da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, pleiteia que a entidade pública seja condenada a dar efeitos financeiros à GQ ¿ gratificação de qualificação, em seu nível III, retroativamente à data de sua instituição por meio dos arts. 56 e 57 da MPv nº 441/2008 (convertida na Lei nº 11.907/2009), pois vem sendo paga, em tal nível máximo, apenas desde a data estabelecida no art. 86 do Decreto regulamentador nº 7.876/2012 (idêntica à estabelecida no art. 89 do Decreto regulamentador nº 7.922/2013, em função da edição da Lei nº 12.778/2012).
- No entanto, o art. 56 da Lei nº 11.907/2009 (bem como da equivalente convertida MPv nº 441/2008), veicula norma com eficácia limitada e, logo, privada de eficácia plena, ganha somente quando veio a ser realizada a respectiva condição suspensiva que subordinava sua produção de efeitos, ou seja, apenas quando veio a ser objeto de regulamentação por meio do Decreto nº 7.876/2012 (seguido do Decreto nº 7.922/2013).
- A citada Lei (assim como a convertida MPv) não violou a reserva de lei específica imposta por força do art. 37, caput, X, 1ª parte, da CRFB, pois, evidentemente, a primordial matriz instituidora da vantagem pecuniária em foco reside, exclusivamente, na própria lei ordinária (ou medida provisória com força de lei), porém, ainda assim, com a necessidade de apenas detalhar em termos específicos os requisitos já estabelecidos em lei previamente mas em termos genéricos, o que fica permitido em função das peculiaridades da organização da Administração Pública.
- Os referidos Decretos não violaram o princípio da legalidade positivado no art. 37, caput, da CRFB e, mais especificamente, não extrapolaram a competência regulamentar emanada do art. 84, caput, IV, da Carta Constitucional, ao tratarem dos efeitos financeiros da instituição da GC, porque a citada Lei nº 12.778/2012 (e, por sinal, qualquer outro diploma normativo) não estabeleceu qualquer retroatividade dos efeitos financeiros da instituição da vantagem pecuniária em foco, e, portanto, exatamente por isso, regulamento de execução contrário à regra legal hierarquicamente superior seria contra legem ou extra legem e violador do princípio da legalidade positivado no art. 37, caput, da CRFB ¿ e, além disso, a temporização estabelecida nos referidos Decretos se encontra perfeitamente secundum legem e a ela subordinada.
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0007763-49.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.007763-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/01/2016 18:59
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: VERONICA PIEDADE DE MEDEIROS
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0007763-49.2015.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
E M E N T A
ADMINISTRATIVO ¿ ENSINO SUPERIOR ¿ DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA EFETIVAÇÃO DA MATRÍCULA ¿ PECULIARIDADES DO CASO ¿ MANUTENÇÃO DA SENTENÇA
I ¿ A presente ação foi ajuizada a fim de garantir matrícula no curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal Fluminense ¿ UFF, pretensão esta indeferida pela referida instituição de ensino devido ao não comparecimento da parte autora na data indicada para a prática de tal ato.
II ¿ Muito embora esta Relatoria discorde da fundamentação utilizada para justificar a procedência do pedido, já que, inclusive, não há prova cabal da necessidade da presença da autora, no dia da matrícula, na casa de sua mãe, certo é que o desfazimento da situação existente não se mostra recomendável.
III ¿ Não pode ser ignorado que a autora provavelmente está cursando o quarto período, que sua exclusão do quadro de discentes não traria qualquer vantagem para a nstituição de ensino, que.o único empecilho para a efetivação da matrícula foi a perda do prazo e que a decisão, nos termos em que foi proferida, não trouxe prejuízo para qualquer outro candidato.
IV ¿ Prejudicada qualquer análise relativa aos princípios da vinculação ao edital, da igualdade e da legalidade.
V ¿ Remessa necessária e recurso não providos.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

ppm

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0012005-60.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.012005-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 14/04/2016 17:12
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: SÔNIA REGINA TEIXEIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO: HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
Originário: 0012005-60.2015.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL ¿ APELAÇÃO ¿ SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO ¿ CONTRATO DE GAVETA ¿ INVALIDADE DA TRANSFERÊNCIA DO FINANCIAMENTO ¿ ART. 20 DA LEI Nº 10.150/00 ¿ CESSÃO OCORRIDA APÓS OUTUBRO DE 1996.

I ¿ O regramento atinente ao Sistema Financeiro da Habitação consagrou, tradicionalmente, a impossibilidade de cessão dos direitos e obrigações assumidos pelo mutuário, sem a interveniência do agente financeiro. Nesse sentido são as disposições contidas nas Leis nºs 6.015/73 e 8.004/90.

II ¿ A Lei nº 10.150/00, entretanto, operou considerável modificação nesse panorama, permitindo a regularização das transferências realizadas sem interveniência do agente financeiro, desde que ocorridas até 25/10/96 e que o contrato originário contenha previsão de cobertura do saldo devedor residual pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais ¿ FCVS; o tema, inclusive, já foi julgado pelo Eg. Superior Tribunal de Justiça observando-se o rito do art. 543-C do CPC/73 (REsp 1150429/CE).

III ¿ Na hipótese vertente, além de se constatar a inexistência de qualquer indicativo no sentido de que o demandante tenha procurado a CEF a fim de regularizar a situação, verifica-se que a transferência foi realizada em julho de 2000, razão pela qual se mostra inadmissível reconhecer a validade da transferência do financiamento e, conseqüentemente, a legitimidade ativa do cessionário para postular a revisão do instrumento contratual e a anulação da execução extrajudicial do imóvel em razão de suposto descumprimento contratual pelo agente financeiro.

IV ¿ Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
frp

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0021991-20.2015.4.02.5107 Número antigo: 2015.51.07.021991-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/03/2016 14:28
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: DAN RODRIGUES DE SANTANA
ADVOGADO: JULIO CESAR LEMOS DOS SANTOS
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0021991-20.2015.4.02.5107 - 01ª Vara Federal de Itaboraí
E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL ¿ APELAÇÕES ¿ RECURSOS COM RAZÕES IDÊNTICAS ¿ NÃO CONHECIMENTO DO SEGUNDO APELO ¿ DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO DE EMENDA À PETIÇÃO INICIAL ¿ DISPENSA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR ¿ EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO ¿ CABIMENTO.

I ¿ Revelando-se idêntica ao recurso de fls. 72/76, impõe-se o não conhecimento da apelação de fls. 77/81, em função da evidente ocorrência de preclusão consumativa, em consonância com o princípio da unirecorribilidade das decisões.

II ¿ Verificando-se que, uma vez determinada a emenda à petição inicial, de forma a juntar o necessário comprovante de residência, e prorrogado o prazo a pedido do causídico da parte demandante, esta não logrou atender à exigência, mostra-se correta, portanto, a extinção do feito sem resolução do mérito, na forma do art. 267, I, c/c art. 284, parágrafo único, ambos do CPC/73, aplicável ao caso por força do art. 14 do CPC/2015.

III ¿ Tratando-se de descumprimento de determinação de emenda à exordial, é dispensável a intimação pessoal do autor (Precedentes do STJ: AgInt no AREsp 864.530/RS; AgRg no AREsp 370.970/RJ; AgRg no Ag 706.026/GO).

IV ¿ Recurso de fls. 77/81 não conhecido.

V ¿ Recurso de fls. 72/76 não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, não conhecer da apelação de fls. 77/81 e negar provimento à apelação de fls. 72/76, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
frp

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0029637-02.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.029637-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 05/11/2015 15:25
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SIMONE DINIZ TEIXEIRA
REPRESENTANTE: ORLANDO JOSE TEIXEIRA
ADVOGADO: PAULO CESAR GOMES MOREIRA
Originário: 0029637-02.2015.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA ATÉ A EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO - INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09 - MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 870.947/SE.

I - Consoante entendimento externado pelo Supremo Tribunal Federal no acórdão lavrado no RE nº 870.947/SE, que reconheceu a repercussão geral da questão jurídica nele versada (Tema 810), o Plenário da Corte, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao período compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o seu efetivo pagamento, não se pronunciando especificamente sobre a aplicação do mesmo índice na correção das condenações judiciais da Fazenda Pública.

II - O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que rege a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública até a expedição do requisitório, isto é, entre o dano efetivo/ajuizamento da demanda e a condenação imposta pelo Judiciário, ainda não foi objeto de pronunciamento expresso pelo E. STF quanto à sua constitucionalidade, continuando, portanto, em pleno vigor.

III - Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0051190-78.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.051190-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 31/01/2017 14:01

Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: SANDRA ZORAIDA RIOS
APELANTE: DIONEA RIOS
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0051190-78.2015.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti
E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL CONSTITUÍDO EM AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR ENTIDADE ASSOCIATIVA - REAJUSTE DE 28,86% - AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA PARA PROPOSITURA DA DEMANDA - NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE LISTAGEM IDENTIFICANDO O ROL DOS ASSOCIADOS REPRESENTADOS NA AÇÃO.

I - Apenas os associados que oportunamente concedem, quando do ajuizamento de ação coletiva por entidade associativa, autorizações expressas para persecução do direito vindicado em sede judicial, e que constam de listagem elaborada e apresentada em Juízo para adequada identificação dos beneficiários da prestação jurisdicional, possuem legitimidade ativa ad causam para deflagrar, em momento subsequente, a execução individual do título judicial constituído no bojo da referida ação. Precedentes da Suprema Corte, constituído em regime de repercussão geral (RE nº 573.232), do E. STJ e desta Corte Regional de Justiça.

II - Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0054167-70.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.054167-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 14/02/2017 14:03
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: DAIANA MIRANDA LIMA
ADVOGADO: LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA
APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0054167-70.2015.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO - CONSTITUCIONAL - CONCURSO PÚBLICO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - ENFERMEIRO -CANDIDATO APROVADO ALÉM DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL - AUSÊNCIA DE VAGAS EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS - PRETERIÇÃO NÃO COMPROVADA.

¿ O candidato aprovado fora do número de vagas constante do edital deve comprovar o surgimento de novas vagas dentro do prazo de validade do certame, de forma a alcançar a sua classificação, e o preenchimento indevido dessas vagas por servidores temporários, o que não ocorreu na espécie.

¿ A realização de contratações temporárias, fundamentada no art. 37, IX, da Constituição Federal, não implica necessariamente no reconhecimento de haver cargos efetivos vagos. Trata-se de um sistema simplificado de seleção de profissionais, contratados especialmente para atender uma situação emergencial, de excepcional interesse público.

¿ Torna-se mero detentor de expectativa de direito à nomeação, para o cargo ao qual disputou, o candidato que não se classifica dentro do número específico de vagas estabelecidas no edital para a

ocupação de um cargo público efetivo. Expirado o prazo de validade do certame, a expectativa de direito, até então existente, se desfaz.

- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

rfc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
34 - 0060442-81.2015.4.02.5118 Número antigo: 2015.51.18.060442-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/01/2017 17:58
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MARIA INEZ GONÇALVES
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0060442-81.2015.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS A EXECUÇÃO. SENTENÇA. ACOLHIMENTO TOTAL. APELAÇÃO. PRECLUSÃO TEMPORAL. COISA JULGADA MATERIAL. EXTINÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. SENTENÇA. NOVA APELAÇÃO. NÃO-PROVIMENTO.

- Como o ato processual por meio do qual é extinta execução contra a Fazenda Pública fundada em título executivo judicial correspondente a obrigação de pagar quantia certa ¿ instaurada antes do advento do novo CPC ¿, tem, inequivocamente, a natureza jurídica de sentença, a recorribilidade é possível, exclusivamente, pela via da apelação.
- No entanto, quando ocorre o total acolhimento dos subsequentes embargos a execução opostos pela entidade pública devedora, a ponto de importar extinção da própria execução, é a respectiva sentença de procedência proferida anteriormente que, de modo peculiar, deve ser, por fundamentos próprios e exaurientes em torno da extinção dos embargos, o objeto de cabível e idêntica impugnação recursal do credor ¿ ainda mais quando as razões de decidir da sentença posteriormente proferida na execução praticamente se limitam a evocar aquele anterior decisum.
- Assim, quando não fora interposta apelação contra a sentença proferida anteriormente nos embargos a execução, evidencia-se a preclusão temporal do respectivo direito ¿ já que o único apelo interposto ataca formalmente a sentença proferida em momento posterior na execução, porém materialmente a ratio decidendi daquele outro ato judicial ¿; e, dessa forma, o respectivo decisum se encontra protegido pela preclusão, por força dos arts. 471, caput, c/c 473, do antigo CPC (equivalentes aos arts. 505, caput, c/c 507, do novo CPC), e, mais do que isso, revestido pela coisa julgada material, por força do art. 467 daquele antigo Codex (equivalente ao art. 502 daquele novo Codex).
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
36 - 0100136-20.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.100136-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/10/2015 15:51
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MARCEL CAMPOS FIORIO
ADVOGADO: ATILIO GIRO MEZADRE
ADVOGADO: GUSTAVO CUNHA TAVARES
ADVOGADO: HENRIQUE DA CUNHA TAVARES
ADVOGADO: LEONARA SÁ SANTIAGO ROVETTA
ADVOGADO: BRUNO PACHECO BARCELOS
ADVOGADO: Marcelo Peppe Diniz
ADVOGADO: Paloma Alves Santos Boechat
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0100136-20.2015.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
E M E N T A

ADMINISTRATIVO E FISCAL ¿ MANDADO DE SEGURANÇA ¿ RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO - INDEFERIMENTO DO PEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL - INTERESSADO FIGURA COMO RÉU EM AÇÃO PENAL - IMPEDIMENTO PREVISTO NOS ARTIGOS 4º, INCISO I, E 5º, § 2º, DA LEI Nº 10.826/2003.

I - A Lei nº 10.826/2003, que introduziu em nosso ordenamento jurídico o denominado Estatuto do Desarmamento, é clara ao condicionar a possibilidade de renovação de Certificado de Registro de Arma de Fogo à circunstância de o interessado não estar respondendo a inquérito policial ou processo criminal (art. 4º, inciso I).

II - Ninguém tem direito subjetivo a adquirir, registrar e portar arma de fogo sem obediência aos requisitos de ordem objetiva estabelecidos pelo legislador ordinário, sendo perfeitamente razoável a imposição de limites e restrições em nome da segurança pública, dado o potencial lesivo à vida e ao patrimônio representado por esse objeto.

III - Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
38 - 0104844-07.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.104844-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/10/2016 14:23
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: VALDA DIAS PERES
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
Originário: 0104844-07.2015.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL ¿ EMBARGOS À EXECUÇÃO ¿ EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA ¿ INCORPORAÇÃO DO ÍNDICE DE 28,86% - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA - INOCORRÊNCIA - SÚMULA Nº 150 DO STF ¿ ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 20.910/32.

I - Execução individual promovida com base em título judicial oriundo de ação coletiva ajuizada pela ASSOCIACAO DE PENSIONISTAS E INATIVOS DA POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL (proc. nº 0005879-43.2005.4.02.5101), que culminou na condenação da União Federal ao pagamento às pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, cuja pensão tenha sido concedida até 31/12/1973, das parcelas atrasadas referentes à incorporação do percentual remanescente dos 28,86% entre março de 2000 e dezembro de 2000.

II ¿ De acordo com o enunciado nº 150 da jurisprudência sumulada da Suprema Corte, "prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação." Em se tratando de execução contra a Fazenda Pública, a questão é regulada pelo Decreto nº 20.910/32, que estabelece, em seu art. 1º, o prazo prescricional de cinco anos para o ajuizamento da ação, contado da data do ato ou fato do qual se originarem.

III - Pretensão executória não atingida pelo fenômeno prescricional, visto que ajuizada a ação de execução individual em maio de 2015, quando transcorridos menos de 3 (três) anos da data do trânsito em julgado do ato judicial condenatório constituído na demanda coletiva.

IV - Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
39 - 0105494-03.2015.4.02.5118 Número antigo: 2015.51.18.105494-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/01/2017 14:29
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO
APELADO: FELIPE DO VALLE FARIAS
ADVOGADO: REINALDO CARLOS ALVES DE LIMA
Originário: 0105494-03.2015.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. AUSÊNCIA DA JUNTADA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. ART. 373, I, CPC/2015. HONORÁRIOS. ART. 85, §2º.

1. Não obstante o contrato não seja documento indispensável para propositura da ação de cobrança, os documentos acostados aos autos (demonstrativo de compras e planilha de evolução da dívida) são insuficientes para comprovar a existência da relação jurídica bem como que os valores cobrados estão em consonância com o acordado entre as partes.

2. Deste modo, como a parte autora, ora apelante, não se desincumbiu do ônus da prova do fato constitutivo do direito que alega possuir, como determina o art. 373, I, do CPC/2015.

3. De acordo o art. 85, §2º CPC/2015, ¿os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa¿. O novo Código de Processo Civil somente admite a fixação dos honorários por apreciação equitativa do juiz nos casos em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou nas hipóteses em que o valor da causa for muito baixo, que não é o caso dos autos (art. 85, §8º do CPC/2015).

4. Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

meh

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
42 - 0109487-17.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.109487-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2016 15:05
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ANTONIO FERREIRA DE SOUZA
APELADO: CLÁUDIO LUIS ESTRUC GIL
APELADO: ENNIO AUGUSTO DE MELLO FILHO
APELADO: HÉLIO PORFÍRIO GUIMARÃES
APELADO: JOACIR JOSÉ POLONI
APELADO: PAULO EDUARDO BOTELHO MARTINS
ADVOGADO: ELIZABETE SCHIMAINSKI
Originário: 0109487-17.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VANTAGEM PECUNIÁRIA. INCIDÊNCIA OPE JUDICIS DE ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO MEDIANTE DESCONTO ESTIPENDIAL. PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E SEGURANÇA JURÍDICA. RESP REPETITIVO. REEXAME. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

- Os ditames categóricos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990 vêm passando por uma filtragem interpretativa bastante consolidada, a partir dos princípios da boa-fé e segurança jurídica, com os deveres de proteção da confiança e da legítima expectativa, e não-surpresa, os quais, impostos à própria Administração Pública, autorizariam a reposição ao erário mediante desconto estipendial de vencimento ou vantagem pecuniária cuja percepção é tomada como indevida apenas diante da percepção com boa-fé objetiva, sem influência, com dúvida plausível sobre a respectiva regra e com interpretação razoável (embora errônea) da mesma pela Administração Pública ¿ entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.244.182/PB (Tema nº 531), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, julg. em 10/10/2012.
- Remessa necessária e recurso providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento à remessa necessária e à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
45 - 0115034-38.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.115034-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 15/03/2016 16:53
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: RAPHAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIZ CARLOS MEIRELLES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: RODRIGO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Originário: 0115034-38.2015.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ SERVIDOR PÚBLICO ¿ CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA ¿ DEFERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA PARA POSSE EM CARGO PÚBLICO ¿ POSSIBILIDADE ¿ ART. 9º, III, DA LEI 8.745/93 ¿ EXEGESE

I ¿ Encontra-se consolidado no STF o entendimento de que ¿a antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, para os fins de nomeação e posse em cargo público, não ofende o decidido na ADC n. 4, vez que o pagamento de vencimentos consubstancia tão somente efeito secundário da investidura¿. (Rcl 6191 AgR, Relator: Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 05/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-162 DIVULG 21-08-2014 PUBLIC 22-08-2014).

II ¿ De acordo com o disposto no art. 9º, III, da Lei nº 8.745/93, o pessoal contratado não poderá ¿ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses dos incisos I e IX do art. 2o desta Lei, mediante prévia autorização, conforme determina o art. 5o desta Lei.¿

III ¿ O STJ e as quatro Turmas Especializadas em Direito Administrativo deste Tribunal tem considerado que tal vedação não alcança situações como a presente, em que a nova contratação se dá para outro cargo, em instituição diversa, por não restar caracterizada renovação de contratação.

IV ¿ Outra não foi a solução adotada na sentença, que deu interpretação à lei e ao edital de acordo com o entendimento acima, não havendo que se falar, por isso, em violação às regras editalícias ou aos artigos 2º, incisos I e IX, e 9º, III, da Lei nº 8.745/93.

V ¿ Também não há que se falar em violação ao princípio da isonomia, pois qualquer candidato na mesma situação poderia ter se valido do direito de ação, a fim de assegurar sua posse no cargo.

VI ¿ Tendo em vista a natureza do feito e o trabalho desenvolvido, o valor arbitrado a título de honorários advocatícios encontra-se em consonância com o que dispunha o art. 20, §4º, do CPC/73.

VII ¿ Remessa necessária e recurso não providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
48 - 0125818-65.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.125818-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/12/2015 12:26
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: LEONARDO LOPES DE ARAUJO
APELANTE: MONICA FERNANDES DE ARAUJO
ADVOGADO: MARIA THEREZA MENGE E SILVA
APELADO: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0125818-65.2015.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ APELAÇÃO ¿ SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO ¿ PRETENSÃO DE QUITAÇÃO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL ¿ IMÓVEL ARREMATADO PELO AGENTE FINANCEIRO HÁ LONGO TEMPO ¿ NÃO DEMONSTRAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA DEFLAGRAÇÃO DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL ¿ CARÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO.

I ¿ A questão suscitada nos presentes autos diz respeito à pretensão de quitação de contrato de financiamento habitacional celebrado com recursos do Sistema Financeiro de Habitação.

II ¿ Considerando que, no presente caso, observa-se a efetivação da arrematação e do respectivo registro do imóvel sobre o qual recaiu a garantia do mútuo há longo tempo, bem como a falta de elementos que evidenciem irregularidades na suposta deflagração, pelo agente financeiro, da execução extrajudicial de dívida submetida à discussão judicial, revela-se correta a sentença extintiva, que reconheceu a carência do direito de ação da parte autora para pleitear a quitação do financiamento, na forma do art. 267, VI, do CPC/73, em razão da adjudicação do imóvel.

III ¿ Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
frp

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
49 - 0129270-83.2015.4.02.5004 Número antigo: 2015.50.04.129270-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/09/2016 17:15
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MUNICÍPIO DE SOORETAMA
ADVOGADO: ADELSON CREMONINI DO NASCIMENTO
APELADO: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0129270-83.2015.4.02.5004 - 1ª VF Linhares
E M E N T A

ADMINISTRATIVO E FISCAL ¿ APURAÇÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL - ICMBIO ¿ LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO ¿ ATENDIMENTO AOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 97 DO DECRETO Nº 6.514/2008 - AUSÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE AUTUANTE ¿ VÍCIO SANÁVEL - ART. 100, § 1º, DO DECRETO Nº 6.514/2008.

I - O Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações ao meio ambiente e as sanções administrativas aplicáveis pelo agente autuante, proclama, em seu artigo 97, que o auto de infração deverá ser lavrado em (I) impresso próprio, com a (II) identificação do autuado, a (III) descrição clara e objetiva das infrações administrativas constatadas e a (IV) indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, não devendo conter emendas ou rasuras que comprometam sua validade.

II - O lançamento, a posteriori, no corpo de auto de infração, da identificação da autoridade autuante, consiste, nos termos do art. 100, § 1º, do Decreto nº 6.514/2008, a contrario sensu, em mera regularização de vício sanável, por não implicar modificação do fato descrito no documento de autuação.

III - Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
50 - 0131613-61.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.131613-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/01/2017 14:06
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: GERALDO BERGAMINI
ADVOGADO: JOSÉ MOACIR RIBEIRO NETO
Originário: 0131613-61.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA ATÉ A EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO - INCIDÊNCIA DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09 - MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 870.947/SE.

I - Consoante entendimento externado pelo Supremo Tribunal Federal no acórdão lavrado no RE nº 870.947/SE, que reconheceu a repercussão geral da questão jurídica nele versada (Tema 810), o Plenário da Corte, ao julgar as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade da correção monetária pela TR apenas quanto ao período compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o seu efetivo pagamento, não se pronunciando especificamente sobre a aplicação do mesmo índice na correção das condenações judiciais da Fazenda Pública.

II - O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que rege a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública até a expedição do requisitório, isto é, entre o dano efetivo/ajuizamento da demanda e a condenação imposta pelo Judiciário, ainda não foi objeto de pronunciamento expresso pelo E. STF quanto à sua constitucionalidade, continuando, portanto, em pleno vigor.

JUROS DE MORA - ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 (INCLUÍDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001) - 6% (SEIS POR CENTO) AO ANO - ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09) - JUROS APLICADOS À CADERNETA DE POUPANÇA - APLICAÇÃO IMEDIATA - NORMAS DE NATUREZA EMINENTEMENTE PROCESSUAL. PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM - RESP REPETITIVO Nº 1.205.946/SP.

I - As normas que dispõem sobre os juros moratórios possuem natureza eminentemente processual, aplicando-se aos processos em andamento, à luz do princípio tempus regit actum.

II - No Recurso Especial Repetitivo nº 1.205.946/SP (DJe de 02/02/2012), a Corte Especial do Eg. STJ decidiu pela imediata aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, assim como do art. 4º da MP nº 2.180-35/2001, a partir de suas vigências, sem efeitos retroativos, em consonância com o entendimento anteriormente externado pelo C. STF. Em suma, o Egrégio STJ pacificou a controvérsia existente a respeito dos juros de mora, consignando que a aplicação dos mesmos, em se tratando de condenação imposta contra a Fazenda Pública, há de obedecer, a partir de 27/08/2001, aos ditames do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, e, posteriormente, a partir de 30/06/2009, na vigência da Lei nº 11.960/2009, que alterara a redação do aludido dispositivo, há de seguir os parâmetros da nova regra, ou seja, os índices oficiais de juros aplicáveis à caderneta de poupança.

GRATUIDADE DE JUSTIÇA - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA COBRANÇA DA VERBA HONORÁRIA ARBITRADA NA SENTENÇA - INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 98, § 3º, E 99, §§ 2º E 3º, DO NOVO CPC.

I - O deferimento da gratuidade de justiça, e a consequente suspensão da exigibilidade da cobrança da verba honorária arbitrada na sentença em desfavor do beneficiário, são medidas que se ajustam à dicção dos artigos 98, § 3º, e 99, §§ 2º e 3º, do Novo CPC. Nos termos do citado art. 99, § 3º, "presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural", cabendo, portanto, a parte contrária, produzir prova capaz de infirmar a presunção de veracidade que emana da condição financeira informada por meio de declaração de hipossuficiência acostada aos autos.

II - Recurso parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
52 - 0137115-78.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.137115-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/02/2017 11:39
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: MARTA DUTRA RAMOS PIRCHINER
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0137115-78.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. APELAÇÃO. CONSELHO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO LIBERAL. CONTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL (ANUIDADE). QUANTUM DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS DEDUZIDAS EM JUÍZO VS. ALÍQUOTA ADOTÁVEL. ART. 58, § 4º, DA LEI Nº 9.649/1998. INCONSTITUCIONALIDADE. ADI Nº 1.717/DF. SIMILARES DIPLOMAS ESPECÍFICOS DE CADA ENTIDADE. NÃO-RECEPÇÃO. ART. 34, § 5º, DO ADCT. ART. 2º, CAPUT, DA LEI Nº 11.000/2004. INCONSTITUCIONALIDADE. ENUNCIADO Nº 57 DA SÚMULA DO TRF-2. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA. APLICABILIDADE LIMITADA DO ART. 1º, CAPUT C/C § 1º, DA LEI Nº 6.994/1982, OU DO ART. 6º, CAPUT C/C § 2º, DA LEI Nº 12.514/2011. RE COM REPERCUSSÃO GERAL. ADIS NºS 4.697/DF E 4.792/DF. IMPOSSIBILIDADE DE EMENDA OU SUBSTITUIÇÃO DA CDA. ENUNCIADO Nº 392 DA SÚMULA DO STJ. RESP REPETITIVO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. NORMA COGENTE. COGNIÇÃO EX OFFICIO. ARTS. 267, § 3º, 1ª PARTE, E 245, § ÚN., DO CPC.

- Se o parâmetro quantitativo máximo, a seu tempo, não foi o que remanesceu no art. 1º, caput c/c § 1º, da Lei nº 6.994/1982, tampouco é o que veio a ser estabelecido no art. 6º, caput c/c § 2º, da Lei nº 12.514/2011, ou em regras similares constantes nos diplomas específicos de cada entidade, amparadas pelo art. 3º, caput, desta Lei ¿ sendo, portanto, a legislação rechaçada por força do art. 34, § 5º, do ADCT, ou quando da apreciação da ADI nº 1.717/DF, ou nos termos do Enunciado nº 57 da Súmula do TRF-2, em favor do princípio da legalidade tributária ¿, padecem de inexigibilidade as próprias obrigações a que corresponde o título executivo que se encontram fora de tal parâmetro, por falta de conformação constitucional dos respectivos atos administrativos constitutivos.
- Não é possível a emenda ou substituição da CDA, na forma do art. 2º, § 8º, da LEF, conforme o entendimento consagrado nos termos do Enunciado nº 392 da Súmula do STJ, entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.045.472/BA (Tema nº 166), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. LUIZ FUX, julg. em 25/11/2009.
- Entretanto, quanto às obrigações a que corresponde o título executivo que se encontram dentro daquele parâmetro, é possível a manutenção da CDA, em prol da preservação de sua exigibilidade, entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.115.501/SP (Tema nº 249), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. LUIZ FUX, julg. em 10/11/2010.]
- Tratando-se de questão de ordem pública extraída de norma cogente, a hipótese é ontologicamente cognoscível ex officio, a partir de autorização dada por meio dos arts. 267, § 3º, 1ª parte, e 245, § ún., do CPC.
- Recurso parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
56 - 0159214-33.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.159214-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/02/2017 16:44
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: ALEDIO DE OLIVEIRA SANTANA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0159214-33.2015.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL EXTINÇÃO. APELAÇÃO. EXCEPCIONALIDADE DA EXTINÇÃO ANÔMALA DO FEITO. INTIMAÇÃO PESSOAL APENAS DIANTE DE ABANDONO UNILATERAL DA CAUSA. RETOMADA DO CURSO DO FEITO.

- Diante das vicissitudes naturalmente inerentes ao processo, traduzidas em suas possíveis formação, suspensão e extinção, infere-se que as causas de extinção anômala do feito, essencialmente constantes no art. 267 do antigo CPC ou no art. 485 do novo CPC, se consubstanciam em acontecimentos processuais excepcionais, os quais buscam, em última análise, a otimização do processo considerado individualmente ou em relação a outros similares.
- O art. 267, § 1º, do antigo CPC, ou o art. 485, § 1º, do novo CPC, e o Enunciado nº 240 da Súmula do STJ, são aplicáveis apenas quando os fundamentos do decisum e as regras nele evocadas, em conjunto, revelam o reconhecimento de abandono unilateral da causa ¿ afora a parada ânua do processo por negligência das partes ¿, o qual deve estar razoavelmente caracterizado, principalmente pelo descuramento (ainda mais diante de chamamento judicial) por mais de 30 dias.
- Além de a tutela jurisdicional definitiva pleiteada ser inequivocamente necessária e útil à entidade credora, conforme o art. 3º do antigo CPC ou o art. 17 do novo CPC, ela fez constar na petição inicial, ab initio, positivamente, o domicílio e residência do devedor que era de seu conhecimento, endereço o qual consta inclusive da avença em foco, em cumprimento ao ditado pelo art. 282, II, do antigo CPC, ou pelo art. 319, caput, II, do novo CPC ¿ aplicável, supletivamente ao art. 794 daquele antigo Codex ou ao art. 924 daquele novo Codex, a partir da autorização dada por meio do art. 598, ou dos arts. 318, § ún., e 771, § ún., do mesmo ¿, o que não resta prejudicado, ao ser observado o art. 614, caput, ou 654, 1ª parte, daquele Codex, se, eventualmente, o curso do feito revelar uma incorreção originária ou uma desatualização superveniente.
- Se restar caracterizada qualquer uma das hipóteses elencadas no art. 227, 231, ou 653, caput, do antigo CPC, ou no art. 252, 256, ou 830, caput, do novo CPC, após a não-localização do devedor e consequente frustração da citação realizada com base nos respectivos resultados, ou a hipótese descrita no art. 791, III, daquele antigo Codex, ou no art. 921, caput, III, daquele novo Codex, após a não-localização de bens penhoráveis e consequente frustração da penhora ou anterior arresto, faz-se premente, conforme o caso, a realização de citação por hora certa, na forma dos arts. 227, 228 e 229 do antigo CPC, ou dos arts. 252, 253 e 254 do novo CPC, ou citação por edital, na forma dos arts. 231, 232 e 233 desse antigo Codex, ou dos arts. 256, 257 e 258 desse novo Codex (seguida da consequente nomeação de curador especial na forma do art. 9º, caput, II, ou do art. 72, caput, II, do mesmo, reforçado nos termos do Enunciado nº 196 da Súmula do STJ), bem como a realização de arresto, na forma do art. 653, caput, do antigo CPC, ou do art. 830, caput, do novo CPC, ou a própria suspensão do feito, na forma do art. 791, caput, desse antigo Codex, ou do art. 921, caput, desse novo Codex, antes da extinção anômala do processo, caso não exsurjam quaisquer outras hipóteses constantes no art. 267, ou no art. 485, do mesmo.
- Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]

SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0018267-89.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.018267-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/11/2016 17:05
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: DENISE GOMES RODRIGUES
ADVOGADO: JOSE PINTO SOARES DE ANDRADE
ADVOGADO: DANIEL BALDINI BLANCK CASTRO
Originário: 0018267-89.2016.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EX-SERVIDORA DO IBAMA. PENSÃO ESTATUTÁRIA. CONCESSÃO A FILHA MAIOR DE 21 ANOS E INVÁLIDA. ART. 217, II, "A" DA LEI Nº 8.112/90 (REDAÇÃO ORIGINAL). INCAPACIDADE LABORATIVA ANTERIOR AO ÓBITO. COMPROVAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. DESNECESSIDADE. PRESUNÇÃO LEGAL. REQUISITOS PREENCHIDOS. TERMO A QUO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. LIMITES DO PEDIDO. PRESCRIÇÃO DAS PARCELAS. INOCORRÊNCIA. TUTELA ANTECIPADA. POSSIBILIDADE. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS. ART. 85, §11 DO CPC/2015.

- À filha inválida maior de 21 anos, o legislador não impôs nenhuma outra condição além da própria invalidez (art. 217, II, "a" da Lei nº 8.112/90), não podendo o aplicador do direito criar regras não previstas na lei - por exemplo, que comprove a dependência econômica -, sobretudo se tais inovações restringem direitos.

- Assim, é devido o pagamento de pensão por morte à filha maior de 21 anos que comprovar ser incapaz de exercer atividades laborativas desde a data do óbito do instituidor da pensão.

- Em observância ao princípio da adstrição do juiz aos limites da lide, o termo a quo do pagamento será a data do requerimento administrativo, conforme requerido na inicial, embora a Lei nº 8.112/90 dê direito à pensão estatutária, vitalícia ou temporária, a contar da data do óbito do instituidor (art. 215), não havendo se falar em prescrição das parcelas se, entre o pleito administrativo e o ajuizamento da ação, não se passaram cinco anos.

- Inexiste vedação legal à concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública para implantação de pensão estatutária, por se tratar de causa de natureza previdenciária que não se subsume às hipóteses do art. 2º-B da Lei nº 9.494/97.

- Recurso desprovido. Sentença anulada ex officio na parte ultra petita, que fixou a data do óbito como termo a quo, para, com fulcro no art. 1.013, § 3º, II do novo CPC, determinar-se o pagamento a contar do requerimento administrativo. Honorários majorados de 10% (dez por cento) para 12% (doze por cento) sobre o valor atualizado da causa, a teor do art. 85, §11 do novo CPC.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso e, de ofício, anular em parte a sentença, determinando-se que a pensão seja paga a contar da data do requerimento administrativo, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

DCS

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

23 - 0020400-77.2016.4.02.5110 Número antigo: 2016.51.10.020400-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/11/2016 12:39
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ANDERSOM DE OLIVEIRA CONCEICAO
ADVOGADO: GABRIEL CAMPOS MARQUES
APELADO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PATRICIA MARIA ALBUQUERQUE MARANHAO DE AZEVEDO
Originário: 0020400-77.2016.4.02.5110 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
ADMINISTRATIVO ¿ MANDADO DE SEGURANÇA ¿ GUARDA MUNICIPAL ¿ ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA ¿ ART. 28, V, DA LEI Nº 8.906/94
I ¿ Segundo o disposto no art. 144, §8º, da CRFB/88, inserido no Capítulo da Segurança Pública, ¿os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.¿
II ¿ O art. 28, V, da Lei nº 8.906/94 prevê que a advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente à atividade policial de qualquer natureza.
III ¿ ¿Ainda que exista controvérsia a respeito da ausência de natureza eminente ou tipicamente policial das guardas municipais, já que destinadas à proteção dos bens, serviços e instalações dos Municípios (art. 144, § 8º, da Constituição Federal), a incompatibilidade ao exercício da advocacia alcança também aqueles que exercem cargos ou funções vinculados indiretamente à atividade policial de qualquer natureza¿ (TRF 3ª Região, SEXTA TURMA, AMS - APELAÇÃO CÍVEL - 348989 - 0013200-34.2013.4.03.6100, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL JOHONSOM DI SALVO, julgado em 24/04/2014, e-DJF3 Judicial 1 DATA:09/05/2014).
IV ¿ Não bastasse isso, encontra-se em vigor a Lei nº 13.022/14, Estatuto Geral das Guardas Municipais, que, apesar de questionada no STF (ADI nº 5.156/DF), autoriza o porte de arma (art. 18) e prevê, dentre outras competências, ¿encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário¿ (art. 5º, incisos II e XIV).
V ¿ Não há que se falar em violação ao princípio do livre exercício de atividade profissional, já que o próprio art. 5º, XIII, da CRFB/88 condiciona seu exercício ao atendimento das qualificações legais.
VI ¿ Recurso não provido.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
31 - 0046064-40.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.046064-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/06/2016 14:46
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: FELLIPE MATHEUS DOS SANTOS SARAIVA
ADVOGADO: ELAINE CASTRO DA SILVA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0046064-40.2016.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
APELAÇÃO ¿ PROCESSUAL CIVIL ¿ EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL ¿ PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PELO ¿GAVETEIRO¿ ¿ ILEGITIMIDADE ATIVA.

I ¿ A questão ora em análise subsume-se à análise da legitimidade do demandante para propor ação objetivando a declaração do seu direito de preferência na aquisição de imóvel adjudicado pela Caixa Econômica Federal.

II ¿ A parte autora limitou-se a afirmar que reside no imóvel descrito na petição inicial na qualidade de "gaveteira", sem contudo demonstrar a que título detém ao menos a posse do bem.

III ¿ No presente caso, mostra-se inviável admitir que qualquer ocupante do bem possa arguir nulidades na execução e pleitear preferência na aquisição do imóvel, até porque não é possível vislumbrar a posse justa, ou, ao menos, a existência de algum vínculo entre o demandante e o imóvel que justifique a pretensão, razão pela qual se impõe a manutenção da sentença que indeferiu a petição inicial.

IV ¿ Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
frp

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
35 - 0085589-75.2016.4.02.5118 Número antigo: 2016.51.18.085589-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/12/2016 16:11
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MVB DOS SANTOS LABORATORIO CLINICO ME
ADVOGADO: ROBERTA SOARES BARROZO
ADVOGADO: CARLOS CLAUDIONOR BARROZO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIEL BURKLE WARD
Originário: 0085589-75.2016.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias

E M E N T A

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ¿ CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO ¿ EMBARGOS À EXECUÇÃO ¿ ONEROSIDADE EXCESSIVA.

I ¿ O adimplemento de parcelas devidas em razão de contrato de empréstimo (Cédula de Crédito Bancário) deve ser idoneamente demonstrado.

II ¿ Eventuais dificuldades financeiras experimentadas por um dos contratantes não pode, de regra, ser invocadas como causa de revisão contratual.

III ¿ A onerosidade excessiva, que é causa resolutiva do contrato, é tratada no art. 478, do Código Civil, e é verificada quando fatos supervenientes à celebração da avença desequilibram a relação contratual, tornando-o insuportavelmente oneroso para um dos contratantes em favor do outro, havendo-se que perquirir se o evento fora de tal ordem de anormalidade que não estaria dentre as circunstâncias medianamente previsíveis.

IV ¿ Dada a natureza dos embargos à execução de ação constitutiva negativa por meio da qual o executado persegue a desconstituição da execução ou do próprio título executivo, não é sede de pedido de repactuação, renegociação ou mesmo de parcelamento da dívida, que deve ser formulado nos autos da Execução.

V ¿ Apelação Cível não provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER

RELATOR

fgr

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
43 - 0110470-61.2016.4.02.5104 Número antigo: 2016.51.04.110470-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/09/2016 15:51
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CHELRY SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO: CHELRY SILVA OLIVEIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0110470-61.2016.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ MANDADO DE SEGURANÇA ¿ ATENDIMENTO EM AGÊNCIAS DO INSS - VIOLAÇÃO ÀS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA - AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA - INDEFERIMENTO DA INICIAL - ART. 10 DA LEI 12.016/09 C/C ART. 485, I, DO NCPC - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I - A ação mandamental não comporta dilação probatória, sendo imprescindível a existência de prova pré-constituída a indicar violação ao direito líquido e certo que se busca amparo junto ao Poder Judiciário.

II - A obtenção de senhas, enfrentamento de filas e realização de prévio agendamento para atendimento e protocolo de petições são necessários para o controle e registro das atividades públicas, razão pela qual privilegiar o impetrante seria incorrer em verdadeira injustiça, quando por este não fora apresentada qualquer circunstância a legitimar a inaplicabilidade de tais necessárias formalidades.

III - Os advogados, nos termos da Carta da República de 1988 e da Lei nº 8.906/94, desempenham papel indispensável na administração da justiça. Tal condição, no entanto, não se revela suficiente para retirá-los do espectro de incidência das normas administrativas regularmente baixadas pela Presidência do INSS com o escopo de organizar/otimizar, de maneira equânime, as rotinas de atendimento à população em suas agências.

IV - Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
57 - 0503929-53.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.503929-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 24/11/2016 12:37
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: PAULO ROBERTO RAMOS DE SOUZA
ADVOGADO: LOURENCO DUQUE ESTRADA DE BARROS
ADVOGADO: SERGIO ALEXANDER DE ALMEIDA MARON
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: KATIA CAMPANELLI DA NOBREGA
Originário: 0503929-53.2016.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO ¿ EMBARGOS À EXECUÇÃO ¿ SENTENÇA EXTINTIVA ¿ COISA JULGADA ¿ APELAÇÃO ¿ RAZÕES DISSOCIADAS ¿ ART. 1.010, II, DO CPC/2015 (ART. 514, II, DO ANTIGO CPC).

- A apelação cível que deduz irresignação dissociada dos fundamentos da sentença que hostiliza, bem como divorciada das questões debatidas na causa, revela-se, a toda evidência, em débito inadmissível para com o requisito objetivo do recurso contido no art. 1.010, II, do atual Código de Processo Civil (art. 514, II, do antigo CPC) especificamente.

- Sem impugnar as razões de decidir positivadas na sentença, ou os fundamentos que levaram à extinção do processo sem análise do mérito, ressente-se a apelação interposta de requisito objetivo de regularidade formal, vez que não atendida a literal exigência de dedução, no recurso, dos fundamentos de fato e de direito para a devolução da causa ao tribunal.

- Em idêntico diapasão: AgRg no AREsp 816.048/PR (STJ); AC 0001742-44.2012.4.02.5110 e AC 0138239-55.2013.4.02.5102 (ambos do TRF2/7ª T).

- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, à unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
jri

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
59 - 0000809-29.2011.4.02.5103 Número antigo: 2011.51.03.000809-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/09/2014 17:43
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: MONICA PEIXOTO DE SOUZA
ADVOGADO: MONICA PEIXOTO DE SOUZA
ADVOGADO: LUIZ LEANDRO LEITAO GOMES FILHO
ADVOGADO: RODRIGO LIMA GOMES
ADVOGADO: ADILSON GASPERONI JUNIOR
ADVOGADO: FELIPE RODRIGUES MARTINS
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS FERREIRA DOS SANTOS FILHO
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
Originário: 0000809-29.2011.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos
E M E N T A

ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - VAGA DESTINADA A DEFICIENTE - TRANSTORNO BIPOLAR - NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO REALIZADO POR EQUIPE MÉDICA MULTIDISCIPLINAR - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DEVIDA - REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA ADMINISTRATIVA - CABIMENTO - RESERVA DE VAGA INDEFERIDA.

- O edital do certame garantiu às pessoas portadoras de deficiência o direito de concorrerem ao cargo cuja atribuição seja compatível com a deficiência de que são portadoras.

- O ato administrativo que não reputou a autora como portadora de deficiência carece de fundamentação, havendo ofensa ao disposto no art. 50 da Lei nº 9.784/99.

- Deve ser assegurado à autora o acesso a informações relevantes sobre os critérios que levaram ao entendimento de a candidata não ser portadora de deficiência. Há necessidade de transparência no parecer apresentado pela Junta Médica do TRF da 2ª Região, de forma a garantir princípios constitucionais e administrativos basilares como o da publicidade, da moralidade, da transparência, do acesso ao cargo público e da ampla defesa.

- Reconhecida a nulidade do ato administrativo em discussão, a autora faz jus, por consequência, à nova perícia médica administrativa com fundamentação adequada.

- Reserva de vaga não garantida, haja vista não haver elementos convincentes do enquadramento da autora como portadora de deficiência.

- Agravo retido, recurso da União e remessa necessária não providos. Recurso da autora parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo retido, ao recurso da União e à remessa necessária e dar parcial provimento ao recurso da autora, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

rfc

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
60 - 0003824-21.2011.4.02.5001 Número antigo: 2011.50.01.003824-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição por Prevenção - 31/03/2016 11:59
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ANTONIO PLINIO MASCARENHAS
ADVOGADO: JERIZE TERCIANO ALMEIDA
ADVOGADO: MILA VALLADO FRAGA
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0003824-21.2011.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VANTAGEM PECUNIÁRIA. ART. 192, I, DA LEI Nº 8.112/1990. CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR. BASE DE CÁLCULO. LEI Nº 11.784/2008 E MPV Nº 431/2008. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO MEDIANTE DESCONTO ESTIPENDIAL. PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E SEGURANÇA JURÍDICA. RESP REPETITIVO. REEXAME. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

- Os ditames categóricos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990 vêm passando por uma filtragem interpretativa bastante consolidada, a partir dos princípios da boa-fé e segurança jurídica, com os deveres de proteção da confiança e da legítima expectativa, e não-surpresa, os quais, impostos à própria Administração Pública, autorizariam a reposição ao erário mediante desconto estipendial de vencimento ou vantagem pecuniária cuja percepção é tomada como indevida apenas diante da percepção com boa-fé, sem influência, com dúvida plausível sobre a respectiva regra e com interpretação razoável (embora errônea) da mesma pela Administração Pública ¿ entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.244.182/PB (Tema nº 531), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, julg. em 10/10/2012.

- Remessa necessária e recurso não providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, em reexame do presente feito, e no exercício de juízo de retratação, negar provimento à remessa necessária e à apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

DPP

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
61 - 0005214-17.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.005214-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 06/05/2016 15:59
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MARIA DAS GRACAS DE OLIVEIRA MENDES NETTO
ADVOGADO: MONIQUE LEAO RODRIGUES
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ
Originário: 0005214-17.2011.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO À POLÍCIA FEDERAL. LEI Nº 10.682/2003, MPV Nº 431/2008 E LEI Nº 11.784/2008. CESSÃO DE ÓRGÃO DA UNIÃO PARA ÓRGÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE DE PERCEPÇÃO. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO MEDIANTE DESCONTO ESTIPENDIAL. PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E SEGURANÇA JURÍDICA. RESP REPETITIVO. REEXAME. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

- É indevido o pagamento da GDATPF ¿ Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal a servidor público de órgão da União cedido a órgão estadual.
- Os ditames categóricos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990 vêm passando por uma filtragem interpretativa bastante consolidada, a partir dos princípios da boa-fé e segurança jurídica, com os deveres de proteção da confiança e da legítima expectativa, e não-surpresa, os quais, impostos à própria Administração Pública, autorizariam a reposição ao erário mediante desconto estipendial de vencimento ou vantagem pecuniária cuja percepção é tomada como indevida apenas diante da percepção com boa-fé, sem influência, com dúvida plausível sobre a respectiva regra e com interpretação razoável (embora errônea) da mesma pela Administração Pública ¿ entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.244.182/PB (Tema nº 531), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, julg. em 10/10/2012.
- Remessa necessária e recursos não providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, em reexame do presente feito, e no exercício de juízo de retratação, negar provimento à remessa necessária e às apelações, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
62 - 0009832-05.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.009832-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/06/2015 16:34
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: IRANE FERNANDES BRANDAO
ADVOGADO: SILVIA HELENA COIMBRA HADDAD
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0009832-05.2011.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR CIVIL. COMPANHEIRA. PENSÃO ESTATUTÁRIA. ART. 217, I, "C" C/C ART. 215 DA LEI Nº 8.112/90. UNIÃO ESTÁVEL COMO ENTIDADE FAMILIAR. COMPROVAÇÃO. AGRAVO RETIDO. CONTRADITA A TESTEMUNHA NÃO ACOLHIDA. AMIZADE ÍNTIMA NÃO CONFIGURADA. ART. 226, § 3º DA CRFB/88. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO. DESIGNAÇÃO EXPRESSA. DESNECESSIDADE. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL DO PAGAMENTO. DATA DO ÓBITO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA - ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09) - APLICAÇÃO.

I ¿ Preliminarmente, nega-se provimento ao agravo retido interposto pela UNIÃO FEDERAL, na audiência de instrução e julgamento, contra o indeferimento da contradita oferecida à testemunha que seria amiga íntima da Autora e, portanto, suspeita na forma do art. 405, §3º, III do CPC/73, pois "não é qualquer malquerença ou superficial convívio social que autorizam o afastamento da testemunha. Há que representar uma situação concreta, suficientemente forte para justificar a desconfiança de que o depoimento possa ser viciado" (in Curso Avançado de Processo Civil, Vol. 2, São Paulo: Editora RT, 16ª ed., 2016, p. 319). Ao que se apura do depoimento colhido, a testemunha, que é prestador de serviços de manutenção e pintura, era colega de trabalho da autora e ia à residência do casal para prestar serviços de manutenção, tendo visto o de cujus pela última vez um ano e meio antes do óbito, período em que perdeu o contato com o casal.

II - Pelo princípio tempus regit actum, a lei que rege o direito à pensão por morte é aquela vigente na data do óbito do instituidor do benefício.

III - A pensão estatutária pode ser requerida a qualquer tempo (art. 219 da Lei nº 8.112/90), porém, uma vez requerido e indeferido administrativamente o benefício, o direito à revisão, administrativa ou judicialmente, do ato de indeferimento sujeitar-se-á ao prazo prescricional de cinco anos. Ajuizada a demanda menos de cinco anos depois do óbito do instituidor, não há se falar sequer em prescrição das parcelas anteriores ao lustro.

IV - A Lei nº 8.112/90, com a redação vigente à época do óbito do ex-servidor, estabelece que a pensão estatutária é devida ao companheiro designado que comprove união estável como entidade familiar, entendida como a convivência duradoura, pública e contínua, estabelecida com objetivo de constituição de família (art. 226, §3º, da CRFB/88, art. 1.723 da Lei nº 10406/2002 e art. 1º da Lei nº 9278/96).

V - A falta de designação expressa do companheiro como beneficiário de pensão não impede a concessão do benefício, se a união estável resta devidamente comprovada por outros meios idôneos de prova, não necessariamente três dos documentos exigidos administrativamente.

VI - Há presunção de dependência econômica entre companheiros, sendo desnecessária a sua comprovação no caso de concessão de pensão por morte, pois não é requisito imposto pela Lei nº 8.112/90.

VII - Comprovada a união estável entre a Autora e o ex-servidor, por meio de provas documentais e testemunhais, é de ser concedida a pensão à companheira desde a data do óbito do instituidor (art. 215 da Lei nº 8.112/90), já que a prescrição não atingiu as parcelas vencidas.

VIII - Conforme decidido no julgamento das ADIs nº 4.357 e 4.425, em se tratando de dívida que não ostenta natureza tributária, os juros moratórios deverão ser calculados segundo os critérios fixados pela legislação infraconstitucional, ou seja, com base nos juros que recaem sobre a caderneta de poupança, conforme a regra do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (alterado pela Lei nº 11.960/09). Quanto ao critério de atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública até a expedição do requisitório, o STF não se pronunciou sobre a constitucionalidade do art. 5º da Lei 11.960/09, de sorte que, nessa parte, continua em vigor o art. 1º-F com a redação dada pela Lei nº 11.960/09. Assim, a correção monetária deve ser calculada de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal até a edição da Lei nº 11.960/2009, a partir de quando as prestações devem ser corrigidas monetariamente conforme o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 até a expedição do precatório, momento em que a correção deverá ser calculada com base no IPCA-E (Índices de Preços ao Consumidor Amplo Especial).

IX - Remessa necessária e recurso parcialmente providos. Agravo retido desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo retido e dar parcial provimento ao recurso de apelação e à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

DCS

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
69 - 0132698-10.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.132698-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 29/02/2016 17:18
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELADO: Esmeralda Jorge Anchieta
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
REMETENTE: JUÍZO DA 26ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0132698-10.2014.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

CONSTITUCIONAL ¿ PROCESSUAL CIVIL ¿ APELAÇÃO CÍVEL ¿ SAÚDE - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA PARA REALIZAÇÃO DE EXAME/CIRURGIA/BIÓPSIA ¿ TRATAMENTOS, CONSULTAS E DEMAIS EXAMES REALIZADAS ADMINISTRATIVAMENTE - SUPERVENIENTE PERDA DE INTERESSE DE AGIR DA PARTE AUTORA ¿ FALTA DE INTERESSE RECURSAL DOS RÉUS ¿ SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA ¿ CPC/1973

I - Em face da expressa disposição do art. 196 da Carta Magna, a saúde de todos é dever do Estado, principalmente quando se trata de indivíduo hipossuficiente.

II ¿ Deferida a tutela antecipada requerida para realização de biópsia, através de cirurgia, efetivamente concluída.

III ¿ Não houve, desde o deferimento da tutela, qualquer manifestação da parte Autora quanto à eventual descumprimento de decisão judicial.

IV ¿ Restou demonstrado que, antes de distribuída esta ação, a parte Autora já havia realizado consultas, tratamentos, e exames em hospitais da rede pública.

V - Evidenciada a superveniente perda de interesse de agir da parte Autora.

VI ¿ Prejudicadas as apelações dos réus.

VII ¿ Indevida a condenação em honorários advocatícios em face da sucumbência recíproca.

VIII ¿ Remessa necessária provida e apelações dos réus prejudicadas.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento à remessa necessária e dar por prejudicadas as apelações dos réus, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

RTF

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
65 - 0060717-81.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.060717-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 31/05/2016 16:47
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: RAFAELLA MARIELLA ESTEVAM BORGES
ADVOGADO: SABRINA MARIELLA BONINI
REMETENTE: JUÍZO DA 19ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0060717-81.2015.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

CONSTITUCIONAL - SAÚDE ¿ PROCESSUAL CIVIL ¿ REMESSA NECESSÁRIA - APELAÇÃO CÍVEL ¿ TRATAMENTO ONCOLÓGICO ¿ ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA ¿ SUPERVENIENTE PERDA DE INTERESSE DE AGIR DA PARTE AUTORA ¿ HONORÁRIOS DEVIDOS ¿ CPC/1973

I - Em face da expressa disposição do art. 196 da Carta Magna, a saúde de todos é dever do Estado, principalmente quando se trata de indivíduo hipossuficiente.

II ¿ Deferida a tutela antecipada requerida, a União Federal somente cumpriu o determinado após a realização de todo o tratamento.

III ¿ O cumprimento da tutela se deu a destempo e de forma incorreta, consoante nota técnica expedida por órgão da própria União Federal.

IV - Evidenciada a superveniente perda de interesse de agir da parte Autora.

V ¿ Devida a condenação em honorários advocatícios em relação à União Federal, nos termos do art. 20, § 4º do CPC/73.

VI ¿ Remessa necessária e apelação cível parcialmente providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e à apelação da União Federal, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

RTF

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
66 - 0109968-68.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.109968-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.004026-0
Distribuição por Prevenção - 17/06/2016 15:33
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APELADO: ADIMAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO: GRAZIÉLE NUNES MENDES MIZIARA
REMETENTE: JUÍZO DA 15ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0109968-68.2015.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO ¿ CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ¿ LEI Nº 6.839/80 ¿ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS ¿ ATIVIDADE BÁSICA DE COMÉRCIO ATACADISTA DE RAÇÕES ¿ REGISTRO E CONTRATAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO ¿ NÃO OBRIGATORIEDADE ¿ INTELIGÊNCIA DA LEI Nº 5.517/68 ¿ PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO ¿ REJULGAMENTO ¿ INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO ANTIGO CPC, OU NO ART. 1.022 DO NOVO CODEX ¿ SEDE PROCESSUAL INADEQUADA ¿ EXCEPCIONALIDADE DOS EFEITOS INFRINGENTES ¿ RESOLUÇÃO INTEGRAL, CONSISTENTE E MOTIVADA DA QUESTÃO POSTA EM JUÍZO ¿ CONFORMIDADE COM O PRINCÍPIO DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS ¿ PRÉ-QUESTIONAMENTO ¿ FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA FIM DE ACESSO ÀS INSTÂNCIAS SUPERIORES ¿ DESNECESSIDADE ¿ ART. 1.025 DO NOVO CPC.

- Se as razões de embargos de declaração consistem em nítida rediscussão da matéria apreciada e exaurida no acórdão embargado, tal pretensão, sendo de reforma do julgado, mediante inapropriado rejulgamento, não encontra sede processual adequada na via declaratória, restrita ao saneamento dos vícios previstos no art. 535 do antigo CPC, ou no art. 1.022 do novo Codex, ou de erro material nos termos do art. 463, I, do antigo CPC, ou do art. 494, I, do novo Codex, quando os efeitos infringentes são extremamente excepcionais.

- O órgão julgador não está obrigado a rebater especificamente todos os argumentos da parte, quando, por outros motivos, devidamente expostos e suficientemente compreensíveis, tiver firmado seu convencimento e resolvido, integral e consistentemente, a questão posta em juízo, a partir das alegações apresentadas e provas produzidas, conforme o princípio da fundamentação das decisões judiciais.

- A iterativa jurisprudência da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça e do Pleno do Supremo Tribunal Federal, órgãos de cúpula do Poder Judiciário do Estado Brasileiro no que tange, respectivamente, às questões de interpretação e aplicação do direito constitucional e do direito federal infraconstitucional, firma-se no sentido de que desnecessária é a menção expressa aos dispositivos incidentes e aplicados na decisão proferida, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais para o fim de aferir-se a pertinência de percurso das vias recursais extraordinária e/ou especial.

- Além disso, cumpre pontuar que, por força do art. 1.025 do novo CPC, "consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade".

- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
jri

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
67 - 0118306-31.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.118306-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/11/2016 15:29
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ISRAEL DO VAL MEIRELLES
ADVOGADO: SABRINA MARIELLA BONINI
ADVOGADO: ALAIN BIRON
REMETENTE: JUÍZO DA 19ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0118306-31.2015.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE MÉDICO-PERICIAL. MPV Nº 166/2004 E LEI Nº 10.876/2004. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE PERÍCIA MÉDICA PREVIDENCIÁRIA. MPV Nº 441/2008 E LEI Nº 11.907/2009. APLICAÇÃO ÀS APOSENTADORIAS JÁ CONCEDIDAS. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO EM SEUS LIMITES MÁXIMOS. CARÁTER PRO LABORE FACIENDO. POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO EM LIMITES PRÓPRIOS DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL COMUM FEDERAL ATIVO. CARÁTER EX FACTO OFFICII. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. ENUNCIADOS DA SÚMULA VINCULANTE DO STF. RES SOB O REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL.

- A GDAMP ¿ Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial e a GDAPMP ¿ Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária, são pagas, primordialmente, ao servidor público ativo, em razão de determinado desempenho individual do mesmo no exercício de cargo efetivo e também de determinado desempenho institucional da entidade ou do órgão em cujo quadro de pessoal o cargo se encontra lotado.

- Como é faticamente impossível a aferição de determinado desempenho individual do servidor público que, no momento da instituição da vantagem pecuniária em foco, já tinha passado à inatividade ¿ já que não há mais, por parte deste, exercício de cargo efetivo ¿, os diplomas normativos acima referidos previram que àquele e ao respectivo pensionista seriam pagas as vantagens pecuniárias em foco em seus limites mínimos, e nunca em seus limites máximos.
- Contudo, deve-se destacar que, reiteradamente, o Supremo Tribunal Federal vem destacando que os diplomas normativos acima referidos, ou diplomas similares, conferiram a tais gratificações, enquanto vantagens pecuniárias propter laborem, um duplo caráter: pro labore faciendo, de modo eminente, em razão de a pontuação variar conforme determinado desempenho individual no exercício de cargo efetivo; e, também, ex facto officii (referido nos pertinentes julgados como "genérico" ou "de longo alcance"), de modo excepcional, em razão de a pontuação ser firmada pela simples ocupação do mesmo.
- Focando a segunda situação jurídica supra descrita, o STF veio a reconhecer, em favor do servidor público que, no momento da instituição da vantagem pecuniária em foco, já tinha passado à inatividade, e em favor do respectivo pensionista, a percepção da gratificação de forma peculiar, entendimento esse consagrado nos termos dos Enunciados nºs 20 e 34 da Súmula Vinculante do STF, e corroborado quando da apreciação de REs sob o regime da repercussão geral, além de outros julgados.
- Remessa necessária e recurso não providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
68 - 0128951-18.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.128951-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/04/2016 14:59
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S.A.
ADVOGADO: ROBERTO ESTEVES SIXEL DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0128951-18.2015.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO E FISCAL ¿ MANDADO DE SEGURANÇA ¿ DESEMBARAÇO ADUANEIRO DE MERCADORIAS ¿ MOVIMENTO GREVISTA - CONTINUIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS.

I - No âmbito das atividades exercidas pela Administração Pública, é dever da autoridade competente manter os serviços essenciais prestados ao administrado, razão pela qual nas hipóteses de ocorrência de movimentos grevistas no setor público, o particular não pode sofrer as conseqüências provenientes da paralisação.

II - Recurso e remessa oficial não providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso e à remessa oficial, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER

RELATOR
foc

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
64 - 0059136-94.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.059136-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.007327-4
Distribuição por Prevenção - 09/11/2016 12:37
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ANGELA MARIA GONCALVES BEZERRA
ADVOGADO: ANTONIO SILVA FILHO
REMETENTE: JUÍZO DA 19ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0059136-94.2016.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL ¿ EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ¿ OMISSÃO ¿ INEXISTÊNCIA
I ¿ O acórdão embargado encontra-se devidamente fundamentado, inexistindo qualquer omissão que autorize a sua reforma em sede de embargos de declaração.
II ¿ De qualquer sorte, os artigos 118 e 133 da Lei nº 8.112/90 foram abordados. O primeiro de forma explícita; o segundo implicitamente, já que restou consignado que permanecia ¿inalterado o poder-dever de a Administração verificar a qualquer tempo, com base na análise do caso concreto, a permanência da compatibilidade de horários¿.
III ¿ Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator], constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa..

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
ppm

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
71 - 0017646-68.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.017646-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/08/2016 17:50
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
PARTE AUTORA: CLERIA CARNEIRO DE SOUZA
ADVOGADO: GABRIELA DIAS VIEIRA
ADVOGADO: ALAN PINTO JANUARIO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0017646-68.2011.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR CIVIL. COMPANHEIRA. PENSÃO ESTATUTÁRIA. CONCESSÃO A PARTIR DO ÓBITO. POSSIBILIDADE. ART. 217, I, "C" C/C ART. 215 DA LEI Nº 8.112/90. UNIÃO ESTÁVEL COMO ENTIDADE FAMILIAR. COMPROVAÇÃO. ART. 226, § 3º DA CRFB/88. REQUISITOS. LEI Nº 10.406/2002 E LEI Nº 9.278/96. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. DESIGNAÇÃO EXPRESSA. DESNECESSIDADE.
I. A união estável como entidade familiar é entendida como a convivência duradoura, pública e contínua, estabelecida com objetivo de constituição de família (art. 226, §3º, da CRFB/88, art. 1.723 da Lei nº 10406/2002 e art. 1º da Lei nº 9278/96).

II - A Lei nº 8.112/90, com a redação vigente à época do óbito do ex-servidor, estabelece que a pensão estatutária é devida ao companheiro designado que comprove união estável como entidade familiar, porém a falta de designação expressa do companheiro como beneficiário de pensão não impede a concessão do benefício, se a união estável resta devidamente comprovada por outros meios idôneos de prova.

III - Há presunção de dependência econômica entre companheiros, sendo desnecessária a sua comprovação no caso de concessão de pensão por morte, pois não é requisito imposto pela Lei nº 8.112/90.

IV - Comprovada a união estável entre a Autora e o ex-servidor, por meio de provas documentais e testemunhal, é de ser concedida a pensão à companheira desde a data do óbito do instituidor, a teor do art. 215 da Lei nº 8.112/90, em sua redação originária, eis que a ação foi ajuizada dentro do prazo prescricional de cinco anos.

V - Remessa desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

DCS

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
70 - 0001261-46.2012.4.02.5154 Número antigo: 2012.51.54.001261-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/01/2016 13:06
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
PARTE AUTORA: ESPÓLIO DE JULIA BARBOSA DE MELO
REPRESENTANTE: NEIDE BARBOSA DE MELO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0001261-46.2012.4.02.5154 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSIONISTA. VPNI ¿ VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA. ARTS. 40 E 41 DA LEI Nº 8.112/1990. MPV Nº 431/2008 E LEI Nº 11.784/2008. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO MEDIANTE DESCONTO ESTIPENDIAL. PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E SEGURANÇA JURÍDICA. RESP REPETITIVO. REEXAME. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

- Os ditames categóricos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990 vêm passando por uma filtragem interpretativa bastante consolidada, a partir dos princípios da boa-fé e segurança jurídica, com os deveres de proteção da confiança e da legítima expectativa, e não-surpresa, os quais, impostos à própria Administração Pública, autorizariam a reposição ao erário mediante desconto estipendial de vencimento ou vantagem pecuniária cuja percepção é tomada como indevida apenas diante da percepção com boa-fé objetiva, sem influência, com dúvida plausível sobre a respectiva regra e com interpretação razoável (embora errônea) da mesma pela Administração Pública ¿ entendimento este corroborado quando da apreciação do REsp repetitivo nº 1.244.182/PB (Tema nº 531), STJ, Primeira Seção, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, julg. em 10/10/2012.
- Remessa necessária não provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DPP

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
74 - 0140986-44.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.140986-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2016 17:50
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
PARTE AUTORA: ROSANGELA MARIA REIS DE SANTANA FONSECA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ,
Originário: 0140986-44.2014.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

CONSTITUCIONAL ¿ PROCESSUAL CIVIL ¿ REMESSA NECESSÁRIA ¿ SAÚDE - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTA EM ESPECIALIDADE DETERMINADA ¿ TRATAMENTOS, CONSULTAS E DEMAIS EXAMES REALIZADAS ADMINISTRATIVAMENTE - SUPERVENIENTE PERDA DE INTERESSE DE AGIR DA PARTE AUTORA ¿ SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA ¿ CPC/1973

I - Em face da expressa disposição do art. 196 da Carta Magna, a saúde de todos é dever do Estado, principalmente quando se trata de indivíduo hipossuficiente.

II ¿ Deferida a tutela antecipada requerida para realização de consulta em especialidade determinada, efetivamente concluída.

III ¿ Não houve, desde o deferimento da tutela, qualquer manifestação da parte Autora quanto à eventual descumprimento de decisão judicial.

IV ¿ Restou demonstrado que, antes de distribuída esta ação, a parte Autora já havia realizado consultas em hospitais da rede pública.

V - Evidenciada a superveniente perda de interesse de agir da parte Autora.

VI ¿ Mantida a determinação de sucumbência recíproca, eis que não devolvida a esta Corte tal matéria, em sede de remessa necessária.

VII ¿ Remessa necessária provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

RTF

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
72 - 0077691-96.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.077691-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/02/2017 15:31

Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
PARTE AUTORA: MÁRCIO MATOS MARTINS
ADVOGADO: MARCIO ROSA GONCALVES
PARTE RÉ: UFRRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 15ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ
Originário: 0077691-96.2015.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
ADMINISTRATIVO ¿ ENSINO SUPERIOR ¿ ABREVIAÇÃO DA DURAÇÃO DE CURSO ¿ ART. 47, §2º, DA LEI 9.394/96
I ¿ A Lei nº 9.394/96, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, prevê, em seu art. 47, §2º, a possibilidade de abreviação da duração dos cursos de ensino superior, desde que constatada, por meio de provas e outros instrumentos de avaliação, a existência de extraprdinário aproveitamento nos estudos.
II ¿ A jurisprudência tem considerado que o dispositivo acima é aplicável a situações como a presente, ou seja, quando o estudante é aprovado em concurso público e deseja obter a abreviação do curso para assegurar sua posse no cargo.
III ¿ Remessa necessária não provida.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade,negar provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

ppm

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
73 - 0117181-37.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.117181-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/11/2015 10:11
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
PARTE AUTORA: CARLOS DE PAULA MOREIRA
ADVOGADO: JOAO CARLOS MIRANDA GARCIA DE SOUSA
ADVOGADO: ANDREI COSTA CYPRIANO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0117181-37.2015.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
E M E N T A
CONSTITUCIONAL ¿ MANDADO DE SEGURANÇA ¿ ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS ORINDOS DE REFORMA MILITAR E DE APOSENTADORIA EM CARGO PÚBLICO CIVIL
I ¿ O impetrante é militar reformado que, ainda no ano de 1987, passou a acumular proventos, em razão da sua aposentadoria em cargo público civil.
II ¿ A fundamentação utilizada pela autoridade coatora para justificar a determinação de opção por um dos ¿cargos¿, na verdade proventos, é inaplicável ao caso, já que dirigida a militares que, após a entrada em vigor da EC nº 20/98, passaram a ocupar cargo público inacumulável, contrariando o disposto no art. 37, §10, da CRFB/88.
III ¿ Sendo inaplicável ao caso o fundamento utilizado pela autoridade coatora para determinar a opção e tendo sido consignado pela própria sindicante que a acumulação atendia às exigências legais vigentes à época em que foi iniciada, inexiste razão para a reforma da sentença.
IV ¿ Remessa necessária não provida.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

ppm

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
75 - 0145163-17.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.145163-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/09/2016 13:23
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
PARTE AUTORA: TRANS-SISTEMAS DE TRANSPORTES S/A
ADVOGADO: MARIA AMELIA CORDEIRO LIMA MAUAD
ADVOGADO: GUSTAVO LUIZ REIS OLIVEIRA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0145163-17.2015.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO E FISCAL ¿ MANDADO DE SEGURANÇA ¿ DESEMBARAÇO ADUANEIRO DE MERCADORIAS ¿ MOVIMENTO GREVISTA - CONTINUIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS.

I - No âmbito das atividades exercidas pela Administração Pública, é dever da autoridade competente manter os serviços essenciais prestados ao administrado, razão pela qual nas hipóteses de ocorrência de movimentos grevistas no setor público, o particular não pode sofrer as conseqüências provenientes da paralisação.

II - Remessa oficial não provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa oficial, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
foc

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
81 - 0007186-57.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.007186-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 04/07/2016 17:09
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: JOSE REINALDO LISBOA DIAS
AGRAVANTE: VANIA MARIA DE CASTRO LISBOA DIAS
ADVOGADO: ELISA DE CASTRO LISBOA DIAS
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIEL VERSIANI CHIEZA
Originário: 0028323-66.1988.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO ¿ PROCESSUAL CIVIL ¿ INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ¿ FALTA DE PEÇAS NECESSÁRIAS AO DESLINDE DA QUESTÃO.

I ¿ O recurso de agravo de instrumento deve ser instruído tanto com as peças apontadas em lei como ¿obrigatórias¿ (art. 1.017, inc. I, do CPC), quanto com os documentos necessários ao entendimento pleno da questão discutida, à prova das ocorrências e da contextura do feito principal, assim como à evidência dos argumentos empinados pelo agravante, documentos estes reputados como ¿úteis¿ (art. 1.017, inc. III, do CPC).

II ¿ Ao analisar os autos, observa-se que os agravantes insurgem-se contra a decisão que homologou cálculos elaborados pelo perito judicial em sede de liquidação do julgado, por entender que o expert interpretou equivocadamente decisão proferida por esta Corte Regional em agravo de instrumento anteriormente interposto (2009.02.01.019178-0).

III ¿ A questão seria melhor analisada caso houvesse a juntada do laudo e eventuais esclarecimentos elaborados pelo Núcleo de Contadoria desta Corte no agravo nº 2009.02.01.019178-0, bem como da prova da definitividade da respectiva decisão, a fim de viabilizar a identificação da corretude ou não da conclusão do perito judicial quando da elaboração dos cálculos ora impugnados.

IV ¿ A falta dos aludidos documentos, assim como a inércia da parte interessada mesmo após ter-lhe sido oportunizada a complementação da documentação exigível, a teor do disposto no parágrafo único do art. 932 do CPC, ensejam o não conhecimento do agravo de instrumento.

V ¿ Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
frp

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
82 - 0008198-09.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.008198-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.002547-4
Distribuição para Órgão Julgador - 28/07/2015 16:32
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: ALBA MAR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO: TARCISIO ALVES RODRIGUES PEREIRA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0011269-71.2003.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO ANTIGO CPC, OU NO ART. 1.022 DO NOVO CODEX. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TERRENO DE MARINHA. TAXA DE OCUPAÇÃO.

I ¿ Se as razões de embargos de declaração consistem em nítida rediscussão da matéria apreciada e exaurida no acórdão embargado, tal pretensão, sendo de reforma do julgado, mediante inapropriado rejulgamento, não encontra sede processual adequada na via declaratória, restrita ao saneamento dos vícios previstos no art. 535 do antigo CPC, ou no art.1.022 do novo Codex, ou de erro material nos termos do art. 463, I, do antigo CPC, ou do art. 494, I, do novo Codex, quando os efeitos infringentes são extremamente excepcionais.

II ¿ O órgão julgador não está obrigado a rebater especificamente todos os argumentos da parte, quando, por outros motivos, devidamente expostos e suficientemente compreensíveis, tiver firmado seu convencimento e resolvido, integral e consistentemente, a questão posta em juízo, a partir das alegações apresentadas e provas produzidas, conforme o princípio da fundamentação das decisões judiciais. Ao demais, compete pontuar que, por força do art. 1.025 do novo CPC, ¿consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de

declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿.

III ¿ O Colegiado analisou adequadamente a questão trazida a juízo ¿ delimitadas as matérias de defesa postas na exceção de pré-executividade em: (1) prescrição/decadência dos débitos cobrados a título de taxa de ocupação de terreno de marinha; (2) a ilegitimidade passiva em decorrência da alienação do imóvel; e (3) o prazo para oposição dos embargos à execução ¿, concluindo por negar provimento ao agravo de instrumento interposto contra a decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade, proferida no bojo de execução fiscal ¿ Processo nº 0011269-71.2003.4.02.5001 (2003.50.01.011269-5) ¿ relativa à cobrança de taxa de ocupação de terreno de marinha, do período de 1986 a 1996 e de 1999 a 2001. Aliás, a ementa bem resumiu o julgado.

IV ¿ A decisão ora embargada apreciou, à luz dos dispositivos legais e constitucionais pertinentes, toda a matéria relativa à questão posta em juízo, não havendo, destarte, qualquer vício a ser suprido, pela via recursal declaratória.

V ¿ Embargos de declaração não providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
mst

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
83 - 0008200-76.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.008200-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.002545-8
Distribuição por Prevenção - 28/07/2015 17:52
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: ALBA MAR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO: TARCISIO ALVES RODRIGUES PEREIRA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0012229-27.2003.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO ANTIGO CPC, OU NO ART. 1.022 DO NOVO CODEX. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRETENSÃO DE REFORMA DO JULGADO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. TERRENO DE MARINHA. TAXA DE OCUPAÇÃO.

I ¿ Se as razões de embargos de declaração consistem em nítida rediscussão da matéria apreciada e exaurida no acórdão embargado, tal pretensão, sendo de reforma do julgado, mediante inapropriado rejulgamento, não encontra sede processual adequada na via declaratória, restrita ao saneamento dos vícios previstos no art. 535 do antigo CPC, ou no art.1.022 do novo Codex, ou de erro material nos termos do art. 463, I, do antigo CPC, ou do art. 494, I, do novo Codex, quando os efeitos infringentes são extremamente excepcionais.

II ¿ O órgão julgador não está obrigado a rebater especificamente todos os argumentos da parte, quando, por outros motivos, devidamente expostos e suficientemente compreensíveis, tiver firmado seu convencimento e resolvido, integral e consistentemente, a questão posta em juízo, a partir das alegações apresentadas e provas produzidas, conforme o princípio da fundamentação das decisões judiciais. Ao demais, compete pontuar que, por força do art. 1.025 do novo CPC, ¿consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade¿.

III ¿ O Colegiado analisou adequadamente a questão trazida a juízo ¿ delimitadas as matérias de defesa postas na exceção de pré-executividade em: (1) prescrição/decadência dos débitos cobrados a título de taxa de ocupação de terreno de marinha; (2) a ilegitimidade passiva em decorrência da alienação do

imóvel; e (3) o prazo para oposição dos embargos à execução ¿, concluindo por negar provimento ao agravo de instrumento interposto contra a decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade, proferida no bojo de execução fiscal ¿ Processo nº 0012229-27.2003.4.02.5001 (2003.50.01.012229-9) ¿ relativa à cobrança de taxa de ocupação de terreno de marinha, dos anos de 1988, 1989, 1993 e 2001. Aliás, a ementa bem resumiu o julgado.

IV ¿ A decisão ora embargada apreciou, à luz dos dispositivos legais e constitucionais pertinentes, toda a matéria relativa à questão posta em juízo, não havendo, destarte, qualquer vício a ser suprido, pela via recursal declaratória.

V ¿ Embargos de declaração não providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
mst

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

78 - 0003949-78.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003949-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.120627-9

Distribuição por Prevenção - 18/04/2016 14:26

Gabinete 21

Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER

AGRAVANTE: EVANDRO BERTINO JORGE

ADVOGADO: JORGE LUIZ BERTINO ALGEBAILE

AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

PROCURADOR: Procurador Regional da República

Originário: 0119649-32.2015.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO DO JULGADO QUANTO À APLICAÇÃO DO ART. 1.013, § 3º, DO CPC-2015 - TEORIA DA CAUSA MADURA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - TESE ADOTADA PELA CORTE ESPECIAL DO STJ - CASO, TODAVIA, EM QUE O FEITO NÃO SE ENCONTRA EM CONDIÇÕES DE IMEDIATO JULGAMENTO.

- Por oportunidade do recente julgamento do REsp n.º 1.215.368-ES, a Corte Especial do STJ, à unanimidade, dentre outras considerações, propugnou (a) que a teoria da causa madura estipulada, então, no art. 515, § 3º, do CPC-1973, não se adstringiria apenas ao recurso de apelação, porquanto é o dispositivo portador de norma aplicável a todos os recursos, bem assim (b) que possível seria sua aplicação em sede de agravo de instrumento.

- Ao largo de quaisquer considerações a respeito, especificamente, da teoria da causa madura e de sua aplicação, no regime do novo Código de Processo Civil, a agravos de instrumento, no caso dos presentes embargos de declaração, diante das especificidades do processo subjacente, não se vislumbra possível ao tribunal, sem prejuízo às partes, à regular instrução probatória e ao interesse público que se visa proteger com a ação de improbidade administrativa, proceder ao julgamento imediato do mérito do conjunto de questões pendentes de solução (em razão da anulação da decisão objeto do agravo de instrumento), isso notadamente porque tais questões podem se revelar exigentes de produção de prova específica ou requisição de documentos complementares, providências e diligências estas incompatíveis com o rito procedimental do agravo de instrumento.

- O caso, portanto, não implementa a regra-condição do art. 1.013, § 3º, do CPC-2015, uma vez que não se encontra o "processo" em condições de imediato julgamento.

- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

roq

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
79 - 0005757-21.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005757-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/06/2016 12:48
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: PAULO MOREIRA SILVA
ADVOGADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
AGRAVADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0046241-04.2016.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
PROCESSO CIVIL ¿ CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA ¿ EXECUÇÃO INDIVIDUAL ¿ HONORÁRIOS DE ADVOGADO ¿ SÚMULA N.º 345 DO STJ ¿ § 7º, DO ART. 85, DO CPC ¿ PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.
I ¿ Depreende-se da leitura do § 7º, do art. 85, do CPC de 2015, que, na eventualidade de não haver resistência da Fazenda Pública quando do cumprimento da sentença, não são cabíveis honorários de advogado em execução que enseje expedição de precatório, o que impõe que não seja fixada aquela verba no momento liminar do processo de cumprimento individual de sentença coletiva.
II ¿ Vigia à época em que a Súmula n.º 345 do STJ, o Código de Processo Civil de 1973, diploma que não continha regra específica a respeito de honorários em execução individual de sentença proferida em ação coletiva.
III ¿ A regra específica do § 7º, do art. 85, do CPC de 2015, afasta a fixação liminar de honorários de advogado da Fazenda Pública na hipótese prevista, exceção, portanto, à Súmula n.º 345 do STJ.
IV ¿ Agravo de Instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.
Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

fgr

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
80 - 0007171-54.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007171-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/07/2016 16:46
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ERY DE OLIVEIRA MAIA
ADVOGADO: REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO: MURILLO DOS SANTOS NUCCI
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0067833-07.2016.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO ¿ AGRAVO DE INSTRUMENTO ¿ EX-FERROVIÁRIO ¿ COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ¿ LEI Nº 8.186/91 C/C LEI Nº 10.478/2002 ¿ SUCESSÃO TRABALHISTA ¿ CONDIÇÃO DE FERROVIÁRIO MANTIDA ¿ ARTIGO 4º DA LEI Nº 8.186/91.

- Em uma análise perfunctória, própria da natureza do presente recurso, que não há como negar que os elementos dos autos evidenciam a probabilidade do direito invocado, configurando hipótese que autoriza a concessão da tutela da evidência, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

- O diploma legal em comento assegurou a complementação vindicada mesmo aos ex-ferroviários aposentados após 31 de outubro de 1969, sem qualquer restrição ao regime jurídico ao qual estavam vinculados à Rede Ferroviária Federal S/A, desde que admitidos até 31 de outubro de 1969, que, posteriormente, estendeu aos ferroviários admitidos até 1991, ex-vi do art. 1º da Lei nº 10.478/2002.

- Nessa toada, verifica-se, da documentação acostada aos autos do processo principal, que o autor ingressou na RFFSA em 25/05/76 e tornou-se inativo pela Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística ¿ CENTRAL em 27/11/2006, conforme Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, portanto, tem direito à complementação da aposentadoria, prevista na Lei nº 8.186/91, até o valor integral da remuneração correspondente ao respectivo cargo exercido pelos ferroviários em atividade.

- O fato de ter se inativado na CENTRAL não exclui seu direito à referida complementação, porquanto as seguidas sucessões trabalhistas a que se submeteu o empregado, tanto para FLUMITRENS quanto para CENTRAL se deram em razão da política de descentralização da rede ferroviária nacional.

- Conforme as anotações na carteira de trabalho, o vínculo empregatício não se rompeu ou foi interrompido em nenhum momento e sua condição de ferroviário, como prevê o artigo 4º da Lei nº 8.186/91, se manteve desde o seu ingresso nos quadros da RFFSA em 1976, até a sua aposentadoria em 2006.

- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

jri

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
84 - 0010438-34.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010438-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/10/2016 20:43
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: GISELE CRISTINA SANTOS DA SILVA
ADVOGADO: MARIA REGINA DE SOUZA JANUARIO
ADVOGADO: KEILA CORRÊA NUNES JANUÁRIO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0118575-36.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. REQUISITOS. INEXISTÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA. MILITAR. OFICIAL TEMPORÁRIO. ANULAÇAO DO LICENCIAMENTO. REINTEGRAÇÃO. TRATAMENTO MÉDICO.

I ¿ Por intermédio do art. 300 do novo Código de Processo Civil, estabeleceram-se como requisitos à concessão de tutela provisória de urgência, de natureza antecipada ou cautelar (requerida seja em caráter antecedente ou incidental), a simultânea presença de fumus boni juris e periculum in mora, ou seja, indícios

da probabilidade (ou incontestabilidade) do alegado direito enquanto calcado em fundamento jurídico, bem como de perigo de dano ao mesmo direito ou de risco ao resultado útil do processo ¿ sendo que, a contrario sensu, a providência daquela proteção à evidência não pode faticamente causar irreversibilidade dos efeitos antecipados ¿, impondo-se ao interessado o ônus de produzir prova inequívoca, que demonstre a verossimilhança das alegações, por ele feitas, sobre o atendimento de tais requisitos.

II ¿ Nesse passo, a cassação ou concessão, conforme o caso, de tutela provisória de urgência, em sede de agravo de instrumento, deve se restringir à hipótese na qual há prova por meio da qual se retire ou se atribua, conforme o caso, verossimilhança a tais alegações, visto que se cuida de recurso com cognição verticalmente exauriente (não perfunctória, sumária ou superficial) em profundidade e horizontalmente plena (não limitada) em extensão, o qual não se presta, outrossim, ao indevido pré-julgamento da causa pelo Tribunal.

III ¿ Definidos tais parâmetros, vislumbra-se, no presente caso, a ausência de fumus boni juris por parte da Agravante; inexistindo, portanto, motivos que ensejem reconsideração ou reforma da decisão guerreada.

IV ¿ Cuidando de militar temporário (2º Tenente do Serviço Técnico Temporário) ¿ sujeita a engajamento/reengajamentos por tempo limitado e segundo critério de conveniência e oportunidade da Administração Militar ¿, em acréscimo ao que dispõe o Estatuto dos Militares também se aplicam os ditames da Lei 4.375/64 (Lei do Serviço Militar) e do Decreto 57.654/66, que a regulamenta.

V ¿ Do exame da Lei 6.880/80 e do Decreto 57.654/66, é plausível concluir que não há óbice ao licenciamento ex officio do militar temporário ao término do tempo de serviço a que se obrigou, ainda que ele esteja baixado em hospital ou enfermaria, já que, nessa eventualidade, continuará em tratamento, até a efetivação da alta (por restabelecimento ou a pedido). Estando licenciado e, não, em serviço ativo, referido militar, depois de excluído, passará à condição de ¿adido¿, isto é, mantido na Organização Militar, para fins específicos de tratamento médico. Todavia permanecerá sem receber remuneração, haja vista que o militar licenciado não tem direito a qualquer remuneração, isto porque o licenciamento motiva a exclusão do serviço ativo das Forças Armadas.

VI ¿ In casu, verifica-se que nem mesmo se configura a pretensa negativa por parte do Exército na prestação do tratamento de saúde à ex-Tenente, depois do desligamento. No próprio ato de licenciamento ex officio, a 2º Tenente já teve garantido o seu encostamento na respectiva Organização Militar, ¿para fins de tratamento do problema de saúde que deu origem à incapacidade, em OMS, até o seu restabelecimento¿; e prontuário da Neurocirurgia do Hospital Central do Exército lavrado em 13/06/16, decorrido mais de 1 (um) mês do licenciamento, atesta que a ex-militar realizou nova ressonância magnética ¿com melhora evolutiva do tamanho da hérnia¿ e que ¿a paciente mantém desejo de continuar tratamento conservador¿.

VII ¿ Estando indicado o tratamento cirúrgico para a patologia e expressando a ex-militar a vontade de não se submeter à cirurgia, a rigor, nem há que reconhecer direito à manutenção de mero tratamento ambulatorial, fisioterápico e/ou medicamentoso, às expensas do Exército, como pretendido pela Agravante, notadamente porque esta não é a intenção da norma, visto que explícita em prever a continuidade do tratamento, depois do licenciamento, quando o militar se encontrar baixado a enfermaria ou hospital, ao término do tempo de serviço, o que não é a hipótese.

VIII ¿ Sequer se pode considerar que a documentação recentemente adunada pela Agravante tenha o condão de constituir fato novo, de modo a influir no julgamento do recurso. Na ata de inspeção de saúde em grau de recurso, a que foi submetida a 2º Tenente em 29/09/16 ¿ transcorridos 4 meses do licenciamento ¿, a Junta Superior de Saúde da 1ª Região Militar ratificou o parecer de ¿Incapaz B1¿ firmado pelo MPOM (1º BI Mtz (ES)) na inspeção de saúde que ensejou o licenciamento; parecer de incapacidade temporária e que se refere ¿única e exclusivamente aos requisitos para prestação do serviço militar, sem implicação quanto à aptidão ou incapacidade para exercício de atividades laborativas civis¿. No Laudo Médico Especializado, o Serviço de Neurocirurgia do Hospital Central do Exército não apresenta qualquer conclusão nova, reafirmando o ¿prognóstico¿ verificado anteriormente, assim traduzido: ¿o quadro apresentado pela paciente é passível de controle medicamentoso e fisioterápico. Se tal controle não ocorrer com o tratamento conservador, a paciente terá indicação de procedimento cirúrgico para tratamento da hérnia discal diagnosticada¿.

IX ¿ Agravo de Instrumento não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER

RELATOR
mst

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
85 - 0010727-64.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010727-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/10/2016 15:54
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: ROBERTA ALVES
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: MUNICIPIO DE SAO GONCALO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ
Originário: 0128714-96.2016.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA COM RECURSOS DO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL. FAIXA I DO PMCMV. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA CEF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Agravo de instrumento interposto, visando à reforma de decisão que excluiu a CEF do polo passivo da demanda originária, por ilegitimidade passiva ad causam, e declarou a incompetência absoluta da Justiça Federal para apreciar a lide, determinando o encaminhamento dos autos à Justiça Estadual.

2. Em se tratando de contrato vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, na Faixa I de renda familiar, a CEF atua como agente executor de políticas federais para a promoção de moradia para pessoas de baixa ou baixíssima renda, fato que lhe legitima para compor o polo passivo da demanda (Resp nº 1.102.539).

3. Legitimidade da CEF para compor o polo passivo da demanda. Competência absoluta da Justiça Federal para julgar a lide.

4. Agravo de instrumento conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
86 - 0011956-59.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011956-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 16/11/2016 17:04
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/ES
ADVOGADO: REGINA CELI MARIANI
AGRAVADO: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES COLIBRI LTDA-ME
ADVOGADO: GUSTAVO ALBANI PEREIRA
ADVOGADO: ANA CAROLINA ALBANI EMERY CADE
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0030845-93.2016.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível
E M E N T A

ADMINISTRATIVO - PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA - RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 543/15 - IMPLANTAÇÃO DE SIMULADOR DE DIREÇÃO VEICULAR - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

- A Ação Civil Pública mencionada pelo agravante não induz prevenção de competência para a ação individual com mesmo ou análogo pedido ou causa de pedir.

- A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, ou seja, a demonstração do "fumus boni iuris" e do "periculum in mora."

- O perigo de dano justifica-se pela possibilidade de descredenciamento do autor junto ao órgão de trânsito pelo não cumprimento da exigência em discussão.

- O art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) elenca, expressamente, os exames necessários para os candidatos aferirem aptidão para dirigir veículos automotores e elétricos

- Embora o CONTRAN tenha competência para expedir normas regulamentadoras sobre os procedimentos de habilitação de condutores, há de se reconhecer que extrapolou o seu poder regulamentar ao instituir, por meio de mera Resolução, a obrigatoriedade do simulador de direção veicular não prevista na lei regulamentada, ou seja, no art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro.

- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

rfc

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
87 - 0012132-38.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012132-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição para Órgão Julgador - 25/11/2016 11:49
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: MAURO JORGE LOMBA MIRÂNDOLA
AGRAVANTE: AILTON ANTONIO BAPTISTA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE: RICARDO SAMUEL
AGRAVANTE: JOÃO BRUNO
AGRAVANTE: SONIA MARIA DE OLIVEIRA BRUNO
AGRAVANTE: JOSE EDUARDO VALVERDE - ESPÓLIO
AGRAVANTE: RAQUEL DE OLIVEIRA BRUNO
AGRAVANTE: LUCIANA DE OLIVEIRA BRUNO
ADVOGADO: BRUNO DIAS DE PINHO GOMES
ADVOGADO: JOSE MARCOS GOMES
AGRAVADO: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROCURADOR: Procurador do Banco Central do Brasil
Originário: 0004739-23.1995.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL ¿ HONORÁRIOS DE ADVOGADO ¿ EXECUÇÃO ¿ §§ 13 E 14 DO ART. 85 DO CPC.

I ¿ Consoante prescrito no § 14º, do art. 85, do CPC de 2015, os honorários são verba autônoma, devidos ao advogado, cuja compensação é vedada, do que decorre ser, após o trânsito em julgado, imediatamente executáveis, ainda que a sucumbência tenha sido recíproca.

II ¿ Face à sua autonomia e imediata executividade, não subsiste razão para que a execução de honorários fixados em embargos à execução seja diferida para o momento da satisfação do crédito advindo da execução de título executivo contra a qual os embargos foram opostos.

III ¿ O § 13, do ar. 85, do CPC, inspirado no princípio da economia processual, determina a concentração em um único momento a execução dos honorários fixados em embargos à execução julgados

improcedentes e daqueles estabelecidos na própria execução, desde que o titular de ambas as verbas seja o mesmo.

IV ¿ Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

fgr

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

88 - 0012735-14.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012735-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição para Órgão Julgador - 06/12/2016 15:15

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ

ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA

AGRAVADO: FABIANA ALBINO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: AUREA ANDREIA FRAGA

Originário: 0005035-25.2007.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA. BUSCA DE BENS ATRAVÉS DO SISTEMA INFOJUD. POSSIBILIDADE. EXAURIMENTO DE DILIGÊNCIAS PARA BUSCA DE BENS DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE.

1. Trata-se de agravo de instrumento visando à reforma do decisum que indeferiu a busca de bens do executado através do sistema INFOJUD.

2. O Superior Tribunal de Justiça vem adotando para os casos envolvendo a utilização dos sistemas INFOJUD/RENAJUD o mesmo entendimento adotado para a utilização do BACENJUD, qual seja, a desnecessidade de comprovação de exaurimento de diligências por parte da exequente para a localização de bens do devedor, nos termos do precedente fixado pela Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.112.943/MA, sujeito ao rito dos recursos repetitivos. Precedentes.

3. Agravo de instrumento conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: decidem os membros da 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de janeiro, 15 de março de 2017.

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

89 - 0013302-45.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.013302-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 21/12/2016 13:13
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: SARA ABREU REIS VARGAS DE ALMEIDA
AGRAVANTE: ERICSON VARGAS DE ALMEIDA
ADVOGADO: LUCAS CHELLES MESQUITA NEVES
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
Originário: 0171699-83.2016.4.02.5116 - 01ª Vara Federal de Macaé
E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL ¿ DEFERIMENTO DA INICIAL ¿ REQUISITO ¿ VALOR INCONTROVERSO.

I ¿ Consoante disposto nos §§ 2º e 3º, do art. 330, do CPC, nas ações cujos objetos sejam a revisão de obrigação advinda de empréstimo, cumpre ao autor, sob pena de indeferimento da inicial, dentre outros requisitos, quantificar o valor incontroverso do débito, que deverá ser pago no tempo e modo convencionados.

II ¿ O pagamento direto ao credor do valor incontroverso não lhe priva deste, como seria na eventualidade de consignação.

III ¿ Não resistindo o credor ao recebimento do valor incontroverso, impõe-se o indeferimento de pedido de pagamento em consignação.

IV ¿ Recurso de Agravo de Instrumento não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, juntamente com a ementa.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR

fgr

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
90 - 0013374-32.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.013374-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 26/01/2017 13:48
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO RJ
ADVOGADO: SHEILA SOUZA DE SA
ADVOGADO: ANDRE PEREIRA DE ASSIS
AGRAVADO: FJB REPRESENTAÇÕES LTDA.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0135651-10.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA. BUSCA DE BENS ATRAVÉS DO SISTEMA INFOJUD. POSSIBILIDADE. EXAURIMENTO DE DILIGÊNCIAS PARA BUSCA DE BENS DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE.

1. Trata-se de agravo de instrumento visando à reforma do decisum que indeferiu o pedido de expedição de ofício à Receita Federal do Brasil para localização dos bens do executado.

2. O Superior Tribunal de Justiça vem adotando para os casos envolvendo a utilização dos sistemas INFOJUD/RENAJUD o mesmo entendimento adotado para a utilização do BACENJUD, qual seja, a desnecessidade de comprovação de exaurimento de diligências por parte da exequente para a localização de bens do devedor, nos termos do precedente fixado pela Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.112.943/MA, sujeito ao rito dos recursos repetitivos. Precedentes.

3. Agravo de instrumento conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. (data do julgamento).

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
76 - 0000442-75.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000442-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/01/2017 15:53
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: LEONARDO GOMES DE FREITAS
ADVOGADO: TICIANE GONCALVES FERREIRA CALIXTO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0001556-72.2017.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. REQUISITOS. INEXISTÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA. MILITAR. SOLDADO RECRUTA (TEMPORÁRIO). ANULAÇAO DO LICENCIAMENTO. REINTEGRAÇÃO. TRATAMENTO MÉDICO.

I ¿ Por intermédio do art. 300 do novo Código de Processo Civil, estabeleceram-se como requisitos à concessão de tutela provisória de urgência, de natureza antecipada ou cautelar (requerida seja em caráter antecedente ou incidental), a simultânea presença de fumus boni juris e periculum in mora, ou seja, indícios da probabilidade (ou incontestabilidade) do alegado direito enquanto calcado em fundamento jurídico, bem como de perigo de dano ao mesmo direito ou de risco ao resultado útil do processo ¿ sendo que, a contrario sensu, a providência daquela proteção à evidência não pode faticamente causar irreversibilidade dos efeitos antecipados ¿, impondo-se ao interessado o ônus de produzir prova inequívoca, que demonstre a verossimilhança das alegações, por ele feitas, sobre o atendimento de tais requisitos.

II ¿ Nesse passo, a cassação ou concessão, conforme o caso, de tutela provisória de urgência, em sede de agravo de instrumento, deve se restringir à hipótese na qual há prova por meio da qual se retire ou se atribua, conforme o caso, verossimilhança a tais alegações, visto que se cuida de recurso com cognição verticalmente exauriente (não perfunctória, sumária ou superficial) em profundidade e horizontalmente plena (não limitada) em extensão, o qual não se presta, outrossim, ao indevido pré-julgamento da causa pelo Tribunal.

III ¿ Definidos tais parâmetros, vislumbra-se, no presente caso, a ausência de fumus boni juris por parte do Agravante; inexistindo, portanto, motivos que ensejem reconsideração ou reforma da decisão guerreada.

IV ¿ Cuidando de Praça não-estabilizada (na hipótese, Soldado recrutado para a prestação do Serviço Militar Inicial), em acréscimo ao que dispõe o Estatuto dos Militares também se aplicam os ditames da Lei 4.375/64 (Lei do Serviço Militar), do Decreto 57.654/66, que a regulamenta, e do Decreto 60.822/67, que aprova as Instruções Gerais para inspeção de saúde dos conscritos.

V ¿ Do exame dos referidos diplomas legais, é plausível concluir que não há óbice ao licenciamento ex officio do militar temporário após o término do tempo de serviço a que se obrigou, ainda que ele esteja baixado em hospital ou enfermaria, já que, nessa eventualidade, continuará em tratamento, até a efetivação da alta (por restabelecimento ou a pedido). Estando licenciado e, não, em serviço ativo, referido militar, depois de excluído, passará à condição de ¿adido¿, isto é, mantido na Organização Militar, para fins específicos de tratamento médico. Todavia permanecerá sem receber remuneração, haja vista que o militar licenciado não tem direito a qualquer remuneração, isto porque o licenciamento motiva a exclusão do serviço ativo das Forças Armadas.

VI ¿ Não se trata, aqui, do direito à assistência médico-hospitalar deferido no art. 50, IV, ¿e¿ da mesma Lei 6.880/80 (Estatuto dos Militares), mas, sim, do direito à continuação do tratamento médico (até a efetivação da alta, por restabelecimento ou a pedido), o qual, como viu, encontra previsão na legislação específica que regula a prestação do Serviço Militar, aplicável a militares temporários (não estáveis), por força, até, de determinação daquela Lei 6.880/80.

VII ¿ In casu, verifica-se que nem mesmo se configura a pretensa negativa por parte do Exército na prestação do tratamento de saúde ao ex-Soldado, depois do desligamento. Na própria ata de inspeção de saúde, o Médico Perito da Guarnição ¿ MPGu IX/Rio de Janeiro (Dst Sal Pqdt), a partir do diagnóstico de ¿Episódio depressivo leve¿, julgou o então Soldado ¿Incapaz B1¿, necessitando de 30 dias de afastamento total do serviço e instrução, a contar de 17/10/16, para realização de seu tratamento, ou seja, incapaz temporariamente, podendo ser recuperado a curto prazo (até um ano). Na ocasião, o MPGu consignou que tal parecer não tem implicação quanto à aptidão ou incapacidade para exercício de atividades laborativas civis; que o então Soldado podia exercer atividades laborativas civis; observando, ainda, que deveria manter tratamento, após sua desincorporação, em Organização Militar de Saúde, até sua cura ou estabilização do quadro, consoante previsto no art. 149 do Decreto 57.654/66.

VIII ¿ Logo, afastada, em análise perfunctória, a verossimilhança do direito alegado, é de se manter a decisão de 1º grau que indeferiu o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada.

IX ¿ Agravo de Instrumento não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
mst

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
77 - 0000486-94.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000486-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/01/2017 14:04
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: EZAINE CRISTINA VIANA DOS SANTOS
ADVOGADO: ANGELITA GRACIELA LEPREVOST MEDINA SATRIANO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0166817-26.2016.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. REQUISITOS. INEXISTÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA. MILITAR. OFICIAL. QUADRO TEMPORÁRIO DA AERONÁUTICA. PERMANÊNCIA NO SERVIÇO ATIVO. LIMITE DE IDADE.

I ¿ Por intermédio do art. 300 do novo Código de Processo Civil, estabeleceram-se como requisitos à concessão de tutela provisória de urgência, de natureza antecipada ou cautelar (requerida seja em caráter antecedente ou incidental), a simultânea presença de fumus boni juris e periculum in mora, ou seja, indícios da probabilidade (ou incontestabilidade) do alegado direito enquanto calcado em fundamento jurídico, bem como de perigo de dano ao mesmo direito ou de risco ao resultado útil do processo ¿ sendo que, a contrario sensu, a providência daquela proteção à evidência não pode faticamente causar irreversibilidade dos efeitos antecipados ¿, impondo-se ao interessado o ônus de produzir prova inequívoca, que demonstre a verossimilhança das alegações, por ele feitas, sobre o atendimento de tais requisitos.

II ¿ Nesse passo, a cassação ou concessão, conforme o caso, de tutela provisória de urgência, em sede de agravo de instrumento, deve se restringir à hipótese na qual há prova por meio da qual se retire ou se atribua, conforme o caso, verossimilhança a tais alegações, visto que se cuida de recurso com cognição verticalmente exauriente (não perfunctória, sumária ou superficial) em profundidade e horizontalmente plena (não limitada) em extensão, o qual não se presta, outrossim, ao indevido pré-julgamento da causa pelo Tribunal.

III ¿ Definidos tais parâmetros, vislumbra-se, no presente caso, a ausência de fumus boni juris; inexistindo, portanto, motivos que ensejem reconsideração ou reforma da decisão guerreada.

IV ¿ Decerto que a Constituição Federal, em seu art. 142, § 3º, X, deixa expresso que a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades. Em atendimento a tais ditames, a Lei 12.464/11, ao dispor sobre o ensino na Aeronáutica, prevê que, para o ingresso na Aeronáutica e habilitação à matrícula

no Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários da Aeronáutica, o candidato deverá ter, no máximo, 43 anos de idade, pois não poderá completar 44 anos de idade até 31 de dezembro do ano da matrícula.

V ¿ Por sua vez, o limite etário de 45 anos para permanência no serviço ativo está definido no art. 5º, da Lei 4.375/64, a Lei do Serviço Militar ¿ LSM, claro em instruir que a obrigação para com o Serviço Militar subsistirá até 31 de dezembro do ano em que o cidadão brasileiro completar 45 anos de idade. A mesma LSM ainda publica que, segundo as conveniências da Força Armada interessada, os incorporados que concluírem o tempo de serviço a que estiverem obrigados poderão permanecer no serviço militar, mediante prorrogação do tempo de serviço, como engajados ou reengajados; competindo a cada Força Armada fixar em Regulamentos os prazos e condições de engajamento ou reengajamento.

VI ¿ Aliás, um exame atento da Lei do Serviço Militar leva ao raciocínio lógico de que, em tempo de paz, todo cidadão brasileiro integrante da Reserva não-Remunerada será excluído da Reserva das Forças Armadas, automaticamente, a partir de 31 de dezembro do ano em que completar 45 anos de idade. Em assim sendo, seria contrassenso permitir que o oficial temporário, que passará a integrar a Reserva não-Remunerada depois de licenciado, possa permanecer no serviço ativo, obrigado a compromisso de tempo de serviço (engajamento ou reengajamento), em período posterior a 31 de dezembro do ano em que completar 45 anos de idade, como pretende a Autora.

VII ¿ Nessa direção, o Decreto 6.854/09 ¿ Regulamento da Reserva da Aeronáutica ¿ estatui que os integrantes da Reserva serão convocados de acordo com a legislação e a regulamentação que tratam do Serviço Militar; que, em tempo de paz, não será concedida prorrogação de tempo de serviço ao militar R/2 por períodos que venham a ultrapassar a data de 31 de dezembro do ano em que ele completar quarenta e cinco anos de idade, data esta em que os integrantes da Reserva não-Remunerada serão excluídos da Reserva da Aeronáutica, automaticamente.

VIII ¿ Agravo de Instrumento não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
mst

BOLETIM: 2017000149

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000206-91.2013.4.02.5003 Número antigo: 2013.50.03.000206-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 14/09/2015 18:41
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: RONALDO LOPES KIEFER
ADVOGADO: RONALDO S. MASSUCATTI DE CARVALHO
ADVOGADO: CLOVIS SOUZA DEL PIERI
ADVOGADO: Arteme Brommenschenkel
Originário: 0000206-91.2013.4.02.5003 - 1ª VF Sao Mateus
ATO ORDINATÓRIO - VISTA

Com o presente, nos termos da Resolução n.º TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013, disponibilizada no e-DFF2R de 06/06/2013, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s) no prazo legal.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.
EDILENE MARIA DE OLIVEIRA MOREIRA
Matr. 10310

SUBSECRETARIA DA 8a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM:

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0020735-36.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.020735-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.005816-0
Distribuição-Sorteio Automático - 12/12/2014 14:06
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: JORGE EDUARDO MANHAES CORREIA
ADVOGADO: JAQUELINE ROBERTA ANDRADE DURAO
ADVOGADO: OZIRIS ALMEIDA QUADROS DURAO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (CESPE)
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0020735-36.2010.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15. Desse modo, não assiste razão ao Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão e o posicionamento adotado.
2. Os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.
3. Recurso conhecido e desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

/cgt

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0518281-26.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.518281-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.115064-8
Distribuição-Sorteio Automático - 20/04/2015 15:24
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ROSEMERY MORENA DE NUNES RIBEIRO
ADVOGADO: PEDRO PAULO COELHO PIMENTEL
Originário: 0518281-26.2010.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. RELAÇÃO ESTATUTÁRIA. CONTRADIÇÃO DIRIMIDA EM QUESTÃO DE ORDEM. EMBARGOS PREJUDICADOS.

1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, apesar de estar com a razão o Embargante, a contradição apontada foi dirimida em sede de Questão de Ordem votada nesta mesma Sessão de Julgamento.

3. Recurso prejudicado.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em julgar prejudicados os Embargos Declaratórios, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.
/rii

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0518281-26.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.518281-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Questão de Ordem)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/04/2015 15:24
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ROSEMERY MORENA DE NUNES RIBEIRO
ADVOGADO: PEDRO PAULO COELHO PIMENTEL
Originário: 0518281-26.2010.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

QUESTÃO DE ORDEM. PUBLICAÇÃO ERRÔNEA DO VOTO/EMENTA/ACÓRDÃO. SUBSTITUIÇÃO ADEQUANDO-OS À CERTIDÃO DE JULGAMENTO. APELAÇÃO PROVIDA.

1. Suscitada Questão de Ordem com vistas à retificação do Voto, da Ementa e Acórdão, adequando-os às alterações feitas por mim, oralmente, como Relator e à Certidão de Julgamento prevalecente.

2. Trata-se de Execução Fiscal lastreada em Certidão de Dívida Ativa que inscreveu o débito exequendo a título de ressarcimento ao erário referente aos valores indevidamente recebidos de proventos de pensão por morte em regime estatutário, decorrente de retificação de base de cálculo da Gratificação de Atividade Judiciária e do Adicional de Padrão Judiciário.

3. In casu, a Executada manteve o direito de receber referidos Gratificação e Adicional por meio de sentença em sede de Mandado de Segurança, posteriormente reformada em sede de Recurso e Remessa Necessária. Desse provimento recursal originou-se o direito de a União pleitear a devolução dos valores pagos indevidamente à Executada, através da presente Execução Fiscal.

4. Assim, tendo os valores recebidos origem em relação estatutária regida pela Lei 8.112/90, aplica-se ao caso o disposto no art. 46, § 3º, c/c art. 47, parágrafo único, do mesmo diploma legal.

5. Questão de Ordem acolhida. Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em acolher a presente Questão de Ordem para dar provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal.
/rii

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001616-83.2010.4.02.5103 Número antigo: 2010.51.03.001616-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/11/2014 15:23
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: FUNDACAO DR. JOAO BARCELLOS MARTINS - HOSPITAL FERREIRA MACHADO
ADVOGADO: MARCELO GOMES LOPES
APELADO: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: FERNANDA DE OLIVAES VALLE DOS SANTOS
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
Originário: 0001616-83.2010.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CFR. FARMACÊUTICO EM DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS DE HOSPITAL COM MAIS DE 50 LEITOS. NECESSIDADE. LEGITIMIDADE DO CONSELHO PRIFISSIONAL PARA FISCALIZAR E AUTUAR, RECURSO DESPROVIDO.

1. Insurge-se a Apelante contra a Execução Fiscal da multa que lhe foi aplicada por não manter farmacêutico responsável no dispensário de medicamentos do Hospital Ferreira Machado.

2. A Apelante alega que mantêm farmacêutico no local e que, mesmo que não o fizesse, não poderia ser multado pelo Conselho Regional de Farmácia, uma vez que sua atividade-fim é a prestação de assistência médica, sendo a dispensação de medicamentos atividade acessória.

3. Não se desincumbiu, a Apelante, de provar sua afirmação. Ademais, em sua defesa administrativa há afirmação clara de que oficialmente não há farmacêutico respondendo pelo referido dispensário.

4. Só estão dispensados de ter farmacêuticos responsáveis os hospitais e clínicas de pequeno porte, entendendo-se por pequeno porte aqueles locais que disponibilizam menos de 50 leitos hospitalares à população.

5. Como a CDA que instrui a ação executória não incluiu os encargos legais de 20% (vinte por cento) referentes ao Decreto-Lei 1.025/69, correta a condenação sucumbencial e razoável seu montante.

6. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal.
/rii

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0014895-11.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.014895-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/09/2014 14:25
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: DALVA FELIX DA SILVA
ADVOGADO: SAMARA SERRA DA SILVA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0014895-11.2011.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL MILITAR DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL. REVERSÃO DE PENSÃO. FILHA MAIOR DE 21 ANOS. DESCONTO DE 1,5%. MP 2.218/2001. LEI 10.486/02. ART. 7º DA LEI 3.765/60. NÃO RECEPCIONADO PELA CRFB/88. PRINCÍPIO DA MORALIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. O Egrégio STF já decidiu no sentido de que o evento material que importa no surgimento do direito do dependente à fruição de uma pensão é a morte do indivíduo de quem dependiam, tenha sido ele servidor civil, militar ou segurado da Previdência Social.

2. No caso, aplica-se a Medida Provisória nº 2.218/2001, que incluía como beneficiários da pensão apenas filhos menores de 21 anos ou, no caso de serem estudantes, menores de 24 anos de idade, ressalvados os casos de invalidez ou grave enfermidade que os tornasse incapazes para o provimento da própria subsistência.

3. Não havia na MP 2.218/2001 a previsão de desconto de 1,5% (um vírgula cinco por cento) da remuneração ou proventos do policial militar ou bombeiro, mantendo o amparo à filha maior e capaz. Regra limitada aos militares das Forças Armadas. Não era o caso do genitor da Autora: MP 2.131/2000 (atual MP 2.215-10-01).

4. Com a conversão da MP 2.218 na Lei nº 10.486/02, passou a haver a explicitada previsão. Contudo, apesar da referida Lei ter efeitos retroativos a 01/10/2001, na data de sua edição, o pai da Autora já havia falecido há mais de 6 (seis) meses. A opção pela contribuição adicional é direito personalíssimo do instituidor da pensão e não pode ser exercido pela filha do falecido servidor. À época do evento morte do instituidor do benefício, não havia legislação que regulamentasse o direito da Autora à extensão do benefício e, portanto, rege-se pelo comando legal válido à época, que não garante a pensão pretendida.

5. O art. 7º da Lei nº 3.765/60 não foi recepcionado pela CRFB/88. Entendimento desta Egrégia Corte. Princípio da Moralidade. Norteador da Administração Pública. Igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações. Interpretação teleológica da Constituição não permite que esta aceite benefícios previdenciários deferidos a filhas maiores de idade, não inválidas.

6. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em conhecer da Apelação e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

/aro/

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0004457-86.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.004457-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/10/2014 15:26
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: GUILHERME PERES DE OLIVEIRA
APELADO: ROBERTO BRIGGS PEIXOTO
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS LOPES DE SOUZA
Originário: 0004457-86.2012.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. COBRANÇA DE ANUIDADES. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

1. Na linha do entendimento assente no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a anuidade cobrada pela Ordem dos Advogados do Brasil não possui natureza jurídica tributária, circunstância que impõe a adoção dos prazos gerais contidos no Código Civil.

2. Para se ajuizar execução de débito decorrente de anuidades da OAB, deve ser observada a legislação civil, sendo certo que o artigo 2.028 do Código Civil de 2002, que entrou em vigor no dia 11 de janeiro de 2003, estabeleceu a aplicação do prazo prescricional de 20 (vinte) anos, previsto no artigo 177 do Código Civil de 1916, somente às hipóteses em que, reduzido o prazo prescricional pelo novo diploma, na data de sua entrada em vigor, tivesse transcorrido mais da metade do prazo do Código Civil revogado.

3. Para as anuidades vencidas na vigência do Código Civil de 2002, deve incidir o prazo quinquenal do art. 206, §5º, inc. I, do referido diploma legal, aplicando-se tal prazo também quando não transcorrida mais da metade do prazo prescricional previsto no art. 177, do CC/1916 (prazo de vinte anos).

4. No caso concreto, verifica-se que as anuidades dos anos de 1990, 1991 e 1992, com vencimentos, respectivamente, em 02/01/1991, 02/01/1992 e 02/01/1993, submetem-se ao prazo vintenário do art. 177 do Código Civil de 1916, uma vez que, quando da entrada em vigor do novo Código, já havia transcorrido mais da metade do prazo do Código Civil revogado (10 anos). Como a ação executiva foi ajuizada em 21/12/2010, as anuidades em questão não foram alcançadas pela prescrição.

5. Apelação provida. Sentença reformada.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento à Apelação da OAB/RJ, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal.
/aor

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0006498-98.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.006498-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 04/11/2014 18:04
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: DILSON NUNES DO NASCIMENTO
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO PIMENTEL UGGERE
APELADO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO: REINALDO JOSE PINTO
ADVOGADO: CINTHIA CIPRESTE SANSON WASCONCELLOS
Originário: 0006498-98.2013.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NULIDADE DO TÍTULO. INCABÍVEL. QUESTÃO COBERTA PELA COISA JULGADA MATERIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. IMPOSSIBLIDADE. AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS AFASTA A PRESCRIÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Na linha do entendimento assente no Egrégio STJ, a anuidade cobrada pela Ordem dos Advogados do Brasil não possui natureza jurídica tributária, o que impõe a adoção dos prazos gerais contidos no Código Civil.

2. In casu, insurge-se o Apelante contra a sentença que declarou o título executivo válido e afastou a ocorrência da prescrição intercorrente. Argumentou para tanto, que o título fora constituído sob a égide da Lei 6.830/80, quando deveria seguir os preceitos legais da Lei 8.906/94.

3. A validez do título executivo que embasa a ação executória já teve seu mérito exaustivamente analisado com decisão da qual não cabe mais discussão, em respeito á coisa julgada material, uma vez que acórdão da Oitava Turma Especializada, declarou a higidez do título em questão.

4. O mandado de citação e penhora de 15/02/2000 não encontrou bens penhoráveis, levando à suspensão do feito em 31/05/2000, e afastando com isso, a ocorrência da prescrição intercorrente.

5. Em que pese a exigibilidade da verba sucumbencial estar suspensa em razão da gratuidade de justiça deferida ao Embargante, entendo como proporcional e razoável o montante arbitrado pelo Magistrado originário.

6. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal.
/rii

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0009991-83.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.009991-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/11/2014 18:27
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: RICARDO ELETRO DIVINÓPOLIS LTDA
ADVOGADO: LUÍS FELIPE PINTO VALFRE
ADVOGADO: LEONARDO DE LIMA NAVES
APELADO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0009991-83.2013.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO. INMETRO. CDC. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO COMERCIANTE. VALOR DA MULTA DENTRO DOS PARÂMETROS LEGAIS. DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA. RECURSO DESPROVIDO.

1. In casu, o Magistrado originário atestou que o auto de infração constante do processo administrativo discrimina totalmente a irregularidade que justifica a autuação, não se verificando vícios em tal procedimento fiscalizatório, bem como atestando a regularidade da CDA, conforme o art. 202 do CTN e art. 2º, §§ 5º e 6º da Lei 6.830/80.

2. A irregularidade encontrada em produto comercializado pelo Apelante como "vício do produto", atrai a responsabilidade solidária do fabricante, fornecedores e comerciantes. Jurisprudência do STJ.

3. Estando o valor constante do auto de infração dentro dos parâmetros legais, sua fixação concerne à esfera da discricionariedade administrativa. Jurisprudência desta Corte.

4. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal.
/rii

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0008581-78.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.008581-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 20/02/2014 14:30
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: ANDRE LUIZ DA SILVA SOARES
APELADO: FABIANE RABELLO DE SOUZA
ADVOGADO: FABIANE RABELLO DE SOUZA
Originário: 0008581-78.2013.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. COBRANÇA DE ANUIDADES. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

1. Na linha do entendimento assente no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a anuidade cobrada pela Ordem dos Advogados do Brasil não possui natureza jurídica tributária, circunstância que impõe a adoção dos prazos gerais contidos no Código Civil.

2. Para se ajuizar execução de débito decorrente de anuidades da OAB, deve ser observada a legislação civil, sendo certo que o artigo 2.028 do Código Civil de 2002, que entrou em vigor no dia 11 de janeiro de 2003, estabeleceu a aplicação do prazo prescricional de 20 (vinte) anos, previsto no artigo 177 do Código Civil de 1916, somente às hipóteses em que, reduzido o prazo prescricional pelo novo diploma, na data de sua entrada em vigor, tivesse transcorrido mais da metade do prazo do Código Civil revogado.

3. Para as anuidades vencidas na vigência do Código Civil de 2002, deve incidir o prazo quinquenal do art. 206, §5º, inc. I, do referido diploma legal, aplicando-se tal prazo também quando não transcorrida mais da metade do prazo prescricional previsto no art. 177, do CC/1916 (prazo de vinte anos).

4. No caso concreto, verifica-se que as anuidades relativas ao período de 1997-2003 submetem-se à prescrição quinquenal do art. 206, §5º, I, do CC/02. Considerando que as parcelas do referido período venceram em 31/05/2003, 30/06/2003, 31/07/2003, 01/09/2003, 30/09/2003, 31/10/2003, 30/11/2003, 31/12/2003, 31/01/2004, 29/02/2004, 31/03/2004, 30/04/2004, 31/05/2004, 30/06/2004, 31/07/2004, 31/08/2004, 30/09/2004, 31/10/2004, 30/11/2004 e 31/12/2004, que o termo inicial do prazo prescricional é a data de vencimento de cada parcela e que a Execução Fiscal foi proposta em 23/12/2007, ou seja, dentro do prazo de 05 (cinco) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão executória.

5. Apelação provida. Sentença reformada.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento à Apelação da OAB/RJ, nos termos do voto da Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal.
/aor

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0026958-97.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.026958-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/10/2014 16:08
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CLAUDIA VECCHI RUIZ ROMEIRO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0026958-97.2013.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE CITAÇÃO EDITALÍCIAL. NÃO VERIFICADA. ONEROSIDADE DE PENHORA ON LINE. INCABÍVEL. RECURSO DESPROVIDO.

1. A r. sentença julgou improcedentes os presentes Embargos à Execução Fiscal, afastando a alegada nulidade da citação editalícia da Executada, bem como rejeitando a ilegalidade do procedimento de penhora on line de ativos financeiros bastantes à quitação do débito exequendo.

2. Frustrada a citação pessoal no endereço oficial da Executada, é cabível a citação da mesma por edital. Jurisprudência do STJ.

3. Desnecessário buscar outros bens penhoráveis antes de proceder à penhora on line, uma vez que tal ordem de prioridade de penhora foi alterada com a entrada em vigor da Lei 11.382/06. Jurisprudência do STJ e desta Oitava Turma Especializada.

4. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal.
/rii

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

30 - 0108288-59.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.108288-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 09/12/2014 17:29

Gabinete 24

Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ

ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE

ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO

ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA

AGRAVADO: DROGARIA LIDER DE MANGARATIBA LTDA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0000726-23.2010.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. COMPETÊNCIA. DEVEDOR DOMICILIADO EM MUNICÍPIO EM QUE NÃO HÁ SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL. REVOGAÇÃO DO ART. 15, I, DA LEI Nº 5.010/66 PELO ART. 114, IX DA LEI Nº 13.043/2014. AJUIZAMENTO ANTERIOR À EDIÇÃO DA NOVA LEI. REGRA DE TRANSIÇÃO. ART. 75 DA LEI REVOGADORA. RECURSO DESPROVIDO.

1- Conforme disposto no artigo 109, § 3º, da Constituição Federal e no artigo 15, inc. I, da Lei n° 5.010/66, compete aos Juízes Estaduais processar e julgar Execuções Fiscais movidas pela União ou suas Autarquias contra executados domiciliados em Comarca do interior onde não funcione Vara Federal, cuja competência é absoluta. Dessa forma, buscou o legislador possibilitar aos cidadãos o amplo acesso à Justiça. Precedentes dos Tribunais.

3- Apesar de o art. 15, I, da Lei nº 5.010/66 ter sido revogado pelo art. 114, IX, da Lei nº 13.043, de 13/11/2014, retirando da Justiça Estadual a competência residual para processar e julgar execuções fiscais, o art. 75 do novo diploma legal estabeleceu que "A revogação do inciso I do art. 15 da Lei nº 5.010, de maio de 1966, constante do inciso IX do art. 114 desta Lei, não alcança as execuções fiscais da União e de suas autarquias e fundações públicas ajuizadas na Justiça Estadual antes da vigência desta Lei".

4. In casu, verifica-se que a presente Execução Fiscal foi ajuizada antes da vigência da Lei nº 13.043/2014, devendo, portanto, ser mantida a decisão agravada que reconheceu a sua incompetência absoluta e determinou a remessa do feito para o Juízo de Direito da Comarca que abrange o domicílio do Executado (Mangaratiba), Município não abrangido por Vara Federal.

4- Agravo de Instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator

/aro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001496-07.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.001496-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.009061-6
Distribuição por Prevenção - 25/09/2014 18:01
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: JOAO PEDRO DONATO FERREIRA
REPRESENTANTE: BEATRIZ DE ALMEIDA DONATO FERREIRA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CEFET-CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001496-07.2014.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15. Desse modo, não assiste razão ao Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão e o posicionamento adotado.
2. Os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.
3. Recurso conhecido e desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

/cgt

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0003007-40.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.003007-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 23/01/2017 13:19

Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: SALEM RENE NOVAIS MATA
ADVOGADO: SERGIO ANTONIO DE JESUS CATALDO
APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0003007-40.2014.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. MATRÍCULA EM CURSO SUPERIOR SEM A CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. A controvérsia dos autos cinge-se ao direito do Impetrante de ser matriculado no curso de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, visto ter sido aprovado e selecionado na segunda chamada, sem possuir, contudo, o comprovante de conclusão do ensino médio até a data de realização da matrícula na instituição, uma vez que ainda estaria cursando o terceiro ano.

2. O artigo 44, inciso II, da Lei nº 9.394/96 elenca como requisitos para ingresso no ensino superior: a classificação em processo seletivo e a conclusão do ensino médio ou equivalente.

3. O Processo Seletivo a que se submeteu o Impetrante foi regulado por Edital, como costumeiramente ocorre, prevendo que a matricula de todos os candidatos convocados às vagas, estaria condicionada a apresentação do Certificado de Conclusão do Ensino Médio.

4. In casu, verifica-se que o Impetrante não cumpriu um dos requisitos essenciais para ingressar no Curso Superior pretendido, uma vez que não havia concluído o ensino médio para que lhe fosse expedida a respectiva Certidão de Conclusão de Curso, e, por consequencia, a realização da matrícula pela Universidade, conforme informação do próprio Impetrante, razão pela qual não padece de ilegalidade o ato que negou a matrícula pretendida.

5. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao Recurso de Apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

/pmr

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0003581-63.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.003581-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/07/2014 13:37
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: MARCELO GIUBERTI DAVID
APELADO: VERA MARIA LUCIANO DOS SANTOS
ADVOGADO: FABIO MATHIAS PAVIE
Originário: 0003581-63.2014.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ANUIDADES DA OAB. RAZÕES DISSOCIADAS DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Cuida-se de Apelação interposta pela OAB/RJ, sustentando a prescrição da pretensão executória relativa à anuidade de 1990. O MM. Juiz a quo julgou parcialmente procedente os Embargos à Execução opostos pela Apelada, reconhecendo a prescrição em relação à cobrança da anuidade de 1992.

2. Ao analisar a Apelação, verifica-se que a OAB se limita a discorrer que a anuidade de 1990 não está prescrita, porquanto aplica-se a ela o prazo vintenário do art. 2028 do Código Civil/2002. Vale observar que tal anuidade sequer foi objeto da ação executiva (certidão de débito constante dos autos principais nº 0034416-73.2010.4.02.5101).

3. As Razões de Apelação nas quais não existe impugnação específica dos fundamentos da sentença não merecem conhecimento por se tratarem de petição recursal inepta, em vista do disposto no art. 514, II, do CPC/73 (com correspondente no CPC/15, em seu art. 1.010, II e III).

4. Apelação não conhecida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em não conhecer da Apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal.
/aor

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0005942-53.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.005942-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.001049-3
Distribuição-Sorteio Automático - 11/11/2014 12:57
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: RENATO DUTRA DA CUNHA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0005942-53.2014.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15. Desse modo, não assiste razão ao Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão e o posicionamento adotado.

2. Os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.

3. Recurso conhecido e desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

/cgt

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0010486-27.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.010486-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2015.6000.102754-5
Distribuição-Sorteio Automático - 28/09/2015 14:49
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: LAFARGE BRASIL S/A
ADVOGADO: LUIZ ANTONIO GUERREIRO RODRIGUES DA COSTA
Originário: 0021052-46.2015.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO. JUNTADA DA CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS ORIGINÁRIOS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento. Desse modo, não assiste razão à Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão.

2. Insuficiente a alegação de juntada de cópia integral dos autos para justificar ausência de peça obrigatória na formação do agravo. Conforme jurisprudência do STJ e desta Corte, é necessária juntada de certidão, emitida pelo órgão competente, que ateste a inexistência da respectiva peça nos autos originários.

3. Os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.

4. Recurso conhecido e desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos Declaratórios, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.
/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0010487-12.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.010487-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2015.6000.102921-1
Distribuição-Sorteio Automático - 28/09/2015 14:53
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: LAFARGE BRASIL S/A
ADVOGADO: LUIZ ANTONIO GUERREIRO RODRIGUES DA COSTA
Originário: 0025105-70.2015.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO. JUNTADA DA CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS ORIGINÁRIOS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento. Desse modo, não assiste razão à Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão.

2. Insuficiente a alegação de juntada de cópia integral dos autos para justificar ausência de peça obrigatória na formação do agravo. Conforme jurisprudência do STJ e desta Corte, é necessária juntada de certidão, emitida pelo órgão competente, que ateste a inexistência da respectiva peça nos autos originários.

3. Os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.

4. Recurso conhecido e desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos Declaratórios, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.
/mee

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0104926-47.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.104926-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.108431-9
Distribuição-Sorteio Automático - 30/05/2016 15:25
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUIZO DA 4ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0104926-47.2015.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível
E M E N T A

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NÃO CONFIGURADAS. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15. Desse modo, não assiste razão ao Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão.

2. Os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.

3. Recurso conhecido e desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,

Desembargador Federal ¿ Relator.

/pmr

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0137083-73.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.137083-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/02/2017 14:40
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APELADO: LUIZ CARLOS SANTOS DA HORA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0137083-73.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CONSELHO PROFISSIONAL. ANUIDADES. RESOLUÇÃO. LEGALIDADE TRIBUTÁRIA ESTRITA (ART. 150, I, CF/88). CDA. VÍCIO INSANÁVEL. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de questão envolvendo a legalidade da cobrança de anuidade pelo CRA/ES, cujos valores foram fixados por Resolução, com base no disposto no art. 2º da Lei nº 11.000/04.

2. As contribuições referentes a anuidades de Conselho Profissional têm natureza de tributo e, por isso, estão submetidas ao Princípio da Legalidade Tributária Estrita, nos termos do art. 150, I, da CRFB/88, motivo pelo qual não podem ser instituídas ou majoradas mediante Resolução (STJ, Segunda Turma, REsp 362278/RS, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ 06.04.2006, Unânime; STF, Segunda Turma, RE 613799 AgR/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe 06.06.2011, Unânime).

3. A Lei nº 6.994/1982- que fixava o valor das anuidades devidas aos Conselhos Profissionais e os parâmetros para a sua cobrança com base no MRV (Maior Valor de Referência) - foi revogada expressamente pelo art. 87 da Lei nº 8.906/94. E, como cediço, é vedada a cobrança de contribuição com base em lei revogada (STJ, Segunda Turma, REsp 1120193/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 26.02.2010, Unânime; STJ, Primeira Turma, REsp 1032814/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 06.11.2009, Unânime; TRF2, Sexta Turma Especializada, AC 2005.51.01.526616-0, Rel. Juíza Fed. Conv. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, E-DJF2R 08.07.2014, Unânime).

4. As Leis nº 9.649/1998 (caput e dos parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do art. 58) e nº 11.000/2004 (caput e §1º do art. 2º), que atribuíram aos Conselhos Profissionais a competência para a instituição da contribuição em exame, tiveram os dispositivos que tratavam da matéria declarados inconstitucionais, respectivamente pelo Eg. STF e por esta Eg. Corte Regional, não servindo de amparo à cobrança de anuidades instituídas por resolução (STF, Plenário, ADIN nº 1.771, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, DJ 28.03.2003; Unânime; TRF2, Plenário, APELREEX 2008.51.01.000963-0, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 09.06.2011, Unânime). Incidência da Súmula nº 57 do TRF2: "são inconstitucionais a expressão 'fixar', constante do caput, e a integralidade do §1º do art. 2º da Lei nº 11.000/04".

5. Com o advento da Lei nº 12.514/2011, que dispõe sobre as contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral, restou atendido o Princípio da Legalidade Tributária Estrita. Entretanto, é inviável a cobrança de créditos oriundos de fatos geradores ocorridos até 2011, haja vista os Princípios da Irretroatividade e da Anterioridade (art. 150, III, "a", "b" e "c" da CRFB/88). Neste sentido, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo (art. 543-C do CPC) - REsp nº 1.404.796/SP - que a referida Lei somente seria aplicável às execuções fiscais ajuizadas após sua vigência.

6. Na hipótese das anuidades devidas a partir de 2012, sobre as quais incide a Lei 12.514/11, deve ser observado seu artigo 8º, o qual veda o ajuizamento de execuções fiscais pelos conselhos profissionais de dívidas inferiores a quatro anuidades.

7. In casu, a CDA que lastreia a inicial é dotada de vício essencial e insanável, uma vez que não há lei, ipso facto, para cobrança das anuidades vencidas até 2011 e, em relação às anuidades de 2012 a 2014, por inobservância ao limite mínimo previsto no art. 8º da Lei nº 12.514/11.

8. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em conhecer do Apelo do Exequente e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal - Relator.
/lct/

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0023854-29.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.023854-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.007223-5
Distribuição por Prevenção - 23/12/2015 14:48
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: MARTHA ADRIANA DIAS ABDALLA
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SODERO VICTORIO
ADVOGADO: ALESSANDRO CARDOSO FARIA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0023854-29.2015.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR CIVIL PÚBLICO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NÃO CONFIGURADAS. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15. Desse modo, não assiste razão ao Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão.
2. Os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.
3. Recursos conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

/pmr

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0059142-38.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.059142-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/08/2016 14:32
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: PRISCILA SOUZA DE MENEZES
ADVOGADO: HELVÉCIO MODESTO COELHO NETO
APELADO: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

Originário: 0059142-38.2015.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. PROCESSO SELETIVO. CANDIDATA APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. NÃO CONVOCAÇÃO PARA AS DEMAIS ETAPAS. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO DE NOMEAÇÃO. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. A Impetrante foi aprovada em 10º (décimo) lugar no Processo Seletivo Público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva, regido pelo edital 01/2014 da Petrobras, para o cargo de "Técnico de Segurança Júnior", polo de Salvador, o qual possuía 1 (uma) vaga prevista.

2. A aprovação em concurso público fora do número de vagas não gera direito subjetivo à nomeação, mas tão somente uma expectativa de direito.

3. Em razão da colocação obtida no certame, a Impetrante não foi convocada para as etapas pré-admissionais (etapas de comprovação de requisitos e biopsicossocial - exames médicos, avaliação psicológica e levantamento sócio-funcional), por não ter a classificação alcançado as vagas existentes no polo de trabalho para o qual se inscreveu, durante a validade do certame. Assim, considerando que o edital previa mais vagas para o cargo de Técnico de Segurança Junior, nos demais polos (fl. 37: Macaé = 4 (quatro) vagas; Rio de Janeiro = 3 (três) vagas e Santos = 2 (duas) vagas), não há ilegalidade no ato da Impetrada convocar mais candidatos para as demais etapas do certame em tais polos.

4. Inexiste direito líquido e certo da Impetrante, uma vez que a vaga prevista no Edital para o cargo, no polo que concorreu, foi preenchida; bem como por estar dentro do poder discricionário da Administração a decisão de convocar candidatos que haviam participado das demais etapas do certame de acordo com proximidade geográfica da vaga, não havendo que se falar em ilegalidade.

5. Em concurso público, compete ao Poder Judiciário tão somente a verificação de questões em torno da legalidade, o que não se vislumbra no caso em apreço, não podendo, assim, substituir-se à Administração Pública.

6. Não verificada qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade na atuação da Administração, motivo pelo qual não pode o Poder Judiciário intervir.

7. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

/cgt

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0131779-84.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.131779-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.091044-4
Distribuição-Sorteio Automático - 09/06/2016 18:42
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
ADVOGADO: RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN
ADVOGADO: EDUARDO SCHMITT JUNIOR
ADVOGADO: ROBERSON SOUZA DE BARROS
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0131779-84.2015.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS. CABIMENTO. RECURSO PROVIDO.

1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, constata-se que está com a razão o Embargante, uma vez que a sentença havia julgado extinto o feito, sem resolução de mérito, condenando o Impetrante/Embargante ao pagamento das custas e com o provimento do Recurso de Apelação para julgar procedente a ação, deverá o Impetrado arcar com o pagamento das custas.

2. Dá-se, assim, provimento aos Embargos Declaratórios para sanar a omissão e fazer constar no mesmo que deverá o Impetrado arcar com o pagamento das custas, em face da inversão sucumbencial.

3. Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento aos Embargos Declaratórios, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.
/pmr

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0151630-12.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.151630-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 05/12/2016 17:45
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: PATRICK COELHO CAMPOS GAPPO
ADVOGADO: FELIPE FROTA AGUIAR PIZARRO DRUMMOND
ADVOGADO: MATHEUS SOUSA CASTRO
ADVOGADO: CARLOS HENRIQUE DE VASCONCELOS
REMETENTE: JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0151630-12.2015.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL. ANS. NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA DO EDITAL. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REPOSICIONAMENTO PARA O FINAL DA FILA. VINCULAÇÃO AO EDITAL. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO PROVIDAS.

1. O Impetrante foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado/2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga de "Técnico para atividades técnicas de complexidade", tendo sido convocado para apresentação dos documentos indicados no edital. Posteriormente teve a negativa de sua contratação temporária, em razão de não ter apresentado "diploma de graduação, bem como não apresentou a documentação comprobatória dos requisitos adicionais como experiência profissional superior a três anos ou qualificação diferenciada, como pós-graduação lato sensu, mestrado ou doutorado".

2. O edital foi expresso em referir que os documentos exigidos na norma editalícia deveriam ser apresentados no ato da contratação.

3. No caso, o Impetrante foi convocado para apresentação dos documentos indicados no edital no dia 09/12/2015. Contudo, como o próprio Impetrante afirmou na inicial, ainda estava cursando a pós-graduação em tal data, e tinha conclusão prevista para março de 2016, motivo pelo qual não apresentou o respectivo certificado.

4. Não há que se falar em direito líquido e certo uma vez que não é possível aceitar a alegação do Impetrante, de que preenche os requisitos estabelecidos no edital, que é a lei entre as partes, pois não possui a titulação exigida na data prevista; assim como pela ausência de previsão editalícia de possibilidade de reposicionamento para o final da fila de classificação.

5. Acolher a pretensão do Impetrante violaria o Princípio da Isonomia com que são tratados todos os candidatos que concorreram ao certame.
6. Remessa Necessária e Apelação Providas.

/cgt

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento à Remessa Necessária e à Apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

/cgt

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0008650-82.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.008650-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 23/08/2016 19:14
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: JORGE BARBOSA DA SILVA
ADVOGADO: SANDRA DE ALMEIDA LOURENCO DAROZ
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0000478-73.2004.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MPF. REPARAÇÃO DE DANO AMBIENTAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. PEDIDO DE PARCELAMENTO DA MULTA. FACULTADO AO INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. VIA PRÓPRIA PARA COBRANÇA DA MULTA JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL. DESCABIMENTO. RECURSO IMPROVIDO.

1- Trata-se de Agravo de Instrumento a fim de reformar decisão nos autos de Ação Civil Pública que, na fase de cumprimento de sentença, manteve seu entendimento de acolher o condicionamento da parte credora/MPF ao parcelamento da multa fixada na sentença pelo descumprimento da obrigação de fazer, no prazo ali fixado, ao início do cumprimento da própria obrigação principal para reparação dos danos ambientais (demolição das estruturas do imóvel edificado irregularmente às margens do rio Paraíba do Sul).

2- Certo é que a multa, meio coercitivo à disposição do juízo que visa garantir a autoridade e a eficácia da decisão judicial, compelindo o devedor a cumprir obrigação específica de reparação do bem lesado, restou definida no título judicial e assim o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição, nos próprios autos, a teor do que dispõe o art. 475-P, II, do CPC/1973, atual art. 516, II do CPC/2015.

3- Não tem base legal o argumento do Agravante de que a execução fiscal é a sede própria para a cobrança da multa judicial. Tem-se que a multa não se submete ao procedimento da execução fiscal por não ser constituída Dívida Ativa da Fazenda Pública de que trata a Lei nº 6.830/80 e nem apresenta os requisitos obrigatórios de inscrição para a execução de título.

4- A destinação da multa em favor do Fundo Nacional do Meio Ambiente para fins de reconstituição dos bens lesados (art. 13 da Lei nº 7.347/85), conforme determinado na sentença, em nada modifica a sua natureza jurídica disposta no art. 461 e seus §§ 4º e 5º do CPC/73 e não retira a sua descaracterização como dívida ativa, por inobservância às disposições da Lei de Execução Fiscal.

5- Quanto à irresignação ao condicionamento do parcelamento da multa ao início do cumprimento da obrigação principal (demolição de imóvel), andou bem a decisão agravada, pois tem-se que sendo o MPF a parte credora - e a execução deve ser realizada no interesse dela (art. 612 do CPC/73, atual art. 797 do CPC/15) -, não é ele obrigado a aceitar a proposta como lançada, cuja condição é razoável para se obter o objetivo almejado com a ação (reparação do dano ambiental com a demolição das estruturas do imóvel edificado irregularmente às margens do rio Paraíba do Sul), até porque a multa ainda pode ser cancelada, conforme aventado nos autos ou ainda modificada pelo Juízo (§6º do art. 461 do CPC/73, atual art. 537, §1º do CPC/15), razão pela qual não merece guarida tal pretensão.

6- Agravo de Instrumento improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do Voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,

Desembargador Federal ¿ Relator.
/lsz/

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0010399-37.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010399-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/10/2016 16:37
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: MIRIAM ROSE KIRJNER
ADVOGADO: PAULO CESAR CARNEIRO ALVES FILHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0124080-08.2016.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. DEMISSÃO. ARTIGOS 127, INCISO IV E 134, LEI Nº 8.112/1990.TUTELA DE URGÊNCIA. ART. 300. CPC/2015. SUSPENSÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. DESCABIMENTO. RECURSO IMPROVIDO.

1- Trata-se de Agravo de Instrumento a fim de reformar decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência para que fossem mantidos os proventos da sua aposentadoria por invalidez deferida e em seguida cassada diante da sua demissão decorrente de ato de improbidade administrativa apurado em processo administrativo disciplinar.

2- Em um exame perfunctório dos autos, próprio desta fase de deliberação, entendo ausentes os requisitos autorizadores da medida pleiteada (art. 300 do CPC/15), vez que não há como aferir de plano a plausibilidade do direito invocado pela parte autora, ora Agravante, vez que a teor do que dispõem os arts. 127, IV e 134 da Lei nº 8.112/90, e consoante entendimento jurisprudencial, inobstante o caráter contributivo do regime de previdência, é admitida a cassação de aposentadoria de servidor público inativo que tenha praticado, na atividade, falta disciplinar punível com demissão apurada em processo administrativo disciplinar. Precedentes jurisprudenciais.

3- No presente caso, conforme a portaria de demissão, com fundamento no art. 132, incisos IV e XIII, este combinado com o art. 117, incisos IX e X, todos da Lei nº 8.112/90 e tendo em vista o que consta do processo administrativo disciplinar indicado (fl. 30 dos autos originários), a Autora/Agravante foi demitida "por ato de improbidade administrativa, por valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem,

em detrimento da dignidade da função pública...", impondo prestigiar a inabalável atuação da Administração Pública que está amparada pela presunção juris tantum de legalidade, legitimidade e veracidade de seus atos.

4- Agravo de Instrumento improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do Voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.
/lsz/

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0059833-18.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.059833-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.002766-3
Distribuição-Sorteio Automático - 21/10/2016 13:53
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: JOAO PAULO FOGACCI DE FARIAS
ADVOGADO: PAULO AMERICO LOPES FRANCO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0059833-18.2016.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15. Desse modo, não assiste razão ao Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão e o posicionamento adotado.

2. Os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.

3. Recurso conhecido e desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

/cgt

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0089536-91.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.089536-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/10/2016 12:53
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
PARTE AUTORA: GREENPEOPLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO MARINHO DE BRITO CHAVES
ADVOGADO: EDUARDO LEAO TEIXEIRA QUENTEL
ADVOGADO: JORGE EDUARDO GOUVEA VIEIRA
ADVOGADO: MARIO VICTOR VIDAL AZEVEDO
PARTE RÉ: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUCERJA
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0089536-91.2016.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ANÁLISE DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. GREVE DOS SERVIDORES. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDA.

1. Embora seja garantido aos servidores públicos o exercício do direito de greve (art. 37, VII, da CF), cabe à Administração Pública, ao menos, manter em atividade um contingente de funcionários capaz de preservar a continuidade do serviço público, evitando-se, assim, o prejuízo aos cidadãos em geral.

2. O Impetrante não pode sofrer prejuízo em virtude da paralisação de um serviço, como de análise dos requerimentos realizados por período superior a 30 (trinta) dias, excedendo notavelmente o prazo de 05 (cinco) dias úteis previstos no art. 43 da Lei 8.934/1994, competindo ao órgão responsável por este serviço manter a continuidade do mesmo. Precedentes.

2. Ponderação entre a coerência entre o exercício do direito de greve pelo servidor público e as condições necessárias à coesão e interdependência social, que a prestação continuada dos serviços públicos assegura como decorre claramente do âmago da Constituição Federal de 1988.

3. O Impetrante tem o direito líquido e certo de ter a análise e processamento do pedido em tempo razoável.

4. Remessa Necessária desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à Remessa Necessária, nos termos do Voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.
/pmr

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0071144-03.2016.4.02.5102 Número antigo: 2016.51.02.071144-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/12/2016 12:34
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
APELADO: CENTRO DE RESSONANCIA MAGANETICA DE NITEROI LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0071144-03.2016.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CONSELHO PROFISSIONAL. ANUIDADES. RESOLUÇÃO. LEGALIDADE TRIBUTÁRIA ESTRITA (ART. 150, I, CF/88). CDA. VÍCIO INSANÁVEL. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de questão envolvendo a legalidade da cobrança de anuidade pelo CREMERJ, cujos valores foram fixados por Resolução, com base no disposto no art. 2º da Lei nº 11.000/04.

2. As contribuições referentes a anuidades de Conselho Profissional têm natureza de tributo e, por isso, estão submetidas ao Princípio da Legalidade Tributária Estrita, nos termos do art. 150, I, da CRFB/88, motivo pelo qual não podem ser instituídas ou majoradas mediante Resolução (STJ, Segunda Turma, REsp 362278/RS, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ 06.04.2006, Unânime; STF, Segunda Turma, RE 613799 AgR/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe 06.06.2011, Unânime).

3. A Lei nº 6.994/1982- que fixava o valor das anuidades devidas aos Conselhos Profissionais e os parâmetros para a sua cobrança com base no MRV (Maior Valor de Referência) - foi revogada expressamente pelo art. 87 da Lei nº 8.906/94. E, como cediço, é vedada a cobrança de contribuição com base em lei revogada (STJ, Segunda Turma, REsp 1120193/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 26.02.2010, Unânime; STJ, Primeira Turma, REsp 1032814/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 06.11.2009, Unânime; TRF2, Sexta Turma Especializada, AC 2005.51.01.526616-0, Rel. Juíza Fed. Conv. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, E-DJF2R 08.07.2014, Unânime).

4. As Leis nº 9.649/1998 (caput e dos parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do art. 58) e nº 11.000/2004 (caput e §1º do art. 2º), que atribuíram aos Conselhos Profissionais a competência para a instituição da contribuição em exame, tiveram os dispositivos que tratavam da matéria declarados inconstitucionais, respectivamente pelo Eg. STF e por esta Eg. Corte Regional, não servindo de amparo à cobrança de anuidades instituídas por resolução (STF, Plenário, ADIN nº 1.771, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, DJ 28.03.2003; Unânime; TRF2, Plenário, APELREEX 2008.51.01.000963-0, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 09.06.2011, Unânime). Incidência da Súmula nº 57 do TRF2: "são inconstitucionais a expressão 'fixar', constante do caput, e a integralidade do §1º do art. 2º da Lei nº 11.000/04".

5. Com o advento da Lei nº 12.514/2011, que dispõe sobre as contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral, restou atendido o Princípio da Legalidade Tributária Estrita. Entretanto, é inviável a cobrança de créditos oriundos de fatos geradores ocorridos até 2011, haja vista os Princípios da Irretroatividade e da Anterioridade (art. 150, III, "a", "b" e "c" da CRFB/88). Neste sentido, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo (art. 543-C do CPC) - REsp nº 1.404.796/SP - que a referida Lei somente seria aplicável às execuções fiscais ajuizadas após sua vigência.

6. Na hipótese das anuidades devidas a partir de 2012, sobre as quais incide a Lei 12.514/11, deve ser observado seu artigo 8º, o qual veda o ajuizamento de execuções fiscais pelos conselhos profissionais de dívidas inferiores a quatro anuidades.

7. In casu, a CDA que lastreia a inicial é dotada de vício essencial e insanável, uma vez que não há lei, ipso facto, para cobrança das anuidades vencidas até 2011 e, em relação às anuidades de 2012 a 2014, por inobservância ao limite mínimo previsto no art. 8º da Lei nº 12.514/11.

8. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em conhecer do Apelo do Exequente e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal - Relator.
/lct/

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0031778-51.2016.4.02.5103 Número antigo: 2016.51.03.031778-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/09/2016 16:07

Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: VANDERLUBE GUINANCIO PEREIRA NASCIMENTO
ADVOGADO: DENISE REIS SANTOS HATHAWAY VIEGAS
ADVOGADO: MARIANA RAMOS SENA DOS SANTOS
APELADO: MARCOS ANTONIO BARRETO NUNES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0031778-51.2016.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. RAZÕES DISSOCIADAS DE APELAÇÃO. IRREGULARIDADE FORMAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. A sentença a quo julgou extinta a execução fiscal, sob o fundamento de que é defeso aos Conselhos a execução judicial de dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente do inadimplente, conforme disposto no art. 8º da Lei nº 12.514/2011.

2. A contrariedade apresentada na Apelação não possui correlação com a base do decisum, pois, nas razões recursais, discorre o Apelante, equivocadamente, sobre a legalidade das anuidades cobradas pelo Exequente.

3. As razões de Apelação nas quais não existe impugnação específica dos fundamentos da sentença não merecem conhecimento por se tratarem de petição recursal inepta, em vista do disposto no art. 1.010, incisos II e III, do CPC/15.

4. Apelação não conhecida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em não conhecer da Apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.
/lct

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0037551-41.2016.4.02.5115 Número antigo: 2016.51.15.037551-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/02/2017 15:09
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: VANDERLUBE GUINANCIO PEREIRA NASCIMENTO
ADVOGADO: DENISE REIS SANTOS HATHAWAY VIEGAS
APELADO: VANILDO CAVALCANTI DE ANDRADE FILHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0037551-41.2016.4.02.5115 - 01ª Vara Federal de Teresópolis
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CONSELHO PROFISSIONAL. CRC. DECRETO-LEI Nº 9.295/46. LEI Nº 12.249/10. ANUIDADES. RESOLUÇÃO. ART. 8º DA LEI Nº 12.514/11. PATAMAR MÍNIMO PARA COBRANÇA JUDICIAL. LEGALIDADE TRIBUTÁRIA ESTRITA (ART. 150, I, CR/88). RECURSO PROVIDO.

1. Trata-se de Execução Fiscal em que o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro - CRC/RJ pleiteia o recebimento de crédito referente a valores das anuidades dos anos de 2011 a 2013.

2. As anuidades cobradas pelo Apelante têm fundamento legal nos arts. 21 e 22 do Decreto-Lei nº 9.295/46, alterados pelo art. 76 da Lei nº 12.249/10 e Resoluções do CFC.

3. As contribuições referentes a anuidades de Conselho Profissional têm natureza de tributo e, por isso, estão submetidas ao Princípio da Legalidade Tributária Estrita, nos termos do art. 150, I, da CRFB/88, motivo pelo qual não podem ser instituídas ou majoradas mediante Resolução (STJ, Segunda Turma, REsp 362278/RS, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ 06.04.2006, Unânime; STF, Segunda Turma, RE 613799 AgR/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe 06.06.2011, Unânime).

4. A MP nº 472, de 15 de dezembro de 2009 (convertida na Lei nº 12.249/10), alterou a redação do art. 21 do Decreto-Lei nº 9.295/46, que passou a prever limites máximos para a fixação dos valores das anuidades devidas ao Conselho. Os créditos oriundos de fatos geradores posteriores à entrada em vigor da referida Medida Provisória (16/12/2009) são exequíveis; sendo os anteriores inválidos, posto que não possuem previsão legal. Portanto, são válidas as cobranças das anuidades referentes ao anos de 2011 a 2013.

5. Com o advento da Lei nº 12.514/2011, que dispõe sobre as contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral, publicada em 31/10/2011, deve ser observado o patamar mínimo previsto em seu art. 8º (4 anuidades) para a propositura de Execução Judicial. In casu, o Conselho observou o limite mínimo, motivo pelo qual o feito deve retornar ao Juízo de origem para o regular prosseguimento do feito.

6. Apelação conhecida e provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em conhecer do Apelo do Exequente e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

/lct/

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0103330-30.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.103330-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/08/2014 01:13
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0108970-71.2013.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL CUMPRIDO. OFERECIMENTO DE FIANÇA BANCÁRIA ANTES DE EFETUADA PENHORA. EXIGÊNCIA DO ACRÉSCIMO DE 30% DO DÉBITO. §2º DO ART. 656 DO CPC/73. CABIMENTO. CLÁUSULA DE SOLIDARIEDADE. ATENDIMENTO À PORTARIA PGF 437/2011. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1- Trata-se de Agravo de Instrumento A fim de reformar decisão proferida em autos da Execução Fiscal que: 1) diante de declarada irregularidade de representação processual da executada (ausência de procuração), não houve a decretação da nulidade de todo o processado ou a determinação de suspensão do processo até a sua regularização; 2) afastou a exigência da Exequente de que a carta de fiança bancária oferecida em garantia do valor executado corresponda ao valor integral do débito executado, acrescido de 30% (trinta por cento), conforme determina o artigo 656, § 2º, do CPC/73; 3) entendeu atendida a exigência da cláusula de solidariedade entre a instituição financeira e o devedor, com a renúncia ao benefício de ordem previsto no art. 827 do Código Civil.

2- A representação processual restou sanada pela Agravada, conforme juntada aos autos originários de petição com petição, procuração e atos constitutivos, além de substabelecimento na oportunidade seguinte à verificação e determinação pelo Juízo da irregularidade, não havendo prejuízo processual.

3- O Código de Processo Civil tem aplicação subsidiária nos processos de Execução Fiscal, conforme o art. 1º da Lei nº 6.830/1980. Da dicção do §2º do art. 656 do CPC/73, restou estabelecida a possibilidade expressa de substituição de penhora realizada nos autos de execução por carta de fiança bancária, desde que acrescida de 30% (trinta por cento) ao valor do débito cobrado.

4- Por outro giro, certo é a conclusão de que, como ocorreu no caso em apreço, quando do oferecimento voluntário pela parte executada de carta de fiança bancária (art. 15, I, da Lei nº 6.830/80), antes mesmo de efetivada qualquer penhora nos autos, também cabe o acréscimo de 30% ao valor do débito de que trata o art. 656, §2º do CPC/73, pois não tem a carta de fiança, à evidência, o mesmo status que o depósito em dinheiro, devendo, pois, ante a inobservância da ordem preferencial de penhoras (art. 11, da LEF), ser privilegiada a execução em prol do interesse do exequente com a finalidade de satisfação da obrigação executada (art. 612 do CPC/73, atual art. 797 do CPC/15), sem com isso implicar em onerosidade excessiva ao devedor (art. 620 do CPC/73) que, ao contrário, se beneficia por manter a sua disponibilidade financeira e por não sofrer os efeitos negativos da demanda executiva.

5- A fim de que a Fazenda Pública aceite carta de fiança bancária, faz-se mister cumprir os requisitos elencados na Portaria PGF 437/2011, entre eles a previsão de cláusula de solidariedade entre a instituição financeira e o devedor, com expressa renúncia ao benefício de ordem previsto no art. 827 do Código Civil. In casu, consta expressamente dos autos originários (fl. 19) a Carta de Fiança nº 2.065.369-8 que dá cumprimento ao requisito constante da Portaria 437/2011: "Este Banco renuncia aos benefícios estatuídos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 inciso I, 839 do Código Civil e artigo 595 do Código de Processo Civil."

6- Agravo de Instrumento parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, em dar parcial provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do Voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal - Relator.

/lsz/

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0103594-47.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.103594-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/08/2014 14:12
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
AGRAVADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0105741-40.2012.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. LITISCONSÓRCIO ATIVO. LIMITAÇÃO EM NÚMERO DE CINCO EXEQÜENTES. DESISTÊNCIA PARCIAL. CABIMENTO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

1- Trata-se de Agravo de Instrumento visando reformar decisão que indeferiu o processamento da execução em relação a 4 (quatro) dos 5 (cinco) litisconsortes, determinando o desmembramento da Execução.

2- Os artigos 501 e 502 do CPC/73, atuais arts 998 e 999 do CPC/15 facultam ao Recorrente o direito de desistir do recurso a qualquer momento, mesmo sem a anuência do Recorrido. Cabimento de desistência parcial de um dos litisconsortes.

3- Embora a limitação do número de partes (litisconsortes) no litisconsórcio facultativo seja permitida ao Magistrado (§ único do art. 46 do CPC/1973), a fim de garantir a aplicação dos Princípios do Contraditório, Ampla Defesa, Celeridade e Economia Processual, no caso em questão - constituindo o título judicial no reajuste de 28,86% devidos aos substituídos a partir de janeiro/1993 - a formação do referido instituto, no qual figuram cinco exeqüentes no pólo ativo, demonstra condição razoável, uma vez que os demandantes partilham de identidade de fato e de direito, não caracterizando, portanto, óbice que venha a prejudicar o desenvolvimento regular do processo ou a celeridade da prestação jurisdicional, não havendo, pois, que se falar em limitação de litisconsórcio com desmembramento do feito.

4- Agravo de Instrumento provido. Desistência parcial homologada.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em homologar a desistência recursal de MARIA SILVIA SIMÕES GOUVÊA e, quanto aos demais Agravantes, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,

Desembargador Federal ¿ Relator.
/lsz/

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0105286-81.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.105286-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/09/2014 15:24
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS - 1a REGIAO
ADVOGADO: CAROLINA RAMOS BARBALHO PINTO
AGRAVADO: ALDEMIR MUSSA DIB
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0520530-47.2010.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONFLITO DE COMPETÊNCIA INSTAURADO ENTRE JUÍZOS FEDERAIS DE SEÇÕES JUDICIÁRIAS DISTINTAS. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. IMPOSSIBILIDADE DE DECLÍNIO DE OFÍCIO. ENUNCIADO Nº 33 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1 - A controvérsia reside em análise do juízo competente para o processamento e julgamento de execução fiscal promovida pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro ¿ CREMERJ.

2 - O artigo 46, §5º, do Novo Código de Processo Civil, dispõe que a execução fiscal deve ser proposta no foro de domicílio da parte executada, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrada. A fixação da competência é pautada pelo critério territorial e, portanto, de natureza relativa.

3 - Para a resolução da questão acerca do juízo competente para o processamento e julgamento da execução fiscal originária, em que se discute a competência entre juízos federais integrantes de Seções Judiciárias distintas - Rio de Janeiro e Manaus AM -, impende asseverar que, em se tratando de competência

territorial e, portanto, de incompetência relativa, aplica-se o Enunciado nº 33, da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".

4 - Declara-se competente para o processamento e julgamento da demanda o juízo suscitado, da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

/pmr

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0006110-61.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006110-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/06/2016 16:50
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: GABRIEL MARTINS RODRIGUES
REPRESENTANTE: LUIZ HENRIQUE RODRIGUES DE ALMEIDA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
AGRAVADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0060377-06.2016.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SUS. FORNECIMENTO DE INSUMOS E APARELHOS. HOME CARE. NÃO INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de Agravo de Instrumento a fim de reformar decisão que indeferiu a liminar pleiteada, por entender que a concessão da tutela ¿é contrária à política estabelecida e possui efeitos sistêmicos indesejados sobre o atendimento e o direito à saúde dos demais usuários do Sistema, que terão suas demandas desatendidas ou não atendidas a contento em virtude do redirecionamento de recursos para a demanda do autor¿.

2. A implementação de políticas de saúde pública compete ao Poder Executivo, através de seus governantes eleitos, que, de acordo com sua dotação orçamentária, irão decidir acerca das medidas a serem adotadas no tratamento mais adequado a ser dispensado àqueles que recorrem à rede de saúde pública.

3. O delineamento dessas políticas é, em princípio, questão de caráter discricionário, razão pela qual não pode o Judiciário se imiscuir na esfera de competência do Poder Executivo, impondo que um determinado tratamento deva ser posto à disposição do Autor, minorando seu sofrimento e agravando, provavelmente, de outros. Inteligência do artigo 2º da Carta Política.

4. Ressalta-se, ainda, que, de acordo com as razões contidas na nos autos, trazidas pelo Agravado, os itens requeridos não fazem parte de nenhuma lista de distribuição do Sistema Único de Saúde ¿ SUS.

5. Ademais, esta Corte tem deliberado que apenas em casos de decisão teratológica, fora da razoabilidade jurídica, ou quando o ato se apresenta flagrantemente ilegal, ilegítimo e abusivo, justificaria a reforma pelo órgão ad quem, em Agravo de Instrumento. E, nesse contexto, a ilegalidade da decisão deve ficar clara e inequívoca, pois, do contrário, tudo deve ser resolvido ao final, no bojo da sentença e pode ser examinado pelo Tribunal competente, em grau de recurso.

6. Agravo de instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.
/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0007273-76.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007273-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 12/07/2016 16:43
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
AGRAVADO: PEDRO ALVES DE SOUZA FILHO
ADVOGADO: ANTONIO OCTACILIO TICOM
PARTE RÉ: PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES
ADVOGADO: RHEA SILVIA BARROS DE MELLO
Originário: 0031799-92.2000.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS. COISA JULGADA. RECURSO PROVIDO.
1. Trata-se de Agravo de Instrumento a fim de reformar decisão que homologou a conta da Contadoria do Juízo, por entender que a matéria impugnada pela Agravante encontra-se preclusa.
2. Não é cabível a homologação da conta da Contadoria do Juízo sem que sejam analisadas as impugnações da Agravante, por envolver matéria de ordem pública, notadamente, critérios de aplicação da sentença.
3. Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.
/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0008817-02.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.008817-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/08/2016 17:28
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: SERGIO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ROSIMERI ALVES TRINTIN
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0014927-80.2016.4.02.5120 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS DE EX-FERROVIÁRIO DA RFFSA. INSS. LEGITIMIDADE PASSIVA. COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. ILEGITIMIDADE PASSIVA. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Agravo de Instrumento a fim de reformar decisão que excluiu "a CBTU e o INSS do polo passivo do feito, tendo em vista que cabe à União Federal suportar eventual ônus financeiro da complementação de benefício de ex-ferroviário, à conta do Tesouro Nacional¿.

2. A União e o INSS são partes legítimas para figurar no polo passivo de ações em que se postula a correta aplicação da Lei 8.186/91, na medida em que a primeira arca com os ônus financeiros da complementação e o segundo é o responsável pelo pagamento. Precedente desta Turma.

3. Resta configurada a ilegitimidade passiva da CTBU, uma vez que sua presença aos autos faz-se necessária tão somente para exibição de documentos, o que pode ser suprida por mero ofício. Precedente deste Tribunal.

4. Agravo parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.
\mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0012431-15.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012431-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/11/2016 13:39
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
AGRAVADO: VINICIUS GABRIEL DE CARVALHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0161425-42.2015.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL DISTRIBUÍDA SOB A VIGÊNCIA DO CPC DE 1973. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO LOCAL ONDE A OBRIGAÇÃO DEVE SER SATISFEITA. RECURSO PROVIDO.

1- Hipótese de Agravo do Instrumento a fim de reformar decisão que declarou a incompetência do Juízo e declinou, para processar e julgar o feito, em favor de uma das Varas Federais da Seção Judiciária de São Paulo, em razão do executado residir na cidade de São Paulo/SP.

2- A competência entre as Seções Judiciárias da Justiça Federal é relativa, não pode ser conhecida de ofício pelo Juiz, depende de alegação da parte interessada. Neste sentido é o entendimento do Colendo STJ através da Súmula nº 33: ¿A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.¿

3- Tratando-se de execução fundada em título extrajudicial, distribuída sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973, a competência do juízo deve observar e ser fixada nos termos do art. 576 e, de modo mais específico, do art. 100, inciso IV, alínea ¿d¿, ambos do CPC/1973.

4- Considerando-se que a execução em comento visa à cobrança de anuidades profissionais de inscrição principal perante a Seccional do Rio de Janeiro, é possível concluir que o respectivo pagamento

deveria ter sido cumprido no Estado do Rio de Janeiro, portanto, é competente para processar e julgar o feito originário, o Juízo da Vara Federal do Rio de Janeiro.

5- Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.
/mee

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0000038-47.2008.4.02.5106 Número antigo: 2008.51.06.000038-4 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7652.000023-5

Distribuição por Migração de Sistema - 21/04/2015 18:23

Gabinete 24

Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER

APELANTE: MARIA CLARA GUIMARAES PETRAGLIA

ADVOGADO: MARCIO RODRIGUES DO NASCIMENTO

APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: ROBERTA MURATORI ATHAYDE

APELADO: VANDERLEI RAMOS BRANCO

APELADO: ANA LUCIA DA SILVA MESQUITA BRANCO

ADVOGADO: FLAVIA SAVEDRA SERPA

Originário: 0000038-47.2008.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO NÃO CONFIGURADAS. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15. Desse modo, não assiste razão à Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão e o posicionamento adotado.

2. Os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.

3. Recurso conhecido e desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

e/ai

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001925-54.2008.4.02.5110 Número antigo: 2008.51.10.001925-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/07/2015 17:06
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: LEO GOMES MARMORARIA
APELANTE: LÉO GOMES
ADVOGADO: JORGE TOMAZ DE AQUINO JUNIOR
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA
Originário: 0001925-54.2008.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti
E M E N T A

DIREITO CIVIL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. CEF. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. CUMULAÇÃO DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM DEMAIS ENCARGOS. NULIDADE DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DESPROVIMENTO. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. Trata-se de Apelação Cível em face da sentença de fls. 87/89, que converteu a exceção de pré-executividade em embargos à execução e julgou improcedente o pedido, entendendo pelo afastamento da prescrição e da ilegitimidade, pela não acumulação da comissão de permanência, acrescida de juros e correção monetária. Entendeu também que a Exequente já apresentou seus cálculos sem o acréscimo de correção, juros, multa e taxa de rentabilidade, referindo que os valores cobrados foram atualizados unicamente pela comissão de permanência e não aplicou juros na hipótese. Concluiu, por fim, que a atualização do valor foi feita de acordo com o entendimento jurisprudencial.

2. No que concerne, primeiramente, à alegação de prescrição, entendo que esta não ocorreu. Isso porque o contrato de empréstimo firmado entre as partes, incluindo como co-devedor o sócio da empresa, foi assinado em 31.07.2006 e a Execução de Título Extrajudicial foi ajuizada em 27.05.2008, ou seja, em um prazo menor que 3 (três) anos, estabelecido pelo art. 206, § 3º, VIII, do Código Civil, bem como o art. 219, §1º, do mesmo diploma legal.

3. Concernente à arguição de nulidade da Execução Extrajudicial em razão de que a Exequente não instruiu a petição inicial com o documento original do título executivo, a mesma também deve ser afastada, em razão de que a inicial foi instruída com contrato celebrado entre as partes, conforme previsto no art. 585, do CPC/73.

4. Quanto à afirmação do Apelante de que o pedido é juridicamente impossível, em razão do instrumento particular ter sido produzido de forma unilateral, sem intervenção do devedor, não prospera, em razão de que ter a inicial sido instruída com o contrato firmado entre as partes, não havendo que se falar em produção unilateral do documento.

5. No mérito, no que se refere ao pedido de reforma da sentença, em razão desta não ter apreciado a causa de pedir da defesa, nos termos do art. 586 e do art. 618, do CPC/73, tal argumento não merece ser acolhido, pois, entendendo o Apelante pela existência de omissão, deveria ter interposto Embargos de Declaração, cujo recurso é específico para sanar a omissão alegada, nos termos do que dispõe o art. 535 do CPC/73.

6. A comissão de permanência, calculada pela taxa média dos juros de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil e tendo como limite máximo a taxa do contrato, conforme a Súmula 294 do STJ, é devida para o período de inadimplência, desde que não cumulada com correção monetária, juros remuneratórios, moratórios e multa contratual.

7. O pedido de não cumulação da taxa de rentabilidade com os demais encargos possui fundamento legal. Todavia, no demonstrativo de débito apresentado pela CEF, consta que: "embora estejam previstos na cláusula contratual de inadimplência, a Caixa não está cobrando juros de mora e multa contratual".

Desta forma, entende-se que, embora tenha razão o Apelante quanto aos argumentos, tais cobranças não foram efetuadas pela Apelada, conforme consta no demonstrativo de débito.

8. Concernente à alegação de que tal cumulação se trata, na verdade de espécie de juros remuneratórios, ressalto que tal afirmação não foi sequer mencionada em sede de Exceção de Pré-executividade, se tratando, portanto, de inovação recursal, sendo defeso ao Magistrado conhecer de tal tema, conforme previsto nos artigos 128 e 517 do CPC/73.

9. Apelação conhecida e desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal ¿ Relator.

/aie

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0019986-53.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.019986-0 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.004071-1
Distribuição por Migração de Sistema - 28/05/2015 16:59
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ELIANA FERREIRA FRANCA
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 27A VARA-RJ
Originário: 0019986-53.2009.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO CONFIGURADA E IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO MÉRITO. EFEITOS INFRINGENTES. EMBARGOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. Acórdão ora embargado deu parcial provimento à Apelação e à Remessa Necessária.

2. Reconhecida a existência de contradição, pois em que pese a análise do Recurso tenha sido feita à luz do CPC/73, uma vez que vigente quando da publicação da decisão e da interposição do presente, nos termos do art. 14 do CPC/15, como houve reforma parcial da decisão judicial, alterando o resultado do julgamento, deve ser aplicado o Código de Processo Civil de 2015 quanto aos honorários.

3. Portanto, havendo sucumbência parcial, aplica-se o disposto no Art. 86 do CPC/15, com a distribuição proporcional dos honorários, com a distribuição proporcional dos honorários (1/3 cabendo à Embargante, sob a condição do Art. 12 da Lei nº 1.060/50, dada a Gratuidade de Justiça deferida à fl. 71 e 2/3 ao Embargado).

4. Quanto a inobservância da decisão proferida pelo STF nos autos de Repercussão Geral (RE 631.389), não se contempla nenhuma das hipóteses insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15, sendo que os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.

5. Embargos de Declaração parcialmente providos, com efeitos infringentes.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar parcial provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017.

GUILHERME DIEFENTHAELER,

Desembargador Federal ¿ Relator.

\mee

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0010507-98.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.010507-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 24/11/2016 12:50

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: HELOISA MACHADO TOZZI

ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU

ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES

Originário: 0010507-98.2016.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

EMENTA

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITOSANTO - IFES. ADICIONAL DE RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIA. ARTIGO 18 DA LEI N° 12.772/12. REGULAMENTAÇÃO PELA RESOLUÇÃO N.° 01/2014 DO CONSELHO PERMANENTE PARA RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. EXIGÊNCIA DE EFETIVO DESEMPENHO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS PARA PERCEPÇÃO DO ADICIONAL. NÃO COMPROVAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO.

I. Pretende a parte autora, ora apelada, a condenação do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES ao pagamento de quantias em atraso, relativas ao adicional de ¿Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC¿, instituído pelo artigo 18 da Lei n° 12.772/2012. Alega que o mencionado Instituto reconheceu como devido o mencionado adicional a partir de 01 de abril de 2013, porém somente realizou o pagamento a partir de agosto de 2015. Assim, subsistira débito no valor de R$ 124.147,28, igualmente reconhecidos pela via administrativa.

II. O RSC será concedido ao professor que comprove a realização das atividades acadêmicas descritas pormenorizadamente na Resolução n.° 01, de 20 de fevereiro de 2014 do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, como forma de incentivo à melhoria dos serviços públicos por ele prestados.

III. No caso vertente, contudo, observa-se que petição inicial limita-se a afirmar que o pedido formulado pela parte autora foi reconhecido administrativamente, nada sendo incluído na causa de pedir quanto ao suposto direito ao adicional de Reconhecimento de Saberes e Competências, tal como a própria realização de atividades acadêmicas pela parte autora, que gerariam o direito à referida vantagem pecuniária.

IV. Desse modo, a inicial não contém causa de pedir que permita analisar o suposto direito ao adicional, sendo seu pagamento mero consectário dessa análise.

V. O simples fato de Administração Pública ter reconhecido a existência do citado crédito não é o bastante para garantir o pretenso direito, competindo à demandante demonstrar na exordial, em atenção aos requisitos elencados no Código de Processo Civil, de forma detalhada, a origem do referido crédito.

VI. Extinção do feito sem resolução de mérito, ex officio, restando prejudicada a análise do mérito do recurso do IFES e da Remessa Necessária.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região em adotar o entendimento sufragado pela 8ª Turma Especializada na Sessão de 24/11/2016, com quorum estendido, em questão de ordem, suscitada pelo Des. Fed. Sergio Schwaitzer nos autos do processo nº 0023854-29.2015.4.02.5101, considerando incabível, nesta hipótese, a técnica de julgamento não unânime do art. 942, do CPC/2015 e, por maioria, conhecer da Remessa Necessária e do apelo do IFES, para, de ofício, extinguir o feito sem apreciação do mérito, restando prejudicada a análise de mérito do recurso do IFES e da Remessa Necessária, nos termos do voto do Relator. Vencida a Desembargadora Federal Vera Lúcia Lima, que dava parcial provimento ao Recurso e à Remessa Necessária.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0016347-90.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.016347-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 07/01/2015 17:46
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: JERCENY PAIVA DE CARVALHO
ADVOGADO: SEBASTIAO FIORETT
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ
Originário: 0016347-90.2010.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. ÓBITO DE FILHO. QUANTUM MANTIDO. JUROS DE MORA. LEI 11960/2009. HONORÁRIOS REDUZIDOS. REMESSA E RECURSO PARCIALMENTE PROVIDOS.

-Cinge-se a controvérsia à manutenção ou não da sentença que julgou procedente o pedido inicial do autor, condenando a ré ao pagamento de indenização por danos morais, em cem mil reais, em virtude de morte de seu filho, o Soldado Gelcimar Paiva de Carvalho.

-Compulsando os autos, verifica-se que o filho do autor foi alvejado por um projétil de arma de fogo disparado pelo Soldado Jonatas Gomes da Silva, quando estava em serviço no quartel da 5ª Divisão de Levantamento do Exército, vindo a falecer antes de chegar no Hospital.

-Conforme se vê do ofício de fl. 35, o Chefe da Divisão Jurídica do Comando da 1ª Região Militar informou que o disparo de arma de fogo que vitimou o Soldado Gelcimar foi desferido pelo Soldado Jonatas, licenciado da Força Terrestre e que o ex-militar foi julgado nos autos 27/09-8, em sessão de 3.02.2010, onde o Conselho de Justiça julgou procedente o pedido do Ministério Público Militar, condenando-o a um ano de detenção, concedido o sursis, pelo prazo de dois anos, fixado o regime aberto e que a vítima foi promovida "post mortem" à graduação de Cabo, nos termos da Portaria DGP/DA PROM, de 08.09.2011.

-Mostra-se incontroverso que o militar faleceu em decorrência de tiro disparado por colega de trabalho, dentro do quartel do Exército,razão por que resta configurado acidente de serviço.

-Dessa forma, houve falha da atuação estatal, sendo o Estado responsável pela saúde e integridade do militar enquanto permanecer a sua disposição, tendo sido atestado, inclusive por laudo pericial, que a morte do filho do autor decorreu de evento ocorrido dentro da unidade militar do Exército.

-Diante das considerações acima, presente o nexo de causalidade entre esses fatos e o dano induvidosamente experimentado pelo autor diante da perda de seu único filho e, por conseguinte, caracterizada a responsabilidade civil da UNIÃO de indenizar, uma vez que se sabe, a responsabilidade do Estado é objetiva, independentemente de dolo ou culpa, estando disciplinada no artigo 37, § 6º da CRFB/88, cabendo tão somente ao ente público comprovar a inexistência de nexo de causalidade em se tratando de caso fortuito, força maior e/ou culpa exclusiva da vítima, o que inocorreu na espécie.

-Como bem observado na sentença ora impugnada, "havia o compromisso do Estado de garantir e preservar a integridade física do militar enquanto este permanecer à sua disposição, principalmente nas suas dependências. Conforme as fls. 41/43 e 105/107, o soldado Gelcimar Paiva de Carvalho foi alvejado por um projétil de arma de fogo, disparado pelo soldado Jonatas, sendo atingido no pescoço, no interior do

local onde prestava serviço, na 5ª Divisão de Levantamento, levando-o ao óbito, havendo, inclusive, o depoimento de uma testemunha ocular às fls. 100/101 e o laudo pericial às fls. 112/126. Assim, resta demonstrado o nexo causal entre o dever de garantir a segurança no ambiente do trabalho e a morte do militar, a justificar a responsabilidade civil da União Federal, independentemente de questionamento acerca de culpa ou dolo, dada a responsabilidade objetiva prevista no artigo 37, parágrafo 6º,da CRFB/88"; que "restando esclarecido o nexo causal entre o dever estatal de garantia da segurança e o dano sofrido pelo soldado e seus familiares, o qual sofreram constrangimento de ordem moral e psíquica, cabível também indenização por dano moral" (fls. 143/144).

-Saliente-se, ainda, conforme registrado no parecer ministerial, à fl. 183, ser "cabível a condenação do Estado ao pagamento da indenização moral vindicada, resguardado o direito de interposição de eventual ação regressiva contra o servidor responsável pela prática da conduta danosa".

-Relativamente ao montante da indenização fixada em cem mil reais, razoável e adequado à hipótese, tendo o autor perdido seu único filho, com a idade de 20 anos, levando-se em consideração as circunstâncias do óbito, morto de forma inesperada. Além do que, conforme consignado na sentença, para o arbitramento do quantum, em sede de danos morais, o Magistrado acostou precedentes da 6ª Turma desta Corte.

-Como a correção monetária foi fixada com base no Manual de Cálculos e conforme entendimento sumulado no Superior Tribunal de Justiça, pelo Verbete 362, não há que ser reformada.

-No tocante aos juros de mora, devem ser fixados de acordo com o percentual estabelecido para a caderneta de poupança, ex vi da Lei 11960/2009.

-Os honorários devem ser reduzidos para 5% sobre o valor da condenação, em se tratando de matéria que não demanda maiores complexidades, a teor do disposto nos §§ 3º e 4º, do artigo 20, do CPC.

-Remessa e recurso da UNIÃO FEDERAL parcialmente providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à remessa e ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2016 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

SUBSECRETARIA DA OITAVA TURMA ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO E JULGAMENTO
ACÓRDÃOS
EXPEDIENTE Nº 2017/00001 DO DIA 21/03/2017
IV - APELACAO CIVEL 2001.50.01.005225-2

Nº CNJ	:	0005225-07.2001.4.02.5001
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE	:	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - CRC/ES
ADVOGADO	:	ROSANGELA GUEDES GONCALVES E OUTROS
APELADO	:	ESCOLINHA SNOOPY
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA/ES (200150010052252) Juiz Federal Substituto MARCELO DA ROCHA ROSADO

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (ART. 40, LEI 6.830/80 C/C ART. 1º-A, LEI 9.783/99). DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. LEI 11.051/04. RECURSO DESPROVIDO.

1. A presente Ação de Execução Fiscal, foi extinta pelo reconhecimento, de ofício, da prescrição intercorrente referente à cobrança de dívida pelo CRC/ES, decorrente de multas administrativas por infração a dispositivo legal.

2. A prescrição intercorrente de crédito fiscal não tributário é regida pelas normas do art. 40, da Lei nº 6.830/80 c/c art. 1º-A, da Lei nº 9.783/99.

3. Também incide na hipótese dos autos a Lei nº 11.051/04, que acrescentou o § 4º, ao art. 40, da Lei 6.830/80, autorizando o reconhecimento de ofício.

4. Estando o feito arquivado sem baixa desde o ano de 2008, e sendo a sentença datada de 08/08/2013, e ainda não constando da Apelação nenhuma causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, resta configurada a prescrição intercorrente.

5. Dada vista dos autos ao Exequente para se pronunciar sobre causas interruptivas ou suspensivas do prazo prescricional, este quedou-se inerte, mesmo tendo sido pessoalmente intimado a se manifestar, conforme certidão positiva datada de 13/05/2013.
6. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à Apelação, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado
Rio de Janeiro, de de 2017.
GUILHERME DIEFENTHAELER,
Desembargador Federal.
/rii

BOLETIM: 2017000213

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000277-09.2012.4.02.5107 Número antigo: 2012.51.07.000277-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/02/2017 17:15
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OLIVEIRA E SANCHES EXTRACAO DE MINERAIS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APELADO: ROMEU RODRIGUES DA SILVA - ESPÓLIO
ADVOGADO: JERSICA DE PINHO HOLANDA
Originário: 0000277-09.2012.4.02.5107 - 02ª Vara Federal de Itaboraí
Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE : DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO : OLIVEIRA E SANCHES EXTRACAO DE MINERAIS LTDA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
APELADO : ROMEU RODRIGUES DA SILVA - ESPÓLIO
ADVOGADO : JERSICA DE PINHO HOLANDA
Despacho
Ante a certidão de fl. 192, da Subsecretaria da Oitava Turma Especializada, à parte apelada para que regularize sua representação processual no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de desentranhamento das contrarrazões de fls. 183/185, na forma do inciso II, § 2º, do art. 76 do Novo Código de Processo Civil.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0048680-27.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.048680-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 11/10/2016 14:27
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-SINTUFRJ
APELADO: MARCO ANTONIO DE SOUZA
APELADO: LUIZ JOAQUIM DE SOUZA
APELADO: CARLOS ROBERTO TEIXEIRA

APELADO: RAPHAEL ERNESTO WERNECK PEREIRA JUNIOR
APELADO: LINDALVA SANTOS LEITE ABRAO
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
Originário: 0048680-27.2012.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE : UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-SINTUFRJ
APELADO : MARCO ANTONIO DE SOUZA
APELADO : LUIZ JOAQUIM DE SOUZA
APELADO : CARLOS ROBERTO TEIXEIRA
APELADO : RAPHAEL ERNESTO WERNECK PEREIRA JUNIOR
APELADO : LINDALVA SANTOS LEITE ABRAO
ADVOGADO : ANDRE ANDRADE VIZ
Despacho
Verificando que, às fls. 620/621 a parte apelante opõe embargos declaratórios contra o acórdão de fls. 595/596, e que o eventual provimento do recurso levaria, por corolário lógico, à atribuição de efeitos infringentes ao julgado, determino seja, em homenagem ao princípio do contraditório, intimada a parte embargada para contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias úteis (§2° do art. 1.023 c/c art. 219 do CPC/2015, vigente a partir de 18.03.2016).
Atendido, voltem conclusos para julgamento do recurso.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0016994-80.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.016994-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 10/01/2017 18:31
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELADO: YASUDA MARITIMA SEGUROS S.A
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO
APELANTE: CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
ADVOGADO: LUCIANA PEREIRA DIOGO
APELADO: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A
ADVOGADO: RICARDO PAGLIARI LEVY
ADVOGADO: ROBERTO ZILSCH LAMBAUER
ADVOGADO: FERNANDO RISSOLI LOBO FILHO
Originário: 0016994-80.2013.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
APELADO: YASUDA MARITIMA SEGUROS S.A E OUTRO
JUÍZO ORIGEM: 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00169948020134025101)
D E S P A C H O
Conforme decisão cuja cópia se encontra às fls. 1335/1337, constato que foi concedido efeito suspensivo, até o pronunciamento por esta Turma, à Apelação da Casa da Moeda e, assim, houve a suspensão dos efeitos da sentença a quo, que determinou a abertura imediata de novo certame.

Assim, intimem-se as partes, devendo, ainda, a Casa da Moeda comprovar o efetivo cumprimento do efeito suspensivo concedido, no prazo de 10 (dez) dias.
Após, voltem conclusos os autos.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada- Em subst. ao Relator.
(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)
/T211957

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0108171-28.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.108171-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/07/2016 18:40
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CAARJ - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: RAFAEL CAPAZ GOULART
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0108171-28.2013.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE : CAARJ - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : RAFAEL CAPAZ GOULART
APELADO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Despacho

Verificando que, às fls. 331/338 e às fls. 339/345 a parte apelante e a parte apelada, respectivamente, opõem embargos declaratórios contra o acórdão de fl. 328, e que o eventual provimento do recurso levaria, por corolário lógico, à atribuição de efeitos infringentes ao julgado, determino seja, em homenagem ao princípio do contraditório, intimada a parte embargada para contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias úteis (§2° do art. 1.023 c/c art. 219 do CPC/2015, vigente a partir de 18.03.2016).

Atendido, voltem conclusos para julgamento do recurso.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0004151-49.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.004151-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/04/2016 16:20
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: JACQUELINE SOBOTKA COHEN
ADVOGADO: EDUARDO ANTONIO KALACHE
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
Originário: 0004151-49.2014.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: JACQUELINE SOBOTKA COHEN
ADVOGADO: EDUARDO ANTONIO KALACHE
APELADO : CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
DECISÃO
Relatório

Trata-se de apelação interposta por JACQUELINE SABOTKA COHEN em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, através da qual pleiteia a reforma de sentença proferida às fls. 126/129 pelo MM. Juízo da 18ª VF/RJ que julgou improcedentes os embargos ofertados na presente ação monitória e reconheceu o crédito da Autora (CEF) no valor de R$117.628,72 no que tange aos débitos decorrentes dos contratos de Empréstimo Construcard firmados entre as partes.

Alegou a Apelante, como razões recursais, a inépcia da inicial da ação monitória, bem como a cobrança excessiva e o abuso de determinadas cláusulas contratuais. Sustentou, ainda, a fixação de honorários sucumbenciais em patamar elevado, em desarmonia com a complexidade da causa e a efetiva atuação dos patronos na causa.

A CEF apresentou contrarrazões às fls. 143/148.

O Ministério Público Federal teve vista dos autos mas não apresentou parecer, por entender que não estariam presentes quaisquer das hipóteses legais que reclamariam sua intervenção na causa (fl. 156).

Com a vinda dos autos a este Tribunal, para o julgamento do apelo, e distribuído o feito à relatoria deste Desembargador Federal, foi certificada pela Subsecretaria da 8ª Turma Especializada que somente foram recolhidas custas no percentual de 50% na inicial (fl. 157), sem que tenha sido efetuado o preparo do recurso.

De conseguinte, foi proferido o despacho de fl. 158, através do qual foi determinada a intimação do recorrente para comprovar o recolhimento das custas recursais, em dobro, sob pena de não conhecimento do apelo (§4º do art. 1007 c/c parág. único do art. 932 do NCPC).

Certificado a regular publicação do despacho de fl. 158 (fl. 159), bem como a ausência de manifestação da parte interessada, vieram os autos conclusos a este Magistrado.

É o relatório. Passa-se a decidir.

Fundamentação

Não merece ser conhecido o apelo interposto por JACQUELINE SABOTKA COHEN contra a sentença proferida pelo MM. Juízo da 18ª VF/RJ nos autos da presente ação monitória, eis que ausente um de seus pressupostos de regularidade, qual seja, o exato recolhimento das custas recursais.

Com efeito, na forma do §4º do art. 1.007 do NCPC, vigente à data da apelação de fls. 133/140, o recorrente deve comprovar o recolhimento das custas recursais no ato da interposição do recurso, sendo intimado a fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, em dobro, sob pena de deserção.

No caso dos autos, embora comprovada a regular intimação de JACQUELINE SABOTKA COHEN, na pessoa de seu advogado, para que comprovasse o preparo do recurso, deixou a mesma fluir o prazo legal sem manifestar-se nos autos, conforme certificado à fl. 160, o que configura a hipótese de não conhecimento do recurso por ela interposto.

Dispositivo

De todo o exposto, nos termos do §4º do art. 1007 c/c parág. único do art. 932 do NCPC, DEIXO DE CONHECER DO RECURSO interposto por JACQUELINE SABOTKA COHEN nos presentes autos, na forma da fundamentação supra.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0005032-26.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.005032-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 29/08/2014 16:43

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE: AILTON PERLATI

APELANTE: SOLANGE DELI STOIANOV PERLATI

ADVOGADO: CARLO TADEU DA SILVA CALDAS DE OLIVEIRA

APELADO: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

ADVOGADO: SHIRLEY DE OLIVEIRA SANTOS

ADVOGADO: LUIS GUILHERME MAGALHAES DE SA E MELO

Originário: 0005032-26.2014.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE: AILTON PERLATI

APELANTE: SOLANGE DELI STOIANOV PERLATI

ADVOGADO: CARLO TADEU DA SILVA CALDAS DE OLIVEIRA

APELADO : FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

ADVOGADO: SHIRLEY DE OLIVEIRA SANTOS

ADVOGADO: LUIS GUILHERME MAGALHAES DE SA E MELO

Despacho

Verificando que, às fls. 815/818 a parte apelante opõe embargos declaratórios contra o acórdão de fls. 812/813, e que o eventual provimento do recurso levaria, por corolário lógico, à atribuição de efeitos infringentes ao julgado, determino seja, em homenagem ao princípio do contraditório, intimada a parte embargada para contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias úteis (§2° do art. 1.023 c/c art. 219 do CPC/2015, vigente a partir de 18.03.2016).

Atendido, voltem conclusos para julgamento do recurso.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0106845-35.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.106845-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/10/2016 13:25
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: Marcia de Fátima Mattos da Silva
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0106845-35.2015.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti
Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE : Marcia de Fátima Mattos da Silva
ADVOGADO : MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Despacho
Considerando a certidão de fl. 403 e a irrecorrida decisão que determinou a retificação do valor da causa à fl. 298, comprove o recolhimento das custas recursais complementares, sob pena de deserção.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0012680-86.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.012680-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/03/2017 12:52
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CARLOS PINTO PORTELA
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
Originário: 0012680-86.2016.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO : CARLOS PINTO PORTELA
ADVOGADO : WELINGTON DUTRA SANTOS
Despacho
Ante a certidão de fl. 261, da Subsecretaria da Oitava Turma Especializada, ao apelado para que regularize sua representação processual no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de desentranhamento das contrarrazões de fls. 236/255, na forma do inciso II, § 2º, do art. 76 do Novo Código de Processo Civil.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0058937-72.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.058937-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/09/2016 12:19
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
APELADO: LUCIA MARIA COSTA MONTEIRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0058937-72.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
APELADO : LUCIA MARIA COSTA MONTEIRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Despacho

Ante a certidão de fl. 34, assino ao CREMERJ - Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, o prazo de 5 (cinco) dias para comprovar o recolhimento integral das custas, certificado à fl. 12.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0011667-03.2012.4.02.5001 Número antigo: 2012.50.01.011667-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/02/2016 13:37
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
PARTE AUTORA: CREMER S/A
ADVOGADO: ANDERSON GOMES AGOSTINHO
ADVOGADO: ADÉLCIO SALVALÁGIO
PARTE RÉ: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0011667-03.2012.4.02.5001 - 4ª Vara Federal Cível
Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
PARTE AUTORA: CREMER S/A
ADVOGADO : ANDERSON GOMES AGOSTINHO
ADVOGADO : ADÉLCIO SALVALÁGIO
PARTE RÉ : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCURADOR : PROCURADOR FEDERAL
Despacho

Verificando que, às fls. 991/993 a parte ré opõe embargos declaratórios contra o acórdão de fl. 988, e que o eventual provimento do recurso levaria, por corolário lógico, à atribuição de efeitos infringentes ao julgado, determino seja, em homenagem ao princípio do contraditório, intimada a parte embargada para contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias úteis (§2° do art. 1.023 c/c art. 219 do CPC/2015, vigente a partir de 18.03.2016).

Atendido, voltem conclusos para julgamento do recurso.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0007298-89.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007298-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/07/2016 12:45
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: KATIA CAMPANELLI DA NOBREGA
AGRAVADO: JULIO CESAR DE AGUIAR PEREIRA
ADVOGADO: FERNANDA COSTA FONSECA

ADVOGADO: JOANA DARQUE BATISTA VIEIRA DE SOUZA LOPES
Originário: 0050267-79.2015.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : KATIA CAMPANELLI DA NOBREGA
AGRAVADO : JULIO CESAR DE AGUIAR PEREIRA
ADVOGADO : FERNANDA COSTA FONSECA
ADVOGADO : JOANA DARQUE BATISTA VIEIRA DE SOUZA LOPES
Despacho

Verificando que, às fls. 133/143 a parte agravante opõe embargos declaratórios contra o acórdão de fl. 130, e que o eventual provimento do recurso levaria, por corolário lógico, à atribuição de efeitos infringentes ao julgado, determino seja, em homenagem ao princípio do contraditório, intimada a parte embargada para contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias úteis (§2° do art. 1.023 c/c art. 219 do CPC/2015, vigente a partir de 18.03.2016).

Atendido, voltem conclusos para julgamento do recurso.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0008269-74.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.008269-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/08/2016 18:55
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: PROTEMAXI SEGURANCA PATRIMONIAL ARMADA LTDA
ADVOGADO: RAFAEL COZER ANTAKI
PARTE AUTORA: PREGOEIRA OFICIAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICM-BIO) - UAAF TERESÓPOLIS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE RÉ: UAAF TERESÓPOLIS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE RÉ: CSN - CORPO DE SEGURANÇA DO NORDESTE LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0091558-80.2016.4.02.5115 - 01ª Vara Federal de Teresópolis
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
PROCURADOR : PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO : PROTEMAXI SEGURANCA PATRIMONIAL ARMADA LTDA
ADVOGADO : RAFAEL COZER ANTAKI
PARTE AUTORA: PREGOEIRA OFICIAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICM-BIO) - UAAF TERESÓPOLIS
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
PARTE RÉ : UAAF TERESÓPOLIS
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
PARTE RÉ : CSN - CORPO DE SEGURANÇA DO NORDESTE LTDA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICM-BIO contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 1ª Vara Federal de Teresópolis (cópia às fls. 25/32), nos autos do Mandado de Segurança nº 0091558-80.2016.4.02.5115, que deferiu parcialmente o pedido de efeito suspensivo "para determinar a suspensão dos atos inerentes ao procedimento de Licitação nº 22/2016 - Processo nº 02070.003105/2015/15 relativos às Unidades Administrativas e de Conservação por este administradas".

Após apresentadas contrarrazões (fls. 954/962) e parecer do Ministério Público Federal (fls. 963/980), foi juntado aos autos o Ofício nº JFRJ-OFI-2017/01832, oriundo do Juízo da 1ª Vara Federal de

Teresópolis/RJ, encaminhando cópia da sentença proferida nos autos originários (fls. 982/998), cuja parte dispositiva tem o seguinte teor:

"(...)

Em face do exposto, DENEGO A SEGURANÇA, e julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do Artigo 487, I, do CPC/15 e, por consequência, revogo a medida liminar deferida às fls. 292/299 e retificada às fls. 571/572. Custas na forma da Lei. Sem condenação em honorários advocatícios ante o teor do art. 25 da Lei 12.016/09. "

É o relatório. Passo a decidir.

A prolação de sentença nos autos principais, julgando extinto o processo com resolução do mérito e denegando a segurança, evidencia a inutilidade de qualquer discussão acerca da decisão agravada, tornando prejudicado o presente recurso.

Do exposto, na forma do art. 932, III, do NCPC, NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento interposto por Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICM-BIO.

P. I. Preclusa a presente decisão, providencie a Subsecretaria da Turma a baixa do recurso no sistema processual eletrônico, comunicando-a à Vara de Origem.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

14 - 0009717-82.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009717-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 23/09/2016 19:43

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES

AGRAVADO: CARLOS ALBERTO DA CRUZ SIMOES

AGRAVADO: ANA PAULA DE MAGALHAES SIMOES

AGRAVADO: WALMIR DE MENEZES

ADVOGADO: ALESSANDRA KARINA DE ASSUNCAO AZEVEDO

Originário: 0003744-44.1994.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO : VINICIUS PEREIRA MARQUES

AGRAVADO : CARLOS ALBERTO DA CRUZ SIMOES

AGRAVADO : ANA PAULA DE MAGALHAES SIMOES

AGRAVADO : WALMIR DE MENEZES

ADVOGADO : ALESSANDRA KARINA DE ASSUNCAO AZEVEDO

Despacho

Verificando que, às fls. 455/458 a parte agravante opõe embargos declaratórios contra o acórdão de fl. 452, e que o eventual provimento do recurso levaria, por corolário lógico, à atribuição de efeitos infringentes ao julgado, determino seja, em homenagem ao princípio do contraditório, intimada a parte embargada para contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias úteis (§2° do art. 1.023 c/c art. 219 do CPC/2015, vigente a partir de 18.03.2016).

Atendido, voltem conclusos para julgamento do recurso.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

10 - 0001702-90.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001702-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 18:53

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
AGRAVADO: ALFREDO BENEDITO DA SILVA JUNIOR
AGRAVADO: KÁTIA GUIMARÃES FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: ANA PAULA VASCONCELLOS VAZ
ADVOGADO: ANDRE LUIZ DE PAIVA VAZ
Originário: 0005117-90.2006.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANDRE PIRES GODINHO
AGRAVADO : ALFREDO BENEDITO DA SILVA JUNIOR
AGRAVADO : KÁTIA GUIMARÃES FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO : ANA PAULA VASCONCELLOS VAZ
ADVOGADO : ANDRE LUIZ DE PAIVA VAZ
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pela Caixa Econômica Federal contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos da Ação Ordinária n.º 0005117-90.2006.4.02.5101, em fase de cumprimento de sentença, que determinou a intimação da ora Agravante "para que, no prazo improrrogável de cinco dias, promova o depósito, devidamente

atualizado, do montante correspondente à diferença entre a quantia de R$15.277,70 e o valor das prestações remanescentes, bem como da multa diária imposta, a partir da data fixada, devendo apresentar planilha de cálculos, sob pena de prisão por descumprimento de ordem judicial".

Insurgiu-se a CEF, aduzindo que não teria cumprido a obrigação de pagar determinada no título executivo judicial, por não ter o Autor se dignado a promover a execução do julgado, sendo ônus do credor liquidar e pedir o pagamento da condenação, não podendo a Ré ser compelida, sob ameaça de prisão de seus prepostos, a efetuar o pagamento de qualquer valor, mesmo porque seria expressamente vedado pelo ordenamento a prisão por dívida.

É o relatório. Passo a decidir.

Embora a demanda originária do presente recurso tramite em autos físicos e não tenha a parte agravante colacionado ao presente recurso todas as peças a que se referem a decisão agravada e que fundamentam o convencimento do Juízo a quo acerca da necessidade de intimação da CEF para cumprimento da obrigação de pagar, com a cominação de pena de prisão na hipótese de descumprimento, a leitura do título judicial bem como o próprio teor da decisão agravada evidenciam a presença de elementos ensejadores da concessão de efeito suspensivo.

Com efeito, extrai-se do título judicial em execução, cuja cópia se encontra às fls. 107/109, que a condenação referente à obrigação de pagar não é líquida, consoante item 'b' do dispositivo, verbis: "restituir aos autores, na forma do art. 23 da Lei 8.004, de 14 de março de 1990, o montante correspondente à diferença entre R$15.277,70 e o valor das prestações remanescentes", onde os R$15.277,70 correspondem ao crédito apurado pela própria CEF em favor dos mutuários em decorrência da revisão administrativa pela mesma operada com relação aos índices aplicados no contrato, restando ser definido o valor das prestações remanescentes.

Ora, considerando o regramento processual que exige a iniciativa do credor para execução da dívida (art. 523, caput, do NCPC), a quem incumbe a elaboração de demonstrativo discriminado e atualizado do débito (art. 524, caput, do NCPC), apenas se exigindo da parte executada o fornecimento de dados que porventura estejam em seu poder (art. 524, §§3º e 4º, do NCPC), mas o que, frise-se, não exonera o credor da elaboração da planilha de débito (art. 524, §5º, do NCPC), a determinação contida na decisão agravada, obrigando a CEF a efetuar o cumprimento da obrigação ilíquida, além da apresentação de cálculos, sob pena de prisão, subverte a disciplina processual acerca do tema.

Nestas circunstâncias, DEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo, suspendendo os efeitos da decisão agravada até o julgamento de mérito deste recurso.

Oficie-se ao juízo a quo, informando-o acerca do conteúdo da presente decisão.

Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC), bem como o Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).

P. I.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0001970-47.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001970-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/03/2017 16:02
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: ROBERTO HORGE MENDES
ADVOGADO: JOAO ALBERTO DE ALMEIDA LIMA JUNIOR
ADVOGADO: MARCELLO DAEMON
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0012678-82.2017.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : ROBERTO HORGE MENDES
ADVOGADO : JOAO ALBERTO DE ALMEIDA LIMA JUNIOR
ADVOGADO : MARCELLO DAEMON
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto por ROBERTO HORGE MENDES contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do Mandado de Segurança n.º 0012678-82.2017.4.02.5101, que indeferiu o pedido liminar pelo qual objetiva o Agravante impedir a instauração de Conselho de Disciplina em seu desfavor até o trânsito em julgado da sentença condenatória proferida nos autos da Ação Penal n.º 0040948-88.2014.8.19.0001.

Sustentou o Agravante ser militar estável do Exército Brasileiro, encontrando-se acautelado no 25º Batalhão Logístico à disposição do Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em razão de sentença penal condenatória prolatada nos autos da Ação Penal n.º 0040948-88.2014.8.19.0001, em que "decretada a perda do cargo público que ocupa no Exército Brasileiro, com a expressa ressalva que tal ato só deveria ser concretizado após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória", estando pendente de julgamento o recurso por ele interposto contra a referida sentença, o que entende representaria fato impeditivo à instauração de Conselho de Disciplina. Argumentou ainda que "não merece prevalecer o entendimento de que a administração militar pode, nesse momento, tornar exequível a perda do cargo desempenhado pelo Agravado porquanto deixará a mesma de observar o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III, da CRFB/88) e por consequência os direitos e garantias constitucionais por ele protegidos como o princípio da presunção de inocência ou não culpabilidade (Art. 5º, LVII, da CRFB/88) e o da legalidade (Art. 37, caput, da CRFB/88), que em tese são aplicáveis ao caso concreto, sem prejuízo de outros que possam advir dos mesmos".

É o relatório. Passo a decidir.

A decisão agravada indeferiu o pedido liminar, com os seguintes fundamentos:

"No caso concreto, entendo não estarem presentes os requisitos indispensáveis à concessão da medida liminar.

Própria deste momento processual, a análise perfunctória da documentação que instrui a peça vestibular revela que o Juízo da 2ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no bojo do Processo n° 0040948-88.2014.8.19.0001, julgou "PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL para CONDENAR ROBERTO HORGE MENDES nas sanções do crime previsto no artigo 121,§2º, incisos II e IV c/c art. 61, inciso II, "f", ambos do Código Penal", após o Conselho de Sentença ter reconhecido, "por maioria de votos, ambas qualificadoras do criem de homicídio, quais sejam, a prática do crime por motivo fútil e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima" (fls. 23), tendo sido decretada "a perda do cargo público ocupado pelo Réu, condicionado ao trânsito em julgado" (fls.26).

Diante do fato, a Administração pública Militar expediu, em 03/01/2017, o Ofício n° 3 endereçado ao Juízo da 2ª Vara Criminal solicitando cópias do feito n° 0040948-88.2014.8.19.0001 para "instruir Tribunal de Honra a ser instaurado em desfavor do" impetrante, "na forma do Decreto n° 71.500, de 5 de dezembro de 1972, destinado a julgar a sua incapacidade de permanecer no serviço ativo" (fls. 22).

O mencionado diploma legal, ao dispor sobre o Conselho de Disciplina no âmbito das Forças Armadas estabeleceu expressamente:

"Art . 1º O Conselho de Disciplina é destinado a julgar da incapacidade do
Guarda-Marinha, do Aspirante-a-Oficial e das demais praças das Forças
Armadas com estabilidade assegurada, para permanecerem na ativa, criandolhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem.
Parágrafo único. O Conselho de Disciplina pode, também, ser aplicado ao
Guarda-Marinha, ao Aspirante-a-Oficial e às demais praças das Forças
Armadas, reformados ou na reserva remunerada, presumivelmente incapazes de permanecerem na situação de inatividade em que se encontram.

Art . 2º É submetida a Conselho de Disciplina, "ex officio", a praça referida no artigo 1º e seu parágrafo único.

(...)

III - condenado por crime de natureza dolosa, não previsto na legislação

especial concernente à segurança do Estado, em tribunal civil ou militar, a

pena restritiva de liberdade individual até 2 (dois) anos, tão logo transite em julgado a sentença; ou" (grifo nosso)

Verifica-se, portanto, que cabe à Força a qual é vinculada o militar iniciar o procedimento administrativo hábil a averiguar a incapacidade do servidor militar de permanecer em suas fileiras, prevendo o Decreto n° 71500/1972 o regramento para convocação, composição e atuação do Conselho de Disciplina.

A simples solicitação de documentos para futura instauração de Conselho de Disciplina, em análise prima facie, não demonstra qualquer violação a direito do Impetrante, especialmente, diante da independência entre as instâncias penal e administrativa, princípio consagrado em nossa jurisprudência, pelo qual somente haverá repercussão no procedimento administrativo quando a instância penal manifestar-se pela inexistência material do fato ou pela negativa de sua autoria.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE REPARAÇÃO CIVIL DECORRENTE DE DANOS PROVOCADOS AO MEIO AMBIENTE. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS PENAL, CIVIL E ADMINISTRATIVA. 1. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou que

não havia interesse de agir na presente Ação, que busca a reparação civil

decorrente de danos provocados ao meio ambiente, uma vez que houve

transação penal e adoção de medidas na esfera administrativa. 2. O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência firme e consolidada no sentido de que a responsabilidade civil é independente da criminal, não interferindo no andamento da ação de reparação de danos que tramita no juízo cível eventual absolvição por sentença criminal. Assim, devido à relativa independência entre as instâncias, a absolvição no juízo criminal somente vincula o cível quando reconhecida a inexistência do fato ou declarada a negativa de autoria, o que não é o caso dos autos. Nesse sentido: AgRg no AREsp 293.036/SP, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 11.6.2015; AgRg no AREsp 749.755/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 10.12.2015; AgRg no REsp 1.287.013/PI, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, DJe 22.3.2012; REsp 860.591/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 4.5.2010. 3. Além disso, impera o entendimento de que eventuais punições na esfera administrativa não impedem o prosseguimento de Ação que busca a responsabilização civil pelos danos provocados, ante a independência das instâncias penal, civil e administrativa. A propósito: AgRg no REsp 1.519.722/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 25.8.2015; EDcl no RHC 33.075/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Quinta Turma, DJe 4.8.2015. 4. Recurso Especial provido" (grifo

nosso)

(STJ, Segunda Turma, RESP 201303313784, relator Ministro Herman Benjamin, DJE Data::27/05/2016)

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO. SENTENÇA DE

ABSOLVIÇÃO NO PROCESSO PENAL POR AUSÊNCIA DE PROVAS DA EXISTÊNCIA DO FATO. IMPOSSIBILIDADE. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E PENAL. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. A premissa assentada pela Corte de origem é a de que a absolvição no processo penal se deu por falta de provas da existência do fato. 2. Não pode atuar o Superior Tribunal de Justiça como terceira instância revisora ou tribunal de apelação reiterada, a teor do verbete da Súmula nº 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". 3. "Somente haverá repercussão, no processo administrativo, quando a instância penal manifestar-se pela inexistência material do fato ou pela negativa de sua autoria" (RMS 45.182/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 05/10/2015). 4. Agravo regimental não provido." (grifo nosso)

(STJ, Segunda Turma, AGARESP 201503041816, Relator Ministro Mauro

Campbell Marques, DJE Data::08/03/2016)

Desse modo, não se vislumbra qualquer violação a direito da parte autora, sendo necessário que o contraditório se perfaça na matéria ora em exame.

Ressalte-se, ainda, que sendo a parte ré pessoa jurídica de direito público goza da presunção de legitimidade de seus atos, com as consequências jurídicas daí decorrentes, não podendo ser invertida tal presunção, especialmente na análise precária de um pedido antecipatório inaudita altera pars, onde apenas um dos litigantes formulou seus argumentos e apresentou seus elementos de prova.

Em razão do exposto, ausentes os requisitos legais, INDEFIRO A LIMINAR requerida."

Deve ser mantida a referida decisão, pois inexistem, num juízo de cognição sumária, elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado, como exige o caput do art. 300, do NCPC.

Com efeito, de acordo com o art. 2º, I, 'c', do Decreto 71.500/72, que regula o Conselho de Disciplina, a mera acusação do militar, seja oficialmente ou por qualquer meio lícito de comunicação social, da prática de "ato que a afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro da classe" constitui, por si só, causa

legitimadora da instauração do mencionado Conselho de Disciplina; não sendo exigido, portanto, o trânsito em julgado de eventual sentença penal condenatória; até porque há independência entre as esferas administrativa e criminal, considerando que o objeto do processo criminal e o do Conselho de Disciplina não se confundem: naquele julga-se a prática de um crime, enquanto neste, a violação de um dever militar.

Nestas circunstâncias, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal.

Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC), bem como o Ministério Público Federal para manifestação como custos legis (art. 1.019, III, do NCPC).

P. I.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

16 - 0002097-82.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002097-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição para Órgão Julgador - 14/03/2017 17:17

Gabinete 24

Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: SYLVIA DELEGA DIAS

ADVOGADO: FABIO EDUARDO DA SILVA LEOPOLDINA

PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro

Originário: 0005867-29.2005.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

AGRAVADO: SYLVIA DELEGA DIAS E OUTRO

JUÍZO ORIGEM: 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00058672920054025101) - Juíza Federal Substituta KARINA DE OLIVEIRA E SILVA

D E C I S Ã O

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela UNIÃO a fim de reformar decisão, cuja cópia se encontra às fls. 147/148, proferida pelo Juízo da 08ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos da Ação de nº 0005867-29.2005.4.02.5101, que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença apresentado pela Agravante.

Entendeu o Juízo singular que os procedimentos que visam à liquidação de sentenças devem seguir as orientações do Manual de Cálculos do Conselho da Justiça Federal (CJF), o qual fixa o IPCA-E como indexador de atualização no tocante às sentenças condenatórias em geral.

A Agravante, em suas razões, às fls. 01/07, sustentou, sucintamente, que o STF "reconheceu a repercussão geral no RE n. 870.947/SE de questão constitucional acerca da validade jurídico constitucional dos critérios da correção monetária e dos juros moratórios decorrentes de relações jurídicas não-tributárias e incidentes sobre condenações impostas à Fazenda Pública em fase anterior à expedição de precatórios, nos termos do artigo 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09".

É o Relatório. Decido.

A concessão de efeito suspensivo ou a antecipação da pretensão recursal, conforme o caso pressupõe a demonstração, por parte do recorrente, de dois requisitos cumulativos, a saber: risco de dano e probabilidade de êxito recursal (art. 995, parágrafo único, do Código de Processo Civil/2015).

No caso em apreço, em um exame perfunctório, própria desta fase de deliberação, constato que é encontra-se presente o risco da irreversibilidade. Isto porque, uma vez expedido o ato para pagamento, dificilmente os valores serão revertidos aos cofres públicos caso posteriormente verificado pagamento indevido.

Verifico que o Juízo singular entendeu que os valores deveriam ser corrigidos pelo IPCA-E e que o "tema é tão uníssono, (...) que o sistema gerador de dados desta Justiça Federal (...) atualiza automaticamente os requisitórios expedidos pelo índice do IPAC-E".

Ocorre que, conforme precedente deste Tribunal, "a declaração de inconstitucionalidade da correção monetária pela TR "teve alcance limitado e abarcou apenas a parte em que o texto legal estava logicamente vinculado ao artigo 100, §12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/09, o qual se refere tão somente à atualização de valores de requisitórios", ou seja, "refere-se apenas à atualização do precatório e não à

atualização da condenação ao concluir-se a fase de conhecimento", o que significa dizer que a previsão de incidência do IPCA-E a partir de 25.03.2015 apenas se aplica ao intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o efetivo pagamento" (TRF2, Oitava Turma Especializada, APELREEX 0009408-02.2007.4.02.5101, Rel. Des. Federal MARCELO PEREIRA DA SILVA, e-DJF2R 28/10/16, unânime).

Neste sentido, merece destaque o seguinte precedente:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO SERVIDOR CIVIL. 28,86%. CORREÇÃO MONETÁRIA APLICADA ÀS CADERNETAS DE POUPANÇA. TR. INCIDÊNCIA. IPCA-E. NÃO INCIDÊNCIA. 1. Após identificar que diversos Tribunais estariam alargando os limites fixados nas decisões das ADIs nº 4.357 e 4.425 em relação à declaração de inconstitucionalidade por arrastamento, do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09, o Ministro LUIZ FUX entendeu por bem suscitar incidente de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 870.947, admitido em 10.04.2015, e ainda pendente de julgamento. No referido incidente, além de frisar que a declaração de inconstitucionalidade com relação aos juros de mora apenas alcançou as condenações oriundas de relação jurídico-tributária, esclarecendo que, no caso de relação jurídico não-tributária "devem ser observados os critérios fixados pela legislação infraconstitucional, notadamente os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, conforme dispõe o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09", o Ministro LUIZ FUX pontuou, com relação à correção monetária, que a referida declaração "teve alcance limitado e abarcou apenas a parte em que o texto legal estava logicamente vinculado ao artigo 100, §12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/09, o qual se refere tão somente à atualização de valores de requisitórios". Diante de tais considerações, e verificando que, no caso dos autos, não se trata de atualização monetária correspondente a período posterior à expedição do precatório mas, sim, de critérios de atualização da condenação fixados no título judicial, não merece ser acolhida a pretensão recursal de utilização do IPCA-E para atualização dos cálculos. 2. Agravo de instrumento desprovido.

(TRF2, Oitava Turma Especializada, AG 0005709-62.2016.4.02.0000, Rel. Des. Federal MARCELO PEREIRA DA SILVA, e-DJF2R 20/10/2016, unânime)

Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 995, do CPC/2015, CONCEDO O EFEITO SUSPENSIVO ao Agravo de Instrumento, a fim de determinar a suspensão dos efeitos da decisão agravada, proferida nos autos da Ação de nº 0005867-29.2005.4.02.5101, até o pronunciamento final da Oitava Turma Especializada.

Comunique-se com urgência o Juízo a quo para ciência e cumprimento da presente decisão.

Intime-se a parte agravada nos termos do art. 1.019, II, do CPC/2015 e o Parquet Federal.

Publique-se. Intime-se.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,

Juíza Federal Convocada – em subst. ao Relator.

(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)

/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

17 - 0002154-03.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002154-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 15/03/2017 19:38

Gabinete 24

Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: LUIZ AUGUSTO LIMA VIEIRA DA ROCHA

ADVOGADO: CIDINHA FERREIRA DA SILVA MASCARENHAS

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0013763-06.2017.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: LUIZ AUGUSTO LIMA VIEIRA DA ROCHA

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL

JUÍZO ORIGEM: 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00137630620174025101) - Juíza Federal FRANA ELIZABETH MENDES

D E S P A C H O

Intime-se a parte agravada nos termos do art. 1.019, II do CPC/2015.

Decorrido o prazo para manifestação, ao Ministério Público Federal.

Intime-se.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,

Juíza Federal Convocada – em subst. ao Relator.

(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)
/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0002161-92.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002161-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2017 14:54
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: RAPHAEL ÂNGELO BRASILIENSE SOARES
ADVOGADO: ROMULO ADOLPHO DE FARIAS SANT'ANNA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
Originário: 0002497-62.2017.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: RAPHAEL ÂNGELO BRASILIENSE SOARES
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
JUÍZO ORIGEM: 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu (00024976220174025120) - Juíza Federal Substituta MARIANA CAMARGO CONTESSA
D E S P A C H O
Intime-se a parte agravada nos termos do art. 1.019, II do CPC/2015.
Decorrido o prazo para manifestação, ao Ministério Público Federal.
Intime-se.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada – em subst. ao Relator.
(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)
/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0002176-61.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002176-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/03/2017 16:05
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: S.B SAUDE LTDA SOCIEDADE SIMPLES
ADVOGADO: MARIA DE OLIVEIRA DUARTE
Originário: 0136965-88.2015.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
AGRAVADO: S.B SAUDE LTDA SOCIEDADE SIMPLES
JUÍZO ORIGEM: 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (01369658820154025101) - Juíza Federal ADRIANA BARRETTO DE CARVALHO RIZZOTTO
D E S P A C H O
Intime-se a parte agravada nos termos do art. 1.019, II do CPC/2015.
Decorrido o prazo para manifestação, ao Ministério Público Federal.
Intime-se.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada – em subst. ao Relator.
(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)
/mee

BOLETIM: 2017000215

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0042178-72.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.042178-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/01/2016 18:32
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: ABILIO AZEVEDO RIBEIRO
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0042178-72.2012.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR INATIVO DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL. ISONOMIA COM ATUAL DISTRITO FEDERAL. DECRETO 28.371/07. IMPROCEDÊNCIA.

-Cinge-se a controvérsia à possibilidade de reajuste, na remuneração do autor, militar inativo da Polícia Militar do antigo Distrito Federal, do percentual de 40,31%, com base no Decreto 28.371/2007, do Governador do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro de 2007, e atrasados.

-Na hipótese sub examine, a tese defendida pelo autor é no sentido de que o § 2º, do artigo 65, da Lei 10.486/02, lhe garantiria o reajuste salarial que alega ter sido estabelecido pelo Decreto 28.371/07, do Governador do Distrito Federal.

-Ocorre que, em verdade, o referido Decreto não instituiu aumento no soldo dos militares e, sim, antecipação de remuneração no mês de outubro de 2007, relativa ao mês seguinte (novembro de 2007), ressaltado, no seu artigo 2º, que não se tratava em reajuste salarial aos integrantes das Carreiras de Delegado de Policia, Polícia Civil, Policial e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal ("Art. 2º - A antecipação prevista neste Decreto não implica direito a antecipação nos meses seguintes").

-Mesmo que assim não fosse, a pretensão não poderia ser acolhida, pois, nos termos da Súmula 339 do STF, não cabe ao Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

-Não há que se falar em extensão da antecipação prevista pelo Decreto 28.371/2007 aos militares do antigo Distrito Federal, uma vez que somente foi destinada aos Policiais e/ou Bombeiros Militares do atual Distrito Federal.

-Precedentes colacionados do STJ e das Quinta, Sexta e Oitava Turmas Especializadas deste Tribunal.

-Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0110614-49.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.110614-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 01/09/2015 15:39
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: JEFFERSON DO NASCIMENTO CANTALICE
ADVOGADO: ALESSANDRO DANTAS COUTINHO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: IGOR MOULIN DE CARVALHO
ADVOGADO: CAROLINA CARDOSO FRANCISCO MOUTINHO
Originário: 0110614-49.2013.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. PROCESSO SELETIVO DE PRATICANTE DE PRÁTICO. IMPETRANTE CLASSIFICOU-SE ALÉM DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. ELIMINAÇÃO DO 3º RÉU MANTIDO NO CERTAME POR DECISÃO JUDICIAL EM OUTRO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE.

-Cinge-se a controvérsia à verificação da possibilidade do impetrante passar para a segunda fase do concurso para o cargo de Prático, regido pelo Edital de 01 de novembro de 2012 (fls. 31 e seguintes), no qual foi classificado na 251ª posição (fl. 187), garantindo-se, assim, sua continuação no certame.

-Quanto às vagas e o número de candidatos convocados para a segunda etapa do certame, verifica-se que o item 3 do Edital, de 01 de novembro de 2012 (fl. 31 e seguintes), assim dispõe: ¿3.1- O presente processo seletivo destina-se ao preenchimento de 206 (duzentas e seis) vagas à categoria de Praticante de Prático, conforme a distribuição por Zonas de Praticagem (ZP) constante do quadro do Anexo II (fl. 33). 3.2- Será ainda oferecida vaga adicional decorrente da seleção, para uma nova ZP, de candidato que já seja habilitado como Prático ou Praticante de Prático. Tal vaga será oferecida na ZP de origem do Prático dou Praticante de Prático selecionado. 3.3- Por ocasião da distribuição dos candidatos pelas ZP, conforme estabelecido no item 21, as vagas adicionais serão somadas às estabelecidas no subitem 3.1, mas somente se os candidatos que forem Práticos ou Praticantes de Prático vierem a ser efetivamente selecionados. (...).

-Extrai-se que foram oferecidas, inicialmente, 206 vagas, que poderiam ser ampliadas, em razão da seleção, para uma nova ZP, de candidato já habilitado como Prático ou Praticante de Prático, sendo que essas novas vagas seriam somadas às inicialmente oferecidas, não tendo o Edital se comprometido com o quantitativo de novas vagas que poderiam surgir dessa forma, além de ter condicionado seu surgimento à efetiva seleção, para uma nova ZP, de candidatos já Práticos ou Praticantes de Prático.

-No item 8.7, o Edital é claro ao determinar que serão eliminados do concurso os candidatos com grau inferior a 35 pontos ou os que, mesmo obtendo grau superior à referida nota de corte, não se classificarem entre os 250 (duzentos e cinquenta) maiores graus.

-Tendo o impetrante se classificado na 251ª posição, sua eliminação deu-se de acordo com a previsão editalícia, não havendo que se falar em ilegalidade do ato que o eliminou do certame.

-Quanto ao pedido de eliminação, do certame, do réu Igor Moulin de Carvalho, cumpre ressaltar que, mesmo que viesse a ser acolhida tal pretensão, essa circunstância não seria suficiente para superar o fato de que o ora apelante não restou classificado dentro do número de candidatos a serem convocados para a segunda fase (250 candidatos), conforme exposto acima. Ademais, o réu Igor Moulin, eliminado na segunda etapa por não ter cumprido o requisito previsto no item 13.7 do Edital, permaneceu no certame por força de decisão no mandado de segurança nº 0020556-97/8ª Vara Federal (fls. 494/496), não cabendo a este Tribunal rever decisão proferida no bojo de outro processo, cumprindo frisar, ainda, que, independentemente da decisão final no referido mandamus, a vaga pretendida pelo autor não permaneceu ociosa, não havendo que falar em ocupação ilícita de vaga que seria do impetrante.

-A análise da documentação dos candidatos com vistas a habilitá-los a prosseguir no concurso realizar-se-ia somente após a aprovação na primeira fase, ou seja, para passar à análise dos documentos e verificar o cumprimento dos requisitos dispostos no Edital, o candidato teria que estar classificado entre os 250 (duzentos e cinquenta) primeiros, o que não foi alcançado pelo o ora apelante.

-Convém destacar que a atividade de praticagem, regida pela Lei 9.537/97, possui natureza privada, sendo, portanto, livre o seu exercício, desde que os interessados em exercê-la estejam habilitados a contento para a função, o que afasta a obrigatoriedade da aplicação das regras do artigo 37 da Constituição da República, tendo em vista que não se está diante de concurso público para provimento de cargo público, cuja criação depende de lei, cabendo à Marinha do Brasil tão somente estabelecer os requisitos da habilitação, bem como regular e fiscalizar o exercício da profissão.

-Antecedente jurisprudencial: AG- 00018850320134020000. Relatora: CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA. TRF2. Data da decisão: 15/05/2013. Data da publicação: 27/05/2013.

-Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0159993-85.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.159993-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/12/2016 12:39
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
APELADO: SANDRA BARRETO RANGEL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0159993-85.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Campos
E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. O A B. CUSTAS PROCESSUAIS. INTIMAÇÃO PESSOAL. ART.290 DO NCPC. INTIMAÇÃO POR DIÁRIO OFICIAL. RECURSO DESPROVIDO.
-O não recolhimento das custas enseja o cancelamento da distribuição, de acordo com o artigo 290 do NCPC ("Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.").
- Na espécie, verifica-se que a OAB/RJ foi intimada para promover o recolhimento das custas iniciais, mediante publicação no Diário Eletrônico, permanecendo, entretanto, inerte, circunstância que impõe a manutenção da sentença que extinguiu o feito e determinou o cancelamento da distribuição.
- Ressalte-se que, para o cancelamento da distribuição, pelo não recolhimento das custas iniciais, afigura-se desnecessária a intimação pessoal da parte, bastando sua ciência mediante publicação no Diário Oficial, ou através de outro meio idôneo de intimação, como ocorreu no caso do autos.
-Recurso desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).
Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0032659-34.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.032659-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/12/2016 14:13
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RENATA COSTA SILVA BRANDAO
APELADO: K & MEX CONSTRUÇAO E MONTAGEM LTDA
APELADO: FLAVIO FERREIRA
APELADO: DANIELE NASCIMENTO RODRIGUES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0032659-34.2016.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. DESCUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA DETERMINADA PELO JUÍZO. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. HIPÓTESE PREVISTA NO INCISO III, DO ART. 485, DO NCPC.
ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PESSOAL. INEXISTÊNCIA.
-Para aplicação do art. 485, III, do NCPC, em razão do abandono de causa, indispensável que haja, além da determinação judicial específica para que a parte autora promova o cumprimento da obrigação, a sua posterior intimação pessoal para suprir a falta em 5 (cinco) dias, na forma do disposto no §1º, do referido art. 485, o que não ocorreu nos presentes autos, uma vez que a intimação da parte se deu através de publicação no Diário Oficial, impondo-se, assim, a anulação do decisum hostilizado.
- Recurso de apelação parcialmente provido para anular a sentença.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federa l VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0074343-36.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.074343-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/09/2016 19:05
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
APELADO: ANTONIO RABELLO FILHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0074343-36.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREMERJ/RJ. ANUIDADE. NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. IMPOSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO OU MAJORAÇÃO MEDIANTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE. ART. 8º DA LEI 12.514/2011. RECURSO DESPROVIDO

- Inicialmente, cumpre esclarecer que, nos casos em que ocorrem vícios insanáveis do título executivo, mostra-se incabível oportunizar ao exequente a emenda ou substituição da CDA, visto que será indispensável que o próprio lançamento seja revisado, a teor do entendimento firmado pelo STJ (REsp 1045472/BA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 18/12/2009).

- As contribuições devidas pelas categorias profissionais aos respectivos conselhos, à exceção da OAB, são espécies do gênero tributo, consoante a disciplina do caput do art. 149 da Constituição Federal de 1988, e devem obediência ao princípio da reserva legal, inscrito no art. 150, I, da Carta Magna.

-Hipótese em que é devido o reconhecimento da nulidade da CDA que tem amparo em simples Resolução Administrativa para a fixação/majoração do valor da anuidade cobrada pelo Conselho Regional De Medicina Do Estado Do Rio De Janeiro - CREMERJ/RJ.

-Em relação ao princípio da anterioridade nonagesimal, conforme enfatizado pelo Exmo Sr. Desembargador Federal Marcelo Pereira, nos autos da Apelação nº 05000124-75.2015.4.02.5118: "como a Lei nº 12.514/2011 foi publicada em 31/10/2011, a anterioridade do exercício fiscal é insuficiente à garantia do contribuinte de não ser surpreendido com o aumento da carga tributária, assegurada pela Emenda Constitucional nº 42/2003. A majoração do tributo só é possível noventa dias depois, pelo princípio da anterioridade nonagesimal. Por isso, o Conselho de Administração só pode cobrar os novos valores de anuidades para fatos geradores configurados após 28/1/2012. Note-se que o fato gerador da exação tributária é a inscrição, ainda que por tempo limitado, ao longo de um exercício. Deste modo, revela-se cabível a cobrança relativa ao ano de 2012, sendo indevida a cobrança referente aos exercícios de 2010 e 2011".

- Assim, em relação às anuidades vencidas até 2011, a CDA se ressente de vício insanável, uma vez que a cobrança foi respaldada com base em Resolução. Já em relação às anuidades de 2012 a 2014, deve ser observado a sistemática do art.8º da Lei nº 12.514.

-Tratando-se de executivo fiscal ajuizado em data posterior à vigência da Lei 12.514, publicada no DOU no dia 31/10/2011, deve ser observado o comando inserto no seu artigo 8º, que estabelece um quantum mínimo para a cobrança, por via judicial.

-Na hipótese, O valor mínimo da anuidade devida ao CREMERJ para pessoa física, no ano do ajuizamento da ação (2016), era de R$ 617,50 (seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos). Desse modo, o valor mínimo, a ser observado, como condição de procedibilidade para o ajuizamento da presente ação executiva, seria de R$ 2.470,00(R$ 617,50 x 4), sendo que a cobrança efetuada na presente execução, em relação às anuidades de 2012 à 2014, totaliza R$ 2.406,37, valor este que não ultrapassa o mínimo estabelecido pelo art. 8º da Lei 12.514/2011.

-Apelo desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA

Relatora

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0151680-38.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.151680-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/06/2016 15:17
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
PARTE AUTORA: TEEKAY PETROJARL I SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA.
ADVOGADO: GODOFREDO MENDES VIANNA
ADVOGADO: JENIFFER ADELAIDE MARQUES PIRES
ADVOGADO: RODRIGO DE CARVALHO VIEIRA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0151680-38.2015.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. GREVE DE SERVIDORES. HABILITAÇÃO AO RADAR PARA OPERAÇÃO NO SISCOMEX. SERVIÇO ESSENCIAL.

- Cinge-se a controvérsia em aferir o direito de a impetrante de ter analisado o requerimento de habilitação ao Sistema Ambiente de Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros (RADAR), para que possa operar o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), o que estava sendo obstado pela greve deflagrada pelos servidores da Receita Federal do Brasil.

-O direito de greve, assegurado pelo artigo 37, VII da Constituição Federal, deve se compatibilizar com a realização dos serviços essenciais exercidos pelo servidor.

-Destarte, os serviços de análise de requerimento de habilitação ao RADAR devem ser contínuos, não se interrompendo integralmente durante o movimento grevista.

- Precedentes desta Corte citados.

- Ademais, das informações prestadas pela autoridade Impetrada, verifica-se que a análise do requerimento de habilitação ao RADAR da Impetrante foi analisado e concluído, em cumprimento a liminar deferida.

- Remessa necessária desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

BOLETIM: 2017000216

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0013749-27.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.013749-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/08/2016 17:53
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: ANDREA MENDES DO NASCIMENTO
ADVOGADO: TATIANA BATISTA DE SOUZA
Originário: 0013749-27.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CUMULAÇÃO DE CARGOS. SERVIDOR PÚBLICO. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA POR LIBERALIDADE ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Andrea Mendes do Nascimento, em face do Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com pedido liminar, objetivando ser mantida no exercício regular de suas funções na UFRJ ¿ Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, sem que exigida a sua exoneração no Cargo Público Federal exercido junto ao Ministério da Saúde; declarando, portanto, lícita a Acumulação dos Cargos Públicos em análise.

2. A acumulação de cargos públicos, em regra, é proibida pela Constituição da República Federativa do Brasil, que permite como exceção a possibilidade de acumular, desde que haja compatibilidade de horários: a) dois cargos de professor; b) um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas (Artigo 37, XVI).

3. Para haver a acumulação permitida se faz necessária a comprovação da compatibilidade de horários entre o cargo em exercício e o cargo a exercer, requisito indispensável e fundamental estabelecido por nossa Lei Maior e na legislação infraconstitucional, bem como a observância do teto de 60 (sessenta) horas semanais.

4. Em procedimento administrativo restou apurado que a autora foi empossada para o cargo de auxiliar de Enfermagem no Hospital Universitário Clementino Fraga com carga horária de 40 horas semanais, cumprindo, ainda, carga horária de 30 horas semanais no Hospital Federal de Ipanema, devendo ser ressaltando que o fato de a Administração permitir, excepcionalmente, a redução na carga horária configura mera liberalidade que não pode dar respaldo à imutabilidade da situação atual.

5. Verifica-se que a demandante trabalharia, no mínimo, 70 (setenta) horas) semanais, carga horária elevada, que denota impossibilidade de cumprir todas essas horas com presteza. Embora a demandante alegue ser possível o exercício das atividades em horários que não se sobrepõem, é certo que restaria comprometida a qualidade do trabalho realizado, mormente se considerarmos os limites da condição humana que necessita de tempo para descanso, boa alimentação, além de fatores como tempo necessário ao deslocamento.

6. Remessa Necessária e apelação providas. Pedido autoral julgado improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, dar provimento ao recurso e à remessa necessária , nos termos do voto do Des. Fed. Marcelo Pereira da Silva. Vencida a Relatora que lhes negava provimento. Conforme sufragado pela 8ª Turma Especializada na Sessão de 24/11/2016, com quorum estendido, em questão de ordem, suscitada pelo Des. Fed. Sergio Schwaitzer nos autos do processo nº 0023854-29.2015.4.02.5101, cuja cópia da certidão de julgamento deverá ser acostada aos presentes autos, foi considerado inaplicável a técnica de julgamento não unânime do art. 942, do CPC/2015 no que concerne aos processos de Mandado de Segurança.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000217

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0109055-19.1997.4.02.5101 Número antigo: 1997.51.01.109055-5 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.007382-2
Distribuição por Migração de Sistema - 21/04/2015 16:37
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: GUTENBERG PRADO E OLIVEIRA
ADVOGADO: PAULO ROBERTO ROCHA LAITER
APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0109055-19.1997.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES ELENCADAS NO ARTIGO 1.022, DO NOVO CPC.
-Os embargos de declaração possuem o seu alcance precisamente definido no artigo 1.022, do Novo Código de Processo Civil, sendo necessária, para seu acolhimento, a presença dos vícios ali elencados, quais sejam: obscuridade ou contradição (inciso I), omissão (inciso II), ou, ainda, para sanar erro material (inciso III).
-Todos os fundamentos que se apresentaram nucleares para decisão da causa foram devidamente apreciados, inexistindo omissões capazes de comprometer a integridade do julgado.
-Na hipótese dos autos, a matéria que serviu de base à oposição do recurso foi devidamente apreciada, com fundamentos claros e nítidos, enfrentando as questões suscitadas e relevantes ao deslinde da controvérsia, não havendo, pois, falar-se em obscuridade no julgado.
-Na hipótese, inocorrem os mencionados vícios, valendo ressaltar que, na realidade, ao alegar a existência de omissão e obscuridade, pretende a parte embargante, inconformada, o reexame em substância da matéria já julgada, o que é incompatível com a via estreita do presente recurso.
- Embargos declaratórios rejeitados.

A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0019090-49.2005.4.02.5101 Número antigo: 2005.51.01.019090-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 03/11/2016 17:16
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ELY LOUREIRO LIMA
APELANTE: JOAQUIM RIBEIRO DE SOUZA
APELANTE: ROBERTO SOUTHEY SARMENTO MARANHÃO
APELANTE: ZACARIAS RIBEIRO DE SOUSA
ADVOGADO: LEONEL RODRIGUES
ADVOGADO: BRENO SAMPAIO DE OLIVEIRA FABIAO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0019090-49.2005.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL RECURSO REPETITIVO. ARTIGO 543-C, § 7º, INCISO II, CPC. 28,86%. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO EXERCIDO.
1. Trata-se de processo remetido pela Vice-Presidência deste eg. Tribunal para possível juízo de retração acerca dos termos de acórdão que, na fase de execução de sentença que condenou a União Federal ao pagamento de diferenças relativas aos 28,86%, consagrou a possibilidade de compensação a despeito da ausência de previsão no título executivo.
2. O precedente do Colendo Superior Tribunal de Justiça, oriundo do julgamento do REsp nº 1.235.513/AL sob o rito dos recursos repetitivos, apesar de consagrar que "transitado em julgado o título judicial sem qualquer limitação ao pagamento integral do índice de 28,86%, não cabe à União e às autarquias federais alegar, por meio de embargos, a compensação com tais reajustes", expressamente autoriza tal arguição quando, como é o caso dos autos, a compensação somente se tornou possível após a última "oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo".

3. Foi apenas com a edição da Medida Provisória nº 1.704-1, de 30 de julho de 1998, que foi estendido aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem dos 28,86%, sendo este o marco inicial dos pagamentos administrativos efetuados.

4. No caso dos autos, quando foi editada a referida Medida Provisória, a União Federal já havia interposto Recurso Especial e Extraordinário contra o acórdão que acolheu o pleito de concessão do referido reajuste.

5. A fim de evitar futuras dúvidas sobre a extensão da tese fixada, o Relator do citado REsp, Ministro CASTRO MEIRA, destacou em seu voto que a melhor exegese a ser empregada ao termo "superveniente à sentença", contido no citado inciso VI do art. 741 do CPC/1973, é a que o concebe como ""superveniente à última oportunidade para se alegar a matéria de defesa" no processo cognitivo, podendo coincidir, ou não, com a prolação da sentença de mérito, com o exaurimento da instância ordinária ou com o trânsito em julgado, conforme o caso".

6.Juízo de retratação não exercido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em não exercer o juízo de retratação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001906-21.2007.4.02.5001 Número antigo: 2007.50.01.001906-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 05/08/2015 16:23
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: ANDREA MARCIA RANGEL LISBOA
ADVOGADO: THIAGO BORTOLIN VIGANÔR
APELADO: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO ESPIRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
Originário: 0001906-21.2007.4.02.5001 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXTINÇÃO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO. CANCELAMENTO DA CDA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL.

-O interesse de agir surge da necessidade de obter através do processo a tutela e proteção ao interesse substancial (ou primário). Como a doutrina processual civil tem considerado, ¿localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo como remédio apto à aplicação do direito objetivo no caso concreto, pois a tutela jurisdicional não é jamais outorgado em uma necessidade¿ (Curso de Direito Processual Civil, Humberto Theodoro Júnior, v. 1, Rio de Janeiro, ed. Forense, p. 59). "Existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando essa tutela jurisdicional pode trazer-lhe alguma utilidade do ponto de vista prático¿(Código de Processo Civil Comentado e Legislação Processual Civil Extravagante em Vigor, Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery, ed. RT, pp.728/729).

-Restando ausente o interesse jurídico, também chamado de interesse de agir, que deve estar presente durante todo o curso do processo, não mais terá utilidade a prestação jurisdicional, circunstância que atrai a norma do art. 493 do Novo Digesto Processual Civil que dispõe, verbis: ¿Art. 493. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão".

-É a ocorrência do chamado direito superveniente - jus superveniens -, que, na lição de Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery, ¿pode consistir no advento de fato ou direito que possa influir no julgamento da lide. Deve ser levado em consideração pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte ou interessado, independentemente de quem possa ser com ele beneficiado no processo. Não se pode, a pretexto de pretender a incidência do jus superveniens, alterar a causa de pedir ou o pedido¿, sendo certo

que o Juiz, a que alude o texto legal, pode ser tanto o de primeira, quanto o de segunda instância, pelo que, ocorrendo fato superveniente no correr da ação, após prolação da sentença, que possa influir na solução da lide, é dever do Tribunal apreciá-lo, uma vez que deve a prestação jurisdicional ser exercida em conformidade com a situação dos fatos no momento do seu julgamento.

-No caso, considerando que a execução, objeto dos presentes embargos, restou extinta, em razão da nulidade da CDA, evidencia-se que não mais subsiste o interesse processual da demandante, circunstância que enseja a extinção do presente feito.

-Processo extinto, sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, inciso VI, do Novo Código de Processo Civil, restando, por conseguinte, prejudicado o recurso de apelação.

-Condenada a parte embargada em custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 20% (vinte por cento) do valor da causa (R$ 474,11), na forma do disposto no §8º c/c §2º, do art. 85 do Novo Código de Processo Civil.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, extinguir o processo, sem resolução de mérito, restando prejudicado o recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0011246-09.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.011246-8 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.8800.000153-0
Distribuição por Migração de Sistema - 23/04/2015 14:06
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: MARIA CELIA DA COSTA
APELANTE: JOSE HAROLDO DA COSTA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DE MORAES
Originário: 0011246-09.2009.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES ELENCADAS NOS INCISOS I E II, DO ARTIGO 535, DO CPC E/OU ERRO MATERIAL. SFH. REVISÃO. INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. LEGALIDADE TABELA PRICE. ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR ANTES DA AMORTIZAÇÃO. ADEQUAÇÃO AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. IMPOSSIBILIDADE. RESPEITO AO ATO JURÍDICO PERFEITO. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

-Os embargos de declaração possuem o seu alcance precisamente definido no artigo 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, sendo necessária, para seu acolhimento, a presença dos vícios ali presentes, quais sejam: omissão, contradição e/ou obscuridade ou, ainda, para sanar erro material.

-Todos os fundamentos que se apresentaram nucleares para decisão da causa foram devidamente apreciados, inexistindo omissões capazes de comprometer a integridade do julgado.

-Na hipótese, inocorrem os mencionados vícios, valendo ressaltar que, na realidade, ao alegar a existência de omissão, pretende a parte embargante, inconformada, o reexame em substância da matéria já julgada, o que é incompatível com a via estreita do presente recurso.

-O Magistrado não está obrigado a rebater um a um, bastando decidir a causa com a observância das questões relevantes e imprescindíveis à solução do conflito. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007.

-Mesmo quando opostos com a finalidade de prequestionamento, afigura-se necessária a inequívoca ocorrência dos vícios enumerados no art. 535 do CPC, para conhecimento dos embargos de declaração.

- Embargos declaratórios rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

BOLETIM: 2017000218

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0054821-63.1992.4.02.5101 Número antigo: 1992.51.01.054821-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 23/04/2015 14:51
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: LEANDRO DUARTE
APELANTE: ALEXANDRE RIBEIRO
APELANTE: FERNANDO JOSE RODRIGUES DA COSTA
APELANTE: CIRO DUARTE SILVA
ADVOGADO: PATRICIA DIEZ RIOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0054821-63.1992.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PACIENTES HEMOFÍLICOS SOROPOSITIVOS PARA O HIV. OMISSÃO DOS ENTES PÚBLICOS EM FISCALIZAR O SANGUE COLETADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. INÉPCIA DA INICIAL. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA DE CADA UM DOS AUTORES.

I ¿ Sem que tenha a petição inicial descrito a situação fática de cada um dos autores da demanda, limitando-se a informar que seriam todos hemofílicos e soropositivos para o vírus HIV, supostamente adquirido através de transfusões de sangue necessárias ao tratamento da hemofilia, inexistem elementos fáticos que permitam servir de fundamento jurídico para o pedido de indenização pretendido.

II ¿ Sem a prova do liame causal entre o dano sofrido pelos pacientes hemofílicos e o fato causador, não há concluir por mera presunção que os mesmos teriam sido contaminados pelo vírus HIV em razão de transfusões de sangue realizadas em determinado hospital público (Centro de Hematologia Santa Catarina), mormente quando sequer houve nos autos a alegação de que o tratamento dos autores ocorreu exclusivamente naquele nosocômio ao longo de todo o período da suposta contaminação.

III ¿ Processo extinto sem resolução do mérito em relação à UNIÃO e ao ESTADO DO RJ (art. 485, IV, do NCPC).

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, em julgar extinto o processo, sem resolução do mérito em relação à UNIÃO e ao ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ante a inépcia da inicial, na forma do voto do Desembargador Federal MARCELO PEREIRA DA SILVA, ficando vencida a Relatora, que provia em parte o recurso.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0062061-69.1993.4.02.5101 Número antigo: 1993.51.01.062061-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 23/04/2015 14:48
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: LEANDRO DUARTE
APELANTE: ALEXANDRE RIBEIRO
APELANTE: FERNANDO JOSE RODRIGUES DA COSTA
APELANTE: CIRO DUARTE SILVA
APELANTE: MARCELO SANTIAGO GONCALVES
APELANTE: JULIA SANTIAGO GONCALVES
APELANTE: MARIA HELENA GONCALVES DA COSTA
ADVOGADO: MARCLEI DA SILVA GUIMARAES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0062061-69.1993.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PACIENTES HEMOFÍLICOS SOROPOSITIVOS PARA O HIV. OMISSÃO DOS ENTES PÚBLICOS EM FISCALIZAR O SANGUE COLETADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. INÉPCIA DA INICIAL. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA DE CADA UM DOS AUTORES.

I ¿ Sem que tenha a petição inicial descrito a situação fática de cada um dos autores da demanda, limitando-se a informar que seriam todos hemofílicos e soropositivos para o vírus HIV, supostamente adquirido através de transfusões de sangue necessárias ao tratamento da hemofilia, inexistem elementos fáticos que permitam servir de fundamento jurídico para o pedido de indenização pretendido.

II ¿ Sem a prova do liame causal entre o dano sofrido pelos pacientes hemofílicos e o fato causador, não há concluir por mera presunção que os mesmos teriam sido contaminados pelo vírus HIV em razão de transfusões de sangue realizadas em determinado hospital público (Centro de Hematologia Santa Catarina), mormente quando sequer houve nos autos a alegação de que o tratamento dos autores ocorreu exclusivamente naquele nosocômio ao longo de todo o período da suposta contaminação.

III ¿ Processo extinto sem resolução do mérito em relação à UNIÃO e ao ESTADO DO RJ (art. 485, IV, do NCPC).

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, em julgar extinto o processo, sem resolução do mérito em relação à UNIÃO e ao ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ante a inépcia da inicial, na forma do voto do Desembargador Federal MARCELO PEREIRA DA SILVA, ficando vencida a Relatora, que provia em parte o recurso.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Subsecretaria do Órgão Especial

BOLETIM: 175960

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.028033-8
Nº CNJ : 0028033-26.2003.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE

APELANTE : GUILHERME RABELLO DE MORAES
ADVOGADO : ANTONIO CARLOS DOMINGUES
APELADO : UNIAO FEDERAL
ORIGEM : VIGÉSIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010280338)

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO INTERNO. NÃO ADMITIDO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. REDISCUSSÃO DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de Acórdão que não admitiu o Agravo Interno.
2. Ausência de quaisquer vícios enumerados no artigo 1.022 do CPC/2015.
3. A Parte Embargante, inconformada com o Acórdão que não admitiu o Agravo Interno interposto, pretende a rediscussão do julgado de modo a modificar a análise do juízo de admissibilidade realizada por esta Vice-Presidência.
4. Embargos de Declaração rejeitados.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.10.005077-2
Nº CNJ : 0005077-86.2003.4.02.5110
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE : UNIAO FEDERAL
APELADO : URCELINO JOSE DA SILVA
ADVOGADO : GENIRA CLIMACO DA CUNHA
ORIGEM : TERCEIRA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200351100050772)

EMENTA
PROCESSUAL CIVIL. VICE-PRESIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO. SOBRESTAMENTO DE RECURSO ESPECIAL COM BASE EM RECURSO PARADIGMA SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS QUE TRATA DA MESMA MATÉRIA DEBATIDA NOS AUTOS. RECURSO IMPROVIDO.
I.Trata-se de Agravo Interno interposto em face de decisão que, em cumprimento à determinação do C. STJ, determinou o sobrestamento do Recurso Especial até o pronunciamento definitivo do STJ nos Recursos Especiais nº 1.492.221/PR, 1.495.144/RS e 1.495/146/MG (tema 905: "*Aplicabilidade do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora.*"), submetidos à sistemática dos recursos repetitivos.
II. Importa consignar que a decisão ora agravada tão-somente cumpriu determinação do C. Superior Tribunal de Justiça, Corte que detém competência exclusiva para o julgamento do Recurso Especial.
III. Registre-se que o exame dos juros moratórios e da correção monetária independe de pedido expresso na inicial ou de recurso voluntário da parte, pois são tratados como matéria de ordem pública. A propósito, confiram-se: REsp 1.112.524/DF, Rel. Min. Luiz Fux, Corte Especial, DJe 30/09/2010; AgRg no REsp 1.422.349/SP, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 10/02/2014.
IV. Desta forma, cumpre asseverar que, embora a discussão do Recurso Especial em exame inclua suposta ofensa ao artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, não se pode olvidar que o debate relativo aos juros devidos pela Fazenda Publica no período posterior à edição da Lei nº 11.960/2009 atinge a controvérsia versada nos presentes autos.
V. Portanto, tendo em vista o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, deve o presente Recurso Especial permanecer sobrestado até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça quanto à matéria referida nos REsp nº Especiais nº 1.492.221/PR, 1.495.144/RS e 1.495/146/MG (tema 905), em razão da afetação dos mencionados recursos à sistemática dos recursos repetitivos.
VI. A Parte Agravante não apresentou qualquer argumento capaz de viabilizar a alteração dos fundamentos da Decisão ora hostilizada, que deve persistir por seus próprios fundamentos
VII. Agravo Interno desprovido.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data de julgamento).

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2011.50.06.000550-0

Nº CNJ	: 0000550-34.2011.4.02.5006
RELATOR	: DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	: AILSON CESAR FLORINDO
ADVOGADO	: OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA E OUTRO
APELADO	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: CLEBSON DA SILVEIRA
ORIGEM	: 1 VARA JUSTIÇA FEDERAL SERRA/ES (201150060005500)

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. NEGADO PROVIMENTO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS PREVISTOS NO ARTIGO 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. REDISCUSSÃO DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de Acórdão que negou provimento ao Agravo Regimental.
2. Ausência de quaisquer vícios enumerados no artigo 1.022 do CPC/2015.
3. A Parte Embargante, inconformada com o Acórdão que negou provimento ao Agravo Regimental interposto, pretende a rediscussão do julgado de modo a modificar a análise do juízo de admissibilidade realizada por esta Vice-Presidência.
4. Embargos de Declaração rejeitados.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2012.02.01.009119-0

Nº CNJ	: 0009119-46.2012.4.02.9999
RELATOR	: DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	: JULIANA BARBOSA ANTUNES
APELADO	: IDUINA CUMAN PASTORE
ADVOGADO	: GILMAR BATISTA VIEIRA E OUTRO
REMETENTE	: JUIZO DE DIREITO DA 1 VARA DE MUNIZ FREIRE ES
ORIGEM	: 1A. VARA ESTADUAL - MUNIZ FREIRE/ES (037080000724)

E M E N T A
AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO. RECURSO REPETITIVO. REsp nº 1.205.946/SP. QUESTÕES CORRELATAS NÃO INFORMADAS. SENTIDO PROTELATÓRIO DO AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS RELEVANTES PARA MODIFICAÇÃO DO JULGADO. AGRAVO NÃO ADMITIDO.
1. Trata-se de Agravo Interno interposto em face de decisão que determinou o sobrestamento do Recurso Especial.
2. Alegação de que a matéria do referido recurso é diversa daquela analisada no REsp nº 1.205.946/SP, sob o rito dos recursos repetitivos.
3. Alegação de questões correlatas que não foram explicitadas. Ausência de argumentos relevantes para possível modificação do julgado.
4. Agravo não admitido.

A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não admitir o Agravo Interno, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2011.02.01.016032-7
Nº CNJ : 0016032-05.2011.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
AGRAVANTE : CLINICA RADIOLOGICA RENATO E SYLVIO CORTES LTDA E OUTROS
ADVOGADO : RENATO CORTES NETO E OUTROS
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : TERCEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200351015026825)

E M E N T A
AGRAVO INTERNO. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO IMPUGNADO ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO EGRÉGIO STJ. *LEADING's CASEs.* RESP Nº 1.104.900/ES e resp nº 1.110.925/SP. AGRAVO interno DESPROVIDO.
1. CONFORME RELATADO, TRATA-SE AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE, COM FULCRO NO ARTIGO 543-C, §7º, INCISO I, DO ANTIGO CPC, NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA ORA AGRAVANTE.
2. *IN CASU*, OS RECURSOS ESPECIAIS REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA JÁ TRANSITARAM EM JULGADO, EM 05/05/2009 E 05/06/2009, POSSUINDO, PORTANTO, INEGÁVEL DEFINITIVIDADE, O QUE AUTORIZA A OBSERVÂNCIA DO RITO PREVISTO NO ARTIGO 543-C, §7º, DO ANTIGO CPC.
3. ADEMAIS, OS PARADIGMAS FORAM CORRETAMENTE APLICADOS, NÃO MERECENDO REFORMA A DECISÃO AGRAVADA, TENDO EM VISTA QUE A QUESTÃO DEBATIDA NO RECURSO ESPECIAL JÁ FOI OBJETO DE PRONUNCIAMENTO DEFINITIVO PELO STJ, NO JULGAMENTO DO RESP Nº 1.104.900/ES E DO RESP Nº 1.110.925/SP, SUBMETIDOS AO RITO DO ART. 543-C DO ANTIGO CPC, E , AINDA, CONSIDERANDO-SE QUE O ENTENDIMENTO ENCAMPADO NO V. ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ DE ACORDO COM A ORIENTAÇÃO FIRMADA NOS ALUDIDOS *LEADING'S CASES*.
4. Agravo interno desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2011.02.01.012325-2
Nº CNJ : 0012325-29.2011.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
AGRAVANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : SUPER - SUPERMERCADO ALCEA LTDA E OUTRO
ADVOGADO : GILSON GUILHERME CORREIA
ORIGEM : 1 VARA JUSTIÇA FEDERAL SAO MATEUS/ES (200050030006085)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto.
2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de

seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.377.507) se amolda com perfeição com a discussão presente nestes autos.
3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, não havendo, conforme pacífica jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2011.50.01.009917-1

Nº CNJ	:	0009917-97.2011.4.02.5001
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	ADILES DA PENHA CIRILO DE AZEVEDO ANDRICH E OUTROS
ADVOGADO	:	ADRIANO DE QUEIROZ MORAES E OUTROS
APELANTE	:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO - IFES
PROCURADOR	:	ANESIO OTTO FIEDLER
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO DA 1A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ORIGEM	:	1ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (201150010099171)

E M E N T A

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. NEGADO SEGUIMENTO. ARTIGO 1.030 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. SERVIDOR PÚBLICO. BOA-FÉ. VALOR RECEBIDO A MAIOR. ERRO MATERIAL. RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO REPETITIVO. REsp nº 1.244.182/PB. AGRAVO NÃO ADMITIDO.
1. Trata-se de Agravo Interno interposto em face de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial.
2. Impossibilidade de devolução ao erário de valor recebido a maior pelo servidor ou pensionista de boa-fé quando decorrente de erro da Administração.
3. Incidência do entendimento firmado pelo STJ quando do julgamento do REsp nº 1.244.182/PB, pela sistemática dos recursos repetitivos, na ocorrência de erro material da Administração.
4. Recurso não admitido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, inadmitir o recurso, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de (data de julgamento).

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2011.50.01.008403-9

Nº CNJ	:	0008403-12.2011.4.02.5001
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL
APELADO	:	RAIMUNDO ZACARIAS RAIOL ALBUQUERQUE
ADVOGADO	:	THIAGO DE SOUZA PIMENTA E OUTRO
ORIGEM	:	2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (201150010084039)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. VICE-PRESIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO COM BASE EM RECURSO PARADIGMA SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS QUE TRATA DA MESMA MATÉRIA DEBATIDA NOS AUTOS. RECURSO IMPROVIDO.
I. Trata-se de Agravo Interno interposto em face de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial interposto, em razão de o acórdão recorrido encontrar-se de acordo com a decisão proferida pelo C. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.244.182/PB, submetido à sistemática dos recursos repetitivos.
II. Compulsando-se os autos, verifica-se que a matéria em discussão já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do mencionado paradigma, tendo aquela Corte Superior consolidado entendimento no sentido de que "*quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público"*.
III. Desta forma, tendo em vista que, no caso concreto, a verba foi recebida em decorrência de decisão judicial transitada em julgado, observa-se que o *leading case* foi adequadamente aplicado, sendo certo que, consoante o citado precedente do Superior Tribunal de Justiça, descabe a devolução ao erário dos valores pagos indevidamente pela Administração Pública, quando recebidos de boa-fé pelo servidor público.
IV. A Parte Agravante não apresentou qualquer argumento capaz de viabilizar a alteração dos fundamentos da Decisão ora hostilizada, que deve persistir por seus próprios fundamentos.
V. Agravo Interno desprovido.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data de julgamento).

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2011.02.01.006214-7

Nº CNJ	:	0006214-29.2011.4.02.0000
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO	:	PANIFICADORA LANCHES IRMAOS GONCALVES DE IGUACU LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	SEGUNDA VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (200051100029551)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto.
2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.377.507) se amolda com perfeição com a discussão presente nestes autos.
3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, não havendo, conforme pacífica jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 175962

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2012.02.01.019990-0
Nº CNJ : 0019990-62.2012.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
AGRAVANTE : JACYMARA JACINTA VIEIRA BRAIDA
ADVOGADO : ADRIANA PINTO SOLEDADE E OUTROS
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : SÉTIMA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9800723978)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto.
2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.184.765/PA) se amolda com perfeição à discussão presente nestes autos.
3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, não havendo, conforme pacífica jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2012.02.01.015696-1
Nº CNJ : 0015696-64.2012.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
AGRAVANTE : CARBON COMERCIAL E SERVICOS LTDA
ADVOGADO : GERALDO ELIAS BRUM E OUTROS
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : 1 VARA JUSTIÇA FEDERAL SERRA/ES (201150060006036)

E M E N T A
AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO IMPUGNADO ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ. *LEADING CASE*. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. Trata-se de Agravo Regimental interposto às fls. 144/155 por CARBON COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, em face de decisão que, nos termos do artigo 543-C, §7º, inciso I, do código de processo civil de 1973, negou seguimento ao Recurso Especial interposto pela Parte ora Agravante.

2. Em que pese a argumentação exposta no Agravo Regimental, a Decisão guerreada deve ser mantida, por seus próprios fundamentos, tendo em vista que a hipótese dos autos se amolda com perfeição àquela tratada no recurso paradigma REsp 1.123.557/RS.
3. Neste diapasão, o debate sobre o tema resta superado, tendo em vista que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento firmado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça por ocasião dos julgamentos dos aludidos *leading cases*.
4. Agravo Regimental desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2012.50.50.004804-4

Nº CNJ	:	0004804-78.2012.4.02.5050
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ALEXANDRE HIDEO WENICHI
APELADO	:	ANALIA MARTINS DOS SANTOS
ADVOGADO	:	LILIAN MAGESKI ALMEIDA E OUTROS
REMETENTE	:	JUIZO DA 6A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ORIGEM	:	6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (201250500048044)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto.
2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.112.557/MG) se amolda com perfeição à discussão presente nestes autos.
3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, não havendo, conforme pacífica jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2012.51.01.024655-1

Nº CNJ	:	0024655-47.2012.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	LUIZ OTAVIO DE SOUZA ARAUJO
ADVOGADO	:	JOSE EDUARDO DO CARMO E OUTROS
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	JULIANA PIMENTEL DE ALMEIDA

APELADO : OS MESMOS
REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 13A VARA-RJ
ORIGEM : DÉCIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201251010246551)

E M E N T A
AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO IMPUGNADO ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO EXCELSO STF. *LEADING CASE* RE 664.335/SC.
1. TRATA-SE DE AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO PELO ORA AGRAVANTE, NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 543-B, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
2. EXTRAI-SE DA LEITURA DOS AUTOS, QUE A PRETENSÃO RECURSAL DO ORA AGRAVANTE ENCONTRA-SE EM CONFRONTO COM A ORIENTAÇÃO FIRMADA NO RE Nº 664.335/SC, REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, TRANSITADO EM JULGADO EM 04/03/2015.
3. ASSIM SENDO, NÃO HÁ QUALQUER REPARO À DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, VEZ QUE O V. ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM O PARADIGMA ACIMA REFERIDO, O QUE DESÁGUA NO DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.
4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 175964

IV - APELACAO CIVEL 2004.51.01.019021-4
Nº CNJ : 0019021-51.2004.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE : INDUSTRIA REUNIDAS RHOS LTDA
ADVOGADO : EDISON FREITAS DE SIQUEIRA E OUTROS
APELADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO : RACHEL TAVARES CAMPOS
ORIGEM : VIGÉSIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010190214)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto.
2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.050.199) se amolda com perfeição com a discussão presente nestes autos.
3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, não havendo, conforme pacífica jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2009.02.01.016663-3

Nº CNJ	:	0016663-17.2009.4.02.0000
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
AGRAVANTE	:	INST NAC DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUST - INMETRO
PROCURADOR	:	LUCIANA BAHIA IORIO RIBEIRO
AGRAVADO	:	SARJA IND. E COM. DE ROUPAS LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	TERCEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200751015027239)

E M E N T A
AGRAVO INTERNO. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS.
I. Trata-se de Agravo Interno interposto pelo *Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade industrial - INMETRO*, às fls. 108/114, em face de decisão proferida pela Vice-Presidência deste Egrégio Tribunal, à fl. 107, a qual negou seguimento ao Recurso Especial interposto pela parte ora Agravante, com fundamento no então vigente artigo 543-C, §7º, I, do Código de Processo Civil de 1973, em decorrência da aplicação do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.103.050/BA.
II. A decisão agravada aplicou corretamente o recurso paradigma em epígrafe, tendo em vista versar a controvérsia ora em debate acerca da necessidade do esgotamento das demais diligências para a efetivação da citação por edital, sendo esta a questão decidida pelo E. Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial citado como paradigma.
III. Imperioso reconhecer que a questão abordada no Recurso Especial da parte ora Agravante já foi enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça REsp nº 1.103.050/BA - Tema 102.
IV. Agravo Interno desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data de julgamento).

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

XII - APELACAO EM MANDADO DE SEGURANCA 2004.51.01.020026-8

Nº CNJ	:	0020026-11.2004.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	UTE - NORTE FLUMINENSE S/A
ADVOGADO	:	DANIELLA ZAGARI GONCALVES E OUTROS
ADVOGADO	:	PAULO FERNANDO SOUTO MAIOR BORGES
ADVOGADO	:	BRUNO MENDES DE MORAES RENAUX
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200451010200268)

E M E N T A
AGRAVO REGIMENTAL. RETORNO DOS AUTOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. VICE-PRESIDÊNCIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. DECISÃO RECORRIDA EM CONFORMIDADE COM ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STJ SOB A SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. RECURSO IMPROVIDO.

I. Trata-se de Agravo Regimental interposto em face de decisão que, nos termos do art. 543-C, §7º, I, do CPC/1973, negou seguimento ao Recurso Especial, interposto pela Parte ora Recorrente.
II. Compulsando-se os autos, verifica-se que a matéria deduzida no presente recurso já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, do RESP nº 1.129.335/SP (tema 338), no qual a Primeira Seção daquela Egrégia Corte consolidou entendimento no sentido de que *"A Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, enquanto vigente, incidia sobre a conversão de crédito decorrente de empréstimo em investimento externo direto (contrato de câmbio simbólico), uma vez que a tributação aperfeiçoava-se mesmo diante de operação unicamente escritural".*
III. Neste diapasão, o debate acerca da incidência ou não da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores de Créditos e Direitos de natureza Financeira (CPMF) sobre a conversão de crédito decorrente de empréstimo em investimento externo direto (contrato de câmbio simbólico), que se constitui no cerne do Recurso Especial ao qual foi negado seguimento, resta superado.
IV. Agravo Regimental desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 175967

IV - APELACAO CIVEL 2003.51.01.025083-8

Nº CNJ	:	0025083-44.2003.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	PERI PLASTICOS INDUSTRIAS LTDA
ADVOGADO	:	GIORGIO VILELA SANTONI E OUTROS
APELADO	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:	MARCELO THOMPSON LANDGRAF E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	VIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200351010250838)

E M E N T A
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO IMPUGNADO ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO EGRÉGIO STJ. *LEADING CASE.* RESP Nº 1.003.955/RS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. Em cumprimento à determinação emanada do Eg. Superior Tribunal de Justiça, retornaram os autos a esta Egrégia Corte Regional, a fim de que o Agravo interposto por PERI PLÁSTICOS INDUSTRIAIS LTDA seja processado e julgado como Agravo Regimental.
2. COMPULSANDO-SE OS AUTOS, VERIFICA-SE QUE A QUESTÃO JURÍDICA DEBATIDA NO RECURSO EM ANÁLISE, NO TOCANTE À PRESCRIÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS E SEUS REFLEXOS NA CORREÇÃO MONETÁRIA, JÁ FOI OBJETO DE PRONUNCIAMENTO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.003.955/RS (TEMAS 64 A 75).
3. O debate sobre o tema resta, assim, superado, tendo em vista que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento firmado pelo Egrégio STJ, descabendo reabrir a discussão.
4. A argumentação exposta pela Parte Recorrente não tem o condão de alterar a substância daquele julgado, não se vislumbrando motivos para o exercício do juízo de retratação.
5. Agravo Regimental desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.010996-8

Nº CNJ	:	0010996-15.2005.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	CAMILA DOS SANTOS PAULA FREIRE
ADVOGADO	:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
APELADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	VINICIUS PEREIRA MARQUES E OUTROS
ORIGEM	:	VIGÉSIMA SEXTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010109968)

EMENTA
AGRAVO INTERNO. VICE-PRESIDÊNCIA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INADMITIDO. ART. 1.042 DO CPC. INAPLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. ERRO GROSSEIRO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO RECORRIDA EM CONFORMIDADE COM ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF SOB A SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. RECURSO IMPROVIDO.
1. Trata-se de Agravo Interno interposto em face de decisão que inadmitiu Recurso Extraordinário.
2. Quanto à inadmissão do Recurso Extraordinário em razão da incidência da Súmula 279 do Eg. STF, bem como no que tange à existência ou não de ofensa reflexa à Constituição da República, não deve ser conhecido o Agravo Interno, haja vista que o recurso cabível é o Agravo disciplinado no artigo 1.042 do Código de Processo Civil, que deve ser processado e julgado pelo Eg. Supremo Tribunal Federal.
3. Destaca-se que, *in casu*, não se aplica o princípio da fungibilidade, por tratar-se de erro grosseiro.
4. No tocante à aplicação da orientação firmada no julgamento do ARE nº 748.371/MT, o compulsar dos autos revela que a decisão agravada consigna que o entendimento do Eg. STF refere-se à ausência de repercussão geral da matéria relativa à eventual violação do art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, não tendo havido juízo negativo acerca da existência de repercussão geral dos demais dispositivos constitucionais indicados pela Parte Recorrente.
5. Neste diapasão, *d.m.v.*, o debate acerca da ausência de repercussão geral do tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal resta superado, tendo em vista que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento firmado pelo Eg. STF.
6. A Parte Agravante não apresentou qualquer argumento capaz de viabilizar a alteração dos fundamentos da Decisão ora hostilizada, que deve persistir por seus próprios fundamentos
7. Agravo Interno conhecido em parte e, nesta parte, desprovido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data de julgamento).

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.004756-2

Nº CNJ	:	0004756-10.2005.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	OPTIFLEX COMERCIAL LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:	GERALDO MAGELA DE OLIVEIRA
APELADO	:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO	:	CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA E OUTROS
ORIGEM	:	VIGÉSIMA NONA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010047562)

E M E N T A
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO IMPUGNADO ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO EGRÉGIO STJ. *LEADING CASE.* RESP Nº 973.827/RS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. Em cumprimento à determinação emanada do Eg. Superior Tribunal de Justiça, retornaram os autos a esta Egrégia Corte Regional, a fim de que o Agravo interposto por OPTIFLEX COMERCIAL LTDA E OUTRO seja processado e julgado como Agravo Regimental.

2. COMPULSANDO-SE OS AUTOS, VERIFICA-SE QUE A QUESTÃO JURÍDICA DEBATIDA NO RECURSO EM ANÁLISE, NO TOCANTE À PRESCRIÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS E SEUS REFLEXOS NA CORREÇÃO MONETÁRIA, JÁ FOI OBJETO DE PRONUNCIAMENTO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL Nº 973.827/RS (TEMAS 246 E 247).
3. O debate sobre o tema resta, assim, superado, tendo em vista que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento firmado pelo Egrégio STJ, descabendo reabrir a discussão.
4. A argumentação exposta pela Parte Recorrente não tem o condão de alterar a substância daquele julgado, não se vislumbrando motivos para o exercício do juízo de retratação.
5. Agravo Regimental desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELACAO CIVEL 2005.51.01.014192-0

Nº CNJ	:	0014192-90.2005.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	MALHARIA GUERRA LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	EDISON FREITAS DE SIQUEIRA E OUTROS
APELADO	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:	MARCELO THOMPSON LANDGRAF E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200551010141920)

E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto.
2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que o paradigma que fundamentou a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.050.199) se amolda com perfeição com a discussão presente nestes autos.
3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, não havendo, conforme pacífica jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.
4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.
5. Embargos de Declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 175968

IV - APELACAO CIVEL 1997.51.01.107610-8

Nº CNJ	:	0107610-63.1997.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A
ADVOGADO	:	JOAO DACIO ROLIM E OUTROS
APELANTE	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:	JULIO CESAR ESTRUC VERBICARIO DOS SANTOS E OUTROS
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 30A VARA-RJ
ORIGEM	:	TRIGÉSIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9701076109)

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO DESPROVIDO.

1. trata-se de Embargos de Declaração opostos por APERAM INOX AMÉRICA DO SUL S/A, em face de v. acórdão emanado do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto contra decisão proferida pelo Vice-Presidente, que negara seguimento ao Recurso Especial anteriormente interposto.

2. Verifica-se que o acórdão embargado está devidamente fundamentado, tendo desprovido o Agravo Regimental interposto por entender que os paradigmas que fundamentaram a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto (REsp 1.003.955/RS e REsp 1.028.592/RS) se amoldam com perfeição à discussão presente nestes autos.

3. Não merecem ser acolhidos os presentes aclaratórios, uma vez que o acórdão embargado adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, não havendo, conforme pacífica jurisprudência, necessidade de manifestação sobre todos argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.

4. A simples leitura do acórdão proferido pelo órgão especial deste E. Tribunal é suficiente para afastar, no julgado, a existência de qualquer vício passível de ser corrigido pela via dos aclaratórios.

5. Embargos de Declaração desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório e do voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2012.51.01.031072-1

Nº CNJ	:	0031072-16.2012.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	KAUA VINICIUS ALBUQUERQUE DOS SANTOS, REP/ P/ ELOISE ALBUQUERQUE DA CUNHA
PROCURADOR	:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ISTVAN NUNES LAKI
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 13A VARA-RJ
ORIGEM	:	DÉCIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201251010310721)

E M E N T A

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO IMPUGNADO ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO EGRÉGIO STJ. *LEADING CASE.* RESP Nº 1.199.715/RJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. TRATA-SE DE AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELO ORA AGRAVANTE, NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 543-C, § 7º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

2. *IN CASU*, O PARADIGMA FOI CORRETAMENTE APLICADO, NÃO MERECENDO REFORMA A DECISÃO AGRAVADA, TENDO EM VISTA QUE A QUESTÃO DEBATIDA NO RECURSO ESPECIAL JÁ FOI OBJETO DE PRONUNCIAMENTO DEFINITIVO PELO STJ, NO JULGAMENTO DO RESP Nº 1.199.715/RJ, SUBMETIDO AO

RITO DO ART. 543-C DO CPC, E , AINDA, CONSIDERANDO-SE QUE O ENTENDIMENTO ENCAMPADO NO V. ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ DE ACORDO COM A ORIENTAÇÃO FIRMADA NO ALUDIDO *LEADING CASE*.
3. ASSIM SENDO, NÃO HÁ QUALQUER REPARO À DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O RECURSO ESPECIAL, VEZ QUE O V. ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM O PARADIGMA ACIMA REFERIDO, O QUE DESÁGUA NO DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.
4. Agravo regimental desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2012.51.01.031072-1

Nº CNJ	:	0031072-16.2012.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	KAUA VINICIUS ALBUQUERQUE DOS SANTOS, REP/ P/ ELOISE ALBUQUERQUE DA CUNHA
PROCURADOR	:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
APELANTE	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR	:	ISTVAN NUNES LAKI
APELADO	:	OS MESMOS
REMETENTE	:	JUIZO FEDERAL DA 13A VARA-RJ
ORIGEM	:	DÉCIMA TERCEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (201251010310721)

E M E N T A
AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO IMPUGNADO ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO EGRÉGIO STF. *LEADING CASE.* RE Nº 592.730/RS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. TRATA-SE DE AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO PELO ORA AGRAVANTE, NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 543-B, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.
2. *IN CASU*, O PARADIGMA FOI CORRETAMENTE APLICADO, NÃO MERECENDO REFORMA A DECISÃO AGRAVADA, TENDO EM VISTA QUE A QUESTÃO DEBATIDA NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO JÁ FOI OBJETO DE PRONUNCIAMENTO DEFINITIVO PELO STF, NO JULGAMENTO DO RE 592.730/RS, SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-B DO CPC, E , AINDA, CONSIDERANDO-SE QUE O ENTENDIMENTO ENCAMPADO NO V. ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ DE ACORDO COM A ORIENTAÇÃO FIRMADA NO ALUDIDO *LEADING CASE*.
3. ASSIM SENDO, NÃO HÁ QUALQUER REPARO À DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, VEZ QUE O V. ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM O PARADIGMA ACIMA REFERIDO, O QUE DESÁGUA NO DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.
4. Agravo regimental desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decidem os Membros do Órgão Especial deste TRF-2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Desembargador Federal Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro,

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 2013.02.01.010563-5

Nº CNJ	:	0010563-07.2013.4.02.0000
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
AGRAVANTE	:	CYCLELOGIC DO BRASIL MOBILE SOLUTIONS LTDA
ADVOGADO	:	RICARDO HIROSHI AKAMINE E OUTROS
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL

ORIGEM : QUARTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200451015102923)

E M E N T A
AGRAVO INTERNO. DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DE DECISÃO QUE ADMITIU RECURSO ESPECIAL.
I. Trata-se de Pedido de Reconsideração recebido como Agravo Interno interposto por *Cyclelogic do Brasil Mobile Solutions Ltda.,* às fls.306/309, contra a decisão que não conheceu de Embargos de Declaração anteriormente opostos pela ora Agravante.
II. A decisão agravada foi precisa ao não conhecer dos embargos declaratórios da ora Agravante, tendo em vista terem sido opostos de decisão que admitiu o Recurso Especial por ela interposto.
III. Deixo de exercer o juízo de retratação, posto que não apresentado qualquer argumento capaz de viabilizar a alteração dos fundamentos da Decisão ora objurgada, que deve persistir por seus próprios fundamentos.
IV. Oportunamente, tendo em vista que decisão de fl. 298 admitiu o Recurso Especial de fls. 259/275, remetam-se os autos ao E. Superior Tribunal de Justiça.
V. Agravo Interno desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data de julgamento).

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

IV - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 2013.50.01.104814-3
Nº CNJ : 0104814-49.2013.4.02.5001
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE : OSWALDO ANTONIO MOSCON
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR : JOAO CARLOS DE GOUVEIA FERREIRA DOS SANTOS
APELADO : OS MESMOS
REMETENTE : JUIZO DA 6A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ORIGEM : 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES (201350011048143)

E M E N T A
AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PREJUDICADO. RECURSO REPETITIVO. RE nº 564.354/SE. APLICAÇÃO DOS TETOS CONSTITUCIONAIS AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS EM MOMENTO ANTERIOR. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Trata-se de Agravo Interno interposto em face de decisão que julgou prejudicado o Recurso Extraordinário.
2. Alegação de que a matéria do referido recurso é diversa daquela analisada no RE nº 564.354/SE, sob o rito dos recursos repetitivos.
3. Aplicação dos tetos constitucionais aos benefícios previdenciários concedidos em momento anterior às Emendas Constitucionais nº 20/1998 e 41/2003.
4. Agravo Interno não provido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do relatório e do voto, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE